



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer
e Inclusão Social

Relatório de Gestão do
Exercício de 2012

Brasília-DF
2013



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão
Social

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012.

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	12
INTRODUÇÃO	13
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	20
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	20
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	20
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	23
1.3 ORGANOGRAMA.....	28
1.4 PRINCIPAIS PARCEIROS	38
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	39
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	39
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	40
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	134
2.4 INDICADORES	138
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	142
3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	142
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	144
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	144
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	144
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	147
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	150
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	154
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	165
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	165
4.2.2 Programação de Despesas	165
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	165
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	165
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	166
4.2.2.4 Análise Crítica	166
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	168
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	175
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	175
4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	175
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	176
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	178
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	178
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	178
4.2.4.2.3 Análise crítica	180
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	181
5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	181
5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	181
5.1.2 Análise Crítica	181
5.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	184
5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	184
5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	184
5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	185
5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 186	186
5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	186
5.2.6 Análise Crítica	189
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	191
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	191
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	191
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	191
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	192
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	192

6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	193
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	194
6.1.4	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	196
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	197
6.2.1	Composição do Quadro de Estagiários	198
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	199
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	199
7.2	ANÁLISE CRÍTICA	208
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	209
8.1	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	209
9	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	210
9.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	210
9.1.1	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	210
9.1.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	213
9.2	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	217
9.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	217
9.2.2	Análise Crítica	217
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	218
10.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	218
10.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	219
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	220
11.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	220

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	20
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	142
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático	144
Quadro A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	147
Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	150
Quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	154
Quadro A.4.5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	165
Quadro A.4.6 – Programação de Despesas Correntes	165
Quadro A.4.7 – Programação de Despesas de Capital	165
Quadro A.4.8 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	166
Quadro A.4.9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	168
Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	175
Quadro A.4.11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	176
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	178
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	178
Quadro A.5.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	181
Quadro A.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	184
Quadro A.5.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	185
Quadro A.5.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	186
Quadro A.5.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	186
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012	191
Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012	191
Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2012)	192
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2012	192
Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2012	193
Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	194
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Estagiários	198
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	205
Quadro A.8.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	209
Quadro A.9.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	210
Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	213
Quadro A.9.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	217

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Panorama de Parcerias do PST 2012	42
Ilustração 2 – Propostas SICONV PELC 2012	43
Ilustração 3 – Termo de Cooperação PELC 2012	44
Ilustração 4 – Propostas Eventos 2012.....	45
Ilustração 5 – Logomarcas	65
Ilustração 6 – Mídias do PST.....	66
Ilustração 7 – Modalidade da Parceria	67
Ilustração 8 – Abrangência Nacional do PST	68
Ilustração 9 – Mapeamento por Esfera Administrativa	69
Ilustração 10 – Mapeamento por Abrangência/Quantitativo de Núcleos por Parceria.....	69
Ilustração 11 – Mapeamento por Diretriz do PST.....	70
Ilustração 12 – Status Convênios com Ordem de Início	73
Ilustração 13 – Tempo médio para Ordem de Início.....	74
Ilustração 14 – Parcerias Vigentes	74
Ilustração 15 – Resumo de Escolas por Estado.....	93
Ilustração 16 – Fluxo de adesão	93
Ilustração 17 – Perfil da Formação dos Monitores Participantes do Curso.....	101
Ilustração 18 – Distribuição das Escolas visitadas por Estado Brasileiro	107
Ilustração 20 – Número de Convênios por Região Brasileira	116
Ilustração 21 – Mapeamento por Esfera Administrativa.....	116
Ilustração 22 – Propostas PELC 2012.....	119
Ilustração 23 – Valores	120
Ilustração 24 – Visão Geral Diagramada da Plataforma Informatizada SNELIS.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atribuições da SNELIS	30
Tabela 2 – Execução da Ação Orçamentária 20JP	40
Tabela 3 – Execução da Ação Orçamentária 20JQ	44
Tabela 4 – Execução da Ação Orçamentária 20JR	45
Tabela 5 – Execução da Ação Orçamentária 20JS	46
Tabela 6 – Parcerias Celebradas com Entidades Federais	46
Tabela 7 – Execução da Ação Orçamentária 2494	46
Tabela 8 – Contratos de Transporte, Logística e Fornecimento de Materiais Esportivos	60
Tabela 9 – Aquisição de Uniformes	61
Tabela 10 – Distribuição de Materiais Esportivos	61
Tabela 11 – Aquisição dos Kits de Materiais Esportivos	62
Tabela 12 – Pagamentos referentes à Aquisição de Kits Esportivos	62
Tabela 13 – Empenho Cancelado	63
Tabela 14 – Armazenamento de Materiais Esportivos	64
Tabela 15 – Pagamentos referentes a Transporte e Armazenamento	65
Tabela 16 – Coleta de Materiais Esportivos	65
Tabela 17 – Estrutura CGAO	72
Tabela 18 – Capacitação Gerencial	76
Tabela 19 – PPCs e PPNs (Distribuição por EC)	76
Tabela 20 – Relação de ECs	82
Tabela 21 – Acompanhamento realizado pelas ECs	83
Tabela 22 – Inserção de Relatórios Consolidados	85
Tabela 23 – Responsabilidades ME x MEC	91
Tabela 24 – Piloto PST na Escola	92
Tabela 25 – Quantitativo do PST na Escola no ano de 2012	92
Tabela 26 – Responsabilidades de cada Ministério na Parceria	95
Tabela 27 – Distribuição de Kits de Materiais Esportivos - 2012	97
Tabela 28 – Equipe de Tutoria Virtual	100
Tabela 29 – Questionamentos	104
Tabela 30 – Distribuição do Quantitativo de Escolas por EC	107
Tabela 31 – Fragilidades e Propostas de Mudança para 2013	111
Tabela 32 – Metas para 2013	112
Tabela 33 – Resultado Edital nº 003/2012	123
Tabela 34 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	196
Tabela 35 – Descrição dos Sistemas em Operação na Plataforma SNELIS	201
Tabela 36 – Descrição dos Sistemas em Desenvolvimento para a Plataforma SNELIS	203
Tabela 37 – Descrição dos Sistemas em Fase de Projeto para a Plataforma SNELIS	204

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Relação das Entidades Seleccionadas – PST.....	222
Anexo 2 – Relação da Execução do PST 2012	224
Anexo 3 – Relação das Entidades Federais Proponentes do PELC	227
Anexo 4 – Edital nº 003/2012	228
Anexo 5 – Homologação do Resultado Final e do Banco de Projetos	237
Anexo 6 – Publicação do Resultado Parcial.....	238
Anexo 7 – Proponentes Específicos e Emendas Parlamentares	239
Anexo 8 – Planilha Geral SICONV 2012	241
Anexo 9 – Planilha de Convênios fora do SICONV	260
Anexo 10 – Termos de Cooperação	261
Anexo 11 – Convênios Expirados-Rescindidos em 2012	264
Anexo 12 – Planilha Parceiros Atuais Vigentes 2012-2013	268
Anexo 13 – Decisões de Redução de Meta e Rescisões.....	281
Anexo 14 – Avaliação e Ofícios Expedidos.....	283
Anexo 15 – Diretrizes do PST na Escola	312
Anexo 16 – Ofício Circular nº 2/2012-CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME	330
Anexo 17 – Manual de Orientações Segundo Tempo na Escola.....	332
Anexo 18 – Ofício Circular nº 357/2012- CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME	349
Anexo 19 – Ofício Circular nº 423/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME	351
Anexo 20 – Planejamento da Capacitação de Facilitadores	354
Anexo 21 – Planejamento da Capacitação de Monitores	359
Anexo 22 – Relatório de Acompanhamento do PST na Escola – 2012	371
Anexo 23 – Ofício Circular nº 002/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME	414
Anexo 24 – Ofício Circular nº 04/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME	416
Anexo 25 – Cartilha de Orientação PROESP-BR.....	418
Anexo 26 – Materiais Doados Por Estados – Programas Pintando a Liberdade e Cidadania	420
Anexo 27 – Minuta de Edital de Chamada Pública.....	423
Anexo 28 – Previsão Evolução PPA	429
Anexo 29 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	430
Anexo 30 – Declaração de Contador.....	453

LISTA DE SIGLAS

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
ASCOD – Assessoria de Consolidação de Dados e Controle
ASCOM – Assessoria de Comunicação
ASI – Automation System of Inventory
ASPAR – Assessoria Parlamentar
ASSED – Assessoria do Departamento Escolar e de Identidade Cultural
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BSC – Balanced Scorecard
CADEN – Coordenação de Análise de Denúncias
CADOC – Coordenação de Análise de Demandas de Órgãos de Controle
CAP – Caderno de Apoio Pedagógico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPRE – Coordenação de Análise e Processamento de Relatórios
CAUC – Cadastrado Único de Convênios
CBDE – Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte
CESAB – Centro Social Angelina Barreto
CGAAV – Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGAO-LIES – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social
CGAO-PST – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte Educacional
CGAPA – Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
CGCON – Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios
CGDEP – Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico
CGEED – Coordenação Geral de Esporte Educacional
CGES – Coordenação Geral de Suprimento e Logística
CGFISCO – Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto
CGFOR – Coordenação Geral de Formalização de Convênios
CGGP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGI – Clinton Global Initiative
CGINFO – Coordenação Geral de Informação e Orçamento
CGIPI – Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais
CGJEV – Coordenação Geral de Jogos e Eventos
CGLOG – Coordenação Geral de Recursos Logísticos
CGMAT – Coordenação Geral de Produção de Materiais Esportivos
CGPAG – Coordenador-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão
CGPCO – Coordenação Geral de Prestação de Contas
CGPEIN – Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas
CGPEL – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer
CGSIS – Coordenação Geral de Sistemas
CGU – Controladoria Geral da União
CIABA – Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAMPRua – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional de População em Situação de Rua
CNPI – Conselho Nacional da Pessoa Idosa
CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAAD – Coordenação de Apoio Administrativo
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças
COFISC – Coordenação de Fiscalização
CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUR – Consultoria Jurídica
CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude
CONSUDE – Conselho Sul-Americano de Esporte
COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento
COPAD – Coordenação de Patrimônio e Administração
CPGF – Cartão de Crédito Corporativo
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRP – Certidão de Regularidade Previdenciária
CSUP – Coordenação de Suprimentos e Logística
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DBR – Declaração de Bens de Renda
DEDAP – Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais
DEF – Departamento de Educação Física
DEFOPE – Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais
DEGEP – Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
DGI – Departamento de Gestão Interna
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPGE – Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica
DTM – “Designed to Move”
EaD – Educação à Distância
ECs – Equipes Colaboradoras
EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores
EP – Equipe Pedagógica
FAMFS – Federação de Apoio ao Menor de Faria de Santana/BA
FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FESPORTE – Fundação Catarinense de Esporte
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNCA – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORMEI – Fórum Municipal de Educação Integral
GEPPEFE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para Educação Física e Esporte
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
GTINF – Gestão da Informação
GTs – Grupos de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFs – Institutos Federais de Ensino Superior
INDÍGENA – Controle das Comunidades e dos Jogos Indígenas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI – Lei de Acesso à Informação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério Público
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI – Órgão de Controle Interno
OMs – Organizações Militares
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PCF – Prestação de Contas Final
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PM – Prefeitura Municipal
PPA – Plano Plurianual
PPC – Planejamento Pedagógico do Convênio
PPNs – Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos
PROESP/BR – Projeto Esporte Brasil
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PST – Programa Segundo Tempo
RC – Relatório Consolidado
RFB – Receita Federal do Brasil
RH – Recurso Humano
SAMA – Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas de Esporte e Lazer
SAS – Solicitação de Ajustes nos Sistemas
SE – Secretaria-Executiva
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC – Serviço Social do Comércio
SGC – Sistema de Gerenciamento de Cargos e RH
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPA – Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
SIASG – Coordenação de Gestão de Compras e Contratações
SIC – Sistema de Informação de Convênios
SICAD – Sistema Integrado de Cadastros Gerais
SICAPP – Sistema Integrado de Controle de Alteração dos Planejamentos Pedagógicos de Convênios e Núcleos
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SINASE – Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINFOCC – Sistema de Informações dos Convênios para a Casa Civil
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISCA – Sistema de Controle de Acessos
SISCRT – Sistema Integrado de Certificação da Capacitação dos Recursos Humanos do PST e demais Programas
SISEVENT – Sistema de Eventos
SISIND – Sistema de Indicadores do Programa Segundo
SISRAC – Sistema Integrado de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios

SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SNEAR – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED – Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
TCU – Tribunal de Contas da União
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UF – Unidade Federativa
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
VS – Vida Saudável

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Apresenta-se a seguir o **Relatório de Gestão Individual** da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS/ME, relativo ao exercício de 2012, elaborado em estrita consonância com as normas de regência (Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Decisão Normativa TCU nº 119/2012; Decisão Normativa TCU nº 121/2012 e Portaria TCU nº 150/2012).

Nesse sentido, o presente Relatório de Gestão foi devidamente estruturado conforme a natureza jurídica desta Unidade – Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – observando-se os itens determinados no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, e Quadro A1, item “b” e as orientações dispostas na Portaria TCU nº 150/2012.

Contudo, cumpre destacar os itens do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 que **não se aplicam** à realidade desta unidade, apresentando os motivos da não aplicação:

- **Item 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado:** Considerando que esta UJ aparece relacionada individualmente no Anexo I da DN TCU n.º 119/2012;
- **Item 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado:** Considerando que esta UJ aparece relacionada individualmente no Anexo I da DN TCU n.º 119/2012;
- **Item 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado:** Considerando que esta UJ aparece relacionada individualmente no Anexo I da DN TCU n.º 119/2012;
- **Item 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal:** A UJ não realiza pagamentos específicos para membros de Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- **Item 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos:** A UJ não possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- **Item 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos:** A UJ não possui Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária;
- **Item 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores:** A UJ não realiza pagamentos específicos para membros de Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- **Item 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU:** Haja vista que a unidade de correição está vinculada a outra unidade – SE ou GM;
- **Item 4.1.5 Informações Sobre Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ:** A UJ não executa e/ou é responsável por ações no Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ, sendo esse de responsabilidade da Secretaria Executiva;
- **Item 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ:** A UJ não executa e/ou é responsável por ações no Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ, sendo esse de responsabilidade da Secretaria Executiva;
- **Item 5.5 Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ:** Os programas executados pela UJ não prevêm incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ:** Os programas executados pela UJ não prevêm incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida:** Os programas executados pela UJ não prevêm incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física:** Os programas executados pela UJ não prevêm incentivo de Renúncia Tributária;

- **Item 5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídicas:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia de Receita;
- **Item 5.5.7 Comunicações à RFB:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia Tributária, dessa forma não há comunicações a RFB;
- **Item 5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia de Receita, sendo assim não havendo metas a serem cumpridas;
- **Item 5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia Tributária, portando não havendo o que declarar;
- **Item 5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB:** Os programas executados pela UJ não prevêem incentivo de Renúncia Tributária, portando não existem fiscalizações realizadas pela RFB;
- **Item 5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta:** A UJ não tem nenhuma gestão de precatórios, sendo informado pela CGGP que não houve ocorrência;
- **Item 5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta:** A UJ não tem nenhuma gestão de precatórios, sendo informado pela CGGP que não houve ocorrência;
- **Item 5.6.3 Análise Crítica:** A UJ não tem nenhuma gestão de precatórios, sendo informado pela CGGP que não houve ocorrência;
- **Item 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público:** Responsabilidade de competência da SE/ME;
- **Item 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros:** O gerenciamento não é feito por essa Unidade. A gestão é de responsabilidade da SE, sendo esta UJ apenas usuária;
- **Item 7.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros:** O gerenciamento não é feito por essa Unidade. A gestão é de responsabilidade da SE, sendo esta UJ apenas usuária;
- **Item 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial:** Este Ministério do Esporte não possui imóveis com tal status;
- **Item 10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV:** Segundo o DGI, a gestão de tais sistemas é de competência da Coordenação de Gestão de Compras e Contratações (SIASG) e Coordenação de Gestão de Convênios (SICONV);
- **Item 11.2.1 Declaração Plena:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;
- **Item 11.2.2 Declaração com Ressalva:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;
- **Item 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;
- **Item 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;

- **Item 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais:** A UJ não é uma Empresa Estatal;
- **Item 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida:** Não há composição Acionária do Capital Social como Investida;
- **Item 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora:** Não há composição Acionária do Capital Social como Investidora;
- **Item 11.6 Parecer da Auditoria Independente:** Essa estrutura não se aplica para Órgão de Administração Direta.

Cumpre destacar, também, os itens do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 que, apesar de se aplicarem à natureza desta unidade, **não há conteúdo a ser declarado** no exercício de referência:

- **Item 1.4 Macroprocessos Finalísticos:** Não definidos em 2012, devido à não concretização da Proposta de Planejamento Estratégico desta UJ;
- **Item 1.5 Macroprocessos de Apoio:** Não definidos em 2012, devido à não concretização da Proposta de Planejamento Estratégico desta UJ;
- **Item 3.4 Sistema de Correição:** Tendo em vista que no exercício de 2012 esta UJ não sofreu nenhum PAD;
- **Item 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos:** Não houve Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos pelas UJ no Exercício de 2012. A informação foi enviada ao Coordenador-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão – CGPAG para compor o Relatório de Gestão através do Memorando nº 074/2013-CGCOF/DPGE/SE/ME, de 5/3/2013, recebido CGPAG/ME em 5/3/2013;
- **Item 5.1.2 Análise Crítica:** Não cabe fazer análise crítica, tendo em vista que não houve em 2012 nenhum registro de insuficiência de crédito no SIAFI;
- **Item 5.4 Suprimento de Fundos:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo;
- **Item 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo, dessa forma não há despesa a ser discriminada;
- **Item 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo, dessa forma não há despesa a ser discriminada;
- **Item 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B, dessa forma não há despesa a ser discriminada, referente à Conta tipo B;
- **Item 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF):** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundo tipo Cartões de Crédito Corporativo, dessa forma não há despesa a ser discriminada, referente à Cartão de Crédito Corporativo;
- **Item 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo, dessa forma não há despesa a ser discriminada;
- **Item 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo, dessa forma não há informações a serem prestadas quanto à prestação de contas;
- **Item 5.4.1.6 Análise Crítica:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos, portanto não existem dados para elaboração de análise crítica;
- **Item 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria:** Informação de competência da SE;

- **Item 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada:** Informação de competência da SE;
- **Item 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **Item 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **Item 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **Item 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **Item 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão:** Segundo informado pela DGI, não há ocorrência de servidores terceirizados em cargos e/ou atividades do Plano de Cargos do Órgão;
- **Item 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados:** Informação de competência da SE;
- **Item 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada:** Tais contratos são de gestão do Departamento de Gestão Interna/SE e atendem a todas as unidades do Ministério do Esporte;
- **Item 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão:** De forma geral, os contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra deste Ministério são gestão do Departamento de Gestão Interna/SE e atendem a todas as unidades do Ministério do Esporte;
- **Item 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ:** Este Ministério do Esporte não possui imóveis com tal status;
- **Item 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:** Não há conhecimento acerca de procedimentos licitatórios que abordaram tais temáticas;
- **Item 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício:** Não houve deliberação do TCU atendida no exercício;
- **Item 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício:** Não existem deliberações pendentes;
- **Item 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos:** Tendo em vista a justificativa apresentada no item 11.1.

Por fim, importa informar que o Sumário do presente Relatório foi constituído contemplando todos os itens da Parte A do Sumário da Portaria TCU nº 150/2012, que por sua vez tem por base a Parte A, item 1 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012.

Principais realizações da gestão no exercício

Em 2012 foram obtidos os seguintes resultados da atuação governamental no eixo Esporte e Inclusão Social, por função, contemplando:

No âmbito do Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos e com vistas ao atendimento do **Objetivo 0669** (Ampliar e qualificar o acesso à população ao esporte e ao lazer, por

meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida), em 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações sob a gestão da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS/ME, com os respectivos resultados:

Para ampliar o acesso de escolares e da população ao Esporte e ao Lazer, o Ministério do Esporte desenvolve dois grandes programas, o **Segundo Tempo – PST** que oferece atividades esportivas no contraturno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover seu desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida; e o **Esporte e Lazer da Cidade – PELC** que oferece o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer às pessoas de todas as idades, desde a criança até o idoso, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do **Programa Segundo Tempo** foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, e ainda no fortalecimento da proposta pedagógica, implementando uma nova metodologia de acompanhamento pelas Universidades parceiras e ampliando as estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional de forma a qualificar o atendimento aos beneficiados.

Além disso, avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto – PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros nas três fases (interescolar, municipal, estadual).

Como resultados, no referido exercício o PST beneficiou cerca de 2,4 milhões de crianças e jovens, sendo 840.740 beneficiados por meio do PST – Padrão, desenvolvido em parceria com estados e municípios, distribuídos em 7.500 núcleos.

Já por meio da parceria firmada com o MEC, no contexto do Programa Mais Educação, beneficiou cerca de 1.555.051 alunos distribuídos em 7.451 escolas da Educação Básica de menor IDEB.

No que tange ao **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: **PELC Urbano** e **PELC para Povos e Comunidades Tradicionais** (direcionados aos grupos culturalmente diferenciados).

Já o **Vida Saudável**, até 2011 considerado um tipo de núcleo do PELC, em 2012 passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população, e vive o processo de implementação de novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável no país.

No **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais** foi apurado em 2012 o atendimento de 1.343.900 beneficiados, desenvolvido em parceria com Prefeituras Municipais, Estado, Organização Não Governamental e Entidades Federais, distribuídos em 378 núcleos.

Já em relação ao **Vida Saudável** foi apurado em 2012 o atendimento a 85.200 beneficiados, por meio de parceria com Prefeituras Municipais, Estado, Organização Não Governamental e Entidades Federais, distribuídos em 39 núcleos.

Além dos resultados acima, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação das ações teve importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores *in loco* e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas. Dentre as diretrizes, o Ministério do Esporte investe de forma enfática na autogestão, fomentando no sistema de formação a construção desse processo junto às entidades parceiras (prefeituras municipais e universidades).

Com relação ao **Esporte Escolar**, em 2012 o ME apoiou um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram apoiados 04 eventos Nacionais e 05 Internacionais em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE).

Já no **Esporte Universitário**, o ME apoiou 14 Eventos Internacionais, atendendo aproximadamente 3.170 beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembléia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da **Política Esportiva Indígena**, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARIOCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Principais dificuldades encontradas pela UJ para realização dos objetivos traçados para o exercício de referência

Em 2012 foram enfrentadas muitas dificuldades na atuação governamental desta UJ, especialmente em decorrência da fusão entre a SNEED (Secretaria Nacional de Esporte Educacional) e a SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer), o que ensejou a criação da SNELIS e a revisão de toda a sua estrutura administrativa, relevando-se a mudança de gestores e a necessidade de reavaliação dos procedimentos/fluxos e da infraestrutura física e de pessoal.

Portanto, o exercício de 2012 foi marcado inicialmente pela mudança do corpo de gestores, reavaliação do quadro de pessoal e de suas competências, o que impactou na suspensão temporária de vários procedimentos inerentes à formalização e ao acompanhamento de parcerias.

Além disto, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, que determinou a avaliação de regularidade da execução dos convênios, este período inicial também foi prejudicado pelo processo de coordenação da Força-Tarefa instituída no âmbito do Ministério, que ficou a cargo de dirigente da SNELIS, bem como demandou esforços de toda a estrutura administrativa para atendimento das condições de análise estipulada pelo grupo de trabalho e para a finalização dos relatórios.

De outra parte, ao longo do exercício, esta UJ sofreu com os sucessivos cortes orçamentários, que impactaram a formalização de parcerias e o não alcance das metas estabelecidas para os programas

sob a sua gestão, bem como sofreu pela situação de irregularidade dos possíveis parceiros que, em decorrência de período eleitoral, não se esforçaram para regularizar a situação fiscal dos entes federados.

Convém destacar que em relação ao **Pintando a Cidadania**, que é desenvolvido na **Ação Orçamentária 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**, em virtude do corte orçamentário, em 2012 não houve aporte de recursos nesta ação, o que inviabilizou o desenvolvimento de novas parcerias. Dessa forma, foi possível apenas prosseguir com a produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já em relação às ações do **Programa Segundo Tempo**, os resultados representaram uma redução de 12% do acesso ao esporte por crianças, adolescentes e jovens escolares, em face do impacto decorrente do significativo corte orçamentário, no percentual de 77% da dotação inicialmente prevista na LOA.

Portanto, embora obtendo resultados qualitativos, em 2012 não houve avanço no sentido do cumprimento da meta estabelecida no PPA 2012-2015 (ampliação em 50% ao ano).

Com relação à **Ação Orçamentária 20JR – Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos**, essa ação sofreu um ajuste substancial em face do corte orçamentário, o que comprometeu as metas inicialmente estabelecidas, tanto que na revisão do PPA para 2013 foram unificadas as ações **20JP, 20JR e 2362**, ficando todas as finalidades agrupadas na 20JP.

Com os saldos de recursos disponibilizados após o corte orçamentário realizado no final do exercício e conforme destinação determinada, o ME firmou a parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, objetivando a reflexão sobre os “Legados do Esporte Brasileiro”, com ênfase nos eixos temáticos Esporte Educacional, Esporte de Lazer e Esporte de Inclusão Social, que legitimará estudos e intervenções que já vêm sendo realizados. O Projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores/pesquisadores de vários Estados Brasileiros, para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

(Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte		Código SIORG: 36670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social			
Denominação abreviada: SNELIS			
Código SIORG: 116516		Código LOA: 51000	Código SIAFI: 180073
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			CNPJ: -
			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(061) 3217-9452	(061) 3217-9451	(061) 3217-9417
Endereços eletrônicos: central_segundotempo@esporte.gov.br ; esporteelazerdacidade@esporte.gov.br ; segundotempo_maisedu@esporte.gov.br			
Página da Internet: www.esporte.gov.br/snelis			
Endereço Postal: SEPN Quadra 511 – Edifício Bittar, 2º Andar – CEP: 70.758-900, Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 7.629 de 21 de julho de 2011(publicada no DOU de 22 de julho de 2011) que altera a Estrutura Regimental da antiga SNEED para SNELIS, incorporando outros programas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PST Portaria Interministerial MEC/ME nº 3.497, de 24 de novembro de 2003 – Instituiu o PST Portaria nº 32, de 17 de março de 2005 – Normas e Diretrizes do PST Portaria nº 135, de 26 de outubro de 2005 – Revogada pela Portaria nº 137, em 20 de junho de 2008 – Necessidade de cadastramento Portaria nº 167, de 11 de setembro de 2006 – Critérios de seleção e julgamento de propostas para formalização Portaria nº 183, de 05 de outubro de 2006 – Regulamenta a descentralização de crédito Portaria nº 230, de 13 de dezembro de 2007 – Valor do Reforço Alimentar Portaria nº 230, de 13 de dezembro de 2007 – Retificação do número Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008 – Liberação de parcela Portaria nº 197, de 15 de outubro de 2008 – Chamada Pública do PST/Recreio nas Férias Portaria nº 170, de 21 de setembro de 2009 – Chamada Pública do PST/Recreio nas Férias Portaria nº 183, de 15 de outubro de 2009 – Extinguiu a Portaria nº 230/2007 Edital Chamada Pública - Recreio nas Férias – Chamada Pública PST/Recreio nas Férias de 2010			

Disponibilização do **Programa Nº 5100020120091** no SICONV, para seleção de entidades parceiras que desenvolveram o programa em exercícios anteriores com boa execução.

PELC

Aviso Chamada Pública nº 1/2009/ME/SNDEL/REDECEDES/PELC

Chamamento Público – Edital nº 001/2012 – Entidade Prefeituras Municipais

Edital nº 001/2012 – SNELIS – Chamamento Público de Projetos de Esporte e de Lazer. Tema: “Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”

Chamamento Público – Edital nº 002/2012 – Entidade Federais

Edital de Seleção para bolsista do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas PELC e Vida Saudável (Consultores Regionais)

Edital de Seleção para bolsista do Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer e Vida Saudável na Cidade

Pintando a Liberdade/Cidadania

Portaria nº 249, de 19 de outubro de 2012

Portaria nº 87, de 25 de abril de 2012

Jogos e Eventos

Edital nº 003/2012 – SNELIS – Chamamento Público da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social para seleção de Projetos de Competições e Eventos de Esporte e Lazer

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Livro

- 1- Fundamentos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à ação (Amauri Bássoli e Gianna Lepre Perim, 2009)
- 2- Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco (Ana Rita Lorenzini – Organizadora, 2009)
- 3- Estudos Brasileiros sobre o Esporte – Ênfase no esporte-educacional (Manoel José Gomes Tubino, 2010)
- 4- Caderno de Apoio Pedagógico – CAP (Ministério do Esporte em parceria com British Council, 2010)
- 5- Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte (Eustáquia Salvadora de Sousa, Vânia de Fátima Noronha Alves, Carla Andreia Ribeiro, Daniel Marangon Duffles Teixeira, Duval Magalhães Fernandes, Maria Aparecida Dias Venâncio, 2010)
- 6- Ensinando e Aprendendo Esporte no Programa Segundo Tempo – Volumes I e II (Amauri Bássoli, Cláudio Kravchyhyn, Evando Moreira e Raquel Stoilov Pereira, 2011)
- 7- Livro Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos (Amauri Bássoli e Giuliano Pimentel, 2011)
- 8- Livro Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas no encontro das equipes colaboradas, editora da Universidade Estadual de Maringá (organizado pela Equipe do Centro de Memória do Esporte da Escolar de Educação Física da UFRGS e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Silvana Vilodre Goelher, 2012)
- 9- Brincar, Jogar, Viver: Lazer e Intersetorialidade com o PELC (Leila Mirtes de Magalhães Pinto, Débora Alice Machado da Silva, Rejane Penna Rodrigues, Claudia Regina Bonalume e Luiz Roberto Marlheiros Araújo) – 2ª Edição
- 10- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social – Coletânea dos Premiados de 2010
- 11- Cartilha – Política Intersetorial: PELC e PRONASCI – Volume 01
- 12- Cartilha – Programação no Programa Esporte e Lazer da Cidade – Volume 02
- 13- Cartilha – Esporte e Lazer no PELC /PRONASCI – Volume 03
- 14- Cartilha – Gestão de Convênio dos Núcleos do Programa e Lazer da Cidade PELC e PRONASCI – Volume 04
- 15- Cartilha – Manual de Implantação das Praças da Juventude – Volume 05
- 16- Cartilha – Política Intersetorial: Formação, Comunicação, Monitoramento e Avaliação – Volume 06

Diretrizes

- 1- Segundo Tempo Padrão – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011 (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>)
- 2- Segundo Tempo Padrão – Diretrizes 2012 e modelos (SICONV - Programa Nº 5100020120091)
- 3- Segundo Tempo Universitário – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011 (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/universitarioDeficiencia/DiretrizesPSTUniversitario.pdf>)
- 4- Segundo Tempo Adaptado – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011 (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/universitarioDeficiencia/DiretrizesPSTPessoaDeficiencia.pdf>)
- 5- Segundo Tempo Navegar – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011 (http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesNAVEGAR_24_08_2011.pdf)
- 6- Esporte e Lazer da Cidade – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2012 (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesEdital2012V4.pdf>)
- 7- Esporte e Lazer da Cidade – Diretrizes Emendas Parlamentares 2012

(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELCemendasV4.pdf>)

Links

<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/default.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/default.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/recreioNasFerias.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/default.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/snelis/competicoesEventos/default.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/snelis/jogosIndigenas/XJogos/apresentacao.jsp>

<http://www.ufrgs.br/ceme/pst/>

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
180002	Departamento de Gestão Interna – DGI

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
180001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
180002	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

I. Finalidade

A criação da **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS** se deu no processo de reestruturação do Ministério do Esporte, aprovado pelo Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011, mediante a fusão entre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL.

A ideia central da fusão das duas Secretarias foi fortalecer e ampliar o acesso aos programas sociais desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, de forma integrada e articulada.

Para tanto, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS tem como missão ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida, macro-objetivo estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015 para o Ministério do Esporte, responsabilidade institucional designada à SNE LIS.

A caracterização de sua missão está definida na própria Constituição Federal, onde o Esporte e o Lazer, conforme preconizam seus Artigos 217 e 206 respectivamente, são direitos de cada cidadão, e é dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade como instrumento de formação integral dos indivíduos e melhoria da qualidade de vida.

Embora os compromissos firmados pelo governo no campo do desenvolvimento do esporte, do lazer e da inclusão social tenham procurado, nos últimos anos, focar na criação de programas esportivos sociais voltados à democratização do acesso ao esporte, este ainda é prerrogativa das classes mais abastadas de nossa sociedade. A dimensão da tarefa define-se a partir da carência da totalidade dos municípios brasileiros por políticas de Esporte e Lazer.

Desde 2003 o Esporte, entendido como instrumento de desenvolvimento humano e inclusão social, passou a ser Política de Estado. A partir de então, até 2011, o orçamento da pasta teve crescimento exponencial para o investimento nos programas de esporte educacional, lazer e inclusão social, além de contar com outras iniciativas governamentais importantes como a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte, e a articulação de políticas setoriais, tais como a de Educação e de Justiça que diversificaram e ampliaram as fontes de financiamento nessas áreas, otimizando os investimentos e multiplicando o número de beneficiados atendidos.

Considerando os estudos desenvolvidos em todo o mundo, que cada vez mais comprovam os benefícios da prática esportiva e do lazer na vida cotidiana das pessoas, e a crescente demanda por financiamento pautada nos princípios constitucionais que tornaram o esporte e o lazer direitos sociais, a finalidade da Secretaria fica cada vez mais fortalecida, ao tempo que se confirma a necessidade permanente de avaliação de seus programas e projetos, bem como de suas estratégias de atuação, de forma a potencializar seus resultados e, assim, transformar de fato o Esporte e o Lazer em uma Política de Estado.

Atualmente, para cumprir com sua finalidade, qual seja, a ampliação e qualificação do acesso ao esporte e ao lazer, os principais Programas desenvolvidos são o **Segundo Tempo – PST**; o **Esporte e Lazer da Cidade – PELC** e o **Vida Saudável**, todos viabilizados por meio da ação orçamentária “Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer” - 20JP. Outra importante forma de ampliação do acesso ao esporte tem sido o fomento à realização de jogos e competições de esporte de participação, de esporte escolar e esporte universitário,

viabilizados pela ação orçamentária “Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer” - 20JQ.

II. Competência Institucional

Com base no Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011 e suas alterações, à **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS** compete:

- I. fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- II. coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- III. implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- IV. planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo:
 - a) o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e inclusão social;
 - b) a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
 - c) a execução das ações de promoção de eventos;
- V. zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativo à sua área de atuação;
- VI. prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer;
- VII. manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;
- VIII. articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- IX. planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
- X. articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

As competências dos Departamentos de Gestão de Programas e de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, vinculados à SNE LIS, estão delineadas a seguir:

a) Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:

- I. planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas e de formalização de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação objetivando a execução dos programas, projetos e ações governamentais;
- II. articular ações necessárias para estruturar a implementação dos programas, programas, projetos e ações governamentais;
- III. coordenar e monitorar, em sua área de atuação, a execução dos convênios com vistas a subsidiar a análise técnica da prestação de contas;
- IV. programar a aquisição e a distribuição de materiais e uniformes necessários para os programas, políticas, projetos e ações esportivas, em articulação com o Departamento de Gestão Interna;

- V. acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas, projeto e ações, para subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Secretaria; e
- VI. articular os sistemas de monitoramento e avaliação dos programas de que trata esse departamento, com os sistemas estruturados de planejamento, monitoramento, orçamento e finanças existentes no governo federal.

b) Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:

- I. subsidiar a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;
- II. promover estudos e análises sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas intersetoriais de esporte com às de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;
- III. propor instrumentos de articulação das políticas, programas, e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais;
- IV. promover eventos e estruturar processo de formação e capacitação de recursos humanos destinados aos programas esportivos-sociais e de lazer;
- V. efetuar o acompanhamento pedagógico, o controle e a fiscalização dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação, para orientação dos processos educacionais implantados;
- VI. monitorar e avaliar os programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de fiscalização;
- VII. realizar estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área; e
- VIII. estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social.

III. Objetivos Estratégicos

No campo do Esporte voltado para o Lazer, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) possui, como proposta central, ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural, por meio de ações estratégicas, as quais versam sobre a formação e gestão compartilhada.

Criado em 2003, democratiza o acesso ao esporte e ao lazer, a partir da implantação de núcleos recreativos para todas as idades, incluindo pessoas portadoras de deficiência.

Já o Vida Saudável, criado em 2007, recebe o status de mais um importante programa social em 2012 (até então um tipo de núcleo do PELC), por atender de forma exitosa um público específico: adultos e idosos a partir de 45 anos. Até 2012 mais de 11 milhões de pessoas foram beneficiadas em atividades esportivas, recreativas e de lazer a partir do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

No contexto do esporte educacional, também criado em 2003, o Programa Segundo Tempo (PST) já atendeu mais de 4 milhões de crianças, adolescentes e jovens, oportunizando a esse público a prática do esporte educacional, por meio da celebração de convênios com governos estaduais, municipais e organizações não-governamentais, além de parcerias com outros Ministérios, com atendimento anual superior a um milhão de beneficiados a partir de 2011. Em 2012 alcançou o atendimento concomitante de 2 milhões de beneficiados.

Para acompanhar em média 5 mil Núcleos de Esporte Educacional espalhados por todo o país, o Ministério do Esporte instituiu uma Rede de 25 Equipes Colaboradoras, constituídas de professores de Educação Física das Instituições de Ensino Superior brasileiras, em nível de mestrado e doutorado, responsável por todo o processo de elaboração da proposta pedagógica esportiva, capacitação dos recursos humanos envolvidos, avaliação das atividades desenvolvidas nos Núcleos e produção científica na área. Houve, assim, a qualificação da Política de Esporte Educacional nos últimos anos e uma ampliação significativa do acesso de crianças, adolescentes e jovens à prática esportiva orientada.

Ainda assim os desafios são enormes se considerado o potencial público-alvo do Programa, ou seja, os mais de 45 milhões de alunos matriculados na Educação Básica. Entendendo que a Escola é o caminho possível para a democratização do acesso ao esporte, em 2009 o ME e o MEC deram passos efetivos na integração de suas políticas, de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para a prática esportiva, iniciando pela revitalização e/ou construção de quadras esportivas nas escolas que ainda não dispõem, associada à implementação gradativa de experiências que possam viabilizar a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral.

A materialização dessa integração tem sido a inserção do Segundo Tempo nas escolas públicas da Educação Básica, iniciando pelas Escolas do Mais Educação. Coordenado pelo MEC em parceria com outros Ministérios, o Mais Educação busca ampliar tempos e espaços educativos dos estudantes por meio da integração de atividades nas diversas áreas do conhecimento. O Mais Educação já prevê o esporte como um macrocampo, no entanto a inserção do Segundo Tempo tem qualificado a ação em função da sua proposta pedagógica e do processo de capacitação e acompanhamento agregados a esta.

A integração das políticas possibilita ainda a ampliação do atendimento do Programa Segundo Tempo, que em 2012 atendeu mais de 7.000 escolas públicas e tem como meta para 2013 a ampliação para 32.000 escolas. Além de incentivar a prática, oferecendo atividades esportivas educacionais para crianças e adolescentes, esse é um passo significativo para implantar uma política esportiva nas escolas brasileiras.

Embora alcançando resultados relevantes, em relação aos seus objetivos estratégicos, muitas foram as dificuldades orçamentárias, financeiras e de gestão da SNEIS em 2012, fruto da fase de transição imposta pela fusão das secretarias e também pela mudança de gestores, ocorrida em 2011.

Apesar dos inúmeros percalços ocorridos durante o exercício de 2012, esta UJ envidou todos os esforços no sentido do cumprimento de suas atribuições, da execução orçamentária e do alcance das metas estabelecidas para os programas sob a sua gestão, tendo obtido os resultados positivos que se encontram devidamente detalhados na Introdução do presente Relatório, dentre os quais cabe destacar:

- Ampliação do acesso de escolares e da população ao Esporte e ao Lazer, por meio dos programas **Segundo Tempo – PST; Segundo Tempo – PST no Mais Educação; Esporte e Lazer da Cidade – PELC;**
- **Implementação do Projeto Piloto – PST “Modalidades”**, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros nas três fases (interescolar, municipal, estadual);

- Qualificação da formatação do **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: **PELC Urbano** e **PELC para Povos e Comunidades Tradicionais** (direcionados aos grupos culturalmente diferenciados);
- Valorização do **Vida Saudável**, passando a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos;
- Investimentos no Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação das ações de Esporte e Lazer, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores *in loco* e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas;
- Apoio a um calendário de competições no âmbito do **Esporte Escolar** e à realização de Eventos Internacionais no âmbito do **Esporte Universitário**, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU);
- Realização dos XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e da Assembléia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE);
- Realização dos Jogos dos Povos Indígenas – KARI-OCA 2012, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20.

Considerando a necessidade de fortalecer e ampliar substancialmente o acesso aos programas esportivos e paraesportivos de inclusão social, promovendo a intersetorialidade com os demais programas do governo, com a fusão da SNEED e SNDEL, como já apresentado, a SNEELIS passou a coordenar, além do Programa Segundo Tempo – PST, o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC e o Pintando a Liberdade/Cidadania, e ainda as ações ligadas aos eventos e competições esportivas, à pesquisa e à produção do conhecimento na área do esporte e do lazer, e à política esportiva indígena.

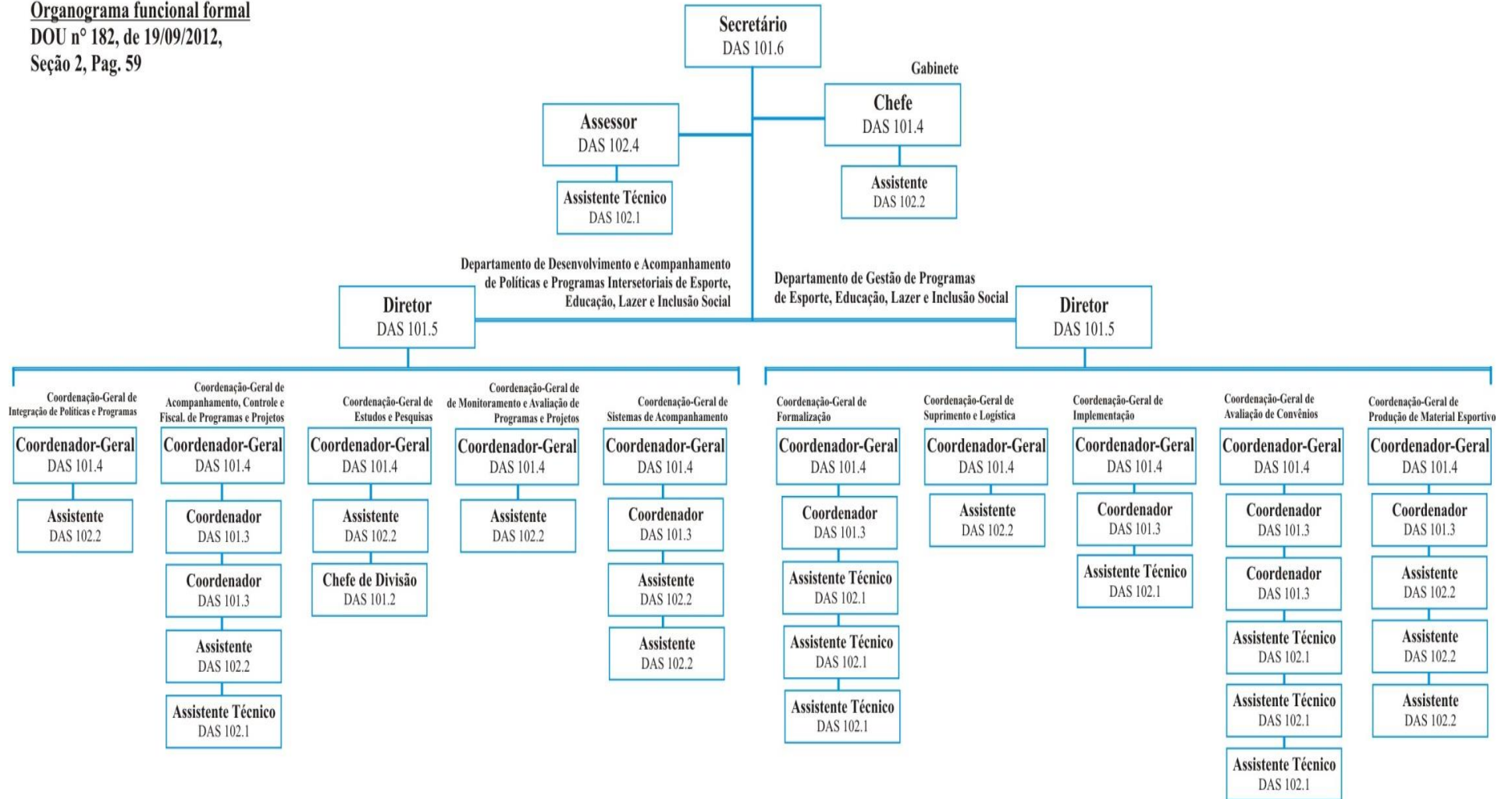
Não obstante ter aumentado substancialmente suas atribuições, ações orçamentárias e responsabilidades institucionais, a nova estrutura administrativa da SNEELIS não cresceu na mesma proporção, o que já indicava no momento de sua criação, a necessidade de estudos e adequações visando a adoção de métodos mais eficazes para o desenvolvimento de suas ações.

1.3 Organograma

Organograma Funcional – Decreto nº 7529/2011

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Organograma funcional formal
DOU nº 182, de 19/09/2012,
Seção 2, Pag. 59



A última alteração na estrutura administrativa da SNELIS, aprovada em julho de 2011, decorreu da junção da SNDEL, responsável pelas políticas Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável e Rede Cedes (Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer), SNEED, responsável pela política do Segundo Tempo, bem como de uma Coordenação-Geral da Secretaria Executiva, responsável pelas políticas do Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania.

Esta junção foi representada, de forma imediata, pelo organograma funcional formal acima representado, que ainda se mantém oficial e foi convalidado na última estruturação organizacional realizada pelo Ministério do Esporte, publicada em Diário Oficial da União em setembro de 2012.

Entretanto, cabe destacar que desde a mudança de gestão ocorrida em dezembro de 2011, tal estrutura foi alvo de estudos e levantamentos, de forma a se alinhar às novas metas e aos novos objetivos apresentados à unidade, diante do novo ciclo de gestão que se estabelecerá no próximo exercício, em decorrência do PPA 2012 – 2015.

Neste organograma, são vinculados à unidade 45 cargos comissionados, sendo 1 (um) DAS 101.6, 2 (dois) DAS 101.5, 11 (onze) DAS 101.4, 1 (um) DAS 102.4, 8 (oito) DAS 101.3, 1(um) DAS 101.2, 11(onze) DAS 102.2 e 9 (nove) DAS 102.1.

Assim, considerando que a Secretaria passou a gerenciar políticas de esporte e educação, esporte e lazer, bem como esporte e inclusão social, já representadas na sua própria definição institucional, a estratégia que se apresentou mais viável foi a representação horizontal das temáticas políticas, com a representação vertical dos processos de gestão de tais políticas.

Desta forma, nasceu a proposta de uma nova estrutura organizacional, em que basicamente os departamentos foram divididos em duas frentes distintas: (1) formulação e avaliação de políticas e (2) gestão técnica e operacional das políticas. Da mesma forma, considerando que as áreas ficariam com tais frentes, também foi desenhada uma estrutura mais robusta vinculada ao Gabinete da Secretaria, para fazer frente à demanda de gestão da informação, de orçamento e de administração.

Este modelo representou uma nova estratégia de ação organizacional, cabendo a uma área a elaboração das diretrizes dos programas e posteriormente a avaliação da efetividade destas e à outra, o desenvolvimento de um trabalho de eficácia e eficiência, por meio da representação funcional do processo de transferência voluntária de recursos federais, considerando que um percentual altíssimo das ações são implementadas de forma descentralizada.

Desta maneira, as Coordenações de um Departamento possuem um espelho de suas atribuições e atividades no outro Departamento, de modo que os setores se integrem na condução e execução dos programas, ampliando a sistemática de freios e contrapesos e estabelecendo uma lógica de segregação funcional cooperativa e representativa.

Em linhas gerais, no Departamento responsável pela formulação das políticas, foi criada uma coordenação para cada área de atuação da SNELIS: Esporte Educacional, Esporte e Lazer, Jogos e Competições Esportivas e ainda uma coordenação de integração de Políticas Intersetoriais para potencializar a ação do esporte com outras políticas de governo.

Como decisão de gestão, considerando a importância do tema e a gestão compartilhada de ação entre Ministério da Justiça, por meio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e o Ministério do Esporte, referente aos Jogos Indígenas, foi também criada uma Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas, o que inclusive ocasionou a mudança de nível de um cargo na Secretaria, sendo recebido um DAS 4 em detrimento de um DAS 3.

Já no Departamento responsável pela gestão e execução dos programas, as coordenações se organizam por processos, independente do programa ou da área de atuação, a saber: Formalização, Implementação e Acompanhamento Operacional, Avaliação e Controle, Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto. Dessa forma, essas coordenações respondem pela linha do tempo das parcerias, desde a celebração até a análise técnica da prestação de contas final, quanto ao mérito, de todos os programas e projetos que são de responsabilidade da SNELIS.

Como tal estrutura funciona desde maio de 2012 e infelizmente não foi oficializada na reestruturação, mas absorvida na dinâmica da Secretaria, destaca-se a necessidade de estabelecer tal paralelo, considerando que as atividades de gestão foram realizadas sobre este formato.

Apresenta-se a seguir as atribuições de cada setor e o organograma funcional efetivo, ao final.

Tabela 1 – Atribuições da SNELIS

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS	
Área	Atribuições
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS	<p>Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a Política e o Plano Nacional de Esporte;</p> <p>Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;</p> <p>Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;</p> <p>Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo: o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social; a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e a execução das ações de promoção de eventos;</p> <p>Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;</p> <p>Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer;</p> <p>Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;</p> <p>Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;</p> <p>Planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social;</p> <p>e</p> <p>Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.</p>
Chefia de Gabinete	<p>Supervisionar os serviços de secretaria, apoio administrativo e logístico ao Secretário, estabelecendo a ligação entre as áreas externas e internas da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, das demais Secretarias e áreas do Ministério do Esporte;</p> <p>Assistir ao Secretário no exercício de suas atribuições e nas funções de representação política e social;</p> <p>Preparar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário;</p> <p>Examinar previamente os processos e demais documentos submetidos à consideração do Secretário, bem como a triagem e distribuição de documentos destinados à área operacional;</p>

	<p>Promover as atividades de comunicação social e de relações públicas da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, em consonância com a Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Esporte;</p> <p>Coordenar as atividades da área interna da Secretaria, de modo a assegurar o funcionamento normal do processo produtivo, dando suporte às atividades voltadas para a área externa;</p> <p>Coordenar o processo administrativo, mobilizando todas as atividades meio para viabilizar as atividades fim da Secretaria;</p> <p>Promover o contato permanente com a área administrativa do Ministério do Esporte, para que seja mantida linha de coerência com as diretrizes e políticas definidas para o setor;</p> <p>Planejar as atividades direcionadas para a formação e aperfeiçoamento do quadro de pessoal da Secretaria;</p> <p>Supervisionar a execução das atividades de planejamento interno, de organização e modernização administrativas da Secretaria;</p> <p>Coordenar a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Secretaria;</p> <p>Organizar a demanda de serviços gerais relativos a instalações físicas, segurança, almoxarifado, protocolo, serviços de copa, limpeza e manutenção, bem como de manutenção e uso dos recursos de informática, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios; e</p> <p>Supervisionar a programação de viagem a serviço, em articulação com as unidades interessadas.</p>
<p align="center">Coordenação Geral de Informação e Orçamento – CGINFO</p>	<p>Elaborar proposta orçamentária, acompanhamento da execução orçamentária e financeira;</p> <p>Elaborar relatórios como mensagens presidenciais, balanços de gestão e tomada de contas anuais da SNEELIS, revisão anual do PPA; e</p> <p>Responder pela demais ações desenvolvidas pela equipe da Assessoria Técnica do Gabinete.</p>
<p align="center">Coordenação de Apoio Administrativo – COAAD</p>	<p>Promover a organização e modernização interna da Secretaria;</p> <p>Assegurar a utilização dos recursos de informática;</p> <p>Supervisionar a preparação e reprodução de documentos;</p> <p>Assegurar o funcionamento do protocolo, recepção, expedição e distribuição de malotes e correspondências;</p> <p>Organizar e manter os arquivos de documentos da Secretaria;</p> <p>Requisitar e controlar a utilização de material de consumo, do serviço de copa e promover a segurança, manutenção e limpeza das instalações físicas;</p> <p>Supervisionar o controle e a requisição de manutenção de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios;</p> <p>Promover a divulgação de normas e procedimentos relativos à organização e funcionamento do Ministério do Esporte e da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social entre os servidores da Secretaria;</p> <p>Formalizar e manter atualizados os documentos e dossiês de formação e aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria; e</p> <p>Divulgar eventos culturais e esportivos realizados com a participação da Secretaria, de interesse dos servidores.</p>
<p align="center">Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais – DEDAP</p>	<p>Subsidiar a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;</p> <p>Promover estudos e análises sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas Inter setoriais de esporte com as de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;</p> <p>Propor instrumentos de articulação das políticas, programas e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais;</p> <p>Promover eventos e estruturar processo de formação e capacitação de recursos humanos destinados aos programas esportivos-sociais e de lazer;</p> <p>Efetuar o acompanhamento pedagógico, e o controle dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação para orientação dos processos educacionais implantados;</p> <p>Monitorar e avaliar os programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de</p>

	<p>fiscalização;</p> <p>Realizar estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área;</p> <p>Estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social;</p> <p>Desenvolver pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Educacional com o objetivo de obter manter os indicadores de desempenho dos Programas em andamento.</p>
<p>Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais – CGIPI</p>	<p>Assessorar a articulação de ações intersetoriais junto aos demais órgãos governamentais para a integração e potencialização das políticas públicas;</p> <p>Elaborar e adaptar Diretrizes para a celebração de parcerias Inter setoriais visando o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional e Promoção da Saúde;</p> <p>Desenvolver estudos sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas Intersetoriais de esporte com as de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;</p> <p>Propor Modelo de Acompanhamento Pedagógico das Parcerias Intersetoriais e Adaptação dos Projetos Especiais;</p> <p>Acompanhar e avaliar os resultados obtidos nos Projetos Piloto para aprimoramento das futuras parcerias;</p> <p>Promover articulação e representar o Ministério do Esporte em Conselhos e ações Intersetoriais no desenvolvimento de Políticas de Esporte Educacional de forma a otimizar os investimentos e potencializar as ações;</p> <p>Controlar e avaliar os resultados da execução das parcerias Intersetoriais, com base nos elementos do acompanhamento pelas Equipes Colaboradoras - ECs, extraindo indicativos para as decisões administrativas e para o aprimoramento da política de Esporte Educacional;</p> <p>Reunir e organizar as informações relativas aos Programas e ações de Esporte Educacional, por meio de manuais, relatórios e instrumentos específicos de forma a manter acervo histórico das normas e registros das ações desenvolvidas com as parcerias Intersetoriais e projetos especiais;</p> <p>Coordenar projetos e ações voltadas ao fortalecimento da Política de Esporte Educacional, com base em estudos e pesquisas;</p> <p>Promover ações para divulgação dos Programas voltados ao desenvolvimento da Política de Esporte Educacional, a exemplo de campanhas institucionais;</p> <p>Desenvolver pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Educacional Acompanhamento da parceria com a UFRGS acompanhar e controlar a estruturação e desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos que atuam nas parcerias Inter setoriais;</p> <p>Prestar orientações às áreas meio (implementação, acompanhamento operacional, e prestação de contas), sobre as parcerias Inter setoriais e projetos especiais, com vistas a auxiliar o controle sobre a execução dos convênios; e</p> <p>Promover interlocução com as demais áreas da Secretaria e do Ministério, para manter a unidade e uniformidade de procedimentos e objetivos comuns.</p>
<p>Coordenação Geral de Esporte Educacional – CGEED</p>	<p>Estabelecer Diretrizes para a celebração de parcerias visando o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional por meio do Segundo tempo “Padrão” e “Especiais”;</p> <p>Desenvolver estudos para aprimorar os Fundamentos Pedagógicos do Segundo Tempo com base nos princípios do Esporte Educacional; propor Modelo de Acompanhamento Pedagógico dos Programas e da Política de Esporte Educacional;</p> <p>Estruturar e desenvolver a capacitação dos Recursos Humanos que atuam na Política de Esporte Educacional, definindo os conteúdos, as estratégias a abrangência e a periodicidade;</p> <p>Prestar orientações às áreas meio (implementação, acompanhamento operacional, e prestação de contas), com vistas a aprimorar o monitoramento, fiscalização e controle sobre a execução dos convênios e demais parcerias coordenado pelo Departamento de Suporte Executivo;</p> <p>Controlar a base de parcerias vigentes e avaliar sistematicamente os resultados da execução das parcerias, com base nos elementos do acompanhamento realizados pela Equipe Técnica da SNELIS, pelas Equipes Colaboradoras – ECs, e pelos órgãos de</p>

	<p>controle, extraindo indicativos para as decisões administrativas e para o aprimoramento da política de Esporte Educacional, em conjunto com o Departamento de Suporte Executivo;</p> <p>Promover interlocução com as demais áreas da Secretaria e do Ministério, para manter a unidade e uniformidade de procedimentos e objetivos comuns;</p> <p>Reunir e organizar as informações relativas aos Programas e ações de Esporte Educacional, por meio de manuais, relatórios e instrumentos específicos, de forma a manter acervo histórico das normas e registros das ações desenvolvidas;</p> <p>Coordenar projetos e ações voltadas ao fortalecimento da Política de Esporte Educacional, com base em estudos e pesquisas; promover articulação com outros atores que atuam no desenvolvimento de Políticas de Esporte Educacional de forma a otimizar os investimentos e potencializar as ações;</p> <p>Estudar e construir Calendário Anual de eventos a serem promovidos pelas entidades parceiras, com participação nas fases de planejamento, execução e avaliação de resultados;</p> <p>Promover ações para divulgação dos Programas voltados ao desenvolvimento da Política de Esporte Educacional, a exemplo de campanhas institucionais; e</p> <p>Desenvolver pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Educacional com o objetivo de obter manter os indicadores de desempenho dos Programas em andamento.</p>
<p align="center">Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer – CGPEL</p>	<p>Estabelecer Diretrizes para a celebração de parcerias visando o desenvolvimento da Política Nacional de Esporte e de Lazer por meio dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável;</p> <p>Desenvolver estudos para aprimorar os Fundamentos Pedagógicos do PELC e do Vida Saudável com base nos princípios do Esporte e do Lazer;</p> <p>Propor Modelo de Acompanhamento Pedagógico dos Programas e da Política Nacional de Esporte e de Lazer;</p> <p>Estruturar e desenvolver a capacitação dos Recursos Humanos que atuam na Política Nacional de Esporte e de Lazer, definindo os conteúdos, as estratégias a abrangência e a periodicidade;</p> <p>Prestar orientações as áreas meio (implementação, acompanhamento operacional, e prestação de contas), com vistas a aprimorar o monitoramento, fiscalização e controle sobre a execução dos convênios e demais parcerias;</p> <p>Controlar a base de parcerias vigentes e avaliar sistematicamente os resultados da execução destas, com base nos elementos do acompanhamento realizados pela Equipe Técnica da SNELIS e pelos órgãos de controle, extraindo indicativos para as decisões administrativas e para o aprimoramento da política nacional de esporte e de lazer;</p> <p>Promover interlocução com as demais áreas da Secretaria e do Ministério, para manter a unidade e uniformidade de procedimentos e objetivos comuns;</p> <p>Reunir e organizar as informações relativas aos Programas e ações de Esporte e de lazer, por meio de manuais, relatórios e instrumentos específicos, de forma a manter acervo histórico das normas e registros das ações desenvolvidas;</p> <p>Coordenar projetos e ações voltadas ao fortalecimento da Política Nacional de Esporte e de Lazer, com base em estudos e pesquisas;</p> <p>Promover articulação com outros atores que atuam no desenvolvimento de Políticas de Esporte e Lazer de forma a otimizar os investimentos e potencializar as ações;</p> <p>Promover ações para divulgação dos Programas voltados ao desenvolvimento da Política Nacional de Esporte e de Lazer, a exemplo de campanhas institucionais;</p> <p>Desenvolver pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto da Política Nacional de Esporte e de Lazer com o objetivo de obter os indicadores de desempenho dos Programas em andamento;</p> <p>Representar a Secretaria e o Ministério do Esporte em eventos sempre que necessário.</p>
<p align="center">Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN</p>	<p>Estabelecer Diretrizes para a celebração de parceria visando o desenvolvimento da Política esportiva Indígena por meio de Programas que estão em desenvolvimento;</p> <p>Promover interlocução com as demais áreas da Secretaria e do Ministério, para manter a unidade e uniformidade de procedimentos e objetivos comuns;</p> <p>Reunir e organizar as informações relativas ao Esporte Indígena, por meio de manuais, relatórios e instrumentos específicos, de forma a manter acervo histórico das normas e registros das ações que serão desenvolvidas;</p> <p>Coordenar projetos e ações voltadas ao fortalecimento da Política Esportiva Indígena,</p>

	<p>com base em estudos e pesquisas;</p> <p>Promover articulação com outros atores que atuam no desenvolvimento de Políticas para o Esporte Indígena de forma a otimizar os investimentos e potencializar as ações;</p> <p>Estudar e construir calendário Anual de eventos a serem promovidos, com participação nas fases de planejamento, execução e avaliação de resultados;</p> <p>Promover ações para divulgação voltadas ao desenvolvimento da Política Esportiva Indígena.</p>
<p>Coordenação Geral de Jogos e Eventos – CGJEV</p>	<p>Contribuir para a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados a realização de Jogos e Eventos, visando ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;</p> <p>Propor ações que estimulem a valorização histórico-cultural de jogos estudantis e eventos de lazer, garantindo a participação de estudantes, de comunidades específicas, de portadores de deficiências e de necessidades especiais;</p> <p>Efetuar o acompanhamento e o controle dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação;</p> <p>Monitorar e avaliar os programas, projetos e ações de sua área de atuação, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, técnico e de fiscalização;</p> <p>Promover a realização de estudos e pesquisas sobre as práticas esportivas e paraesportivas visando subsidiar e aperfeiçoar a ação governamental sobre sua área de atuação, fomentando a produção do conhecimento na área;</p> <p>Estabelecer parcerias com entidades nacionais de administração desportiva escolar e universitária, órgãos governamentais e instituições privadas para implementação de ações voltadas a realização de Jogos e Eventos estudantis e de lazer; e</p> <p>Promover a realização de pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Educacional com o objetivo de atender as Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte e garantir o aperfeiçoamento da ação governamental para o segmento.</p>
<p>Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP</p>	<p>Planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas, e de formalização de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação objetivando a execução dos programas, projetos e ações governamentais;</p> <p>Articular ações necessárias para estruturar a implementação dos programas, projetos e ações governamentais;</p> <p>Coordenar e monitorar, em sua área de atuação, a execução dos convênios com vistas à subsidiar a análise técnica da prestação de contas;</p> <p>Programar a aquisição e a distribuição de materiais e uniformes necessários para os programas, políticas, projetos e ações esportivas, em articulação com o Departamento de Gestão Interna;</p> <p>Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas, projeto e ações, para subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Secretaria; e</p> <p>Articular os sistemas de monitoramento e avaliação dos programas de que trata esse departamento, com os sistemas estruturados de planejamento, monitoramento, orçamento e finanças existentes no governo federal.</p>
<p>Coordenação Geral de Formalização de Convênios – CGFOR</p>	<p>Analisar e planejar a execução das transferências voluntárias realizadas por meio de convênios, bem como das descentralizações de recursos por meio dos termos de cooperação, no âmbito da Política de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;</p> <p>Elaborar os editais de chamamento público com monitoramento dos projetos apresentados e suas respectivas avaliações quanto ao atendimento dos requisitos previstos;</p> <p>Manifestar quanto aos recursos interpostos pelos participantes; Publicação dos resultados de seleção tanto parciais quanto finais;</p> <p>Elaborar pareceres referente à análise técnica e de custos dos projetos selecionados;</p> <p>Acompanhar os recursos a serem empenhados e suas respectivas descentralizações/repasses;</p> <p>Elaborar minuta dos instrumentos a serem celebrados com o conseqüente acompanhamento da publicação dos termos referentes; e</p> <p>Coordenar e analisar as emendas parlamentares, bem como o respectivo processo de formalização das parcerias.</p>
<p>Coordenação Geral de</p>	<p>Analisar e encaminhar demandas de órgãos de controle interno e externo (TCU,</p>

<p>Avaliação e Controle de Convênios – CGCON</p>	<p>CGU, MP e DPF), bem como de Prefeituras e câmaras legislativas; Atender requerimentos de cidadãos, gerando resposta por meio de ofícios; Cumprir e monitorar os prazos das solicitações internas e externas; Elaborar os relatórios de acompanhamento frente às demandas dos órgãos de controle; Elaborar requisições e solicitações às Coordenações Gerais da SNELIS; Acompanhar/Levantar os Acórdãos do TCU, bem como tomada de providências decorrentes; Instruir os processos administrativos com o intuito de subsidiar as áreas demandadas pelos órgãos de controle; Elaborar memorandos e despachos deliberativos entre as coordenações; Estabelecer a interface com a Coordenação Geral de Fiscalização e e Análise do Cumprimento do Objeto – CGFISCO e a Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO, quanto à emissão de pareceres técnicos e financeiros, respectivamente, obedecendo à ordem prioritária solicitada pelos órgãos de controle; Responder e arquivar as mensagens via Ouvidoria (Solicitação/Informação/Reclamação/Denúncia), além de elaborar Relatórios Finais conclusivos de casos e processos oriundos deste setor; Representar a SNELIS em assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação/SIC, ficando a cargo da CGCON realizar a triagem interna e o respectivo encaminhamento das solicitações ao setor responsável, seguido da compilação dos dados fornecidos para posterior envio de resposta; Fornecer subsídio às demandas de matérias jornalísticas – recebidas via ASCOM; Inserir documentos e informações relevantes às atividades da área no SIC (Sistema de Informação de Convênios/SNELIS).</p>
<p>Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte Educacional – CGAO-PST</p>	<p>Acompanhar operacionalmente as parcerias durante toda a execução no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV, envolvendo o planejamento e a estruturação das ações, com a função de orientar a estruturação das ações estipuladas no Plano de Trabalho, no que diz respeito à Política de Esporte e Educação; Analisar pleitos e emitir pareceres referentes aos processos incidentes na execução das parcerias; Acompanhar e fiscalizar “in loco”, buscando diagnosticar o desempenho dos convenentes, implementando medidas de controle primário que visem ao cumprimento do objeto dos convênios/termos de cooperação, com a qualidade e efetividade necessária ao pleno atendimento do público – alvo estabelecido.</p>
<p>Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social – CGAO-LIES</p>	<p>Acompanhar operacionalmente as parcerias durante toda a execução no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV, envolvendo o planejamento e a estruturação das ações, com a função de orientar a estruturação das ações estipuladas no Plano de Trabalho, no que diz respeito às Políticas de Esporte, Lazer e Inclusão Social; Analisar pleitos e emitir pareceres referentes aos processos incidentes na execução das parcerias; Acompanhar e fiscalizar “in loco”, buscando diagnosticar o desempenho dos convenentes, implementando medidas de controle primário que visem ao cumprimento do objeto dos convênios/termos de cooperação, com a qualidade e efetividade necessária ao pleno atendimento do público – alvo estabelecido.</p>
<p>Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto – CGFISCO</p>	<p>Emitir do Parecer Técnico de Cumprimento do Objeto dos projetos concluídos, denunciados ou rescindidos no âmbito da Política de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Fiscalizar os convênios vigentes alvo de denúncias ou que tenham apresentado problemas durante a execução, sem solução durante o acompanhamento operacional realizado, tendo como atribuições básicas: Diligenciar parceiros, Reanalisar pareceres já emitidos; Formular a programação/planejamento das fiscalizações; Realizar a fiscalização “in loco” avaliando seus resultados e elaborando os Relatórios Finais.</p>

Embora com uma organização e estrutura adequadas no âmbito de coordenações, cabe registrar a amplitude das atribuições de cada um dos setores da SNELIS e as limitações de gestão frente à

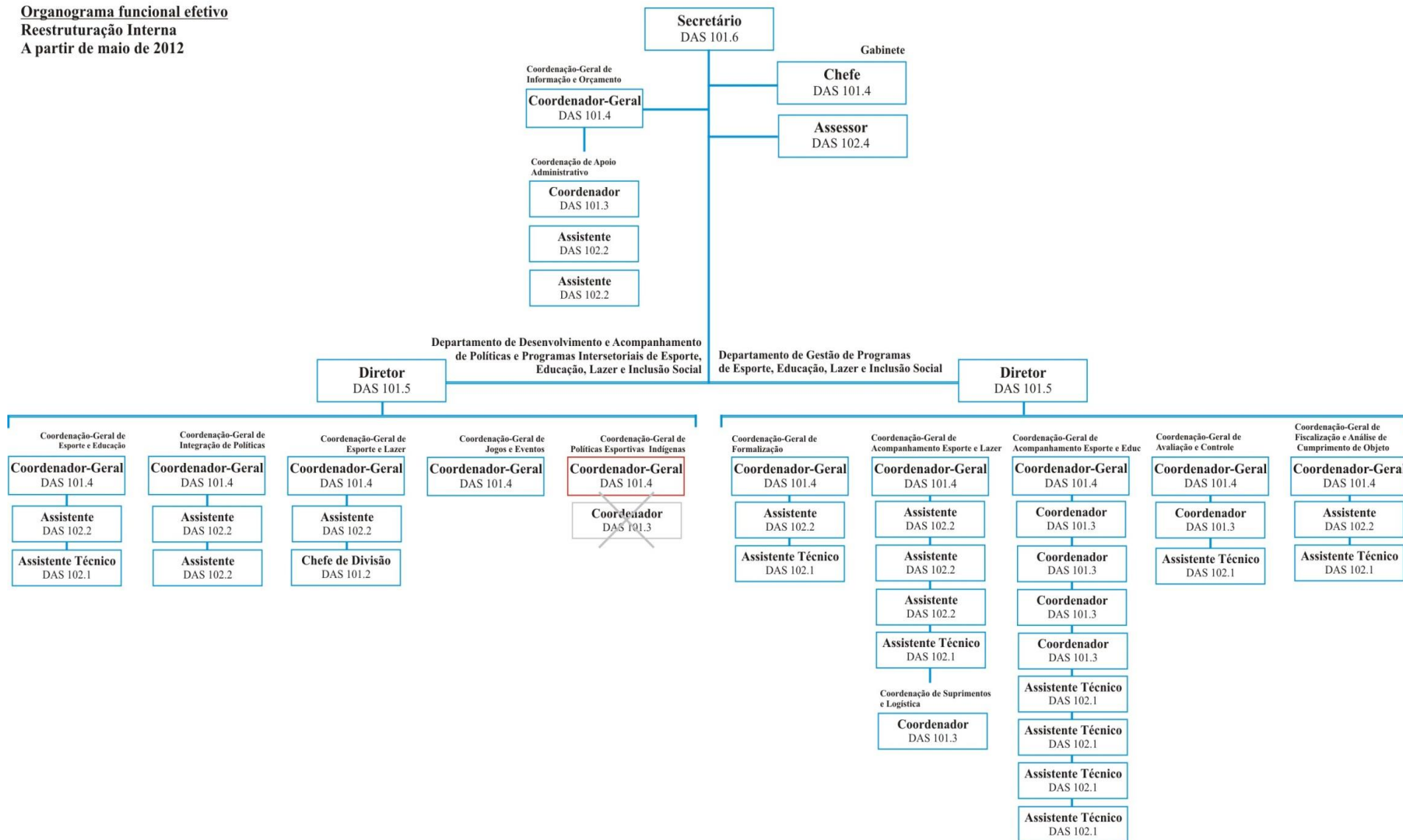
precariedade da estrutura de apoio, haja vista o pequeno número de DAS nos níveis 1 a 3 vinculados às coordenações, assim como o baixo número de servidores.

Apesar da perspectiva de ampliação do quadro de funcionários por meio da realização de concurso público efetivo ou temporário, além de maior investimento na área de Tecnologia da Informação para desenvolvimento de sistemas de gestão que otimizem os pontos de controle, ainda a estrutura se demonstra deficitária, considerando a demanda já existente e a demanda a ser cumprida, em decorrência das metas do PPA, o que pode impactar de forma significativa no desempenho institucional da Secretaria.

Organograma Atual

Organograma funcional efetivo
 Reestruturação Interna
 A partir de maio de 2012

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social



1.4 Principais Parceiros

Para o desenvolvimento das Políticas de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, a SNELIS tem como principais parceiros os governos municipais e estaduais, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e as Universidades Públicas.

No caso específico do Programa Esporte e Lazer da Cidade, os principais parceiros são as prefeituras municipais e as universidades públicas, na busca pela municipalização da Política Nacional de Esporte e Lazer, em consonância com as contribuições acadêmicas da área. Além disso, por meio da importante parceria existente entre o Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Minas Gerais são desenvolvidos os módulos de formação do PELC, que buscam promover a capacitação de todos os agentes sociais envolvidos no programa.

Em relação ao Programa Segundo Tempo, o principal parceiro é o Ministério da Educação, sendo possível, por meio da integração das políticas de educação e de esporte, dar escala ao programa, ampliando significativamente o número de beneficiados com a inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação. Outra importante parceria é com o Ministério da Defesa que disponibiliza sua infraestrutura esportiva para oferecer atividades esportivas a crianças e jovens em situação de risco social, por meio do Programa Forças no Esporte.

Cabe citar ainda a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que viabiliza a capacitação e o acompanhamento *in loco* dos núcleos do Segundo Tempo, colocando uma Rede de Professores Educação Física e Esporte de Universidades Públicas a serviço do Programa.

Em relação ao Programa Pintando a Liberdade/Cidadania, atualmente os convênios vigentes têm como parceiros governos estaduais e municipais.

Já para o desenvolvimento da política de Esporte Estudantil, os principais parceiros da Secretaria são a Confederação Brasileira de Desporto Escolar e a Confederação Brasileira de Desporto Universitário.

Para as demais ações desenvolvidas pela SNELIS em 2012, relativas à Pesquisa, ao Legado Social e aos Jogos Indígenas, também foram priorizadas as parcerias públicas com Universidades e outros órgãos federais.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES (Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A partir de julho de 2012, a SNEELIS realizou um estudo prévio e estruturou um projeto básico para a contratação de prestação de serviços, visando a implantação de modelo de planejamento estratégico e objetivando a modernização da sua gestão a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão estratégica, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas. De forma mais específica, esperando os seguintes resultados com a implantação do modelo:

- **Sistematização do processo decisório da SNEELIS** – definição de um processo formal de tomada de decisões sobre objetivos, metas e projetos estratégicos da SNEELIS. A partir da construção e implantação do Modelo de Gestão Estratégica da SNEELIS, propôs-se que a Secretaria desenvolvesse e fortalecesse as atividades de monitoramento, análise e avaliação da estratégia;
- **Maior capacidade de planejamento e alcance de resultados** – com a implantação do planejamento estratégico, propôs-se ampliar a geração de resultados da SNEELIS que seriam obtidos por meio dos projetos estratégicos e mensurados pelo painel de gestão (*Balanced Scorecard – BSC*);
- **Decisões baseadas na corporação como um todo** – propôs-se desenvolver a capacidade da SNEELIS em gerir um portfólio de projetos baseado nos objetivos estratégicos e não nas necessidades setoriais de seus departamentos;
- **Melhor capacidade de planejamento e alocação de recursos** – propôs-se fortalecer a gestão de projetos e processos como forma de alcance de resultados e orientação orçamentária;
- **Acesso mais rápido a informação de maior qualidade** – com a implantação do BSC e da Área de Gestão Estratégica, propôs-se disponibilizar informações de forma tempestiva para a tomada de decisões na SNEELIS;
- **Aumento da eficácia e eficiência da organização** – propôs-se a gestão por projetos e processos, de forma a permitir focalizar a entrega de produtos e a organização real e adequada dos recursos necessários para a sua execução;
- **Priorização mais realista do trabalho** – propôs-se ter foco estratégico, significando melhorar a capacidade de escolha e priorização dos temas que realmente impulsionam a organização para o alcance dos objetivos e resultados almejados.

Tal proposta foi considerada de suma relevância em face da fusão entre SNEED e SNEEL, de forma a permitir a revisão do plano estratégico para a realidade da nova Secretaria. Entretanto, apesar dos esforços desta unidade no sentido de viabilizar a proposta em referência, esta não foi contemplada, considerando a tramitação de contrato único proposto pela Secretaria Executiva, que contemplará todas as unidades deste Ministério e encontra-se em curso.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

I. Estratégias de atuação frente aos objetivos institucionais

Dentre os objetivos institucionais da SNELIS, destaca-se a principal missão da Secretaria no âmbito do Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos que integra o Plano Plurianual 2012-2015. Como Secretaria finalística do Ministério do Esporte, à SNELIS coube o desafio de alcançar o Objetivo 0669: “Ampliar e qualificar o acesso à população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.”

Em busca desse objetivo, e cientes dos limites orçamentários da pasta, a Secretaria tem procurado diversificar suas estratégias de atuação de forma a potencializar o alcance das políticas de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

Considerando a nova estrutura da SNELIS, e a impossibilidade de realizar um Plano Estratégico que englobasse todas as ações em potencial, conforme já tratado no item 2.1 do presente, optou-se por minimamente definir estratégias de atuação para cada um dos programas/ações da Secretaria que serão apresentados a seguir.

Considerando ainda a divisão de trabalho entre os Departamentos da Secretaria (DEGEP e DEDAP), e a organização do Departamento de Gestão por processos, inicia-se pela estratégia de atuação da **Coordenação de Formalização**, responsável pela seleção e celebração das parcerias de todas as ações orçamentárias que se encontram sob a gestão da SNELIS, por meio das quais se materializa a execução das políticas de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

a) Celebração de parcerias

Destaca-se dentre as atribuições do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP, a competência de “*planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas e de formalização de convênios e termos de cooperação objetivando a execução dos programas, projetos e ações governamentais*”.

Compete ao DEGEP/SNELIS a execução das ações orçamentárias abaixo descritas e constantes do Programa Orçamentário nº 2035 – **Esporte e Grandes Eventos Esportivos**:

Tabela 2 – Execução da Ação Orçamentária 20JP

Número	Descrição	Limite LOA2012	Limite Executado
20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer	R\$224.553.038,00	R\$32.033.673,04

Fonte: SNELIS

Para a execução desta ação o Ministério do Esporte desenvolveu o Programa Segundo Tempo – PST, instituído por força da Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003, e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. A execução de ambos os programas dá-se por meio da celebração de parcerias com entes Federais, Estaduais, Municipais e com o Distrito Federal, por meio de convênios e termos de cooperação, em consonância com as Diretrizes dos programas supracitados.

A celebração de convênio tem como ferramenta o Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, no qual foram cadastrados os programas listados a seguir, especificamente para atender

ao cadastramento de propostas a serem selecionadas no âmbito de Chamamento Público, procedimento previsto no art. 7º da Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro de 2011, bem como as cadastradas por proponentes específicos selecionados pelo DEGEP, que desenvolveram, em exercícios anteriores, parcerias de forma satisfatória sobre os aspectos operacionais e pedagógicos.

- **5100020120084** (Ação 20JP): Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer – Emendas Parlamentares.

Descrição: A Ação visa atender crianças e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas e outras ações para o seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social. Viabilizar ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo. Implantar ações de esporte e de lazer para a população de todas as idades. Implantar ações e projetos que ampliem o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer. Apoiar projetos de esporte e de lazer e a produção de material esportivo. Tem por finalidade: Desenvolver ações com vista a manter e ampliar o acesso ao esporte e lazer a toda a população brasileira, em especial, aos escolares. Gerar renda em comunidades com risco social por meio da produção de material desportivo, visando fomentar e apoiar os programas sociais e estratégias de esporte e lazer.

- **5100020120085:** SNELIS – Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer – Todas as Idades.

Descrição: Projeto Esporte e Lazer da Cidade, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas, com objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerados direitos sociais de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), incluindo pessoas com deficiência, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

- **5100020120086:** SNELIS – Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer – Vida Saudável.

Descrição: Projeto Esporte e Lazer da Cidade, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas de esporte recreativo e de lazer, voltadas às pessoas adultas, a partir de 45 (quarenta e cinco) anos, e idosas, incluindo pessoas com deficiência, com o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer considerados direitos sociais de todos os cidadãos.

- **5100020120087:** SNELIS – Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer – Povos e Comunidades Tradicionais.

Descrição: Projeto Esporte e Lazer da Cidade, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas, com o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer como direitos de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), incluindo pessoas com deficiência, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano. Tem seu foco nos grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal por possuírem formas próprias de organização social e ocuparem territórios tradicionais. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, dentre outros.

- **5100020120091** (Ação 20JP): Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer – Programa Segundo Tempo – Proponentes Específicos – Renovação.

Descrição: A Ação visa manter e ampliar o acesso ao esporte e lazer a toda população brasileira, em especial, aos escolares. O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte destinada a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. De outra forma, o Programa visa restabelecer as parcerias já firmadas e que desenvolveram as atividades do Programa Segundo Tempo de forma satisfatória, sob aspectos operacionais e pedagógicos. Mediante critérios e análises, os proponentes específicos foram selecionados para apresentação de pleito, nos moldes das diretrizes, considerando o valor máximo a ser financiado no repasse dos recursos federais.

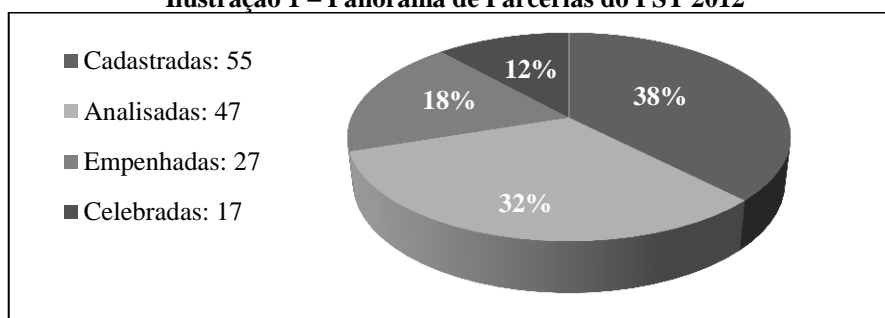
Quanto aos termos de cooperação, estes são realizados por meio da apresentação pelas entidades e órgãos federais de documentação específica constante da Portaria nº 183, de 05 de outubro de 2006, deste Ministério do Esporte. Para tanto, a Secretaria disponibiliza no sítio deste Ministério o edital para apresentação da referida documentação, assim como convoca parceiros que tiveram execução satisfatória em projetos anteriormente apoiados.

Para a execução do Programa Segundo Tempo – PST, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social selecionou entidades parceiras que desenvolveram o programa em exercícios anteriores com boa execução (de acordo com as expectativas das Diretrizes do Programa). Desta forma, disponibilizou no SICONV o **Programa nº 5100020120091**, assim como solicitou às entidades federais que apresentassem a documentação necessária para a renovação das parcerias. As entidades selecionadas encontram-se listadas no Anexo 1 – Relação das Entidades Selecionadas – PST.

Destaca-se que das 55 (cinquenta e cinco) entidades selecionadas, 47 apresentaram projetos, sendo 41 (quarenta e uma), por meio de propostas cadastradas no SICONV pelos proponentes específicos e 06 (seis) projetos e documentações apresentadas de forma física pelas entidades federais.

Do montante relatado acima, foram empenhados 27 (vinte e sete), sendo 24 (vinte e quatro) convênios e 03 (três) descentralizações de crédito para as entidades federais. O Resultado Final das formalizações publicadas no âmbito do Programa Segundo Tempo – PST somam 17 (dezesete) ajustes, dos quais 15 (quinze) referem-se aos Convênios publicados e 02 (dois) Termos de Cooperação descentralizados, demonstrado na ilustração abaixo.

Ilustração 1 – Panorama de Parcerias do PST 2012



Fonte: SNELIS

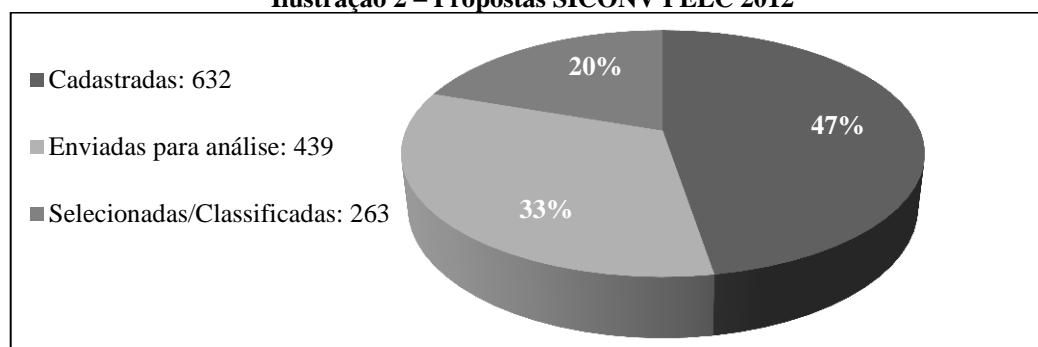
Quanto à execução da meta física, verifica-se na planilha constante do Anexo 2 – Relação da Execução do PST 2012 que as parcerias celebradas no âmbito do Programa Segundo Tempo atenderão 19.920 (dezenove mil, novecentos e vinte) beneficiários, distribuídos em 198 (cento e noventa e oito) núcleos, disseminados em 04 das regiões brasileiras, sendo na região nordeste 2.120 (dois mil cento e vinte); na região sul 1.000 (mil); na região norte 700 (setecentos) e na região sudeste 16.100 (dezesseis mil e cem).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas, que propiciam a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

A execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC (Todas as Idades, Vida Saudável e Povos e Comunidade Tradicionais) deu-se por meio de editais de Chamamento Público, quais sejam o Edital SNELIS Nº 001/2012 destinado a projetos apresentados pelos municípios brasileiros, e o Edital SNELIS Nº 002/2012 em atendimento aos projetos das entidades públicas federais, disponibilizados no sítio do Ministério do Esporte, em maio de 2012.

Cabe salientar que a apresentação de projetos no âmbito do Edital SNELIS Nº 001/2012 ocorreu por meio do cadastramento de proposta no Sistema – SICONV, pelos municípios, nos programas cadastrados sob os números **5100020120085**, **5100020120086** e **5100020120087** que totalizaram 632 (seiscentas e trinta e duas) propostas cadastradas, das quais foram analisadas 439 (quatrocentos e trinta e nove), sendo classificadas 263 (duzentos e sessenta e três), conforme demonstra a ilustração abaixo.

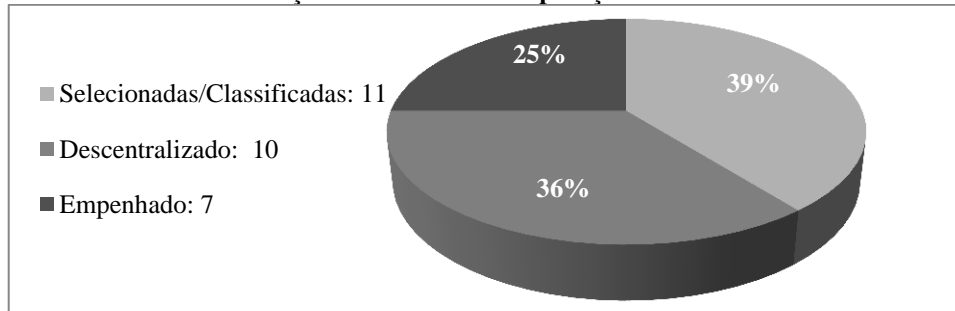
Ilustração 2 – Propostas SICONV PELC 2012



Fonte: SNELIS

Quanto aos projetos apresentados pelas entidades federais, constante do Anexo 3 – Relação das Entidades Federais Proponentes do PELC, conforme previsto no Edital SNELIS Nº 002/2012, estes foram encaminhados de forma física, bem como a documentação necessária à celebração dos Termos de Cooperação, tendo manifestado interesse 12 (doze) entidades federais, das quais 10 (dez) tiveram recursos descentralizados, sendo efetivadas as parcerias com apenas 07 (sete) que empenharam em tempo hábil, não tendo as demais conseguido empenhar, conforme abaixo demonstrado.

Ilustração 3 – Termo de Cooperação PELC 2012



Fonte: SNELIS

No montante das parcerias celebradas por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade, verifica-se que serão beneficiadas 136.000 (cento e trinta e seis mil) pessoas, sendo: 76.000 (setenta e seis mil) na região nordeste; 30.000 (trinta mil) na região sul; 20.000 (vinte mil) na região sudeste; e 10.000 (dez mil) na região centro-oeste. Verifica-se, ainda, que o atendimento do público beneficiário se dará em 45 (quarenta e cinco) núcleos.

Cabe destacar que o Ministério do Esporte por meio da SNELIS visa uniformizar a distribuição dos programas sociais desenvolvidos no âmbito da ação 20JP, pelas regiões brasileiras que permitam ampliar o acesso às atividades físicas da sociedade nas áreas em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 3 – Execução da Ação Orçamentária 20JQ

Número	Descrição	Limite LOA2012	Limite Executado
20JQ	Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	R\$18.145.600,00	R\$11.537.619,24

Fonte: SNELIS

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, responsável pela execução da ação 20JQ – Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer, que tem por principal finalidade ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias por meio do apoio a eventos de esporte e lazer, adotou no exercício de 2012 a seleção de propostas por meio do chamamento público, bem como o apoio aos jogos escolares constantes do calendário nacional e a projetos pilotos cujos parceiros foram atendidos como proponentes específicos.

O Chamamento Público SNELIS Nº 003/2012, realizado para execução da ação 20JQ, Anexo 4 – Edital nº 003/2012, teve por objeto selecionar propostas que visem (1) o apoio a eventos de esporte e lazer; e (2) a estruturação e o apoio ao desenvolvimento de Competições de Esporte Estudantil, divulgado no sítio do Ministério do Esporte, para atendimento das demandas a serem apresentadas pelos interessados em participarem do chamamento. A SNELIS disponibilizou no SICONS o **Programa Nº 5100020120088**, sendo que para atender às propostas de projetos pilotos e do calendário escolar foi disponibilizado o **Programa 5100020120083** para cadastramento de propostas dos proponentes específicos, conforme descrito abaixo.

- **5100020120088:** Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer - Edital 003/2012/SNELIS.

Descrição: A Ação visa promover e apoiar eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar. Viabilizar a participação em eventos que possibilitem a indicação à iniciação e à vivência esportiva. A Ação tem ainda por Finalidade: Ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias por meio do apoio a eventos de esporte e lazer; estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma

política de esporte estudantil, articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis.

- **5100020120083** (Ação 20JQ): Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer – Emendas Parlamentares / Proponente Específico.

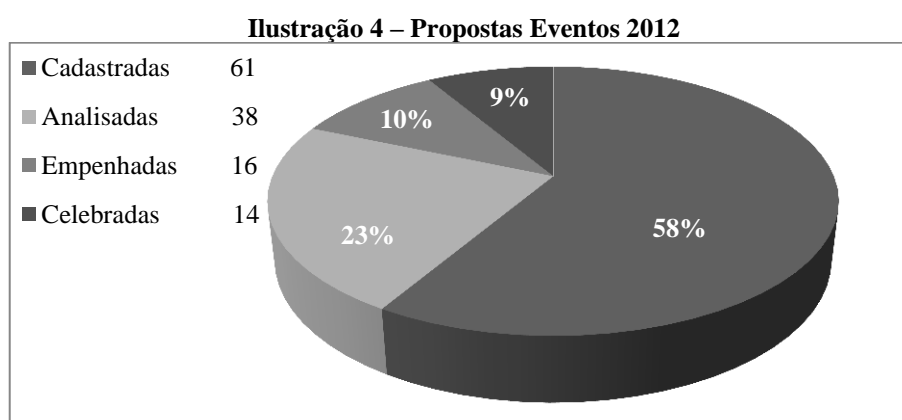
Descrição: A Ação visa promover e apoiar eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar. Viabilizar a participação em eventos que possibilitem a indicação à iniciação e à vivência esportiva, além de desenvolver e apoiar ações ligadas aos estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer. A Ação tem ainda por Finalidade: Ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias por meio do apoio a eventos de esporte e lazer; estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte estudantil, articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis.

No Programa **5100020120088** foram cadastradas 37 (trinta e sete) propostas pelos interessados em participar do chamamento público supracitado, das quais 20 (vinte) foram analisadas, 06 (seis) selecionadas e 02 (duas) foram formalizadas, constante do Anexo 5 – Homologação do Resultado Final e do Banco de Projetos e Anexo 6 – Publicação do Resultado Parcial.

Quanto ao Programa **5100020120083** verificou-se o cadastramento de 24 (vinte e quatro) propostas de proponentes específicos e emendas, Anexo 7 – Proponentes Específicos e Emendas Parlamentares, sendo que 18 (dezoito) foram analisadas, 05 (cinco) empenhadas e 05 (cinco) celebradas/publicadas.

Cabe esclarecer que além das parcerias apoiadas nos programas supracitados, para atendimento da ação orçamentária 20JQ, celebrou-se, ainda, 07 (sete) Termos de Cooperação com entidades parceiras deste Ministério.

Portanto, na ação 20JQ foram cadastradas 61 (sessenta e um) propostas e apresentados 07 (sete) projetos que totalizaram 68 (sessenta e oito), sendo analisados 38 (trinta e oito), empenhados 16 (dezesesseis) e celebrados 14 (quatorze), conforme elucidado na ilustração abaixo.



Fonte: SNELIS

Tabela 4 – Execução da Ação Orçamentária 20JR

Número	Descrição	Limite LOA2012	Limite Executado
20JR	Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos	R\$100.000,00	R\$100.000,00

Fonte: SNELIS

A execução desta ação se deu por meio da parceria celebrada com a Universidade Federal de Santa Catarina que teve por objeto “*elaborar o livro Legados do Esporte Brasileiro, a partir de três eixos temáticos: Esporte Educacional, Esporte de Lazer e Esporte de Inclusão Social*”.

Tabela 5 – Execução da Ação Orçamentária 20JS

Número	Descrição	Limite LOA2012	Limite Executado
20JS	Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer	R\$295.000,00	R\$182.050,00

Fonte: SNELIS

No que tange à execução da ação supracitada, foram analisados 07 (sete) projetos apresentados pelas entidades federais com vista à celebração de termo de cooperação, sendo que foram efetivadas 04 (quatro).

Tabela 6 – Parcerias Celebradas com Entidades Federais

Universidade Federal de Santa Catarina	II Congresso de Formação Profissional em Educação Física	R\$50.050,00	R\$50.050,00	SC
Universidade Federal de Minas Gerais	XIII Seminário: O lazer em Debate	R\$34.300,00	R\$34.300,00	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Projeto de Estudo: Escolarização e Esporte – Atletas e participantes de projetos sócio-esportivos	R\$59.400,00	R\$59.400,00	RJ
Universidade Federal de Santa Catarina	Projeto de Extensão que tem como tema: Legados do Esporte Brasileiro	R\$18.883,80	R\$18.883,80	SC

Fonte: SNELIS

Tabela 7 – Execução da Ação Orçamentária 2494

Número	Descrição	Limite LOA2012	Limite Executado
2494	Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	R\$100.000,00	R\$99.000,00

Fonte: SNELIS

- **5100020120101:** Realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Descrição: Integrar os povos indígenas por meio do incentivo, valorização e fortalecimento da prática de esportes tradicionais pelas diversas etnias.

A proposta cadastrada no Programa Nº 5100020120101 teve por objeto a realização de jogos em comunidades indígenas no Município de Pacaraima/RR, empenhado com limite da ação orçamentária **2494**.

Cabe salientar que a execução do exercício de 2012 efetivamente sofreu alguns obstáculos, dentre os quais se destacam:

- Contingenciamento orçamentário;
- Período de defeso eleitoral;
- Inadimplências das Entidades Proponentes (Estaduais/Municipais);
- Despreparo dos proponentes quanto à alimentação do SICONV ;

- Fragilidade nos orçamentos apresentados pelos Proponentes que dificulta a Análise de Custo por parte da CGFOR;
- Prestação de Contas Final – PCF (Análise para celebração de novas parcerias);
- Insuficiência de pessoal capacitado.

b) Programa Segundo Tempo

Em relação ao Segundo Tempo, cabe registrar que a SNELIS adotou duas estratégias diferenciadas para o desenvolvimento do Programa, a saber: a) Convênios e Termos de Cooperação com Estados, Municípios, Universidades e Governo Federal para desenvolver o Segundo Tempo Padrão e os projetos especiais; e b) Parceria com o MEC por meio do Programa Mais Educação (FNDE/PDDE) para desenvolver o Segundo Tempo na Escola.

Para facilitar o entendimento de como se desenvolvem essas estratégias, já que uma se materializa por meio de transferência voluntária e na outra não há repasse de recursos, apenas doação de materiais didáticos e esportivos e acompanhamento pedagógico, além do fato de que são coordenadas por setores diversos na estrutura da SNELIS, optou-se por apresentar os dados de cada uma em separado, conforme segue:

b.1) Parcerias com Estados, Municípios, Universidades e Governo Federal

Com o processo de reestruturação da SNELIS, como já citado, e diante da incorporação de novos programas pela Secretaria, foi necessária a reorganização de suas unidades administrativas para dar conta das estratégias institucionais de revisão, formulação e acompanhamento das ações voltadas ao esporte educacional, visto que até 2011 toda a estrutura da secretaria estava a serviço do Segundo Tempo, enquanto programa orçamentário estratégico do Governo Federal no PPA 2007-2011. Deste modo, foi criada em maio de 2012 a **Coordenação Geral de Esporte Educacional (CGEED)**, vinculada ao Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais (DEDAP).

A CGEED, que tem como iniciativa principal o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo por meio da Ação Orçamentária **20JP – Desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte educação, lazer e inclusão social** – prevista no Plano Plurianual 2012-2015, busca responder às demandas geradas pela sociedade de garantia e ampliação do conjunto dos direitos constitucionais, com vistas a aumentar o acesso de escolares e da população às práticas esportivas educacionais.

Para que cumpra suas atribuições regulamentares, a CGEED conta com o apoio técnico-operacional das sub-coordenações de **Desenvolvimento Pedagógico (CGDEP)**, de **Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA)**, e de **Acompanhamento e Avaliação dos Convênios (CGAAV)**.

Cabe à Sub-coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico (CGDEP) a responsabilidade de propor estudos e pesquisas para ampliar e fortalecer a produção de todo o conteúdo e fundamentação pedagógica do Programa Segundo Tempo. Além do mais, é a unidade responsável pela capacitação dos recursos humanos que atuam no Programa.

O papel da Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA) é coordenar o trabalho de acompanhamento *in loco* das atividades nos núcleos/convênios, realizado pelas 19 Equipes Colaboradoras que estão espalhadas pelo Brasil, e pela consolidação dos Relatórios de Visitas gerados.

À Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação dos Convênios (CGAAV), incumbe o processamento dos dados dos Relatórios Consolidados gerados pelas Equipes Colaboradoras, mantendo controle sobre os pontos observados nas visitas frente aos objetivos do Programa, com vistas à emissão de orientações e recomendações de procedimentos a serem adotados pelas entidades parceiras.

Destarte, a formalização, o acompanhamento, a fiscalização e a análise da prestação de contas – sob aspecto de mérito - dessas parcerias são desenvolvidas por todas as Coordenações-Gerais do Departamento de Gestão de Programas.

Na **Coordenação-Geral de Formalização – CGFOR** são preparados e instruídos os editais e os procedimentos para abertura do programa Segundo Tempo, estabelecendo os critérios para a seleção dos projetos, diante das diretrizes apresentadas pela Coordenação-Geral de Esporte Educacional. Tais Editais e todos os procedimentos para o recebimento, processamento e análise dos projetos são adequados para absorção das funcionalidades constantes do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, nos casos de parcerias com entes estaduais e municipais, bem como adequados para o processamento físico, no caso dos termos de cooperação. Assim, compete à CGFOR a análise de mérito e financeira sobre os planos de trabalho apresentados, bem como sobre os termos de referência que constituem as análises de custos dos projetos apresentados. Por fim, a coordenação fica responsável pela celebração da parceria, desenvolvendo ampla articulação com a Secretaria Executiva e a Consultoria Jurídica para os trâmites de competência destas.

No que diz respeito ao acompanhamento dos instrumentos constituídos nas parcerias, a **Coordenação-Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO** é a responsável pelo acompanhamento remoto do SICONV, no que concerne aos procedimentos de inclusão de dados, pelos parceiros, dos processos de compra, contratos, liquidações e pagamentos, bem como registro de ingresso de recursos e relatórios de execução.

Além disto, desenvolve toda a articulação para a gestão administrativa dos instrumentos e é a responsável pela análise e emissão de ordens de início, ajustes de plano de trabalho, uso de rendimentos de aplicação e termos aditivos, assim como motiva rescisões e se manifesta em denúncias, aqui entendidas como rescisões unilaterais por volição de uma das partes.

Não menos importante, de forma articulada, atua com a Coordenação-Geral de Esporte Educacional numa avaliação de eficácia, eficiência e efetividade das parcerias, com os múltiplos olhares constituídos na estrutura de avaliação e monitoramento constituída no âmbito do DEDAP, integrando aos relatórios de mérito, principalmente quando das decisões motivadas pelos processos incidentes na execução, dos resultados auferidos pelas equipes colaboradoras e processados pela CGAAV.

No que diz respeito às denúncias por possível malversação de recursos ou desvio de finalidade na implementação do Programa Segundo Tempo, bem como no que diz respeito ao recebimento, tratamento, encaminhamento e atendimento de todas as demandas de órgãos de controle interno e externo, tem-se a **Coordenação-Geral de Controle e Avaliação - CGCON**, que articula tais eventos junto às demais coordenações de toda a SNELIS e busca, prontamente, realinhar os processos de controle interno primário no âmbito do programa, bem como instruir as apurações ocasionadas por culpa ou dolo dos parceiros, quando das instruções de apuração realizadas pelos órgãos citados.

Por fim, a **Coordenação-Geral de Fiscalização e Avaliação do Cumprimento do Objeto – CGFISCO** é a responsável pela análise de efetividade das parcerias, considerando os objetos

conveniados e os planos de trabalho constituídos, seja motivada pela conclusão das parcerias, seja pelas rescisões ou denúncias ocorridas. Neste sentido, tem por atuação a produção de manifestação quanto ao atingimento das metas e quanto ao alcance dos objetivos, também considerando todas as informações produzidas no âmbito da CGAO e das Coordenações DEDAP, durante o processo de execução.

Ações realizadas em 2012 e resultados

O cenário de mudanças estruturais da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, associado ao fato de 2012 ter sido um ano eleitoral para a gestão municipal, levou a Coordenação Geral de Esporte Educacional a redimensionar o planejamento estratégico que contemplava apenas o Programa Segundo Tempo – o qual tinha sido reorganizado em 2009 e não mais atendia às necessidades atuais da unidade.

Deste modo, foram mantidas as estratégias do Plano de Ação PST 2011, de forma a possibilitar a conclusão de um ciclo de desenvolvimento estabelecido por meio das Chamadas Públicas no atendimento às Carteiras de Projetos, reforçando as linhas de atuação pré-estabelecidas, consubstanciadas nas prioridades de:

1. Qualificar o atendimento aos beneficiados com a revisão constante e o fortalecimento da Proposta Pedagógica do Programa;
2. Qualificar o atendimento aos beneficiados com investimentos na capacitação dos profissionais e na aquisição de materiais esportivos a serem distribuídos aos núcleos;
3. Revisar e fortalecer o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do Programa, na busca de diminuir os riscos e dar mais efetividade à aplicação dos recursos públicos;
4. Ampliar os projetos especiais, diversificando e agregando valor ao Programa pelo PST Universitário, PST Esportes Adaptados e a retomada do PST Navegar; e
5. Fomentar a participação de adolescentes e jovens nos jogos estudantis brasileiros por meio da ressignificação do Programa Segundo Tempo, visando articular a política de esporte na escola e na universidade com as competições realizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto escolar e universitário.

A implantação da nova estrutura organizacional e a necessidade de qualificar e aprimorar a gestão da CGEED também foi outro grande desafio. No primeiro momento, foi preciso assegurar os recursos materiais e a infraestrutura necessários ao pleno funcionamento da Coordenação. Depois, selecionar os recursos humanos com potencial para fazer frente à crescente demanda de ações, promovendo a capacitação e a qualificação da equipe com a descrição pontual das diversas funções e atribuições dos técnicos, do pessoal de apoio, dos consultores e das coordenações de apoio técnico-operacional, bem assim, estabelecer fluxos de procedimentos objetivando melhorar o desempenho das atividades.

Esse conjunto de iniciativas fez com que a gestão estivesse à altura dos novos desafios colocados. No entanto, as dificuldades enfrentadas na implementação de sua programação, mostradas ao longo desse Relatório, impediram o desenvolvimento em termos quantitativos, revelado pelo desempenho insatisfatório das metas estabelecidas, no que se refere à execução orçamentária e cumprimento dos

compromissos assumidos por meio das Chamadas Públicas, fruto do extenso corte orçamentário sofrido pelo Programa.

Contudo, a organização das atividades e prioridades da gestão em afinidade com o Plano de Ação definido para o ano de 2012 demonstrou avanços na formulação dos objetivos e um quadro extremamente positivo no fortalecimento e desenvolvimento qualitativo da política pública de esporte educacional, conforme detalhamento a seguir:

I – Ampliar a abrangência e melhorar a qualidade da aplicação dos recursos do PST

- **Objetivo1: Implantar núcleos do PST – Padrão**
 - Destaca-se o esforço conjunto com a Coordenação Geral de Formalização (CGFOR) na abertura de programa para proponente específico, cuja execução fora avaliada pela CGAAV e pela CGAO, com desempenho favorável nos convênios anteriores;

- **Objetivo2: Implantar núcleos do PST – Padrão, na Fronteira do Brasil**
 - Realizou-se estudo e elaborou-se projeto para subsidiar a abertura de Chamada Pública específica, visando à implantação dos núcleos Programa Segundo Tempo Padrão em parceria com os Municípios Brasileiros localizados na Faixa de Fronteira do Brasil (Arco Norte – 71 municípios, Arco Central – 99 municípios e arco Sul – 418 municípios, totalizando 588 municípios). Contudo, esse movimento não avançou por tratar-se de um ano eleitoral com longo período de defeso (julho a novembro). Esta ação será revertida em meta para 2013.

 - Articulação com o comando do Ministério da Defesa para ampliação das ações do PST - Projeto Forças no Esporte nas Organizações Militares localizadas na Faixa de Fronteira do Brasil. Essa ação se consolidará por meio da suplementação de recursos ao Termo de Cooperação vigente desde 2011, com a ampliação de 85 para 131 organizações militares envolvidas, priorizando o avanço para a faixa de fronteira.

- **Objetivo3: Implantar núcleos do PST – Projeto Navegar**
 - Foram feitos vários movimentos da CGAO e da CGEED para identificar e solucionar os problemas apresentados nos 11 convênios que atenderam à Chamada Pública nº 03/2011 (<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/comoParticipar.jsp>). No entanto, concluiu-se o ano de 2012 com apenas 2 convênios estruturados e com o atendimento ao público iniciado. O desafio para 2013 é superar as dificuldades, em especial nos convênios que precisam adquirir novos equipamentos esportivos (barcos), uma vez que os equipamentos que seriam remanejados de outros municípios não apresentaram condições técnicas para serem utilizados.

 - Destaca-se, ainda, o esforço da CGEED em contatar os parceiros que não atenderam à Chamada Pública, a fim de identificar interesse em reativar o Projeto Navegar, mediante a doação dos equipamentos adquiridos nos convênios anteriormente firmados com essas entidades. Das 29 entidades, apenas 3 manifestaram interesse na doação e encaminharam a documentação necessária em tempo hábil, inclusive se comprometendo com a reforma dos barcos, quais sejam: (1) a Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE/SC, que em agosto conseguiu finalizar o processo de doação de equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos Convênios nº 090/2002 e nº 188/2003; (2) a Prefeitura Municipal de Piraju/SP, cujo processo foi encaminhado à Coordenação-Geral de Patrimônio do ME; e a (3) Prefeitura Municipal de Vitória/ES, que se encontra inadimplente com a Prestação de

Contas e, por esse motivo, não foi possível viabilizar o processo de doação. Registre-se que, além dessas 3 entidades, a Secretaria de Estado do Esporte de Amazonas/AM e a Prefeitura Municipal de Tubarão/SC manifestaram interesse em reativar os núcleos do Navegar, mas não encaminharam a documentação necessária para o andamento do processo de doação dos barcos.

- Por fim, houve o esforço em reativar os núcleos do Projeto Navegar com a Secretaria de Estado do Esporte do Paraná e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por meio do Projeto apresentado pelo Instituto Rumo Náutico/RJ, mas a proposta não se consolidou por falta de tempo hábil para conclusão do processo ainda em 2012.
- **Objetivo4: Implantar núcleos do PST – Projeto Esportes Adaptados**
 - Destaca-se o esforço feito pela CGFOR no resgate dos Projetos das Instituições de Ensino Superior que receberam recursos em 2011, após adesão à Chamada Pública nº 02/2011 (<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/comoParticipar.jsp>) e que não conseguiram concluir o processo de captação e empenho dos recursos no ano de 2011. Por fim, foi restabelecido apenas um Termo de Cooperação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, uma vez que muitas Instituições Públicas decretaram estado de greve por longo período do ano de 2012.
- **Objetivo5: Implantar núcleos do PST – Projeto PST Universitário**
 - Da mesma forma, houve o esforço da CGFOR no resgate dos Projetos das Instituições de Ensino Superior que receberam recursos em 2011, após adesão à Chamada Pública nº 02/2011 (<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/comoParticipar.jsp>) e que não conseguiram concluir o processo de captação e empenho dos recursos no ano de 2011. Por se tratar das mesmas instituições que se encontravam em greve em 2012, só foi possível viabilizar dois Termos de Cooperação: com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e com a Universidade Federal de Sergipe.
- **Objetivo6: Implantar núcleos do PST em parceria com os Institutos Federais de Ensino Superior (IFs)**
 - Na tentativa de retomar as negociações com a Coordenação Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, para ajustes nas ações inicialmente previstas para as parcerias com os Institutos Federais, a CGEED participou de reuniões, preparou estudo e novas diretrizes. Há de se destacar que os IFs estão sujeitos às mesmas condições das Instituições Federais de empenho dos recursos no exercício de repasse, o que dificultou o processo do Termo de Cooperação por não haver tempo hábil para execução dos projetos no exercício de 2011.
 - Embora houvesse a dedicação da Coordenação Geral de Políticas Intersetoriais (CGIPI), CGFOR, CGEED e CGAO em retomar as negociações para ajustar os Projetos Técnicos dos IFs na atualização das ações e valores financiados, destaca-se que não houve o mesmo empenho do Ministério da Educação no contato com os Institutos Federais. Há de se ressaltar que os IFs também decretaram estado de greve por longo período do ano de 2012, o que impactou sobremaneira na tramitação dos processos.

II - Estabelecer acordos de cooperação e parcerias com organismos e projetos afins

- Restabelecimento de contatos e articulação com a **Diretoria Nacional do Serviço Social do Comércio – SESC** para propor Protocolo de Intenções, a fim de democratizar o acesso às ações governamentais voltadas ao esporte e ao lazer, como fatores de formação da cidadania e qualidade de vida, utilizando a infraestrutura das dependências dos Departamentos Regionais do SESC, localizados nas 27 Unidades da Federação, além de uma pesquisa nacional sobre a prática de atividades físico-esportivas, com o propósito de diagnosticar a situação do país que oriente a construção de objetivos e meta para 2016 relacionadas ao combate ao sedentarismo, à promoção da saúde e ao fomento do esporte e do lazer. O Protocolo de Intenções nº 001/2012 foi assinado em 3 de dezembro de 2012 (DOU de 19.12.2012).
- Articulação com o **Departamento de Educação Profissional e Promoção Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR** com o objetivo de promover estudos e pesquisas na identificação de áreas rurais com foco de intervenção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (diagnóstico). A implementação das ações se dará mediante elaboração e assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte e o SENAR, que se encontra em fase de discussão dos referenciais técnicos.
- Articulação com o **Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF** para o estabelecimento de Protocolo de Intenções com objeto de promover campanhas nacionais, pesquisas, diagnóstico e sistematização de boas práticas sobre as atividades esportivas, além de desenvolver programas estratégicos conjuntos, com ênfase nas crianças e adolescentes mais vulneráveis, cuja finalidade será democratizar o acesso às ações governamentais voltadas ao esporte seguro e inclusivo, como fator de redução das iniquidades no País, formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A estratégia desta iniciativa está baseada na divulgação e na reprodução das experiências exitosas, com vistas a fortalecer e ampliar as ações já existentes e as que poderão surgir, e, por conseguinte, garantir a vinculação com o legado social dos megas eventos esportivos no Brasil. O documento encontra-se na Assessoria Técnica do Gabinete do Senhor Ministro do Esporte para assinatura de ambas as partes.

III – Realizar eventos de capacitação e estimular encontros entre gestores e colaboradores do PST

- Destaque para o Projeto apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, fundação do Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel de apoio na expansão e consolidação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado em todos os estados da Federação. Foi elaborado um Projeto visando formar, em nível de pós-graduação *latu sensu*, professores de educação física que atuam em projetos sociais esportivos, visando a ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico, do processo de ensino-aprendizagem e da gestão. Após amplo debate com a Capes e com Acadêmicos da área, no final de 2012 chegou-se ao entendimento de que além da especialização, o projeto poderia avançar para uma proposta de curso *stricto sensu* (mestrado) profissionalizante, com duas linhas de base: Educação Física Escolar e Esporte Educacional. O Projeto com essa nova configuração está sendo sistematizado e será apresentado por meio da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Campus de Rio Claro. O projeto de especialização será coordenado pela UnB e viabilizado por meio de Edital a ser publicado em 2013.

- Acompanhamento da formatação do evento e participação na **Reunião com os Coordenadores das Equipes Colaboradoras (ECs) do Programa Segundo Tempo**, realizado na cidade de Londrina/PR no período de 13 a 15 de Junho de 2012. Esse encontro contou com a participação dos coordenadores gerais e vices coordenadores das ECs e teve o objetivo de propor mudanças no acompanhamento pedagógico realizado pelas Equipes, com foco de intervenção nos convênios que apresentavam problemas de gestão e de desenvolvimento das ações esportivas.
- Acompanhamento da formatação do evento e participação no **Encontro Nacional das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo**, realizado na cidade de Brasília/DF entre os dias 13 e 15 de Dezembro de 2012. Esse encontro contou com a participação de todos os coordenadores e avaliadores que compõem as ECs e teve como foco apresentar as experiências do Projeto de Intervenção Pedagógica proposto na Reunião realizada em Londrina no mês de Junho/12, avaliar as ações desenvolvidas no ano e apresentar as perspectivas para 2013.

IV – Realizar eventos de integração entre beneficiados do PST

- **Objetivo1: Apoiar Festivais Internúcleos**
 - Houve o apoio da CGEED à Coordenação Geral de Jogos e Eventos – CGJEV para articular a participação dos beneficiados do Programa Segundo Tempo na Cerimônia de Abertura dos Jogos Sulamericanos realizada na cidade de Natal/RN e para intercâmbio entre os jovens durante as provas de atletismo, realizadas na cidade de João Pessoa/PB, no período de 29 de novembro a 06 de dezembro de 2012.
- **Objetivo2: Projeto Recreio nas Férias**
 - Realização da Oficina de Trabalho no dia 12 de setembro/12, para a elaboração do Planejamento das Edições do Projeto Recreio nas Férias em 2013 (referentes à Janeiro e Julho) e Janeiro de 2014. Num primeiro momento, optou-se por realizar a edição de Janeiro/13 na perspectiva de novo modelo de atendimento, feito por meio de Termos de Cooperação com as Instituições de Ensino Superior. Mas essa opção não se fortaleceu por dois motivos: (1) ao realizar o cruzamento dos dados de localização dos núcleos do PST com os endereços dos campi das IES, que aderiram ao convite da SNEELIS para desenvolver a proposta, identificou-se dificuldade de logística no transporte dos participantes; e (2) a falta de tempo hábil para elaboração de projeto e empenho dos recursos no exercício de 2012. O período eleitoral e a troca de gestão municipal também foram fatores determinantes para a não realização do planejamento das ações. Assim, optou-se por contato direto com as IES e parceiros do PST interessados em desenvolver as atividades de férias com recursos próprios, tendo este Ministério promovido a doação do material recreativo/esportivo, camisetas e material de comunicação (cartazes, banner, fichas de inscrição e crachás). Para a edição de Janeiro/13 conseguiu-se a adesão de 6 IES e 4 Prefeituras Municipais, sendo em 2012 distribuídos 38 Kits recreativos, esportivos e uniformes.
 - Ainda com relação ao Planejamento das Ações referentes à Edição de Julho/13 do Projeto Recreio nas Férias, em 2012 foi estabelecido o tema gerador “Sustentabilidade”, na perspectiva de celebração dos 10 anos do Programa Segundo Tempo. Para isso, o material de comunicação já está sendo reformulado pela área de publicidade do ME e já está sendo preparado novo conteúdo pedagógico para a capacitação dos profissionais. Além disso, foi articulado com o Departamento de

Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP a compra de novo material recreativo e camisetas, por meio de processo licitatório, o qual se encontra em trâmite.

V - Elaborar instrumentos regulatórios e de orientação para o PST

- Em 2012, a CGEED deu início ao processo de revisão e de formatação de novos roteiros de elaboração dos Documentos Técnicos dos Projetos e dos Planejamentos Pedagógicos dos Convênios, além de novos modelos de Termos de Referências, a fim qualificar o processo de formalização dos convênios. Nesse sentido, a revisão das ações e valores-referências para compor as Diretrizes do PST, foi importante para corrigir as falhas apresentadas nos convênios anteriores, a exemplo da necessidade de incluir mais um “professor” no Projeto Universitário e a possibilidade de retirar o “auxiliar técnico” no Projeto Padrão.
- Implantação de um Caderno de Informações do Programa Segundo Tempo para apoio à gestão sobre a quantidade de convênios firmados no ano, quantidade de crianças atendidas no ano e a evolução, mapa de distribuição dos convênios, entre outros dados importantes a serem divulgados, atualizados de forma permanente.

VI - Fortalecer a capacidade institucional da SNELIS e a gestão do PST

- Revisão em conjunto com a CGAO do fluxo de documentos e procedimentos de análise técnica com importantes decisões sobre: a análise de pleitos com base nos elementos produzidos pelas áreas pedagógicas e de acompanhamento e documentos licitatórios; consenso e tomadas de decisões a partir dos indicativos da CGAAV (evitar a manutenção de convênios em condições insatisfatórias e sem garantia de devolução de recursos); capacitação da Equipe Técnica para análise de pleitos que permeiam o acompanhamento, especialmente os mais complexos; estabelecimento de novos procedimentos e fluxos internos para garantir a integração; otimização dos recursos do convênio para execução do objeto (rendimentos); referenciais para redução de meta; implantação de reuniões para estudos de caso; integração das ECs com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento processual do convênio; capacitação gerencial - planejamento e realização para o ano de 2012; distribuição de Material Esportivo; e atenção especial para a reativação dos núcleos do Projeto Navegar.
- Revisão do tutorial do novo Relatório de Avaliação *in loco* (instrumento de coleta de dados preenchido pelas ECs durante a visita ao núcleo), participação dos debates sobre as alterações necessárias na 3ª geração do Sistema de Acompanhamento de Convênios – SIC, em conjunto com a CGAPA e CGAAV.
- Aprimoramento do Projeto Forças no Esporte. Promoveu-se no dia 12 de setembro/12 uma Oficina de Trabalho, com grupo composto de avaliadores, gestores, equipe técnica e pedagógica, para revisar as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Forças no Esporte, identificando possíveis falhas que por ventura tenham ocorrido ao longo dos exercícios anteriores e promovendo ajustes no Plano de Trabalho (Operacional) e nas Diretrizes para o novo Projeto. Importantes questões foram debatidas na ocasião: necessidade de revisão de questões específicas sobre a contratação de profissionais e acadêmicos e o número de beneficiados por região (Amazônia e Fronteiras); levantamento de quais Organizações Militares – OMs têm interesse na ampliação e/ou continuação das atividades do Projeto; necessidade de recursos para adaptação de espaços (refeitórios, banheiros, vestiários, outros), principalmente nas OMs localizadas na área de fronteira; e, ainda, promover

capacitação específica para os Coordenadores, considerando que cada seguimento do Ministério da Defesa – Exército, Marinha e Aeronáutica tem um Subcoordenador-Geral e que cada Organização Militar tem um responsável local com a função de Coordenador Geral do Núcleo. A partir desse encontro foram estabelecidos referenciais para construção do novo projeto a ser proposto e desenvolvido em 2013/2014.

VII – Promover intercâmbio de experiências em projetos sociais

- Preenchimento do formulário de Experiências Exitosas de Inclusão Social através do Esporte, formulado pela Agência de Cooperação Internacional da Colômbia e encaminhada via Assessoria de Relações Internacionais do Ministério do Esporte.
- Destaque para a indicação feita pela empresa norte-americana Nike na escolha do Programa Segundo Tempo como um dos 15 exemplos bem-sucedidos de boas práticas educacionais na área de esporte no mundo. O estudo de caso foi incluído em um relatório de atividades sociais que apresenta práticas relativas à responsabilidade social corporativa e à aplicação de recursos financeiros e humanos destinados ao bem comum. A CGEED coordenou o processo de formatação dos dados e a Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais representou o Ministério do Esporte durante o lançamento do Relatório ocorrido no mês de setembro, no Clinton Global Initiative (CGI), em Nova York. Na ocasião, foi apresentada a metodologia do PST, sua evolução e as conquistas alcançadas em quase dez anos de criação, que serão completados em outubro de 2013.
- Em outubro de 2012, a CGEED organizou e acompanhou a visita da diretora-geral do Acesso ao Esporte da Nike ao núcleo do Programa Segundo Tempo em São João do Meriti (RJ), administrado pelo Centro Social Angelina Barreto (CESAB). Após a visita, reuniu-se na Cidade de São Paulo/SP, com os parceiros da Nike “Champions”, assinando o Relatório que propõe a formulação da estratégia “Designed to Move”. A reunião teve como objetivo identificar as potencialidades de cada parceiro na construção de um Plano de Ação para desenvolvimento da plataforma DTM a ser implantada no Brasil em 2013.
- Em outubro de 2012, organizou-se a visita da Especialista da ONG Right To Play International Canadá ao núcleo do Programa Segundo Tempo em São João do Meriti (RJ), administrado pelo Centro Social Angelina Barreto (CESAB). Após a visita, foi realizada uma reunião com autoridades da SNELIS cujo objetivo era identificar possibilidades de atuação em conjunto na Cidade do Rio de Janeiro, de forma à prestar assistência técnica na formação de professores que atuam em projetos esportivos sociais; e cooperação na aplicação da metodologia específica de ensino dos direitos das crianças e jovens, no currículo escolar. A entidade já encaminhou o material que utiliza em seus programas para estudo e avaliação. Há a perspectiva de novas discussões e construção da proposta de trabalho conjunta, em 2013.

VIII – Apoiar projetos de pesquisa e produção de conhecimento na área do esporte educacional

- Articulação com **Associação Brasileira de Esportes Intelectuais e Confederação Brasileira de Xadrez na produção de Cartilha** didática com o objetivo de facilitar e fomentar o ensino da modalidade Xadrez nos núcleos do Programa Segundo Tempo. Essa cartilha já está em fase de revisão e ajustes para ser editorada e distribuída em 2013.

- Apoiando-se na Ação Orçamentária 20JS - Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer, houve a análise com parecer de mérito favorável, à **Proposta de pesquisa “Pedagógica e a Formação continuada do Programa Segundo Tempo”** apresentada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para Educação Física e Esporte – GEPPEFE/CNPq, vinculado ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá – DEF/UEM. O objetivo do projeto era avaliar a proposta pedagógica e a formação continuada do Programa Segundo Tempo (PST), a fim de subsidiar proposições para a continuidade do processo. Esse estudo pretendia sistematizar os seus resultados para subsidiar as ações de formação pedagógica do Programa em todo o país. No entanto, a proposta não foi viabilizada em função do corte orçamentário ocorrido no segundo semestre de 2012, gerando impacto negativo na construção de indicadores e na avaliação do processo de capacitação e acompanhamento pedagógico do Programa Segundo Tempo para os próximos anos. Espera-se retomar a proposta no início de 2013.
- Apoiando-se na Ação Orçamentária 20JS – Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer, foi possível viabilizar a **Proposta de pesquisa “Escolarização e Esporte: Atletas e Participantes de Projetos Sócio-Esportivos”** apresentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de ampliar o campo de observação sobre o significado do esporte para os atletas selecionados para receber o incentivo da Bolsa Atleta e para os alunos participantes no Programa Segundo Tempo. O estudo que pretende investigar a conciliação entre a vida escolar e esportiva dos atletas e praticantes de esporte em um programa sócio-esportivo tem o entendimento de que o esporte na contemporaneidade se tornou uma “indústria” e/ou um novo tipo de agência de formação profissional que pode atuar de forma competitiva ou complementar à instituição escolar e de que a formação profissional de jovens não tem recebido a devida atenção no campo de estudos da educação e das ciências sociais e nas políticas públicas para esporte e educação. Essa observação dos diferentes vínculos com o esporte poderá fornecer base de dados para o subsídio de políticas para o esporte voltadas tanto para os programas sócio-esportivos quanto para o alto rendimento.
- Amparando-se na Ação Orçamentária 20JR - Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos foi possível viabilizar apoio ao projeto de **“Estudo sobre Legados do Esporte Brasileiro”** apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC que aborda a preocupação em refletir sobre os legados do esporte brasileiro, com ênfase no esporte educacional, de lazer e de inclusão que legitimará estudos e intervenções que já vêm sendo realizados. A proposta prevê a realização de um encontro entre diferentes professores/pesquisadores de vários Estados Brasileiros, para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros sobre o tema mencionado. Com isso, espera-se criar uma rede de relacionamento interinstitucional na promoção da ampliação e democratização do acesso ao conhecimento sobre o esporte educacional, de lazer e de inclusão social.
- Apoio à formatação dos cursos de especialização e de mestrado em parceria com a Capes. A proposta de curso *stricto sensu* (mestrado) profissionalizante, com duas linhas de base: Educação Física Escolar e Esporte Educacional. O Projeto será sistematizado e viabilizado por meio da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Campus de Rio Claro.

IX – Apoiar e fomentar projetos inovadores e pilotos para implantação de propostas de diversificação do PST.

- **Objetivo1: PST Modalidades – proposta de ressignificação das competições de esporte escolar**
 - Formulação de proposta de metodologia, com o objetivo de potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar inter-relacionado com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros nas três fases (interescolar, municipal, estadual), garantindo aos estudantes acesso a locais adequados para os treinamentos. Essa proposta teve como objeto de estudo o pré-projeto Estadual (Esporte Formador) da Secretaria de Estado de Esporte do Paraná para consolidação de um Projeto Piloto que poderá ressignificar o atual modelo de competição escolar em todo o País. O projeto foi estruturado a partir de um diagnóstico esportivo do Estado coordenado pelas suas 13 sub-regiões administrativas que acolherá: 52 núcleos com 200 alunos em cada um, totalizando 10.400 beneficiados; para todos os núcleos disponibilizamos 3 professores de modalidades esportivas diversas, que atenderão todas as faixas etárias (6 a 10 – múltiplas vivências esportivas, de 11 a 14 – iniciação esportiva e a partir dos 15 anos – aperfeiçoamento). A proposta foi elaborada com a cooperação da Equipe Pedagógica do PST que fará o acompanhamento das ações durante a execução do Projeto Piloto, a fim de fortalecer os conceitos pretendidos e avaliar a iniciativa, visando a implantação em outros estados da federação.

- **Objetivo2: implantação de projetos pilotos e apoio a estudos**
 - Apoio ao desenvolvimento do **Projeto Tênis Júnior**, proposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, junto a dez núcleos do Programa Segundo Tempo de forma a verificar a sua aplicabilidade considerando-se: a proposta pedagógica do Projeto; os procedimentos relacionados à capacitação desenvolvida pelo Projeto; a possibilidade de reprodutibilidade por parte dos profissionais envolvidos com o PST junto aos beneficiados do programa, mesmo estes não tendo vivência com a modalidade; e o kit de materiais especializados para o desenvolvimento da modalidade. Assim, concluiu-se que a proposta se mostrou extremamente interessante e adequada aos preceitos pedagógicos defendidos pelo PST e que poderá ser um atrativo a mais para os beneficiados.

 - Articulação com a Prefeitura Municipal de Santos/SP e com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Baixada Santista) para implantação de **Projeto Piloto com atendimento diferenciado para a comunidade surda** na Cidade de Santos/SP, com uso das instalações esportivas do município. Essa ação não se desenvolveu por dificuldades dos próprios professores da UNIFESP em construir a proposta e apresentar à Reitoria da Universidade em 2012, com perspectiva de retomada em 2013.

 - Participação de Professora Colaboradora na reunião preparatória da “Operação Açaí” em Belém/PA (CIABA) para avaliar a **inserção das ações PST com o Ministério da Defesa – Projeto Rondon**. Concluiu-se que o PST poderá contribuir nas visitas promovidas pelo MD com a proposta de esporte educacional, formando as equipes de universitários de educação física para acompanhar os rondonistas e desenvolver atividades esportivas junto às comunidades atendidas no Projeto.

- Participação de Professor Colaborador no **Encontro Estadual de Mediação em Esportes Educativos/IV Festival de Futebol de Rua**, promovido pelo Instituto Formação em São Luís/MA. A representação nesse evento teve o intuito de conhecer a proposta dos 3 tempos na formação de mediadores e cidadãos mais críticos e participativos na sociedade e em seu cotidiano/comunidade, bem assim, estudar como essa proposta pode ser sistematizada para aplicação nos núcleos do PST. Deste modo, espera-se colaborar com a diversificação de atividades a serem ofertadas aos beneficiados.
- Esforço na construção de um Projeto Piloto visando o desenvolvimento de atividades náuticas para o atendimento a comunidade deficiente, intitulado **Projeto Navegar – Esportes Adaptados**. A formatação desse modelo de atendimento e a implementação dos estudos de acompanhamento e avaliação ficaria a cargo da Equipe Colaboradora que é vinculada à Universidade Federal de Pelotas. No entanto, não foi possível viabilizar o Termo de Cooperação uma vez que o projeto não ficou estruturado em tempo hábil para o repasse de recursos no exercício de 2012, com perspectiva de retomada em 2013.
- Apoio à formulação do **Projeto Piloto de Esportes de Aventura** proposto pelo Grupo de Estudo do Lazer do CNPq da Universidade Estadual de Maringá, com o objetivo de estudar, testar e difundir conhecimentos específicos que viabilizem a diversificação das modalidades esportivas de aventura no âmbito do PST. A proposta também tem o intuito de sistematizar a produção de um novo livro para o acervo do Programa (5 mil exemplares). No entanto, o projeto não foi viabilizado em 2012 por falta de documentação complementar para a celebração do convênio. Espera-se, por conseguinte, viabilizar a proposta no início de 2013.

X – Qualificar o registro das informações históricas sobre o PST

- Apoio à atualização permanente do **Repositório digital do Centro de Memória do Esporte** da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, enviando todo o material disponível nesta para o registro das informações sobre o Programa Segundo Tempo (<http://www.ufrgs.br/ceme/pst/>).
- Apoio à publicação do livro **Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas** no encontro das equipes colaboradas (São Paulo 2010), editora da Universidade Estadual de Maringá. O livro foi organizado pela Equipe do Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da UFRGS e tem como objetivo registrar aquilo que foi expresso no Encontro Anual das Equipes Colaboradoras, realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2010 na cidade de São Paulo, cuja temática central intitulava-se Avaliações e Perspectivas Futuras.
- Permanente manutenção das informações e dados expostos no Portal do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br).

XI – Suprir os núcleos do Programa Segundo Tempo com material esportivo de qualidade

- Para atender toda a demanda dos convênios firmados em 2011 e 2012, no âmbito do Programa Segundo Tempo e ainda a parceria com o Mais Educação/MEC, foi solicitado à Coordenação-Geral de Suprimentos e Logística o empenho de mais 2.200 kits de material esportivo.

A **Coordenação de Suprimentos e Logística – CSUP** foi criada em 2009 com o nome Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos para implementar um projeto de substituição dos materiais esportivos e uniformes do Programa Pintando a Liberdade, por materiais comprados pela própria Secretaria, em virtude da grande demanda gerada pelo Programa Segundo Tempo.

A partir de junho de 2012, a CSUP passou a ser responsável pela expedição dos materiais produzidos no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade/Cidadania, antes atribuída a CGMAT, ampliando assim as atribuições da coordenação. Desta forma, a CSUP ficou responsável pela gestão dos suprimentos (kits de material esportivo e uniformes) do Programa Segundo Tempo, gestão dos contratos administrativos de fornecimento dos materiais e logística de distribuição, análise dos pedidos de doações de materiais esportivos pelos programas Pintando a Liberdade/Cidadania, gestão dos materiais produzidos no âmbito dos programas Pintando a Liberdade/Cidadania, controle de estoque, distribuições e das doações dos materiais esportivos dos programas desenvolvidos pela SNELIS.

Metas para 2012

Em relação ao Segundo Tempo foram estipuladas as seguintes metas para o ano de 2012:

- Acompanhar junto ao setor de compras e contratações a licitação dos uniformes para atender a demanda do Programa Segundo Tempo;
- Acompanhar junto à empresa de logística a execução da programação de recebimento, armazenagem e distribuição dos kits de materiais esportivos do PST;
- Solicitar a aquisição de Materiais Esportivos, para atender a demanda das escolas selecionadas para realizarem o PST junto ao Programa Mais Educação;
- Realizar a entrega dos kits de materiais esportivos às escolas selecionadas para desempenharem o PST junto ao Programa Mais Educação;
- Distribuir os kits do PROESP/BR;
- Concluir a distribuição do quantitativo de uniformes solicitados para as entidades que formalizaram convênios com o PST em 2009;
- Utilizar o saldo em estoque dos kits de Uniformes, Recreativo e Esportivo do Recreio nas Férias para atender aos convênios formalizados em 2011;
- Planejar de acordo com a demanda do Programa Segundo Tempo, a entrega de suprimentos às entidades que formalizaram convênio em 2009, 2010 e 2011 a partir do momento em que estiverem aptas ao recebimento dos materiais.

Contratos

A CSUP administrou os contratos de transporte e logística de materiais e o de fornecimentos de materiais esportivos para o Programa Segundo Tempo, conforme abaixo especificado:

Tabela 8 – Contratos de Transporte, Logística e Fornecimento de Materiais Esportivos

Descrição		Empresa Fornecedora	Nº Ata/ Contrato
01	Transp. e logística de materiais	Transp. Encomendas de cargas Pontual	33/2010
02	Material Esportivo PST	V.R. Comércio de Calçados	09/2011

Fonte: SNELIS

A Ata de Registro de Preço nº 09/2011 foi assinada em 28/12/2011 para o fornecimento de materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, visando atender os convênios formalizados em 2011 e 2012.

Uniformes do Programa Segundo Tempo – PST

Da aquisição, distribuição e estoque dos uniformes do PST:

Não houve aquisição de uniformes em 2012, devido à ausência de contrato de fornecimento do mesmo.

No ano de 2012, foram distribuídos apenas 209 kits de uniformes do Programa Segundo Tempo para 13 convênios formalizados em 2010, e que estavam aptos ao recebimento dos uniformes.

Da licitação de uniformes do Programa Segundo Tempo:

A CSUP é o setor responsável pela elaboração do Projeto Básico contendo, especificações técnicas, quantitativos e demais itens necessários para a compra de materiais para o Programa Segundo Tempo.

Uma das metas para 2012 era elaborar um novo Projeto Básico para a compra de uniformes. Desta forma, no início do ano, foi elaborado o Projeto Básico para a compra de uniformes com o intuito de atender o restante da demanda dos convênios formalizados em 2010 e 2011, bem como atender à demanda prevista de 10.000 escolas do Programa Mais Educação.

Neste sentido, foi encaminhado, em maio de 2012, à Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG, Projeto Básico solicitando a compra de uniformes. Considerando a solicitação, foi aberto o processo de nº 58000.001573/2012-82 visando à licitação para compra.

Após a realização da pesquisa de preço de mercado para o subsídio do valor médio estimado para a licitação, o qual ficou em 131.017.200,00 (cento e trinta e um milhões, dezessete mil e duzentos reais), foi informada a inviabilidade da continuação do processo de compra, posto o baixo Saldo Limite disponível da Ação Orçamentária, inferior ao valor orçado.

Posto a inviabilidade do processo licitatório para contratação de fornecedor de uniformes, a SNELIS visando à aquisição de uniformes para atender a demanda do Programa Segundo Tempo junto aos convênios, solicitou junto ao Departamento de Gestão Interna – DGI, a adesão por parte do Ministério do Esporte à Ata de Registro de Preço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para eventual aquisição de uniformes, conforme itens e quantidade especificada na tabela abaixo:

Tabela 9 – Aquisição de Uniformes

Nº Ata	Discriminação	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total	Abrangência
72/2012	Camiseta escolar – PV	250.000	R\$ 4,83	R\$ 1.207.500,00	MG, ES, RJ
89/2012	Calção – Educação Física	66.500	R\$ 7,00	R\$ 465.500,00	
	Bermuda – Educação Física	44.000	R\$ 5,41	R\$ 238.040,00	
69/2012	Camiseta escolar – PV	22.000	R\$ 4,76	R\$ 104.720,00	SP
89/2012	Calção – Educação Física	6.500	R\$ 6,96	R\$ 45.240,00	
	Bermuda - Educação Física	5.000	R\$ 5,85	R\$ 29.250,00	
69/2012	Camiseta escolar - PV	85.000	R\$ 4,76	R\$ 404.600,00	GO, DF, MS, PR, SC, RS

Fonte: SNELIS

O processo de adesão às atas está em curso.

Entretanto, no sentido de suprir de forma paliativa, minimizando o impacto da ausência de uniformes, foi enviada uma camiseta, do “Recreio nas Férias” para todos os beneficiados dos convênios firmados em 2011.

Materiais Esportivos – PST

Da aquisição, distribuição e estoque dos Kits Esportivos do PST:

Para atender toda a demanda dos convênios firmados em 2011 no âmbito do Programa Segundo Tempo e ainda a parceria com o Mais Educação/MEC, foi assinada a Ata de Registro de Preço 09/2011, firmada com a empresa VR Distribuidora de Calçados Ltda., para o fornecimento de 10.000 kits de materiais esportivos.

Da Ata em questão foi solicitada a compra de 6.967 kits, no período de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, período da vigência da Ata. Dos kits solicitados 2.947 kits foram para atender a demanda dos convênios firmados em 2011 e o restante, 4.020 para atender a demanda das escolas do Mais Educação.

No exercício de 2012, foram distribuídos 5.549 kits de materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, destes 2.422 foram distribuídos a 2.296 escolas selecionadas para o Mais Educação/PST. Os 3.127 restantes foram distribuídos aos convênios do PST formalizados nos anos de 2009, 2010 e 2011, e que estavam aptos ao recebimento, conforme tabela abaixo:

Tabela 10 – Distribuição de Materiais Esportivos

Demanda – 2012	Número de kits	Nº de convênios ou termos/ Escolas
PST – Restante dos Convênios formalizados em 2007	51	01
PST – Restante dos Convênios formalizados em 2009	274	154
PST – Convênios formalizados em 2010	660	24
PST – Convênios formalizados em 2011	1.959	85
Ministério da Defesa	133	01
PST – Mais Educação 2012	2.422	2.296

IFs	16	11
Universidade Federal	34	10
TOTAL	5.549	

Fonte: SNELIS

Ata de Registro de Preço para aquisição de Materiais Esportivos

A empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda. foi a fornecedora dos materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, por meio da Ata de Registro de Preço nº 09/2010, encerrada em 28 de dezembro de 2012.

Da Ata em questão foram empenhados 6.967 kits, distribuídos em 04 (quatro) Notas de Empenho. No entanto, no dia 19 de dezembro de 2012 foi solicitado o cancelamento do empenho de 1.820 kits, devido à ausência quanto ao envio da listagem final das escolas pelo Ministério da Educação a serem contempladas com os materiais esportivos solicitados ainda em 2012.

Desta forma, somente foram adquiridos da Ata de Registro de Preço nº 09/2010 5.147 (cinco mil, cento e quarenta e sete) kits. Foram recebidos 4.347 kits, faltando a empresa fornecedora entregar 800 kits.

Abaixo, tabela demonstrativa de quantitativo e valores dos kits de materiais esportivos empenhados/adquiridos:

Tabela 11 – Aquisição dos Kits de Materiais Esportivos

Ata de Registro de Preço 09/2011 – Materiais Esportivos PST				
Quantidade de kit na Ata	Quantidade de kits empenhada	Quantidade adquirida	Empenho cancelado	Saldo restante na Ata
10.000	6.967	5.147	1.820	4.853

Fonte: SNELIS

Empenhos

A aquisição dos 5.147 kits foi feita em três empenhos, com recursos orçamentários do Programa Segundo Tempo – Ação nº 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social.

Cabe ressaltar que ficou faltando a entrega de 800 kits, desta forma, no exercício de 2012, somente foram pagos para empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda., fornecedora dos kits, o valor de R\$14.745.980,34 (catorze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos) referente aos 4347 kits esportivos entregues ao Ministério.

Tabela 12 – Pagamentos referentes à Aquisição de Kits Esportivos

Empenhos	Valor Empenho	Quantidade de kits	Quantidade Recebida	Falta Receber
1º Empenho 2011NE801755 – 28/12/2011	R\$ 9.996.872,34	2.947	2.947	0
2º Empenho 2012NE800926 - 20/09/2012	R\$ 1.356.888,00	400	400	0
3º Empenho 2012NE800941 –	R\$ 6.105.996,00	1.800	1000	800

	01/10/2012				
	Total	R\$ 17.459.756,34	5.147	4.347	800

Fonte: SNELIS

Empenho Cancelado

Tabela 13 – Empenho Cancelado

	Empenhos	Valor Empenho	Quantidade de kits
4º	Empenho 2012NE801209 – 28/11/2012	R\$ 6.173.840,40	1.820

Fonte: SNELIS

É importante esclarecer, que tendo em vista a ausência quanto ao envio da listagem das escolas pelo Ministério da Educação a serem contempladas com os materiais esportivos solicitados, além do impacto a ser gerado pelo custo de armazenagem; solicitamos a guarda de 1.000 kits esportivo à Secretaria de Esporte do Governo do Distrito Federal, a qual atendeu nosso pedido, armazenando os kits no estádio Bezerrão na cidade do Gama/DF.

Conforme informado acima, ainda temos a receber do fornecedor VR Distribuidora de Calçados, 800 kits restantes do Empenho nº 2012NE800941. A entrega está programada para segunda quinzena de fevereiro e primeira quinzena de março de 2013.

Considerando o início do ciclo pedagógico do Programa Segundo Tempo nas entidades que formalizaram parceria com o Ministério no ano de 2012 para realizarem o programa em suas localidades, com previsão do início para o primeiro semestre de 2013 e ainda a implantação do Programa nas escolas, com a estimativa de atendimento a 3.000 núcleos, favorecendo aproximadamente 3.000.000 de beneficiados, no dia 10 de dezembro, foi encaminhado à DGI memorando solicitando a verificação da possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 09/2011, pelo período de mais seis meses, a partir do término da mesma (28/12/2012), contando somente com o quantitativo que restava na Ata, naquele momento, de 3.033 (três mil e trinta e três) kits. Posto o curto prazo para o início do próximo ciclo pedagógico e o exíguo tempo que dispomos para realização de um processo licitatório, para compra, recebimento e entrega dos materiais aos núcleos.

Entretanto, o pedido de prorrogação da vigência da Ata foi indeferido pela consultoria Jurídica.

A Coordenação trabalha no momento na conclusão do Projeto Básico para solicitação de abertura do processo licitatório visando aquisição de kits esportivos a fim de atender a demanda do Programa Segundo Tempo para o ano de 2013.

Kit de Avaliação PROESP/PST

Da distribuição e estoque dos Kits PROESP/PST: para avaliação de descobertas de talentos esportivos

Um das metas estipuladas para o ano de 2012, era a distribuição dos kits de avaliação do PROESP para 4.400 escolas das 4.949 aptas a desenvolverem o Segundo Tempo no Mais Educação, mediante a confirmação do cadastro no Sistema do PST para o desenvolvimento das ações em 2012.

No entanto, após conclusão do cadastramento das escolas aptas a desenvolver o Segundo Tempo no Mais Educação, verificou-se que das 4.949 escolas aptas, somente 4.176 foram confirmadas para o cadastro no Sistema do PST, e aptas a receberem o kit de avaliação do PROESP.

Posto isto, foram encaminhados os 4.176 kits às escolas selecionadas, restando 231 kits em estoque.

Transporte e Logística dos Materiais

A empresa Encomendas e Transporte de cargas Pontual Ltda., é a empresa responsável por toda a logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais do Programa Segundo Tempo, pelo contrato administrativo 33/2010.

O contrato encontra-se em seu primeiro aditamento com vigência até 29/04/2013. No entanto foi manifestada ao gestor do contrato a intenção da renovação do mesmo.

Em 2012 a empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual Ltda., atendeu a 7.162 requisições emitidas por esta Coordenação, para o envio de materiais aos convênios do Programa Segundo Tempo. Sendo que 6.598 foram emitidas para o envio de materiais as escolas do Programa Mais Educação.

No fim de dezembro de 2012 encontravam-se armazenados no Centro de Distribuição, 5.931 kits de materiais, entre materiais esportivos do PST, materiais para o Projeto Recreio nas Férias, Jogos de Xadrez, Jogos de Damas e materiais recolhidos dos convênios rescindidos, conforme tabela abaixo:

Tabela 14 – Armazenamento de Materiais Esportivos

Materiais em Estoque				
Descrição do Material	Quantidade de Kits em Estoque no Início de 2012	Quantidade Kits Recebidos	Quantidade Kits Entregues	Quantidade de Kits em Estoque
Uniformes – PST	168	41	209	0
Kit – Material Recreativo – Recreio nas Férias	139	0	0	139
Kit – Material Esportivo – Recreio nas Férias	139	0	0	139
Uniformes – Recreio nas Férias	2.242	0	1.828	414
Kit – PROESP/BR	4.407	0	4.176	231
Kit – Material Esportivo PST	3.236	3.347	5.549	1.034
Caixa de Xadrez	0	2.288	1.256	1.032
Caixa de Dama	0	2.156	840	2.636
Caixa com Materiais Esportivos Diversos (Recolhidos dos Convênios Rescindidos)	306	0	0	306
Total Geral	10.637	7.832	13.858	5.931

Fonte: SNELIS

No exercício de 2012, foram atestadas e encaminhadas para pagamento 43 Notas fiscais, referentes a transporte e armazenagem de materiais do Programa Segundo Tempo, totalizando o valor de R\$1.780.848,76 (hum milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), conforme a seguir especificado:

Tabela 15 – Pagamentos referentes a Transporte e Armazenamento

Quantidade de Notas Fiscais	Tipo de Serviço	Valor
12	Armazenagem	R\$ 1.364.865,41
31	Transporte	R\$ 415.983,35
Total		R\$ 1.780.848,76

Fonte: SNELIS

Coletas de Materiais

Ainda pela empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual Ltda., foi realizada a coleta de materiais dos convênios rescindidos em 2012, conforme tabela abaixo:

Tabela 16 – Coleta de Materiais Esportivos

Material coletado	Quantidade Kits	Local da coleta
Uniformes PST	16	Prefeitura Municipal de Vitória
Materiais esportivos diversos	372	ETHOS Instituto de Educação
Uniformes PST	10	Prefeitura Municipal de Pederneiras
Materiais esportivos diversos	134	Prefeitura Municipal de Planaltina de Goiás
Materiais Esportivos do PST	2	Prefeitura Municipal de Terra Boa
Uniformes Recreio nas Férias	2	Prefeitura Municipal de Terra Boa
Materiais esportivos diversos do PST	480	Instituto Contato

Fonte: SNELIS

Os materiais recolhidos encontram-se no Centro de Distribuição da empresa Pontual, os quais são utilizados em reposição de materiais quando solicitados por convênios.

XII - Fortalecer a imagem do Programa Segundo Tempo

- Foram definidas novas logomarcas para os Projetos Especiais: Navegar, Esporte Adaptado e Universitário. O objetivo é ter uma comunicação direcionada ao público alvo e a aplicação dos logos-marcas em todo o material publicitário, específico por projeto especial.

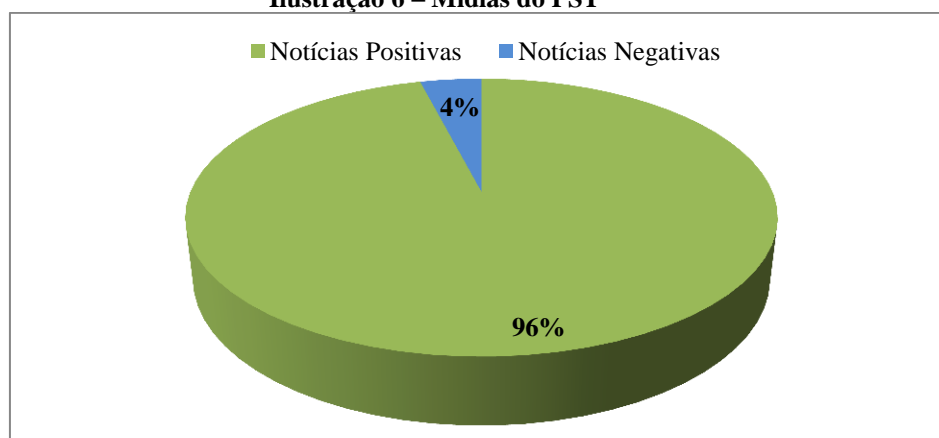
Ilustração 5 – Logomarcas

Fonte: SNELIS

- Destaca-se o apoio dado pelo Gabinete do Ministro do Esporte, ao acatar a sugestão da CGEED de promover um Plano de Ação para melhorar a divulgação do PST. Com isso foi possível promover novos vídeos institucionais (10 vídeos), contando casos de sucesso de beneficiados, professores e gestores do PST, além de captar novas imagens fotográficas para compor o novo material gráfico. Buscou-se ainda apoio para a elaboração de Campanha Publicitária na comemoração dos 10 anos do PST para veiculação em sites, redes sociais e mídia impressa e televisiva, a qual será divulgada em 2013.

- No particular da produção de material gráfico, foi possível reproduzir 5.000 cartazes referentes ao Programa Segundo Tempo, bem assim, material alusivo ao Projeto Recreio nas Férias: um cartaz para memória de edição anterior; 700 cartazes; 16.100 crachás; 1.340 certificados de participação; 16.100 fichas de inscrição; e 16.100 folders de divulgação para edição de Janeiro/2013.
- Enfatiza-se o levantamento realizado pela CGEED ao longo do ano de 2012 quanto às notícias sobre o Programa Segundo Tempo divulgadas, por meio de mídia espontânea. Foram 301 notícias captadas, das quais, aproximadamente, 96% fizeram avaliação positiva, das iniciativas da Gestão do Programa, e apenas 4% faziam referência às denúncias divulgadas nos anos anteriores.

Ilustração 6 – Mídias do PST



Fonte: SNELIS

Abrangência do PST no ano de 2012

Apesar do processo de formalização das parcerias junto ao Programa Segundo Tempo ter passado em 2012 por diversas dificuldades já relatadas no decorrer desse relatório, que levou ao não cumprimento da meta no aspecto físico e financeiro previsto para o ano, importa descrever, as significativas ações desenvolvidas no decorrer do ano junto a centenas de parceiros que permaneceram vigentes para o atendimento a 840.740 beneficiados, sendo estes estados e municípios, distribuídos em 7.500 núcleos, abrangendo o Distrito Federal, 25 Estados e 1.393 municípios, com a seguinte distribuição regional:

- ✓ 281.040 beneficiados na região Nordeste;
- ✓ 325.900 beneficiados na região Sudeste;
- ✓ 66.500 beneficiados na região Centro-Oeste;
- ✓ 53.700 beneficiados na região Norte; e
- ✓ 113.600 beneficiados na região Sul.

Todas essas parcerias corroboraram com o desafio de qualificar a gestão pública para democratização do esporte e lazer como direito social e dever do estado.

Assim, no decorrer do ano de 2012, o Programa Segundo Tempo Padrão registra entre formalização, estruturação/implementação e execução, a ação junto a 359 parcerias com: Prefeituras, Consórcio de prefeituras, Governos Estaduais, Organizações Não Governamentais, Universidades e Institutos Federais de Educação Superior, para desenvolvimento de Núcleos do PST/Padrão, PST/NAVEGAR, PST/IFs, PST/Núcleos Adaptados, PST/Universitário, além das importantes parcerias com a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referente às ações de capacitação e acompanhamento do programa e com o Ministério da Defesa para implementação do Programa Forças no Esporte (Anexo 8 – Planilha Geral SICONV 2012, Anexo 9 – Planilha de Convênios fora do SICONV, Anexo 10 – Termos de Cooperação).

Estas parcerias em 2012 apresentaram-se com a seguinte distribuição por esfera administrativa:

- ✓ 290 Municipais
- ✓ 019 Estaduais
- ✓ 037 Federais
- ✓ 011 Privadas
- ✓ 001 Consórcio de municípios

Desse universo, 96 parcerias foram encerradas (Anexo 11 – Convênios Expirados-Rescindidos em 2012), sendo 76 convênios/Termos de Cooperação encerrados por terem cumprido o período de atendimento pactuado, 15 rescindidos por terem sido identificadas irregularidades e/ou apresentado dificuldades na estruturação e implementação das ações com um significativo lapso temporal desde a formalização, e ainda por interesse unilateral da conveniente em virtude de dificuldades para iniciar a execução, o que levou 03 entidades conveniadas a solicitarem Denúncia à parceria, e por fim 02 cancelamentos de convênios, pois encerraram a parceria sem o recebimento da 1ª parcela.

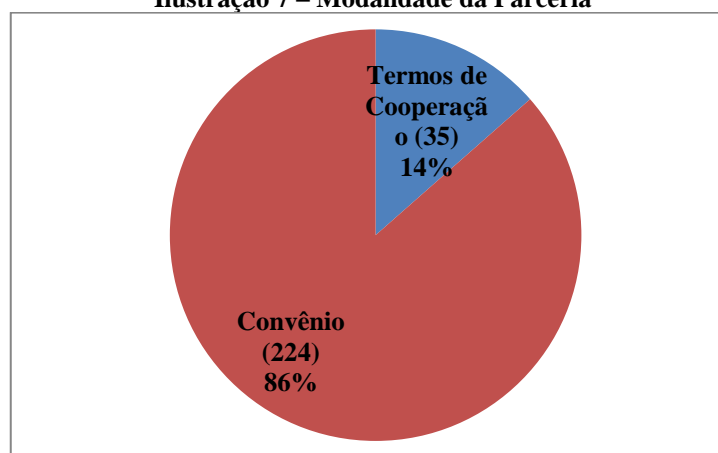
Assim sendo, o PST Padrão encerrou o ano de 2012 com 259 parceiros vigentes para iniciar ou continuar o atendimento à população em 2013 – Convênios (224) e Termos de Cooperação (35) (Anexo 12 – Planilha Parceiros Atuais Vigentes 2012-2013).

Por fim, cumpre registrar que, além das 96 parcerias encerradas ou rescindidas em 2012, 09 convênios com formalização iniciada em 2012 e empenhados no final do ano não saíram da situação de inadimplência e não tiveram as formalizações concluídas, e desta forma não foram encaminhados para o processo de acompanhamento operacional em 2013.

Modalidade da Parceria

Grande parte das parcerias é na modalidade Convênios com transferências voluntárias, formalizadas, executadas e acompanhadas através do Sistema de Gestão de Convênios (SICONV) e Contratos de Repasse do Governo Federal. No entanto, importa destacar o crescimento desde o ano de 2011, das parcerias sob a modalidade de Termo de Cooperação para descentralização de crédito entre Órgãos Federais.

Ilustração 7 – Modalidade da Parceria



Fonte SIC, DW, SICONV

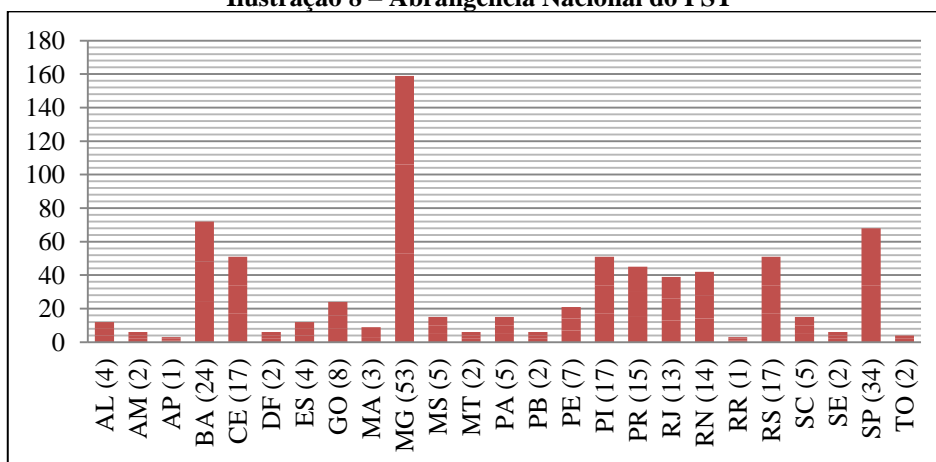
Além das parcerias para funcionamento dos núcleos do Programa, cabe ressaltar a profícua parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, iniciada em 2008 e ainda em execução, para o desenvolvimento do Projeto de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo no Brasil. Seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento de melhorias pedagógico-didáticas no PST. Tem como proposta inovadora, a criação de uma rede de inteligência, denominada de Equipes Colaboradoras – ECs, composta por docentes e estudantes universitários de IES públicas, que realizam capacitação, acompanhamento e avaliação das ações desempenhadas pelos núcleos e escolas. No ano de 2012 esta rede foi composta por 19 ECs e cerca de 170 profissionais.

Desta forma, os 259 parceiros que atendem 579.600 beneficiados em 5.128 núcleos, passam de 2012 para 2013 no processo contínuo de acompanhamento operacional, que envolve desde a análise da estruturação das parcerias para receberem a autorização para iniciar o atendimento à população, que no programa chama-se de Ordem de Início, até o processo de análise de cumprimento do Objeto para atendimento ao público que leva ao encerramento da parceria ou mesmo a avaliação de irregularidades que levam à rescisão de parcerias.

O Programa mantém a preocupação de sua abrangência Nacional, e passa de 2012 para 2013 com o atendimento em 24 estados e no Distrito Federal, contemplando a seguinte distribuição:

- ✓ Região Norte (menor abrangência): os Estados do Pará, Roraima, Amapá, Amazonas, Tocantins;
- ✓ Região Centro Oeste: os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal;
- ✓ Região Sul: os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina;
- ✓ Região Nordeste (com um significativo crescimento seguindo a diretriz do Governo Federal de ampliar as Políticas Sociais nesta região historicamente excluída): os estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Paraíba, Bahia, Ceará, Sergipe;
- ✓ Região Sudeste (maior abrangência): os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

Ilustração 8 – Abrangência Nacional do PST

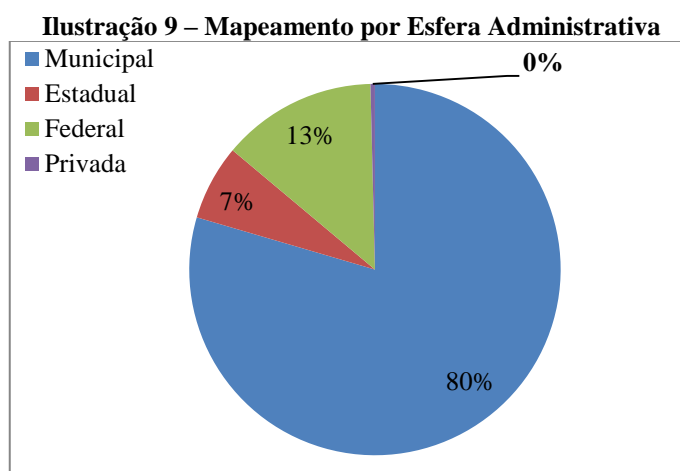


Fonte DW, SIC, SICONV

Numa perspectiva municipalista, amplamente debatida nas três Conferências Nacionais do Esporte, por acreditar que as entidades municipais são as principais executoras das Políticas Sociais, o

universo dos parceiros junto ao Programa atende à seguinte distribuição por esfera administrativa: 15 entidades estaduais, 01 entidade Privada, 35 entidades Federais, 208 Municipais.

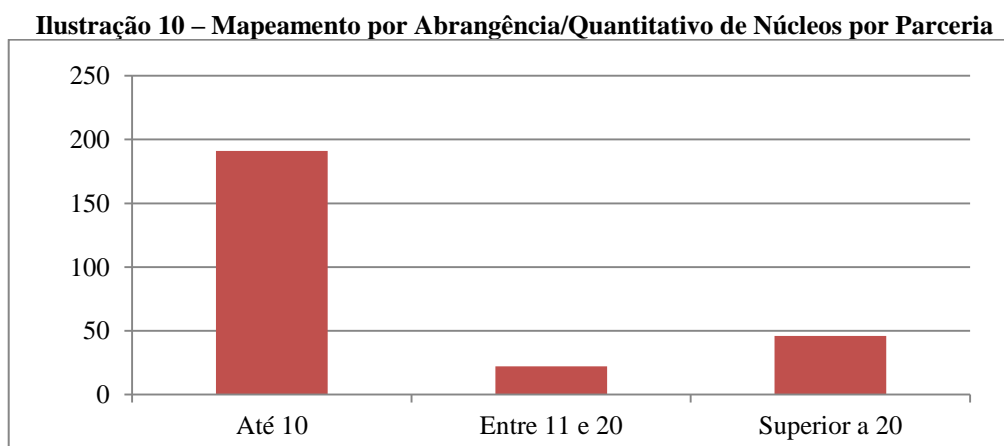
Mapeamento por Esfera Administrativa



Fonte DW, SIC, SICONV

Mapeamento por Abrangência/Quantitativo de Núcleos por Parceria

A fim de garantir a abrangência do Programa, bem como reconhecendo as dificuldades operacionais na execução de grandes parcerias, houve uma priorização na formalização de convênios com menor quantitativo de núcleos, possibilitando assim aumentar o número de parceiros envolvidos e o controle efetivo sobre a abrangência do convênio pactuado, o que se pode perceber na ilustração abaixo:



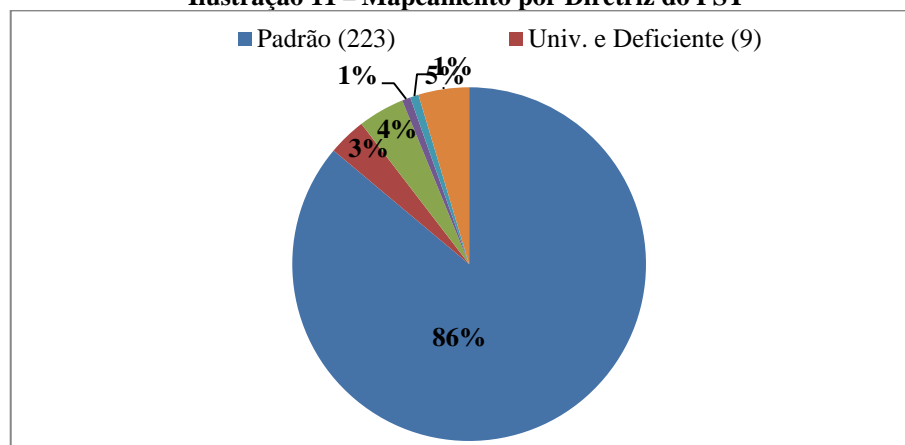
Fonte SIC e planilhas de controle equipe CGAO/SNELIS

Mapeamento por Diretriz do PST

- **223 parceiros no PST/Padrão** – Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte Educacional, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente aqueles que se encontra em áreas de vulnerabilidade social. A Essência nas parcerias junto ao PST Padrão é a abrangência das parcerias, já os demais modelos têm parceiros restritos.

- **09 parceiros no PST/Padrão/IFs** – Visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, dentro das instalações dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.
- **12 parceiros no PST/NAVEGAR** – O Navegar é um Projeto Especial do Programa Segundo Tempo destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico, de forma a promover o desenvolvimento integral de adolescentes, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
- **02 parceiros no PST/Núcleos de Esportes Adaptados** – O PST Esporte Adaptados é um Projeto Especial do Programa Segundo Tempo que visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente, com deficiência e/ou necessidades especiais, em situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, capacitar o futuro profissional da área da educação física para desenvolver o ensino das atividades físicas para pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência, por meio da vivência de situações concretas de ensino-aprendizagem.
- **11 parceiros no PST/Universitário** – O Projeto Especial Programa Segundo Tempo Universitário é destinado à comunidade acadêmica e adota os princípios do esporte educacional, especialmente os de não seletividade, hipercompetitividade e universalidade. Este Projeto Especial segue as diretrizes e objetivos do Programa Segundo Tempo Padrão no que diz respeito à estratégia e implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidade públicas que disponham de condições técnicas para executá-lo.
- **09 parceiros no PST/Universitário e Núcleos Adaptados** – Alguns Termos de Cooperação foram firmados para a implantação das duas propostas de Projetos Especiais: Universitário e Núcleos de Esportes adaptados.
- **02 PST/Piloto Mais Educação** – Desenvolvidos junto as Prefeituras Municipais de Belo Horizonte/MG e Maracanaú/CE, têm por objetivo a experimentação de propostas de integração do esporte educacional aos propósitos estabelecidos para a escola em tempo integral. Cada parceria apresenta particularidades nas propostas adaptadas a partir das diretrizes e fundamentos do Programa Segundo Tempo.

Ilustração 11 – Mapeamento por Diretriz do PST



Fonte SIC e planilhas de controle equipe CGAO/SNELIS

Processo de Acompanhamento Operacional das Parcerias

O processo de acompanhamento das parcerias junto ao PST é realizado pela **Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO**, que compõe o Departamento de Gestão, e tem por atribuição o acompanhamento operacional e orientações ao Parceiro após o processo de formalização, desde o planejamento e estruturação das ações de implementação do PST, até a finalização da vigência do convênio.

Tal processo se inicia a partir da conclusão da etapa da formalização, com a assinatura, publicação e empenho do valor pactuado, e tem como primeira tarefa o monitoramento da liberação da 1ª parcela ou a efetivação dos destaques orçamentários às entidades federais, passa a orientar cada etapa da execução física e financeira, levando em conta as ações pactuadas, monitora a alimentação dos sistemas informativos internos do ME e o Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV, analisa os pleitos apresentados pela entidade, monitora as datas da parceria (vigência, liberação de parcelas e etc.).

A ação junto ao SICONV, portanto é entendida como ação central da CGAO e perpassa todas as tarefas e atribuições afetas a essa coordenação em permanente diálogo, conferência e cruzamento de informações em todos os sistemas informatizados construídos para o processo de monitoramento das parcerias e na interface com os demais setores do ME.

O desafio é definir de forma clara e Objetiva, o que deve ser mudado enquanto rotina no processo físico dos convênios, durante essa etapa de consolidação do SICONV. Na perspectiva de aperfeiçoar, desburocratizar e eliminar procedimentos.

Para os casos de descentralização proveniente de parcerias com órgãos Federais, o acompanhamento operacional é feito via os sistemas ME e registros nos processos físicos. A Coordenação de Acompanhamento Operacional também mantém a responsabilidade de se integrar com as demais áreas da SNEIS, com o objetivo de complementar o acompanhamento dos convênios. Esta integração se dá diretamente com a CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, CSUP – Coordenação de Suprimentos e Logística, CGDEP – Sub-coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico, GTINF – Gestão da Informação, COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento, bem como, com a CGFISCO responsável pela fiscalização e pela análise do cumprimento do Objeto, e CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação responsável pela avaliação das parcerias através do processamento dos relatórios de visita e vistoria relativos ao acompanhamento *in loco*, ainda com a CGCON setor responsável por responder as demandas dos Órgãos de Controle, mídia e ouvidoria.

A integração dos processos gerenciais é indispensável para introduzir uma visão de conjunto ao acompanhamento dos convênios e essencial para uma avaliação mais precisa dos resultados alcançados. A meta principal da CGAO é acompanhar sistematicamente todos os convênios e em vigência de acordo com a normativa vigente à época de sua celebração.

Para dar conta dos desafios postos, a coordenação modificou consideravelmente sua estrutura, fortalecendo-se à medida que instaurou quatro (sub) coordenações – configuradas em equipes – e expandiu o quadro técnico, durante o ano de 2012, sendo organizada da seguinte forma:

Tabela 17 – Estrutura CGAO

Coordenação Geral – 1 Secretária – 2 Apoios Administrativos – 2 Estagiários			
Equipe 01	Equipe 02	Equipe 03	Equipe 04
Coordenador – DAS 3	Coordenador – DAS.3	Coordenadora DAS 3	Coordenadora – DAS 3
Vice coordenador – DAS 1	Vice coordenador – DAS 1	Vice coordenador – DAS	Vice coordenador – DAS 1
7 Técnicos	7 Técnicos	7 Técnicos	7 Técnicos

Fonte: SNELIS

Importa frisar que tal estratégia propiciou maior aproximação do técnico ao seu superior imediato, acarretando em maior apropriação pela gestão do andamento das parcerias, ao tempo que aos profissionais instaurou-se um menor caminho à retirada de dúvidas, auxílio em análises, etc. A ampliação do quadro técnico possibilitou ainda a diminuição ou pelo menos a manutenção (tendo em vista ao elevado número de parcerias formalizadas no final do ano de 2011) do número de convênios por técnico: aproximadamente dez convênios, quantia considerada um pouco acima do ideal almejado.

O Fluxo e Procedimentos do Acompanhamento Operacional

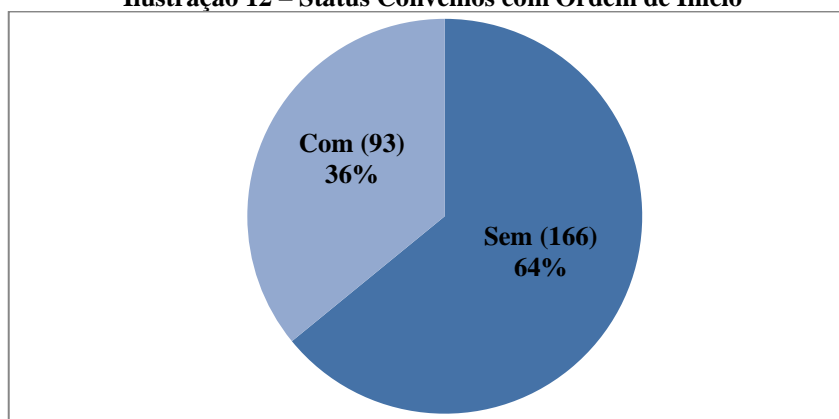
- Monitoramento do pagamento da 1ª parcela e dos destaques orçamentários;
- Orientação às entidades sobre os procedimentos preliminares;
- Contatos com os interlocutores da entidade (SICONV, técnico administrativo, coordenador geral e gestor);
- Alimentação e análise dos sistemas informatizados do ME e do SICONV;
- Análise do 1º Relatório de Acompanhamento;
- Análise e emissão das Ordens de Início;
- Orientação às entidades de Controle Social para preenchimento dos formulários dos aspectos operacionais;
- Análise do 2º relatório de Acompanhamento Operacional;
- Envio de Ofícios padrões;
- Controle dos prazos e datas da parceria para fins de Termos Aditivos Prorroga de Ofício;
- Atendimento presencial às entidades (foram realizados 108 atendimentos no decorrer do ano de 2012);
- Monitoramento para autorização da liberação da 2ª parcela;
- Articulação com demais setores envolvidos no acompanhamento (equipe pedagógica, equipes colaboradoras) para avaliação contínua da execução da parceria;
- Visita Técnica CGAO de cunho operacional, preventivo e de aplicação de soluções aos problemas identificados, levantamento de informações não apresentadas pela entidade pelos sistemas instituídos, conferência documental, e entrevista com recursos humanos, beneficiados, gestores e entidade de controle social (foram realizadas 37 visitas no decorrer do ano de 2012);
- Análise dos pleitos e emissão de pareceres, notas técnicas, informações;
- Avaliação operacional dos parceiros e saneamento processual para encaminhamento para o processo de Prestação de Contas;
- Capacitação Gerencial aos parceiros.

Mapeamento das Parcerias com OI e sem OI

Vale destacar que o programa implantou em 2008 a chamada Ordem de Início e a liberação dos recursos em 02 parcelas para os convênios do PST Padrão. Assim, a liberação da 2ª parcela ficou condicionada à emissão da Ordem de Início por parte deste Ministério, bem como à confirmação do início efetivo do atendimento por parte da Entidade.

Desta forma, no universo de 259 parceiros o status da Ordem de início confere que 93 convênios/termos de cooperação já estão em atendimento à população, e 166 parceiros (muitos dos quais convênios formalizados em 2011) não conseguiram receber no ano de 2012 a Ordem de Início e com isso não iniciaram o atendimento à população.

Ilustração 12 – Status Convênios com Ordem de Início



Fonte SIC e planilhas de controle equipe CGAO/SNELIS

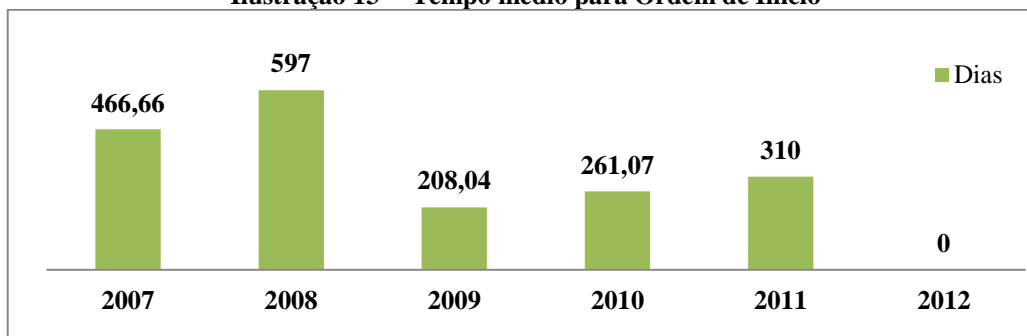
A demora na emissão da Ordem de Início é motivada por diversas situações que vão desde o atraso no pagamento da 1ª parcela até as dificuldades administrativas locais para organização e realização dos procedimentos preliminares, tais como:

- ✓ Cadastramento dos beneficiados;
- ✓ Contratação de recursos humanos;
- ✓ Elaboração e aprovação do Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC);
- ✓ Elaboração e inserção dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs);
- ✓ Aquisição das placas de identificação dos núcleos e materiais esportivo-suplementares, quando previsto processos licitatórios; e
- ✓ Conclusão do processo licitatório para aquisição do reforço escolar, para convênios com formalização anterior a 2011.

As dificuldades acima relatadas levam a um descumprimento do tempo previsto nas diretrizes para os procedimentos de estruturação das parcerias, a saber:

- ✓ PST Padrão – 04 meses
- ✓ PST IFs – 03 meses
- ✓ PST NAVEGAR – 03 meses
- ✓ PST Universitário – 04 meses
- ✓ PST Núcleos Adaptados – 04 meses

Ilustração 13 – Tempo médio para Ordem de Início



Fonte SIC e planilhas de controle equipe CGAO/SNELIS

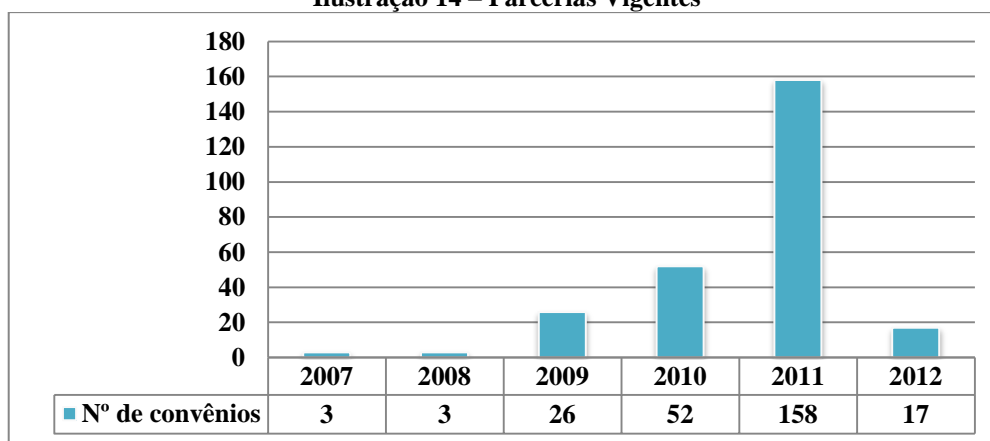
Apesar desse lapso temporal entre a formalização e a conclusão dos procedimentos de estruturação das parcerias, no ano de 2012 verificou-se uma maior celeridade para a implantação e funcionamento dos núcleos decorrentes da desburocratização/reformulação dos procedimentos internos, introdução da funcionalidade de acompanhamento do SICONV, otimizando a comunicação entre a entidade e a equipe técnica no que diz respeito à alimentação de dados e comprovações documentais, e as alterações nas diretrizes, que extinguiu a ação Reforço Alimentar, que se apresentava como uma ação de alta complexidade na execução. Desta forma hoje temos no universo de parcerias vigentes. 175 sem a ação reforço alimentar e 84 com essa ação pactuada.

Para os convênios formalizados em 2011 a dificuldade se deu em virtude de atrasos no pagamento da 1ª parcela, assim como pelo período do defeso eleitoral que por força legal trouxe impedimentos para os processos de licitação e contratação de recursos humanos.

Por outro lado, a greve nas Universidades e nos Institutos Federais dificultou a estruturação e início das atividades nos termos de cooperação também formalizados em 2011.

No montante dos 259 Convênios e Termos de Cooperação, encontram-se vigentes 03 parcerias formalizadas no ano de 2007, 03 em 2008, 26 em 2009, 52 em 2010, 158 em 2011 e 17 em 2012, conforme ilustração abaixo.

Ilustração 14 – Parcerias Vigentes



Fonte SIC, DW, SICONV

Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo das Parcerias do PST

Desenvolvimento Pedagógico

A **Sub-coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico (CGDEP)**, vinculada à Coordenação Geral de Esporte Educacional (CGEED) foi criada com o objetivo de idealizar, estruturar e oferecer suporte ao desenvolvimento da concepção pedagógica do Programa Segundo Tempo e seus Projetos Especiais.

Como atribuições principais da coordenação junto à CGEED, destacam-se: elaboração dos documentos pedagógicos de suporte ao Programa Segundo Tempo; organização de equipes de consultores para o contínuo processo elaboração e desenvolvimento da concepção pedagógica, estruturação, desenvolvimento e certificação do processo de formação continuada de RHs; acompanhamento e suporte à estruturação e desenvolvimento dos planejamentos pedagógicos e manutenção de um processo avaliativo da efetividade da aplicação pedagógica do Programa.

As ações vinculadas às atribuições voltam-se essencialmente para: organização da proposta pedagógica e apresentação de material bibliográfico em forma de livros, apostilas e textos que subsidiam o pleno entendimento da proposta pedagógica defendida e aprovada pela SNELIS; estruturação de equipes de consultores vinculados aos temas de interesse da SNELIS para o efetivo suporte ao desenvolvimento dos temas com aporte teórico e prático; estruturação de capacitações que atendam ao Programa Segundo Tempo, com diversidade suficiente para o atendimento das demandas instaladas nas diversas localidades e especificidades de seus Projetos Especiais e certificação da participação nos processos formativos desenvolvidos; manutenção de uma Equipe Pedagógica (EP) para suporte do processo de orientação e avaliação do desenvolvimento dos planejamentos do Programa Segundo Tempo e seus Projetos Especiais, bem como manutenção de um banco de informações sobre a aplicabilidade da proposta pedagógica idealizada; elaboração e desenvolvimento de instrumentos que possam subsidiar um processo avaliativo pleno do Programa Segundo Tempo.

Para dar efetividade ao trabalho da CGDEP e da Equipe Pedagógica, as Equipes Colaboradoras (ECs) desenvolvem papel fundamental. Desde 2008, o Ministério do Esporte, por ação da então Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), atual SNELIS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estruturou uma sistemática de acompanhamento dos convênios do PST com base no suporte de 19 equipes distribuídas pelo Brasil.

Tal sistema é organizado em uma rede de universidades públicas que envolvem, aproximadamente, 170 profissionais (professores do ensino superior e estudantes de pós-graduação) de 44 instituições de todas as regiões do país. As ECs têm como funções principais: prestar assessoria direta aos coordenadores gerais e pedagógicos das entidades convenentes, assim como a seus coordenadores de núcleo e monitores; analisar os planos pedagógicos dos convênios e núcleos; realizar visitas de acompanhamento pedagógico e administrativo; manter plantão permanente dentro das universidades parceiras para atendimento aos convênios; desenvolver as capacitações pedagógicas e acompanhar as capacitações dos monitores, que são multiplicadas pelos coordenadores de núcleo a partir de sua capacitação.

Ações Realizadas em 2012

I – Formação Profissional: Capacitação Pedagógica e apoio à Capacitação Gerencial

No ano de 2012 a CGDEP organizou e realizou 59 capacitações pedagógicas, uma formação de RH que contabilizou 1.941 profissionais e estudantes/acadêmicos, contemplando Coordenadores Gerais, Pedagógicos, Setoriais, de Núcleo e Monitores.

Esta Coordenação contribuiu na organização de duas Capacitações Gerenciais (destinadas a Coordenadores Gerais, Coordenadores Pedagógicos e técnicos administrativos de convênios do PST), fornecendo o apoio técnico e logístico à CGAO, nas quais foram certificados 123 profissionais, sendo:

Tabela 18 – Capacitação Gerencial

Coordenadores Gerais	70
Coordenadores Pedagógicos	27
Técnicos – SICONV	18
Ouvintes	8
Total	123

Fonte: SNELIS

II – Análises e aprovações de PPCs e PPNs

Em se tratando de Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC) e de Planejamento Pedagógico do Núcleo (PPN), no ano de 2012 foram atendidos 48 Convênios com Início efetivo das atividades, totalizando 1.407 núcleos. A tabela abaixo demonstra a distribuição por EC.

Tabela 19 – PPCs e PPNs (Distribuição por EC)

EC	Convênios – PPCs	Núcleos – PPNs
01	01	208
03	03	20
06	04	14
07	02	168
09	03	91
11	01	16
12	03	25
13	06	94
14	03	22
15	01	20
17	02	23
18	02	16
20	02	560

21	02	48
22	05	55
23	03	14
25	01	12
Gestora	01	01
Total	48	1.407

Fonte: SNELIS

III – Projeto Piloto de Intervenção Pedagógica das Equipes Colaboradoras nos núcleos do PST

O projeto vem buscando encontrar novos caminhos para a intervenção das ECs junto aos convênios e núcleos do PST. Estabelecemos objetivos iniciais, a partir de um diagnóstico no qual foram coletados dados amostrais junto a coordenadores gerais, pedagógicos e de núcleo dos convênios, bem como dos coordenadores e vice-coordenadores das ECs.

As ações foram elaboradas pela CGDEP em parceria com as ECs, pois as diversidades – econômicas, sociais, culturais, entre outras – do nosso país impossibilitam a adoção de modelos rígidos de intervenção, e nada como a experiência acumulada pelas ECs para projetar e executar uma intervenção de qualidade junto aos convênios.

Portanto, foi estabelecido como objetivo geral do Projeto Piloto desenvolver propostas de acompanhamento pedagógico a partir da interação entre Equipe Gestora do Projeto UFRGS, ECs, coordenadores pedagógicos, coordenadores de núcleo e monitores, a fim de dar efetividade à proposta pedagógica do PST no atendimento aos beneficiados.

Os objetivos específicos ficaram assim estabelecidos: apresentar um plano geral de intervenção a partir das potencialidades e fragilidades do processo de capacitação e acompanhamento pedagógico do PST, apontadas por atores desse processo (coordenadores gerais, pedagógicos e de núcleos dos convênios e coordenadores e vice-coordenadores de ECs); oportunizar às ECs possibilidades de intervenção diferenciadas, preferencialmente caracterizadas como estudos científicos, a partir das especificidades de cada convênio; diagnosticar as realidades dos convênios que farão parte do Projeto; implementar ações eficazes de assessoria pedagógica por parte das ECs a convênios e núcleos; verificar os resultados alcançados no período de intervenção proposto, a fim de alavancar o atendimento efetivo à proposta pedagógica do PST; avaliar a proposta pedagógica e a metodologia de capacitação e acompanhamento a partir dos dados identificados pelas ECs no trabalho de intervenção.

As ações foram deflagradas logo após o Encontro das ECs de Londrina, em julho, e resultados finais de algumas ECs e parciais de outras (em virtude de paralisações e atrasos de convênios em seu efetivo início) foram apresentados no Encontro Anual das ECs, em Brasília. Assim, o Projeto encontra-se ainda em andamento, mas alguns indicadores para as futuras ações pedagógicas do PST já surgiram a partir das intervenções realizadas:

- Os Coordenadores Pedagógicos dos convênios devem ser vistos como peças-chave no desenvolvimento das ações pedagógicas dos núcleos do PST.

- Nas ações do Piloto houve maior aproximação das ECs aos núcleos por meio de: plantão ativo (ligações telefônicas e contatos regulares via e-mail, da EC para os convênios); reuniões pedagógicas junto aos coordenadores pedagógicos, setoriais e de núcleo; integração EC-convênios pela postagem de planejamentos e filmagens de aulas via internet.
- Nas intervenções que incluíram novas experiências de avaliação, o aumento de atividades práticas se constituiu em um elemento motivacional. Para tanto, o investimento na formação prévia via EaD se mostra uma ferramenta capaz de otimizar a capacitação presencial (2º momento), com práticas reflexivas com base na proposta pedagógica do PST.

IV – Projeto Piloto de Capacitação EaD – Convênio PM de Foz do Iguaçu

O Projeto foi desenvolvido junto a 54 participantes (coordenador geral e pedagógico, coordenadores setoriais e de núcleo e monitores).

A etapa inicial consistiu nos estudos dos textos do livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo, base da proposta pedagógica do Programa. Num segundo momento, foi estabelecida uma rotina de tarefas relacionando o dia-a-dia dos núcleos à pedagogia proposta no PST. Exemplos: oficinas de PPNs, resenha crítica do livro, plano de aula a partir do livro Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo.

As vídeoaulas foram desenvolvidas por meio dos DVDs que servem de base para as capacitações presenciais do PST. Como estratégias próprias da metodologia EaD, foram utilizados diário de tarefas, participação nos Chats e web conferências, participação nos fóruns de discussão, acesso às vídeoaulas e reflexão sobre os temas das vídeoaulas.

Como aspectos relevantes da aplicação da metodologia EaD, pode-se nominar a intervenção e mediação por parte da EP e da EC 15 (responsável pelo acompanhamento do convênio) com questões relacionadas às diretrizes do PST e sua aplicabilidade no cotidiano dos núcleos. Também se destaca o retorno quase que imediato da EP e EC 15 frente às dúvidas surgidas no processo, especialmente na aplicação prática das atividades. A tutoria diária das atividades também mereceu destaque como elemento de aproximação entre as partes (EP, EC 15 e Núcleos).

Como potencialidades, a EP destacou: maior mediação e interação entre capacitadores e capacitados, ambiente moodle se mostrou uma ferramenta segura e eficaz, monitoramento diário, flexibilidade de tempo, qualidade do material pedagógico, interação e comunicação (chat, fóruns), envolvimento maior da EP e EC com o processo em relação à capacitação presencial.

Como fragilidades, foram destacadas: pouca ambientação com o sistema (inicialmente), falta de acesso e conseqüente perda de continuidade, pouco comprometimento por parte de alguns coordenadores e monitores, rotatividade de coordenadores e monitores e preparo dos tutores.

V – Encontros das Equipes Colaboradoras do PST

Dois encontros das ECs foram realizados no ano de 2012. O primeiro, em Londrina, reuniu os coordenadores e vice-coordenadores das ECs, a Equipe Gestora do PST e as Coordenações da SNELIS que trabalham com as questões pedagógicas. O segundo, em Brasília, foi idealizado para reunir todos os membros das ECs, num momento de reflexão sobre as atividades desenvolvidas no PST e projeção do Programa para 2013.

- **Evento1: Encontro das Equipes Colaboradoras – Londrina – de 13 a 15/06/2012**

O encontro reuniu membros do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas – DEDAP, CGEED, CGDEP, CGAPA, CGAAV e das Equipes Colaboradoras (avaliadores, coordenadores e vice-coordenadores), a fim de avaliar os procedimentos de acompanhamento gerencial e pedagógico dos convênios do Programa Segundo Tempo e, a partir das discussões, indicar procedimentos e melhorias na atuação das equipes.

O Encontro teve como objetivos: apresentar a nova estrutura da SNELIS e seus desdobramentos operacionais; apresentar o estado da arte do processo de parceria PST no Mais Educação e a capacitação EaD em andamento; apresentar as alterações na plataforma de informática do PST; discutir as análises e os procedimentos adotados pelas ECs em relação aos aspectos pedagógicos apresentados nos Relatórios Consolidados; discutir com o grupo novos procedimentos em relação aos aspectos pedagógicos, suas necessidades para efetivação e formas de implementação dos mesmos; verificar junto às ECs estratégias para atendimento ao processo de capacitação dos coordenadores substituídos e não capacitados; levantar junto aos Coordenadores das ECs suas impressões e indicações sobre o processo de capacitação EaD do PST no Mais Educação; rever com a equipe da DEDAP os procedimentos gerais do Relatório Consolidado (RC).

O Encontro contou com a presença de 72 participantes, membros das ECs e da EP. Na oportunidade, as ações para o segundo semestre foram prospectadas, especialmente quanto à necessidade da adoção de estratégias de acompanhamento pedagógico dos convênios do PST.

- **Evento2: Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do PST – Brasília – de 13 a 15/12/2012**

Na ocasião, reuniram-se em um grande evento de encerramento do ano de 2012, membros da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas – DEDAP, de Coordenações da referida Secretaria (CGDEP, CGAPA, CGAO, CGAAV, CGSIS) e das Equipes Colaboradoras – ECs (coordenadores, vice-coordenadores e avaliadores). As atividades do Encontro foram desenvolvidas em três anfiteatros das dependências do Hotel Nacional, em Brasília (local onde os participantes do Encontro que não residem na cidade se hospedaram).

O primeiro dia do Encontro foi dedicado aos relatos da Equipe Gestora, das Coordenações da SNELIS que apóiam as ações pedagógicas do Programa Segundo Tempo e da Equipe Pedagógica, da Equipe EaD e das Equipes Colaboradoras que desenvolveram pilotos e ações de capacitação diferenciadas.

O segundo dia se desenvolveu com base nas ações pedagógicas das ECs em 2012, realizadas ao longo do 2º semestre. Três momentos marcaram as atividades do dia: apresentação oral das ações em três salas (os participantes se dividiram em três grupos), apresentação de pôsteres (para informação e interação de todos os participantes em relação ao desenvolvimento do Piloto pelas várias ECs) e plenária para o encaminhamento de propostas para a continuidade do processo de capacitação, acompanhamento e avaliação pedagógica do PST.

O terceiro dia foi marcado pela apresentação e discussão de propostas para a área pedagógica: capacitação, acompanhamento e avaliação, construção de material didático-pedagógico, Recreio nas Férias, curso de Pós-Graduação em Esporte Educacional e Projetos Sociais e campanha dos 10 anos do PST.

O Encontro reuniu 191 participantes, sendo: 117 membros de ECs (coordenadores, vice-coordenadores e avaliadores) 6 membros da Equipe Pedagógica, um membro da equipe EaD, um representante da UFRGS, 61 membros das diretorias, coordenações e sub-coordenações da SNELIS (DEDAP, DEGEP, CGDEP, CGAPA, CGIPI, CGSIS, CGAAV, CGPEIN, CGEED, CGPEL, CGJEV) e três convidados.

Os objetivos do Encontro foram: relatar as ações desenvolvidas pela SNELIS em parceria com a UFRGS em 2012; apresentar e discutir as experiências pedagógicas desenvolvidas no Projeto Piloto e as propostas a partir das mesmas para o aprimoramento do processo de capacitação, acompanhamento e avaliação pedagógica do PST; analisar coletivamente as novas propostas metodológicas para a capacitação pedagógica do PST, bem como do material didático-pedagógico que a ampara; definir estratégias de divulgação do Programa em seus 10 anos de existência.

Resultados Alcançados

- Sucesso no cumprimento dos prazos e fluxo previsto para avaliação/aprovação de 48 PPCs e 1.407 PPNs e de realização de 59 capacitações pedagógicas em 2012;
- Capacitação Pedagógica de 1.941 membros das entidades convenentes: coordenadores de núcleo (principalmente), monitores e também coordenadores gerais, pedagógicos e setoriais;
- Auxílio técnico e logístico à capacitação gerencial de 123 colaboradores de entidades parceiras (coordenadores gerais, pedagógicos e técnicos SICONV), em parceria com a CGAO, responsável por esta formação em 2012;
- Elaboração e desenvolvimento do Projeto Piloto de Intervenção Pedagógica das Equipes Colaboradoras nos núcleos do PST que, mesmo com resultados ainda parciais, tem fornecido indicadores importantes para as futuras ações pedagógicas do PST;
- Execução pela Equipe Pedagógica em parceria com a EC 15, do Projeto Piloto de Capacitação Pedagógica EaD, junto ao convênio PM de Foz do Iguaçu, que apontou a possibilidade concreta de utilização dessa metodologia nas futuras capacitações do PST;
- Realização de dois Encontros de trabalho das ECs (um por semestre), que trouxeram subsídios para a reestruturação pedagógica tanto no material didático a ser produzido em 2013 quanto dos processos de capacitação, acompanhamento e avaliação do PST.

Acompanhamento In Loco

O processo de acompanhamento administrativo e pedagógico às entidades parceiras do Programa Segundo Tempo (PST) está devidamente estabelecido como a principal ação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) para monitorar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas junto aos beneficiados.

A Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA), vinculada à Coordenação Geral de Esporte Educacional (CGEED) tem como função organizar o processo de acompanhamento e analisar o Relatório Consolidado (RC), produto final advindo das visitas realizadas as entidades parceiras pelas Equipes Colaboradoras (ECs).

A partir das visitas aos núcleos, as informações e dados apresentados são organizados no instrumento supracitado, sendo este, posteriormente, encaminhado à Coordenação Geral de

Acompanhamento Operacional de Convênios (CGAO) e à Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação de Convênios (CGAAV). Esta coordenação é responsável pela elaboração do Ofício de Recomendações, enviando-o às entidades parceiras e dando sequência ao processo administrativo e pedagógico interno da Secretaria.

Tendo em vista a importância desta ação, a CGAPA tem procurado aprimorar continuamente todas as etapas do acompanhamento, desde o momento da definição do Início Efetivo das Atividades (IEA) da entidade parceira até a análise processual dos RCs decorrentes das visitas *in loco* realizadas pelas ECs.

No exercício de 2012, a CGAPA manteve a estrutura e os fluxos de funcionamento do ano anterior com o objetivo de qualificar cada vez mais o acompanhamento pedagógico e administrativo do PST e de aperfeiçoar a tramitação interna das informações advindas das visitas aos convênios. O alcance dos objetivos resultou em um fluxo mais ágil, que proporcionou maior interação entre as tarefas executadas pelas ECs com a estrutura administrativa da SNELIS.

Ações Realizadas

- Organização do processo de visitas (estratificação e logística);
- Elaboração e atualização das planilhas de controle de visitas na pasta corporativa do Ministério do Esporte (ME);
- Controle do prazo de liberação das Avaliações In Loco (AVILs) e dos RCs;
- Análise dos instrumentos de acompanhamento aos convênios (AVIL e RC);
- Encaminhamento dos RCs para a CGAO e CGAAV;
- Capacitação das ECs e da Equipe de Analista (EA) quanto ao preenchimento dos instrumentos de coleta de dados AVIL e RC;
- Participação efetiva nos encontros das ECs (Londrina e Brasília) com as demais coordenações que acompanham o PST;
- Elaboração e aperfeiçoamento dos instrumentos avaliativos (AVIL e RC);
- Elaboração do tutorial para o preenchimento da 3ª geração dos instrumentos avaliativos.

Equipes Colaboradoras

A composição de uma EC depende do número de convênios que obtiveram Ordem de Início (OI), localização e quantitativo de núcleos, tipos de deslocamento para as visitas e outros aspectos minoritários. De acordo com estes critérios, no decorrer do ano de 2012, a SNELIS contou com a colaboração de aproximadamente 140 profissionais.

A estrutura das ECs permaneceu a mesma dos anos anteriores, sendo composta por um coordenador, um vice-coordenador e avaliadores, todos graduados em Educação Física e/ou Bacharel em Esporte. Estes recursos humanos têm contribuído imensamente com a elaboração e disseminação dos referenciais teóricos e práticos do programa junto aos convenientes e à comunidade em geral.

Os colaboradores são responsáveis por acompanhar os convênios vigentes, pela organização e realização da capacitação dos coordenadores de núcleo, pedagógicos e setoriais, pelas visitas e seus desdobramentos documentais e por outras demandas pontuais solicitadas pela Secretaria, como a elaboração de materiais pedagógicos (vídeos, livros, cadernos pedagógicos). Além disso, as ECs acompanham os parceiros por meio das análises e correções do Planejamento Pedagógico de Núcleo (PPN) com o objetivo de assegurar que os pressupostos pedagógicos sejam aplicados durante as atividades ministradas aos beneficiados durante o período de execução do programa nas instituições parceiras.

Até outubro de 2012, o PST teve a participação de 19 (dezenove) Equipes Colaboradoras distribuídas em todo o Brasil, conforme apresentada na tabela abaixo. A partir de novembro de 2012, de acordo com os critérios estabelecidos, a EC 8 (Cuiabá-MT) teve as suas atividades suspensas por não ter mais convênios a serem acompanhados naquela região. Certamente, essa situação poderá se reverter caso a região tenha novos convênios formalizados e compostos por pelo menos 50 (cinquenta) núcleos a serem acompanhados.

Tabela 20 – Relação de ECs

Nº	EC	Sede da Equipe/Instituição	Estados Acompanhados
1	01	Manaus/AM – UFAM	Acre, Amazonas
2	03	Natal/RN – UFRGN	Rio Grande do Norte, Paraíba
3	05	Recife/PE – Faculdade Joaquim Nabuco	Pernambuco, Sergipe, Alagoas
4	06	Salvador/BA – UEFS	Bahia
5	07	Brasília/DF – UNB	Distrito Federal, Goiás, Tocantins
6	08	Cuiabá/MT – UFMT	Mato Grosso, Goiás
7	09	Goiânia/GO – UEG	Goiás, Mato Grosso do Sul
8	11	Rio de Janeiro/RJ – UFRJ	Rio de Janeiro, Espírito Santo
9	12	Belo Horizonte/MG – UFMG	Minas Gerais
10	13	Belo Horizonte/MG – IMES	Minas Gerais
11	14	Maringá/PR – UEM	São Paulo, Paraná
12	15	Londrina/PR – UEL	Paraná, São Paulo
13	17	Curitiba/PR – UFPR	Santa Catarina, Paraná
14	18	Pelotas/RS – UFPEL	Rio Grande do Sul
15	20	Sobral/CE – UE Vale do Acaraú	Ceará
16	21	Ribeirão Preto/SP – USP	São Paulo
17	22	São Paulo/SP – USP	São Paulo
18	23	São Luiz/MA – UFMA	Maranhão, Pará, Amapá
19	25	Rio de Janeiro/RJ – UFRJ	Rio de Janeiro

Fonte: SNELIS

Acompanhamento aos convênios

Um dos fatores mais importantes do processo de acompanhamento administrativo e pedagógico às entidades parceiras do PST tem sido o trabalho desenvolvido pelas ECs por meio da realização de visitas periódicas aos núcleos. Os profissionais envolvidos avaliam o desenvolvimento das atividades e a organização administrativa que o núcleo oferece aos beneficiados, mediante a utilização de um instrumento de coleta de dados especificamente elaborado para a execução desta ação.

O processo quantitativo de visitas a um convênio tem características próprias estabelecidas de acordo com o número pactuado de núcleos. Em convênios com até 5 núcleos, todos são visitados. Convênios compostos de 6 a 10 núcleos, 50% são visitados e convênios com 11 núcleos, ou mais, 20% são visitados. A partir da primeira visita, as próximas ocorrem a cada 120 dias até o encerramento da vigência estabelecida pela SNELIS.

Sob essa perspectiva, destaca-se que no ano de 2012 foram acompanhados 140 convênios, gerando um total de 259 visitas e 1529 núcleos visitados, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 21 – Acompanhamento realizado pelas ECs

EC	Convênios Visitados	Visitas Realizadas	Núcleos Visitados	RC 1ª Geração SIAPA	RC 2ª Geração SIAPA	RC 2ª Geração Word
1	1	2	83	0	2	0
3	11	24	136	0	24	0
5	2	3	31	1	2	0
6	11	22	85	2	19	1
7	5	10	75	0	10	0
8	3	6	30	0	6	0
9	4	5	30	0	5	0
11	9	15	80	3	12	0
12	10	21	78	0	20	1
13	20	32	212	0	31	1
14	12	27	252	0	26	1
15	3	7	35	0	5	2
17	9	17	80	1	16	0
18	8	18	55	0	16	2
20	8	12	101	0	12	0
21	8	11	44	0	11	0
22	10	19	86	0	19	0
23	3	4	12	0	4	0
25	2	3	23	0	3	0

EG	1	1	1	0	1	0
Soma	140	259	1529	7	244	8
Total de Relatórios				259		

Fonte: SNELIS

Constatar a realidade do local onde o convênio realiza as suas ações, bem como as diversidades encontradas em cada região do Brasil onde o PST se desenvolve, é de suma importância, pois o acompanhamento permite a obtenção de dados e informações que consubstanciam o ME e a SNELIS com a possibilidade de intervir no funcionamento adequado dos convênios quanto às ações pactuadas.

Encontros das Equipes Colaboradoras

Embora muitas atualizações fossem realizadas por meio do uso de ferramentas virtuais, momentos presenciais entre as coordenações da SNELIS e as ECs foram fundamentais para o aprimoramento das ações desenvolvidas nas diferentes etapas do acompanhamento do PST.

Considerando esta necessidade, no mês de junho, em Londrina-PR, houve o primeiro encontro de 2012 entre as coordenações da SNELIS, a Equipe Gestora do PST e os coordenadores e vices das ECs. No mês de dezembro, em Brasília, aconteceu o segundo encontro que contou com a participação do RH já mencionado e dos demais membros das ECs.

Nos encontros, as principais ações realizadas pela CGAPA foram:

- Londrina/PR: Apresentação de orientações e indicações de procedimentos a serem adotados no preenchimento das AVILs e dos RCs.
- Brasília/DF: Apresentação da avaliação sobre o desenvolvimento de todos os aspectos que envolvem o processo de acompanhamento do PST, bem como as perspectivas e novos projetos a serem implementados no exercício de 2013.

No geral, a apresentação da CGAPA em ambos os encontros enfatizou diversos aspectos que influenciam na análise dos instrumentos (RC e AVIL), momento no qual, tanto esta coordenação quanto os membros das ECs puderam se manifestar a respeito do apresentado, no sentido de aprimorar as ações desenvolvidas em conjunto.

Também foram apresentadas novas orientações de funcionamento das atividades, potencialidades e fragilidades observadas no desenvolvimento do processo e avaliações de todos os setores envolvidos quanto às ações realizadas.

Resultados alcançados

No ano de 2012, a CGAPA continuou a interagir positivamente com as demais coordenações da Secretaria, principalmente com a CGAAV, CGAO e CGDEP (Sub-coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico), desenvolvendo e mantendo um fluxo sequencial de ações.

A interação entre tais setores proporcionou:

- Agilidade no tratamento das informações obtidas pelas ECs, na finalização dos RCs e no encaminhamento das recomendações pedagógicas e administrativas às entidades parceiras;

- Entrosamento eficaz entre as equipes de analistas das coordenações no processamento das informações contidas nos RCs;
- Padronização da compreensão dos conteúdos apresentados nas AVILs e nos RCs.

Ademais, o melhor entrosamento entre as coordenações acarretou positivamente no conhecimento aprimorado de todo o processo que envolve o acompanhamento pedagógico e administrativo do PST, melhorando as análises qualitativas sobre as ações pactuadas pelos parceiros. Ressalta-se que todas estas ações são direcionadas para o progresso da qualidade do atendimento aos beneficiados, sendo este o principal objetivo do programa.

Durante o encontro de Londrina, foi solicitada atenção especial ao fluxo das visitas, conforme apresentado abaixo:

- Deve-se considerar o período de 60 dias após o início das atividades para realizar a primeira visita ao convênio.
- O prazo para inserção das AVILs e do RC é de até 15 dias após a data do término da visita.
- Após a liberação das AVILs e do RC, a CGAPA tem 5 dias úteis para analisar o relatório e encaminhá-lo para a CGAAV e CGAO.

Como resultado, tivemos:

Com relação à inserção dos Relatórios Consolidados, houve melhor cumprimento dos prazos quando comparado ao ano de 2011, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 22– Inserção de Relatórios Consolidados

Relatório Consolidado	2011	2012
Inserção até a data limite	151 (56,1%)	175 (67,6%)
Inserção após a data limite	118 (43,9%)	84 (32,4%)
Total	269	259

Fonte: SNELIS

Quanto ao conteúdo das AVILs e dos RCs, notou-se que houve avanços qualitativos no preenchimento das AVILs e dos RCs, dirimindo divergências e consignando as possibilidades de soluções e melhorias visualizadas pelas ECs, proporcionando a melhor sequência do processamento dos instrumentos e conseqüente recomendação aos parceiros.

Referente ao encontro de Brasília, constatou-se um aumento dos RCs finalizados dentro do prazo, mas que ainda precisam se aproximar do patamar máximo, tendo em vista que são dadas todas as condições para que as ECs possam realizar este trabalho de acordo com o necessário para que a SNELIS dê sequência ao processo de acompanhamento. Isso tem sido alertado nos encontros virtuais e presenciais e a CGAPA está atuando com o maior controle possível para que o percentual de atrasos seja diminuído.

A realização de encontros entre as Equipes Colaboradoras e as coordenações do PST ressalta a importância em atualizar os procedimentos utilizados no acompanhamento administrativo e

pedagógico do PST. Como resultado final dos encontros realizados, houve sempre o aprimoramento das ações entre todas as coordenações da SNELIS e as ECs.

Processamento de Relatórios Consolidados (Acompanhamento In Loco)

A partir de Maio de 2012 foi constituída a **Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAAV**, vinculada à Coordenação Geral de Esporte Educacional – CGEED/DEDAP/SNELIS, ficando sob a sua gestão as seguintes áreas:

- **CAPRE** – responsável pela análise e processamento dos Relatórios de Visitas produzidos pelas Equipes Colaboradoras;
- **ASCOD** (Assessoria de Consolidação de Dados e Controle) – responsável pela Sistematização da Planilha de “**Controle do Acompanhamento dos Convênios**”, onde são consolidadas as informações relativas a todas as etapas do acompanhamento dos convênios do PST, partindo da sua formalização, concessão da Ordem de Início/confirmação do efetivo início, passando pelas etapas da capacitação, realização das visitas “in loco”, até o processamento dos RCs, encaminhamento dos ofícios de recomendações e recebimento/análise das respostas apresentadas pelas entidades.
-

A **Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação de Relatórios – CGAAV/CGEED/DEDAP/SNELIS** fortaleceu ainda mais as potencialidades e ferramentas que já tinham sido disponibilizadas, ficando diretamente responsável pelos seguintes procedimentos:

- Análise dos conteúdos dos Relatórios Consolidados produzidos pelas Equipes Colaboradoras, relativos às visitas realizadas sistematicamente nos convênios do PST, em face dos elementos processuais;
- Processamento dos Relatórios Consolidados em Instrumento de Avaliação específico, classificando as constatações positivas, negativas e de aprimoramento e conforme grau de relevância (grave, impropriedades e medidas de aprimoramento) – cabendo destacar que cada convênio é visitado no mínimo uma vez a cada ciclo pedagógico;
- Elaboração de Ofício à entidade parceira em tempo hábil/durante o Ciclo Pedagógico, dando retorno sobre as problemáticas identificadas durante as visitas acerca da execução do projeto, com recomendações/sugestões das medidas corretivas cabíveis no sentido do saneamento e aprimoramento dos convênios;
- Avaliação das condições da execução de cada convênio para subsidiar a tomada de decisões pela gestão.

Importa destacar que a ASCOD também foi ampliada a partir de Julho/2012, para incorporar novas rotinas de controle, sendo implementada a Planilha de “Avaliação dos Convênios” e o “Resumo dos Convênios no SIC”, conforme será tratado no item 2 – Balanço da Gestão/Ações realizadas em 2012.

Tal medida de reestruturação veio ao encontro da Recomendação 4.3 proferida pela CGU no Relatório de Auditoria nº 201108586, *verbis*:

“Recomenda-se à Secretaria Nacional de Esporte Educacional que adote providência no sentido de disponibilizar à Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas para acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo.”

Cabe ressaltar ainda que tal medida, além de potencializar os procedimentos e controles já existentes, permitiu a superação de fragilidades anteriormente identificadas e registradas no RELATÓRIO DE GESTÃO 2011, especialmente:

- **Atuação da Coordenação Geral** (*grande impacto com as outras Coordenações vinculadas à CGFISCO (CADEN e CADOC), que demandaram toda a atenção da Coordenação Geral, havendo reflexo no acompanhamento/cumprimento dos procedimentos da CAPRE, especialmente no que diz respeito à avaliação permanente dos instrumentos, fluxos e resultados*): **Ficando com uma Coordenação Geral exclusivamente para a CAPRE/CGAAV, foi possível direcionar melhor o fluxo do processamento dos Relatórios de Visitas, a produção dos Ofícios de Recomendações nos prazos estabelecidos e a qualidade do trabalho/retorno das condições da execução dos convênios do PST às entidades parceiras;**
- **Dificuldades dos Técnicos** (*Em virtude da complexidade do programa, os técnicos da CAPRE ainda enfrentam dificuldades para compreender as problemáticas na execução dos convênios e seus reflexos. Portanto, em face dessa limitação e do grande volume de trabalho, a qualidade dos produtos fica comprometida, demandando muitas correções das Coordenações e aumentando o tempo de análise*): **Também em virtude da exclusividade da Coordenação Geral para a CAPRE/CGAAV, que atuou no sentido da disseminação e uniformização de conceitos avaliativos, bem como na revisão de procedimentos e modelos para evitar equívocos da área técnica, foi possível qualificar os produtos gerados e agilizar o processo.**

Ações Realizadas em 2012

Em 2012 foi dada continuidade às ações relativas ao processamento dos Relatórios de Visitas emitidos pelas ECs, observando-se os fluxos e prazos estabelecidos em 2011, especialmente o **prazo de 60 (sessenta) dias** para a expedição dos ofícios de recomendações às entidades parceiras, contados a partir do último dia de cada visita.

Entretanto, em face das dificuldades enfrentadas pelas ECs ao longo do exercício, para a finalização dos RCs dos convênios Estaduais e Nacionais acima de **100** núcleos, especialmente em virtude da necessidade do lançamento volumoso de dados no Sistema, tal prazo foi ampliado para **80 (oitenta) dias** – sendo 20 dias para a EC e **60** dias no geral para as áreas do ME. Ressalte-se que tal decisão foi divulgada na Capacitação Pedagógica realizada com todas as Equipes Colaboradoras, no mês de Dezembro/2012 em Brasília.

Com efeito, entendeu-se que os convênios com maior amplitude precisam ter um tratamento diferenciado, dado as peculiaridades inerentes e de forma a não comprometer a qualidade dos produtos.

Ademais, foram implementadas outras medidas de aprimoramento, com vistas a dar maior clareza sobre as condições da execução dos convênios e sobre as ações corretivas cabíveis, a saber:

- **Inclusão de Legendas no Instrumento de Avaliação e recomendações:** Considerando o acesso da entidade parceira ao Instrumento de Avaliação e a necessidade de sua compreensão sobre a forma de avaliação promovida pelo ME acerca de cada constatação, foram incluídas legendas sinalizando a relevância das constatações e recomendações, quais sejam: Vermelho (problemas graves); Amarelo (impropriedades) e **Verde (medidas de aprimoramento)**. Ressalte-se que no processamento da última visita, geralmente ocorrida na iminência ou após o término da vigência, a legenda do Instrumento de Avaliação tem por finalidade sinalizar a avaliação acerca de todas as ações com base nos elementos verificados ao longo da execução, podendo a entidade se manifestar quando da apresentação da Prestação de Contas Final (PCF), observando-se a seguinte legenda: Vermelho (problemas graves); Amarelo (impropriedades) e **Verde (regular)**;
- **Reformulação do Ofício de recomendações:** Foi avaliada a necessidade de chamar a atenção da entidade parceira sobre as medidas de intervenção mais urgentes, considerando que em 2011 as recomendações eram transcritas no próprio Ofício, deixando-o muito extenso (apesar de separadas as recomendações por natureza e gravidade) e podendo a entidade parceira não dimensionar bem sua ação.

Destarte, em maio de 2012 o Ofício de recomendações foi reformulado, indicando de forma objetiva e pontual os problemas mais graves e principais impropriedades que cabem maior atenção da entidade parceira e, portanto, uma intervenção mais célere. Assim, as recomendações passaram a ser encaminhadas em anexo ao Ofício, por meio do Instrumento de Avaliação que subsidia a avaliação técnica.

Ressalte-se que a CGAAV também encaminha Ofício ao final da vigência, com o Instrumento de Avaliação da última visita, o qual, conforme já citado, tem por finalidade sinalizar a avaliação acerca de todas as ações com base nos elementos verificados ao longo da execução, podendo a entidade se manifestar quando da apresentação da Prestação de Contas Final;

- **Reformulação da Declaração de Atendimento das Recomendações:** A Declaração de Atendimento das Recomendações também foi aprimorada, passando a contemplar campo específico para a entidade indicar o status do atendimento de cada recomendação, conforme o número correspondente do Instrumento de Avaliação. Essa Declaração é encaminhada em anexo ao Ofício de Recomendações, devendo ser preenchida e devolvida pela entidade parceira no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento.

Todavia, ainda se pretende elaborar um novo modelo de Declaração para 2013, de forma a contemplar campo específico para as entidades apresentarem sucintos esclarecimentos e justificativas, visto que o objetivo não é a burocratização de respostas/apresentação de documentos, e sim a verificação do aprimoramento da execução pela EC, quando do próximo acompanhamento;

- **Diagnóstico Comparativo de Beneficiados:** Com efeito, o alcance da meta de beneficiados estabelecida é de suma importância para o cumprimento das ações que integram o Plano de Trabalho / objeto pactuado do convênio e, especialmente, para dar efetividade à política pública. Todavia, na prática é recorrente o atingimento parcial da referida meta, gerando impactos diretos na ação Reforço Alimentar (contemplada nos convênios formalizados antes de 2011), já que os valores desta são calculados proporcionalmente ao número de beneficiados previstos.

Diante desse contexto, em Agosto/2012 foi criado modelo de **Diagnóstico Comparativo de Beneficiados**, permitindo o mapeamento do percentual de beneficiados em atendimento aferido por núcleo em cada visita, uma vez que destaca a média geral por visita e efetua a classificação conforme referenciais pré-estabelecidos (Excelente – 81% a 100%; Bom – 70% a 80%; Regular – 51% a 69%; Ruim – 0% a 50%).

Tal diagnóstico permite a visualização da média de beneficiados efetivamente alcançada ao longo da execução por cada núcleo visitado (evolução ou redução), servindo de subsídio para a elaboração de recomendações, e avaliação das condições da execução e do potencial para o restabelecimento da meta, bem como para decisões de reestruturação (a exemplo da redução de meta e/ou substituição de núcleos), rescisão de convênios e análise da Prestação de Contas Final. Registre-se que o referido Diagnóstico também é encaminhado à entidade parceira, a partir do processamento da 2ª visita, juntamente com o Ofício de Recomendações.

- **Elaboração de resumo dos convênios no SIC:** Este resumo foi implementado no 2º Semestre/2012, sendo inserido de forma sistemática no Formulário 18 do SIC, tão logo concluído o processamento de cada RC. Assim, esta ferramenta passou a ser alimentada com a essência das condições da execução de cada convênio, a partir das constatações levantadas pela EC nas visitas de acompanhamento, dando ou fortalecendo os elementos de convicção à unidade gestora e áreas técnicas relacionadas para a tomada de decisões, bem como servindo de referencial às Equipes Colaboradoras, para verificação dos avanços ou não no próximo acompanhamento “in loco”;
- **Reestruturação da Planilha de Avaliação dos Convênios:** A Planilha de Avaliação foi redesenhada em 2012, passando a contemplar uma síntese de cada convênio, conforme os elementos de cada RC, e a classificar o status da execução em Excelente, Bom, Ruim e Regular.

Ressalte-se a relevância dessa planilha no processo de aprimoramento, visto que consolida as condições gerais do convênio sob a óptica do controle, assim também fortalecendo os elementos de convicção da unidade gestora e áreas técnicas para a tomada de decisões. Ademais, vem favorecendo a interface com a CGAPA/CGEED/DEDAP, visto que serve como referencial para solicitação de visitas extraordinárias às Equipes Colaboradoras, seja pela própria CGAAV/DEDAP e/ou pela CGAO/DEGEP, com vistas à verificação de questões pontuais.

- **Decisões de mérito com base nos RCs (Anexo 13 – Decisões de Redução de Meta e Rescisões):** Conforme já citado, a avaliação das condições da execução (por meio do Instrumento de Avaliação, Diagnóstico Comparativo de Beneficiados e Planilha de Avaliação) tem servido de subsídios para as decisões administrativas, especialmente relativas à redução da meta de beneficiados e até mesmo à rescisão de convênios. Portanto, em 2012 têm-se o seguinte levantamento de decisões proferidas desta natureza:
 - Reduções de Meta: **9**
 - Rescisões de Convênio: **12***** sendo 7 também por força do Dec. 7.592/2011*
- **Revisão do Modelo do AVIL e RC 3ª geração:** Em conjunto com a CGAPA e CGEED, a CGAAV prestou inúmeras contribuições para o Modelo do AVIL e do RC 3ª geração, tomando por base as necessidades de aprimoramento identificadas durante o processamento dos RCs 2ª geração, de forma a melhor direcionar o foco do acompanhamento, superar fragilidades e mitigar equívocos;

- **Recomendações Pedagógicas geradas pelas ECs:** No Encontro das Coordenações de Equipes Colaboradoras realizado em junho/2012, em Londrina/PR, foi avaliada a viabilidade das próprias ECs passarem a proferir as Recomendações Pedagógicas diretamente nos RCs, considerando o domínio sobre a Proposta Pedagógica do convênio e dos núcleos, com também sobre as constatações de natureza pedagógica verificadas “in loco”, o que permite uma avaliação mais pertinente e a indicação de medidas mais apropriadas e/ou ao alcance da entidade, com vistas a regularização de situações pontuais. A partir de então, foi desenvolvido um Projeto Piloto por cada EC, o qual foi avaliado pela CGDEP/DEDAP/SNELIS e consolidado em meados de Setembro-Outubro/2012. Desta forma, em Novembro/2012 já foram expedidos RCs – 2ª Geração contendo recomendações pedagógicas das ECs. Contudo, avalia-se que o procedimento de recomendações proferidas pelas ECs em 2012 ainda foi incipiente, cabendo maior intervenção das ECs em 2013, para fazer face ao volume das questões pedagógicas identificadas em cada RC.

Resultados Alcançados

Considerando que em 2012 o trabalho foi voltado principalmente à qualificação dos fluxos já implementados e à superação das fragilidades indicadas no Relatório de Gestão 2011, foram alcançados os seguintes resultados:

- **Processamento de todos os RCs dentro do prazo estabelecido** (Anexo 14 – Avaliação e Ofícios Expedidos): Em decorrência do trabalho realizado pela CGAAV no processamento dos dados dos Relatórios de Visitas realizadas pelas Equipes Colaboradoras, em 2012 foi avaliado o conteúdo de **293** Relatórios de Visita, gerando por consequência **293** Instrumentos de Avaliação e Ofícios de recomendações. Registra-se, portanto, um aumento significativo no quantitativo de relatórios processados em 2012 (mais 76 RCs em face do diagnóstico de 2011 – 217 Relatórios), cabendo valorizar o esforço da CGAAV para o cumprimento da demanda em face do reduzido quadro de RH;
- **Redução do lapso temporal entre a data do término da visita e o envio das recomendações à entidade:** No 2º Semestre/2012 foi obtida uma média geral de 52 dias, representando uma evolução em face do resultado obtido no 2º Semestre/2011 (média de 55,60 dias – conforme declarado no Relatório de Gestão 2011/Resultados obtidos em 2011). Registre-se que a média do 1º Semestre/2012 foi de 58 dias, cabendo justificar essa pequena majoração no impacto decorrente da flutuação do quadro de RH da CGAAV;
- **Participação das Coordenações em 02 Eventos de capacitação das ECs (junho e dezembro/2012):** Nestes eventos foi promovida a interface entre os procedimentos da CGAAV, da CGAPA e das ECs, difundindo os entendimentos e as boas práticas, dirimindo divergências e definindo as possibilidades de soluções/melhorias visualizadas. Tal interação permitiu um avanço qualitativo no preenchimento das Coletas e dos RCs, bem como o envolvimento das ECs no processo de expedição de recomendações pedagógicas;
- **Iniciada a Capacitação Interna das Coordenações e da Equipe Técnica:** Em outubro de 2012 foi dado início à capacitação interna com todos os profissionais vinculados à CGAAV, momento em que foram debatidas questões relacionadas à avaliação das condições da execução dos convênios (aprofundamento sobre a dinâmica do seu acompanhamento), dividindo-se os temas por ações previstas nas Diretrizes do Programa e com foco na prática, com vistas à implementação imediata e qualificação do trabalho produzido pela área.

Ademais, parte das Coordenações e da Equipe Técnica está participando do Ciclo de Capacitação – SICONV promovida pela DEGEP/SNELIS, o qual contempla inclusive os novos módulos disponibilizados no referido Sistema (Execução, Prestação de Contas e Acompanhamento/Fiscalização), possibilitado, assim, uma visão mais ampla sobre essa ferramenta de controle e favorecendo o aprofundamento da análise do convênio frente às informações e aos documentos nele inseridos.

b.2) Parceria com o MEC por meio do Programa Mais Educação para Desenvolver o Segundo Tempo na Escola.

A outra estratégia adotada, com vistas à ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer, foi a articulação intersetorial com o Ministério da Educação por meio do Programa mais Educação para desenvolver o Segundo Tempo na Escola. Esse trabalho é realizado pela **Coordenação-Geral de Integração de Políticas Intersetoriais – CGIPI.**

Ações realizadas em 2012 e Resultados

A parceria ME-MEC institui o PST como uma atividade no Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação, e as ações esportivas, nesse contexto, preservam todos os fundamentos filosóficos e pedagógicos previstos para o PST padrão. Essa política interministerial pretende viabilizar a oferta do Esporte Educacional no contexto escolar, integrando-o ao projeto pedagógico da Escola, na perspectiva da educação em tempo integral. Além disso, estabelece como princípios norteadores o esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado, a universalização e inclusão social, a democratização da gestão democrática, a prática pedagógica que respeite o aluno como sujeito produtor do conhecimento e a formação profissional (Anexo 15 – Diretrizes do PST na Escola).

Em cumprimento aos objetivos e aos princípios da parceria, foram definidas as responsabilidades inerentes a cada Ministério, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Responsabilidades ME x MEC

Ministério do Esporte		Ministério da Educação	
A	✓ Distribuição de Kit de Materiais Esportivos	A	✓ Recurso disponibilizado pelo PDDE/FNDE para compra de materiais para modalidades específicas, como Natação, judô, Capoeira, etc.
B	✓ Produção Técnica e editoração do Material Pedagógico – Livro dos Fundamentos do Programa e Caderno de Apoio Pedagógico	B	✓ Impressão do material didático-pedagógico e distribuição dos materiais esportivos e didáticos pedagógicos
C	✓ Orientação aos Monitores, Gestores Estaduais/Municipais sobre o PST na Escola e Acompanhamento pedagógico do projeto	C	✓ Mecanismo de Transferência dos recursos para as Escolas, inclusive para o Monitor do Macrocampo Esporte e Lazer, que desenvolve o PST na Escola

Fonte: SNELIS

A parceria teve início efetivo em 2010, como experiência piloto em 1.149 escolas, atendendo a 329.809 alunos. Em 2011, o PST na Escola contemplou 4.620 escolas e atendeu 996.672 alunos.

Tabela 24 – Piloto PST na Escola

2010	2011
25 estados e o DF	26 estados e o DF
87 municípios	792 municípios
1.149 escolas	4.620 escolas
329.809 alunos	996.672 alunos

Fonte: SNELIS

No ano de 2012, foi dada continuidade à parceria estabelecida, visto que a integração entre os dois Programas possibilitou ampliar a abrangência do atendimento e democratizar o acesso ao esporte, como direito fundamental. A parceria está pautada em uma proposta pedagógica consistente e emancipadora, buscando a inserção da Política de Esporte Educacional nas escolas, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes da rede pública de ensino fundamental de todo o país. A partir deste ano, esta parceria antes denominada de PST no Mais Educação, passa a ser chamada de PST na Escola. A meta de atendimento para 2012 foi estimada em 10 mil escolas, porém foram computadas 4.642 escolas como quantitativo final, que aderiram ao programa e foram consideradas adimplentes (confirmação recebida via MEC em Janeiro/2013). A abrangência do programa pode ser observada na tabela a seguir.

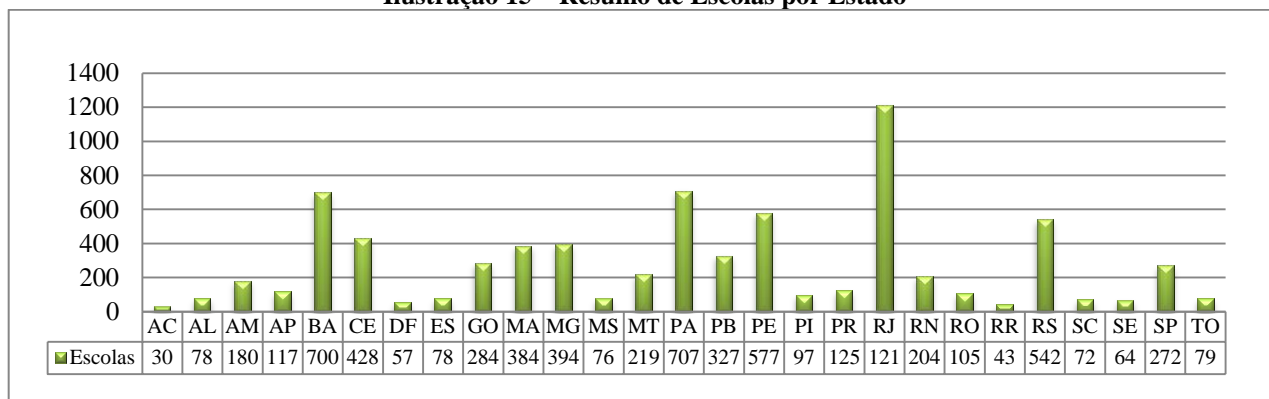
Tabela 25 – Quantitativo do PST na Escola no ano de 2012

Adesão ao PST na Escola no ano de 2012		
Estados e Distrito Federal		27
Municípios		773
Escolas		4.642
Alunos		958.125
Alunos por região	Norte	168.515
	Nordeste	380.948
	Centro-Oeste	87.255
	Sudeste	233.556
	Sul	87.851

Fonte: SNELIS

Além das escolas que aderiram ao PST em 2012, outras escolas estavam ainda em processo de desenvolvimento das atividades do PST, o qual foi iniciado no ano de 2011. Sendo assim, se considerarmos as 5.137 escolas que aderiram em 2012 e as 2.314 escolas da adesão de 2011 com atividades em desenvolvimento, no ano de 2012 foram atendidas 7.451 escolas e 1.555.051 alunos, localizados em 980 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal.

Ilustração 15 – Resumo de Escolas por Estado



Fonte: SNELIS

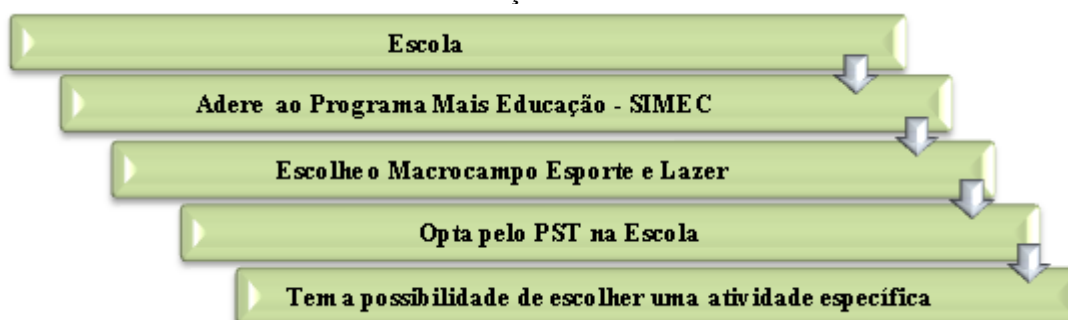
Para que seja possível realizar o Segundo Tempo na Escola é necessária a cooperação de vários atores. Contamos com a colaboração do Diretor da Escola no processo de adesão, cadastro, acompanhamento e seleção do monitor que é o responsável pelo desenvolvimento das atividades na escola. Devido à ampla abrangência do Segundo Tempo na Escola é difícil estabelecer comunicação com as escolas participantes, dessa forma para facilitar e estabelecer a interlocução entre o Ministério do Esporte e as escolas contamos com a colaboração do Coordenador Estadual/Municipal do Mais Educação e do Facilitador. Esses Coordenadores/Facilitadores são vinculados às Secretarias de Educação e auxiliam no acompanhamento das escolas participantes do Segundo Tempo na Escola, possibilitando uma comunicação mais efetiva.

Processo de Adesão das Escolas

A adesão ao Programa Mais Educação e consequentemente ao Programa Segundo Tempo ocorre por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC, realizada diretamente pelos gestores das escolas de ensino fundamental. Ao escolher o Macrocampo Esporte e Lazer (um dos diversos campos de atuação do Mais Educação), o PST aparece como uma das opções de atividades para o desenvolvimento do esporte.

Em 27 de janeiro, o Ministério da Educação deu início ao período de adesão 2012 para as escolas que desejavam ingressar ou continuar desenvolvendo os dois programas. No caso da escola optar pela atividade PST, ainda teria a possibilidade de escolher mais uma atividade específica, dentre uma relação apresentada pelo SIMEC. O sistema foi aberto para cerca de 15 mil escolas que estavam desenvolvendo o Mais Educação há pelo menos 1(um) ano e que possuíam o mínimo de 100 alunos. Apesar de estabelecido esse critério, por erros de sistema (SIMEC), algumas escolas com menos de 100 alunos conseguiram concluir a adesão.

Ilustração 16 – Fluxo de adesão



Fonte: SNELIS

Como forma de incentivar e ampliar a adesão ao PST, em 26/03/2012, foi enviado às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Esporte, o Ofício-Circular, com as orientações sobre o programa e sobre o processo de adesão das escolas (Anexo 16 – Ofício Circular nº 2/2012-CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME).

Cadastramento das Escolas

Foi estruturado em 2011 um sistema com o intuito de atualizar os dados da escola, minimizar os problemas de comunicação e mobilização, visando o processo de entrega dos kits de materiais para as escolas e também o processo de capacitação dos monitores.

Dessa forma, desenvolveu-se um Sistema de Cadastro específico para o Segundo Tempo na Escola, no qual as informações relativas à escola e seus gestores, devem ser inseridas e atualizadas pelo Diretor da escola e pelo Coordenador Estadual/Municipal.

Por meio de envio eletrônico do Manual de Orientações do PST na Escola (Anexo 17 – Manual de Orientações Segundo Tempo na Escola), os Gestores e Coordenadores Estaduais/Municipais, foram orientados a realizar o processo de cadastramento. No sistema, o Gestor deve cadastrar os seus dados, os da Escola e os do Monitor do PST, já o Coordenador Estadual/Municipal do Mais Educação fica responsável pelo seu cadastramento e pelo do Facilitador. Nesse manual, consta também o detalhamento da parceria entre os Ministérios e de todos os procedimentos e ações que envolvem o bom desenvolvimento do programa e trata das informações sobre o quadro de pessoal, Material Didático-Pedagógico, Materiais Esportivos, Capacitação e Acompanhamento.

Todo o processo para o cadastramento no sistema do ME, só pode ser iniciado após a finalização da adesão das escolas no SIMEC, realizada anualmente, e depois que o MEC nos encaminha a relação final das unidades que optaram pelo desenvolvimento do PST na Escola. A partir da formação da base de dados completa é que as informações são repassadas ao ME. Para iniciar o processo de cadastramento na plataforma é necessária a inserção do CPF dos diretores das escolas no sistema. No ano de 2012 houve demora na inserção destes dados no sistema de cadastramento do PST, pois foram enviadas diversas listas de escolas em datas diversas.

A primeira lista só foi repassada pelo MEC em 07/08/2012 e continha 6.193 escolas. Em 03/09/2012 foi recebida uma nova lista com 4.038 escolas. Nesse sentido, foi solicitado ao MEC no dia 12/09/2012, por meio do ofício nº 357/2012 (Anexo 18 – Ofício Circular nº 357/2012-CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME), esclarecimentos acerca da redução de escolas que aderiram ao PST. Não obstante às duas relações apresentadas, no dia 17/09/2012, fomos informados, por ligação telefônica, de um novo quantitativo de escolas participantes com o total de 5.177. Recebemos, em 25/09/2012, via e-mail, a última lista vinda do MEC constando 5.146 escolas.

Ainda assim, devido a novas adequações, foram confirmadas 5.137 escolas e 1.068.951 alunos na relação final até dezembro de 2012.

Depois de concluídos os procedimentos de preparação do sistema de cadastramento do PST, o cadastro dos diretores foi iniciado em 28/09/2012, seguido do processo de cadastramento dos Coordenadores estaduais/municipais.

Destaca-se como aprimoramento do sistema de cadastro:

1. Modificações no processo de realização de pesquisa, sendo possível realizar a busca das escolas por ano de adesão (2010, 2011 e 2012);

2. Possibilidade de gerar relatórios a partir do cruzamento de informações, o que garantiu a consistência dos dados apresentados;
3. Possibilidade de gerar relatórios de escolas e diretores, a partir da inserção de novos filtros de pesquisa tais como: Nome da Escola, INEP, UF, Município e Situação da Escola (ativa e não ativa);
4. Inclusão do cadastro do Monitor que deve ser preenchido pelo diretor da unidade escolar.

Materiais Didático-Pedagógicos, Esportivos e Uniformes

Para o bom desenvolvimento das atividades junto aos beneficiados, além da qualificação profissional, são necessários subsídios de materiais, o ME encaminha kits de material esportivo e didático-pedagógico (Anexo 17 – Manual de Orientações Segundo Tempo na Escola) para as escolas que realizaram adesão ao PST na Escola no Macrocampo de Esporte e Lazer.

A produção (conteúdo e gráfica) do kit de Material Didático-Pedagógico é de responsabilidade do Ministério do Esporte, bem como a aquisição do kit de material esportivo. O Ministério Educação assume os custos pela impressão gráfica e distribuição dos kits de material esportivo para as escolas.

Tabela 26 – Responsabilidades de cada Ministério na Parceria

Ministério do Esporte	Ministério da Educação
Produção Técnica e editoração do Material Pedagógico – Livro dos Fundamentos do Programa, Caderno de Apoio Pedagógico e DVD de Capacitação	Recurso disponibilizado pelo PDDE/FNDE para compra de materiais para modalidades específicas, como Natação, judô, Capoeira, etc.
Aquisição do Kit Materiais Esportivos	Impressão do material didático-pedagógico e distribuição dos materiais esportivos e didáticos pedagógicos

Fonte: SNELIS

Material Didático-pedagógico

O Ministério do Esporte produziu o Kit de Material Didático-Pedagógico para possibilitar a ampliação e fortalecimento da proposta pedagógica do esporte educacional, enriquecendo pedagogicamente as ações relacionadas ao PST na Escola.

O Kit de Material Didático-Pedagógico foi disponibilizado para subsidiar a estruturação e o desenvolvimento das aulas de maneira fácil e que atenda as crianças e adolescentes com uma grande diversidade de atividades e jogos, possibilitando-os a suprir um futuro enfrentamento das necessidades motoras do cotidiano e também do esporte, caso os participantes venham a se identificar com este.

Por mais que o material seja extremamente simples, requer dos professores/monitores atenção e preparo para a sua aplicação, pois todo o indicativo do material aponta para o cuidado no preparo e na reflexão das ações propostas.

O material disponibilizado coloca-se como mais uma forma de suporte pedagógico a todos os envolvidos no Programa PST na Escola, pois o principal objetivo dos Ministérios do Esporte e Educação é subsidiar da melhor forma possível o trabalho com o esporte no processo formativo de crianças e adolescentes.

No que se refere à distribuição do kit didático-pedagógico, destaca-se que o envio foi iniciado em novembro/2011 para todas as escolas que aderiram ao Programa Mais Educação, independente da escolha do Macrocampo Esporte e Lazer, somando aproximadamente 15 mil escolas, e para os coordenadores estaduais e municipais do Mais Educação. A distribuição foi interrompida na segunda quinzena de dezembro/2011, em razão do calendário escolar e foi retomada na segunda quinzena de fevereiro/2012. O término de envio destes kits ocorreu somente em setembro/2012, devido à grande quantidade de kits devolvidos pelos seguintes motivos:

- Endereço errado/insuficiente;
- Mudança de endereço da escola;
- Ausente – não foi encontrado nenhum responsável na escola;
- Não procurado – o responsável necessita retirar o kit na agência do correio;
- Entre outros.

Em 2012 foi dada continuidade à entrega de kits didático-pedagógicos. Neste ano o envio foi realizado somente às escolas que aderiram ao PST no Mais Educação. Considerando o total enviado anteriormente (15 mil), foi feito um levantamento das escolas que não haviam recebido ainda, assim a distribuição foi feita apenas para 20 escolas.

Além do kit pedagógico, no ano de 2012 o ME distribuiu para todas as escolas que aderiram ao PST (5.137) o DVD de Capacitação - Fundamentos Pedagógicos do PST. O início da distribuição ocorreu em novembro/2012 e será retomada na segunda quinzena de fevereiro/2013. Nesta edição, o kit de Material didático-pedagógico foi composto por 1 (um) Livro de Fundamentos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática; 1 (um) Caderno de Apoio Pedagógico (CAP) e 1 (um) DVD de Capacitação – Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo.

Material Esportivo

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS/ME) é responsável, dentre outras, pelas ações estratégicas de “Qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo/PST”. Para que possamos cumprir os objetivos relativos à ampliação e à qualificação do PST é de fundamental importância a distribuição de materiais esportivos, sem os quais é inviável a execução de um projeto que tem o esporte como ferramenta principal de inclusão social. Tanto a aquisição quanto a distribuição do Material Esportivo é de competência do Ministério do Esporte.

Cumprir informar que a distribuição dos kits esportivos para escolas contempladas com o Programa Segundo Tempo em 2011 foi concluída em março/2012.

Como critério para a distribuição do kit de material esportivo (materiais esportivos diversificados), definiu-se que seria enviado um kit para cada unidade após a confirmação do pagamento dos recursos para escola, referentes ao Programa Mais Educação pelo FNDE/PDDE. Dessa forma, evita-se que a escola e/ou município inadimplentes (que podem não ter a sua participação no Mais Educação confirmada), recebam os kits indevidamente.

Na adesão 2012 do PST na Escola, tivemos um total de 4.642 escolas que receberam recurso (MEC/FNDE) para executar o programa. Registra-se que esse quantitativo final só foi enviado pelo MEC em janeiro/13. Todos os procedimentos adotados até então, para a implantação e desenvolvimento da parceria nas escolas teve como referência o número de 5.137 unidades de ensino integradas ao PST na Escola. Em virtude da decisão deste órgão de disponibilizar os materiais esportivos somente para o que chamamos de “escolas adimplentes”, ou seja, aquelas que receberam os recursos para o desenvolvimento do Mais Educação via FNDE, não enfrentamos

problemas de distribuição indevida de kits, mesmo recebendo a informação tardia de redução do total de unidades para 4.642 participantes.

Diante do exposto, a distribuição de material esportivo só pôde ser iniciada em setembro/2012, quando ocorreu a confirmação do pagamento do recurso por parte do MEC. O fluxo adotado foi: O MEC repassa a lista de escolas pagas por lotes e não necessariamente de forma periódica, e o ME realiza os procedimentos de envio de kits. Inicialmente a distribuição foi realizada para as 2.345 escolas que aderiram pela primeira vez ao PST na Escola, e que por esse motivo se tornaram prioridade no suprimento de recursos materiais.

Conforme mencionado no item sobre “Cadastramento das Escolas”, o MEC apresentou, no decorrer do ano de 2012, quatro listas com quantitativos de escolas que haviam realizado a adesão ao PST na Escola. Nesse sentido, cumpre destacar que o atraso no recebimento das listas completas e com os dados corretos, gerou atraso nos procedimentos de cadastro no sistema do ME, atraso na inserção dos dados para cadastramento dos monitores na capacitação EaD, e em especial problemas com o material esportivo estocado. Em referência aos materiais, foi destacado no Ofício nº 423/2012, de 16/11/12 (Anexo 19 – Ofício Circular nº 423/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME) que o não encaminhamento das listas, com as relações das escolas, estava gerando um ônus não previsto, podendo exceder o valor estabelecido em contrato descumprindo, assim, uma recomendação da CGU, que teve o objetivo de dar mais celeridade ao processo.

Está prevista para o início de 2013, a continuidade da distribuição para as demais 2.065 escolas, que participam do programa desde 2010. Esse grupo que recebeu até então, apenas 1 kit de material esportivo e possui 300 ou mais alunos cadastrados, totalizam 383 escolas. Nessa etapa da distribuição, foram excluídas 232 escolas que receberam mais de um kit na primeira fase.

Segue abaixo, a tabela com o detalhamento da distribuição dos kits de material esportivo em 2012:

Tabela 27 – Distribuição de Kits de Materiais Esportivos - 2012

Remessa	Quantidade de Kits	Data de Envio para o Setor de Entrega (CSUP)
1º	961	03/09/2012
2º	975	10/10/2012
3º	134	17/10/2012
4º	57	08/11/2012
5º	149	19/11/2012
6º	12	27/11/2012
7º	5	12/12/2012
8º	52	15/01/2013
Total	2.345 kits	

Fonte: SNELIS

Quanto aos uniformes, em 2012 não houve aquisição por parte do ME, conforme detalhado no item “**Uniformes do Programa Segundo Tempo – PST**”, porém não se verificou nenhum impacto negativo relativo ao desenvolvimento das atividades, exceto a diminuição da divulgação do programa, devido à falta da logomarca do PST no ambiente escolar.

Capacitação

O processo de formação continuada deflagrado pela administração do PST por meio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS do Ministério do Esporte, a partir do ano de 2008, tem como uma de suas metas a atualização dos responsáveis pelas atividades em conhecimentos básicos para o pleno atendimento às necessidades das comunidades participantes do projeto esportivo social.

Tendo em vista a nova dimensão alcançada pela parceria entre o ME e o MEC, em termos de número de pessoas envolvidas na capacitação e também a diversificação de qualificação/formação/nível, houve a necessidade de pensar em um processo que pudesse manter a qualidade conquistada pelo PST/Padrão na capacitação presencial, ao tempo em que possa atingir a nova escala de participantes prevista a partir da junção dos dois programas.

Nesse sentido, a implantação da modalidade de Educação a Distância – EaD para a capacitação dos monitores, do Programa Segundo Tempo/Mais Educação, oportunizou o desenvolvimento de ações voltadas para o trabalho diferenciado com o Esporte Educacional no contexto da proposta pedagógica do programa.

Em 2012 foram realizadas duas capacitações na modalidade EaD: para Facilitadores e para Monitores, cada qual com carga horária de 10h e 30h, respectivamente. Ambas foram realizadas de forma totalmente à distância por meio do uso do ambiente virtual de Aprendizagem Moodle da UFRGS (moodle.pst.ufrgs.br).

Nesse processo foram produzidos materiais educacionais digitais, como: manuais, tutoriais, materiais de apoio e complementares, produção de vídeos, slides, imagens, entre outros.

O processo teve o acompanhamento gerencial realizado por profissional da área, assim como um profissional para o suporte técnico. Para o acompanhamento pedagógico contou-se com a Equipe de Tutores, composta pelos professores das Equipes Colaboradoras do PST.

Capacitação para Facilitadores

Foi realizada no período de 17/05/2012 a 07/06/2012, como o objetivo de capacitar os Facilitadores para o conhecimento das funcionalidades básicas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle e assim, auxiliar os monitores do Mais Educação em dúvidas técnicas. Para o desenvolvimento dessa capacitação, foi organizada uma única turma onde todos os facilitadores foram vinculados, sendo que a previsão inicial era capacitar 1.088 facilitadores. O processo de tutoria foi realizado pelo profissional especialista, bem como contou com o apoio de outro profissional para a área técnica.

Metodologia

A capacitação de facilitadores foi organizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do PST em turma única. Nesse ambiente virtual foi preparado um espaço de acolhimento e boas-vindas aos facilitadores, assim como cada tópico do curso versou sobre um tema, destacados a seguir:

- Atribuições dos Facilitadores
- Funções básicas do ambiente Moodle
- Meios de comunicação e interação
- Materiais de apoio

- Atividades
- Recuperação das atividades

O período de desenvolvimento de cada tema teve uma variação conforme a carga de estudo e trabalho a ser efetivado pelo facilitador, conforme planejamento anexo (Anexo 20 – Planejamento da Capacitação de Facilitadores).

Ressalta-se que a instrumentalização realizada com os Facilitadores possibilitou que estes pudessem auxiliar tecnicamente os monitores no contexto da capacitação. Muitos monitores mantiveram-se ativos no processo por conta do apoio técnico proporcionado por estes atores.

A seguir, os dados do curso:

Tema: Atribuições do facilitador e Instrumentalização no AVA Moodle (Funcionalidades básicas e uso dos meios de comunicação e interação);

- Total de inscritos no sistema: 957 facilitadores;
- Total de facilitadores que nunca acessaram o curso: 539 facilitadores;
- Total de facilitadores que realizaram o curso: 408 facilitadores;
- Total de concluintes: 245 facilitadores;
- Evasão: 163 facilitadores;
- Critérios de avaliação: Realização das atividades propostas e média igual ou superior a 6,0.

Pontos positivos

- Motivação e empenho dos participantes;
- A dinâmica do curso favoreceu a realização das atividades;
- Objetividade e clareza em relação às orientações e atividades;
- A elaboração dos Materiais Educacionais Digitais favoreceu o desenvolvimento das atividades, a compreensão das funcionalidades básicas e a continuidade no curso.

Capacitação para Monitores

Realizada no período de 21/05/2012 a 22/07/2012, com o objetivo de promover uma capacitação em nível inicial para os monitores do PST na Escola composta por professores de áreas diversas, práticos, voluntários, graduandos de Educação Física e/ou outras áreas e profissionais de Educação Física. Nesse contexto, oportunizou-se abranger o processo de capacitação em nível nacional, a fim de promover o estudo dos princípios pedagógicos do Programa Segundo Tempo e dessa forma, qualificar a prática pedagógica dos profissionais atuantes no projeto. Posteriormente, o curso foi aberto para a participação dos profissionais de Educação Física interessados, do curso regular das escolas envolvidas.

A previsão inicial foi capacitar 8.000 monitores. Esse número foi estimado a partir do total de alunos inscritos pelas escolas participantes. Nesse processo foram obtidos os dados de 3.008 monitores para serem cadastrados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Justifica-se o quantitativo de inscritos, pela dificuldade de identificar os monitores, já que o SIMEC não dispõe dessa informação. Foi necessário que as escolas encaminhassem os dados de seus monitores para posterior cadastro na plataforma. Desses 3.008 monitores, 27 não foram vinculados porque os dados encaminhados eram inconsistentes. Logo, ao iniciar efetivamente o processo de capacitação havia 2.981 monitores cadastrados no sistema.

Considerando os diversos níveis de formação do quadro dos monitores, foram produzidos vídeos específicos para atender esse público, a partir dos mesmos temas que compõem os fundamentos do PST, conforme segue:

1. Instrumentalização com o AVA Moodle;
2. Fundamentos do Programa Segundo Tempo: a ligação do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação;
3. Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo;
4. Desenvolvimento e aprendizagem motora: aspectos relacionados à prática;
5. Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural;
6. Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo;
7. Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo;
8. Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo;
9. Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade;
10. PROESP;
11. Caderno de Apoio Pedagógico (CAP).

Metodologia da Capacitação

A capacitação de monitores foi organizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do PST, conforme se verifica no planejamento anexo (Anexo 21 – Planejamento da Capacitação de Monitores). Os monitores inseridos no sistema foram divididos em 115 turmas, com aproximadamente 30 monitores em cada. Procurou-se vinculá-los por aproximação de região a fim de possibilitar que as atividades e as discussões realizadas retratassem e fizessem referência aos aspectos de cada região. Para cada turma foi alocado um tutor virtual que ficou responsável pela mediação pedagógica, avaliação das atividades e motivação dos participantes, conforme segue:

Tabela 28 – Equipe de Tutoria Virtual

Região	Qtd de Turmas	ECs Responsáveis
Norte	28	1, 5, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22 e 23
Nordeste	34	3, 5, 6, 8, 12, 14, 20 e 23
Centro-Oeste	14	7, 8, 9, 12, 13 e 14
Sudeste	25	11, 13, 14, 21, 22 e 25
Sul	14	14, 15, 17 e 18

Fonte: SNEELIS

A disponibilização dos temas ficou sob responsabilidade do apoio pedagógico e as dúvidas relacionadas ao acesso ao sistema e dificuldades quanto ao seu uso ficaram a cargo do suporte técnico.

Dados do curso

- Total de turmas: 115 turmas
- Tutoria pedagógica: mediação realizada por 115 tutores, lotados um em cada turma
- Total de alunos por turma: 30 monitores (aproximadamente)
- Monitores inscritos no sistema: 2.981 monitores
- Total de alunos que cancelaram sua inscrição no sistema: 04 monitores
- Total de monitores inscritos no sistema: 2.977 monitores
- Total de monitores que nunca acessaram o curso: 1.688 monitores
- Total de monitores que realizaram o curso: 1.289 monitores

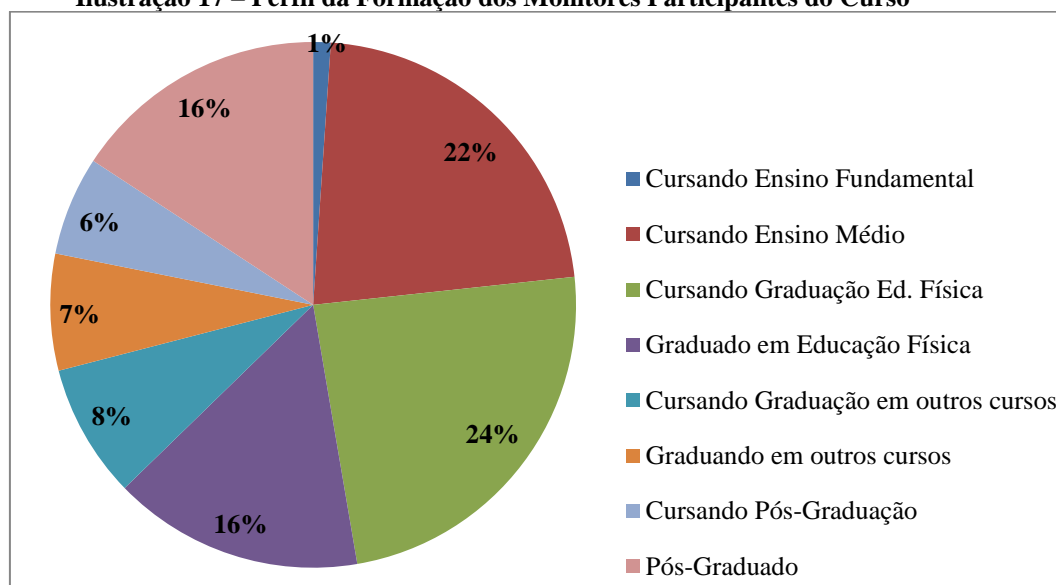
- Total de Concluintes: 183 monitores
- Total de alunos com possibilidade de aprovação*: 115 monitores
- Total de turmas avaliadas: 35 turmas
- Total de turmas que faltam ser avaliadas: 80 turmas
- Critérios de avaliação: Realização das atividades propostas e média igual ou superior a 6,0

* Possibilidade de aprovação, nesse caso, são alunos que estão muito próximos à média (6,0). Várias razões podem levar a essa nota aproximada: evasão do aluno, critérios diferenciados de avaliação (de tutor para tutor), falta de correção, não realizou todas as atividades ou fez as atividades, mas não atingiu a média.

Pontos Positivos

- ✓ Otimização das atividades: tendo sido elaboradas para cada temática específica, envolveram uma proposta de discussão ou reflexão e uma avaliação por questionário referente ao tema;
- ✓ Flexibilidade quanto ao tempo e ao espaço. Houve a necessidade de reorganizar o cronograma do curso, para ampliar os prazos de realização das atividades. Foi previsto um período de recuperação visando à finalização de tarefas e avaliações pendentes;
- ✓ Qualidade do material educacional digital. Os materiais didáticos foram elaborados com grande nível de qualidade, especialmente as produções de vídeos e os tutoriais de apoio ao Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, destaca-se a importância da produção dos vídeos pelos professores da área e consultores do PST;
- ✓ Estabilidade e segurança do Ambiente Virtual. O ambiente virtual manteve-se em funcionamento durante todo o período de trabalhos, bem como preservou a segurança relativa aos dados dos alunos, professores e atividades;
- ✓ Possibilidades educacionais, de interação e comunicação (fóruns, mensagens individuais, chats). O ambiente Moodle possibilitou a utilização de diferentes recursos, ampliando as possibilidades de trabalho.

Ilustração 17 – Perfil da Formação dos Monitores Participantes do Curso



Fonte: SNELIS

Comunicação

Para qualificar a interlocução, a fim de assegurar um bom desenvolvimento e acompanhamento do Programa Segundo Tempo na Escola, foram executadas diversas ações junto ao público desta parceria. Apesar disso, verificou-se que esta é uma das ações que necessita ser reforçada para que se

alcance efetividade no processo de comunicação junto aos parceiros. Foram relacionadas a seguir as principais ações realizadas em 2012 para estabelecer comunicação constante com os atores do Programa:

1. Atendimento individualizado junto às escolas por telefone e por e-mail durante a implementação das ações com o objetivo de esclarecer dúvidas inerentes ao programa, tendo em vista as diversidades existentes em nosso país;
2. Orientações sobre o PST por e-mail, a partir do envio de manual de orientações para o gestor, a escola e os coordenadores Municipal/Estadual do Mais Educação;
3. Orientações sobre o PROESP-BR por e-mail, a partir do envio de ofícios e cartilhas de orientação para o gestor, os coordenadores Municipal/Estadual do Mais Educação e os monitores/professores do macrocampo Esporte e Lazer.

Participação em eventos

Com vistas à construção de uma parceria exequível e visando sociabilizar o conhecimento acerca do PST na Escola, a equipe técnica e representante do Ministério participou de diversos encontros, seminários e reuniões para esclarecer dúvidas sobre o programa e a prática pedagógica do esporte educacional.

- a. Evento:** Comitê de Educação Integral do Território do Estado do Rio de Janeiro
Período: 07/03/12
Local: Centro de Artes Calouste Gulbenkian
Representantes do Ministério do Esporte: Gianna Lepre Perim
- b. Evento:** 1º Seminário de Educação Integral do Estado de Santa Catarina
Período: 10/05/12
Local: Florianópolis /SC
Representantes do Ministério do Esporte: Cláudia Bernardo
- c. Evento:** IV Seminário Nacional de Educação Integral: Contribuições do Programa Mais Educação
Período: 29,30 e 31/05/12
Local: Brasília/DF
Representantes do Ministério do Esporte: Antônio Jorge – Coordenador da EC 25
- d. Evento:** II Seminário Regional de Educação Integral e I Escola Municipal de Formação de Monitores.
Período: 30 e 31/08 e 01/09/12
Local: Nova Friburgo/RJ
Representantes do Ministério do Esporte: Cláudia Bernardo e Lorena Villar
- e. Evento:** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Período: 24/05/12
Local: Centro Cultural Isaura Neves – Caieiras/SP
Representantes do Ministério do Esporte: Naira Lopes (EC/SP) e Débora Nascimento
Participantes: 250 gestores e supervisores de ensino do Programa Mais Educação das escolas estaduais de São Paulo/SP

- f. Evento:** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Período: 05/06/2012
Local: Diretoria de Ensino de São Bernardo do Campo/SP – São Bernardo do Campo/SP
Representantes do Ministério do Esporte: Naira Lopes (EC/SP) e Débora Nascimento
Participantes: 150 gestores e supervisores de ensino do Programa Mais Educação das escolas estaduais de São Paulo/SP
- g. Evento:** I FORMEI - Fórum Municipal de Educação Integral
Período: 20/06/2012
Local: Teresina/PI
Representantes do Ministério do Esporte: Débora Nascimento
Participantes: Gestores das escolas municipais participantes do Programa Mais Educação.
- h. Evento: Orientação Técnica Programas MEC**
Local: Serra Negra/SP
Data: 29 e 30/08/12
Representantes do Ministério do Esporte: Taiza Daniela Seron e Débora Nascimento
Participantes: Coordenadores e gestores do Programa Mais Educação das escolas estaduais de São Paulo.
- i. Evento:** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Período: 12/06/2012
Local: Auditório II EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores - SP
Representantes do Ministério do Esporte: Naira Lopes (EC/SP)
Participantes: 180 Diretorias de Ensino do Interior, exceto: Santos, São Carlos e São Vicente

Os eventos acima foram organizados pelas secretarias de educação dos estados e municípios e pelos comitês vinculados ao programa Mais Educação.

A participação do ME contou com a apresentação do PST (diretrizes do Programa e particularidades diferença entre o PST padrão e o PST na Escola), o histórico da parceria e a proposta pedagógica do programa.

Esse fórum permitiu o debate sobre a importância da articulação entre as políticas educacionais e esportivas do MEC e ME, por meio do PST inserido no Mais Educação. Foram transmitidas informações e orientações pertinentes as ações a serem implementadas pelas escolas e esclarecidas às dúvidas sobre as ações em andamento: sistema de cadastramento de gestores, escolas, coordenadores estaduais/municipais do Mais Educação e facilitadores e processo de capacitação de monitores no modelo EaD.

Vale ressaltar que se repetem os mesmos questionamentos em todos os eventos, o que demonstra que ainda há desconhecimento sobre aspectos operacionais básicos do programa. Por isso, o contato direto com gestores e monitores é uma medida importante para que os programas Mais Educação e PST sejam incorporados e desenvolvidos de forma satisfatória na rede de ensino.

A tabela abaixo exemplifica as dúvidas recorrentes que surgiram nos eventos citados:

Tabela 29 – Questionamentos

1	A escola fez adesão 2011 e em 2012 houve troca do gestor. É necessário se recadastrar no sistema do Ministério do Esporte?
2	Recebemos os kits materiais (três caixas), porém não recebemos orientações.
3	Temos dois monitores de Educação Física no Mais Educação, são eles os responsáveis pelo macrocampo esporte e Lazer ou PST?
4	O profissional do Convênio PST recebem remuneração maior que o monitor do PST no Mais Educação?
5	Temos que usar todos os materiais do kit (ex. materiais de campo, não tenho campo de futebol)?
6	No bairro, em 2011, era desenvolvido o PST convênio, além disso, duas escolas do Mais Educação ofereciam a atividade do PST. Os programas são independentes?
7	A escola participou em 2011. Se a escola não se recadastrar em 2012 ela deixa de participar?
8	A escola recebeu duas caixas. E o recurso para pagar monitores? A contratação será por cinco horas? Não recebemos recurso.
9	Não é possível o realizar dez horas por semana, pois não temos recursos para isso, apenas cinco horas semanais e um monitor. Como pagar dois?
10	Para aderir ao PST a escola precisa estar no Mais Educação?
11	Sou responsável pelo Mais Educação na Diretoria de Ensino, já preenchi e enviei a planilha com os dados do facilitador, mesmo assim eu preciso acessar o site para realizar o meu cadastro?
12	Quem são/serão os monitores? Os mesmos do Mais Educação?
13	Como saber se a escola foi aceita no PST?
14	Quando receberemos o material?
15	Como posso saber se não é necessário recadastrar?

Fonte: SNELIS

A participação do Ministério do Esporte nestes encontros é avaliada como positiva, pois além dos esclarecimentos de dúvidas, ainda contribuiu para que outras escolas pudessem conhecer a proposta do PST na Escola para futuramente realizar a adesão.

Outro ponto fundamental que torna a participação positiva é a aproximação entre os Ministérios da Educação e do Esporte, e entre os responsáveis pelos programas Mais Educação e Segundo Tempo, o que contribuiu para o rompimento de barreiras no processo de comunicação e informação.

Orientação por telefone e correio eletrônico

A equipe técnica do PST na Escola realiza orientações aos parceiros que estão na execução do programa na ponta. Essas demandas foram recebidas por e-mail e ligações telefônicas durante todo o ano de 2012.

Seguem as dúvidas/problemas mais frequentes:

- ✓ Não realização do cadastro no sistema pelos seguintes motivos: o site não abre na sua página da internet, não sabe a senha, login e senha inválidos, não sabe onde preencher dados do monitor, não consegue salvar os dados preenchidos, houve troca de gestor;
- ✓ Trocar ou obter nova senha do sistema;
- ✓ Como realizar a adesão da escola ao Programa Segundo Tempo na Escola;
- ✓ Quando as escolas receberão os materiais esportivos/pedagógicos;
- ✓ Quando as escolas receberão os uniformes;

- ✓ Dúvidas relativas aos recursos financeiros (quanto recebe cada monitor; quando a escola irá receber os recursos; como saber se a escola já recebeu);
- ✓ Como executar as atividades sugeridas nos materiais de apoio pedagógico;
- ✓ Como utilizar o material esportivo recebido;
- ✓ Como é o processo para selecionar os monitores (quais exigências devem cumprir);
- ✓ Profissionais da área de educação física questionam sobre o que fazer para participar do Programa Segundo Tempo;
- ✓ Como e quando será realizada a capacitação;
- ✓ Como ter acesso à videoconferência realizada pelo ME e o MEC;
- ✓ Como ter acesso direto ao Programa Mais Educação.

As dúvidas frequentes normalmente possuem um padrão de resposta, ocorrendo algumas variações de acordo com a particularidade de cada escola (situação cadastral, financeira, etc.). Em relação aos questionamentos menos frequentes, estes foram encaminhados à área responsável (interna ou externa) e/ou submetidos à Coordenação-Geral da CGIPI para deliberação.

Exemplos de menos frequentes:

- ✓ Pedidos de doação de material;
- ✓ Reclamações sobre políticas das escolas e prefeituras acerca do uso dos recursos ou dos materiais;
- ✓ Pedidos de construção de quadras;
- ✓ Pedidos de indicação de profissionais para contratação de monitores;
- ✓ Sugestões e reclamações a respeito do funcionamento geral do PST na Escola.

Mensura-se que no ano de 2012 foram recebidas cerca de 4.000 mensagens eletrônicas (com as dúvidas, problemas e pedidos). Nesse sentido foram enviadas 6.175 mensagens de resposta (sendo incluídas nesse número todas as mensagens relativas às respostas enviadas, encaminhamento de problemas ao suporte e comunicados referentes à adesão, cadastro, capacitação, envio de materiais, entre outros).

Quantidade estimada de telefonemas recebidos diariamente:

- ✓ Fora do período de adesão e/ou abertura de cadastro: entre 10 e 15 ligações;
- ✓ Durante o período de adesão e/ou abertura de cadastro: pode chegar a 50 ligações por dia.

Vídeo Institucional

No ano de 2012 o DEDAP realizou a gravação do vídeo institucional dos programas Segundo Tempo (Padrão) e o Segundo Tempo na Escola.

A CGIPI foi responsável pelo acompanhamento da elaboração do Projeto do Vídeo institucional do PST na Escola. Para a escolha das escolas foram previstos os seguintes critérios:

- ✓ 1ª escola: Projeto Piloto do Programa Segundo Tempo na Escola – Maracanaú/CE: o foco da filmagem era o desenvolvimento das atividades juntos aos beneficiados;
- ✓ 2ª escola: Escola Municipal Suíça – Rio de Janeiro/RJ: o foco era o desenvolvimento das atividades da Equipe Colaboradora do ME durante uma visita de acompanhamento pedagógico;
- ✓ 3ª escola: Escola Municipal Lins de Vasconcelos – Rio de Janeiro/RJ: o foco da filmagem era retratar as dificuldades no desenvolvimento do Programa, mas com os êxitos obtidos;

- ✓ 4ª escola: CAIC Elomir Silva – Maricá/RJ: o foco era apresentar as atividades diferenciadas desenvolvidas, como tiro com arco e ginástica rítmica.

Para a realização das filmagens, foi necessário um trabalho de contato junto aos interlocutores de cada cidade, os Coordenadores Municipais. Os parceiros foram responsáveis por articular junto às escolas e os alunos (solicitar autorização de utilização de imagens).

Avaliando todo o processo de realização das filmagens, cabe destacar que registrar as boas experiências do Programa Segundo Tempo na Escola é importante para demonstrar a consolidação do Programa como uma forma de promover o acesso à política esportiva de esporte educacional a crianças do ensino fundamental.

Portal do ME

O portal do ME é mais um meio de comunicação para colaborar com a divulgação do Programa, esclarecer dúvidas sobre a aplicação da proposta pedagógica do esporte educacional nas escolas, e possibilitar a consulta aos materiais pedagógicos utilizados no macrocampo esporte e lazer. Esses materiais estão disponíveis no link do Segundo Tempo no Mais Educação. Além disso, é possível consultar as escolas participantes no mapa de escolas que está no site.

Acompanhamento *in loco*

Uma das responsabilidades do Ministério do Esporte, estabelecida na parceria com o Ministério da Educação, foi o acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas por meio de visitas pelo PST, por meio das Equipes Colaboradoras (ECs), responsáveis pelo acompanhamento do Programa Segundo Tempo. Embora no ano de 2012, contamos com 7.451 escolas em atendimento no Programa Segundo Tempo (PST), como uma atividade do Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação, para o acompanhamento *in loco* foram consideradas as 5.137 escolas municipais e estaduais que optaram pelo programa em 2012, pois as demais participaram do processo de acompanhamento no ano anterior.

Para o acompanhamento do PST na Escola, o percentual definido foi de 5% das escolas, dessa forma, considerando o número de adesão à atividade PST na Escola em 2012 (5.137 confirmadas à época) o quantitativo a ser visitado deveria ser de 257 escolas. No entanto, em alguns casos não foi possível realizar a visita devido à falta de contato ou ao encerramento das atividades do PST, detectados por meio dos contatos realizados pelas ECs antes da visita. Vale destacar que o contato foi estabelecido com pelo menos uma semana de antecedência pela EC. Problemas de contato com a escola têm sido constantes na parceria com o MEC, pois o mesmo não possui dados atualizados das unidades de ensino. Quanto ao período de encerramento das atividades o PST não tem acesso ao cronograma de desenvolvimento das ações, por isso não é possível identificar o período de início e fim das atividades.

Sendo assim, em novembro de 2012 as ECs estiveram presentes em 186 escolas, o que corresponde a 4% das escolas atendidas pelo PST no Mais Educação (Anexo 22 – Relatório de Acompanhamento do PST na Escola – 2012). A distribuição do quantitativo de escolas por EC foi a seguinte:

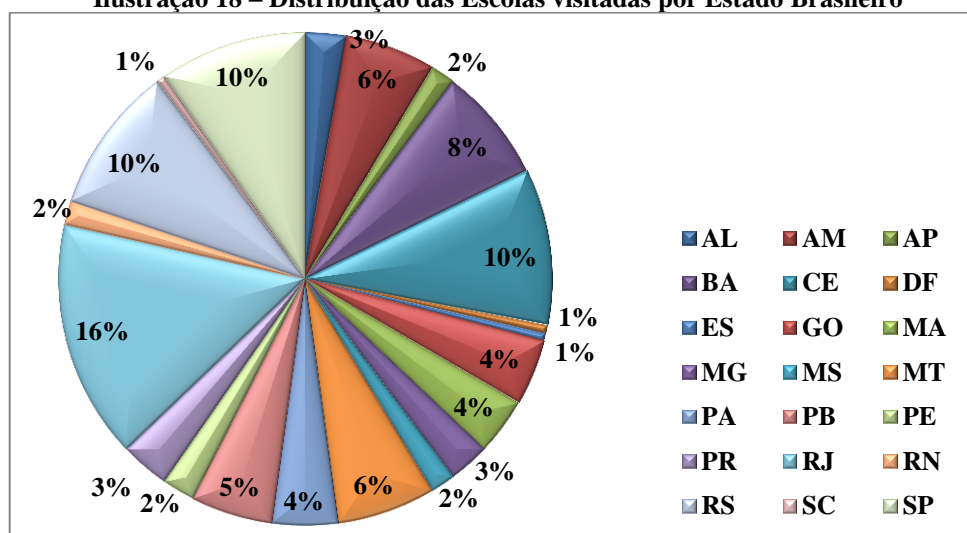
Tabela 30 – Distribuição do Quantitativo de Escolas por EC

Equipe Colaboradora	Quantidade de escolas visitadas
1	14
3	13
5	9
6	14
7	3
8	12
9	9
11	14
13	5
14	5
15	3
17	3
18	18
20	19
21	3
22	11
23	15
25	16
TOTAL	186

Fonte: SNELIS

Dentre as 186 escolas visitadas, 20 delas (11%) eram estaduais e 166 (89%) municipais. A maior parte das escolas era do Estado do Rio de Janeiro, seguido dos Estados do Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Foram realizadas visitas também nos Estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Ilustração 18 – Distribuição das Escolas visitadas por Estado Brasileiro



Fonte: SNELIS

Em 8 das 186 escolas visitadas não foram coletados dados pelos seguintes motivos: escola vazia no dia da visita; escola sem PST; não havia pessoa apta na escola para responder ao questionário. Cumpre informar que apesar da EC ter realizado contato com a escola anteriormente e programado a visita, ao chegar ao local, o avaliador se deparou com as situações descritas acima. De forma

geral, temos observado que a escola possui pouca informação sobre o programa Mais Educação e conseqüentemente sobre o PST.

Assim, os resultados apresentados partem de um quantitativo de 178 escolas (número que representa 3,4% das escolas com o PST na Escola) com dados coletados totalmente ou parcialmente, isso porque algumas estavam com as atividades já encerradas e outras não souberam responder todo o questionário por falta de conhecimento do programa.

Por meio da visita, as ECs detectaram que o PST estava sendo desenvolvido em 163 escolas (88%), em 21 escolas (11%) não estava em desenvolvimento (porém, em algumas foi possível coletar dados).

Em síntese, a maioria das escolas em atividade pertence ao universo de escolas que aderiram ao PST em 2012. Quanto à seleção dos alunos, a maioria das escolas afirmou que a participação é garantida em todas as atividades desde que participem do Programa Mais Educação.

Quanto aos monitores, cabe lembrar que na seleção de amostra para o acompanhamento, foram priorizadas as escolas onde os monitores haviam participado da capacitação. No entanto, constatou-se que menos da metade dos monitores, que estavam em atividade nas escolas visitadas, haviam participado do processo de capacitação, esse fato é justificado pelo alto índice de rotatividade do monitor no programa e o ingresso do monitor após a finalização da capacitação.

Além disso, verificou-se que, apesar do programa Mais Educação não exigir a graduação, a maioria deles é formada ou está em processo de formação na área da Educação Física ou Esportes, o que é um dado significativo para o PST na Escola, uma vez que diminuiu a parcela de monitores não capacitados e reduziu os problemas relacionados com o encaminhamento pedagógico das atividades esportivas. Entretanto, a seleção da amostra que contou com o critério de participação dos monitores na capacitação, pode não refletir a realidade de todas as escolas participantes do programa no que diz respeito à formação dos monitores.

As escolas que contrataram monitores sem formação específica, relatam que, dentre as razões para isso, a de maior destaque é o valor baixo de remuneração do programa, fato já sinalizado pelo Ministério do Esporte no início da parceria.

Quando se trata de planejamento e desenvolvimento pedagógico observa-se que a maioria das escolas realiza reuniões pedagógicas, organiza as atividades em grades horárias, tanto para o PST quanto para o Mais Educação, e elabora planejamentos e planos de aula. Contudo a avaliação, quando acontece, ainda está restrita em sua maior parte à observação das crianças pelos monitores. Por outro lado, a maioria das escolas acompanha os alunos por meio do controle de frequência, a partir desse instrumento foi possível verificar que os alunos em atividade correspondiam a pouco mais da metade dos alunos inscritos nas turmas.

As múltiplas vivências esportivas têm sido o foco das atividades do PST na Escola e são ofertadas em sua maioria conforme a proposta, duas vezes por semana, por uma hora em cada encontro e priorizando os aspectos lúdicos/esportivos. Dentre as atividades de maior destaque estão o futsal e a dança. Apesar disso, durante a observação das aulas verificou-se que na prática poucas escolas seguiam os encaminhamentos metodológicos propostos pelo PST. Por outro lado, a maioria afirmou que organizam suas turmas de forma mista, sem separação de meninos e meninas, e utilizam o critério de idade para realizar a divisão das turmas, mesmo assim, somente pouco mais da metade das escolas alegou que programam as atividades de forma diferenciada de acordo com a faixa etária.

Quanto ao público alvo, ainda é pequena a parcela de escolas que atendem crianças com necessidades especiais (Pneumopatia, obesidade, hipertensão, DST, diabetes, cardiopatias, outras) ou com deficiência (visual, múltiplas, intelectual, física, auditiva, outras), mesmo assim a maioria das escolas tem ações voltadas para a diminuição da discriminação, tais como palestras, ações pedagógica em sala de aula e reuniões com os pais.

No que se tange aos recursos pedagógicos, materiais e físicos, verificou-se que: 1) a maioria dos monitores tem acesso ao Livro de Fundamentos do PST e ao Caderno de Apoio Pedagógico, mas é uma parcela menor que efetivamente utiliza em suas atividades; 2) o material disponibilizado pelo Ministério do Esporte supre as necessidades das atividades plenamente ou satisfatoriamente na grande maioria das escolas; e 3) apesar das dificuldades da maioria das escolas públicas brasileiras, este é o espaço físico mais utilizado, sendo o pátio o lugar mais citado entre as escolas, menos da metade das escolas utilizam o espaço da comunidade. Segundo a maioria das escolas, o espaço comporta a meta de alunos prevista e as atividades do PST não interferem nas aulas de Educação Física Escolar. Quanto ao acesso aos espaços da comunidade a maioria dos alunos vai a pé, e essa prática não tem atrapalhado o desenvolvimento das atividades de acordo com relatado pela maior parte das escolas.

Assim, percebe-se que, grande parte das escolas acredita que este é o caminho para levar o esporte educacional para a escola e o PST tem sido aceito entre os envolvidos. Dentre as dificuldades apresentadas as que mais se destacam são: a infraestrutura (embora tenham afirmado que a infraestrutura atenda) e falta de formação do monitor. As sugestões apresentadas para melhorar o programa, dentre outras se destacam: o aumento do valor da bolsa do monitor, a presença do profissional formado e ampliação da capacitação, sendo que a capacitações e as orientações oferecidas pelas ECs são ferramentas importantes para levar a proposta pedagógica até a escola.

PROESP-BR

O Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) é um sistema de avaliação permanente, com critérios e normas de referência, amplamente adaptado e adequado para a realidade brasileira, de baixo custo e fácil aplicação, que tem por objetivo auxiliar os professores de educação física ou monitores, na avaliação de indicadores de crescimento corporal, estado nutricional e aptidão física.

Foi introduzido no Programa Segundo Tempo em 2009, por meio do parecer nº 001/2009 – CGAPA/DEEIC/SNEED/ME. Em 2011, definiu-se pela continuidade do Projeto, direcionando-se o foco para a parceria do Segundo Tempo com o Mais Educação. Neste contexto, foi elaborado um módulo específico sobre o PROESP-BR que integrou o processo de capacitação de professores/monitores, para subsidiar a aplicação da avaliação, já que esta cabe ao responsável pelo desenvolvimento das atividades esportivas na escola.

Após a aplicação dos testes, os dados coletados são encaminhados, por meio eletrônico, para a equipe PROESP-BR que alimenta o site formando um banco de dados capaz de orientar estudos, sugerir diagnósticos e propor normas e critérios de avaliação da população escolar brasileira no âmbito do crescimento corporal e da aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho motor.

As escolas contempladas com o PROESP-BR foram selecionadas em dois momentos. No primeiro momento, foram utilizados como critérios as escolas que foram contempladas na parceria em 2011, mantiveram-se na adesão de 2012 e que haviam concluído o cadastro dos professores/monitores no sistema informatizado. Em um segundo momento (setembro de 2012), após o fechamento da adesão 2012, foram selecionadas as escolas aptas a desenvolver o programa, as quais já haviam recebido o recurso pelo FNDE/PDDE.

Foram enviados os OFÍCIO-CIRCULAR N° 002/2012 (Anexo 23 – Ofício Circular n° 002/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME) e N° 04/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME (Anexo 24 – Ofício Circular n° 04/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME) para os diretores das escolas selecionadas, coordenadores estaduais/municipais e monitores cadastrados, com as orientações sobre o projeto. Cada escola recebeu um kit com material para aplicação dos testes e uma cartilha de orientação para os monitores (Anexo 25 – Cartilha de Orientação PROESP-BR), em especial para aqueles que não participaram da capacitação, bem como uma planilha modelo para preenchimento com os dados coletados.

O processo de distribuição dos kits foi iniciado no segundo semestre de 2012, após a capacitação dos monitores finalizada no mês de julho. Conforme explicitado no item “Cadastramento das Escolas”, os problemas de inconsistência do banco de dados fornecido pelo MEC e a demora para a conclusão da relação final de escolas participantes, gerou atraso nas entregas dos kits PROESP, que utilizou o mesmo critério de distribuição aplicado aos materiais esportivos. Ressalta-se que a última lista foi enviada em setembro de 2012, inviabilizando os prazos anteriormente firmados para a entrega dos kits PROESP.

Tendo em vista o calendário escolar e o problema citado, obteve-se um número reduzido de avaliações aplicadas pelas escolas neste ano. Estas se comprometeram a realizar a aplicação dos testes no início do ano letivo de 2013.

Inicialmente a proposta do envio dos kits do PROESP atenderia cerca de 4.400 escolas, número referente a quantidade de kits disponíveis. Definiu-se como critério de distribuição, contemplar as escolas que concluíram o cadastramento no sistema do ME, o que resultou no quantitativo de 4.176 unidades de ensino.

Seguem os dados numéricos da ação:

- ✓ Total de escolas contempladas: 4.176;
- ✓ Kits ainda no estoque: 231;
- ✓ E-mails enviados/recebidos (diálogo com escolas): 1.400, aproximadamente;
- ✓ E-mails encaminhados a coordenadores estaduais/ municipais, diretores e monitores das escolas: aproximadamente 12 mil.

Resultados Alcançados

- ✓ Continuidade da parceria estabelecida entre os Ministérios do Esporte e Educação, por meio do PST na Escola, bem como a ampliação da abrangência do atendimento, possibilitando ainda mais democratização do acesso ao esporte, como direito fundamental;
- ✓ Finalização do processo de adesão 2012 com 4.642 escolas consideradas adimplentes;
- ✓ Atendimento total de 7.108 escolas e 1.487.230 alunos, localizados em 980 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal, número que representa as escolas com atividades em desenvolvimento no ano (adesão 2011 e 2012);
- ✓ Abertura do sistema para cerca de 15 mil escolas que estavam desenvolvendo o Mais Educação há pelo menos 1(um) ano e que possuíam o mínimo de 100 alunos;

- ✓ Elaboração do Manual de Orientações sobre o Segundo Tempo na Escola, no qual consta também o detalhamento da parceria entre os ministérios e de todos os procedimentos e ações que envolvem o bom desenvolvimento do Programa;
- ✓ Implementação de melhorias no sistema para: realizar a busca das escolas por ano de adesão (2010, 2011 e 2012); gerar relatórios de escolas e diretores, a partir da inserção de novos filtros de pesquisa (Nome da Escola, INEP, UF, Município e Situação da Escola); aprimorar o cadastramento do Monitor pelo Diretor;
- ✓ Realização de duas capacitações por meio da Educação a Distância - EaD no ambiente virtual de Aprendizagem Moodle: uma para Facilitadores e outra para Monitores, com a carga horária de 30h;
- ✓ Qualificação dos monitores oferecendo subsídios para o desenvolvimento das ações voltadas para ao Esporte Educacional no contexto da proposta pedagógica do programa;
- ✓ Envio do kit didático-pedagógico para todas as escolas que aderiram ao Programa Mais Educação, independente da escolha do Macrocampo Esporte e Lazer, somando aproximadamente 15 mil escolas, e para coordenadores estaduais e municipais do Mais Educação;
- ✓ Participação de representantes do ME em 9 (nove) eventos e encontros regionalizados com o objetivo de orientar os gestores e monitores atuantes sobre as ações do programa;
- ✓ Atendimento aos gestores parceiros pela equipe técnica do PST na Escola, via e-mail e contato telefônico durante todo o ano de 2012;
- ✓ Início da produção de vídeo institucional do programa Segundo Tempo na Escola;
- ✓ Realização do acompanhamento pedagógico das atividades junto a 186 escolas, por meio de visitas realizadas pelas Equipes Colaboradoras, o que corresponde a 4% do total de escolas participantes no ano.

Fragilidades e propostas de mudança para 2013

Tabela 31 – Fragilidades e Propostas de Mudança para 2013

Temas x Fragilidades:	Propostas para 2013:
<p>Comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso aos parceiros para repasse de orientações/procedimentos do PST na Escola (cadastro no sistema, PROESP e capacitação dos monitores - EaD); • Desconhecimento das diretrizes do Programa Mais Educação e, ainda, do PST na Escola, por parte dos gestores e coordenadores das escolas, em especial das orientações relativas aos recursos, à seleção do RH responsável pelo desenvolvimento das atividades do PST e à carga horária de trabalho; • Banco de dados fornecidos pelo MEC apresentou inconsistências, gerando problemas de cadastramento, acesso e informação desatualizada no sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar junto ao órgão parceiro maior acesso e gerenciamento das informações disponíveis no SIMEC, relativas à Gestão atualizada das escolas e Coordenação Estadual/Municipal, e aos dados sobre a adesão das escolas ao programa; • Otimizar o canal de comunicação entre o ME e as unidades de ensino, por meio de mensagens eletrônicas, portal do ME/Sítio do Sistema Informatizado, videoconferências e encontros regionalizados, com o intuito de aprimorar a divulgação das ações afetas à implantação e desenvolvimento do Esporte na Escola e assegurar a excelência no atendimento.
<p>Sistema de Cadastro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolas e Coordenadores apresentam dificuldade no 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o cadastramento de forma estratificada, por meio do estabelecimento de períodos de cadastramento

<p>reconhecimento e na aplicação do Sistema de Cadastramento do PST na Plataforma SNELIS, reconhecendo apenas o SIMEC;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atraso na inserção do CPF do Gestor e do Coordenador no Sistema de Cadastramento do PST, ocasionado pelo envio tardio, por parte do MEC, da relação final das escolas que realizaram a adesão ao PST; • Alta rotatividade dos monitores para execução e realização das atividades esportivas e procedimentos administrativos do PST na Escola. 	<p>por região ou Estados brasileiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar novos relatórios no Sistema PST que contribuam no controle e acompanhamento do programa com o Mais Edu; • Criar uma nova proposta para o desenvolvimento do Esporte na Escola, dando continuidade ao desenvolvimento das múltiplas vivências esportivas e tendo o Atletismo como modalidade básica. O modelo prevê: • A criação de um banco de profissionais de Educação Física por meio de processo seletivo que terá direito a cursar uma especialização em Esporte Educacional; • A oferta de curso de especialização EaD em parceria com a CAPES na área de Esporte Educacional; • Formação continuada de profissionais da Rede Pública de Ensino garantindo a qualificação da ação pedagógica da área independente do PST.
<p>Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade com o uso do AVA Moodle por parte dos alunos que nunca haviam acessado um Ambiente Virtual de Aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a equipe de capacitação à distância, visando a ampliação da abrangência e instrumentalização do público envolvido.

Metas 2013

A continuidade da parceria entre o PST e o Programa Mais Educação é uma ação prevista para o ano de 2013, sendo que a meta deste ministério é atender 10.000 escolas.

Cabe registrar que no PPA 2012-2015, para 2013 foi prevista a meta de 15 mil escolas. No entanto, no PLOA, o recurso previsto não possibilita o alcance da meta e, por esse motivo, esta foi redimensionada, mantendo-se a meta de 2012. A partir de entendimentos com o MEC, pretende-se ampliar o atendimento para todas as 32.000 escolas que já integram o Mais Educação desde 2012.

Sendo assim, os indicadores oferecem subsídios importantes para o reordenamento das ações, buscando minimizar os problemas e melhorar a oferta do Esporte Educacional na escola. A partir da avaliação do projeto, os próximos encaminhamentos são:

Tabela 32 – Metas para 2013

Ação:	Meta:
Qualificação e ampliação do acesso ao Esporte na Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar garantir a presença do profissional formado na área de Educação Física/Esportes para a condução das atividades, de modo a qualificar as ações pedagógicas do programa; • Integrar as políticas de construção e reformas de espaços esportivos do MEC com a política de Esporte na Escola do ME; • Ampliar a abrangência e buscar um processo contínuo de capacitação, visando alcançar mudanças no aspecto didático-pedagógico das atividades esportivas; • Garantir o acompanhamento pedagógico do percentual de 5% das escolas; • Implantar um processo de formação permanente dos professores/monitores, integrado com a escola; • Ampliar o acesso ao Esporte, inserindo-o em todas as Escolas públicas da Educação Básica.

c) Programa Esporte e Lazer da Cidade

O ano de 2012 pode ser considerado “um divisor de águas” para o Programa Esporte e Lazer da cidade, visto o processo de reestruturação pelo qual o Ministério do Esporte passou em 2011 ao unificar as Secretarias Nacionais de Desenvolvimento de Esporte e Lazer e de Esporte Educacional, na atual Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Esse processo, coube à **Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer – CGPEL**, e apesar de complexo e trabalhoso, não impediu que as ações tivessem continuidade, pelo contrário. A partir de meados do mês de março de 2012, oportunidade em que os departamentos, direções e coordenações foram redefinidas, constatamos (mesmo que sob o enfoque constante, da necessidade de reestruturação, obedecendo ao novo modelo de gestão), um trabalho crescente, com vistas a valorizar as ações anteriormente desenvolvidas pelo programa, sem descaracterizá-las, desafiados pelas possibilidades de qualificação que esta nova fase poderia trazer à política social de esporte e lazer.

Abaixo as realizações de 2012 que integraram o processo de reestruturação do PELC:

1-Estruturação da Coordenação Geral do Programa

- Contribuição no planejamento das competências da Coordenação responsável - CGPEL;
- Planejamento do Organograma da CGPEL, considerando as demais coordenações gerais correlacionadas (especialmente Coordenação Geral de Formalização (CGFOR) e Coordenação Geral de Implementação de Projetos e Inclusão Social (CGLIS).
- Proposição de fluxos entre as coordenações gerais da SNELIS: CGPEL, CGLIS e CGFOR de forma a qualificar e dar celeridade aos processos relacionados ao PELC;
- Definição do modelo de Acompanhamento Pedagógico dos Convênios do PELC (considerando as demais coordenações correlacionadas CGFOR e CGLIS), entre a SNELIS e a Universidade Federal de Minas Gerais – responsável pela efetivação do Sistema de Formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer;

2-Qualificação estrutural e pedagógica das ações: Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável

- Planejamento do calendário de ações, considerando a ampliação do Orçamento para 2012;
- Revisão e qualificação das Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, promovendo:
 - definição de novas tipologias para os núcleos PELC: Núcleo Urbano e Núcleo para Povos e Comunidades Tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, rurais e indígenas (beneficiando populações que sempre ficaram a margem dos direitos sociais de esporte e lazer), beneficiando todas as faixas etárias, incluindo pessoas portadoras de deficiência;
 - reconhecimento do Vida Saudável, até então, um tipo de núcleo do PELC, como um importante Programa Social, que atende adultos a partir de 45 anos e idosos, com diretrizes específicas com foco no lazer e na saúde;
 - inclusão da auto-gestão como um dos princípios do PELC e do Vida Saudável, garantindo duas frentes para formalização de parcerias (convênios ou termos de cooperação): implantação (primeira experiência) ou renovação (o máximo de 3 experiências firmadas, visando o desenvolvimento do PELC);
 - qualificação do sistema de formação junto à UFMG, com relação aos conteúdos e metodologias dos módulos de avaliação (I e II), considerando a nova diretriz de auto-gestão;

- qualificação do projeto pedagógico (PPCs), contendo sugestão de atividades e materiais que poderão ser adquiridos pelos parceiros para o desenvolvimento das ações;
 - inclusão de uma nova função na equipe de trabalho dos núcleos recreativos de esporte e lazer: o coordenador técnico, com carga horária de 40h semanais e definição de suas responsabilidades no desenvolvimento do convênio;
 - valorização financeira do RH (aumento dos valores previstos para o pagamento de RH, que estavam defasados desde 2009) e qualificação dos percentuais destinados às demais despesas que estão sob a responsabilidade do ME (materiais de consumo e permanente, sistema de formação e eventos);
 - aumento da vigência dos convênios: de 14 para 18 meses, passando a prever 04 meses para a estruturação e 14 de desenvolvimento de atividades;
- Diretrizes qualificadas, utilizadas no chamamento público 2012;
- Realização de Chamamento Público de novos projetos PELC, considerando as mudanças acima mencionadas (exceto o reconhecimento do Vida Saudável enquanto Programa Social, pois embora tenhamos estabelecido um valor específico para os núcleos PELC VS, as diretrizes foram aperfeiçoadas no decorrer do ano), em parceria com a CGFOR, estabelecendo como critério de seleção a valorização da municipalização de parcerias via Entidades Públicas e Federais – Prefeituras Municipais e Universidades Federais). Neste processo, a CGPEL participou da elaboração do edital definindo os critérios de seleção e classificação. Após a abertura, tratou em especial, da divulgação e análise de mérito dos projetos, realizando durante 03 (três) dias em Brasília, a avaliação das propostas, contando com os Formadores e Equipe Gestora da UFMG, além de convidados (parceiros intersetoriais: Presidência de República, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério da Educação e SEPPIR);
 - Instrução dos Planejamentos Pedagógicos de Convênio/Documento Técnico do Projeto, necessitados de orientação e correção, selecionados no Chamamento Público de novos projetos PELC;
 - Instrução dos Planejamentos Pedagógicos de Convênio/Documento Técnico do Projeto dos Proponentes Específicos e Emendas Parlamentares;
 - Revisão e qualificação das Orientações para Implantação do PELC (citadas à cima) voltadas para as Emendas Parlamentares 2012, considerando as orientações compartilhadas no ano anterior com a ASPAR - exercício de 2011;
 - Promoção e realização de reuniões entre as coordenações gerais: CGPEL, CGLIS e CGFOR com vistas a:
 - reorganizar os procedimentos de acompanhamento dos convênios;
 - ajustar os instrumentos utilizados:
 - orientações iniciais (ofícios e guias de execução e roteiro de procedimentos pedagógicos);
 - Planejamento Pedagógico do Convênio Acompanhamento e Avaliação de Relatórios.
 - Organização das publicações da Rede CEDES para distribuição aos novos parceiros, conforme resultado do final do Chamamento Público 2012 – PELC e Vida Saudável.

3-Parcerias Vigentes em 2012

No decorrer do ano de 2012, registra-se entre formalização, estruturação, implementação e conclusão, o total de 107 parcerias desenvolvidas com: Prefeituras, Governos Estaduais, Organizações Não Governamentais, Universidades e Institutos Federais de Educação Superior.

Estas parcerias estão distribuídas segundo a seguinte esfera administrativa:

- Municipal – 68 parcerias
- Estadual – 02 parcerias
- Organização não governamental – 33 parcerias
- Federal – 04 parcerias

Com relação ao PELC – Todas as Idades foram beneficiadas 1.343.900 pessoas, distribuídos em 378 núcleos, abrangendo: o Distrito Federal e 20 Estados. O número de beneficiando por região ficou assim distribuído:

- 324.000 pessoas na região Nordeste;
- 571.800 pessoas na região Sudeste;
- 128.200 pessoas na região Centro-Oeste;
- 106.500 pessoas na região Norte e;
- 213.400 pessoas na região Sul.

Já em relação ao PELC - Vida Saudável foram beneficiados 85.200 pessoas, distribuídos em 39 núcleos, abrangendo: o Distrito Federal, 11 Estados. O número de beneficiados por região ficou assim distribuído:

- 21.000 pessoas na região Nordeste;
- 32.000 pessoas na região Sudeste;
- 16.000 pessoas na região Centro-Oeste e;
- 16.200 pessoas na região Sul.

Vale destacar ainda que do total geral de 107 parcerias do ano de 2012, 77 parcerias foram encerradas. Sendo que:

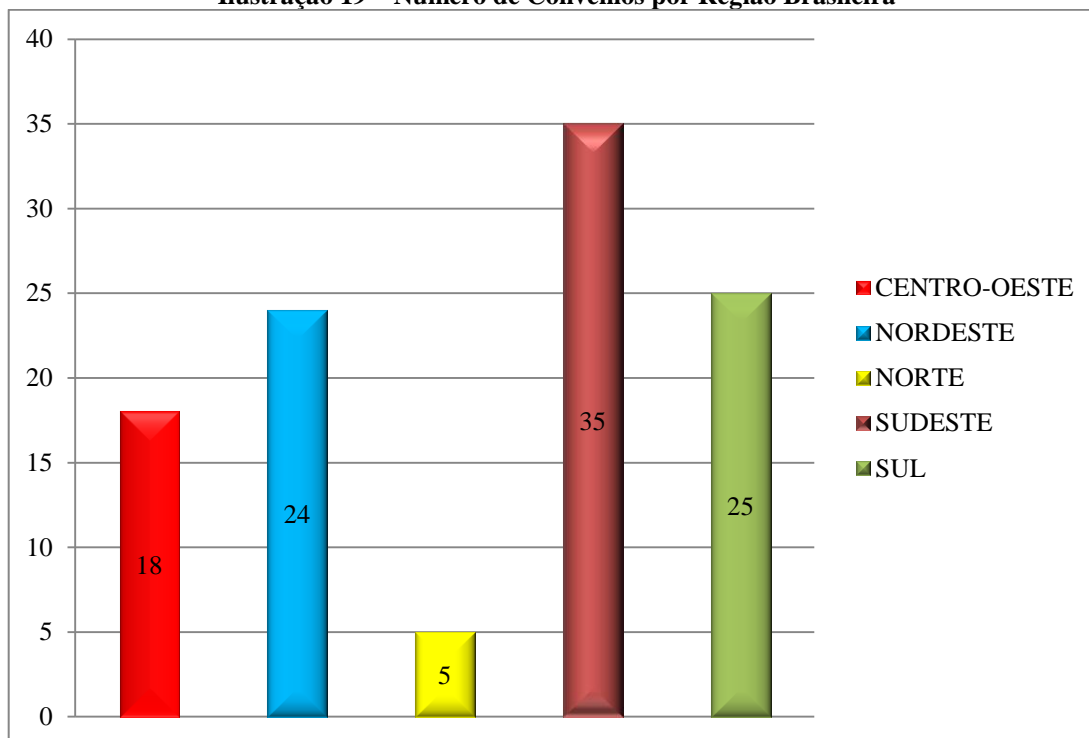
- 72 convênios/Termos de Cooperação foram encerrados por terem cumprido o período de atendimento pactuado;
- 05 convênios/Termos de Cooperação foram rescindidos devido a identificação de irregularidades, o que levou 01 entidade a ser denunciada.

O PELC encerrou o ano de 2012 com 28 Convênios e 02 Termos de Cooperação vigentes. Além disso, foram formalizadas entre convênios/termos de cooperação 76 novas parcerias que serão executadas em 2013.

Modalidade da Parceria

Grande parte das parcerias é na modalidade Convênios com transferências voluntárias, formalizadas, executadas e acompanhadas através do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal- SICONV, conforme ilustração abaixo:

Ilustração 19 – Número de Convênios por Região Brasileira

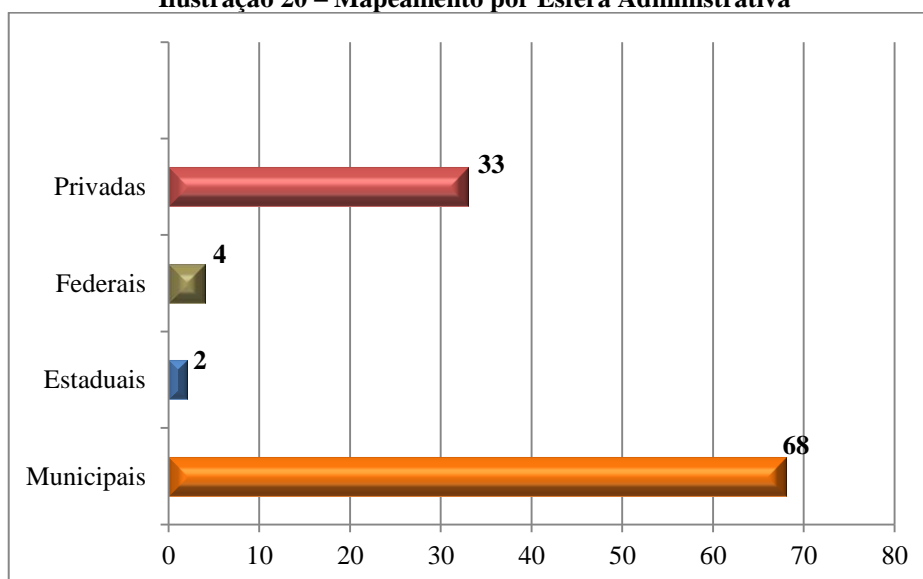


Fonte DW, SICONV

Mapeamento por Esfera Administrativa

Por acreditar que as entidades municipais são as principais executoras das Políticas Sociais, o universo dos parceiros junto ao Programa atende a seguinte distribuição por esfera administrativa: 2 entidades estaduais, 33 entidades privadas, 4 entidades federais, 68 municipais, conforme ilustração abaixo:

Ilustração 20 – Mapeamento por Esfera Administrativa



Fonte DW, SICONV

4-Sistema de Formação de Agentes Sociais

No PELC, o termo formação trata da ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual, municipal e de organizações da sociedade civil, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas de esporte lazer e inclusão social e cultural.

Tendo em vista que a Formação é considerada o elemento central da proposta do PELC, pautada como uma importante ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de políticas públicas locais que tratem o esporte e o lazer como direitos sociais, avançamos em 2012 na qualificação das ações previstas (desenvolvimento de módulos de formação: Introdutório, avaliação I e Avaliação II, juntos as entidades conveniadas), fruto da parceria existente desde 2010 (Termo de Cooperação), entre o Ministério do Esporte e a UFMG, que trata do “Sistema de Formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer”.

É importante esclarecer que o Sistema de Formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, é desenvolvido de forma compartilhada com a UFMG. É a partir da CGPEL que os módulos de formação se operacionalizam, cabendo a ela a análise, deferimento ou indeferimento dos ofícios de solicitação de agendamento; recebimento de programações e relatórios dos módulos de formação desenvolvidos, junto às entidades parceiras.

5-Sistema de Informação e Divulgação das ações:

- Atualização permanente das informações constantes no sítio do Ministério do Esporte, bem como, da Plataforma SNELIS;
- Produção de novas logomarcas dos programas PELC e Vida Saudável;
- Planejamento de layouts e previsão de despesa, com vistas a atender a demanda de 2012 e 2013, da distribuição dos materiais esportivos e uniformes do Programa Pintando a Liberdade aos parceiros;
- Elaboração e planejamento, para posterior confecção, de materiais informativos dos Programas, com a utilização dos novos layouts;
 - Cartazes;
 - Banners;
 - Bloco de anotações;
 - Envelopes;
 - Pastas de eventos;
 - Camisetas para filmagem dos Vídeos Institucionais.
- Criação e Produção do Boletim Informativo, que objetiva a comunicação e integração com o ambiente interno e externo entre os diversos atores sociais envolvidos nas ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Vida Saudável (a produção e distribuição ocorre mensalmente para as coordenações gerais da SNELIS, secretaria executiva, e às demais secretarias e gabinete do ministro e parceiros conveniados; além da publicação no portal do ME);
- Criação e Produção do material informativo “10 pontos em 10 anos comemorando uma década”;

- Planejamento e organização do trabalho junto à ASCOM, da agenda de filmagens, considerando a análise dos convênios e termos de cooperação que se destacaram em suas execuções (a partir da apropriação das diretrizes previstas), visando a Produção de Vídeos Institucionais do PELC e do Vida Saudável. Algumas filmagens contaram com o envolvimento da Coordenação Geral de Esporte e Lazer ou com técnicos da CGPEL;
- Produção de fotos, em consonância ao planejamento de filmagens dos novos vídeos institucionais do PELC e do Vida Saudável;
- Criação e atualização permanente do facebook e twitter CGPEL, visando à divulgação das ações e a mobilização dos parceiros;
- Análise dos Sistemas criados pela SNELIS e planejamento de proposta para criação do Sistema de Informação das ações da CGPEL, denominado SAMA – Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas de Esporte e Lazer.

6-Acompanhamento Operacional dos Convênios do PELC e Vida Saudável

O processo de acompanhamento das parcerias junto ao PELC é realizado pela Coordenação Geral de Acompanhamento de Esporte, Lazer e Inclusão Social – CGAO-LIES, que compõe o Departamento de Gestão, e tem por atribuição o acompanhamento operacional e orientações ao Parceiro após o processo de formalização, desde o planejamento e estruturação das ações de implementação do PELC, até a finalização da vigência do convênio.

Tal processo se inicia a partir da conclusão da etapa da formalização, com a assinatura, publicação e empenho do valor pactuado, e tem como primeira tarefa o monitoramento da liberação da 1ª parcela ou a efetivação dos destaques orçamentários às entidades federais, orientando cada etapa da execução física e financeira, levando em conta as ações pactuadas, monitorando a alimentação do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV, por meio de solicitações de informações e emissão de notificações, no sentido de regularizar situações pontuais, como inserção de documentos, bem assim, manifestação a respeito de termos aditivos e ajustes de plano de trabalho.

A ação junto ao SICONV, portanto é entendida como ação central da CGLIS e perpassa todas as tarefas e atribuições afetas a essa coordenação em permanente diálogo, conferência e cruzamento de informações em todos os sistemas informatizados construídos para o processo de monitoramento das parcerias e na interface com os demais setores do ME.

O Desafio é definir de forma clara e objetiva, o que deve ser mudado enquanto rotina no processo físico dos convênios, durante essa etapa de consolidação do SICONV. Na perspectiva de aperfeiçoar, desburocratizar e eliminar procedimentos.

Para os casos de descentralização proveniente de parcerias com órgãos Federais, o acompanhamento operacional é feito via registros nos processos físicos. A CGLIS também mantém a responsabilidade de se integrar com as demais áreas da SNELIS, com o objetivo de complementar o acompanhamento dos convênios. Esta integração se dá diretamente com a coordenação responsável pelo acompanhamento pedagógico e avaliação do programa, COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento, bem como, com a CGFISCO responsável pela fiscalização e pela análise do cumprimento do Objeto, e CGCON setor responsável por responder as demandas dos Órgãos de Controle, mídia e ouvidoria.

A integração dos processos gerenciais é indispensável para introduzir uma visão de conjunto ao acompanhamento dos convênios e essencial para uma avaliação mais precisa dos resultados alcançados. A meta principal da CGLIS é acompanhar sistematicamente todos os convênios em vigência.

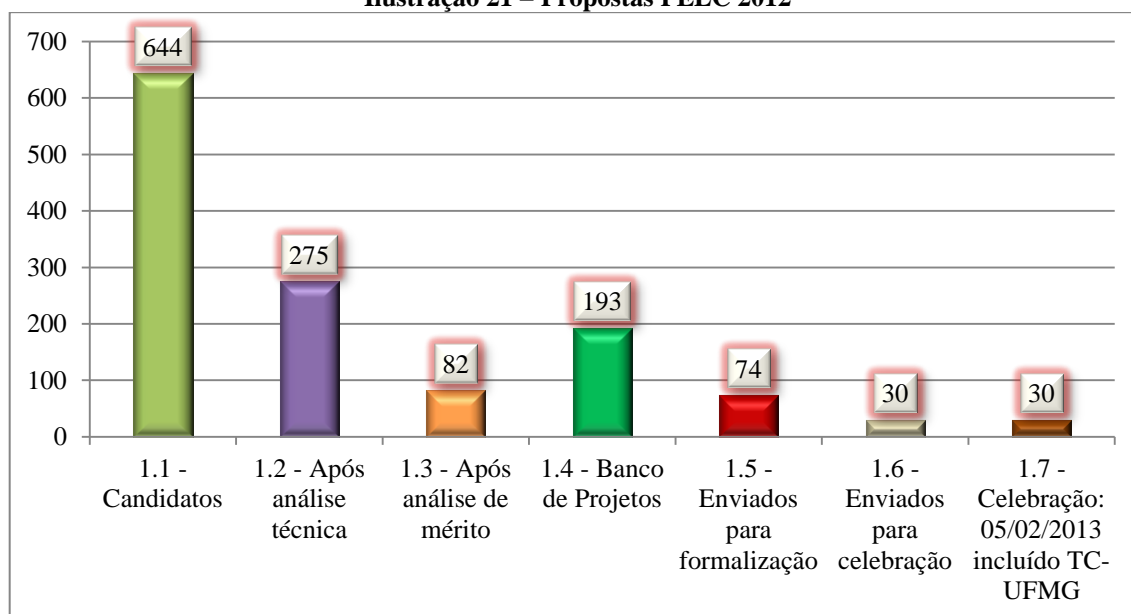
7- Resultados alcançados em 2012

É por meio da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer, leia-se PELC ou Vida Saudável, que o Ministério do Esporte oferece o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer às pessoas de todas as idades, desde a criança até o idoso, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, SNELIS desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, fortalecendo a municipalização do programa e o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população, organizando o processo de implementação de novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável no país.

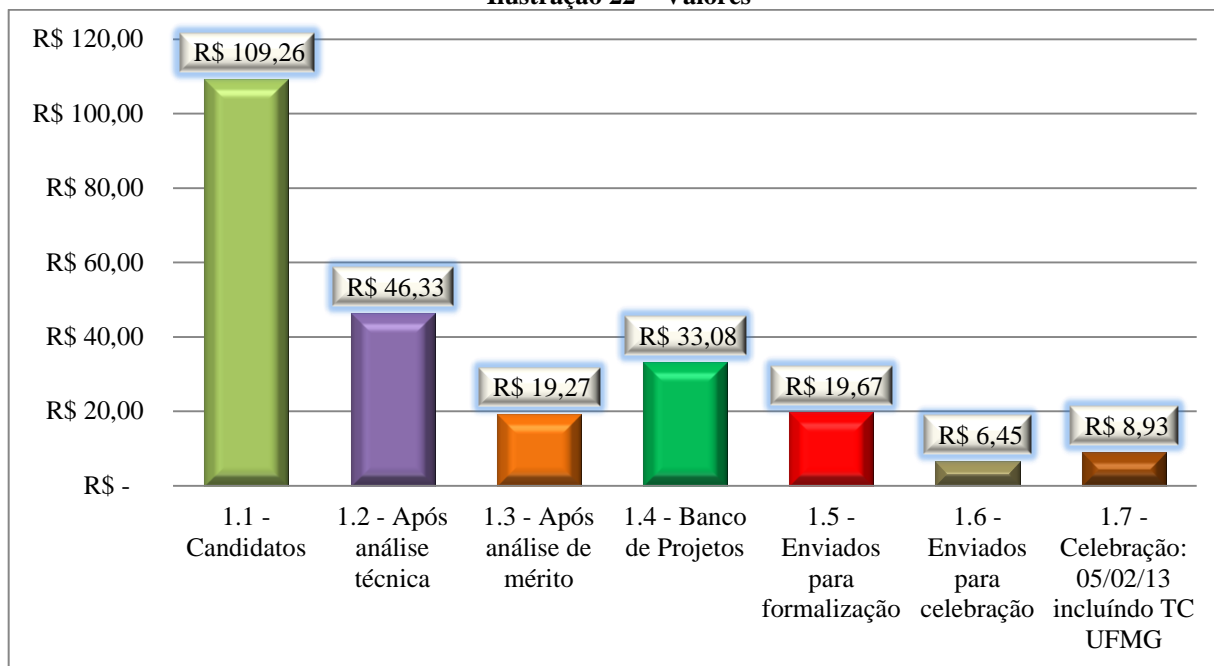
Foram realizados dois processos seletivos concomitantemente, buscando selecionar Entidades Públicas (Prefeituras Municipais) e Entidades Federais (Universidades), no esforço compartilhado entre direções e coordenações gerais, especialmente a de Esporte e Lazer e de Formalização de Projetos da SNELIS.

Ilustração 21 – Propostas PELC 2012



Fonte: SNELIS

Ilustração 22 – Valores



Fonte: SNELIS

d) Programa Pintando a Liberdade/Cidadania

Não houve execução orçamentária em 2012, no entanto houve um desembolso decorrente de Restos a Pagar do Exercício de 2011, para o Convênio nº 755916/2011, no valor de R\$ 1.580.000,00.

Importante destacar que no processo de elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 e, de forma específica, na proposta orçamentária PLOA 2012, os Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania não estavam contemplados em ação distinta, como se apresenta a Ação 2362, que caracteriza somente o Programa Pintando a Liberdade. O fato é que tal ação ficou desconexa do quadro de objetivos, metas e indicadores da SNELIS, mas que no próximo exercício já foi agregado ao contexto de esporte, educação, lazer e inclusão social.

Mesmo assim, em que pese à ausência de execução orçamentária em 2012, o Programa vem beneficiando 3.920 (três mil novecentos e vinte) internos e 400 (quatrocentas) pessoas de comunidades carentes de convênios formalizados em exercícios anteriores e que permaneceram vigentes no exercício.

Nesta Ação foram realizadas, no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, solicitações de informações e emissão de notificações, no sentido de regularizar situações pontuais de inobservâncias de dispositivos legais e pactuados, bem assim, manifestação a respeito de termos aditivos e ajustes de plano de trabalho.

Foram realizadas ainda, vistorias *in loco* em 4 (quatro) convênios, com a expedição dos respectivos relatórios, compostos dos apontamentos e recomendações no sentido de sanear as inobservâncias de dispositivos legais e pactuados.

Cabe destacar que o Programa Pintando a Liberdade e o Programa Pintando a Cidadania, no exercício de 2012, passaram por um processo de levantamento de dados e recomposição do seu histórico. Quando da sua internalização no âmbito da estrutura SNELIS, foram verificadas fragilidades no processo de acompanhamento da produção e na derivação de dados e especificações

do Plano de Trabalho, acentuadas pela saída integral de toda a equipe que gerenciava a ação até então.

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, foi realizado o encontro com todos os parceiros do Programa, no intuito de restabelecer as matrizes de coordenação do Programa, bem como oportunizar aos parceiros um momento de reflexão e troca de experiências, visando uma nova formatação da Política de Inclusão Social pelo Esporte.

Do apresentado, verificou-se que os parceiros estavam com dificuldades para a operacionalização da produção, por insuficiência de profissionais para coordenar as linhas de produção dos artigos esportivos, e também pela dificuldade administrativa em operacionalizar tais contratações.

Da mesma forma, muitos parceiros apresentaram preocupações quanto às especificidades do projeto, considerando que o custo da produção envolve o pagamento, por produto produzido, à pessoa física que atua no projeto. Considerando que o programa Pintando a Liberdade trabalha com apenados, muitos foram os entraves burocráticos apresentados pelos parceiros para a efetivação de tais pagamentos. Cabe destacar que muitas parcerias estavam paralisadas por conta de tal dificuldade.

Considerando tais levantamentos e o panorama no Programa, no exercício foram priorizados os ajustes necessários para organizar e auxiliar as parcerias vigentes, por meio de reformulação dos planos de trabalho e dos compromissos de produção, bem como remodelar a metodologia para a entrega e distribuição dos materiais produzidos, aumentando o controle interno primário sobre tais doações.

Importante ressaltar que, no sentido de regulamentar as doações, foi publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 do dia 26 de abril de 2012, a Portaria nº- 87, de 25 de Abril de 2012, dispendo sobre as doações dos materiais esportivos produzidos no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, as quais seriam realizadas diretamente às escolas públicas das redes municipal, estadual e federal de ensino, e às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

No entanto a Portaria nº 87 foi revogada e substituída pela a de nº 249, de 19 de outubro de 2012, a qual ampliou o leque de instituições que podem receber as doações, ficando assim, as doações sendo prioritariamente e diretamente às escolas públicas das redes municipal e estadual, além das Universidades e Institutos Federais. Como também podendo ser realizadas, aos órgãos da Administração direta e entidades da Administração indireta, e as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

Portanto, o relatório deverá ser dividido em dois períodos, antes e após a portaria de doação. Levando em consideração que as doações realizadas de acordo com a portaria foram realizadas na gestão da CSUP, após o mês de junho.

Materiais Expedidos

Através de levantamento feito pela Coordenação de Suprimentos e Logística – CSUP, no site dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania, do período de 01 de janeiro de 2012 a 30 de maio de 2012, foram expedidos 12.774 itens, entre bolas, redes, camisetas, jogos de dama e xadrez, em atendimento as solicitações de escolas, Prefeituras, como também a convênios firmados pelo Ministério do Esporte para o desenvolvimento dos Programas Segundo Tempo e PELC.

O levantamento foi realizado através do site devido à ausência de memória da coordenação responsável anteriormente.

No período referente de junho a dezembro de 2012, com a expedição sob a responsabilidade da CSUP, foram enviados 91.738 itens, entre bolas, redes, camisetas, jogos de dama e xadrez, em atendimentos a solicitações de escolas, Prefeituras, como também a convênios firmados pelo Ministério do Esporte para o desenvolvimento dos programas Segundo Tempo e PELC.

Considerando os dois períodos, no ano de 2012, foram distribuídos 104.512 itens, conforme planilha demonstrativa no Anexo 26 – Materiais Doados Por Estados – Programas Pintando a Liberdade e Cidadania, bem como 523 entidades foram beneficiadas com doações de materiais produzidos no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania, destas 191 foram realizadas de acordo com a Portaria.

e) Demais Ações

e.1) Jogos e Eventos

Em 2012 foi criada a **Coordenação-Geral de Jogos e Eventos – CGJEV** para coordenar as atividades relativas à Ação 20JQ – Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Educacional.

No ano de 2012, foram realizadas três principais conjuntos de ações: uma chamada pública, mediante Edital de nº 003/2012, em cooperação com o Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP; alguns convênios por excepcionalidade (Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE e Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU) e alguns convênios e destaques orçamentários com proponentes específicos. Além disso, foram realizadas ações de preparação do Calendário de Eventos 2013, notadamente, quanto à realização da Gymnasiade 2013 – Jogos Mundiais Escolares.

Dos 20 milhões de reais previstos no orçamento da ação 20JQ, na LDO 2012, foi gasto efetivamente R\$ 11.649.495,66 (onze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos), o que representa aproximadamente 60% do total aprovado na Lei. Ficaram sem atendimento algumas ações das propostas aprovadas na Chamada Pública por falta de recursos financeiros, uma vez que a ação orçamentária sofreu contingenciamento.

Resultados Alcançados

Duas ações foram realizadas por destaque orçamentário em parceria com o Ministério da Defesa, que representam relevante ação no que tange ao desenvolvimento do esporte escolar em âmbito militar: a) Olimpíada dos Jogos Escolares Militares – Jogos da Amizade, e b) Competições Escolares das Forças Armadas.

O termo de cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ teve por objetivo a realização do Kari-Oca, jogos de natureza indígena, ocorridos no Rio de Janeiro, por ocasião da Conferência Rio+20. Este evento foi considerado estratégico para o desenvolvimento do esporte indígena, tendo em vista a inserção do mesmo numa agenda internacional de grande relevância, como a Rio+20. Promoveu a divulgação das práticas esportivas indígenas contextualizadas com a agenda social mundial, agregou valor social e civil ao evento internacional, além de facilitar o conagraamento entre as diversas etnias participantes.

Destacamos, dentre os eventos apoiados por Convênio em específico, a participação do Brasil nos VII Jogos Desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que ocorreram no mês de julho, em Mafra, Portugal. É fundamental esclarecer o papel do Brasil não só nos destaques esportivos nas quadras, mas principalmente, na formulação da política internacional para o esporte escolar. Já ocorreram quatro edições de Conferências de Ministros responsáveis pela Juventude e Desporto dos países membros, a primeira delas em 2008 aconteceu no Rio de Janeiro/RJ. A saber, são oito países membros da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Chamada Pública (Anexo 4 – Edital nº 003/2012) por sua vez, ainda está com ações em processo de prestação de contas, o que dificulta uma avaliação mais consistente e detalhada de resultados alcançados. De qualquer forma, já é possível visualizar a execução da maior parte das ações, pelo próprio acompanhamento das ações efetuado pela Coordenação-Geral.

O Edital nº 003/2012, teve seu resultado homologado em 15 de junho de 2012. Foram aprovadas 06 (seis) propostas:

Tabela 33 – Resultado Edital nº 003/2012

Nº	PROPONENTE	UF
1	Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU	DF
2	Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE	DF
3	Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal	DF
4	Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes	PE
5	Instituto Brasil Igualdade Social - IBIS	MG

Fonte: SNELIS

As propostas 4 e 5 acima mencionadas ficaram aprovadas para o Banco de Projetos.

As propostas 1 – CBDU e 2 – CBDE consistiram em apoio ao Calendário de Eventos para o ano de 2012 das respectivas entidades. O convênio com a Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal não pode ser efetivado, em função da falta de capacidade técnica e operacional identificada por análise e parecer técnico da equipe do Departamento de Gestão de Programas.

Foi solicitado às duas entidades, a saber, CBDE e CBDU, relatório da execução física das ações constantes do Edital de 2012, com os resultados alcançados pelas nossas delegações nos eventos apoiados por este Ministério e a avaliação sob o ponto de vista técnico esportivo das respectivas proponentes.

O maior evento realizado pela Coordenação-Geral no exercício objeto desse Balanço foram os XVIII Jogos Sul-americanos Escolares 2012, de 29 de novembro a 06 de dezembro.

Os Jogos Sul-americanos Escolares são uma competição internacional organizada pelo Conselho Sul-americano de Desporto – CONSUDE, com o objetivo principal de estimular a prática esportiva escolar dentre os países membros. Esta foi a segunda edição dos Jogos realizada no Brasil. A primeira edição dos Jogos, em 1991, também ocorreu no Brasil, em Maringá, no Paraná.

Os Jogos reuniram cerca de 2.500 participantes, entre atletas e demais membros das delegações. Os atletas, nos gêneros feminino e masculino, com idade entre 12 a 14 anos, disputaram as seguintes

modalidades: futsal, vôlei, handebol, basquete, judô, natação, tênis de mesa, xadrez, atletismo e atletismo adaptado. Além das delegações, participaram da organização do evento aproximadamente 600 pessoas, sendo desses 300 voluntários.

Esta edição dos Jogos foi realizada em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte e em João Pessoa, Estado da Paraíba. A cidade de João Pessoa abrigou somente as competições de atletismo e atletismo adaptado, tendo em vista dispor de instalações esportivas, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, aptas para tais competições.

Durante os Jogos foi realizada uma Assembléia Geral do CONSUDE, onde todos os países membros estiveram representados por suas autoridades máximas ou representantes. Todos os eventos relativos aos Jogos, à exceção da Assembléia Geral do CONSUDE, foram públicos e gratuitos.

Foi executado um trabalho de efetiva colaboração entre as forças policiais (de todas as esferas administrativas), Departamentos de Trânsito, Infraero, órgãos de saúde, educação e turismo, além do trabalho central das Secretarias de Esporte e Juventude das duas Unidades da Federação sedes do evento.

Para execução dos Jogos o ME estabeleceu uma parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE, entidade máxima dirigente do esporte escolar.

Outra ação iniciada pela Coordenação foi uma pesquisa interna nesta Secretaria Nacional para verificar quais serão as ações executadas quanto a Jogos e Eventos no ano de 2013. Esta pesquisa ainda se encontra em execução. O objetivo é facilitar o intercâmbio de informações, promover a divulgação dos jogos e eventos e elaborar um Calendário de Jogos e Eventos do segmento.

Com relação à preparação da Gymnasiade 2013, a ser realizada em Brasília, muitas ações já foram realizadas: (i) instituição do Comitê Executivo para realização dos Jogos por Portaria Ministerial; (ii) realização de reuniões semanais do Grupo de Trabalho Interinstitucional (ME/GDF/CBDE) durante todo o segundo semestre de 2012; (iii) trabalho colaborativo entre a equipe do ME e do Governo do Distrito Federal - GDF, como um Grupo de Observadores quando da realização dos XVIII Jogos Sul-americanos Escolares 2012/Natal-RN; (iv) criação a logomarca dos Jogos pelo ME; (v) expedição do primeiro Boletim Técnico; (vi) em dezembro, lançamento oficial dos Jogos e de um Concurso para a escolha do Mascote; (vii) instituição pelo Governo do Distrito Federal – GDF, de um Comitê Executivo para gestão interna das ações preparatória e de execução dos Jogos, por Decreto do Governador; (viii) elaboração de uma Matriz de Responsabilidade, que se encontra em processo final de análise para assinatura.

e.2) Políticas Esportivas Indígenas

A **Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas** – CGPEIN foi criada em 23/09/2012, como projeto estratégico do Ministério do Esporte, com o intuito de promover a interação entre as etnias e povos indígenas existentes em todo o território nacional por meio de projetos e programas esportivos, na busca da valorização do esporte tradicional indígena, efetuada por meio das práticas e manifestações corporais. Por outro lado, busca-se a difusão do Esporte da Era Moderna com intuito da inclusão e valorização dos atletas indígenas no rol da profissionalização por meio de programas específicos a serem criados, ampliando e valorizando os programas já existentes no Ministério do Esporte com perspectiva de efetivar a participação dos atletas indígenas.

Vale ressaltar que, a oportunidade criada para os povos indígenas especificamente no Ministério do Esporte é um sonho almejado por estes povos há algumas décadas, mesmo que de forma isolada. Sendo assim, busca-se efetivar de forma conjunta, responsável e organizada, programas que atendam a expectativas do público esportista indígena, ouvindo e respeitando a cada povo sem distinção ideológica, cultural, credo, costume ou educacional. Para isso é extremamente necessário a participação deste público nos eventos, seminários, assembleias, reuniões e debates organizados pelo Ministério do Esporte.

Público Alvo

A CGPEIN busca trabalhar com todos os povos indígenas e em todas as faixas etárias, uma vez que tais povos nas suas ações sempre trabalharam no coletivo respeitando a interveniência dos anciões, tendo apenas a especificação de idade quando tratado de programas específicos que desenvolvam ações direcionadas a um público especial.

Princípios

O desenvolvimento do trabalho da CGPEIN tem nos seus princípios o respeito aos mandamentos do povo indígena, respeitando a ancestralidade dos líderes (cacique, tuxaua, lideranças espirituais), os rituais e demais celebrações. As decisões de quaisquer modalidades culturais e esportivas referentes aos povos indígenas e seus costumes/tradições, manifestação corporal, além de outras, quando para criação de projetos ou programas que venham ser implementados, a CGPEIN buscará o entendimento coletivo, ouvindo os povos indígenas e suas organizações por meio de consulta e apreciação das normas e leis vigentes.

Meios de Difusão

A CGPEIN conta com as Organizações Indígenas (ONGS Indígenas) como principais aliados e parceiros na divulgação e difusão de seus trabalhos para com as comunidades Indígenas, inclusive por se tratar de dimensão geográfica extensa e complexa.

Objetivo Geral

A CGPEIN, dentro de suas competências e possibilidades, buscará incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena a fim de perpetuar a prática de suas manifestações corporais, costumes e tradições. Além disso, buscará também implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação de programas já existentes no Ministério do Esporte no intuito da valorização dos atletas indígenas dando-lhes, na medida do possível, a oportunidade de ascensão no esporte profissional.

Resultados Diretos Esperados:

- Reafirmação da cultura indígena buscando a socialização, confraternização entre etnias;
- Incentivar, fomentar, valorizar e fortalecer a prática esportiva e de esporte e lazer nas comunidades indígenas;
- Fortalecer a cultura e o esporte por meio das atividades motoras e corporais tradicionais;
- Promover a interação entre os participantes e membros das comunidades indígenas locais.

Resultados Indiretos Esperados:

- Desenvolver valores étnicos, morais, éticos coletivos, individuais e sociais;

- Divulgação do esporte como método de aprendizagem social, étnico, cultural, ético, moral e esportivo;
- Melhorar a autoestima dos participantes visando o crescimento da participação efetiva nos esportes;
- Desenvolver conteúdos que associem a prática de atividades físicas com a melhora na saúde física, mental e qualidade de vida;
- Promover, difundir e valorizar o intercambio étnico-cultural-esportivo;
- Oportunizar à população indígena a pratica esportiva e aos atletas indígenas o encaminhamento às dividas instancias quando identificado talentos.

- Ações iniciadas em 2012

- Programa Moroi'yewî' que tem o principal objetivo de identificar atletas indígenas potenciais para posteriormente serem inclusos no esporte de alto rendimento. Esta ação terá o seu desenvolvimento, até as ultimas classificatórias, eliminatórias, previsto para 2013;
- Acompanhamento da política de negociação dos “Jogos dos Povos Indígenas-JPI-2013” que acontecerá em agosto de 2013, na cidade de Cuiabá-MT;
- Criação de “Banco de Dados Informatizado Indígena” que dará suporte nos trabalhos da CGPEIN;
- I Seminário de Esporte Indígena.

- Resultados Esperados

- A expectativa sobre o programa Moroi'Yewí' é descobrir talentos esportistas e trabalhar estes atletas por meio de programas específicos para posteriormente incluí-los no esporte profissional;
- Buscar a maior interação e integração entre etnias, respeitando as suas peculiaridades, cultivando suas culturas e manifestações, celebrações e rituais, fomentando-lhes a participação e a integração na sociedade nacional, inclusive, no esporte ocidental “Esporte da Era Moderna”;
- Banco de Dados Informatizado proporcionará dados de informações mais precisos das etnias e povos indígenas nas suas respectivas localidades, regiões, estados e organizações indígenas (ONGS) o qual facilitará a detecção de necessidade ou risco social e em consequência o planejamento e execução de futuros projetos e programas;
- I Seminário de Esporte Indígena que servirá de suporte principal para ação inicial da CGPEIN, por meio deste buscar-se-á cruzamento da perspectiva do povo indígena com conhecimento técnico e científico dos estudiosos, técnicos e profissionais na área do esporte para em seguida pontuar programas específicos para povos indígenas.

f) Rede Cedes

O processo de acompanhamento das parcerias de Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer – Rede CEDES, é realizado pela Coordenação Geral de Acompanhamento de Esporte, Lazer e Inclusão Social – CGAO-LIES, que compõe o Departamento de Gestão, e tem por atribuição o acompanhamento operacional e orientações ao Parceiro após o processo de formalização, desde o planejamento e execução das ações pactuadas, até a finalização da vigência do convênio.

Tal processo se inicia a partir da conclusão da etapa da formalização, com a assinatura, publicação e empenho do valor pactuado, e tem como primeira tarefa o monitoramento da liberação da 1ª parcela ou a efetivação dos destaques orçamentários às entidades federais, passa a orientar cada etapa da

execução física e financeira, levando em conta as ações pactuadas, monitora a alimentação do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, por meio de solicitações de informações e emissão de notificações, no sentido de regularizar situações pontuais, como inserção de documentos, bem assim, manifestação a respeito de termos aditivos e ajustes de plano de trabalho.

A ação junto ao SICONV, portanto é entendida como ação central da CGLIS e perpassa todas as tarefas e atribuições afetas a essa coordenação em permanente diálogo, conferência e cruzamento de informações em todos os sistemas informatizados construídos para o processo de monitoramento das parcerias e na interface com os demais setores do ME.

O Desafio é definir de forma clara e objetiva, o que deve ser mudado enquanto rotina no processo físico dos convênios, durante essa etapa de consolidação do SICONV. Na perspectiva de aperfeiçoar, desburocratizar e eliminar procedimentos.

Para os casos de descentralização proveniente de parcerias com órgãos Federais, o acompanhamento operacional é feito via registros nos processos físicos. A CGLIS também mantém a responsabilidade de se integrar com as demais áreas da SNELIS, com o objetivo de complementar o acompanhamento dos convênios. Esta integração se dá com a DEDAP, COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento, bem como com a CGFISCO responsável pela fiscalização e pela análise do cumprimento do Objeto, e CGCON, setor responsável por responder as demandas dos Órgãos de Controle, mídia e ouvidoria, ambas integrantes da DEGEP.

A integração dos processos gerenciais é indispensável para introduzir uma visão de conjunto ao acompanhamento dos convênios e essencial para uma avaliação mais precisa dos resultados alcançados. A meta principal da CGLIS é acompanhar sistematicamente todos os convênios em vigência.

A Ação 20JS – Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer – Rede CEDES, foi prevista na LOA uma meta física de 33 (trinta e três) Projetos apoiados, no valor total de R\$ 395.000,00, tendo sido executado 6 (seis) parcerias com Universidades Federais (18,18%), mediante destaque de R\$ 200.933,80, (50,86%).

Esta Ação tem por finalidade fomentar, promover, preservar, apoiar e divulgar a produção e gestão da informação, do conhecimento e da memória dos campos do esporte educacional, recreativo e do lazer, incluindo o esporte de criação nacional e identidade cultural, contribuindo para a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e efetivação da Política Nacional do Esporte.

Cabe destacar que tal ação foi contemplada no Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos, com o intuito de subsidiar as ações da Rede Cedex, existente desde 2003, cujo último Edital para seleção de projetos ocorreu em 2011, ainda fora da gestão desta SNELIS e sob um outro cadastro de ação em PPA de ciclo anterior.

Ocorre que os projetos classificados e selecionados, que contavam, a priori, com o lastro de orçamento do exercício de 2011, não foram tempestivamente celebrados, gerando uma demanda orçamentária no exercício de 2012 acima do valor constante da Lei.

Este impasse movimentou o centro da ação durante quase todo o exercício, bem como a decisão administrativa de, para onde, estrategicamente, a Rede deveria estar vinculada, considerando que parte das pesquisas também alcançaram temáticas de alto rendimento e de gestão do esporte, sendo que, em setembro de 2012, ficou decidido que a mesma retornaria à Secretaria Executiva/SE.

Da mesma forma, caberia a SE informar a todos os proponentes selecionados e classificados de que não ocorreria o andamento das pesquisas, pelo valor insuficiente constante da LOA para honrar o orçamentário e o financeiro.

Assim, com o valor constante da Lei e não sendo viabilizados os projetos do Edital anterior, das parcerias formalizadas em 2012, produziu-se uma obra com 800 (oitocentos) exemplares, tendo sido distribuídos em sua totalidade para as 5 Regiões do País.

Provenientes das parcerias de exercícios anteriores foram publicadas no exercício 7 (sete) obras, totalizando 5.600 (cinco mil e seiscentos) exemplares.

Dos exemplares decorrentes de pesquisas de anos anteriores, distribuí-se 15.545 (quinze mil e quinhentos e quarenta e cinco) exemplares para as 5 Regiões brasileiras e 147 (cento e quarenta e sete) para outros países.

Os livros foram disponibilizados para gestores, pesquisadores, bibliotecas, instituições de ensino superior públicas e privadas, agentes, estudantes, formadores do Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer.

Não foram realizadas fiscalizações dessas parcerias (termo de cooperação), haja vista sua natureza de execução.

Em relação aos convênios decorrentes de exercícios anteriores foram realizadas, no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, solicitações de informações e emissão de notificações, no sentido de regularizar situações pontuais de inobservâncias de dispositivos legais e pactuados, bem assim, manifestação a respeito de termos aditivos e ajustes de plano de trabalho.

g) Integração de Políticas Intersetoriais

1.Representações

No processo de construção de políticas públicas, uma estratégia eficaz são as parcerias intersetoriais que possam alcançar todas as parcelas da população. O ME participa de **5 Conselhos** (CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude e CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, CNPI – Conselho Nacional da Pessoa Idosa, CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial), **3 Comissões** (SINASE – Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil), **2 Comitês** (CIAMPRua – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política nacional de População em Situação de Rua e Comitê Gestor de Ações Indigenistas), **3 GTs** (GT Juventude Viva, GT Juventude Rural, GT Direito Humano à moradia adequada) e do **Projeto Rondon**.

1.1. Ações realizadas em 2012

A representatividade do ME nesses espaços de deliberação e discussão são importantes para que o acesso ao esporte seja garantido a todos os cidadãos brasileiros (criança, adolescente, adulto, idoso), com atenção especial à parcela da população que historicamente foi excluída da proteção social. Destacamos os principais espaços de discussão:

1.1.1. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA

O CONANDA tem por finalidade elaborar normas gerais para a formulação e implementação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observadas as linhas de ação e as diretrizes previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

O ME ocupa a vaga de Conselheiro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e tanto a titularidade e a suplência estão sob responsabilidade da CGIPI. Como Conselheiro do CONANDA o ME compõe uma das comissões temáticas – Comissão de Mobilização e Formação. São quatro comissões no total, sendo as demais: Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Direitos Humanos. O papel dessas comissões é de discutir no grupo pequeno as demandas e apresentar ao plenário a decisão. Os encontros são realizados um dia antes das Assembléias.

A partir de fevereiro foram realizadas mensalmente Assembléias Ordinárias do CONANDA. Nestas reuniões foram discutidos e apresentados diversos temas afetos à criança e ao adolescente. Destacamos em especial alguns referente à participação efetiva do ME: a aprovação de uma Resolução que legitima a prática do esporte de alto rendimento, especialmente o futebol para crianças e adolescentes; participação na Assembléia Descentralizada em Altamira/PA e Edital CONANDA/ME.

a) Resolução sobre esporte de alto rendimento

No mês de julho/2012, o CONANDA encaminhou a minuta do documento para manifestação ao ME. Nesse sentido, o Ministério informou sobre a importância consultar instituições que legislam sobre o esporte de alto rendimento, como COB e CBF. Desta forma, justificando sua resposta o ME convidou um Consultor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR/ME) para uma reunião com os conselheiros durante Assembléia de setembro/2012. Sendo assim, o Conanda submeteu novamente ao pleno reunido em Assembléia Ordinária as considerações do ME e ficou estabelecido que nova consulta (agregando novas instituições) seria realizada e na Assembléia de Novembro seria votada a Resolução.

Desta forma, o ME recebeu novamente a minuta da Resolução e manifestou-se a favor de ampliar a discussão tendo em vista que a Resolução interferia na prática esportiva de alto rendimento e sugeriu a criação de um GT para formalizar uma Resolução exequível na ponta. Entretanto, durante Assembléia de novembro/2012 os Conselheiros do CONANDA decidiram aprovar a Resolução. Ressalte-se que na reunião a Conselheira do ME se manifestou contrária à aprovação sem que fosse aprofundada a discussão.

Mesmo com a aprovação em Assembléia Ordinária, destaca-se que durante reunião da Mesa Diretora do CONANDA (dezembro/2012), foi recebida cópia do Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Direitos Humanos manifestando-se contrária à aprovação da Resolução e solicitando a revisão do documento, tendo em vista que o CONANDA deve ater-se a normatizar matéria que lhe foi atribuída. De acordo com a presidenta do Conselho, essa Resolução seria levada para a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos para que fosse publicada da maneira como foi aprovada durante a Assembléia.

b) Pacto de Altamira

Em referência à participação do ME no CONANDA, no mês de outubro/2012 a Conselheira suplente participou de uma Assembléia Descentralizada em Altamira/PA. Esta Assembléia foi realizada na cidade devido aos transtornos ocorridos após o início da construção da usina de Belo Monte na região do Xingu, tais como: acidentes de trânsito, abuso sexual, aumento do custo de vida, entre outros. O CONANDA foi chamado por conta de que muitos afetados são crianças e adolescentes. Como representante do ME, a Conselheira fez orientações acerca dos Programas do ME que poderiam ser levados à região e possibilitar o acesso de crianças e adolescentes em atividades de inserção social e resgate da cidadania.

Ao final dos dois dias de discussão foi construído o Pacto de Altamira, no qual todos os representantes da região (Prefeitos, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito, Polícia, Defensoria Pública, Ministério Público, e etc.) assinaram e comprometeram-se em verificar e fiscalizar a execução obra e das violações de direitos.

c) Edital CONANDA/ME

A Ação 208U (Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência) do PPA 2012 - 2015 prevê a formalização e manutenção de projetos de esportes para crianças e adolescentes com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA e executada em parceria com o CONANDA. Nesse sentido, no mês de maio/2012 o CONANDA solicitou ao ME a apresentação de um projeto para a execução desse recurso.

Durante reunião os Conselheiros manifestaram o interesse em um projeto de pesquisa para levantamento do impacto do esporte para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, ao iniciar a construção da proposta de pesquisa, verificou-se que a Ação tem a finalidade de atendimento à crianças e adolescentes, ou seja, a prática esportiva. Por esse motivo, o projeto foi reescrito, buscando aliar a prática esportiva a projetos de pesquisa e apresentado em forma de Edital, aos Conselheiros em novembro/2012 (Anexo 27 – Minuta de Edital de Chamada Pública).

Desta forma, no ano de 2013 será dada continuidade ao processo de discussão sobre o convênio entre ME e CONANDA para o atendimento esportivo de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, sendo primeiramente discutido na Comissão de Orçamento e Finanças e posteriormente apresentada para validação da Assembléia.

1.1.2. Comissão Intersetorial do SINASE

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) instituído pela Lei nº 12.594, de 18/01/12. O SINASE prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos envolvendo adolescentes, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas.

Esta Comissão visa colaborar na construção dos Planos Decenal, Parâmetros de Segurança, de Atendimento, entre outros. É formada por diversos órgãos da administração pública que tem em suas ações os adolescentes e em especial ao adolescente em medida socioeducativa. A CGIPI é responsável pela representação do ME na Comissão, tanto sua titularidade quanto a suplência. Nesse processo, tem contribuído na discussão dos documentos elaborados.

Ademais, vislumbra-se a possibilidade de inserir o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC nas unidades de atendimento. Dessa maneira será possível democratizar o acesso ao esporte a adolescentes em medidas socioeducativas.

1.1.3. Projeto Rondon

O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. Para participar do Projeto a Universidade deve se inscrever pelo site e apresentar um projeto de intervenção junto à população.

O ME participa desse projeto e auxiliou na análise das propostas recebidas. Foram enviadas propostas provenientes de três operações: Canudos, com 113 propostas enviadas; 2 de Julho, com 91; e São Francisco, com 122. Ao todo foram recebidas 326 propostas, sendo que destas 65 foram analisadas pelo ME. Em janeiro de 2013 serão realizadas operações que atenderão a 20 municípios nos centros regionais de Petrolina, Salvador e Aracaju e contarão com a participação de 400 rondonistas.

1.1.4. Grupo de Trabalho – Plano Juventude Viva

Plano coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, que promove uma articulação interministerial para integrar os programas de enfrentamento à violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil. São parceiros desse plano os Ministérios da Justiça, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Trabalho e Emprego.

As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros mais afetados pela violência. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

Esta primeira fase, realizada em parceria com o Governo de Alagoas, é direcionada as cidades de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro, atuando de forma complementar ao Plano Brasil Mais Seguro, em implementação pelo Ministério da Justiça.

O Lançamento do Plano em Alagoas foi realizado no dia 27 de setembro e o Lançamento Nacional do Plano previsto para dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, com foco territorial em 132 municípios brasileiros que apresentam os maiores números absolutos de homicídios contra jovens negros.

O Ministério do Esporte participa do Grupo de Trabalho do Plano, no qual apresentou como proposta à implantação dos Programas do ME nas cidades da Agenda:

- ✓ **PELC:** Implantar ao menos 4 núcleos do PELC, voltados especialmente à juventude nos quatro territórios selecionados, enquanto ação assertiva, podendo ser formalizados ainda em 2012;

- ✓ **PST Navegar:** Implantar núcleos do PST Navegar nos Municípios de Maceió e Marechal Deodoro, enquanto ação assertiva, voltados especialmente à juventude das localidades priorizadas pelo Plano;
- ✓ **PST Padrão:** Implantar núcleo do PST nos municípios de Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares, visto que já está formalizado convênio com Estado de Alagoas para o atendimento de 5.000 beneficiados, distribuídos em 50 núcleos;
- ✓ **PST na Escola:** Contemplar com o Programa Segundo Tempo na Escola todas as escolas municipais, estaduais de Alagoas ainda não atendidas nos territórios da "Agenda" (Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro);
- ✓ **Pintando a Cidadania - Torcidas Organizadas:** Desenvolver o Projeto Piloto do programa no município de Arapiraca, em parceria com a Universidade, direcionado ao atendimento dos jovens vinculados a Torcida Organizada local e comunidade;
- ✓ **Praças da Juventude:** Agilizar as ações para início das 2 praças já destinadas ao Estado (Maceió e Marechal Deodoro), bem como a possibilidade de destinação de mais 2 praças nos municípios de União dos Palmares e Arapiraca.

No entanto, o Governo do Estado e os municípios citados, apresentaram dificuldade para formalizar os convênios destinados em 2012, sendo que deverão ser retomadas as propostas para formalização no início de 2013.

1.1.5. Grupo de Trabalho Interministerial – Juventude Rural

O cenário da juventude rural brasileira é caracterizado pela pobreza, baixa qualidade de vida e trabalho, e exploração infantil. De acordo com o Plano Brasil sem Miséria, o Brasil possui cerca de 8,1 milhões de jovens no meio rural, sendo que destes 2,3 milhões se encontram na linha da extrema pobreza. Problemas como desemprego devido aos empregos sazonais, exploração infantil e êxodo rural principalmente por parte dos jovens, despertou os riscos em relação ao desenvolvimento rural sustentável e a desocupação do campo.

Com este contexto, a Secretaria Geral da Presidência, por meio da Secretaria Nacional da Juventude criou o Grupo de Trabalho Interministerial - Juventude Rural que conta com a participação do Ministério do Esporte, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego.

O GTI tem por objetivo promover ações que buscam o fortalecimento da autonomia e a emancipação da juventude da agricultura familiar e camponesa e dos povos e comunidades tradicionais com qualidade de vida, fortalecendo as condições de sua permanência e da sucessão rural com base nos preceitos agro ecológicos e sustentáveis.

O plano de ação desenvolvido pelo Ministério do Esporte busca a interiorização e a universalização do esporte e lazer por meio da construção e manutenção de equipamentos públicos e do incentivo à prática esportiva e ao lazer.

O Ministério do Esporte participou durante o ano das reuniões para a construção da Política de Autonomia e Emancipação da Juventude Rural. O lançamento da Política Nacional está previsto para acontecer no Plano Safra de 2013/2014.

Foi apresentada a segunda versão da apresentação da Política Nacional de Juventude Rural. Em seguida os Ministérios apresentaram as ações a serem colocadas na matriz.

No encerramento das atividades do ano, o GTI apresentou a última versão do plano. Como contribuição do Ministério do Esporte, tem-se as seguintes propostas baseadas nos seus programas:

- ✓ Equipamentos integração e construção – mapeamento de equipamentos rurais e construção de novos equipamentos – Praças da Juventude
- ✓ Apoio à prática – Programa de Esporte e Lazer da Cidade – linha Povos e Comunidades Tradicionais que poderá ser ofertada para jovens rurais
- ✓ Pintando a Cidadania: programa que implanta uma fábrica de materiais esportivos. Os jovens aprendem o ofício recebem remuneração e os materiais são doados para escolas ou comunidades – 2012

Além disso, por solicitação do GTI, foram encaminhadas as ações em planejamento e/ou andamento acerca dos programas implementados, constando o número de atendidos, sua abrangência, entre outros, a fim de aprimorar o diálogo e identificar potencialidades na busca de se construir uma ampla proposta de construção da Política Nacional de Juventude Rural, bem como divulgar para as representações dos movimentos sociais.

Para 2013, o GTI deverá finalizar a construção da Política de Autonomia e Emancipação da Juventude Rural, a partir da revisão e conclusão das propostas dos órgãos envolvidos.

1.2. Resultados alcançados

- ✓ Garantia de recursos para formalização de convênios com o Governo de Alagoas e municípios do estado, para implantação do Plano Juventude Viva, relativo aos programas do ME;
- ✓ Inserção dos Programas de inclusão social do ME na pauta de discussão das representações.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

No PPA 2012-2015, foram estabelecidos no **Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos**, os seguintes Objetivos, Iniciativas e Ações que se encontram sob a gestão desta UJ:

- **Objetivo 0669:** Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Iniciativa 02HW: Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias e Pintando a Cidadania).

Ações:

- 20JP (Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer);
- 20JQ (Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer);
- 2362 (Produção de Material Esportivo por Detentos – Pintando a Liberdade).

Iniciativa 02HZ: Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer.

Ação:

- 20JS (Fomento à pesquisa, memória, difusão e formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer).

Iniciativa 02IO: Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos.

Ação:

- 20JR (Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos).

Ademais, no **Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**, foi atribuído a esta UJ o seguinte Objetivo, Iniciativa e Ação:

- **Objetivo 0948:** Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Iniciativa 0428: Promover o acesso as políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos.

Ação 2494:

- Realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Acerca da execução do Plano de Metas estabelecido, conforme já citado na introdução do presente Relatório de Gestão, especificamente sobre as “Principais realizações da gestão no exercício”, cumpre apresentar as seguintes informações e resultados:

META 01: “Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento

integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1.000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.”

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS concentrou seus esforços no processo de reestruturação interna, visando a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como o fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo/PST (padrão) e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação/MEC.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Cabe destacar que não houve a realização de chamamento público para realização de novas parcerias, em decorrência principalmente do contingenciamento orçamentário sofrido no exercício, que se aproximou de 77% do valor autorizado na Lei Orçamentária Anual.

Assim, no que diz respeito à execução orçamentária do exercício, foram tramitadas parcerias com 22 Prefeituras, 2 Secretarias Estaduais e 2 Universidades, sendo 1 Estadual e 1 Federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos.

Entretanto, no que diz respeito à gestão da execução física em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas ao macrocampo "Esporte e Lazer" junto ao MEC, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

Apesar do alcance de um número expressivo de beneficiados do Segundo Tempo no Mais Educação, foram apresentados alguns problemas na gestão intersetorial do Programa, uma vez que a previsão de encerramento da adesão das escolas ao Mais Educação, previsto pelo MEC, era fevereiro de 2012, e a mesma ocorreu durante todo o exercício, impactando o cumprimento das responsabilidades da SNELIS quanto à armazenagem e distribuição dos materiais esportivos e ao cronograma de capacitação dos profissionais envolvidos.

META 2: “Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.”

O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos grandes eventos. É inquestionável que os programas já desenvolvidos no âmbito da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, já são efetivos legados sociais. Entretanto, considerando toda a concretude dos grandes eventos, o desafio é incorporar, de forma mais incisiva, o aparato constituído neste período no país, de forma a potencializar, em via de mão dupla, o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Para tanto, neste ano, foi previsto no âmbito da ação, no que diz respeito ao orçamento, um valor muito aquém do que a meta veio a estabelecer – **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), oportunizando somente a constituição de uma única parceria, com a Universidade Federal de Santa Catarina, visando à realização de um evento para a discussão e a construção do contexto supramencionado, objetivando a reflexão sobre os "Legados do Esporte Brasileiro", que legitimará estudos e

intervenções que já vêm sendo realizados. O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários Estados brasileiros, para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

Ademais, relevante acrescentar que, fora os programas citados anteriormente como efetivos legados sociais, com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o ME apoiou um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados 04 Eventos Nacionais e 05 Internacionais em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE).

Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 Eventos Internacionais, atendendo aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos aconteceu a Assembléia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

META 3: “Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.”

Até 2011, o Vida Saudável foi considerado um tipo de núcleo do PELC. Já em 2012 passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população, e vive o processo de implementação de novos núcleos do programa Vida Saudável no país.

META 4: “Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.”

O Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais (direcionados aos grupos culturalmente diferenciados).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do

programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população, e vive o processo de implementação de novos núcleos do programa PELC no país.

META 5: “Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.”

Conforme será detalhado no item 2.4, a temática sobre “equidade de gênero e raça” foi oportunamente inserida em Diretrizes, Objetivos e Fundamentos dos programas sob a gestão desta UJ, a seguir relacionados:

- Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo;
- Diretrizes do PST Padrão de 2012;
- Capacitação pedagógica dos profissionais vinculados ao PST;
- Diretrizes do PST no Mais Educação – desenvolvido em parceria com o MEC;
- Diretrizes do PELC.

Além disso, será contemplada na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável previsto para 2013, encontrando-se em fase de pesquisa e elaboração capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros, que já são trabalhados também nos processos formativos direcionados aos profissionais envolvidos nas ações.

2.4 Indicadores

Nos últimos anos, houve um esforço da gestão em desenvolver indicadores específicos para o Segundo Tempo, conforme já tratado nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores. Entretanto, a partir da criação da SNEELIS e a incorporação de novos programas e ações, tornou-se necessário estabelecer indicadores para todos os programas, o que se daria no escopo da proposta de planejamento estratégico, ainda não realizado como justificado no item 2.1 do presente Relatório.

Não obstante, estão sendo utilizados os indicadores estabelecidos para o acompanhamento das 05 metas previstas no PPA 2012-2015, com seus respectivos métodos de aferição, os quais foram utilizados para fins de apuração do alcance dos resultados pretendidos, conforme a seguir apresentado:

META 01: “Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.”

INDICADOR: Beneficiado atendido por região.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento realizado por meio do cadastramento dos beneficiados em quantitativos do Sistema do Segundo Tempo e Sistema do MEC, o SIMEC, por região.

RESULTADOS: Embora obtendo resultados qualitativos, cabe destacar que, conforme programação da meta 2012-2015 (Anexo 28 – Previsão Evolução PPA), foi atingido 49,7% do crescimento previsto para 2012, que era de 2.202.358 beneficiados, resultando numa diferença de 1.108.564 beneficiados. Assim, não houve o avanço desejado no sentido do cumprimento da meta estabelecida, que só poderá ser contornada e reequilibrada com a liberação integral dos recursos orçamentários e financeiros previstos na PLOA e o crescimento gradual dos mesmos nos exercícios seguintes. Em caso contrário, vislumbra-se a necessidade de revisão da meta e realização de novo diagnóstico institucional para os próximos exercícios.

Entretanto, no que diz respeito à gestão da execução física em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas ao macrocampo "Esporte e Lazer" junto ao MEC, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

META 2: “Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.”

INDICADOR: Projeto de legado implantado.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento das implantações de projetos de legado: relatórios gerenciais do Ministério do Esporte com a implantação de projetos de legado sociais dos grandes eventos nas cidades indicadas.

RESULTADOS: Conforme já citado no item 2.3 do presente Relatório, em 2012 foi previsto no âmbito desta ação, no que diz respeito ao orçamento, um valor muito aquém do que a meta veio a estabelecer – **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), oportunizando somente a constituição de uma única parceria, com a Universidade Federal de Santa Catarina.

META 3: “Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.”

INDICADOR: Projeto de esporte e atividade física implantado.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento das implantações de projetos de esporte e atividade física: relatórios gerenciais do Ministério do Esporte com a implantação de esporte e atividade física nas capitais e nos municípios indicados.

RESULTADOS: No Vida Saudável, no que diz respeito à execução orçamentária do exercício, foram tramitadas 31 parcerias com 28 Prefeituras e 3 Entidades Federais, assim distribuídas:

- municípios com mais de 100 mil habitantes, com a estimativa de atendimento a 4.400 beneficiados em atividades diretas e indiretas;
- entidades federais, com a estimativa de atendimento a 22.000 beneficiados em atividades diretas e indiretas;
- 26 municípios com menos de 100 mil habitantes, com a estimativa de atendimento a 56.100 beneficiados em atividades diretas e indiretas.

Ademais, foi informado no SIOP, no que diz respeito à gestão da execução física em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, que no Vida Saudável foi apurado em 2012 o atendimento a **34.000** beneficiados, por meio de 13 convênios, sendo todos em municípios, apresentando 17 núcleos e atendendo a 8.000 beneficiados da região Nordeste, 12.000 beneficiados da região Sudeste; 6.000 beneficiados da região Centro-Oeste; 4.000 beneficiados da região Norte e 4.000 beneficiados da região Sul.

Contudo, cabe retificar a informação supracitada, considerando que o corretamente apurado em 2012 da execução física corresponde ao atendimento de **85.200** beneficiados, por meio de parceria com Prefeituras Municipais, Estado, Organização Não Governamental e Entidades Federais, distribuídos em 39 núcleos, abrangendo o Distrito Federal e 11 Estados, com a seguinte distribuição regional: 21.000 beneficiados da região Nordeste, 32.000 beneficiados da região Sudeste; 16.000 beneficiados da região Centro-Oeste; 16.200 beneficiados da região Sul (conforme já citado na Introdução).

META 4: “Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC – Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.”

INDICADOR: Municípios atendidos com núcleos de esporte e lazer por região

MÉTODO DE APURAÇÃO: Resultado do levantamento dos sistemas gerenciais do Ministério quanto aos núcleos implantados e municípios atendidos, por região.

RESULTADOS: No Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais no que diz respeito à execução orçamentária do exercício, foram tramitadas 34 parcerias com 31 Prefeituras e 3 Entidades Federais, assim distribuídas:

- 4 municípios com mais de 100 mil habitantes, com a estimativa de atendimento a 35.200 beneficiados em atividades diretas e indiretas;
- 3 entidades federais, com a estimativa de atendimento a 35.200 beneficiados em atividades diretas e indiretas;
- 28 municípios com menos de 100 mil habitantes, com a estimativa de atendimento a 138.600 beneficiados em atividades diretas e indiretas.

No que diz respeito à gestão da execução física em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi informado no SIOP que apurado em 2012 o atendimento de **660.000** beneficiados, por meio de 62 convênios, sendo 1 com Estado, 09 em Capitais e 52 em Municípios, apresentando 165 núcleos, sendo 162 núcleos Urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados da região Nordeste, 304.000 beneficiados da região Sudeste; 20.000 beneficiados da região Centro-Oeste; 92.000 beneficiados da região Norte e 116.000 beneficiados da região Sul; e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados da região Centro-Oeste e 4.000 beneficiados da região Norte).

De igual forma, cabe retificar a informação supracitada, considerando que o corretamente apurado em 2012 da execução física corresponde ao atendimento de **1.343.900** beneficiados, desenvolvido em parceria com Prefeituras Municipais, Estado, Organização Não Governamental e Entidades Federais, distribuídos em 378 núcleos, abrangendo o Distrito Federal e 20 Estados, 324.000 beneficiados da região Nordeste, 571.800 beneficiados da região Sudeste; 128.200 beneficiados da região Centro-Oeste; 106.500 beneficiados da região Norte e 213.400 beneficiados da região Sul (conforme já citado na Introdução).

META 5: “Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.”

INDICADOR: Programa com Diretrizes contemplando a equidade de gênero e raça.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Verificar no texto das Diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física, a inserção da equidade de gênero.

RESULTADOS: Os Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, orientando quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco inclusivo nas questões de gênero e raça/etnia.

Especificamente nas Diretrizes do PST Padrão de 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “O que se espera com o desenvolvimento dos Projetos” a democratização do acesso ao Esporte Educacional, sem qualquer distinção ou discriminação. Portanto, incluindo-se raça e gênero em sentido macro.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida por este ME, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos Planejamentos Pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas Diretrizes do PST no Mais Educação – desenvolvido em parceria com o MEC, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

De igual forma, também consta nas Diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável está em fase de pesquisa e elaboração capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros, que já são trabalhados também nos processos formativos direcionados aos profissionais envolvidos nas ações.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

(Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem Avaliados	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
✓ A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
✓ Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
✓ A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
✓ Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
✓ Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
✓ Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
✓ As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
✓ Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
✓ Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
✓ Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
✓ Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
✓ É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
✓ É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
✓ A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
✓ Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
✓ Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
✓ Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		

✓ Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
✓ Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
✓ As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
✓ As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
✓ As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
✓ A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
✓ As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
✓ A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
✓ A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
✓ A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
✓ O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
✓ O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
✓ O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica: Quando da unificação das extintas Secretarias SNEED e SNDEL, não foi padronizado o sistema de monitoramento dos Programas, estando apenas o PST com clara definição de instrumento, metodologia e diretriz, e cobertura de 100% dos convênios.</p> <p>Quanto aos Programas PELC e Vida Saudável, a parceria formalizada com a UFMG contemplou ações de capacitação, com registros importantes da execução das atividades, mas os demais Programas ficaram sujeitos às visitas/vistorias eventuais apenas.</p> <p>A ausência de um Planejamento Estratégico impactou diretamente nos sistemas de controle, bem como na avaliação de risco uma vez que não existem formalizados objetivos, metas e mapeamento de processos.</p>					

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2035			
Título	Esporte e Grandes Eventos Esportivos			
Órgão Responsável	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS/ME			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	252.635.488	252.635.488	0,00	
b) Outras Fontes	-	-		
c) Subtotais (a + b)	252.635.488	-		
d) Valor Global Previsto no PPA	252.635.488			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
57.219.426	26.362.475	2.196.945	30.856.951	24.165.530
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0669	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social*		
Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2065			
Título	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas			
Órgão Responsável	Ministério da Justiça e SNELIS/ME			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000	100.000	0,00	
b) Outras Fontes	-	-		

c) Subtotais (a + b)		100.000		
d) Valor Global Previsto no PPA		100.000		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
99.000	0,00	0,00	99.000	0,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0948	Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.	Ministério da Justiça/ SNELIS*		
*Os valores apresentados no quadro A.4.1 correspondem às ações orçamentárias 20JP, 20JQ, 20JR, 20JS, 2362 e 2494.				

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

O grande desafio do governo brasileiro na área do Esporte, assumido pela SNELIS, é democratizar o acesso à população brasileira, para que seja de fato um direito a todo cidadão de todas as idades, independentemente de sua posição socioeconômica, entendendo como prioridade absoluta a criança em idade escolar, de forma que a conscientização sobre a importância da prática esportiva e do lazer seja trabalhada desde a infância, e se prolongue por toda a vida, garantindo possibilidades de acesso aos jovens, adultos e idosos, tendo como expectativa a formação de indivíduos saudáveis.

Nessa perspectiva, no Plano Plurianual 2012-2015, coube à SNELIS contribuir para a consecução do **Objetivo 0669** de “ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida”.

Esse é um dos objetivos propostos em atendimento ao **Programa 2035, “Esporte e Grandes Eventos Esportivos”** que na SNELIS se organiza a partir de **04 ações orçamentárias (20JP, 20JQ, 2362 e 20JR)** nas quais foram integrados os programas esportivos que já vinham sendo desenvolvidos desde a criação do Ministério e que careciam de ampliação, com destaque para o Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Segundo Tempo (PST), além de novas propostas com vistas a democratizar o acesso ao esporte e ao lazer. Concentra-se nesse objetivo todo o esforço da Secretaria no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer, com foco específico no esporte educacional e no esporte de participação.

Considerando esse objetivo, a estratégia da SNELIS deve ser constantemente aprimorada, de forma a dar passos concretos na ampliação do acesso ao esporte e ao lazer à população brasileira, priorizando o atendimento à população de maior vulnerabilidade social. Desde 2012 os desafios tornaram-se ainda maiores em função da priorização das políticas de esporte de alto rendimento, frente aos compromissos assumidos para a realização dos grandes eventos esportivos.

Essa decisão, potencializada pelo contingenciamento sofrido pelo Ministério do Esporte em 2012, resultou em uma execução orçamentária muito aquém do esperado.

Analisando a execução orçamentária de 2012, têm-se a dimensão do impacto sofrido por seus programas prioritários. No entanto, a Secretaria foi capaz de manter e ampliar as parcerias intersetoriais com órgãos federais e manteve vigentes parcerias com municípios, estados e universidades federais já celebradas em anos anteriores, o que garantiu a continuidade da política.

A análise do **Programa 2035**, no que tange ao **Objetivo 0669**, ganha clareza à medida que se verifica a execução orçamentária de cada uma das ações dessa UJ, e os resultados frente às iniciativas e metas relacionadas, apresentadas na sequência, especialmente da Ação 20JP, onde são desenvolvidos os principais programas de democratização de acesso ao esporte. Como se verifica ao longo desse relatório, não foi possível ampliar o atendimento à população. No caso do PST, em relação à celebração de parcerias, em números absolutos, houve sim uma redução do número de beneficiados atendidos em relação a anos anteriores, em função do corte orçamentário.

No entanto, em outros programas, como o PELC que se efetiva nessa mesma ação, foi possível ampliar o atendimento com a seleção de novos parceiros no Edital realizado. Já outras ações, como a 20JQ, permitiram ampliar significativamente o acesso a jogos e competições escolares e universitárias, inclusive da população indígena. Ainda assim, muito distante de alcançar as metas inicialmente estabelecidas para o programa como um todo.

Não obstante, não há como negar que a SNELIS seguiu no esforço de qualificar o acesso ao esporte e ao lazer, investindo tanto na capacitação da equipe interna em busca de melhorias no processo de acompanhamento e controle dos convênios, desde a seleção dos parceiros até a análise da prestação de contas; quanto na formação dos recursos humanos que atuam nos convênios em rede nacional, o que deve se traduzir em mais qualidade no atendimento ao beneficiado.

Embora contabilize avanços em 2012, especialmente na inserção da política esportiva na Educação Básica, o governo tem enormes desafios na democratização do acesso ao esporte, tais como: assegurar o direito às práticas esportivas e de lazer a toda a população brasileira, propondo ações diferenciadas a públicos específicos (universitários, idosos, deficientes, pessoas com necessidades especiais, comunidades tradicionais, entre outros); ampliar e qualificar a atuação dos programas de inclusão social pelo esporte em todo o território nacional; expandir e modernizar os espaços públicos esportivos; estruturar o sistema de competições estudantis, ampliando e qualificando a participação de estudantes de todas as idades; promover competições e eventos esportivos acessíveis à população e que motivem a prática esportiva regular; e por fim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, promovendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento social das áreas atendidas pelos seus programas.

Quando se considera a imensidão da população brasileira (desde as crianças até o idoso) de baixa renda sem acesso ao esporte; a dificuldade de acesso e a precariedade da infraestrutura esportiva disponível; a inexistência de uma política de recursos humanos para atuar em projetos esportivos sociais; a carência dos investimentos em ciência e tecnologia na área; e ainda os limites orçamentários; é imperativo estabelecer recortes no plano de desenvolvimento da Política Esportiva e mais do que isso viabilizar a articulação intersetorial entre as políticas de governo, a exemplo do caminho trilhado pela integração dos Programas Segundo Tempo e Mais Educação.

De forma secundária, mas não menos importante, a SNELIS também contribui para a consecução do **Objetivo 0948** de “promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento

sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições” proposto para o **Programa 2065** “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”, vinculado ao Ministério da Justiça.

Cabe à SNELIS em relação a esse programa apenas a gestão de **01 ação orçamentária – 2494**, que visa à “Realização dos Jogos dos Povos Indígenas”. Considerando o pequeno valor destinado para essa ação, não foi possível sequer pensar no atendimento das metas inicialmente previstas, que considerava a realização de um grande número de eventos. Inclusive a própria organização dos Jogos Indígenas Nacionais, não pôde ser desenvolvida nessa ação tendo em vista o planejamento muito superior à previsão disponibilizada.

Nesse sentido, buscou-se manter a proposição de ampliação das perspectivas da política indígena, de forma a compartilhar responsabilidades com o Ministério da Justiça no alcance do objetivo 2065, buscando, na verdade, muito mais do que apenas realizar um evento pontual, mas de fato promover uma reflexão sobre a política nacional de esporte indígena e aí sim trabalhar na proteção e na promoção dos direitos dos povos indígenas.

Quanto à restos a pagar, as informações relativas encontram-se nos itens e quadros específicos deste Relatório.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0669					
Descrição	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.					
Programa	2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
Órgão Responsável	Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.635.488	252.635.488	57.219.426	26.362.475	2.196.945	30.856.951	24.165.530
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.	Beneficiados	2.202.358	1.093.794	-	-

02	Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	Projetos de Legado	228	1	-	-
03	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	Municípios	138	31	-	-
04	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.	Municípios	138	34	-	-
05	Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.	Diretriz Revisada	6	6	-	-

Obs.: a meta financeira não está relacionada por objetivo, por isso no quadro acima apontamos apenas a meta física.

Identificação do Objetivo							
Código		0948					
Descrição		Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Programa		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Órgão Responsável		Ministério da Justiça e SNELIS/ME					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
100.000	100.000	99.000	0,00	0,00	99.000	0,00	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para	Eventos	150	0	0	0	

	promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.					
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI e SIOP

Análise Crítica

Com relação à Meta *“Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação”*, no item 2.3 do presente foi indicado o alcance de **49,7% do crescimento previsto para 2012.**

Tal percentual já foi devidamente justificado, considerando que não houve o avanço desejado no sentido do cumprimento da meta estabelecida, que só poderá ser contornada e reequilibrada com a liberação integral dos recursos orçamentários e financeiros previstos na PLOA e o crescimento gradual dos mesmos nos exercícios seguintes. Em caso contrário, vislumbra-se a necessidade de revisão da meta e realização de novo diagnóstico institucional para os próximos exercícios.

Já com relação à Meta *“Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação”*, de igual forma, já foi citado 2.3 do presente que em 2012 no âmbito desta ação, no que diz respeito ao orçamento, foi previsto um valor muito aquém do que a meta veio a estabelecer (R\$ 100 mil), oportunizando somente a constituição de uma única parceria, com a Universidade Federal de Santa Catarina.

No tocante à Meta *“Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios”*, já foram apresentados no item 2.3 os resultados positivos alcançados no Vida Saudável, apesar dos impactos decorrentes do corte orçamentário.

Sobre a meta *“Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.”*, também já foram apresentados no item 2.3 os resultados positivos alcançados no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, apesar dos impactos decorrentes do corte orçamentário.

Por fim, acerca da meta *“Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça”* foram apresentados no item 2.3 os resultados positivos alcançados, relacionando todos os textos que abordam a temática da Meta.

De outra parte, com relação ao Programa 2065 (Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas) e Objetivo 0948, que tem a meta de *“Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e*

qualificação das políticas públicas”, não foi possível o cumprimento, em face da limitação orçamentária.

Com efeito, esta UJ tem a responsabilidade sobre a Ação 2494 vinculada ao referido Programa e Objetivo, porém em 2012 teve um orçamento de apenas R\$ 100.000,00, o que já seria insuficiente para a realização do quantitativo de eventos previstos, conforme já tratado na análise crítica do item 4.1.1. do presente Relatório.

Contudo, pretende-se, para o exercício de 2013, a ampliação dos recursos desta ação, de forma a atender todas as propostas planejadas e possibilitar a efetiva implementação de uma política pública voltada ao povo indígena.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação das Iniciativas						
Código	02HW					
Descrição	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)					
Código	02HZ					
Descrição	Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnóstico de políticas de esporte e lazer					
Código	02IO					
Descrição	Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos					
Objetivo	0669 – Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira das Iniciativas (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.635.488	252.635.488	57.219.426	26.362.475	2.196.945	30.856.951	24.165.530
Metas do Exercício para as Iniciativas						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo),	Beneficiado	2.202.358	1.093.794	-	-

	beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.					
02	Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	Unidade	228	1	-	-
03	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	Municípios	138	31	-	-
04	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.	Municípios	138	34	-	-
05	Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.	Diretriz Revisada	6	6	-	-

Identificação da Iniciativa

Código	0428
Descrição	Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça e SNELIS/ME (SIOP)

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	100.000	99.000	0,00	0,00	99.000	0,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.	Eventos	150	-	-	-
Obs. 1: Incluso somente a meta que envolve a ação orçamentária 2494, desenvolvida pelo Ministério do Esporte/SNELIS. Obs. 2: A meta financeira não está relacionada por iniciativa, por isso nesse quadro apontamos apenas a meta física.						

Fonte: SIAFI e SIOP

Análise Crítica

Considerando que as iniciativas são os atributos que declaram as entregas de bens e serviços à comunidade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento, é irrefutável afirmar que a iniciativa 02HW – Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer foi a que mais contribuiu com a capitalização social das Políticas desenvolvidas no âmbito da SNELIS.

O Programa Segundo Tempo, principalmente pela dimensão do Mais Educação, foi o que garantiu, com maior plenitude, o escopo da iniciativa, mesmo observando que, de fato, no exercício, conforme já comprovaram os dados e as estatísticas já apresentadas neste, foi alcançado aproximadamente 50% da meta de crescimento prevista no PPA, em projeção a todo o ciclo de gestão 2012-2015.

Entretanto, cabe destacar que a iniciativa foi amplamente intersetorializada e transversalizada, contando com parceiros estruturantes, como o Ministério da Educação, órgão central na estruturação do Mais Educação, e o Ministério da Defesa, órgão central na estruturação do Forças no Esporte, bem como as instituições federais de ensino superior, com destaque ao trabalho amplamente colaborativo junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no auxílio à elaboração das diretrizes e ferramentas pedagógicas do Programa, bem como no auxílio ao processo de avaliação e monitoramento, também pedagógico, das ações desenvolvidas no Segundo Tempo.

Na mesma linha, a diversificação dos núcleos de esporte e lazer e do vida saudável, mediante a prospecção de beneficiários pelas atividades sistemáticas e assistemáticas, também contribuíram para o acesso da população ao esporte e ao lazer, em que se destaca o avanço na qualificação e no refinamento deste acesso, em decorrência da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que também auxiliará na elaboração das diretrizes pedagógicas e na constituição do aparato instrumental e tecnológico necessário para o ganho em escala das políticas de esporte e lazer.

Mesmo assim, apesar do resultado contido no exercício, o desenvolvimento da parceria possibilitará condições estratégicas para um avanço mais significativo no alcance da iniciativa.

Da mesma forma, também no processo de ampliação do acesso a escolares, de forma programada e eventual, há que se considerar o avanço nas parcerias constituídas no âmbito dos eventos escolares

educacionais e universitários, considerando que, neste exercício, o foco de gestão foi no sentido de constituir um calendário de competições internacionais, contemplado e garantido em um mínimo de instrumentos, a fim de possibilitar uma melhor gestão por parte das entidades nacionais de administração do desporto educacional e universitário e uma maior credibilidade aos planejamentos executivos dos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil. Não se viu em tal ação somente a ampliação, mas também a garantia do acesso ao esporte e a prática do esporte, em sua acepção mais universal e participativa.

Cabe lembrar que as alterações de gestão, as novas configurações institucionais e procedimentais, os contingenciamentos orçamentários, a inadimplência dos possíveis parceiros e o período de defeso eleitoral contribuíram consideravelmente para uma redução desta ampliação, em que pese os esforços efetivos para a qualificação do acesso, que devem ser sobrepostos e considerados como norteadores das ações desenvolvidas pela SNELIS como superação dos eventos que fugiram do alcance da gestão institucional da SNELIS.

De outra parte, inelutável afirmar que as ações desenvolvidas também constituem efetivos legados sociais, entretanto a iniciativa 02IO – Implantação de ações de esporte e lazer como legado social dos grandes eventos teve um avanço modesto, considerando que o objetivo, no exercício, foi traçar um panorama do que estrategicamente representa a vinculação das ações de inclusão pelo esporte com as ações dos grandes eventos, considerando todo o aparato instrumental decorrente destes.

Quanto à iniciativa 02HZ – Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer, foram mantidas as parcerias estabelecidas no âmbito da Rede Cedes e organizado o acervo constituído pela produção das pesquisas e dos estudos. Considerando o baixo valor constante da ação que atende às diretrizes da iniciativa, foi produzida um obra com 800 (oitocentos) exemplares e das parcerias de exercícios anteriores foram publicadas 7 (sete) obras, totalizando 5.600 (cinco mil e seiscentos) exemplares.

Do acervo constituído antes de 2012, foram distribuídos 15.545 (quinze mil e quinhentos e quarenta e cinco) para todas as regiões brasileiras e 147 (cento e quarenta e sete) para outros países.

Os livros foram disponibilizados para gestores, pesquisadores, bibliotecas, instituições de ensino superior públicas e privadas, agentes, estudantes, formadores do Programa de Esporte e Lazer da Cidade - PELC e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer.

No que toca à iniciativa 0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos, um dos grandes destaques foi a representação de um indígena no quadro de gestão da SNELIS, no intuito de enriquecer e potencializar a ação de esporte indígena, tendo por foco inicial o restabelecimento das diretrizes para promover a prática esportiva, a integração, o conagraçamento e o intercâmbio dos estudantes, professores e integrantes das escolas e comunidades indígenas, por meio de mobilização de projeto piloto, visando atender aos povos Macuxi, Taurepang, Wapixana e Ingaricó.

Da mesma forma, por meio da parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, foram realizados os Jogos Kari-Oca 2012, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, envolvendo aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Quanto ao impacto dos restos a pagar referentes às iniciativas, fica, num primeiro momento, a descapitalização da efetivação das parcerias no mesmo exercício e, num segundo momento, a dificuldade na gestão destes recursos, apesar da sua inclusão na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária do outro exercício, ainda persistindo um desequilíbrio na consecução dos planejamentos e um descompasso na cronologia dos projetos, ocasionando uma dificuldade na orquestração das iniciativas, principalmente nas que contribuem para a ampliação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer.

O impacto nos restos a pagar, neste sentido, é muito mais quanto ao seu processamento e liquidação, do que propriamente o volume de receita extra-orçamentária gerada, principalmente porque as iniciativas se materializam por meio de convênios, e ainda prevaleceu no exercício o entendimento de que a transferência voluntária se confunde com as liberações financeiras, o que gerou inclusive um volume considerável de reinscrição de RAP, novamente com destaque à iniciativa 02HW.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20JP				
Descrição		Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		51101 – Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		V a l o r e s P a g o s
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
224.553.038	222.286.372	43.724.161	14.723.271	2.196.945	29.000.890	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.	Beneficiados	2.202.358	1.093.794	-	-
02	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	Municípios	138	31	-	-
03	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.	Municípios	138	34	-	-

É importante registrar que a Ação 20JP tem uma característica peculiar em relação às demais ações orçamentárias geridas pela SNEELIS, visto que congrega seus principais programas de democratização do acesso ao esporte, e ainda os demais projetos de apoio, sendo portanto a ação que concentra maior destinação orçamentária na LOA. Integram a Ação 20JP os seguintes Programas/Projetos:

- Programa Segundo Tempo (PST);
- Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável;
- Projeto Pintando a Cidadania.

Sendo assim, e considerando a relevância dos Programas, bem como suas especificidades no desenvolvimento da Política de Esporte, Lazer e Inclusão Social, optou-se por apresentar os dados por Programa em separado, de forma que se possa ter a compreensão exata de cada um.

No entanto, para que se tenha a visão de conjunto da Ação Orçamentária, os quadros foram consolidados a partir da soma da execução orçamentária e financeira de cada um deles.

Programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável

Cumprimento das metas:

O cumprimento da meta prevista para o ano de 2012 ficou comprometido em todos os programas envolvidos nessa

ação, devido a pontos abordados pelo setor responsável pela formalização das parcerias, tais como:

1. Alterações na Gestão Federal (reestruturação das secretarias): iniciada em 2011, ainda em 2012 passou por processos de revisões, apostilamentos e adequações, impactando diretamente na organização interna da Secretaria, na definição das atribuições dos setores, no processo de segregação de competências, na assimilação por parte dos servidores e colaboradores dos programas das secretarias unificadas, na busca no equilíbrio entre as demandas de cada programa;
2. Dificuldades por parte dos parceiros para o atendimento e cumprimento das exigências legais para tornar possível a formalização das parcerias.

Contudo, as parcerias junto ao Programa Segundo Tempo são plurianuais, tanto do ponto de vista orçamentário como do ponto de vista financeiro. Portanto, no ano de 2012 as dificuldades para a formalização de novas parcerias resultaram no comprometimento para o cumprimento das metas (meta orçamentária X meta física).

Apesar dessas dificuldades, é importante destacar que a implementação e execução das parcerias, no que diz respeito ao atendimento à população pelos Programas, foi amplamente executado, conforme descrito no decorrer do presente relatório, buscando sempre a qualificação desse atendimento e aprimorando as gestões no aspecto da execução física e financeira por parte dos parceiros e o acompanhamento operacional e pedagógico por parte da SNELIS/ Ministério do Esporte.

Eventuais problemas de execução:

1. Dotação insuficiente;
2. Contingenciamento financeiro;
3. Limitação de recursos humanos para o processo de análise e formalização dos pleitos, em todas as fases do processo, quer seja na Secretaria Finalística (SNELIS, setor de formalização – CGFOR), quer seja na Secretaria Executiva (nos setores de Convênio – CGCONV, análise jurídica – CONJUR, setor orçamentário e financeiro – CEORF e COF);
4. Liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, incorrendo em pouco espaço de tempo para o setor de formalização e os parceiros efetivarem todas as demandas necessárias a tempo de concluir a formalização de novas parcerias;
5. Greve das Universidades e Institutos Federais, inviabilizando novas parcerias através dos Termos de Cooperação;
6. Período de Defeso Eleitoral, desmobilizando as prefeituras municipais que são os principais parceiros em volume de propostas aos Programas;
7. E no caso do PELC vale destacar o fato de muitas prefeituras classificadas no edital de 2012 estarem inadimplentes quando da assinatura do convênio.

Superações significativas das metas estabelecidas

Não há o que se dizer de superações significativas das metas estabelecidas, visto o não atendimento da meta, conforme descrito no decorrer desse relatório.

Restos a pagar

O efeito dos restos a pagar no Programa Segundo Tempo, tem sem dúvida se agravado ano a ano, pelos motivos que passamos a relacionar:

1. A criação do repasse de transferências voluntárias em duas parcelas passou em alguns casos a comprometer orçamentariamente dois exercícios em um, provocados pela efetivação de dois empenhos no mesmo ano, para execução física e financeira em dois anos;
2. A criação da chamada Ordem de Início: a execução financeira dos empenhos da 2ª parcela ficou condicionada à emissão da OI e confirmação do efetivo início do atendimento à população, o que levou a permanentes demandas de inscrição do valor remanescente em restos a pagar e em alguns casos a situação se repetiu por mais de 02 anos;
3. O contingenciamento na liberação de limites financeiros para execução do pagamento de 2ª parcela provocou atraso de mais de 06 meses na liberação, em desacordo com o cronograma financeiro pactuado, e tiveram como consequência a reinserção dos valores remanescentes como restos a pagar;
4. A situação de irregularidade das entidades junto ao SIAFI, CAUC, CADIN, estava sendo considerado impedimento para liberação de 2ª parcela, o que ocasionou atrasos na liberação, levando a execução

financeira de um ano para o outro. Para superar tal dificuldade, a área técnica pautou-se nos seguintes preceitos legais e contou com a acolhida da Consultoria Jurídica do Ministério, possibilitando, assim, a regularização dos casos de pendências de pagamento de 2ª parcela até o final do ano de 2012:

O Artigo 40, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências:

“O ato de entrega dos recursos correntes e de capital a outro ente da Federação, a título de transferência voluntária, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, é caracterizado no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e não se confunde com as liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou contrato de repasse”;
§ 1º, da referida norma, *“a demonstração, por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Convênio – CAUC do SIAFI para os requisitos nele previsto.”*

Tais motivações têm repercutido num volume de recursos a serem executados nos anos subsequentes ao ato da formalização, e com isso comprometido os limites financeiros além dos prazos inicialmente previstos, além de acumular demandas nos processos de acompanhamento operacional dos convênios e termos de cooperação, aumentando às dificuldades internas de monitoramento das parcerias, tendo em vista a capacidade de recursos humanos e infraestrutura na SNELIS, o que sem dúvida torna-se um contendor para efetivação de novas parcerias.

Está em curso a análise para liberação de pagamento de 1ª Parcela a convênios em situação de inadimplência, tomando como base os mesmos preceitos legais que liberaram o pagamento de 2ª parcela.

5. No caso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, o exercício de 2012 recebeu R\$ 3.393.095,00 (três milhões, trezentos e noventa e três mil e noventa e cinco reais) de restos a pagar decorrentes de 9 convênios formalizados em 2011, em função de não ter conseguido efetivar a liberação ainda em 2011, por falta de limite financeiro ao final do ano, além do curto espaço de tempo entre o processo de assinatura, publicação e empenho e o prazo de execução financeira no SIAFI.

Sistema de Formação de Agentes Sociais do PELC

Cumprimento de Metas

É através da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais que a SNELIS desenvolve o Sistema de Formação de Agentes Sociais do PELC, considerado o elemento central da proposta, já que o mesmo é uma ferramenta pedagógica fundamental para o desenvolvimento de políticas locais que tratem o esporte e o lazer como direitos sociais. Neste sentido, a gestão qualificou e ampliou em 2012 as ações previstas em um novo termo de cooperação, com uma vigência de 24 meses.

A partir de então, além de manter as ações previstas que garantirão a realização dos Módulos de Formação de Agentes Sociais do PELC (Introdutório, Avaliação I e Avaliação II), este novo planejamento permitiu:

- ampliar o número de formadores;
- selecionar e contratar consultores regionais que acompanharão “in loco” os convênios e termos de cooperação vigentes, visando avaliar resultados e contribuir na qualificação pedagógica das ações;
- promover encontros de formação de formadores e consultores regionais;
- qualificar a Plataforma que promove a interlocução em rede de Gestores da SNELIS, Equipe Gestora da UFMG, Formadores e Consultores Regionais;
- planejar e desenvolver a Formação à Distância de Gestores e Agentes Sociais de Esporte e Lazer;
- produzir uma publicação que abordará as experiências do Sistema de Formação de Agentes Sociais ao longo dos 10 anos do PELC, destacando as suas principais contribuições.

Eventuais problemas de execução

Não houveram.

Superação Significativa de Metas Estabelecidas

Fica explícito que a partir do novo pacto realizado entre o Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Minas Gerais, denotadas através das ações previstas e já em curso, que as metas de 2012 foram alcançadas, demonstrando

assim o esforço da gestão em qualificar ainda mais o Programa Esporte e Lazer da Cidade, reconhecido como um importante instrumento de transformação social a partir da promoção do esporte e do lazer.

Restos a pagar

Não houve restos a pagar em 2012. Os recursos utilizados para promover as ações previstas no Sistema de Formação de Agentes Sociais, foram provenientes da Ação 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Para tanto, foi estabelecida a descentralização da primeira parcela em 2012 no total de R\$ 2.516.138,00 (dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e trinta e oito reais) e está previsto o pagamento da segunda parcela em 2013, no valor de R\$ 2.208.172,86 (dois milhões, duzentos e oito mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

No Programa Segundo Tempo – as atividades de aquisição e distribuição de uniformes e materiais esportivos.

Cumprimento das Metas

A gestão de 2012 buscou realizar as metas, visando atender com maior apreciação e acompanhamento das entregas de suprimentos necessários ao desenvolvimento dos núcleos do Programa Segundo Tempo.

No que tange às entregas dos suprimentos, podemos ressaltar que as metas foram quase todas cumpridas, com exceção dos uniformes do Programa Segundo Tempo, por não ter sido concluído o processo licitatório para compra dos mesmos. O restante dos materiais destinados ao programa foram distribuídos de acordo com cronograma de entrega para as escolas do Programa Mais Educação e para os convênios.

Também foi cumprida a meta da distribuição dos kits de avaliação do PROESP/BR, para as escolas do Programa Mais Educação.

Eventuais problemas de execução

O cancelamento da Licitação para aquisição dos uniformes ocasionou o não cumprimento da meta de aquisição e distribuição dos uniformes aos convênios formalizados em 2011 e 2012, como também às escolas selecionadas para desenvolver o Programa Segundo Tempo em suas localidades.

O cancelamento de empenho da aquisição de 1.820 kits de materiais esportivos que atenderia às escolas do Programa Mais Educação se deu em função do atraso no envio da listagem das escolas pelo MEC.

A não prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 09/2011, pelo período de mais seis meses, com o quantitativo de 3.033 (três mil e trinta e três) kits que ainda restavam, o que poderá trazer atrasos nas entregas previstas para 2013..

A Limitação de pessoal para análise dos documentos, triagem e atendimentos aos pedidos de doação dos materiais produzidos no âmbito do Programa Pintando a Liberdade/Cidadania.

Superação Significativa das Metas Estabelecidas

Não houve superação das metas em função dos problemas apresentados acima.

Restos a pagar

Os recursos utilizados para aquisição de suprimentos e para os serviços de logística de armazenagem e distribuição dos materiais do Programa Segundo Tempo foram provenientes da Ação 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social.

Para atender toda a demanda dos convênios firmados em 2011, no âmbito do Programa Segundo Tempo e ainda da parceria com o Mais Educação/MEC, foram adquiridos 5.147 kits pela Ata de Registro de Preço nº 09/2011, em três empenhos. Dos 5.147 kits de materiais esportivos empenhados, somente foram recebidos e pagos 4.347 kits até o final de dezembro, somando o valor de R\$ 14.745.980,34 (catorze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos), ficou como restos a pagar do Empenho nº 2012NE800941 de 01/10/2012, no valor de R\$ 2.713.776,00 (dois milhões, setecentos e treze mil e setecentos e setenta e seis reais) referentes à 800 kits a serem recebidos.

Para serem utilizados nos serviços de logísticas de armazenagem e distribuição dos materiais do Programa Segundo Tempo, atinente ao Contrato Administrativo nº 33/2010, foi empenhado em 2012 o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões). Durante o exercício, foram atestadas e encaminhadas para pagamento 43 notas fiscais, referentes a transporte e armazenagem de materiais do Programa Segundo Tempo, totalizando o valor de 1.780.848,76 (hum milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), ficando como restos a pagar o

empenho no valor de R\$ 219.154,24 (duzentos e dezenove mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

PST no Mais Educação (Material Esportivo)

Cumprimento das metas

Com referência ao PST na Escola, ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação, que insere o esporte na escola na perspectiva da educação integral, consta como meta, a previsão de ampliação do atendimento em 50% ao ano. Considerando que foram atendidos 1.068.051 alunos em 2011, e que no ano de 2012 o número de alunos beneficiados foi de 1.555.051, ou seja, atingiu-se 97,06% da meta prevista. Esse atendimento se deu em 773 municípios de todos os estados e no Distrito Federal.

Para tanto, foi aplicado o montante de R\$ 9.691.572,54, relativos à aquisição e distribuição de 2.857 kits de material esportivo, que apresentam valor unitário R\$ 3.392,22. Deste total de kits, 2.422 foram distribuídos em 2012 e 435 em janeiro de 2013 com orçamento empenhado em 2012.

UFRGS

O projeto de “Capacitação dos Núcleos do Programa Segundo Tempo no Brasil”, desenvolvido em junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS, devidamente formalizado nos autos do Processo nº 58701.001108/2008-68, cumpre papel essencial no processo de capacitação e acompanhamento das ações do PST, contribuindo no sistema de monitoramento e avaliação. Em março de 2012, buscando dar continuidade às ações do programa, o projeto foi suplementado e prorrogado até 31 de março de 2013, conforme segue:

Valor descentralizado: R\$ 5.000.000,00

Valor empenhado pela Universidade: R\$ 4.126.380,16

Repasse financeiro: R\$ 2.000.000,00

Restos a pagar: R\$ 2.126.380,16

Data da transferência: 25/07/12

Faz-se mister mencionar que a descentralização de crédito orçamentário e o respectivo repasse financeiro de recursos do Orçamento do Ministério do Esporte, para execução das ações previstas para cada exercício a partir de 2008, cumpre o estabelecido pela legislação vigente, preceituado pela Portaria nº 183/2006/ME.

Pintando a Liberdade/Cidadania

Os Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, passaram por um processo de levantamento diagnóstico e reestruturação das diretrizes. Por ter passado por uma mudança da equipe responsável pelo Programa desde sua criação há mais de 10 anos, a coleta e registro das informações foram comprometidas, o que demandou um tempo significativo e ocasionou dificuldades na tomada de decisão.

O levantamento/diagnóstico possibilitou identificar as fábricas sem atividades e com materiais e equipamentos a serem redistribuídos para novos parceiros, assim como a produção em estoque para efetivar distribuições.

O Programa ficou durante o ano de 2012 com os convênios vigentes em funcionamento e não foi celebrado nenhum novo convênio, dessa forma não há o que se dizer quanto ao cumprimento da meta e superações significativas das metas estabelecidas e restos a pagar. Os eventuais problemas de execução, estiveram relacionados à produção e ao controle de distribuição e redistribuição de equipamentos e máquinas de fábricas desativadas.

Identificação da Ação			
Código	20JQ		
Descrição	Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer		
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social		
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos
17.645.600	18.145.600	13.194.331	1.656.712	0,00	1.656.712	11.537.619

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade e de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não existe meta para essa ação no PPA 2012-2015						

20JQ – Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer

Cumprimento das metas

A finalidade da realização e apoio a competições e Eventos de Esporte e Lazer é desenvolver atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar toda a política de esporte estudantil articulando as ações voltadas à iniciação e formação esportiva e competições esportivas, ações essas ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer.

Em observação a essas orientações e em consonância com a Política Nacional do Esporte, foram apoiados vários projetos de realização de competições esportivas nacionais e internacionais, estas tanto no Brasil como no exterior e, ainda, a participação de delegação brasileira em eventos esportivos internacionais, como segue abaixo:

1. Com relação ao esporte estudantil:

- 1.1. Foi apoiada a participação de delegação brasileira escolar em 05 eventos internacionais realizados no exterior e a realização de 01 evento internacional no Brasil (XVIII Jogos Sul-americanos Escolares) e 01 evento nacional (Jogos Escolares Militares); também foi apoiada a realização de 05 eventos nacionais de esporte escolar, beneficiando ao todo, aproximadamente, 3.661 atletas estudantes;
- 1.2. No âmbito do esporte universitário, foi apoiada a participação da delegação brasileira em 11 eventos internacionais e a realização de 03 eventos internacionais no Brasil, beneficiando ao todo 640 atletas e 380 técnicos e dirigentes.

2. Contribuindo para assegurar o direito às práticas esportivas e de lazer a toda a população brasileira, propondo ações diferenciadas a públicos específicos, foi apoiada a realização de:

- 2.1. 01 evento esportivo indígena, beneficiando 360 indígenas de 20 etnias; e
- 2.2. 01 evento de esporte de criação nacional, beneficiando 250 atletas e 80 profissionais de recreação.

Totalizando: foram apoiados 28 projetos esportivos, beneficiando diretamente 5.371 pessoas.

3. Por meio de Emendas Parlamentares foi apoiada a realização de 02 eventos esportivos de âmbito municipal, a saber: Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste e Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste, ambas de Rondônia.

Originalmente foi estabelecida a meta de apoio à realização de 1.633 eventos para a ação orçamentária 20JQ na LOA 2012. Entretanto, esta estimativa não correspondeu à realidade ao valor orçamentário planejado. Num raciocínio linear, para o atendimento pretendido, seria necessário viabilizar projetos de eventos esportivos no valor aproximado de R\$10.805,63 (dez mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos). A execução dos anos anteriores e a própria experiência do órgão em atividades no segmento comprovam que eventos nacionais têm orçamento bem superior ao estimado. E, ainda, eventos internacionais realizados no Brasil ou em que seja apoiada a participação de delegação brasileira são ainda mais onerosos. Portanto, conclui-se que a meta proposta estava em desacordo com a viabilidade e características dos projetos esportivos concernentes à ação orçamentária.

Eventuais problemas de execução

É necessário relatar os problemas que impactaram a execução da ação orçamentária e evidenciar a demanda de recursos para o segmento.

Dos R\$ 18.145.600,00 (dezoito milhões, cento e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) aprovados na LOA na ação 20JQ para o exercício, R\$ 13.194.331,26 (treze milhões, cento e noventa e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos) foram empenhados, R\$ 11.537.619,24 (onze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos) foram executados (despesa liquidada: empenhos e destaques) e R\$ 1.656.712,02 (hum milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e doze reais e dois centavos) estão inscritos em restos a pagar não processados.

Em 2012 foi realizada uma Chamada Pública de nº 003/2012, para atendimento aos projetos de realização de Jogos e Eventos. Dos projetos aprovados para execução, um de grande relevância não foi pago por falta de recursos financeiros, a saber: a participação de delegação de atletas universitários na 27ª Universíade de Verão de 2013, em Kazan, na Rússia, no valor de R\$ 5.280.620,50 (cinco milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta centavos). Não obstante o fato de que o evento será realizado em julho de 2013 e, em tese, ainda haver a possibilidade da edição de novo edital ou a excepcionalização, fica a obrigação de elaboração de nova proposta por parte do proponente, análise e todos os demais trâmites serem repetidos pela equipe técnica do Ministério do Esporte para viabilizar o apoio já anteriormente aprovado. Sendo que a execução do projeto dos Jogos estava prevista para início em 01 de março de 2013, tendo em vista a preparação de equipe, produção de uniformes, inscrições e demais ações do projeto. Levando-se em conta que o ano de 2012 finalizou sem a aprovação do orçamento do ano subsequente, pode-se antecipadamente concluir que a execução do projeto citado tem grande probabilidade de ser prejudicada.

Além do fato acima destacado, vale ainda registrar que ficaram aprovados em Banco de Projetos pela mesma Chamada Pública, mais dois projetos relevantes, que totalizam R\$ 3.519.737,00 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e trinta e sete reais). Evidenciando uma demanda reprimida de investimentos na área.

Complementando a situação aqui em análise, informamos que o apoio à realização do maior evento esportivo escolar da América do Sul, os XVIII Jogos Sul-americanos Escolares, ocorridos em 2012, em Natal/RN e João Pessoa/PB, só foi possível com a cooperação desta Secretaria e da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que disponibilizou R\$ 3.215.559,97 (três milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos) pela ação 20JN, para viabilizar a realização do mesmo.

Tais informações permitem concluir que existe uma demanda por mais investimentos para o setor.

Superações significativas das metas estabelecidas

Foi estabelecida na LOA uma meta para ação de 1.633 eventos para o ano de 2012. Esta meta representa 4,46 eventos por dia. Considerando que o recurso previsto, cada evento teria em média R\$10.805,63 (dez mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) para cobrir seus orçamentos. A prática de execução dos jogos e eventos esportivos e o histórico de execução desta Pasta deixam evidente que há um erro material no estabelecimento da meta. Vale ressaltar, que existe inclusive legislação impeditiva para repasse a órgãos públicos inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Restos a pagar

Foi inscrito em restos a pagar, não processados, o valor de R\$1.656.712,02 (hum milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e doze reais e dois centavos).

Identificação da Ação						
Código		20JR				
Descrição		Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos.				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		51101 – Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.100.000	5.100.000	100.000	0,00	0,00	100.000	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição		Unidade de	Meta Física		Meta Financeira

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	Unidade	228	01	-	-

Análise Crítica

Essa ação sofreu um ajuste substancial em face do corte orçamentário, o que comprometeu as metas inicialmente estabelecidas, tanto que na revisão do PPA para 2013 foram unificadas as ações **20JP, 20JR e 2362**, ficando todas as finalidades agrupadas na 20JP.

Com os saldos de recursos disponibilizados após o corte orçamentário realizado no final do exercício e conforme destinação determinada, o ME firmou a parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, objetivando a reflexão sobre os “Legados do Esporte Brasileiro”, com ênfase nos eixos temáticos Esporte Educacional, Esporte de Lazer e Esporte de Inclusão Social, que legitimará estudos e intervenções que já vêm sendo realizados. O Projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores/pesquisadores de vários Estados Brasileiros, para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros. Contudo, o recurso para efetivação dessa parceria, se deu parte por essa ação e foi complementada na ação 20JS. E estará em execução durante o ano de 2013. Ao final do ano, em consulta ao SIAFI, registrou-se que o valor descentralização (100.000,00) não foi liquidado pela instituição e o recurso foi inscrito como restos a pagar não processado. Quanto ao cumprimento da meta e superações significativas das metas estabelecidas, percebe-se a impossibilidade tendo em vista a não liberação dos recursos previstos. Os eventuais problemas de execução da ação se deu em função da não liberação orçamentária.

Identificação da Ação

Código	20JS
Descrição	Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer.
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
295.000	395.000	200.934	101.585	0,00	99.349	101.585

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Não existe meta para essa ação no PPA 2012/2015

Nesta ação, foram realizados apoio a eventos científicos e pesquisas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, tendo sido empenhado valor inferior ao inicialmente previsto em função de contingenciamento orçamentário.

Na perspectiva do cumprimento da meta, nessa ação não restou prevista meta física. Contudo, vale destacar que houve a formalização de parcerias executando cerca de 70% do valor inicialmente previsto. Apesar do ME ter descentralizado, as instituições parceiras não liquidaram os valores integralmente, sendo os valores remanescentes inscritos como restos a pagar não processado.

Os eventuais problemas de execução da ação ocorreram em função do contingenciamento orçamentário e não liquidação por parte das instituições dos valores descentralizados, o que limitou a efetiva execução.

Identificação da Ação						
Código		2362				
Descrição		Produção de Material Esportivo por Detentos – Pintando a Liberdade				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		51101 – Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valor es Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.041.850	5.041.850	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não existe meta para essa ação no PPA 2012/2015						
Análise crítica						
<p>Essa ação passou por um processo de levantamento/diagnóstico e reestruturação das diretrizes. Por ter passado por uma mudança da equipe responsável pelo Programa desde sua criação a mais de 10 anos, a coleta e registro das informações foram comprometidas, o que demandou um tempo significativo e ocasionou dificuldades na tomada de decisão.</p> <p>O levantamento/diagnóstico possibilitou identificar as fábricas sem atividades e com materiais e equipamentos a serem redistribuídos para novos parceiros, assim como a produção em estoque para efetivar distribuições.</p>						
Os parceiros foram:						
Universidade Federal Minas Gerais - UFMG	de	XIII Seminário: Lazer em Debate			R\$ 34.300,00	
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	de	II Congresso de Formação Profissional em Educação Física			R\$ 50.050,00	
Universidade Federal Pernambuco-UFPE	de	O futebol do Brasil para o mundo: impactos e legados da copa 2014 na prática do esporte e lazer nas escolas da rede pública de Pernambuco			R\$ 11.700,00	
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	de	Repositório Institucional da Rede Cedes – Projeto de Gestão: administração, ampliação, aperfeiçoamento.			R\$ 26.600,00	
Universidade Federal Santa Catarina- UFSC	de	Projeto de extensão que tem como tema “Legados do Esporte Brasileiro” – Complementado valor na 20JR			R\$ 18.883,80	
Universidade Federal do Rio de Janeiro	de	Projeto de estudo que tem como tema “Escolarização e Esporte: atletas e participantes de projetos sócio-esportivos”.			R\$ 59.400,00	

<p>O Programa ficou durante o ano de 2012 com os convênios vigentes em funcionamento e não foi efetivado nenhum novo convênio, dessa forma não há o que se dizer quanto ao cumprimento da meta e superações significativas das metas estabelecidas e restos a pagar. Os eventuais problemas de execução estiveram relacionados à produção e controle de distribuição, e à redistribuição de equipamentos e máquinas de fábricas desativadas.</p>						
Identificação da Ação						
Código		2494				
Descrição		Realização dos Jogos dos Povos Indígenas.				
Unidade Responsável		Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		51101 – Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	100.000	99.000	0,00	0,00	99.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não existe meta para essa ação no PPA 2012/2015						
Análise Crítica						
<p>A proposta cadastrada no Programa nº 5100020120101 teve por objeto a realização de Jogos em Comunidades Indígenas no Município de Pacaraima/RR, empenhado com limite da Ação Orçamentária 2494. Contudo, embora empenhado o valor de R\$ 99.000,00, o projeto não foi formalizado.</p> <p>Dessa forma, não há o que se declarar quanto ao cumprimento da meta e superações significativas das metas estabelecidas, restos a pagar e eventuais problemas de execução.</p> <p>Destaque-se que a SNE LIS criou uma coordenação responsável pela elaboração de uma Política de Esporte e Lazer para comunidade indígena, que traduzirá em 2013 a implementação de ações concretas e permanentes a essa população.</p>						

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.5 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Esporte	51.101	180002

Fonte: SIAFI e SIOP

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.6 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes (R\$1,00)						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	206.074.629	243.209.404	
	PLOA	-	-	-	-	206.074.629	243.209.404	
	LOA	-	-	-	-	243.834.535	314.836.444	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	1.050.000	2.650.000
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-1.600.000	-13.134.880
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	304.351.564	

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.7 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
	Exercícios	Exercícios	Exercícios

		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	1.460.953	1.770.000	-	-	-	-
	PLOA	1.460.953	1.770.000	-	-	-	-
	LOA	8.900.953	62.647.753	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	1.433.334	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-2.550.000	-2.800.000	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		7.784.287	59.847.753	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.8 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	206.074.629	243.209.404	1.460.953	1.770.000	-	-
	PLOA	206.074.629	243.209.404	1.460.953	1.770.000	-	-
	LOA	243.834.535	314.836.444	8.900.953	62.647.753	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		1.050.000	2.650.000	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	1.433.334	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-1.600.000	-13.134.880	-2.550.000	-2.800.000	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		243.284.535	304.351.564	7.784.287	59.847.753	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.4 Análise Crítica

Pode-se observar no quadro um decréscimo desde a previsão até a efetivação na LOA, dos valores destinados à implementação dos Programas sobre responsabilidade da SNELIS. Vale registrar que

nesse período entre 2011 e 2012 o Ministério passava por um processo de reestruturação, sendo unificada a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Educacional e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e com isso estava, portanto, em uma fase de reorganização da infraestrutura, recursos humanos e dos programas, ações e atividades da então nova Secretaria SNELIS. Destaca-se, ainda, alterações no novo PPA 2012-2015, com diferenças nos programas e ações. Todas essas questões influenciaram no planejamento das demandas orçamentárias em ambos os anos. Os pedidos de créditos suplementares também foram inferiores entre um ano e outro pelos mesmos motivos.

Os créditos cancelados resultam de rescisões e encerramentos de convênios sem a execução integral dos recursos empenhados. No final de 2011, tivemos a demanda de avaliação da regularidade da execução de convênios com ONGS, em atendimento ao Decreto 7.592 de 28/10/2011, que resultou no encerramento e/ou rescisão com cancelamento de empenhos de 2ª parcelas para os casos de convênios com o Programa Segundo Tempo.

Fruto do aprimoramento no processo de acompanhamento operacional dos convênios e termos de cooperação, ainda sobre cancelamentos podemos destacar a efetiva redução de metas do número de beneficiados, que resultaram também em diminuição do valor a ser repassado, ocasionando cancelamento de valores remanescentes de empenhos efetivados. E por fim, a existência de cancelamento de créditos nos casos de parcerias com órgãos federais, por falta de efetivação de empenhos dentro do mesmo exercício.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O quadro a seguir trata da execução de parcerias com Órgãos Federais, confirmando os valores efetivamente descentralizados, empenhados e liquidados pelas instituições parceiras. A execução se deu para efetivação de atividades relacionadas aos Programas Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável e Segundo Tempo, tendo sido executado via a ação 20JP o valor total de R\$ 11.024.336 no grupo de despesas correntes e R\$ 77.351 no grupo de capital.

Em parcerias para apoio à realização de eventos esportivos e de lazer, na ação 20JR foi executado R\$ 100.000 em despesas correntes e nenhum recurso em despesas de capital. Já na ação 20JQ, foi executado R\$ 2.458.115 em despesas correntes e nenhum recurso em despesas de capital. E, por fim, em atividades de fomento à pesquisa e realização de eventos científicos sobre o tema Política Pública de Esporte e Lazer, foi executado R\$ 197.334 na ação 20JS em despesas correntes e R\$ 3.600 em despesas de capital:

Quadro A.4.9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG			Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente		Recebedora		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	180002/0001	110407	27812203520JP0001	-	-	-
		180002/0001	120004	27812203520JP0001	-	-	15.370
		180002/0001	120017	27812203520JP0001	-	-	18.616
		180002/0001	120021	27812203520JP0001	-	-	10.800
		180002/0001	120025	27812203520JQ0001	-	-	19.989
		180002/0001	120028	27812203520JP0001	-	-	6.350
		180002/0001	120029	27812203520JP0001	-	-	10.400
		180002/0001	120039	27812203520JP0001	-	-	10.530
		180002/0001	120054	27812203520JP0001	-	-	29.760
		180002/0001	120060	27812203520JQ0001	-	-	14.925

		180002/0001	120064	27812203520JQ0001	-	-	15.000
		180002/0001	120073	27812203520JP0001	-	-	19.798
		180002/0001	120074	27812203520JP0001	-	-	15.853
		180002/0001	120080	27812203520JP0001	-	-	41.487
		180002/0001	120101	27812203520JP0001	-	-	20.639
		180002/0001	153028	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001	153037	27812203520JP0001	-	-	6.900
		180002/0001	153046	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001	153052	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001	153061	27812203520JP0001	-	-	478.398
		180002/0001	153063	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001		27812203520JQ0001	-	-	123.389
		180002/0001	153100	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001	153114	27812203520JP0001	-	-	4.254.259
		180002/0001	153115	27812203520JS0001	-	-	59.400
		180002/0001	153163	27812203520JR0001	-	-	100.000
		180002/0001		27812203520JS0001	-	-	95.534
		180002/0001	153164	27812203520JP0001	-	-	343.008
		180002/0001	153166	27812203520JP0001	-	-	158.700
		180002/0001	153254	27812203520JP0001	-	-	66.640
		180002/0001		27812203520JS0001	-	-	16.970
		180002/0001	153256	27812203520JS0001	-	-	8.250
		180002/0001	153278	27812203520JP0001	-	-	2.542.538
		180002/0001		27812203520JS0001	-	-	9.080

		180002/0001	153294	27812203520JP0001	-	-	169.800
		180002/0001	153393	27812203520JP0001	-	-	310.780
		180002/0001		27812203520JS0001	-	-	8.100
		180002/0001	154041	27812203520JP0001	-	-	335.080
		180002/0001	154045	27812203520JP0001	-	-	230.910
		180002/0001		27812203520JQ0001	-	-	120.327
		180002/0001	154051	27812203520JP0001	-	-	26.723
		180002/0001	154069	27812203520JP0001	-	-	26.400
		180002/0001	154080	27812203520JP0001	-	-	221.600
		180002/0001	154358	27812203520JP0001	-	-	28.146
		180002/0001	158121	27812203520JP0001	-	-	-
		180002/0001	158303	27812203520JP0001	-	-	1.850
		180002/0001	158319	27812203520JP0001	-	-	1.008
		180002/0001	158323	27812203520JP0001	-	-	380.399
		180002/0001	158355	27812203520JP0001	-	-	25.241
		180002/0001	158378	27812203520JP0001	-	-	2.522
		180002/0001	158475	27812203520JP0001	-	-	8.608
		180002/0001	160004	27812203520JP0001	-	-	39.128
		180002/0001	160013	27812203520JQ0001	-	-	30.782
		180002/0001	160026	27812203520JP0001	-	-	11.664
		180002/0001	160033	27812203520JP0001	-	-	19.567
		180002/0001	160041	27812203520JP0001	-	-	12.718
		180002/0001	160046	27812203520JQ0001	-	-	18.700
		180002/0001	160051	27812203520JP0001	-	-	13.544

		180002/0001	160059	27812203520JP0001	-	-	61.790
		180002/0001	160064	27812203520JQ0001	-	-	16.590
		180002/0001	160077	27812203520JQ0001	-	-	18.274
		180002/0001	160178	27812203520JQ0001	-	-	18.096
		180002/0001	160181	27812203520JP0001	-	-	13.297
		180002/0001	160185	27812203520JQ0001	-	-	18.300
		180002/0001	160188	27812203520JQ0001	-	-	18.700
		180002/0001	160208	27812203520JP0001	-	-	19.479
		180002/0001	160228	27812203520JP0001	-	-	14.370
		180002/0001	160229	27812203520JQ0001	-	-	9.399
		180002/0001	160249	27812203520JP0001	-	-	19.300
		180002/0001	160290	27812203520JP0001	-	-	16.522
		180002/0001	160292	27812203520JQ0001	-	-	19.998
		180002/0001	160315	27812203520JP0001	-	-	9.790
		180002/0001	160354	27812203520JP0001	-	-	9.789
		180002/0001	160360	27812203520JP0001	-	-	14.360
		180002/0001	160368	27812203520JP0001	-	-	10.929
		180002/0001	160371	27812203520JP0001	-	-	10.040
		180002/0001	160376	27812203520JP0001	-	-	18.037
		180002/0001	160393	27812203520JP0001	-	-	39.146
		180002/0001	160411	27812203520JP0001	-	-	17.747
		180002/0001	160420	27812203520JP0001	-	-	16.500
		180002/0001	160422	27812203520JP0001	-	-	28.626
		180002/0001	160428	27812203520JP0001	-	-	14.378

		180002/0001	160431	27812203520JP0001	-	-	20.798
		180002/0001	160436	27812203520JP0001	-	-	19.573
		180002/0001	160454	27812203520JP0001	-	-	39.159
		180002/0001	160456	27812203520JP0001	-	-	19.626
		180002/0001	160468	27812203520JP0001	-	-	19.066
		180002/0001	160471	27812203520JP0001	-	-	18.559
		180002/0001	160482	27812203520JP0001	-	-	16.880
		180002/0001	160498	27812203520JP0001	-	-	19.580
		180002/0001	160512	27812203520JQ0001	-	-	91.913
		180002/0001	160513	27812203520JP0001	-	-	35.590
		180002/0001	160522	27812203520JQ0001	-	-	241.986
		180002/0001	160523	27812203520JQ0001	-	-	80.845
		180002/0001	160525	27812203520JP0001	-	-	14.180
		180002/0001	160528	27812203520JP0001	-	-	9.070
		180002/0001	160537	27812203520JP0001	-	-	10.400
		180002/0001	160547	27812203520JP0001	-	-	14.110
		180002/0001	254420	27812203520JP0001	-	-	39.160
		180002/0001	732100	27812203520JQ0001	-	-	18.300
		180002/0001	732200	27812203520JP0001	-	-	8.386
		180002/0001	732400	27812203520JP0001	-	-	19.566
		180002/0001	762300	27812203520JP0001	-	-	19.975
		180002/0001		27812203520JP0001	-	-	36.096
		180002/0001	762400	27812203520JP0001	-	-	18.495
		180002/0001	762600	27812203520JP0001	-	-	19.564

		180002/0001	765706	27812203520JP0001	-	-	8.980
		180002/0001	781200	27812203520JP0001	-	-	19.580
		180002/0001	782802	27812203520JQ0001	-	-	28.669
		180002/0001	783310	27812203520JP0001	-	-	9.624
		180002/0001	783601	27812203520JP0001	-	-	10.400
		180002/0001	783602	27812203520JP0001	-	-	19.572
		180002/0001	783800	27812203520JP0001	-	-	14.359
		180002/0001	783810	27812203520JP0001	-	-	14.361
		180002/0001	784810	27812203520JP0001	-	-	-
		180002/0001	785600	27812203520JQ0001	-	-	9.399
		180002/0001	786810	27812203520JQ0001	-	-	24.534
		180002/0001	787200	27812203520JP0001	-	-	75.727
		180002/0001	787310	27812203520JP0001	-	-	19.576
		180002/0001	787400	27812203520JP0001	-	-	17.120
		180002/0001	787900	27812203520JQ0001	-	-	1.500.000
		180002/0001	110407	27812203520JP0001	-	-	-
		180002/0001	120004	27812203520JP0001	-	-	15.370
	Recebidos				-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito	UG			Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente		Recebadora		4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Movimentação Externa	Concedidos	180002/0001	153061	27812203520JP0001	-	-	24.902
		180002/0001	153164	27812203520JP0001	-	-	16.000

		180002/0001	153393	27812203520JP0001	-	-	24.000
		180002/0001		27812203520JS0001	-	-	3.600
		180002/0001	154041	27812203520JP0001	-	-	7.249
		180002/0001	154358	27812203520JP0001	-	-	5.200
	Recebidos		-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	-	25.462	-	25.462
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	7.696.790	27.288.432	7.639.759	27.254.663
e) Concurso	-	3.600	-	3.600
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	2.876.995	1.874.102	2.868.730	1.366.072
h) Inexigibilidade	218.346	88.186	217.204	88.186
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	-	1.500	-	1.500
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	15.570.344	41.946.118	13.439.836,12	41.858.318
6. Total (1+2+3+4+5)	15.570.344	71.137.714	23.948.325	70.508.116

Fonte: SIAFI

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
30 – Material de Consumo	8.987.647	48.454.997	5.691.883	36.224.174	3.295.764	12.230.824	5.670.305	36.192.465
39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	12.335.621	24.236.546	9.094.659	22.835.714	3.240.962	1.400.832	6.923.420	22.305.804
41 – Contribuições	31.974.139	132.401.068	9.824.410	10.391.700	22.149.729	122.009.368	9.824.410	10.391.700
Demais elementos do grupo	3.191.186	6.672.541	1.700.057	1.727.813	1.491.129	4.944.728	1.695.929	1.659.833
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								

1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIOP

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	0	125.083	-	-
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				
Órgão Superior da UO – 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Programa – 1067 Programa de Trabalho – 12122106783730001 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL PTRES – 001720				

Fonte: SIAFI e SIOP

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	0	125.083	0	0	0	125.083	0	0
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Investimentos Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Categoria Econômica da Despesa: 3 DESPESAS CORRENTES Programa: 1067 Gestão da Política de Educação Projeto/Atividade: 8373 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA								

4.2.4.2.3 Análise crítica

No que se refere à parceria do ME com o MEC para o desenvolvimento do PST na Escola, uma das responsabilidades do MEC diz respeito à distribuição de kits de materiais esportivos às escolas participantes do programa.

Neste contexto, o Ministério do Esporte promoveu a aquisição e distribuição dos kits de material esportivo, sendo que o MEC realizou a descentralização dos recursos destinados à distribuição de 1.543 kits, ao custo unitário de R\$ 81,06, num total de R\$ 125.083,02 para as 1.149 escolas que integraram o programa à época. Com a demora no repasse, o ME executou os contratos com recursos próprios e quando a descentralização foi efetivada realizou o empenho e o mesmo ficou com não processado para 2013.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	629.599	-	629.599	-
2010	43.490	-3.100	38.420	1.970
2009	7.405.345	-5.182.234	2.168.650	54.461
2008	3.887.734	-3.887.734	-	-
2007	550.792	-550.792	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	140.772.425	-6.437.392	74.424.411	59.910.621
2010	-	-35.436.404	5.010.067	1.084.444
2009	-	-19.331	-	-
2008	-	-	-	1.000
2007	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

5.1.2 Análise Crítica

Como maior volume de recursos na SNE LIS é efetivado no Programa Segundo Tempo, os impactos percebidos nesse quadro resultam do volume de restos a pagar gerado por esse programa.

O efeito dos restos a pagar no Programa Segundo Tempo, tem sem dúvida se agravado ano a ano, por motivos que passamos a relacionar:

1. A criação do repasse de transferências voluntárias em duas parcelas passou em alguns casos a comprometer orçamentariamente dois exercícios em um, provocados pela efetivação de dois empenhos no mesmo ano, para execução física e financeira em dois anos;
2. A criação da chamada Ordem de Início condicionou a execução financeira dos empenhos da 2ª parcela à sua emissão e confirmação do efetivo início do atendimento à população, que levou a permanentes demandas de inscrição do valor remanescente em restos a pagar e em alguns casos a situação se repetiu por mais de 02 anos;
3. O contingenciamento na liberação de limites financeiros para execução do pagamento de 2ª parcela e mesmos de 1ª parcela em especial no ano de 2011 para 2012, provocou atraso de mais de 06 meses na liberação, em descumprimento do cronograma financeiro

pactuado, e tiveram como consequência a reinserção dos valores remanescentes como restos a pagar;

4. A situação de irregularidade das entidades junto ao SIAFI, CAUC, CADIN, estava sendo considerado impedimento para liberação de 2ª parcela, o que ocasionou atrasos na liberação, levando a execução financeira de um ano para o outro. Para superar tal dificuldade, a área técnica pautou-se em preceitos legais e contou com a acolhida da Consultoria Jurídica do Ministério, possibilitando assim até o final do ano de 2012 a regularização dos casos de pendências de pagamento de 2ª parcela, mas permaneceram em RAP para 2013 os casos de 1ª parcela.

Nos demais programas os Restos a pagar resultam de:

1. O contingenciamento na liberação de limites financeiros para execução do pagamento da parcela única provocou atrasos na liberação e o descumprimento do cronograma financeiro pactuado;
2. A situação de irregularidade das entidades junto ao SIAFI, CAUC, CADIN, estava sendo considerado impedimento para liberação da parcela, o que ocasionou atrasos na liberação, levando a execução financeira de um ano para o outro. Para superar tal dificuldade, a área técnica também se pautou nos preceitos legais e contou com a acolhida da Consultoria Jurídica do Ministério, possibilitando dar sequência em 2013 aos pagamentos das parcelas em aberto de convênios 2011 e 2012.

Como tivemos um crescimento em parcerias com Instituições Federais, passamos a ampliar os casos de restos a pagar não processados, configurado como valores que foram descentralizados e que as instituições parceiras não efetivaram no exercício o devido empenho.

Por fim, o reflexo dos processos de monitoramento da execução física e financeira dos convênios, levou a instauração de procedimentos como:

- 1- Rescisões de convênios por irregularidade na execução física e/ou financeira;
- 2- Rescisões de convênios pelo lapso temporal entre a formalização e a conclusão dos procedimentos de estruturação para emissão da Ordem de Início e efetivo atendimento à população;
- 3- Denúncia por parte das entidades que declinaram da parceria, por dificuldades em sua estruturação e execução;
- 4- Termos Aditivos para redução de meta de beneficiados que resultaram em diminuição nos valores inicialmente pactuados;
- 5- Cancelamento de convênios, por desistência dos parceiros antes mesmo de receber a 1ª parcela.

Face ao Decreto nº 7.592/2011, de 31 de outubro de 2011, que determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parcerias celebradas com entidades privadas sem fins lucrativos, esta unidade gestora promoveu a análise processual, a avaliação da execução do convênio junto ao SICONV, bem como realizou o acompanhamento *in loco*. No total de 17 convênios, entre eles um formalizado por fora do Sistema de convênios. Após a realização da análise documental, avaliação no SICONV e dos resultados da fiscalização *in loco* dos convênios, com as informações devidamente registradas no Sistema de Informações dos Convênios para Casa Civil – SINFOCC foram concluídos processos de rescisão dos seguintes convênios:

1. Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geração da Hora: Irregular – rescisão – TCE;

2. Liga de Artes Marciais da Região dos Lagos: Irregular – rescisão – TCE;
3. Instituto Contato: Irregular – rescisão – TCE;
4. Instituto de Desenvolvimento Econômico Social – INDES: Irregular – rescisão – TCE;
5. Ethos Instituto de Educação: Irregular – rescisão – TCE;
6. Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás: Irregular – rescisão – TCE;
7. Centro de Educação e Cultura Popular: Irregular - rescisão – TCE.

Tais procedimentos e ocorrências resultaram em 2012 em solicitações de cancelamentos de empenhos e pagamentos referentes a 17 convênios na ordem de R\$ 21.608.410,87, ainda não registrados no quadro acima.

5.2 Transferências de Recursos

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

As transferências vigentes no exercício de referência totalizam 541 parcerias formalizadas e vigentes no decorrer de 2012, no valor total de R\$ 415.985.677,00, tendo como contrapartida R\$ 64.482.902,00, sendo repassado no exercício de 2012 o valor de R\$ 74.596.067,00 e acumulado o volume na ordem de R\$ 263.123.470,00. Ainda foram previstos os desembolsos de 2ª parcelas para os convênios do Programa Segundo Tempo, para os exercícios de 2013 e 2014, condicionadas à efetivação do início de atendimento à população, conforme se verifica no Anexo 29 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência, relativo ao quadro A.5.2 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.

Assim como, 44 convênios formalizados em 2011 e 14 convênios formalizados em 2012 do Programa Segundo Tempo finalizaram o ano de 2012 sem receber a 1ª parcela, por isso não aparece desembolso no exercício, nem acumulado.

De igual forma, no Programa Esporte e Lazer da Cidade, 23 convênios formalizados em 2012 encerram o ano sem receber o valor pactuado, não constando desembolso no exercício.

No que diz respeito à situação das transferências, temos a relatar que 234 convênios se encontram com status de “adimplente”, 157 convênios “inadimplentes”, nenhum com “inadimplência suspensa”, 89 “concluídos”, nenhum “excluído”, 23 “rescindidos”, nenhum “arquivado” e 01 “cancelado”. Para os casos de descentralizações a órgãos federais, temos 37 com status de “não se aplica”.

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ:	02.961.362/0001-74					
UG/GESTÃO:	180002/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	45	159	191	86.148.245	130.274.743	140.331.288
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	18	42	44	10.957.421	14.008.750	5.048.331
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	63	201	235	97.105.666	144.283.493	145.379.619

Fonte: SIAFI e SICONV

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
AÇÃO 20JP- PST e PELC					
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	278	202.336.486	121.208.479	79.203.438	59,90%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	42	9.536.220	4.590.020	4.946.200	48,13%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	320	211.872.706	125.798.499	84.149.638	59,37%
AÇÃO 20JS Fomento a Pesquisa, Memória, Difusão e Formação de Políticas Sociais em Esporte e Lazer					
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	5	698.039	563.780	-	80,77%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	8	833.723	833.723	-	100,00%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	13	1.531.762	1.397.503	-	91,23%
AÇÃO 2362 - Pintando a Liberdade					
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	14	17.631.789	15.338.799	-	87,00%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	14	17.631.789	15.338.799	-	87,00%
AÇÃO 20JQ- Eventos					
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	01	1.917.201	616.575	1.300.626	32,16%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-

Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	01	1.917.201	616.575	1.300.626	32,16%

Fonte: SIAFI e SIOP

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	139	-	-
		Montante Repassado	64.533.669	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	53	-	-
		Montante Repassado	65.391.739	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	91	-	-
		Montante Repassado	36.329.419	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	24	-	-
		Montante Repassado	29.413.672	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	58	-	-
		Montante Repassado	15.155.470	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	06	-	-
		Montante Repassado	1.743.498	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	00	-	-
		Montante Repassado	00	-	-

Fonte: SIAFI

5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			139	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	-
			Contas Não Analisadas	0	-
		Montante Repassado (R\$)		0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	30	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	109	-	
	Montante Repassado (R\$)	64.533.669	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			91	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		13	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		0	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		78	-
Montante repassado (R\$)		36.329.419	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			58	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		0	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		55	-
Montante Repassado		15.155.470	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		271	-
		Montante Repassado		171.521.596	-

Fonte: SIAFI e SICONV

A análise da Prestação de Contas dos Convênios da SNE LIS é dividida em dois setores do Ministério, ficando sob responsabilidade dessa Secretaria a manifestação técnica quanto ao mérito e sob a responsabilidade da Secretaria Executiva, por meio da Coordenação Geral de Prestação de

Contas, vinculada à Diretoria de Gestão Interna, a manifestação do aspecto financeiro concernente à boa e regular utilização dos recursos.

No âmbito desta unidade gestora, a análise técnica é de competência da Coordenação-Geral de Avaliação de Convênios, conforme preceitua o Decreto nº 7.529, de 21/7/2011, que disciplina a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte. Especificamente, as demandas do setor consistem na avaliação preliminar da documentação que compõe a Prestação de Contas Final enviada pelos órgãos e pelas entidades parceiras; análise e emissão de Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final, voltado à análise do cumprimento do objeto e ao alcance dos objetivos do convênio; e ainda, na reanálise de Pareceres já encaminhados à CGPCO, quando solicitada pela conveniente ou pelos órgãos de Controle.

Principais Resultados

Antes de tal abordagem, cumpre destacar um histórico do processo de análise de prestação de contas, no âmbito da SNELIS, conforme itens a seguir:

- 1** Em Julho de 2011, com a criação da SNELIS, progressivamente foram levantadas, catalogadas e organizadas as prestações de contas agregadas à nova Secretaria, em decorrência da recepção, numa mesma Secretaria, dos programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável, Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania.
- 2** Durante o ano de 2012, devido aos efeitos midiáticos dos possíveis problemas apresentados no âmbito dos programas sociais do Ministério do Esporte, cresceu consideravelmente o número de demandas de órgãos de controle interno e externo, visando reanálise, ora histórica e sequencial, ora pontual, de convênios firmados com algumas entidades arroladas em denúncias, bem como em decorrência da ação de avaliação de regularidade de execução de convênios por entidades privadas, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011.
- 3** Até junho de 2012, a área de Prestação de Contas estava vinculada à área de Formalização de Parcerias, o que demandava esforços sazonais e atuações concentradas, ou no processo de formalização, ou no processo de prestação de contas, desconstituindo um processo contínuo de análise dos processos de contas.

Diante de tais fatos, um dos principais resultados foi a separação das áreas de formalização e de prestação de contas, com respectivo dimensionamento e especialização desta área, garantindo, inclusive, um processo de segregação de funções mais claro na gestão do fluxo de transferências voluntárias no âmbito da Secretaria.

Por complemento, outro resultado importante foi a estruturação e a construção dos modelos de relatórios de cumprimento do objeto nas políticas do PELC, Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, bem como Eventos Esportivos Educacionais e de Participação.

Assim, o foco dos pontos estratégicos de controle de efetividade dessas demais políticas foi estabelecido, propiciando à equipe técnica uma maior segurança e uma maior qualidade de análise quanto ao resultado de tais políticas.

5.2.6 Análise Crítica

Uma primeira questão foi a separação dos processos e reorganização das informações, quanto aos instrumentos celebrados fora do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV. Este procedimento foi importante pois compatibilizou os dados de gestão com os dados apontados pelo SIAFI.

Isto também ocasionou a revisão de todos os controles dos processos constantes do passivo e que não encontravam conformidade entre SIAFI, SICONV e DW-SICONV. A partir deste novo controle, foram estabelecidas as pautas entre a Coordenação SNELIS e a Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Secretaria Executiva.

Um dos objetivos foi justamente organizar os eventos registrados no SIAFI e no SICONV quanto à situação das Prestações de Contas, no intuito de minimizar um possível risco de que determinada parceria fosse contemplada havendo impedimento em decorrência de outra parceria concluída e não aprovada, pelo menos no aspecto meritório.

Um outro aspecto foi avaliar os prazos e realinhar os procedimentos para o cumprimento das novas disposições taxativas quanto ao período de análise dos órgãos federais, no que tange às transferências voluntárias constantes da Portaria Interministerial nº 127/2008, agora revogada pela Portaria Interministerial nº 507/2011.

Entretanto, considerando a separação de competências de análise – mérito e financeira – que devem estar constituídas para aprovação da autoridade competente, conforme dispõe a norma vigente, tal ponto foi a discussão central entre a área finalística e a área executiva, uma vez que a Portaria foi silente sobre quem é, de fato, esta autoridade competente.

Pelo vazio normativo, foi invocada a interpretação da Instrução Normativa STN/MF nº 1/1997, que atribuía ao ordenador de despesas tal competência, o que foi acordado entre as Secretarias do ME. Mesmo assim, o exercício foi encerrado sem o fechamento da mencionada Portaria, o que ainda inviabilizou a compatibilidade plena das informações entre os principais sistemas estruturantes, ou seja, SIAFI e SICONV, considerando que em ambos são promovidos os lançamentos dos eventos pertinentes à fase de prestação de contas e que no SICONV isto não está ocorrendo por falta desta regulamentação interna.

Ademais, as medidas internas adotadas foram no sentido de reestruturar o processo de análise, com as peculiaridades de cada programa, com destaque especial aos novos procedimentos adotados por força do SICONV, o que ensejou remodelação dos pareceres e das diligências, bem como readequação operacional da equipe.

Porém, convém destacar que a junção de todas as Políticas, sem um restabelecimento ou agregação de força de trabalho, foi o principal impeditivo para o avanço da área, que tem atualmente 479 processos em seu passivo de análise e concluiu 60 pareceres, sendo que 59 foram aprovados e 1 foi reprovado.

Com equipe reduzida, a área de Prestação de Contas não fez paralelo à sua demanda de trabalho, considerando que sua formação, após desmembramento, ficou restrita a três DAS, de nível 4, 2 e 1, contando com apoio administrativo de 3 funcionários da empresa contratada pelo ME, estes impossibilitados de contribuir no processo meritório de análise.

Ainda, a questão da incompreensão do SICONV, gradualmente superada com as capacitações internas, foi outro problema considerável, considerando que boa parte do exercício foi também direcionado para a construção do entendimento desta atual ferramenta, tanto pela área, quanto pelos parceiros convenientes.

Outro ponto foi a interlocução com a Coordenação-Geral de Prestação de Contas – CGPCO/SE, para a criação e manutenção de novos controles colaborativos e integrados.

Por fim, considerando uma análise de efetividade das políticas, o que se depreende dos processos de contas é que predomina a dificuldade nos diagnósticos dos projetos e na contextualização dos problemas locais dos parceiros, quando da formalização dos instrumentos, independente do processo de execução, que até pode corrigir alguns pontos de estruturação da parceria.

No âmbito do Segundo Tempo e dos Programas de Esporte e Lazer, considerando todo o trabalho realizado pela SNEIS no processo de acompanhamento e nas capacitações, ainda é uma constante a deficiência quanto ao cumprimento de meta e remanejamento de locais de atuação, considerando a designação inicial dos núcleos de atendimento aos beneficiados.

Em especial, no Segundo Tempo, considerando a existência de muitas prestações de contas em que as parcerias estipulam a aplicação de recursos para o oferta de lanches aos beneficiados, ainda é muito complexa a análise do físico da ação, pois ele está diretamente atrelado aos números gerais de absenteísmo que venham a ser constatados no desenvolvimento dos núcleos.

Quanto aos programas de esporte e lazer, também de forma específica, verifica-se a dificuldade dos parceiros na comprovação física das atividades assistemáticas, que envolvem a mobilização de toda a comunidade na realização de eventos esportivos e culturas específicos e de curta duração. Trata-se de uma pauta em construção com a Coordenação Geral de Esporte e Lazer, no sentido de retroalimentar as diretrizes para o entendimento desta realidade fática que se apresenta no âmbito da política.

Por fim, os programas de esporte e inclusão social também representam um desafio visando o restabelecimento do que se espera como efetividade das ações. O controle sobre os processos e os meios de produção, bem como a própria produção, no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade/Cidadania, ainda são considerados mais sob o plano da eficácia e da eficiência, do que propriamente a efetividade.

Este é o ponto que prevalece no âmbito destas políticas, o que ocasionou não só um condicionamento de atuação institucional quando da prestação de contas, decorrente dos processos já executados e agora contextualizados sobre os planos mencionados, mas também no processo de formalização e acompanhamento, para ressignificar o escopo de inclusão social e esporte, num processo de produção de material esportivo.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

(Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	11	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	11	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	11	-	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	29	14	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	40	14	15

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	5
4.1. Doença em Pessoa da Família	5
4.2. Capacitação	-

5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	9

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2012)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	86	42	48
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	43	21	24
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	8	5	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	6	2	4
1.2.4. Sem Vínculo	-	29	14	12
1.2.5. Aposentados	-	-	-	2
2. Funções Gratificadas	2	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	2	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	2	88	42	48

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	3	2	2	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	3	2	2	1
Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	10	18	11	3	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	18	11	1	3

2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	2	-
3. Totais (1+2)	13	21	13	5	4

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0	11	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	11	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	17	25	0	1	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	15	25	-	1	1
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	17	36	0	1	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	324.286	0,00	49.171	15.157	58.620	19.719	278.966	80.709	0,00	826.628
	2011	210.630	0,00	71.563	20.761	41.690	13.000	183.800	0,00	0,00	541.444
	2010	499.105	0,00	14.776	4.279	27.514	2.088	90.999	0,00	2.764	241.525
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	298.567	1.888.694	203.079	65.941	663.676	47.811	287.864	83.345	0,00	3.538.977
	2011	226.979	1.165.500	191.831	53.499	392.122	34.899	242.300	0,00	0,00	2.307.130
	2010	169.790	1.105.034	117.605	39.189	272.122	17.940	184.848	927	0,00	1.907.455
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											

Exercícios	2012	119.072	14.459	7.869	6.189	17.931	18.210	66.726	42.300	168	292.924
	2011	45.950	5.978	24.500	4.850	7.296	4.770	21.300	0,00	124	114.768
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIOP

6.1.4 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Tabela 34 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo	55%
Acidente de trabalho e doenças ocupacionais	18%
Rotatividade (<i>turnover</i>)	93%
Educação continuada	0%
Disciplina	-
Aposentadoria versus reposição do quadro	-

Fonte: SNELIS

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Em 2012, a SNELIS prosseguiu com as alterações em sua estrutura organizacional, iniciadas desde a sua criação em 2011, objetivando a adequação de sua estrutura organizacional, a fim de atender ao Programa, às metas e às iniciativas instituídas para o ciclo de gestão vigente.

No que se refere à reestruturação, após estudos e levantamentos para redimensionar e potencializar a força de trabalho já existente, bem como promover a redistribuição das funções no âmbito da Secretaria, foram consideradas as habilidades e o perfil de cada servidor, de forma que as mudanças gerassem um impacto mínimo na absorção das competências dos mesmos, considerando as novas necessidades determinadas pelo organograma proposto.

No segundo semestre de 2012, por meio de Apostilamento e do Decreto que aprovou a nova estrutura do Ministério do Esporte, a SNELIS não foi contemplada com grandes mudanças, apesar do esforço da gestão em aprovar uma nova proposta organizacional que, vale dizer, já estava inclusive sendo efetivada.

Da mesma forma, em consideração ao baixo número de servidores efetivos e a crescente demanda de trabalho, foi realizado um diagnóstico nas áreas da Secretaria para análise das estratégias com o respectivo impacto referente à carência de recursos humanos, já com detalhamento de perfis, atribuições e competências, para atender aos desafios estabelecidos no âmbito das políticas gerenciadas pela SNELIS.

Também por conta do momento de grandes eventos e o aumento excessivo de trabalho em decorrência da fusão das políticas SNELIS, foi encaminhado à Secretaria Executiva, após conclusão deste estudo, um pedido de realização de concurso efetivo, e na sua impossibilidade, de concurso temporário, precedido de processo seletivo simplificado, para recompor as frentes de trabalho da instituição.

Tal pleito inclusive ensejou uma abertura de levantamento da situação nas outras unidades do Ministério do Esporte, visando restabelecer todas as unidades da Pasta, com posterior solicitação ao Ministério do Planejamento.

Conforme informações do Departamento de Gestão Interna/DGI/SE do ME, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento do Aviso Ministerial, o pedido ainda está em análise pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, considerando que duas solicitações foram feitas: concurso efetivo e concurso temporário.

Por fim, considerando o quadro vigente, no exercício 13 (treze) servidores foram capacitados em 09 (nove) cursos custeados por este Ministério, no valor total de R\$ 24.660,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta reais). Foram qualificados também 20 (vinte) servidores em 02 (dois) treinamentos oferecidos pelo Ministério em diversas áreas de atuação técnica.

Internamente, por meio do quadro diretivo e de coordenação-geral, foram realizadas capacitações internas constantes e permanentes, ao todo 20 cursos, em celebração, execução e prestação de contas de convênio, capacitando praticamente todo o quadro técnico da Secretaria que atua no âmbito das Transferências Voluntárias, possibilitando uma capitalização de conhecimento institucional e melhora nos controles internos primários da SNELIS.

6.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1. Área Fim	8	4	8	8	43.490
1.2. Área Meio	0	0	0	0	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1. Área Fim	6	6	9	8	34.724
2.2. Área Meio	0	0	0	0	-
3. Total (1+2)	14	10	17	16	78.213

Fonte: SIAFI e SIOP

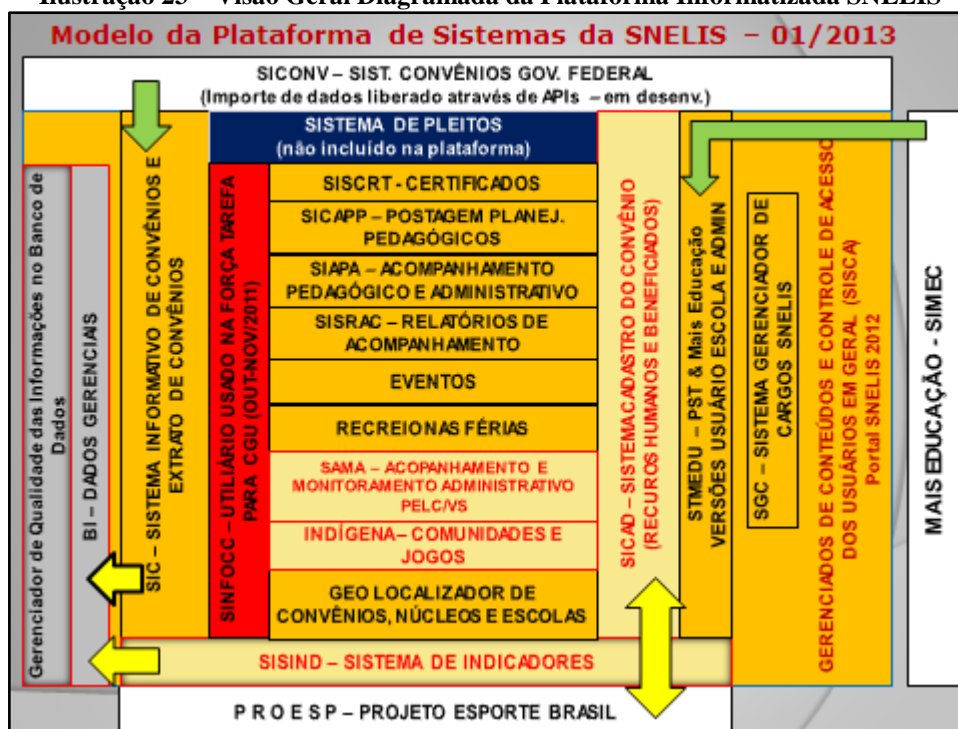
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO (Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012)

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação é área meio essencial no apoio à gestão dos programas de governo do Ministério do Esporte. O desenvolvimento e manutenção dos sistemas que contém as informações do Programa Segundo Tempo são constantes, visto que o mesmo está em franca expansão e aprimoramento, como também ocorre com os demais Programas afetos à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Para a Gestão de Sistemas, o ano de 2012 foi marcado pela reestruturação da interface e funcionalidades do Portal do PST para uma condição mais abrangente de sustentação ao projeto da Plataforma SNELIS, pela implementação de uma solução dinâmica e completamente editável, guiada pela integração geral dos sistemas e controle próprio de acessos de usuários e permissões individualizadas de consultas e atualizações aos diversos formulários. Cumpre salientar que tais ações foram conduzidas simultaneamente à execução do planejamento de adequação dos sistemas à dinâmica do Programa Segundo Tempo, de consolidação dos sistemas afetos à parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação no Programa Mais Educação e integração da plataforma ao Sistema de Convênios do Governo Federal (ilustração abaixo).

Ilustração 23 – Visão Geral Diagramada da Plataforma Informatizada SNELIS



Legenda:

- Sistemas em Construção (Fase de Projeto ou Desenvolvimento)
- Sistemas em Análise e Prototipação (Previsão de Desenvolvimento)
- Sistemas Concluídos em funcionamento
- Sistemas externos (Importação ou Exportação de Dados)

Fonte: Apresentação da Plataforma Informatizada SNELIS

No âmbito administrativo a atual coordenação de sistemas (CGSIS) passou por importantes alterações. Iniciou o ano como Coordenação Geral de Informações e Orçamento (CGINFO), exercendo o papel de coordenação responsável por todas as informações que circulam nas diversas

áreas da secretaria, comandando a equipe interna e externa de desenvolvimento de sistemas, e a equipe SIC, responsável pela manutenção de um dos principais sistemas de informação dos convênios do Programa Segundo Tempo (Sistema Informativo de Convênios – SIC). Ainda no primeiro trimestre as questões de gestão da informação e de coordenação da equipe SIC foram transferidas para a Coordenação Geral de Orçamento, passando a CGINF a se chamar CGSIS – Coordenação Geral de Sistemas, e a Coordenação de Orçamento passando a se chamar Coordenação Geral de Orçamento e Informações – CGINFO.

As metodologias de gestão foram mantidas e intensificadas, através de sistema próprio de comunicação, reuniões e outras aplicações digitais que viabilizam o controle de projetos e soluções, a organização da agenda de trabalhos e a identificação de prioridades desta coordenação, promovendo a aceleração nos processos de criação e manutenção dos sistemas.

É sempre importante ressaltar que a equipe de desenvolvimento de TI tem a seguinte composição: 1 coordenador geral e 2 assistentes de desenvolvimento, 1 sub-coordenador, 2 analistas programadores “seniors” e 5 programadores. Internamente essa equipe delegou atribuições específicas para a gestão das bases de dados e documentação e gestão da infraestrutura tecnológica de rede, além de um conjunto de medidas próprias de gestão da metodologia de desenvolvimento e segurança de sistemas e dados.

Podemos afirmar que, para a área de TI, o ano de 2012 foi um ano de consolidação e integração dos sistemas em operação com os diversos fluxos de trabalho. Foi também um ano de mudanças culturais importantes, sobretudo para os usuários internos da secretaria que estão trocando lentamente planilhas eletrônicas (usadas como sistemas de informação), pelos sistemas informatizados. Sendo esta a mudança mais importante a ser empreendida em todas as diretorias e coordenações. Há que se dar maior importância ao planejamento, à governança, e à consolidação dos processos e procedimentos internos, de modo a fomentar o fluxo da informação de forma constante e estável, evitando e acabando com a insipiência, com o trabalho pontual, emergencial e de pouca efetividade.

Não se pode deixar de registrar que neste exercício, ainda que de forma muito lenta e pouco eficiente, houve a continuidade da fusão oficializada pelo Decreto 7529/2011 de 21.07.2011, na qual programas sociais como o PST – Programa Segundo Tempo, PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, e ainda Eventos, Jogos, Rede CEDES e CEDIME que passaram a fazer parte da mesma estrutura de gestão físico-administrativa, consequentemente passando a compor o conjunto de rotinas que deverão ingressar na plataforma informatizada.

Neste sentido, no que diz respeito à área de Gestão de Sistemas caminhamos na direção do estudo e levantamento das novas rotinas, procurando definir projetos para desenvolver sistemas necessários integrados à plataforma. Esta tarefa não tem sido fácil em virtude da falta de planejamento estratégico geral da SNEELIS, que deveria ter sido realizado neste exercício. A falta do estabelecimento de prioridades impacta diretamente na visão de médio e longo prazo e, consequentemente nos cronogramas de trabalho desta coordenação. É sempre preciso citar que a área de sistemas é totalmente dependente da estrutura a qual pretende atender, e dos seus objetivos de negócio, de modo que enquanto esta estrutura não estiver completamente consolidada não há como efetuar levantamentos de fluxos de processos entre coordenações, o que inviabiliza a análise, melhorias, e implementação dos atuais e de novos sistemas informatizados.

Enfaticamente, o histórico recente mostra que houve troca do comando da SNEED em março/2011, fusão e criação da SNEELIS em julho/2011, nova troca de comando na SNEELIS em dezembro/2011,

provocando a postergação da implantação e integração da nova estrutura, que compreende diversos departamentos e coordenações gerais finalísticas e de gestão, impactando no planejamento e principalmente nos resultados esperados para este exercício.

Mesmo com as adversidades mencionadas anteriormente, identificamos uma tendência de crescimento projetado na plataforma informatizada e o andamento pleno do desenvolvimento das rotinas previstas anteriormente.

Assim como informado nos relatórios de anos anteriores, segue abaixo a relação dos sistemas que compõem a plataforma com a descrição sintetizada de cada um de seus sistemas, destacando quais são novos ou receberam novas funcionalidades com objetivos de torná-los mais eficientes.

Tabela 35 – Descrição dos Sistemas em Operação na Plataforma SNELIS

<p>Portal SNELIS</p>	<p>O Portal SNELIS foi colocado em operação em abril 2012 e tem como função principal a unificação do acesso a todos os sistemas da Plataforma Informatizada.</p> <p>O acesso ao sistemas também unificado é controlado pelo Sistema de Controle de Acessos (SISCA), veja detalhamento abaixo.</p> <p>O Portal ainda dispõe de acesso livre à LAI (Lei de Acesso à Informação), ao Geolocalizador de núcleos do PST e das Escolas do Programa Mais Educação participantes do projeto Esporte na Escola.</p>
<p>Sistema Informativo de Convênios (SIC)</p>	<p>Este sistema implementa funcionalidades de acesso ao principal repositório de informações dos convênios do Programa Segundo Tempo, desde a sua formalização até a prestação de contas.</p> <p>Em 2012 foram feitos ajustes no módulo de controle de documentos e reestruturação de formulários em função de mudanças de fluxo de processos, implementação do extrato de convênios e implementação de controle visual de pendências e geração automática e envio de e-mails.</p> <p>Além disso, estão sendo incorporadas adaptações ao sistema para que possa receber informações dos demais programas sociais da secretaria.</p>
<p>Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA)</p>	<p>Sistema destinado ao gerenciamento pedagógico dos convênios pelo encadeamento de informações dos instrumentos de Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC), Planejamento Pedagógico dos Núcleos (PPNs) e Avaliações in loco das Equipes de Colaboração (AVIL), com geração automática do Relatório Consolidado (RC), destas informações.</p> <p>Em 2012 foram feitos ajustes e integração dos formulários PPC, PPN, AVIL (Avaliação In Loco) e RC dentro do ciclo de avaliações, compondo a 2ª e 3ª Geração dos mesmos.</p>
<p>Sistema Integrado de Controle e Alteração dos Planejamentos</p>	<p>Módulo de função única e uso exclusivo dos coordenadores gerais e coordenadores de núcleo dos convênios formalizados</p>

<p>Pedagógicos de Convênios e Núcleos (SICAPP)</p>	<p>para inserção dos correspondentes Planejamentos Pedagógicos do convênio e de seus núcleos.</p> <p>Em 2012 o SICAPP incorporou funcionalidades de comunicação por e-mail e de avisos em tela com configuração de prazos para inserção e alteração de documentos para o PPC e PPNs, e a possibilidade de solicitação de alteração das modalidades e grades horárias dos núcleos de forma automatizada, sem que haja a necessidade de envio de ofícios para o ME. Esta funcionalidade também permite às equipes internas do ME autorizar ou não tais alterações solicitadas.</p>
<p>Sistema de Controle de Acessos (SISCA)</p>	<p>Este módulo gerencia, controla e registra os acessos aos diversos sistemas em operação com segmentação de permissões às páginas, serviços e formulários de cada um desses sistemas.</p> <p>Em 2012, já no escopo da Plataforma SNELIS, recebeu aperfeiçoamentos dos mecanismos de controle de usuários, extensivo às equipes e funcionalidades, com adaptação geral para o Portal SNELIS.</p>
<p>Sistema Integrado de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios (SISRAC)</p>	<p>Este sistema agiliza a operacionalização dos relatórios periódicos de acompanhamento, os quais são exigidos dos convênios durante a sua vigência, permitindo o controle e o gerenciamento por parte da Equipe Técnica do ME (CGAO).</p> <p>Em 2012 o módulo de convênios recebeu ajustes nos processos de upload de arquivos de relatórios, enquanto que o módulo de gerenciamento de relatórios, integrado ao SISCA, teve a implementação dos históricos de situação dos relatórios.</p> <p>Por exigir intensa manutenção e possuir programas divergentes da metodologia adotada para os demais sistemas, nesse período deu-se início à reescrita de seu código sem prejuízo às operações correntes.</p>
<p>Sistema Integrado de Certificação da Capacitação dos Recursos Humanos do PST e demais Programas (SISCRT)</p>	<p>Módulo destinado ao controle e emissão das certificações de capacitações dos recursos humanos dos convênios formalizados.</p> <p>Em 2012 o módulo migrou para o ambiente da Plataforma SNELIS e teve seus mecanismos de acesso adaptados ao SISCA, recebendo apenas ajustes localizados. Entretanto, frente à ocorrência de capacitações na modalidade EAD, deu-se início ao desenvolvimento de solução para atender a essa demanda, com a geração e envio eletrônico dos certificados aos capacitandos.</p>
<p>Sistema de Cadastro do PST na Escola</p>	<p>Sistema que implementa os controles da parceria entre o ME e o MEC e que implementa um Programa sob as diretrizes gerais do Segundo Tempo em escolas que optam pelo Programa Mais Educação.</p> <p>Constitui-se de um módulo de carga das escolas optantes do macro campo Esporte e Lazer via SIMEC e seus respectivos</p>

	<p>Coordenadores, Diretores, Facilitadores e Monitores.</p> <p>Em 2012, já no escopo da plataforma SNELIS, foram implementadas funcionalidades de alinhamento ao ano letivo, e consolidados os relatórios gerenciais e um controle pelo cruzamento de dados cadastrais.</p>
Sistema de Informações dos Convênios para a Casa Civil (SINFOCC)	<p>Sistema de uso restrito e pontual foi criado especificamente para atendimento ao Decreto nº 7592/2011 de 28.10.2011, que instituiu a Força Tarefa de análise de regularidade dos convênios com entidades sem fins lucrativos.</p> <p>O sistema continuou ativo em 2012 com a finalidade de prover o acesso às informações armazenadas à época da Força Tarefa, comandada pela Casa Civil e pela Controladoria Geral da União.</p>
Geolocalizador	<p>Módulo resultante de pesquisa e desenvolvimento de uma aplicação com as funcionalidades do “Google Maps” integradas com as bases de dados do PST para geolocalização e obtenção de informações sobre os Núcleos atendidos pelo Programa.</p> <p>Em 2012 a partir da instalação do Portal SNELIS foi possível disponibilizá-lo a todo e qualquer cidadão interessado em consultar as informações do PST por meio da geolocalização dos núcleos.</p> <p>Ainda em 2012 as mesmas funcionalidades foram implantadas permitindo o acesso às informações das Escolas optantes pelo PST no Programa Mais Educação do Ministério da Educação.</p>
Solicitação de Ajustes nos Sistemas (SAS)	<p>Utilitário de uso restrito à Equipe de desenvolvimento da CGSIS atende à necessária interação remota entre a coordenação de TI, na SNELIS, e a equipe de desenvolvimento e suporte, viabilizando a gestão dos trabalhos pelo registro de especificações, definição de prioridades, acompanhamento e definições de ações corretivas para cada tarefa.</p> <p>Em 2012 recebeu ajustes pontuais e aperfeiçoamentos em seus mecanismos de comunicação visual e navegabilidade.</p>

Fonte: SNELIS

Tabela 36 – Descrição dos Sistemas em Desenvolvimento para a Plataforma SNELIS

Sistema Integrado de Cadastros Gerais (SICAD)	<p>O cadastro geral, de preenchimento obrigatório por parte do conveniente, tem como principal função o gerenciamento das informações cadastrais dos núcleos, recursos humanos e beneficiados dos convênios.</p> <p>Em 2012 foram realizadas as análises e especificações do sistema e projeto do banco de dados.</p> <p>Merece destaque o atraso no cronograma deste projeto, que deveria ter sido implantado em meados de 2012. Tal atraso ocorreu em virtude da não conclusão da reestruturação da</p>
--	---

	SNELIS.
Sistema de Eventos (SISEVENT)	O Sistema de Eventos tem por finalidade atender as coordenações envolvidas nos diversos eventos da secretaria, Sua principal aplicação está no gerenciamento e controle das entidades que promovem o Recreio nas Férias.
Sistema de Gerenciamento de Cargos e RH (SGC)	Sistema de uso restrito, que atende ao gerenciamento e controle de cargos e vagas da SNELIS.
Controle das Comunidades e dos Jogos Indígenas (INDÍGENA)	Este sistema tem por finalidade, a partir da geolocalização, identificar e manter o cadastro atualizado das comunidades indígenas do Brasil, bem como o controle daquelas que participaram e participam dos Jogos Indígenas Brasileiros. O Sistema encontra-se em fase de desenvolvimento com perspectivas de implantação para abril 2013.
Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Administrativo dos Programas PELC e Vida Saudável (SAMA)	Em 2012 recebemos a demanda para que os controles e informações dos Programas PELC e Vida Saudável fossem informatizados, visto que as coordenações destes programas não possuem tais controles, dependendo ainda de planilhas e cadastros empíricos não sistematizados. Após a demanda recebida foram realizados os levantamentos de necessidades e regras, e reuniões de alinhamento entre as equipes. Em fase de desenvolvimento com perspectivas de implantação a partir de abril 2013.
Sistema de Indicadores do Programa Segundo (SISIND)	Sistema de Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Programa Segundo Tempo. Havia previsão da conclusão deste sistema em fevereiro 2012, porém não foi possível devido às mudanças estruturais ocorridas na secretaria e a falta de debates sobre o assunto para o levantamento de informações, requisitos e regras de funcionamento. O sistema encontra-se em fase de projeto, é prevista sua conclusão para novembro 2013.

Fonte: SNELIS

Tabela 37 – Descrição dos Sistemas em Fase de Projeto para a Plataforma SNELIS

Gerenciador de Qualidade das Informações da Plataforma SNELIS	Este módulo terá a função de varredura em todo o banco de dados em busca de informações conflitantes ou com anomalias.
Inteligência Geral da Plataforma SNELIS (BI)	Módulo será responsável pela geração de informações gerenciais através da pesquisa dos dados em toda plataforma, apoiando a tomada de decisões da alta gestão.

Fonte: SNELIS

A concepção de uma plataforma informatizada integrada por si só agrega valor ao trabalho e à produção de todas as equipes envolvidas, motivando a mudança e a atitude assertiva.

Constata-se a cada dia a redução dos controles paralelos em planilhas eletrônicas e a disponibilização das informações instantaneamente, ou seja, a consolidação da plataforma como ferramenta única de trabalho. Paralelamente a este movimento tem-se a permeabilidade das informações por meio das diversas coordenações da Secretaria, o que contribuirá para a mudança de cultura, atualmente individualizada passando à colaborativa.

É preciso ressaltar que a plataforma tinha sua previsão de conclusão marcada para o 2º semestre de 2012, mas em virtude do que já foi comentado anteriormente sobre as mudanças e a consolidação da estrutura funcional e de procedimentos não foi possível o alcance desta meta, que automaticamente foi transferida para o 2º semestre 2013.

Perspectivas para a Área de TI em 2013:

A previsão é de que todos os sistemas da plataforma estejam concluídos até meados do 2º semestre 2013. Serão ao todo 17 sistemas em funcionamento, integrando informações no banco de dados geral da SNE LIS.

Está previsto também o desenvolvimento das rotinas de avaliação dos convênios do Programa Segundo Tempo para o uso em “tablets” trazendo mais mobilidade e velocidade no desenvolvimento das atividades das Equipes Colaboradoras.

Seguindo o mesmo movimento da inclusão dos *tablets* nas rotinas de avaliação a Coordenação Geral de Sistemas vem se reunido com a Equipe Pedagógica objetivando a transição dos manuais do Programa Segundo Tempo para os chamados *e-Readers*. O projeto está em fase de estudos e possibilitará a construção dos manuais do programa com facilidades interativas e de pesquisa *on line*.

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.

	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	

X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
()	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
()	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
()	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
()	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Acreditamos que a pesquisa necessita ter acrescentadas questões pertinentes aos sistemas existentes na UJ, questões sobre o engajamento do PDTI ao Planejamento Geral da UJ, bem como ao PPA, de maneira a atender antecipadamente às necessidades da alta gestão da UJ.	

7.2 Análise Crítica

Houve sem dúvidas o aumento da estrutura administrativa da secretaria, o que deverá assim que possível se converter no aumento da demanda por novos convênios e parcerias elevando também as necessidades por controle gerencial e rapidez da gestão na tomada de decisões e prestação de contas, principalmente para o cidadão.

Esta tem sido a principal meta da Coordenação Geral de Sistemas da SNEELIS, agilização dos processos, automatização dos procedimentos e controles disponibilizando às equipes técnicas envolvidas e à gestão dos programas informações confiáveis, atualizadas em tempo real.

A coordenação de sistemas da SNEELIS trabalhou durante o ano de 2012 no levantamento das principais necessidades dos programas sociais incorporados à antiga SNEED, para que o ano de 2013 seja o ano de adaptação e conclusão dos sistemas que restam para completar a plataforma informatizada.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

8.1 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Segundo o Departamento de Gestão Interna, cabe expressar no quadro apenas o consumo/gastos relativos à papel.

Sobre a aferição do Consumo de Água e Energia Elétrica compete à Coordenação de Patrimônio e Administração – COPAD, pois não há como individualizar o consumo de água e energia do prédio apenas para a SNELIS.

Quadro A.8.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
-	-		-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Folhas)	3.033.000	3.503.500	4.903.500	51.958	54.514	78.891
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
			Total	51.958,00	54.514	78.891

Fonte: SIAFI

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
(Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

9.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

9.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Relatório de Auditoria nº 201108586 – Plano de Providências Permanente (PPP) – Relatório de Auditoria nº 201203371 – SNDEL e Relatório de Auditoria nº 201204085 - SNEED	2.16 e 2.17 e Conclusão (Itens SNDEL E SNEED)	Ofício nº 23.410/2012/DRTES/PR/SFS/CGU-PR (encaminhou os Relatórios de Auditoria Anual de Contas - a CGU apresentou os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas da SNDEL e SNEED)
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
2.16 - Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU: “Em pesquisa ao sítio do Tribunal de Contas da União – TCU no endereço http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/PesquisaFormulario não foram identificados acórdãos emitidos pelo TCU, durante o exercício de 2011, com determinação e acompanhamento, pela Secretaria Federal de Controle Interno, das providências para cumprimento das determinações efetuadas à Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte. <p>2.17 - Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU “Não há recomendações de relatório de exercício anterior cuja implementação deva ser analisada por esta equipe de auditoria, vez que a Unidade examinada não foi selecionada pelo TCU para compor Processo de Contas, relativo à Gestão 2010, não tendo sido realizada Auditoria Anual de Contas no exercício de 2011.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Síntese da Providência Adotada			
Não houve recomendações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

- Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria.

- Considerando a extinção da Unidade, as providências corretivas a serem adotadas, naquilo que for pertinente, serão incluídas no PPP da SNELIS, unidade originada da fusão da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/SNDEL com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional/SNEED, e serão monitoradas pelo Controle Interno.

- Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, o presente relatório foi submetido à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

- Todas as recomendações do PPP (R.A. nº 201108586) foram atendidas, sendo as considerações às contratações informadas à CGU por meio dos Ofícios nºs 1301/2012, 1302/2012 (datados em 14/09/2012) e em aditamento aos referidos Ofícios, o nº 1380/2012/DEGEP/SNELIS/ME (datado em 31/10/2012).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

- O Plano de Providências nº 201108586 foi estruturado e revisado pela extinta CADOC/CGFISCO, preenchido pelas Coordenações da SNELIS responsáveis pelas respectivas ações e continuado pela área CGCON/DEGEP a partir de Junho de 2012.

- Importa salientar que a Unidade deu continuidade à implementação das recomendações e a adoção das respectivas providências dos Relatórios de Auditoria nºs 201203371 e 201204085 por meio do Plano de Providências Permanente nº 201108586, o qual foi plenamente cumprido e oportunamente comunicado à CGU.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS	116516

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Em atenção à Nota Técnica 1.198/DSESP/DS/SFC/CGU-PR, de 30 de junho de 2008		Ofício nº 11427/DRTES/DR/SFC/CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS	116516

Descrição da Recomendação:

- Solicita esclarecimentos pertinentes ao Convênio nº 339/2007, com a Prefeitura Municipal de Vitória das Missões/RS, referente à Certidão de Regularidade Previdenciária – CRP.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CONJUR/SNELIS	116516

Síntese da providência adotada:

- Preliminarmente, informa-se que o convênio em epígrafe foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Vitória das Missões/RS e este Ministério, em 31 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União nº 192 em 21 de janeiro de 2008, cujo objeto pactuado foi o funcionamento de 01 núcleo pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade ação Vida para atender adultos acima de 45 anos, por meio de práticas esportivas e de lazer no município de Vitória das Missões/RS.

- A Consultoria Jurídica/CONJUR deste órgão, por intermédio do Parecer nº 744/2007, datado de 19 de dezembro de 2007, verificou que o CAUC da entidade, à época, apresentava irregularidades, sendo uma delas referente à CRP.

Entretanto, a entidade tornou-se adimplente, conforme extrato do CAUC de 06 de junho de 2008, permitindo a liberação dos recursos para a execução do objeto pactuado.

- Resposta enviada à CGU por meio do Ofício nº 1148/2012/DEGEP/SNELIS/ME

Síntese dos resultados obtidos

- Nota Técnica atendida

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- Não houve fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS	116516

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Relatório de Demandas Especiais nº 00219.000610/2008-13 – P. M. de Luís Gomes/RN	3.4.1	Ofício nº 36.922/2011/SE/CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS	116516

Descrição da Recomendação:

No item do referido Relatório, a CGU analisou o funcionamento de núcleos do Programa Segundo Tempo, constatando a inviabilidade de avaliação da execução do programa no Município de Luís Gomes/RN, devido à insuficiência de controle e registros das ações implementadas, somado a isso, no momento da fiscalização pela equipe da CGU, as atividades já se encontravam encerradas. Sendo assim, a CGU considerou inviável de avaliar a execução do mencionado programa.

Diante da emissão do Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico nº 008/2011, de 05/08/2011, data anterior ao Relatório emitido pela CGU, ter concluído pela aprovação da execução física e atingimento dos objetivos do convênio, recomendou-se pela reapreciação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final do mencionado convênio, observando-se especialmente a constatação de insuficiência de controle e registros das ações implementadas extraídas da fiscalização promovida pela CGU.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGFISCO/DEGEP/SNELIS	116516

Síntese da providência adotada:

- A prestação de contas foi reanalisada pela área responsável, a CGFISCO, em atendimento ao Ofício nº 36.922/2011/SE/CGU-PR, de 05/12/2011, emitindo o Parecer nº 03/2012, datado de 20/03/2013.

Síntese dos resultados obtidos

- Manteve-se a conclusão inicialmente apurada e demonstrada pelo Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico nº 008/2011, de 05/08/2011, onde se observa a "...APROVAÇÃO da execução física e atingimento dos objetivos do convênio, considerando que o projeto foi implantado e executado durante todo o período proposto...";

- Estimou-se o atendimento médio de 72,5% de beneficiados, considerando a ausência de indicadores para precisar o real quantitativo durante todo o período de execução, entre outras considerações prestadas no mencionado Parecer.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- Em relação à reanálise da prestação de contas do referido convênio, foi providência a assinatura do Parecer somente este ano, tendo em vista a quantidade volumosa de passivo absorvido pela área responsável em analisar e emitir posteriormente o respectivo parecer, no que tange ao cumprimento do objeto.

Fonte: SIAFI e SIOP

9.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**Quadro A.9.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Nota Técnica nº 1.218/2011/DRTES/DR/SFC/CGU, de 11/05/2011 – Federação Paulista de Xadrez	57	Ofício nº 23.778/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, de 18/08/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
<p>- Reavaliação da prestação de contas do Convênio nº 332/2006 (Federação Paulista de Xadrez) em face dos apontamentos do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União e do Ministério do Esporte, em suas ações de fiscalização, apurando os valores a serem ressarcidos aos Cofres Públicos, diante dos registros de atendimento parcial do objeto em seus aspectos quantitativos e qualitativos; e</p> <p>- Apuração dos fatos que ensejaram o reposicionamento do órgão, na análise do aspecto financeiro da Prestação de Contas do Convênio nº 332/2006, bem como na liberação de recursos do convênio nº 702359, contrariando diretrizes do programa, aplicando-se as devidas penalidades disciplinares, caso confirmado o favorecimentos indevido.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGFISCO/DEGEP/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>- As análises dos Convênios nº 332/2006 e nº 702359/2008 foram iniciadas no ano de 2011. Por se tratar de convênios complexos, que sofreram auditorias, a avaliação técnica requer a apuração de informações distintas ao aspecto técnico da análise do cumprimento do objeto pactuado. Todavia, destaca-se que o convênio 702359/2008 teve a sua análise concluída, por meio do Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico/Prestação de Contas Final nº 001/2012, datado de 27/01/2012. Em relação ao Convênio nº 332/2006, no sentido de cumprir com a recomendação da CGU, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Cumprimento do Objeto/CGFISCO está reapreciando/reanalizando a prestação de contas no que tange ao aspecto técnico, para posterior avaliação financeira/contábil.</p> <p>- Vale mencionar que em maio/2012 foi composta a Coordenação-Geral de Fiscalização/CGFISCO no Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEGEP com o propósito de dar andamento e maior celeridade aos convênios pendentes de prestação de contas do cumprimento do objeto.</p> <p>- Tendo em vista a grande quantidade de convênios com prestações de contas a serem analisadas, e a</p>			

desproporcionalidade na quantidade de técnicos na referida área, foi realizada uma lista de convênios por ordem de prioridade em que o Convênio nº 332/2006 encontra-se no aguardo para reanálise das contas pela CGFISCO. Vale informar que a entidade foi diligenciada a apresentar documentação complementar, a qual foi respondida a este Ministério e será levada em consideração quando da análise da prestação de contas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

- Conforme asseverado no Relatório de Gestão/2011, destaca-se que o acúmulo de análises e reanálises das Prestações de Contas no âmbito técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto) ocorreu em virtude da fusão das equipes das Coordenações de Formalização de Parcerias (CGFOR) e de Avaliação de Convênios, que, em face das demandas/prioridades com prazos exíguos das duas Coordenações, muitas vezes inviabilizando um melhor planejamento do setor, e em especial os trabalhos de análise das contas dos convênios celebrados.

- Apesar dos esforços empreendidos por esta unidade, não foi possível o cumprimento integral da demanda natural das Prestações de Contas no que tange ao aspecto técnico, em virtude do impacto no início de 2011, tendo em vista a realização pela CGFOR de 04 (quarto) Processos Seletivos para Formalização de Parcerias (PST Padrão, PST Universitário, PST/Pessoa com Deficiência, PST Navegar), deixando a equipe técnica, quase em sua totalidade, com esforços mais concentrados na formalização de Parcerias. Ao todo foram analisadas mais de 2.230 (duas mil, duzentos e trinta) propostas e encaminhadas nos quatro processos seletivos.

- Em maio/2012, a Secretaria deparou-se com a necessidade da criação de uma Coordenação específica no intuito de dar andamento de forma mais célere ao passivo de convênios que não tiveram as suas prestações de contas analisadas e emitidas quanto ao cumprimento do objeto. Contudo, a CGFISCO tem realizado a análise e/ou reanálise da prestação dos convênios de forma por ordem de prioridade.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS	116516

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Relatório de Demandas Externas nº 00225.000570/2009-10 – Osasco/SP – Instituto Quero-Quero	2.1.1.4	Ofício nº 216/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS	116516

Descrição da Recomendação

- Recomenda-se ao Ministério do Esporte que avalie o impacto qualitativo da não realização de processo seletivo para a contratação de recursos humanos para o desenvolvimento de atividades nos Núcleos de Esporte, assim como leve em consideração o fato quando da análise da prestação de contas do convênio, em especial no item referente ao alcance do objeto e ao objetivo proposto com o ajuste.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGFISCO/DEGEP/SNELIS	116516

Justificativa para o seu não Cumprimento

- Enviado Memorando nº 009/2013/CGCON/DEGEP/SNELIS/ME, datado de 21/02/2013, solicitando à Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto/CGFISCO manifestação no que tange à prestação de contas do convênio, em especial no item referente ao alcance do objeto e do objetivo proposto com o ajuste.

- Em resposta, a CGFISCO remeteu Memorando nº 052/2013/CGFISCO/DEGEPI/SNELIS/ME, datado de 22/02/2013, se referindo à impossibilidade de emitir Parecer Técnico, uma vez que a entidade não prestou contas a este Ministério, cabendo, deste modo, à CGPCO instaurar uma TCE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- Tendo em vista que a entidade não prestou contas a esta Unidade, a CGFISCO ficou impossibilitada de analisar a documentação para posterior emissão do parecer no que tange ao aspecto técnico, conseqüentemente inviabilizando a prestação de contas financeira pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas/CGPCO.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Relatório de Demandas Especiais nº 00190.011613/2008-48 – Município São José do Calçado/ES	2 e 4	Ofício nº 36.955/2011/SE/CGU-PR, de 06/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação:			
<p>“1. A Controladoria-Geral da União desenvolveu, motivada por demanda de cidadão, ação de controle com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais no município de São José do Calçado/ES.</p> <p>2. Concluídos os trabalhos, remeteu a Vossa Excelência cópia do Relatório de Fiscalização concernente aos resultados da mencionada ação, para as providências que reputar cabíveis, inclusive melhoria dos controles primários e, se for o caso, apuração de responsabilidades, visando prevenir a repetição de ocorrências semelhantes.</p> <p>(...)</p> <p>4. No intuito de agilizar as comunicações necessárias, permito-me sugerir que sejam enviados diretamente à Secretaria Federal de Controle Interno, pelos gestores dos respectivos programas de governo, com a participação da AECI (Assessoria Especial de Controle Interno), as informações sobre as medidas que vierem a ser adotadas no âmbito dessa Pasta.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PELC/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>- A Assessoria Especial de Controle Interno, por meio do Memorando nº 052/2011/AECI/GM-ME, de 08/12/2011, encaminhou a esta unidade gestora o referido Relatório para conhecimento e providências no que se refere ao Convênio nº 165/2005, firmado com o município em tela no âmbito do Programa Segundo Tempo.</p> <p>Em face do exposto, sugere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerando encerrada a execução do Convênio nº 165/2005 (SIAFI 542387), que seja promovido o apensamento do Relatório em apreço aos autos respectivos, visto não restarem providências pendentes a esta unidade; • Que sejam expedidas notificações à CGFOR/SNELIS/ME (atual CGFISCO) e à CGPCO/SPOA/ME, de forma que os fatos e avaliações registradas pela CGU sejam considerados quando da análise dos aspectos técnico e financeiro da Prestação de Contas Final do Convênio nº 165/2005 (SIAFI 542387); • Que os fatos identificados e méritos avaliados pela CGU sirvam de referência para a melhoria dos controles primários relativos aos convênios, visando prevenir a repetição de ocorrências semelhantes; • O encaminhamento de cópia do Relatório de Demandas Especiais nº 00190.011613/2008-48 à Coordenação 			

<p>Geral de Esporte e Lazer (atual Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social – CGAO-LIES), para ciência do inteiro teor e providências para atendimento das demandas relativas ao PELC, devendo, posteriormente, comunicar à CGFISCO as providências adotadas no sentido do estrito cumprimento.</p>			
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>			
<p>- Determinado que as análises não devem se limitar aos apontamentos acima destacados, cabendo a avaliação minuciosa de todos os fundamentos que integram o Relatório de Demandas Especiais nº 00190.011613/2008-48, acerca de cada convênio.</p> <p>- Com a reestruturação no início de 2012 das Coordenações do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEGEP, as respectivas Coordenações se comprometem a dar atenção e andamento às providências pendentes.</p> <p>- O Relatório em questão trata de convênio celebrado no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC, o que demandará ações junto às áreas responsáveis para a consolidação final de documento conclusivo, inclusive para posicionamento perante à CGU.</p>			
<p>Unidade Jurisdicionada</p>			
<p>Denominação completa:</p>			<p>Código SIORG</p>
<p>Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS</p>			<p>116516</p>
<p>Recomendações do OCI</p>			
<p>Recomendações expedidas pelo OCI</p>			
<p>Ordem</p>	<p>Identificação do Relatório de Auditoria</p>	<p>Item do RA</p>	<p>Comunicação Expedida</p>
<p>-</p>	<p>Relatório de Demandas Especiais nº 00190.038256/2008-65 – FAMFS (Federação de Apoio ao Menor de Faria de Santana/BA)</p>	<p>8</p>	<p>Ofício nº 35.165/DRTES/DR/SFC/CGU-PR de 24/11/2011</p>
<p>Órgão/entidade objeto da recomendação</p>			<p>Código SIORG</p>
<p>Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS</p>			<p>116516</p>
<p>Descrição da Recomendação:</p>			
<p>“8. Encaminho, também, para conhecimento e providências com relação às recomendações formuladas, o Relatório de Demandas Especiais nº 00190.038256/2008-65, que tratam da análise das justificativas e considerações apresentadas pelo Ministério do Esporte, em especial com relação aos convênios 522459, 558575, 453771, 466172, 371166, 541275 e 558652; assim como apresenta o resultado das fiscalizações realizadas nos convênios 510140, 415908, 393877, 417257, 456437, 479222, 401822, 479223, 483780, 500585, 515325 e 558654.”</p>			
<p>Providências Adotadas</p>			
<p>Setor responsável pela implementação</p>			<p>Código SIORG</p>
<p>Unidades da SNELIS e do ME.</p>			<p>116516</p>
<p>Justificativa para o seu não cumprimento:</p>			
<p>- O Relatório foi encaminhado à CGFISCO/DEDAP (atual CGCON/DEGEP) para fins de deliberações internas e encaminhamentos no sentido de elaboração de Parecer Conclusivo das análises, conforme solicitado item nº 9.</p>			
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>			
<p>- O Relatório em questão trata de convênios celebrados no âmbito de vários programas deste Ministério, com objeto e fases de execução distintas, o que demandará ações no 1º Semestre de 2013 junto às diversas áreas e, ao final, a compilação em um documento conclusivo, inclusive para posicionamento junto à CGU.</p> <p>- Diante do volume de convênios, das constatações mencionadas no Relatório, da extensão das providências e em virtude do acompanhamento das mesmas, em março/2013, o DEGEP e a AECI estudaram uma alternativa para a reanálise da prestação de contas dos convênios listados no RDE.</p>			

9.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	30	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	56
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIOP

9.2.2 Análise Crítica

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas gerencia a recepção das DBR's. Esta Unidade não dispõe de sistema informatizado para esse gerenciamento, a recepção se dá em papel, tanto na forma de DBR impressa e lacrada, quanto no formulário de autorização de acesso.

As DBR's são guardadas em arquivo com chave, preservando o sigilo das informações.

Não compete à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, a análise quanto à incompatibilidade patrimonial do servidor.

Ao servidor que não cumpriu a obrigação de entrega da DBR, comunicamos à unidade responsável por incluir a informação no Relatório de Gestão do exercício.

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Segundo informação prestada pela COF à CGPAG, a Unidade Jurisdicionada não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 pelos seguintes motivos:

- O Ministério do Esporte - ME ainda possui divergência de valores entres os bens registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o *Automation System of Inventory* – ASI, sistema contratado por este ME junto a LINKDATA para o serviço de manutenção e suporte técnico de solução informatizada de Gestão Patrimonial;
- No contrato de aquisição do ASI não foi incluído o módulo pertinente à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de ativos e passivos; e

Informado, ainda, que em 8 de dezembro de 2011 foi solicitado ao Diretor do Departamento de Gestão Interna – Substituto, mediante o Parecer Técnico n° 001/2011, de 8/12/2011, constante do processo n°. 58000.002763/2011-36, que atuasse junto Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG para proceder à aquisição de módulo específico do atual software de controle patrimonial visando permitir o cálculo de depreciação acumulada dos bens patrimoniais pertencentes ao Ministério do Esporte para que posteriormente fosse lançado pela Setorial Contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI. Entretanto, até a presente data, tal solicitação não foi atendida.

Diante do exposto, foi sugerido ao Diretor do Departamento de Gestão Interna, mediante Memorando n° 072/2013, de 5/3/2013, a formação de comissão ou grupo de trabalho para sanar as dificuldades citadas e então promover os cálculos de depreciação.

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Apresentada a Declaração do Contador, atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis, no Anexo 30 – Declaração de Contador.

11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

(Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O exercício de 2011 foi pautado pela execução e fechamento do Plano Plurianual – PPA 2007-2011. Concomitantemente, a Secretaria estava com uma nova titularidade e foi chamada a redimensionar seu planejamento à luz do novo Governo através do PPA 2012-2015. Cabe salientar que esse período de transição levou a um redimensionamento dos objetivos estratégicos da unidade e à readequação da estrutura organizacional, bem como dos processos gerenciais. Tais medidas tinham como foco a conclusão de um ciclo de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação do Programa Segundo Tempo. O desafio era qualificar e ao mesmo tempo buscar a ampliação e diversificação do Programa Segundo Tempo.

A gestão continuou concentrando esforços para colocar em prática as ações definidas pelo Planejamento Estratégico, aliada a uma forte decisão de governo de dar escala ao atendimento em todo país. Para alcançar esses objetivos a gestão tomou algumas medidas:

- Atualização e aperfeiçoamento do modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados);
- Realização de um edital público priorizando a celebração de convênios com as parcerias públicas como as universidades públicas, institutos federais, Ministério da Defesa, governos municipais e estaduais.
- Garantia do atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados do PST-Padrão;
- A ampliação do atendimento para mais 1.000.000 beneficiados em cerca de 5.000 escolas, por meio do fortalecimento das parcerias com o MEC, PST e o Mais Educação – mantendo a identidade do Programa e atendendo aos objetivos da formação integral do jovem estudante;
- Implementação dos projetos especiais, diversificando e agregando valor ao Programa pelo PST universitário, Pessoa com deficiência, PST-Indígena e a retomada do PST-Navegar.

A necessidade de qualificar e aprimorar a gestão da SNEED foi outro grande desafio. No primeiro momento, manteve-se a estrutura de funcionamento da Secretaria utilizada em 2010, paralelamente foi realizado um profundo diagnóstico organizacional objetivando melhorar o desempenho da gestão.

A implantação de uma nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais e o mapeamento do fluxo processual da SNEED, bem como o dimensionamento da força de trabalho com a descrição pontual das diversas funções e atribuições dos servidores em suas áreas, as coordenações e departamento foram fundamentais para identificação de incorreções e desalinhamentos internos.

A primeira iniciativa foi a de distribuir de maneira equilibrada as responsabilidades entre dois departamentos, garantindo o envolvimento de todas as áreas da Secretaria. Posteriormente, o aprimoramento dos processos gerenciais da ação principal da SNEED que é a de funcionamento de núcleos, buscando o aprimoramento do Sistema de Acompanhamento Operacional e o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST.

A revisão do potencial humano no que tange à sua capacidade produtiva com o objetivo principal de fazer frente à formalização e ao acompanhamento da crescente demanda de convênios do PST aliada à capacitação e qualificação buscando assegurar os recursos materiais e a infraestrutura física necessários ao pleno funcionamento da Secretaria foi fundamental para melhorar o desempenho dos nossos servidores.

O conjunto de iniciativas descritas fizeram com que a gestão estivesse à altura dos novos desafios colocados, principalmente o lançamento de edital público do Programa Segundo Tempo que contou com a adesão de mais de 2000 propostas, exigindo de imediato um grande esforço interno de formalização de novos convênios, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes. Contudo, com a publicação do Decreto que redefiniu a estrutura organizacional do Ministério do Esporte e a fusão da SNEED com SNDEL constituindo a nova SNELIS, foi necessário repensar a estrutura com a incorporação de novos programas e novos processos internos de modo que a gestão não conseguisse colocar em prática das mudanças realizadas anteriormente. Esse fato foi decisivo para uma certa dispersão e desorganização das atividades e prioridades da gestão, sem contudo atrapalhar a execução orçamentária das ações previstas na LOA 2011, garantindo os compromissos junto às parcerias públicas estabelecidas.

Anexo 1 – Relação das Entidades Selecionadas – PST

Nº	ENTIDADE SELECIONADA	UF	CNPJ/UG
1	Secretaria de Estado da Educação	AL	12200218000179
2	Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro	AL	12200275000158
3	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL	RJ	6222709000118
4	Prefeitura Municipal de Arapiraca	AL	12198693000158
5	Secretaria de Estado do Esporte – SEES	PR	14864167000105
6	Prefeitura Municipal de Itabuna	BA	14147490000168
7	Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	MG	21498274000122
8	Secretaria de Estado da Educação	AL	12200218000179
9	Prefeitura Municipal de Encantado	RS	88349238000178
10	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	SP	56024581000156
11	Prefeitura Municipal de Marica	RJ	29131075000193
12	Secretaria de Estado da Educação	AL	12200218000179
13	Prefeitura Municipal de São Sebastiao do Passe	BA	13831441000187
14	Prefeitura Municipal Tatuí	SP	46634564000187
15	Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Lourdes	BA	14.117.3290001-41
16	Prefeitura Municipal de Bagé	RS	88073291000199
17	Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo	RS	88254875000160
18	Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo	RS	1613360000121
19	Prefeitura Municipal de Uberaba	MG	18428839000190
20	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	RJ	32512501000143
21	Prefeitura Municipal de Maranguape	CE	7963051000168
22	Prefeitura Municipal de Estância Hidromineral de Poá	SP	55021455000185
23	Prefeitura Municipal de Embu Guaçu	SP	46523148000101
24	Prefeitura Municipal de Mogi Das Cruzes	SP	46523270000188
25	Prefeitura Municipal de Patos De Minas	MG	18602011000107
26	Prefeitura do Município de Porto Velho	RO	5903125000145
27	Prefeitura Municipal de Igarapé	MG	18715474000185
28	Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima	SC	82926593000186
29	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	SP	45339363000194
30	Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	RS	87613071000148
31	Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal	BA	13809397000109

Nº	ENTIDADE SELECIONADA	UF	CNPJ/UG
32	Prefeitura Municipal de Estrela	RS	87246120000151
33	Prefeitura Municipal de Floriano	PI	6554067000154
34	Prefeitura Municipal de Lapão	BA	13891528000140
35	Prefeitura Municipal de Serrana	SP	44229813000123
36	Prefeitura Municipal de Montes Claros	MG	22678874000135
37	Universidade Estadual de Londrina	PR	78640489000153
38	Secretaria da Juventude e dos Esportes	TO	3063416000147
39	Prefeitura Municipal de Belém	PA	5055009000113
40	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	SP	46523239000147
41	Prefeitura Municipal de Cristais Paulista	SP	45307980000108
42	Universidade Federal Pernambuco	PE	153080
43	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	BA	158092
44	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	153166
45	Universidade Federal do Pampa	RS	154359
46	Universidade Federal do Pampa	RS	154359
47	Universidade Federal de Sergipe	SE	154050
48	Universidade Federal do Maranhão	MA	154041
49	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	153103
50	Universidade Federal do Amazonas	AM	154039
51	Universidade Federal de Campina Grande	PB	158195
52	Universidade Federal do Semiárido	RN	153033
53	Universidade Federal de Lavras	MG	153032
54	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Jacobina	BA	158145
55	Instituto Federal Norte de Minas	MG	158121

Anexo 2 – Relação da Execução do PST 2012

Nº	ENTIDADE	OBJETO	R\$ ME	VALOR EMPENHADO	Nº DE NÚCLEO	Nº de BENEFICIÁRIO	REGIÃO
1	P.M Estrela / RS	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Estrela/RS.	78.600,00	39.300,00	2	200	SUL
2	Secretaria da Juventude dos Esportes / TO	Implantação de Núcleos de Esporte Educacional para manutenção do PST, em atendimento às crianças, adolescentes e jovens dos municípios participantes no Estado do Tocantins.	248.100,00	124.050,00	7	700	NORTE
3	P.M Cristais Paulista / SP	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Cristais Paulista/SP	102.900,00	51.450,00	3	300	SUDESTE
4	P.M Uberaba / MG	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de UBERABA/MG.	839.400,00	419.700,00	30	3.000	SUDESTE
5	P.M Ribeirão Preto / SP	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Ribeirão Preto/SP.	321.000,00	160.500,00	10	1.000	SUDESTE
6	P.M Doutor Ricardo / RS	Implantação de Núcleos de Esporte Educacional em benefício a crianças, adolescentes e jovens do Município de Doutor Ricardo/RS	78.600,00	39.300,00	2	200	SUL
7	P.M Maranguape / CE	Implantação de núcleos de Esporte Educacional, para manutenção do Programa Segundo Tempo no município de Maranguape.	418.200,00	209.100,00	14	1.120	NORDESTE
8	P.M Encantados / RS	Implantação de Núcleos de Esporte Educacional - Segundo Tempo, no Município de Encantado - RS	102.900,00	514.450,00	3	300	SUL

Nº	ENTIDADE	OBJETO	R\$ ME	VALOR EMPENHADO	Nº DE NÚCLEO	Nº de BENEFICIÁRIO	REGIÃO
9	P.M Volta Redonda / RJ	Implantação de núcleos de esporte educacional para manutenção do Programa segundo tempo no município de Volta Redonda-RJ	1.633.200,00	816.600,00	60	6.000	SUDESTE
10	P.M Maricá / RJ	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Maricá.	418.200,00	209.100,00	14	1.400	SUDESTE
11	P.M São Bernardo do Campo / SP	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de São Bernardo do Campo/SP.	596.400,00	298.200,00	20	2.000	SUDESTE
12	P.M Estância Hidromineral de Poá / SP	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Poá.	151.500,00	75.750,00	5	500	SUDESTE
13	P.M Patos de Minas / MG	Implantação de núcleos de esporte educacional para manutenção do Programa Segundo Tempo no Município de Patos de Minas/MG.	272.400,00	136.200,00	8	800	SUDESTE
14	P.M Lapão / BA	Implantação de núcleos de esporte educacional, para a manutenção do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes do Município de Lapão/BA	248.100,00	124.050,00	7	700	NORDESTE
15	P.M Igarapé / MG	Implantação de núcleos de esporte educacional para a manutenção do Programa Segundo Tempo do Município de Igarapé/MG.	248.100,00	124.050,00	7	700	SUDESTE
16	Universidade Estadual de Londrina / PR	Implementar núcleos de esporte para crianças e jovens, de 6 até 21 anos, com modalidades esportivas variadas, em territórios de vulnerabilidade social, objetivando segmentar a política de municipalização do esporte educacional e do esporte participativo.	569.911,20	286.155,60	3	300	SUL
17	Universidade Federal do Recôncavo da	Implementar do Programa Segundo Tempo -	82.250,00	82.250,00	1	300	NORDESTE

Nº	ENTIDADE	OBJETO	R\$ ME	VALOR EMPENHADO	Nº DE NÚCLEO	Nº de BENEFICIÁRIO	REGIÃO
	Bahia/BA	Universitário na região do Recôncavo da Bahia/BA					
18	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO/RJ	Implementar do Programa Segundo Tempo - Universitário/Deficiente na Região do Rio de Janeiro.	158.700,00	158.700,00	2	400	SUDESTE
TOTAL GERAL			6.568.461,20	3.868.905,60			
				TOTAL DE NÚCLEOS	198		
				TOTAL DE BENEFICIÁRIOS		19.920	

Anexo 3 – Relação das Entidades Federais Proponentes do PELC

N ^o	ENTIDADE	UG	UF	REGIÃO
1	Universidade Federal de Alagoas	153037	AL	NORDESTE
2	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do Ceará – Campus Canindé	158133	CE	NORDESTE
3	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do Ceará – Campus Crato	158133	CE	NORDESTE
4	Universidade Federal do Maranhão	154041	MA	NORDESTE
5	Universidade Federal de Juiz de Fora	153061	MG	SUDESTE
6	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho	158137	MG	SUDESTE
7	Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	154045	MT	CENTRO-OESTE
8	Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cuité	158195	PB	NORDESTE
9	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Barreiros	158149	PE	NORDESTE
10	Universidade Federal de Pernambuco	153080	PE	NORDESTE
11	Universidade Federal Fluminense	153056	RJ	SUDESTE
12	Universidade Federal de Santa Maria	153164	RS	SUL

Anexo 4 – Edital nº 003/2012

MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

ANEXO II

EDITAL Nº 003/2012 - SNELIS

CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE COMPETIÇÕES E EVENTOS DE ESPORTE E LAZER

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME), torna público o presente chamamento em conformidade com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à ampliação da política de competições e eventos de esporte e lazer, nos termos da Ação Orçamentária 20JQ do Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos, na Subfunção 812 – Desporto Comunitário, com recursos previstos no Orçamento Geral da União de 2012.

1. OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar propostas que visem: (1) o apoio a eventos de esporte e lazer; e (2) a estruturação e apoio ao desenvolvimento de Competições de Esporte Estudantil, conforme o item 7 do presente Edital, por meio de propostas apresentadas por entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo Primeiro – Para o desenvolvimento dos projetos, o Ministério do Esporte celebrará o instrumento de Convênio.

Parágrafo Segundo – As instituições proponentes serão as responsáveis diretas e exclusivas pela execução física e financeira dos recursos do convênio.

2. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para os efeitos deste Edital, aplicam-se os conceitos constantes do art. 1º, § 2º, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.

3. DAS CONDIÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Serão analisadas, no âmbito deste Chamamento Público, as propostas a serem enviadas por entidades privadas sem fins lucrativos sediadas em todos os Estados do Brasil.

3.2. A análise das propostas estará condicionada ao cumprimento, pelas entidades proponentes, das exigências legais pertinentes trazidas no Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº507/2011.

3.3. Todas as propostas devem ser enviadas pelo SICONV, sendo necessária a realização dos procedimentos de credenciamento e cadastramento, de acordo com os artigos 18 e 22 da

Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, destacando que será exigida a atuação da entidade na função “Desporto Comunitário”.

Parágrafo único. Considerando que o cadastro no SICONV tem validade de um ano e que o mesmo deve ser atualizado, junto à unidade cadastradora SICONV utilizada pelo proponente, até que sejam exauridas todas as obrigações necessárias para a constituição do convênio, até o momento da celebração todas as exigências constantes do art. 22 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 devem estar integralmente atualizadas.

3.4. Somente serão consideradas as propostas que atenderem às temáticas constantes do presente Edital, à escolha, à necessidade e ao enquadramento do proponente, considerando as estratégias de intervenção e indução de políticas no âmbito do Governo Federal e que se relacione intrinsecamente às características da ação orçamentária em questão.

4. DOS PRAZOS

4.1. O prazo para apresentação das propostas corresponde ao período de 24/5/2012 a 8/6/2012.

4.2. Os prazos para seleção de propostas, assim como os resultados, serão divulgados no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos programas SICONV disponibilizados em decorrência do presente edital, conforme atividades, datas e períodos abaixo relacionados.

ATO/ATIVIDADE	DATA/PERÍODOS
Publicação do Edital	28 de maio de 2012
Recebimento dos Projetos	28 de maio até 11 de junho de 2012
Habilitação, Classificação e Seleção	12 a 17 de junho 2012
Publicação do Resultado Parcial	18 de junho de 2012
Prazo para Interposição de Recurso	18 a 22 de junho 2012
Análise dos Recursos Interpostos	23 a 26 de junho de 2012
Resultado Final da Seleção e do Banco de Projetos	27 de junho de 2012
Celebração dos convênios	28 de junho até 31 de dezembro de 2012

4.3. Os projetos apresentados poderão ter vigência de 3 (três) a 12 (doze) meses, considerando a possível sequência de eventos e o período de execução das ações e do plano de aplicação detalhado.

4.4. A data de início da vigência do instrumento ocorrerá com a assinatura do convênio pelos partícipes.

4.5. O prazo para interposição de recurso visando contestar o resultado será de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data da publicação do resultado parcial, e deverão ser encaminhados para o e-mail formalizacao.snelis@esporte.gov.br, em documento digitalizado, assinado pelo dirigente máximo, ou representante legal devidamente constituído, contendo os itens contestados e as respectivas justificativas e argumentações necessárias.

4.6. O presente chamamento público terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

5. DO REPASSE FINANCEIRO

5.1. Os recursos para este Chamamento Público, no exercício de 2012, serão disponibilizados a partir da dotação orçamentária da Ação 20JQ – Realização e apoio a competições e eventos de esporte e lazer, que se insere no Programa PPA 2035 – Esporte e Grandes Eventos.

5.2. DOS ITENS FINANCIÁVEIS

5.2.1. Poderão ser financiadas despesas de custeio (elemento de despesa): material de consumo (30), premiações desportivas (31), diárias (14), passagens e despesas com locomoção (33) e serviços de terceiros de pessoa física (36) ou jurídica (39).

Parágrafo Primeiro – Para todos os bens a serem adquiridos ou serviço a ser contratado, devem ser apresentados os respectivos Termos de Referência, contendo pesquisa de preço com três cotações, contendo o nome, CNPJ e contato do fornecedor, conforme modelos a serem disponibilizados no sítio eletrônico do ME e no programa SICONV.

Parágrafo Segundo. As despesas a serem previstas nos projetos deverão estar compatíveis com o Manual Técnico de Orçamento – MTO/2012, constante no sítio www.portalsof.planejamento.gov.br.

Parágrafo Terceiro. Qualquer despesa que não esteja contemplada no item 5.3.1 só poderá ser autorizada, sob discricionariedade do ME, mediante expressa e pertinente justificativa do proponente, com razões que fundamentem a imprescindibilidade da compra ou do serviço e do seu respectivo impacto e nexos no projeto.

5.2.2. Ao teor de disposição expressa do Art. 52, Parágrafo único, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, poderá ser permitido, a critério do ME, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do objeto, que os recursos do convênio custeiem as despesas administrativas das entidades privadas sem fins lucrativos, desde que, expressamente relacionadas ao objeto, autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho. Posteriormente terão de ser comprovadas na execução e na prestação de contas.

5.3. DOS ITENS NÃO-FINANCIÁVEIS

5.3.1. Não serão financiados bens permanentes, obras ou serviços de engenharia e/ou qualquer outro item que constitua patrimônio e que tenha duração superior a 2 anos.

5.3.2. Aplica-se a este edital e às respectivas propostas todas as disposições constantes do Art. 52 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, salvo disposição constante do item 5.2.2, bem como todas as vedações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais regras e vedações legais aplicáveis às entidades privadas sem fins lucrativos.

6. DA CONTRAPARTIDA DO PROPONENTE

6.1. A contrapartida, de caráter facultativo às entidades privadas sem fins lucrativos, conforme entendimento do Art. 35 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – LDO, servirá como critério de desempate entre as propostas apresentadas, considerando o percentual referente ao total do projeto pleiteado.

6.2. Havendo contrapartida, que poderá ser financeira ou em bens e serviços, o proponente deverá comprovar que os recursos, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta

estão devidamente assegurados.

Parágrafo único – Em caso de haver aporte de recursos de outra origem ou de outra entidade e/ou personalidade jurídica diferente para a execução do projeto, esta informação deverá estar explícita no projeto e plano de trabalho, figurando tal partícipe, obrigatoriamente, como interveniente no convênio.

7. DO ENQUADRAMENTO E DA ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS

7.1. O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar projetos que, focados no tema da Ação, enquadrem-se em uma das linhas temáticas abaixo:

7.1.1. Apoio a eventos de esporte e lazer

Nesta linha serão aceitos projetos que proponham a realização de um ou mais de um evento e/ou atividade de esporte e lazer, de abrangência local, regional ou nacional, tais como festivais, jogos, torneios, campeonatos entre outros, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do esporte e do lazer, a integração dos praticantes de qualquer idade na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente, inclusive os eventos/atividades voltados para o esporte e lazer de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar.

7.1.2. Estruturação e apoio ao desenvolvimento de Competições de Esporte Estudantil

Nesta linha serão aceitos projetos que proponham a realização de uma ou mais de uma competição esportiva de abrangência local, regional, nacional ou internacional, que contribua com o desenvolvimento da Política de Esporte Estudantil, articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis, decorrentes dos sistemas de educação básica ou superior, de formas assistemáticas de educação e de calendários esportivos oficiais, tendo como finalidade alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para a vivência esportiva.

8. DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1. O presente Chamamento Público será processado em três fases: (1) Publicação de edital e recebimento das propostas; (2) Habilitação, classificação e seleção; e (2) Banco de Projetos.

8.1.1. DA PUBLICAÇÃO DE EDITAL E RECEBIMENTO DOS PROJETOS

8.1.1.1. O presente Chamamento Público de Projetos, em conformidade como art. 8º da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, será realizado no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), assim como será dada publicidade no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, bem como no Diário Oficial da União.

8.1.1.2. O recebimento de projetos será exclusivamente realizado pelo SICONV, no Programa nº 5100020120088 (**Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer – Edital nº 003/2012/SNELIS**). Quando da inclusão do projeto, o proponente deverá selecionar em objeto de Programa, a temática de seu interesse, conforme item 7, na modalidade convênio, e deverão seguir, obrigatoriamente, as seguintes orientações:

- a) Preenchimento integral da Proposta e do Plano de Trabalho/SICONV, nas abas de “dados”, “cronograma físico”, “cronograma de desembolso” e “plano de aplicação detalhado” constantes do SICONV;
- b) Inclusão da Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV, na aba “dados”, campo “capacidade técnica e gerencial”, ou sua transcrição, conforme espaço disponível;
- c) Inclusão dos termos de referência, na aba “projeto básico/termo de referência”, contendo, no mínimo 3 (três) orçamentos, conforme orientação e modelos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos Programas/SICONV;
- d) Inclusão da documentação obrigatória, item 8.1.1.3, na aba “Anexos”, conforme orientação e modelos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos Programas/SICONV
- e) Ao final do cadastramento do projeto no SICONV, a entidade proponente deverá, obrigatoriamente, enviá-la para “Análise”, gerando o *status* de “Proposta/Plano de Trabalho enviado em Análise”;
- f) Após o envio da Proposta/SICONV para “Análise”, a entidade proponente, não poderá alterar a Proposta/SICONV encaminhada; e
- g) Somente serão analisados os projetos que: (1) forem cadastrados no Programa/SICONV especificado; (2) enquadrarem-se na condição/status de “Proposta/Plano de Trabalho enviado em Análise”; (3) forem cadastrados dentro do prazo estabelecido no item 4.1.

8.1.1.3. Será obrigatória a seguinte documentação:

- a) Documento técnico de projeto, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV;
- b) Conjunto de Declarações e Termos específicos para conveniamento, acerca do projeto e do ente proponente, conforme modelos disponíveis no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV;
- c) 3(três) últimos balanços patrimoniais/fiscais anuais;
- d) Documentação digitalizada do dirigente signatário, contendo documento de registro, CPF, comprovante de residência e Ata de Nomeação e Posse; e
- e) Os demais documentos exigidos pelo Art. 22 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n° 507/2011 e recebidos pela unidade cadastradora, serão conferidos na área de cadastramento do SICONV, estando cadastrado o proponente.

8.1.1.4. A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social será responsável pela análise dos projetos, indicando técnicos das coordenações-gerais e departamentos responsáveis, que constituirão Comissão Técnica de Análise do Chamamento Público, sendo o resultado final homologado pelo Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

8.1.1.5. Os principais atos e os resultados finais referentes ao presente chamamento público serão publicitados no sítio eletrônico do ME, no programa SICONV e no Diário Oficial da União.

8.1.1.6. Sem prejuízo ao item 8.1.1.5, os comunicados, informações e notificações referentes ao resultado da análise da participação das propostas, serão realizados e processados por meio do SICONV, mediante funcionalidade de “pareceres”.

8.1.2. DA HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO

8.1.2.1. Para a **habilitação**, as propostas deverão atender a todos as disposições constantes dos itens **3.1, 3.3, 7.1, 8.1.1.2 e 8.1.1.3.**

8.1.2.2. As propostas habilitadas terão suas propostas analisados sob a ótica técnica de mérito e financeira, de acordo com os seguintes critérios:

ITEM 1 – PROPOSTA (ANÁLISE TÉCNICA DE MÉRITO)			
<i>Critérios</i>	<i>Nota</i>	<i>Peso 1 a 3</i>	<i>Pont. Máxima</i>
(1) Dados (Aba SICONV)	-	-	-
(1.1) Justificativa	-	-	-
(1.1.1) Caracterização dos interesses recíprocos	0-1-2-3	1	3
(1.1.2) Relação entre a proposta e a finalidade do programa/Ação Orçamentária	0-1-2-3	1	3
(1.1.3) Diagnóstico e descrição do(s) evento(s) e/ou atividade(s)	0-1-2-3	3	9
(1.1.4) Diagnóstico e indicação do público alvo	0-1-2-3	1	3
(1.1.5) Critérios de seleção do público alvo	0-1-2-3	1	3
(1.1.6) Objetivos gerais e específicos	0-1-2-3	1	3
(1.1.7) Indicadores de resultado e de impacto do projeto	0-1-2-3	1	3
(1.2) Objeto			
(1.2.1) Pertinência do objeto	0-1-2-3	1	3
(1.3) Capacidade técnica e gerencial do proponente	0-1-2-3	-	-
(1.3.1) Objetivos institucionais e histórico	0-1-2-3	2	6
(1.3.2) Estrutura/Organograma/Fluxograma	0-1-2-3	2	6
(1.3.3) Corpo técnico responsável	0-1-2-3	1	3
(1.3.4) Atributos específicos/filiações	0-1-2-3	1	3
(1.3.5) Experiência em convênios	0-1-2-3	3	9
(1.3.6) Qualificações e expertises	0-1-2-3	1	3
(1.3.7) Normativos e Regulamento de compras e serviços	0-1-2-3	1	3
(1.3.8) Site	0-1-2-3	1	3
(1.4) Período de execução	-		
(1.4.1) Pertinência quanto ao projeto	0-1-2-3	1	3
ITEM 2 – PLANO DE TRABALHO (ANÁLISE TÉCNICA DE MÉRITO)			
<i>Critérios</i>	<i>Nota</i>	<i>Peso 1 a 3</i>	<i>Pont. Máxima</i>
(2) Cronograma Físico	-	-	-
(2.1) Demonstração lógica do cumprimento do objeto	0-1-2-3	2	6
(2.2) Viabilidade e adequação quanto aos objetivos	0-1-2-3	2	6
(3) Cronograma de Desembolso	-	-	-
(3.1) Consonância com metas e fases	0-1-2-3	1	3
(4) Plano de Aplicação Detalhado	-	-	-
(4.1) Consonância com o objeto	0-1-2-3	3	9
(5) Anexos	-		
(5.1) Documento técnico de projeto	0-1-2-3	3	9
(5.2) Qualidade do conjunto de declarações	0-1-2-3	1	3
ITEM 3 – PLANO DE TRABALHO (ANÁLISE FINANCEIRA)			
<i>Critérios</i>	<i>Nota</i>	<i>Peso 1 a 3</i>	<i>Pont. Máxima</i>
(6) Cronograma Físico	-	-	-

(6.1)	Distribuição lógica de recursos	0-1-2-3	2	6
(7)	<i>Cronograma de Desembolso</i>	-	-	-
(7.1)	Programação lógica de recursos	0-1-2-3	1	3
(8)	<i>Termos de Referência</i>	-	-	-
(8.1)	Qualidade das especificações dos gastos	0-1-2-3	3	9
(8.2)	Coesão das despesas/método de execução	0-1-2-3	3	9
(8.3)	Avaliação do custo	0-1-2-3	3	9
(8.4)	Orçamentos (atendimento das referências)	0-1-2-3	3	9
(9)	<i>Anexos</i>	-	-	-
Balço patrimonial/fiscal demonstra equilíbrio?		Sim ou Não	n/a	n/a

ANÁLISE GERAL			
<i>Itens</i>	<i>Nota</i>	<i>Peso</i>	<i>Pont. Máxima</i>
Proposta (Análise Técnica de Mérito)	De 0 a 3	De 1 a 3	69
Plano de Trabalho (Análise Técnica de Mérito)	De 0 a 3	De 1 a 3	36
Plano de Trabalho (Análise Financeira)	De 0 a 3	De 1 a 3	45
TOTAL	-	-	150

8.1.2.3. As Notas elencadas nos quadros do subitem anterior serão dadas de acordo com a aderência das informações/documentação apresentada nas propostas, relativa ao evento, no que concerne às Diretrizes para a Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer, bem como à capacidade técnica e gerencial da entidade proponente, frente ao evento pleiteado. Os Pesos estabelecidos nos quadros em questão foram instituídos em decorrência da importância dos critérios a serem avaliados, no âmbito das linhas temáticas definidas para o presente Edital.

8.1.2.4. Devido à subjetividade dos critérios a serem julgados nas propostas, as notas que não atingirem a pontuação máxima, no momento da avaliação, deverão ser justificadas pelo avaliador.

8.1.2.5. As propostas serão **classificadas** se atingirem, na análise geral dos itens, as seguintes pontuações mínimas:

Classificação	
<i>Itens</i>	<i>Pont. Mínima</i>
Proposta (Análise Técnica de Mérito)	36
Plano de Trabalho (Análise Técnica de Mérito)	18
Plano de Trabalho (Análise Financeira)	24
Total	78

8.1.2.6. As propostas, uma vez analisadas, terão a proposta e o plano de trabalho aprovados ou rejeitados no SICONV a depender da pontuação alcançada. Se atingida a pontuação mínima, nos itens Proposta (Análise Técnica de Mérito), Plano de Trabalho (Análise Técnica de Mérito) e Plano de Trabalho (Análise Financeira), conforme subitem 8.1.2.5 do presente Edital, considerar-se-á o mesmo aprovado; se não, rejeitado.

Parágrafo único. No item Plano de Trabalho, tanto a análise técnica quanto a análise financeira devem atingir a pontuação mínima, a fim de que o mesmo seja aprovado.

8.1.2.7. As propostas, uma vez classificadas e relacionados por **ordem crescente**, serão **selecionadas**, para fins de celebração, da pontuação mais alta para a mais baixa, até o limite da disponibilidade orçamentária da ação.

8.1.2.8. Nos casos das propostas que apresentarem, na somatória total, a mesma pontuação, serão levados em consideração, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:

- a) Subitem 1.3. Capacidade técnica e gerencial do proponente (maior pontuação) e, se persistir o empate;
- b) Subitem 5.1. Documento técnico de projeto (maior pontuação) e, se persistir o empate;
- c) Maior percentual de contrapartida, se houver.

8.1.2.9. O resultado final desta fase será publicado no sítio eletrônico do ME e no programa SICONV, bem como no Diário Oficial da União.

8.1.2.10. A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e inclusão Social analisará o recurso e emitirá parecer, no tocante ao seu deferimento ou indeferimento e, sendo o caso, promoverá as alterações necessárias quanto ao resultado, assim como dará publicidade, nos termos do item 8.1.2.6, caso o deferimento altere o resultado anteriormente publicado.

8.1.2.11. As entidades com projetos selecionados serão informadas exclusivamente pelo SICONV, na funcionalidade “pareceres”, quanto aos trâmites necessários para a celebração dos instrumentos de convênio.

8.1.3. DO BANCO DE PROJETOS

8.1.3.1. As propostas, classificadas e não selecionadas, serão registradas em Ata de Banco de Projetos, que terá validade até 31 de dezembro do corrente ano.

Parágrafo único. A Ata de Banco de Projetos poderá ter sua vigência prorrogada por até mais 6 meses, desde que mantidas as características e funcionalidades da Ação Orçamentária no próximo exercício, bem como sancionada a Lei Orçamentária Anual e com disponibilidade orçamentária correspondente.

8.1.3.2. As propostas, mesmo listadas em Ata de Banco de Projetos, só serão celebradas se os eventos e/ou atividades propostas estiverem ainda contemplados no período da celebração da mencionada Ata ou desde que possível a sua reprogramação, caso não tenham ocorrido nos períodos inicialmente propostos.

8.1.3.3. As entidades com propostas listadas na Ata de Banco de Projetos, considerando a ordem de classificação, serão informadas exclusivamente pelo SICONV, na funcionalidade “pareceres”, quanto aos trâmites necessários para a celebração dos instrumentos de convênio, caso isto ocorra.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As questões não previstas neste Regulamento serão decididas pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS/ME).

9.2. A qualquer tempo, o presente chamamento público poderá ser anulado ou revogado, no todo

ou em parte, ou sofrer alterações no seu cronograma e respectivos prazos estabelecidos, no todo ou em parte, por motivo de relevante interesse público, devidamente fundamentado, respeitando-se todos os atos advindos dos direitos constituídos, quando for o caso.

9.3. A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social não se responsabiliza pelas propostas que não forem enviadas no SICONV por falta de energia elétrica, problemas no servidor, na transmissão de dados, na linha telefônica ou em provedores de acesso dos usuários, por casos fortuitos ou de força maior, bem como pelas inscrições que apresentarem dados incorretos, incompletos ou inverídicos e, ainda, os que não apresentarem a correta documentação, cabendo à entidade proponente assegurar-se do correto envio do projeto, cabendo assim a instrução dos procedimentos previstos neste Edital para os casos em questão.

9.4. O ato de cadastramento e envio das propostas pelas entidades proponentes pressupõe a plena concordância com os termos deste Edital.

9.5. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados à SNELIS/ME até 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, exclusivamente por intermédio do seguinte e-mail: formalizacao.snelis@esporte.gov.br.

9.5.1. A SNELIS/ME terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para responder aos questionamentos, encaminhados na forma do item anterior.

9.6. Todo o processo de seleção ficará à disposição dos interessados junto à Coordenação Geral de Formalização (CGFOR/SNELIS/ME) para pesquisa local, se necessário.

AFONSO BARBOSA

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Anexo 5 – Homologação do Resultado Final e do Banco de Projetos



MINISTÉRIO DO ESPORTE SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

DESPACHO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO BANCO DE PROJETOS

1. Considerando as normativas do Edital de Chamamento Público nº 003/2012 – SNELIS/ME, item 8.1.1.4, o qual assevera que o resultado final será homologado pelo Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social, com base nas Atas das Reuniões realizadas pela Comissão Técnica de Análise, devidamente constituída, homologo o Resultado Final do presente Chamamento Público, assim como seu Banco de Projetos:

RESULTADO FINAL

Nº	Proposta	Nome do Proponente	UF	Pontuação Final
1	028673/2012	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	DF	146
2	028424/2012	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	DF	145
3	027939/2012	Confederação Brasileira de Desporto Escolar	DF	141
4	028955/2012	Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal	DF	134

BANCO DE PROJETOS

Nº	Proposta	Nome do Proponente	UF	Pontuação Final
1	027481/2012	Federação Acadêmica Pernambucana De Esportes	PE	133
2	028434/2012	IBIS - Instituto Brasil Igualdade Social	MG	118

2. Cabe destacar que a formalização de parcerias, decorrentes da presente seleção, observada a ordem de classificação, deverá ocorrer segundo a disponibilidade de recursos orçamentários desta Pasta Ministerial, não havendo compromisso do Ministério do Esporte com a formalização dos pleitos classificados.

AFONSO BARBOSA
Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Anexo 6 – Publicação do Resultado Parcial



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL
SEPN 511, Bloco A, 2º Andar, Edifício Bittar II - Brasília/DF – CEP: 70.758-900
Fone: (61) 3217-9528 – Endereço eletrônico: formalizacao.snelis@esporte.gov.br

EDITAL Nº 003/2012 – SNE LIS

CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE COMPETIÇÕES E EVENTOS DE ESPORTE E LAZER

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL

1. Trata-se da Publicação do Resultado Parcial do Chamamento Público em epígrafe, conforme regulamento do Edital nº 003/2012-SNELIS, referente às propostas habilitadas, classificadas e selecionadas, para fins de celebração, até o limite da disponibilidade orçamentária da ação.

Nº	Proposta	Nome do Proponente	UF	Pontuação Final
1	028673/2012	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	DF	146
2	028424/2012	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	DF	145
3	027939/2012	Confederação Brasileira de Desporto Escolar	DF	141
4	028955/2012	Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal	DF	134
5	027481/2012	Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes	PE	133
6	028434/2012	IBIS - Instituto Brasil Igualdade Social	MG	118

2. O prazo para a interposição de recursos será de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data estabelecida no Cronograma do Edital em comento.

3. Ademais, as propostas Desclassificadas no presente Chamamento Público foram informadas exclusivamente por meio da Proposta/SICONV apresentada, os motivos que ensejaram a referida desclassificação.

Brasília, 15 de junho de 2012


AFONSO BARBOS

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Anexo 7 – Proponentes Específicos e Emendas Parlamentares

Nº	CNPJ	Número Emenda	Nome Proponente	Valor Proposto	Valor Empenhado	Valor Conveniado
1	03.953.029/0001-75		Confederação Brasileira de Desporto Escolar	R\$ 5.284.852,76	R\$ 5.284.852,76	R\$ 5.284.852,76
2	04.092.680/0001-71		PM de Pimenta Bueno	R\$ 100.000,00		
3	04.695.284/0001-39		PM de Espigão D' oeste	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
4	05.793.590/0001-70		Fundação dos Esportes do Piauí	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	
5	12.200.218/0001-79		Secretaria de Estado da Educação	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
6	15.884.109/0001-06		PM de Nova Brasilândia Doeste	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	
7	42.467.787/0001-46		Confederação Brasileira de Desporto Universitário	R\$ 1.167.053,40	R\$ 1.167.053,40	R\$ 1.167.053,40
8	13.761.689/0001-19		Prefeitura Municipal de Caravelas	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00
9	00.394.577/0001-25	19070007	Governo do Estado do Amapá	R\$ 300.000,00		
10	00.394.585/0010-62	90020007	Governo do Estado de Rondônia	R\$ 1.000.000,00		
11	03.063.416/0001-47	26930018	Secretaria da Juventude e dos Esportes	R\$ 100.000,00		
12	07.954.480/0001-79	16530007	Ceara Governo do Estado	R\$ 200.000,00		
13	08.260.663/0001-57	12180006	Camaragibe Prefeitura Municipal	R\$ 500.000,00		
14	10.091.536/0001-13	27170013	Caruaru Prefeitura Municipal	R\$ 350.000,00		
15	11.049.855/0001-23	12180006	Vitoria de Santo Antão Prefeitura	R\$ 500.000,00		
16	11.097.292/0001-49	10710009	Limoeiro Prefeitura Municipal	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	
17	11.294.386/0001-08	27170013	Prefeitura Municipal de Ipojuca	R\$ 150.000,00		
18	13.089.639/0001-37	23600006	Coordenadoria da Juventude do Estado do Piauí	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	
19	14.038.276/0001-73	36310016	Secretaria de Estado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Distrito Federal	R\$ 400.000,00		
20	17.749.896/0001-09	27560007	PM de São Joao Del Rei	R\$ 100.000,00		
21	18.291.351/0001-64	27560007	PM de Divinópolis	R\$ 200.000,00		
22	18.313.866/0001-18	27560007	PM de Papagaios	R\$ 100.000,00		

Nº	CNPJ	Número Emenda	Nome Proponente	Valor Proposto	Valor Empenhado	Valor Conveniado
23	31.723.497/0001-08	24910012	PM de Venda Nova do Imigrante	R\$ 100.000,00		
24	44.780.609/0001-04	36140004	PM de Barretos	R\$ 300.000,00		

Anexo 8 – Planilha Geral SICONV 2012

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
1	MG	IBIA PREFEITURA MUNICIPAL	18584961000156	702768	2008	20/01/2009	05/12/2013	281.592,60	43.200,00	238.392,60	0,00
2	MG	MUNICIPIO DE UBERLANDIA	18431312000115	702200	2008	20/01/2009	25/10/2012	2.653.100,00	865.600,00	1.787.500,00	0,00
3	RJ	NILOPOLIS PREFEITURA	29138286000158	702290	2008	20/01/2009	16/05/2013	2.111.740,00	79.140,00	2.032.600,00	0,00
4	AM	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE	12243697000100	717508	2009	04/01/2010	09/03/2012	124.408,40	24.910,00	0,00	99.498,40
5	DF	CONFERENCIA DAS INSPETORIAS DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA	4660017000126	722306	2009	11/01/2010	21/03/2012	2.770.312,00	228.068,60	2.542.243,40	0,00
6	AP	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	00394577000125	723432	2009	20/01/2010	01/11/2013	4.743.844,80	812.044,80	1.965.900,00	1.965.900,00
7	AP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPA	05995766000177	725597	2009	07/01/2010	18/07/2012	919.113,75	90.825,75	414.144,00	414.144,00
8	AM	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	05569484000108	725528	2009	20/01/2010	02/05/2013	7.550.078,40	757.326,40	3.396.376,00	3.396.376,00
9	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE PREFEITURA MUNICIPAL	13897111000194	717921	2009	13/01/2010	31/07/2013	174.780,50	11.976,50	81.402,00	81.402,00
10	BA	PREFEITURA DE MATINA	16417800000142	725342	2009	15/01/2010	19/08/2013	173.508,35	10.704,35	81.402,00	81.402,00
11	BA	CECUP - CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA POPULAR	13069323000183	726173	2009	28/01/2010	21/03/2012	2.548.906,80	292.006,80	1.128.450,00	1.128.450,00
12	CE	AQUIRAZ PREFEITURA	07911696000157	717891	2009	18/01/2010	01/07/2013	778.210,00	91.810,00	343.200,00	343.200,00
13	GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DE GOIAS	01740422000166	726115	2009	15/01/2010	08/05/2012	988.955,09	143.805,09	422.575,00	422.575,00
14	GO	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE AGUAS	05007008000101	726102	2009	11/01/2010	20/03/2012	1.002.276,80	58.000,00	472.138,40	472.138,40

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		LINDAS DE GOIAS									
15	MG	GOVERNADOR VALADARES PREFEITURA	20622890000180	725507	2009	19/01/2010	08/08/2013	319.305,00	47.305,00	272.000,00	0,00
16	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA LAPA	42774281000180	725700	2009	20/01/2010	08/10/2013	201.024,60	38.025,20	81.499,70	81.499,70
17	MG	SANTA LUZIA PREFEITURA MUNICIPAL	18715409000150	722279	2009	11/01/2010	30/04/2013	1.801.985,00	147.695,00	827.145,00	827.145,00
18	MG	VESPASIANO PREFEITURA	18715425000142	724753	2009	13/01/2010	01/08/2012	771.302,20	84.976,20	343.163,00	343.163,00
19	MG	ETHOS INSTITUTO DE EDUCACAO	07254235000159	726158	2009	13/01/2010	19/03/2012	1.872.550,00	173.250,00	849.650,00	849.650,00
20	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE	29178233000160	726145	2009	20/01/2010	26/07/2012	413.023,70	59.533,70	176.745,00	176.745,00
21	RJ	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E CULTURAL GERACAO DA HORA	07344191000158	719003	2009	13/01/2010	09/03/2012	1.022.775,00	177.625,00	422.575,00	422.575,00
22	SP	ITU PREFEITURA	46634440000100	719005	2009	14/01/2010	16/02/2012	345.720,00	55.720,00	145.000,00	145.000,00
23	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DA SERRA	59058131000172	723955	2009	13/01/2010	30/08/2012	198.967,10	34.668,00	82.149,55	82.149,55
24	BA	AMELIA RODRIGUES PREFEITURA	13607213000128	724192	2009	20/01/2010	25/04/2013	180.800,00	21.800,00	159.000,00	0,00
25	BA	BREJOES PREFEITURA	14197768000101	710832	2009	24/12/2009	25/04/2013	118.442,00	18.960,00	99.482,00	0,00
26	BA	CORIBE PREFEITURA	13912084000181	723942	2009	06/01/2010	03/12/2012	226.364,50	34.095,00	192.269,50	0,00
27	BA	HELIOPOLIS PREFEITURA	13393178000191	719316	2009	13/01/2010	10/12/2012	182.204,00	19.400,00	162.804,00	0,00
28	BA	IRECE PREFEITURA	13715891000104	722344	2009	11/01/2010	19/08/2012	567.285,30	23.343,30	543.942,00	0,00
29	BA	JUAZEIRO PREFEITURA	13915632000127	717510	2009	23/12/2009	29/07/2012	1.822.212,00	203.950,00	1.618.262,00	0,00
30	BA	MADRE DE DEUS PREFEITURA MUNICIPAL	33919960000109	724193	2009	20/01/2010	31/12/2012	194.796,00	31.820,00	162.976,00	0,00
31	BA	MAIRI PREFEITURA	14212872000128	725589	2009	20/01/2010	03/11/2012	190.615,20	90.615,20	100.000,00	0,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
32	BA	PRADO PREFEITURA	13761713000110	717920	2009	13/01/2010	01/04/2013	152.980,00	25.980,00	127.000,00	0,00
33	CE	MUNICIPIO DE GRACA/ PREFEITURA MUNICIPAL	23467889000117	726209	2009	20/01/2010	08/02/2013	162.025,50	30.775,50	131.250,00	0,00
34	CE	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE	07974082000114	718222	2009	21/12/2009	13/06/2013	1.794.100,15	175.800,15	1.618.300,00	0,00
35	CE	MUNICIPIO DE MARANGUAPE	07963051000168	714425	2009	23/12/2009	13/02/2012	768.186,00	81.900,00	686.286,00	0,00
36	CE	MUNICIPIO DE SOBRAL/PREFEITURA MUNICIPAL	07598634000137	726117	2009	20/01/2010	28/07/2013	3.435.455,18	459.155,18	2.976.300,00	0,00
37	MA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOES	06114631000118	719989	2009	24/12/2009	28/06/2013	189.263,40	27.073,40	162.190,00	0,00
38	MG	CLARO DOS POCOES PREFEITURA	21498274000122	726157	2009	20/01/2010	16/06/2012	194.136,00	32.300,00	161.836,00	0,00
39	MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS PREFEITURA	18428854000139	722295	2009	14/01/2010	04/10/2012	187.650,00	56.565,00	131.085,00	0,00
40	MG	DIAMANTINA PREFEITURA	17754136000190	715466	2009	31/12/2009	31/12/2012	210.540,00	15.840,00	194.700,00	0,00
41	MG	DIVINOPOLIS PREFEITURA	18291351000164	721164	2009	18/01/2010	09/07/2013	231.333,32	36.583,32	194.750,00	0,00
42	MG	JANAUBA PREFEITURA	18017392000167	726119	2009	11/01/2010	01/03/2013	184.844,00	20.044,00	164.800,00	0,00
43	MG	JUATUBA PREFEITURA	64487614000122	725573	2009	15/01/2010	25/08/2012	204.442,50	41.482,10	162.960,40	0,00
44	MG	MALACACHETA PREFEITURA	18404871000136	722561	2009	20/01/2010	31/12/2012	176.521,65	13.521,65	163.000,00	0,00
45	MG	MONTE CARMELO PREFEITURA	18593103000178	725594	2009	11/01/2010	08/09/2012	229.952,25	35.406,00	194.546,25	0,00
46	MG	MUNICIPIO DE IGARAPE	18715474000185	719321	2009	22/12/2009	03/06/2012	374.176,00	20.820,00	353.356,00	0,00
47	MG	MUNICIPIO DE JUIZ DE FORA	18338178000102	719006	2009	31/12/2009	03/02/2012	1.480.164,00	147.330,00	1.332.834,00	0,00
48	MG	MUNICIPIO DE UNAI - PODER EXECUTIVO	18125161000177	722557	2009	06/01/2010	01/07/2013	333.480,00	43.480,00	290.000,00	0,00
49	MG	PATOS DE MINAS PREFEITURA	18602011000107	728975	2009	20/01/2010	19/03/2012	593.433,09	49.433,90	543.999,18	0,01

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
50	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA	16784720000125	724638	2009	20/01/2010	22/07/2012	404.270,00	51.100,00	353.170,00	0,00
51	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO	18242784000120	717757	2009	31/12/2009	02/12/2012	192.562,85	29.614,65	162.948,20	0,00
52	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO	18468033000126	717914	2009	21/12/2009	02/08/2012	194.740,00	31.740,00	163.000,00	0,00
53	MG	SABARA PREFEITURA MUNICIPAL	18715441000135	726144	2009	06/01/2010	25/02/2012	771.117,50	85.200,00	685.917,50	0,00
54	MG	TRES CORACOES PREFEITURA	17955535000119	720306	2009	31/12/2009	13/06/2012	182.080,00	19.080,00	163.000,00	0,00
55	MG	VICOSA PREFEITURA	18132449000179	723922	2009	18/01/2010	27/11/2012	188.144,00	25.175,00	162.969,00	0,00
56	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS PREFEITURA	76105543000135	720311	2009	07/01/2010	10/11/2012	1.348.579,98	135.121,88	1.213.458,05	0,05
57	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO	06554067000154	717258	2009	24/12/2009	20/04/2012	768.890,00	82.500,00	686.390,00	0,00
58	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU PREFEITURA	29128766000138	720624	2009	21/12/2009	06/08/2012	748.746,00	62.380,00	686.366,00	0,00
59	RJ	MUNICIPIO DE VALENCA	29076130000190	720531	2009	20/01/2010	22/09/2012	389.075,00	35.600,00	353.475,00	0,00
60	RJ	PREFEITURA MINICIPAL DE BARRA MANSA	28695658000184	719002	2009	14/01/2010	03/07/2012	430.900,00	79.700,00	351.200,00	0,00
61	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO	39485438000142	723931	2009	07/01/2010	11/03/2012	1.804.043,00	149.793,00	1.654.250,00	0,00
62	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	29079480000100	720519	2009	29/12/2009	23/06/2012	184.199,00	21.200,00	162.999,00	0,00
63	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA	29131075000193	722298	2009	20/01/2010	25/02/2012	788.248,00	101.860,00	686.388,00	0,00
64	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUA	01612089000100	724627	2009	15/01/2010	01/07/2012	240.750,00	14.250,00	226.500,00	0,00
65	RJ	LIGA DE ARTES MARCIAIS	01380004000105	726185	2009	07/01/2010	15/03/2012	1.307.758,48	113.358,48	895.800,00	298.600,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		DA REGIAO DOS LAGOS									
66	RS	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIAO DO ALTO URUGUAI - CIRAU	11074898000169	726118	2009	29/01/2010	27/01/2012	2.370.050,00	619.550,00	1.750.500,00	0,00
67	RS	ENCANTADO PREFEITURA	88349238000178	725582	2009	15/01/2010	28/05/2012	238.948,40	42.148,40	196.800,00	0,00
68	RS	ESTRELA PREFEITURA	87246120000151	719004	2009	13/01/2010	06/03/2012	193.208,00	30.215,00	162.993,00	0,00
69	RS	MUNICIPIO DE ALVORADA	88000906000157	722283	2009	07/01/2010	09/04/2013	472.102,00	55.300,00	416.802,00	0,00
70	RS	MUNICIPIO DE ILOPOLIS	88186424000133	720308	2009	29/12/2009	31/10/2012	194.125,20	31.196,80	162.928,40	0,00
71	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA	97761407000173	728971	2009	06/01/2010	16/04/2012	496.488,00	79.500,00	416.988,00	0,00
72	SP	ARACATUBA PREFEITURA	45511847000179	717923	2009	31/12/2009	11/11/2012	458.340,00	41.340,00	417.000,00	0,00
73	SP	BAURU PREFEITURA MUNICIPAL	46137410000180	723424	2009	07/01/2010	30/06/2012	787.691,65	116.724,65	670.967,00	0,00
74	SP	BIRITIBA MIRIM PREFEITURA	46523288000180	714423	2009	23/12/2009	18/11/2012	197.637,35	34.644,15	162.993,20	0,00
75	SP	BOTUCATU PREFEITURA	46634101000115	722554	2009	11/01/2010	29/09/2013	1.465.675,00	128.875,00	1.336.800,00	0,00
76	SP	EMBU GUACU PREFEITURA MUNICIPAL	46523148000101	719993	2009	22/12/2009	20/02/2012	186.825,00	23.834,60	162.990,40	0,00
77	SP	MOGI DAS CRUZES PREFEITURA	46523270000188	717918	2009	14/01/2010	06/02/2012	811.058,60	124.689,60	686.369,00	0,00
78	SP	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA GRAMA	45741527000105	722301	2009	18/01/2010	31/12/2012	241.489,88	33.000,00	208.489,88	0,00
79	SP	PORTO FERREIRA PREFEITURA	45339363000194	723422	2009	20/01/2010	04/05/2012	400.050,00	56.750,00	343.300,00	0,00
80	SP	PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE EMBU DAS ARTES	46523114000117	722586	2009	18/01/2010	02/08/2012	407.330,00	53.850,00	353.480,00	0,00
81	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO	51816247000111	725605	2009	14/01/2010	04/11/2012	196.052,00	33.108,00	162.944,00	0,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
82	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA	45781184000102	717892	2009	13/01/2010	28/10/2012	224.293,25	29.588,25	194.705,00	0,00
83	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	45774064000188	725609	2009	14/01/2010	10/06/2013	407.150,00	53.650,00	353.500,00	0,00
84	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE	46422408000152	719312	2009	31/12/2009	13/02/2013	422.250,00	68.750,00	353.500,00	0,00
85	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	45371820000128	722288	2009	14/01/2010	19/02/2013	333.080,00	43.080,00	290.000,00	0,00
86	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO	46523056000121	722300	2009	07/01/2010	01/08/2013	781.050,00	111.250,00	669.800,00	0,00
87	SP	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	56024581000156	724187	2009	06/01/2010	22/04/2012	777.225,00	90.825,00	686.400,00	0,00
88	SP	SANTANA DE PARNAIBA PREFEITURA	46522983000127	723429	2009	18/01/2010	10/07/2013	228.540,00	33.790,00	194.750,00	0,00
89	SP	TABOAO DA SERRA PREFEITURA MUNICIPAL	46523122000163	725473	2009	20/01/2010	19/09/2012	1.134.923,92	131.024,70	1.003.899,22	0,00
90	SP	TATUI PREFEITURA MUNICIPAL	46634564000187	724748	2009	11/01/2010	04/01/2012	251.363,85	56.613,85	194.750,00	0,00
91	CE	MUNICIPIO DE CRATEUS/PREFEITURA MUNICIPAL	07982036000167	718175	2009	18/01/2010	31/12/2012	263.167,80	75.318,00	281.774,70	(93.924,90)
92	CE	MUNICIPIO DE MARACANAU - PREFEITURA MUNICIPAL	07605850000162	726147	2009	07/01/2010	28/02/2013	930.971,50	360.971,50	916.500,00	0,00
93	RS	CRUZ ALTA PREFEITURA	88775390000112	724644	2009	15/01/2010	07/07/2012	214.000,00	25.500,00	225.100,00	0,00
94	MG	NANUQUE PREFEITURA	18398974000130	739518	2010	02/07/2010	19/06/2012	185.484,00	24.090,00	0,00	161.394,00
95	RJ	RIO DE JANEIRO PREFEITURA	42498733000148	737618	2010	02/07/2010	26/02/2012	21.000.388,80	6.762.340,80	0,00	14.238.048,00
96	AL	MUNICIPIO DE MACEIO	12200135000180	742847	2010	21/07/2010	24/05/2014	2.351.204,74	300.604,74	1.025.300,00	1.025.300,00
97	BA	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS	13825476000103	741469	2010	02/07/2010	12/05/2012	151.276,00	29.320,00	60.978,00	60.978,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
98	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACARI	14109763000180	750914	2010	11/01/2011	15/03/2013	705.369,60	86.169,60	309.600,00	309.600,00
99	BA	VITORIA DA CONQUISTA PREFEITURA	14239578000100	750976	2010	14/01/2011	17/10/2013	2.331.710,00	215.910,00	1.057.900,00	1.057.900,00
100	CE	MUNICIPIO DE FORTALEZA - PREFEITURA MUNICIPAL	07954605000160	751946	2010	24/01/2011	22/02/2013	2.508.573,33	545.373,33	981.600,00	981.600,00
101	CE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - INDES	07258970000130	737330	2010	02/07/2010	09/03/2012	501.500,00	64.300,00	218.600,00	218.600,00
102	ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA	27142058000126	740365	2010	21/07/2010	14/02/2013	890.319,78	228.984,68	661.335,10	0,00
103	GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGARCAS	02125227000199	741082	2010	02/07/2010	22/05/2012	239.096,00	38.400,00	100.348,00	100.348,00
104	MA	MUNICIPIO DE CAXIAS	06082820000156	742865	2010	02/07/2010	30/06/2013	307.349,46	29.403,66	138.972,90	138.972,90
105	MS	MUNICIPIO DE DOURADOS	03155926000144	738550	2010	02/07/2010	13/08/2013	736.749,32	106.366,92	315.191,20	315.191,20
106	MG	BURITIZEIRO PREFEITURA	18279067000172	739535	2010	02/07/2010	15/07/2013	237.981,60	37.640,00	100.170,80	100.170,80
107	RJ	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL	06222709000118	743811	2010	21/07/2010	12/01/2013	14.814.300,00	2.970.600,00	5.921.850,00	5.921.850,00
108	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA	28916716000152	739700	2010	18/01/2011	29/05/2012	504.800,00	67.600,00	218.600,00	218.600,00
109	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES	31844889000117	739534	2010	02/07/2010	22/05/2012	256.229,92	55.429,92	100.400,00	100.400,00
110	RN	UMARIZAL PREFEITURA	08348963000192	739435	2010	02/07/2010	22/04/2013	726.019,98	52.420,00	336.799,99	336.799,99
111	RS	MUNICIPIO DE CARLOS BARBOSA	88587183000134	741471	2010	02/07/2010	23/05/2012	229.031,20	28.240,00	100.395,60	100.395,60
112	RS	PAROBE PREFEITURA MUNICIPAL	88372883000101	739441	2010	02/07/2010	05/03/2013	745.519,00	72.000,00	336.759,50	21.557,50
113	SC	JARAGUA DO SUL PREFEITURA	83102459000123	739437	2010	21/07/2010	05/08/2013	2.394.935,24	352.029,24	1.021.453,00	1.021.453,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
114	SC	MUNICIPIO DE CRICIUMA	82916818000113	737657	2010	15/07/2010	15/02/2013	1.827.592,08	170.992,08	828.300,00	828.300,00
115	SC	INSTITUTO CONTATO	85170652000127	750987	2010	17/01/2011	26/11/2012	8.713.800,00	2.470.125,00	3.121.837,50	3.121.837,50
116	SP	JUQUITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	46523155000103	741096	2010	02/07/2010	30/03/2013	268.461,22	67.661,22	100.400,00	100.400,00
117	SP	PEDERNEIRAS PREFEITURA	46189718000179	740447	2010	02/07/2010	02/04/2012	539.700,42	102.560,42	218.570,00	218.570,00
118	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE RIBEIRAO PIRES	46522967000134	739432	2010	02/07/2010	22/09/2013	414.085,72	55.685,72	179.200,00	179.200,00
119	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA	45226214000119	741468	2010	02/07/2010	21/09/2013	494.578,10	57.478,10	218.550,00	218.550,00
120	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA	45731650000145	739708	2010	02/07/2010	08/10/2013	497.760,00	62.300,00	217.730,00	217.730,00
121	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS ESTANCIA BALNEARIA	58200015000183	739427	2010	02/07/2010	30/12/2012	2.026.780,00	782.880,00	621.950,00	621.950,00
122	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA	71989685000199	743597	2010	19/07/2010	13/11/2013	150.910,00	28.920,00	60.995,00	60.995,00
123	SP	ASSOCIACAO ESPORTE ABRACA CAMPINAS	07675908000144	750956	2010	12/01/2011	23/10/2012	450.384,00	23.184,00	213.600,00	213.600,00
124	SE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	13128780003702	750903	2010	14/01/2011	15/02/2013	1.207.753,10	70.653,10	568.550,00	568.550,00
125	CE	MUNICIPIO DE GENERAL SAMPAIO - PREFEITURA MUNICIPAL	07438591000122	736407	2010	07/07/2010	09/09/2013	219.300,00	18.500,00	200.800,00	0,00
126	CE	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - PREFEITURA MUNICIPAL	07891674000172	739428	2010	02/07/2010	16/04/2013	959.540,00	110.600,00	848.940,00	0,00
127	GO	ANAPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	01067479000146	742849	2010	07/07/2010	16/07/2013	2.383.759,10	412.279,74	1.971.479,36	0,00
128	GO	MUNICIPIO DE CERES	01131713000157	739424	2010	02/07/2010	28/01/2013	303.700,00	24.400,00	279.300,00	0,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
129	GO	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GOIANIA	01287416000103	742312	2010	13/07/2010	18/05/2013	122.080,00	22.080,00	100.000,00	0,00
130	MT	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS	03439239000150	740262	2010	02/07/2010	17/09/2012	1.253.048,00	87.948,00	1.165.100,00	0,00
131	MG	CORACAO DE JESUS PREFEITURA	22680672000128	739536	2010	02/07/2010	03/03/2013	126.839,80	4.850,00	121.989,80	0,00
132	MG	MONTE ALEGRE PREFEITURA	18431155000148	749953	2010	13/12/2010	26/11/2012	147.428,00	25.440,00	121.988,00	0,00
133	MG	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	18715383000140	751945	2010	17/01/2011	25/05/2013	5.884.271,58	736.971,58	5.147.300,00	0,00
134	MG	MUNICIPIO DE IBIAI	16899700000108	740495	2010	02/07/2010	31/10/2013	144.687,20	22.800,00	121.887,20	0,00
135	MG	NOVA PONTE PREFEITURA MUNICIPAL	18159905000174	739431	2010	02/07/2010	21/01/2013	239.275,94	38.495,94	200.780,00	0,00
136	MG	PAINS PREFEITURA MUNICIPAL	20920575000130	742858	2010	02/07/2010	08/11/2012	227.360,00	26.560,00	200.800,00	0,00
137	PA	MUNICIPIO DE PAU D' ARCO	34671016000148	741530	2010	02/07/2010	13/05/2013	149.810,00	27.810,00	122.000,00	0,00
138	PB	JOAO PESSOA PREFEITURA	08778326000156	740367	2010	02/07/2010	20/01/2013	2.933.402,00	155.652,00	2.777.750,00	0,00
139	PR	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	78640489000153	751969	2010	20/01/2011	31/12/2012	123.600,88	25.684,48	97.916,40	0,00
140	PR	FOZ DO IGUACU PREFEITURA	76206606000140	741087	2010	02/07/2010	20/09/2013	997.662,40	147.820,00	849.842,40	0,00
141	PR	LAPA PREFEITURA MUNICIPAL	76020452000105	739434	2010	02/07/2010	23/10/2013	978.442,00	128.722,00	849.720,00	0,00
142	PR	MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO	75687681000107	740451	2010	01/07/2010	08/07/2013	198.551,58	37.157,58	161.394,00	0,00
143	PR	PORTO VITORIA PREFEITURA	75688366000102	739439	2010	02/07/2010	13/02/2013	160.053,06	38.053,06	122.000,00	0,00
144	PR	SAO MIGUEL DO IGUACU PREFEITURA	76206499000150	750913	2010	12/01/2011	15/02/2013	236.235,76	39.435,76	196.800,00	0,00
145	PE	OLINDA PREFEITURA	10404184000109	750953	2010	20/01/2011	12/03/2013	429.560,00	40.760,00	388.800,00	0,00
146	RJ	MUNICIPIO DE MIGUEL	32415283000129	745182	2010	05/01/2011	22/06/2012	302.200,00	22.600,00	189.400,00	90.200,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		PEREIRA									
147	RJ	CENTRO SOCIAL ANGELINA BARRETO	03623963000130	736408	2010	02/07/2010	07/11/2012	2.342.550,00	51.950,00	2.290.600,00	0,00
148	RN	MARCELINO VIEIRA PREFEITURA	08357618000115	740266	2010	02/07/2010	02/06/2013	560.919,00	44.920,00	515.999,00	0,00
149	RN	MUNICIPIO DE ITAU	08148553000106	740312	2010	02/07/2010	16/06/2013	496.110,00	58.910,00	437.200,00	0,00
150	RN	PAU DOS FERROS PREFEITURA	08148421000176	750955	2010	11/01/2011	28/12/2012	258.660,00	23.460,00	235.200,00	0,00
151	RN	RIACHO DA CRUZ PREFEITURA	08153454000104	740366	2010	21/07/2010	01/11/2013	323.710,00	44.110,00	279.600,00	0,00
152	RN	RODOLFO FERNANDES PREFEITURA	08153819000109	742862	2010	07/07/2010	15/04/2013	237.510,00	36.710,00	200.800,00	0,00
153	RN	SANTANA DO MATOS PREFEITURA	08110439000189	741103	2010	02/07/2010	21/04/2013	230.310,00	29.510,00	200.800,00	0,00
154	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE PREFEITURA	08079402000135	741836	2010	07/07/2010	24/03/2013	409.910,00	51.510,00	358.400,00	0,00
155	RN	TENENTE ANANIAS PREFEITURA	08357667000158	742897	2010	15/07/2010	20/02/2013	237.510,00	36.710,00	200.800,00	0,00
156	RN	VENHA VER PREFEITURA	01612380000188	742896	2010	20/07/2010	02/01/2013	237.510,00	36.710,00	200.800,00	0,00
157	RS	MUNICIPIO DE NOVA PRATA	91618439000138	738397	2010	02/07/2010	02/11/2012	430.351,00	72.000,00	358.351,00	0,00
158	RS	MUNICIPIO DE SANTA ROSA	88546890000182	741081	2010	02/07/2010	14/12/2012	450.400,00	23.200,00	427.200,00	0,00
159	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL	92399211000167	750957	2010	12/01/2011	11/06/2013	221.973,36	25.173,36	196.800,00	0,00
160	SC	ITAJAI PREFEITURA	83102277000152	739426	2010	02/07/2010	17/07/2013	1.510.735,04	266.835,04	1.243.900,00	0,00
161	SP	FRANCISCO MORATO PREFEITURA	46523072000114	738398	2010	02/07/2010	16/04/2013	475.729,16	117.329,16	358.400,00	0,00
162	SP	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO	46588950000180	737654	2010	02/07/2010	16/12/2012	2.680.244,16	629.944,16	2.050.300,00	0,00
163	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS	44215846000114	739519	2010	02/07/2010	01/08/2013	501.993,60	64.793,60	437.200,00	0,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
164	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA	44892693000140	740444	2010	13/01/2011	22/02/2013	2.050.878,40	394.278,40	1.656.600,00	0,00
165	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA	44959021000104	738834	2010	16/07/2010	17/08/2013	1.030.720,80	181.491,84	849.228,96	0,00
166	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS	44531788000138	739430	2010	07/07/2010	30/06/2013	867.830,20	104.640,00	763.190,20	0,00
167	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	45302130000117	737651	2010	02/07/2010	31/12/2012	231.428,00	30.628,00	200.800,00	0,00
168	SP	TANABI PREFEITURA	45157104000142	750910	2010	27/01/2011	30/11/2012	317.700,00	44.100,00	273.600,00	0,00
169	AL	BRANQUINHA PREFEITURA	12332995000177	760083	2011	30/12/2011	28/02/2014	136.707,88	4.407,88	0,00	132.300,00
170	AL	PENEDO PREFEITURA	12243697000100	760202	2011	30/12/2011	28/02/2014	269.790,00	13.290,00	0,00	256.500,00
171	BA	JEQUIE PREFEITURA	13894878000160	757619	2011	29/12/2011	27/02/2014	1.010.040,00	89.040,00	0,00	921.000,00
172	BA	SERRA DO RAMALHO PREFEITURA MUNICIPAL	16417784000198	759849	2011	06/01/2012	01/03/2014	198.376,00	3.976,00	0,00	194.400,00
173	BA	TANQUE NOVO PREFEITURA	13225131000119	759994	2011	28/12/2011	27/02/2014	108.850,00	7.600,00	0,00	101.250,00
174	GO	TRINDADE PREFEITURA MUNICIPAL	01217538000115	760095	2011	30/12/2011	28/02/2014	463.464,00	20.364,00	0,00	443.100,00
175	MG	CAXAMBU PREFEITURA	18008870000172	758184	2011	29/12/2011	27/02/2014	137.600,00	5.300,00	0,00	132.300,00
176	MG	CORONEL PACHECO PREFEITURA	18338152000164	760027	2011	30/12/2011	28/02/2014	105.250,00	4.000,00	0,00	101.250,00
177	MG	MARIA DA FE PREFEITURA	18025957000158	759779	2011	29/12/2011	27/02/2014	169.758,00	6.408,00	0,00	163.350,00
178	MG	MATIAS BARBOSA PREFEITURA	18338194000103	760475	2011	30/12/2011	28/02/2014	135.099,60	2.799,60	0,00	132.300,00
179	MG	MUNICIPIO DE PASSOS	18241745000108	760472	2011	30/12/2011	28/02/2014	684.130,43	54.730,43	0,00	629.400,00
180	MG	MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI	18404780000109	759471	2011	30/12/2011	28/02/2014	153.720,00	21.420,00	0,00	132.300,00
181	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO	16726028000140	760352	2011	29/12/2011	27/06/2013	150.902,55	42.750,00	0,00	108.152,55

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
182	MG	SARDOA PREFEITURA	18307496000106	759278	2011	30/12/2011	28/02/2014	104.600,00	3.350,00	0,00	101.250,00
183	PR	INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE - IPCE	00470127000174	761181	2011	30/12/2011	28/06/2013	327.866,40	66.156,00	0,00	261.710,40
184	PR	MUNICIPIO DE FRANCISCO ALVES	77356665000167	758187	2011	29/12/2011	27/02/2014	137.812,54	5.512,54	0,00	132.300,00
185	PR	SAO JOAO DO CAIUA PREFEITURA	76238435000130	760474	2011	29/12/2011	27/02/2014	103.342,00	2.092,00	0,00	101.250,00
186	PI	BOM JESUS PREFEITURA	06554356000153	759281	2011	29/12/2011	27/02/2014	234.850,00	9.400,00	0,00	225.450,00
187	PI	MUNICIPIO DE BARRAS	06554406000100	760038	2011	30/12/2011	28/02/2014	461.900,00	18.800,00	0,00	443.100,00
188	PI	MUNICIPIO DE IPIRANGA DO PIAUI	06553747000153	760019	2011	30/12/2011	28/02/2014	138.220,00	5.920,00	0,00	132.300,00
189	PI	MUNICIPIO DE PIRACURUCA	06553887000121	758643	2011	29/12/2011	27/02/2014	267.780,00	11.280,00	0,00	256.500,00
190	PI	MUNICIPIO DE PORTO	06554414000149	759535	2011	30/12/2011	28/02/2014	201.920,00	7.520,00	0,00	194.400,00
191	PI	MUNICIPIO DE RIO GRANDE DO PIAUI	06554166000136	759274	2011	27/12/2011	27/02/2014	105.314,00	4.064,00	0,00	101.250,00
192	PI	OEIRAS PREFEITURA	06553937000170	759537	2011	29/12/2011	27/02/2014	300.710,00	13.160,00	0,00	287.550,00
193	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI	06553861000183	759783	2011	29/12/2011	28/02/2014	461.900,00	18.800,00	0,00	443.100,00
194	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRAO DO PIAUI	01612566000137	760223	2011	30/12/2011	28/02/2014	105.314,00	4.064,00	0,00	101.250,00
195	RJ	PETROPOLIS PREFEITURA	29138344000143	758182	2011	30/12/2011	28/02/2014	149.230,43	16.930,43	0,00	132.300,00
196	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM	28741098000157	760256	2011	30/12/2011	28/02/2014	204.400,00	10.000,00	0,00	194.400,00
197	RN	LUIZ GOMES PREFEITURA	08357600000113	757617	2011	11/01/2012	28/02/2014	264.195,00	7.695,00	0,00	256.500,00
198	RN	MAJOR SALES PREFEITURA	01612383000111	759270	2011	27/12/2011	27/12/2014	135.740,00	3.440,00	0,00	132.300,00
199	RN	RUY BARBOSA PREFEITURA	08078958000107	760072	2011	30/12/2011	27/12/2014	104.600,00	3.350,00	0,00	101.250,00
200	RN	SAO FRANCISCO DO OESTE PREFEITURA	08154015000116	760024	2011	30/12/2011	28/02/2014	105.730,00	4.480,00	0,00	101.250,00
201	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE	87849923000109	757615	2011	30/12/2011	28/02/2014	481.708,70	38.608,70	0,00	443.100,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		BENTO GONCALVES									
202	RS	XANGRI-LA PREFEITURA MUNICIPAL	94436474000124	758212	2011	30/12/2011	28/02/2014	136.273,47	3.973,47	0,00	132.300,00
203	SC	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES	79887261000125	757949	2011	20/01/2012	28/02/2014	894.699,84	97.899,84	0,00	796.800,00
204	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM	65042855000120	760000	2011	29/12/2011	27/02/2014	135.245,00	2.945,00	0,00	132.300,00
205	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA	46694121000181	760010	2011	30/12/2011	28/02/2014	137.600,00	5.300,00	0,00	132.300,00
206	AM	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, LAZER E JUVENTUDE - SEMDEJ	07798886000100	760476	2011	30/12/2011	28/02/2014	4.899.206,36	594.956,36	2.152.125,00	2.152.125,00
207	BA	SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE	13937123000103	760081	2011	30/12/2011	28/02/2014	2.596.493,00	793.793,00	901.350,00	901.350,00
208	BA	SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA SUDESB	13323001000119	760074	2011	30/12/2011	28/02/2014	5.158.549,60	1.673.749,60	1.742.400,00	1.742.400,00
209	BA	MUNICIPIO DE ANGUERA	13607346000102	760026	2011	30/12/2011	28/02/2014	104.930,00	3.680,00	50.625,00	50.625,00
210	BA	BRUMADO PREFEITURA MUNICIPAL	14105704000133	758189	2011	30/12/2011	28/02/2014	140.412,50	8.112,50	66.150,00	66.150,00
211	BA	GAVIAO PREFEITURA MUNICIPAL	13233036000167	759782	2011	28/12/2011	27/02/2014	105.250,00	4.000,00	50.625,00	50.625,00
212	BA	PAULO AFONSO PREFEITURA	14217327000124	759279	2011	30/12/2011	28/02/2014	370.473,60	51.873,60	159.300,00	159.300,00
213	BA	PINTADAS PREFEITURA MUNICIPAL	13896725000151	759985	2011	30/12/2011	28/02/2014	166.842,00	3.492,00	81.675,00	81.675,00
214	BA	PLANALTIMO PREFEITURA	13769021000118	759780	2011	09/01/2012	01/03/2014	136.275,00	3.975,00	66.150,00	66.150,00
215	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE	16416521000164	759784	2011	30/12/2011	28/02/2014	136.100,00	3.800,00	66.150,00	66.150,00
216	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE	13988308000139	757612	2011	29/12/2011	27/02/2014	830.000,00	33.200,00	398.400,00	398.400,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		SENHOR DO BONFIM									
217	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI	13982632000140	759790	2011	30/12/2011	28/02/2014	135.000,00	2.700,00	66.150,00	66.150,00
218	CE	CEARA GOVERNO DO ESTADO	07954480000179	758664	2011	29/12/2011	27/02/2014	17.363.000,00	1.736.300,00	7.813.350,00	7.813.350,00
219	CE	BREJO SANTO PREFEITURA	07620701000172	759284	2011	29/12/2011	27/02/2014	369.279,00	19.629,00	174.825,00	174.825,00
220	CE	MUNICIPIO DE CAUCAIA - PREFEITURA MUNICIPAL	07616162000106	760020	2011	02/01/2012	01/03/2014	830.000,00	33.200,00	398.400,00	398.400,00
221	CE	MUNICIPIO DE COREAU/PREFEITURA MUNICIPAL	07598618000144	759788	2011	30/12/2011	28/02/2014	168.165,00	4.815,00	81.675,00	81.675,00
222	CE	MUNICIPIO DE ITAITINGA - PREFEITURA MUNICIPAL	41563628000182	760086	2011	29/12/2011	27/02/2014	238.200,00	12.750,00	112.725,00	112.725,00
223	CE	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL	07726540000104	760465	2011	30/12/2011	28/02/2014	262.000,00	5.500,00	128.250,00	128.250,00
224	ES	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	07412119000110	757954	2011	29/12/2011	27/02/2014	6.652.098,24	1.528.398,24	2.561.850,00	2.561.850,00
225	ES	SAO MATEUS PREFEITURA	27167477000112	758655	2011	29/12/2011	27/02/2014	366.850,00	17.200,00	174.825,00	174.825,00
226	GO	AGENCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER	05470294000139	760082	2011	30/12/2011	28/02/2014	2.499.500,00	249.950,00	1.124.775,00	1.124.775,00
227	GO	AGENCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER	05470294000139	761164	2011	30/12/2011	28/06/2013	374.650,16	37.670,00	168.490,08	168.490,08
228	MA	ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	05506465000132	761186	2011	30/12/2011	28/02/2014	5.693.730,00	570.030,00	2.561.850,00	2.561.850,00
229	MT	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	03347101000121	758188	2011	29/12/2011	27/02/2014	461.570,00	18.470,00	221.550,00	221.550,00
230	MS	FUNDACAO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL	26857516000140	760091	2011	30/12/2011	28/02/2014	3.134.000,00	313.400,00	1.410.300,00	1.410.300,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
231	MS	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUNESP	07158647000195	758215	2011	30/12/2011	28/02/2014	1.503.258,00	395.958,00	553.650,00	553.650,00
232	MS	MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA	03501574000131	759550	2011	29/12/2011	27/02/2014	328.349,00	9.749,00	159.300,00	159.300,00
233	MG	ARINOS PREFEITURA	18125120000180	758661	2011	30/12/2011	27/02/2014	200.600,00	6.200,00	97.200,00	97.200,00
234	MG	BETIM PREFEITURA	18715391000196	757947	2011	29/12/2011	27/02/2014	1.962.700,00	160.000,00	901.350,00	901.350,00
235	MG	BOM JARDIM DE MINAS PREFEITURA	18684217000123	758669	2011	29/12/2011	27/02/2014	103.370,00	2.120,00	50.625,00	50.625,00
236	MG	BURITIS PREFEITURA MUNICIPAL	18125146000129	758183	2011	29/12/2011	27/02/2014	231.320,00	5.870,00	112.725,00	112.725,00
237	MG	CAMPINA VERDE PREFEITURA	18457291000107	759789	2011	29/12/2011	27/02/2014	166.874,00	3.524,00	81.675,00	81.675,00
238	MG	CHAPADA GAUCHA PREFEITURA MUNICIPAL	01612489000115	759282	2011	30/12/2011	27/02/2014	168.050,00	4.700,00	81.675,00	81.675,00
239	MG	CONS LAFAIETE PREFEITURA	19718360000151	759286	2011	29/12/2011	27/02/2014	156.539,50	24.239,50	66.150,00	66.150,00
240	MG	CORONEL FABRICIANO PREFEITURA	19875046000182	759785	2011	30/12/2011	28/02/2014	481.712,00	38.612,00	221.550,00	221.550,00
241	MG	IPATINGA PREFEITURA	19876424000142	757614	2011	30/12/2011	28/02/2014	608.843,40	165.743,40	221.550,00	221.550,00
242	MG	LAGOA DOS PATOS PREFEITURA	16901381000110	759547	2011	28/12/2011	28/02/2014	104.200,60	2.950,60	50.625,00	50.625,00
243	MG	LIMA DUARTE PREFEITURA	18338186000159	760093	2011	30/12/2011	28/02/2014	167.460,00	4.110,00	81.675,00	81.675,00
244	MG	MUNICÍPIO DE PEDRA DO ANTA	18133439000158	759285	2011	30/12/2011	28/02/2014	122.390,00	21.140,00	50.625,00	50.625,00
245	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEM PARAIBA	17709197000135	760469	2011	30/12/2011	28/02/2014	231.000,00	5.550,00	112.725,00	112.725,00
246	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA	01611137000145	760088	2011	29/12/2011	27/02/2014	105.250,00	4.000,00	50.625,00	50.625,00
247	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DE MINAS	01613121000171	760014	2011	30/12/2011	28/02/2014	103.828,40	2.578,40	50.625,00	50.625,00
248	MG	PREFEITURA MUNICIPAL	01611138000190	760077	2011	30/12/2011	28/02/2014	103.370,00	2.120,00	50.625,00	50.625,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		SANTA BARBARA DO MONTE VERDE									
249	MG	SETE LAGOAS PREFEITURA	24996969000122	759792	2011	28/12/2011	28/02/2014	611.947,20	44.647,20	283.650,00	283.650,00
250	MG	UBA PREFEITURA	18128207000101	759275	2011	29/12/2011	27/02/2014	659.613,00	61.263,00	299.172,00	299.178,00
251	MG	URUCUIA PREFEITURA MUNICIPAL	25223850000180	758210	2011	29/12/2011	27/02/2014	136.600,00	4.300,00	66.150,00	66.150,00
252	MG	VARZELANDIA PREFEITURA	18017467000100	759689	2011	30/12/2011	28/02/2014	136.273,47	3.973,47	66.150,00	66.150,00
253	PA	MUNICIPIO DE SANTAREM	05182233000176	760059	2011	29/12/2011	27/02/2014	385.036,60	66.436,60	159.300,00	159.300,00
254	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA	05058441000168	760466	2011	30/12/2011	27/06/2013	134.311,34	25.500,00	54.405,67	54.405,67
255	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU	05105135000135	760021	2011	30/12/2011	28/02/2014	202.723,00	8.323,00	97.200,00	97.200,00
256	PB	MUNICIPIO DE JOCA CLAUDINO	01613283000100	758186	2011	29/12/2011	27/02/2014	104.055,00	2.805,00	50.625,00	50.625,00
257	PR	ALTO PIQUIRI PREFEITURA	76247352000108	761180	2011	30/12/2011	28/02/2014	135.100,00	2.800,00	66.150,00	66.150,00
258	PR	DOURADINA PREFEITURA MUNICIPAL	78200110000194	760470	2011	30/12/2011	28/02/2014	103.850,00	2.600,00	50.625,00	50.625,00
259	PR	FOZ DO IGUACU PREFEITURA	76206606000140	761556	2011	30/12/2011	28/06/2013	138.242,00	45.100,00	46.571,00	46.571,00
260	PR	MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL	95640652000105	760012	2011	29/12/2011	27/02/2014	104.752,00	3.502,00	50.625,00	50.625,00
261	PR	PRIMEIRO DE MAIO PREFEITURA	76245059000101	760015	2011	02/01/2012	15/10/2012	104.151,00	2.901,00	50.625,00	50.625,00
262	PR	TERRA BOA PREFEITURA	75793786000140	760073	2011	30/12/2011	15/10/2012	135.025,83	2.725,83	66.150,00	66.150,00
263	PE	CARUARU PREFEITURA	10091536000113	757611	2011	06/01/2012	28/02/2014	481.640,00	38.540,00	221.550,00	221.550,00
264	PE	JABOATAO PREFEITURA	10377679000196	759551	2011	30/12/2011	28/02/2014	3.465.427,66	998.527,66	1.233.450,00	1.233.450,00
265	PE	PETROLINA PREFEITURA	10358190000177	757613	2011	29/12/2011	27/02/2014	1.379.843,75	55.193,75	662.325,00	662.325,00
266	PI	FUNDACAO DOS ESPORTES DO PIAUI	05793590000170	757620	2011	30/12/2011	28/02/2014	6.894.000,00	752.400,00	3.070.800,00	3.070.800,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
267	PI	MONSENHOR GIL PREFEITURA	06554877000100	759280	2011	29/12/2011	27/02/2014	138.220,00	5.920,00	66.150,00	66.150,00
268	PI	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA/ PREFEITURA MUNICIPAL	06554760000127	759992	2011	29/12/2011	27/02/2014	168.990,00	5.640,00	81.675,00	81.675,00
269	PI	MUNICIPIO DE JOSE DE FREITAS	06554786000175	759273	2011	02/01/2012	01/03/2014	360.930,00	11.280,00	174.825,00	174.825,00
270	PI	MUNICIPIO DE TERESINA	06554869000164	760033	2011	29/12/2011	27/02/2014	1.921.425,40	118.725,40	901.350,00	901.350,00
271	PI	MUNICIPIO DE VALENCA DO PIAUI	06554737000132	759542	2011	30/12/2011	28/02/2014	201.920,00	7.520,00	97.200,00	97.200,00
272	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENERACAO	06554943000142	760201	2011	30/12/2011	28/02/2014	172.230,00	8.880,00	81.675,00	81.675,00
273	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE DO MURIAE	28919637000103	760090	2011	30/12/2011	28/02/2014	201.060,00	6.660,00	97.200,00	97.200,00
274	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA	29131075000193	761288	2011	30/12/2011	28/06/2013	172.190,94	44.647,20	54.550,47	76.906,47
275	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO	28636579000100	759786	2011	30/12/2011	28/02/2014	2.687.275,90	220.375,90	1.233.450,00	1.233.450,00
276	RJ	SAO FIDELIS PREFEITURA	29111093000103	760036	2011	30/12/2011	28/02/2014	198.380,00	3.980,00	97.200,00	97.200,00
277	RJ	TRES RIOS PREFEITURA	29138377000193	759277	2011	30/12/2011	27/02/2014	621.344,00	116.144,00	252.600,00	252.600,00
278	RN	BENTO FERNANDES PREFEITURA	08110884000149	759781	2011	30/12/2011	28/02/2014	105.730,00	4.480,00	50.625,00	50.625,00
279	RS	CACHOEIRA DO SUL PREFEITURA	87530978000143	760001	2011	29/12/2011	27/02/2014	211.304,35	16.904,35	97.200,00	97.200,00
280	RS	CACHOEIRINHA PREFEITURA MUNICIPAL	87990800000185	757618	2011	02/01/2012	28/02/2014	482.604,41	39.504,41	221.550,00	221.550,00
281	RS	ESTRELA PREFEITURA	87246120000151	760089	2011	29/12/2011	27/06/2013	145.277,48	34.629,00	55.324,24	55.324,24
282	RS	MUNICIPIO DE CHAPADA	87613220000179	760084	2011	30/12/2011	28/02/2014	106.542,83	5.292,83	50.625,00	50.625,00
283	RS	MUNICIPIO DO RIO GRANDE	88566872000162	760157	2011	02/01/2012	28/02/2014	299.531,25	11.981,25	143.775,00	143.775,00
284	SC	IMARUI PREFEITURA	82538851000157	761286	2011	30/12/2011	28/06/2013	139.538,70	32.005,00	53.766,85	53.766,85

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
285	SP	CAPAO BONITO PREFEITURA MUNICIPAL	46634259000195	757953	2011	29/12/2011	27/02/2014	366.132,00	16.482,00	174.825,00	174.825,00
286	SP	ILHABELA PREFEITURA	46482865000132	761179	2011	11/01/2012	29/06/2013	114.980,51	24.219,20	45.380,66	45.380,65
287	SP	MARACAI PREFEITURA MUNICIPAL	44494136000170	760087	2011	30/12/2011	28/02/2014	135.000,00	2.700,00	66.150,00	66.150,00
288	SP	MUNICIPIO DE ANDRADINA	44428506000171	760046	2011	09/01/2012	27/02/2014	260.479,05	97.129,05	81.675,00	81.675,00
289	SP	MUNICIPIO DE REGISTRO	45685872000179	760067	2011	29/12/2011	27/02/2014	461.600,40	18.500,40	221.550,00	221.550,00
290	SP	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - PREFEITURA MUNICIPAL	45358249000101	760078	2011	30/12/2011	28/02/2014	481.630,43	38.530,43	221.550,00	221.550,00
291	SP	ONDA VERDE PREFEITURA	45148699000170	758652	2011	20/01/2012	28/02/2014	104.589,80	3.339,80	50.625,00	50.625,00
292	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	48664304000180	757955	2011	30/12/2011	28/02/2014	200.270,00	5.870,00	97.200,00	97.200,00
293	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA	44959021000104	760353	2011	30/12/2011	28/06/2013	183.476,67	73.236,00	55.120,34	55.120,33
294	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOLIS	49979255000137	760025	2011	30/12/2011	27/02/2014	208.069,40	13.669,40	97.200,00	97.200,00
295	TO	SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	03063416000147	761287	2011	30/12/2011	28/06/2013	101.142,74	11.000,00	45.071,37	45.071,37
296	PE	GINASIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHAES	11030772000192	759272	2011	30/12/2011	27/02/2014	1.720.686,40	73.236,40	823.725,00	823.725,00
297	BA	LAPAO PREFEITURA MUNICIPAL	13891528000140	771731	2012	21/01/2013	02/03/2015	255.000,00	6.900,00	0,00	248.100,00
298	MG	MUNICIPIO DE IGARAPE	18715474000185	770933	2012	25/07/2012	06/09/2014	368.745,22	120.645,22	0,00	248.100,00
299	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA	18428839000190	771736	2012	21/01/2013	28/02/2015	1.347.449,44	508.049,44	0,00	839.400,00
300	RS	ENCANTADO PREFEITURA	88349238000178	772262	2012	14/01/2013	25/02/2015	118.287,00	15.387,00	0,00	102.900,00
301	SP	PREFEITURA DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA	55021455000185	771417	2012	14/01/2013	24/02/2015	170.855,00	19.355,00	0,00	151.500,00
302	SP	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO	46523239000147	771414	2012	21/01/2013	28/02/2015	648.265,00	51.865,00	0,00	596.400,00

Nº	UF	NM PROPONENTE ATUAL	CD IDENTIF PROPONENTE ATUAL	NR CONVÊNIO	ANO	DIA PUBL CONV	DIA FIM VIGENC CONV	VL GLOBAL INICIAL CONV (em R\$1,00)	VL CONTRAP ATUAL CONV (em R\$1,00)	VL DESEMBOLSADO CONV ACUMULADO (R\$1,00)	VL A DESEMBOLSAR CONV ACUMULADO (em R\$1,00)
		CAMPO									
303	SP	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	56024581000156	771432	2012	16/01/2013	28/02/2015	350.000,00	29.000,00	0,00	321.000,00
304	TO	SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	03063416000147	771732	2012	04/02/2013	28/02/2015	279.600,00	31.500,00	0,00	248.100,00
305	CE	MUNICIPIO DE MARANGUAPE	07963051000168	770959	2012	25/07/2012	05/09/2014	528.062,00	109.862,00	209.100,00	209.100,00
306	MG	PATOS DE MINAS PREFEITURA	18602011000107	770949	2012	25/07/2012	06/09/2014	298.125,00	25.725,00	136.200,00	136.200,00
307	RJ	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA/PREFEITURA MUNICIPAL	32512501000143	770954	2012	25/07/2012	06/09/2014	1.780.640,00	147.440,00	816.600,00	816.600,00
308	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA	29131075000193	771265	2012	25/07/2012	06/09/2014	522.090,60	103.890,60	209.100,00	209.100,00
309	RS	ESTRELA PREFEITURA	87246120000151	770937	2012	25/07/2012	05/09/2014	105.148,12	26.548,12	39.300,00	39.300,00
310	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO	01613360000121	770928	2012	25/07/2012	06/09/2014	105.825,20	27.225,20	39.300,00	39.300,00
311	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA	45307980000108	771729	2012	17/12/2012	28/01/2015	133.876,00	30.976,00	51.450,00	51.450,00
TOTAL								280.680.647,26	43.904.672,03	141.263.054,12	95.584.732,31

Fonte: DW e SICONV

Anexo 9 – Planilha de Convênios fora do SICONV

Nº	UF	Convenente	Convênio nº	Vigência Final	Nº de núcleos	Nº de beneficiados	Repasse ME	Contrapartida	Valor Global	OI	Efetivo Início
1	PR	Prefeitura Municipal de Paranaguá	261/2007	23/12/2012	20	4.000	R\$ 914.758,80	R\$ 231.200,00	R\$ 1.145.958,80	17/05/2010	1º núcleo em 04/09 e o último em 28/09/2010.
2	BA	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	054/2008	17/12/2012	20	2.000	R\$ 1.828.144,20	R\$ 512.500,00	R\$ 2.340.644,20	24/09/2009	24/09/2009
3	ES	Prefeitura Municipal de Serra	344/2007	31/12/2012	8	800	R\$ 322.770,08	R\$ 101.600,00	R\$ 424.370,08	05/05/2010	31/05/2010
4	GO	Prefeitura Municipal de Goiânia	446/2007	28/06/2013	51	10.200	R\$ 2.791.145,00	R\$ 534.600,00	R\$ 3.325.745,00	1ª: 16/03/2009; 2ª: 20/06/2012	1ª: 1º núcleo em 22/03 e o último em 03/08/2009. 2ª: 20/06/12
5	PR	Paraná Esporte	217/2007	17/10/2013	208	41.600	R\$ 5.869.010,00	R\$ 1.633.600,00	R\$ 7.502.610,00	1ª 16/11/2009 2ª 21/11/2011	1ª 16/11/2009 2ª 21/11/2011
6	BA	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa	152/2007	15/06/2012	10	2.000	R\$ 283.290,00	R\$ 89.200,00	R\$ 372.490,00	12/05/2008	12/05/2008
7	MG	Sec. Estadual de Esporte e Lazer de Minas Gerais	281/2007	12/01/2013	200	40.000	R\$ 8.095.400,00	R\$ 4.335.200,00	R\$ 12.430.600,00	1ª 03/08/2009 2ª 19/01/2010	1ª 03/08/2009 2ª 19/01/2010
8	PE	Secretaria dos Esportes de Pernambuco	051/2008	08/10/2012	105	10.500	R\$ 7.905.000,00	R\$ 1.699.999,61	R\$ 9.604.999,61	24/02/2010	01/02/2010 (retroativo)
9	BA	Prefeitura Municipal de Correntina	252/2007	09/09/2012	4	800	R\$ 128.504,00	R\$ 44.720,00	R\$ 173.224,00	16/08/2011	15/09/2011
10	SP	Prefeitura Municipal de Campinas	044/2008	01/12/2013	50	10.000	R\$ 3.442.401,15	R\$ 1.642.612,50	R\$ 5.085.013,60	03/11/2009	03/11/2009
11	AL	Secretaria de Educação e do Esporte	323/2007	23/04/2012	50	10.000	R\$ 2.283.900,00	R\$ 570.675,00	R\$ 2.854.575,00	Rescisão	Não teve
TOTAL					676	131.900	R\$ 33.864.323,23	R\$ 11.395.907,11	R\$ 45.260.230,29		

Anexo 10 – Termos de Cooperação

Nº	UF	Convenente	Nº do Termo	Repasso ME	Beneficiados	Núcleos	OI	Efetivo Início	Duração	Modalidade PST
1	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	191/2011	R\$ 1.802.700,00	5.000	50	-	-	26 meses	Padrão
2	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	177/2011	R\$ 189.900,00	400	1	-	-	26 meses	Deficiente e Universitário
3	MG	Universidade Federal de São João Del Rei	186/2011	R\$ 108.650,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
4	RS	Universidade Federal de Pelotas	152/2011	R\$ 107.650,00	100	1	10/09/2012	03/03/2012	26 meses	Deficiente
5	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	183/2011	R\$ 108.650,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
6	SP	Universidade Federal de ABC	169/2011	R\$ 183.032,51	300	1	18/12/2012	18/06/2012	26 meses	Universitário
7	MS	Universidade Federal Mato Grosso do Sul	173/2011	R\$ 172.415,97	100	1	-	-	26 meses	Universitário
8	PE	Universidade Federal de Pernambuco	158/2011	R\$ 216.300,88	400	1	-	-	26 meses	Deficiente e Universitário
9	MG	Universidade Federal de Alfenas	148/2011	R\$ 216.300,00	400	1	05/11/2012	01/10/2012	26 meses	Deficiente e Universitário
10	PA	Universidade Federal do Pará	176/2011	R\$ 108.650,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
11	MT	Universidade Federal do Mato Grosso	162/2011	R\$ 107.650,00	100	1	22/10/2012	-	26 meses	Deficiente
12	AL	Universidade Federal de Alagoas	172/2011	R\$ 159.850,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
13	DF	Universidade de Brasília	171/2011	R\$ 108.650,00	300	1	28/08/2012	30/10/2012	26 meses	Universitário
14	CE	Universidade Federal do Ceará	181/2011	R\$ 189.900,00	400	4	-	-	26 meses	Deficiente e Universitário
15	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	193/2011	R\$ 120.742,00	300	3	-	-	26 meses	Universitário
16	PR	Universidade Federal do Paraná	174/2011	R\$ 108.650,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
17	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba	161/2011	R\$ 226.580,00	400	1	-	-	26 meses	Deficiente e Universitário
18	RS	Universidade Federal de Santa	151/2011	R\$ 216.300,00	100	1	27/06/2012	13/08/2012	26 meses	Deficiente e

Nº	UF	Convenente	Nº do Termo	Repasso ME	Beneficiados	Núcleos	OI	Efetivo Início	Duração	Modalidade PST
		Maria								Universitário
19	MG	Universidade Federal de Viçosa	159/2011	R\$ 216.631,96	400	1	19/09/2012	03/09/2012	26 meses	Deficiente e Universitário
20	MG	Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	147/2011	R\$ 108.650,00	300	1	10/09/2012	-	26 meses	Universitário
21	GO	Universidade Federal de Goiás	166/2011	R\$ 240.300,00	400	1	11/12/2012	12/03/2012	26 meses	Deficiente e Universitário
22	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	002/2008	R\$ 225.025,00	200	2	-	-	18 meses	Navegar
23	RR	Universidade Federal de Roraima -	165/2011	R\$ 443.100,00	1.000	10			26 meses	Padrão
24	DF	Ministério do Defesa	033/2011	R\$ 4.278.000,00	12.000	120	-	-	18 meses	Padrão
25	BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campi Catu e Senhor do Bonfim	108/2011	R\$ 39.800,00	200	2		-	12 meses	IFs - Padrão
26	BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campi Barreiras e Eunápolis	107/2011	R\$ 39.800,00	200	2	-	-	12 meses	IFs - Padrão
27	CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campi Juazeiro do Norte, Maracanaú e Quixadá	187/2011	59.700,00	300	3	-	-	12 meses	IFs - Padrão
28	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campi Januária	112/2011	R\$ 19.900,00	100	1	-	-	12 meses	IFs - Padrão
29	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campi Ouro Preto	196/2011	R\$ 19.900,00	100	1	-	-	12 meses	IFs - Padrão
30	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campi Machado	115/2011	R\$ 39.800,00	200	2	-	-	12 meses	IFs - Padrão

Nº	UF	Convenente	Nº do Termo	Repasse ME	Beneficiados	Núcleos	OI	Efetivo Início	Duração	Modalidade PST
		e Muzambinho								
31	PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - Campi Petrolina e Zona Rural	114/2011	R\$ 39.800,00	200	2	14/12/2012 (Somente Petrolina)	04/03/2013	12 meses	IFs - Padrão
32	RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campi São Vicente do Sul	201/2011	R\$ 19.900,00	100	1	30/11/2012	-	12 meses	IFs- Padrão
33	PI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campi Floriano e Picos	123/2011	R\$ 39.800,00	200	2	-	-	12 meses	IFs - Padrão
34	SE	Universidade Federal de Sergipe	010/2012	R\$ 82.250,00	300	1	-	-	26 meses	Universitário
35	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	007/2012	R\$ 158.700,00	400	2	30/11/2012	-	26 meses	Deficiente e Universitário
36	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	001/2010	R\$ 602.008,80	600	6	07/10/11	13/09/10	18 meses	Padrão
37	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	001/2009	RS 174.220,35	200	2	21/09/2010	05/10/2010	14 meses	Padrão
TOTAL				R\$ 11.065.937,12						

Anexo 11 – Convênios Expirados-Rescindidos em 2012

Nº	UF	Entidade	Nº do convênio	Data do encerramento	Status (encerrado, rescindido, denunciado)
1	SP	Prefeitura Municipal de Tatuí	724748/2009	04/01/2012	Encerrado
2	RS	Consórcio Público Intermunicipal de Alto Uruguai	726118/2009	27/01/2012	Encerrado
3	MG	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	719006/2009	03/02/2012	Encerrado
4	SP	Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	717918/2009	06/02/2012	Encerrado
5	CE	Prefeitura Municipal de Maranguape	714425/2009	13/02/2012	Encerrado
6	SP	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu	719005/2009	16/02/2012	Encerrado
7	SP	Prefeitura Municipal de Embu Guaçu	719993/2009	20/02/2012	Encerrado
8	RJ	Prefeitura Municipal de Maricá	722298/2009	25/02/2012	Encerrado
9	MG	Prefeitura Municipal de Sabará	726144/2009	25/02/2012	Encerrado
10	RJ	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	737618/2010	26/02/2012	Encerrado/Cancelado
11	RS	Prefeitura Municipal de Estrela	719004/2009	06/03/2012	Encerrado
12	AM	Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte	717508/2009	06/03/2012	Rescindido
13	CE	Instituto de Desenvolvimento Econômico Social - INDES	737330/2010	09/03/2012	Rescindido
14	RJ	Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geração da Hora	719003/2009	09/03/2012	Rescindido
15	RJ	Prefeitura Municipal de Belford Roxo	723931/2009	11/03/2012	Encerrado
16	RJ	Liga das Artes Marciais	726185/2009	15/03/2012	Rescindido
17	MG	Prefeitura Municipal de Patos de Minas	728975/2009	19/03/2012	Encerrado
18	MG	Instituto de Educação - Ethos	72615/20098	19/03/2012	Rescindido
19	DF	Conferência das Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora do Brasil	722306/2009	21/03/2012	Encerrado
20	BA	CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular	726173/2009	21/03/2012	Encerrado
21	SP	Prefeitura Municipal de Pederneiras	740447/2010	02/04/2012	Denunciado
22		Prefeitura Municipal de Taquara	728971/2009	16/04/2012	Encerrado
23	PI	Prefeitura Municipal de Floriano	717258/2009	20/04/2012	Encerrado

Nº	UF	Entidade	Nº do convênio	Data do encerramento	Status (encerrado, rescindido, denunciado)
24	SP	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	724187/2009	22/04/2012	Encerrado
25	AL	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte	323/2007	23/04/2012	Rescindido
26	GO	Prefeitura Municipal de Planaltina de Goiás	726115/2009	08/05/2012	Encerrado
27	BA	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus	741469/2010	12/05/2012	Encerrado
28	RJ	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes	739534/2010	22/05/2012	Encerrado
29	GO	Prefeitura Municipal de Aragarças	741082/2010	22/05/2012	Rescindido
30	RS	Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa	741471/2010	23/05/2012	Encerrado
31	RS	Prefeitura Municipal de Encantado	725582/2009	28/05/2012	Encerrado
32	RJ	Prefeitura Municipal de Itaperuna	739700/2010	29/05/2012	Rescindido
33	MG	Prefeitura Municipal de Igarapé	719321/2009	03/06/2012	Encerrado
34	MG	Prefeitura Municipal de Três Corações	720306/2009	13/06/2012	Encerrado
35	BA	Prefeitura Municipal de Bom Jesus	152/2007	15/06/2012	Encerrado
36	MG	Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	726157/2009	16/06/2012	Rescindido
37	MG	Prefeitura Municipal de Nanuque	739518/2010	19/06/2012	Encerrado/Cancelado
38	RJ	Prefeitura Municipal de Engenheiro de Paulo de Frontin	720519/2009	23/06/2012	Encerrado
39	RJ	Prefeitura Municipal de Tanguá	724627/2009	01/07/2012	Encerrado
40	BA	Prefeitura Municipal de Correntina	252/2007	11/07/2012	Encerrado
41	AP	Prefeitura Municipal de Macapá	725597/2009	18/07/2012	Rescindido
42	MG	Prefeitura Municipal de Formiga	724638/2009	22/07/2012	Encerrado
43	RJ	Prefeitura Municipal de Resende	726145/2009	26/07/2012	Encerrado
44	BA	Prefeitura Municipal de Juazeiro	717510/2009	29/07/2012	Encerrado
45	MG	Prefeitura Municipal de Vespasiano	724753/2009	01/08/2012	Encerrado
46	GO	Companhia de Desenvolvimento Municipal de Aguas Lindas de Goiás	726102/2009	02/08/2012	Rescindido
47	SP	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu	722586/2009	02/08/2012	Encerrado
48	MG	Prefeitura Municipal de Patrocínio	717914/2009	02/08/2012	Encerrado

Nº	UF	Entidade	Nº do convênio	Data do encerramento	Status (encerrado, rescindido, denunciado)
49	RJ	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu	720624/2009	06/08/2012	Encerrado
50	BA	Prefeitura Municipal de Irecê	722344/2009	19/08/2012	Encerrado
51	MG	Prefeitura Municipal de Juatuba	725573/2009	25/08/2012	Encerrado
52	SP	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra	723955/2009	30/08/2012	Encerrado
53	MG	Prefeitura Municipal de Monte Carmelo	725594/2009	08/09/2012	Encerrado
54	SP	Prefeitura Municipal de Campinas	44/2008	17/09/2012	Rescindido
55	MT	Prefeitura Municipal de Barra dos Garças	740262/2010	17/09/2012	Encerrado
56	SP	Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	725473/2009	19/09/2012	Encerrado
57	RJ	Prefeitura Municipal de Miguel Pereira	745182/2010	22/09/2012	Encerrado
58	RJ	Prefeitura Municipal de Valença	720531/2009	22/09/2012	Encerrado
59	MG	Prefeitura Municipal Conceição das Alagoas	722295/2009	04/10/2012	Encerrado
60	MG	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas	749953/201	08/10/2012	Encerrado
61	PE	Secretaria dos Esportes de Pernambuco	051/2008	08/10/2012	Rescindido
62	PR	Prefeitura Municipal de Terra Boa	7600073/2011	15/10/2012	Denunciado
63	MG	Prefeitura Municipal de Uberlândia	702200/2008	25/10/2012	Encerrado
64	SP	Prefeitura Municipal de Nova Odessa	717892/2009	28/10/2012	Encerrado
65	RS	Prefeitura Municipal de Ilópolis	720308/2009	31/10/2012	Encerrado
66	RS	Prefeitura Municipal de Nova Prata	738397/2010	02/11/2012	Encerrado
67	BA	Prefeitura Municipal de Mairi	725589/2009	03/11/2012	Encerrado
68	SP	Prefeitura Municipal de Monte Alto	725605/2009	04/11/2012	Encerrado
69	RJ	Centro Social Angelina Barreto	736408/2010	07/11/2012	Encerrado
70	MG	Prefeitura Municipal de Pains	742858/2010	08/11/2012	Encerrado
71	PR	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	720311/2009	10/11/2012	Encerrado
72	SP	Prefeitura Municipal de Araçatuba	717923/2009	11/11/2012	Encerrado
73	SP	Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	714423/2009	18/11/2012	Encerrado

Nº	UF	Entidade	Nº do convênio	Data do encerramento	Status (encerrado, rescindido, denunciado)
74	SC	Instituto Contato	750987/2010	26/11/2012	Rescindido
75	MG	Prefeitura Municipal de Viçosa	723922/2009	27/11/2012	Encerrado
76	SP	Prefeitura Municipal de Tanabi	750910/2010	30/11/2012	Encerrado
77	MG	Prefeitura Municipal de Machado	717757/2009	02/12/2012	Encerrado
78	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	001/2009	03/12/2012	Encerrado
79	BA	Prefeitura Municipal de Coribe	723942/2009	03/12/2012	Encerrado
80	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	001/2010	13/12/2012	Encerrado
81	RS	Prefeitura Municipal de Santa Rosa	741081/2010	14/12/2012	Encerrado
82	PR	Prefeitura Primeiro de Maio	760015/2011	15/12/2012	Denunciado
83	SP	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	737654/2010	16/12/2012	Encerrado
84	PR	Prefeitura Municipal de Paranaguá	261/2007	23/12/2012	Encerrado
85	BA	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	54/2008	17/12/2012	Encerrado
86	RN	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	750955/2010	28/12/2012	Encerrado
87	CE	Prefeitura Municipal de Crateús	718175/2009	31/12/2012	Encerrado
88	ES	Prefeitura Municipal de Serra	344/2007	31/12/2012	Encerrado
89	MG	Prefeitura Municipal de Diamantina	715466/2009	31/12/2012	Encerrado
90	SP	Associação Esporte Abraça Campinas	750956/2010	31/12/2012	Rescindido
91	SP	Prefeitura Municipal São Sebastião da Gramma	722301/2009	31/12/2012	Encerrado
92	MG	Prefeitura Municipal de Malacacheta	722561/2009	31/12/2012	Encerrado
93	BA	Prefeitura Municipal de Heliópolis	722301/2009	31/12/2012	Encerrado
94	SP	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	737651/2010	31/12/2012	Encerrado
95	BA	Prefeitura Municipal de Madre de Deus	724193/2009	31/12/2012	Encerrado
96	PR	Universidade Estadual de Londrina	751969/2010	31/12/2012	Encerrado

Anexo 12 – Planilha Parceiros Atuais Vigentes 2012-2013

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
1	2011	761164	GO	AGENCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER- NAVEGAR	3	300	26/06/2013	R\$ 336.980,16
2	2011	761181	PR	INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE - IPCE - Navegar	4	400	28/06/2013	R\$ 261.710,40
3	2010	738834	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA	1	100	17/08/2013	R\$ 1.030.720,80
4	2010	741468	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA	10	1000	21/09/2013	R\$ 494.578,10
5	2010	739427	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS ESTANCIA BALNEARIA	30	3000	30/06/2013	R\$ 2.026.780,00
6	2010	742865	MA	MUNICIPIO DE CAXIAS - PREFEITURA MUNICIPAL	6	600	30/06/2013	R\$ 307.349,46
7	2010	742896	RN	VENHA VER PREFEITURA	4	400	02/01/2013	R\$ 237.510,00
8	2007	281	MG	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE- SEEJ	200	40.000	12/01/2013	
9	2010	743811	RJ	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL	300	30000	12/01/2013	R\$ 14.814.300,00
10	2010	739535	MG	BURITIZEIRO PREFEITURA	4	400	15/01/2013	R\$ 200.341,60
11	2010	739430	SP	LINS PREFEITURA	16	1600	16/01/2013	R\$ 867.830,20
12	2010	740367	PB	JOAO PESSOA PREFEITURA	68	6800	20/01/2013	R\$ 2.933.402,00
13	2010	739431	MG	NOVA PONTE PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	21/01/2013	R\$ 239.275,94
14	2010	739424	GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES	6	600	28/01/2013	R\$ 303.700,00
15	2009	722279	MG	SANTA LUZIA PREFEITURA MUNICIPAL	50	5000	29/01/2013	R\$ 1.801.985,00
16	2010	740366	RN	RIACHO DA CRUZ PREFEITURA	6	600	30/01/2013	R\$ 323.710,00
17	2010	751945	MG	BELO HORIZONTE PREFEITURA	151	15100	31/01/2013	R\$ 5.884.271,58
18	2010	739441	RS	PAROBE PREFEITURA MUNICIPAL	8	800	02/02/2013	R\$ 430.317,00
19	2010	739437	SC	JARAGUA DO SUL PREFEITURA	50	5000	05/02/2013	R\$ 2.394.935,24

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
20	2010	739536	MG	CORACAO DE JESUS PREFEITURA	2	200	06/02/2013	R\$ 126.839,80
21	2009	726209	CE	MUNICIPIO DE GRACA/ PREFEITURA MUNICIPAL	3	300	08/02/2013	R\$ 162.025,50
22	2010	739439	PR	PORTO VITORIA PREFEITURA	2	200	13/02/2013	R\$ 160.053,06
23	2009	719312	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE	10	1000	13/02/2013	R\$ 422.250,00
24	2010	738550	MS	MUNICIPIO DE DOURADOS	16	1600	14/02/2013	R\$ 736.749,32
25	2010	739434	PR	LAPA PREFEITURA MUNICIPAL	20	2000	14/02/2013	R\$ 978.442,00
26	2010	740365	ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA	32	3200	14/02/2013	R\$ 890.319,78
27	2010	740451	PR	GENERAL CARNEIRO PREFEITURA	3	300	14/02/2013	R\$ 198.551,58
28	2009	726147	CE	MUNICIPIO DE MARACANAU - PREFEITURA MUNICIPAL	54	8100	15/02/2013	R\$ 930.971,50
29	2010	737657	SC	MUNICIPIO DE CRICIUMA	40	4000	15/02/2013	R\$ 1.827.592,08
30	2010	750903	SE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	28	2800	15/02/2013	R\$ 1.207.753,10
31	2010	750913	PR	SAO MIGUEL DO IGUACU PREFEITURA	4	400	15/02/2013	R\$ 236.235,76
32	2008	702290	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS	40	4000	18/02/2013	R\$ 2.111.740,00
33	2009	722288	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	8	800	19/02/2013	R\$ 333.080,00
34	2010	742897	RN	TENENTE ANANIAS PREFEITURA	4	400	20/02/2013	R\$ 237.510,00
35	2010	740444	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA	40	4000	22/02/2013	R\$ 2.050.878,40
36	2010	751946	CE	MUNICIPIO DE FORTALEZA - PREFEITURA MUNICIPAL	25	2500	22/02/2013	R\$ 2.508.573,33
37	2010	742847	AL	MACEIO PREFEITURA MUNICIPAL	50	5000	28/02/2013	R\$ 2.351.204,74
38	2009	726119	MG	JANAUBA PREFEITURA	4	400	01/03/2013	R\$ 184.844,00
39	2010	750953	PE	OLINDA PREFEITURA	9	900	12/03/2013	R\$ 429.560,00
40	2010	750914	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACARI	15	1500	15/03/2013	R\$ 705.369,60
41	2010	742312	GO	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GOIANIA	1	100	18/03/2013	R\$ 122.080,00
42	2010	741836	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE PREFEITURA	8	800	24/03/2013	R\$ 409.910,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
43	2010	741096	SP	JUQUITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	30/03/2013	R\$ 268.461,22
44	2009	717920	BA	PRADO PREFEITURA	4	400	01/04/2013	R\$ 152.980,00
45	2009	722283	RS	ALVORADA PREFEITURA	12	1200	09/04/2013	R\$ 472.102,00
46	2010	742862	RN	RODOLFO FERNANDES PREFEITURA	4	400	15/04/2013	R\$ 237.510,00
47	2010	738398	SP	FRANCISCO MORATO PREFEITURA	8	800	16/04/2013	R\$ 475.729,16
48	2010	739428	CE	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - PREFEITURA MUNICIPAL	20	2000	16/04/2013	R\$ 959.540,00
49	2010	741103	RN	SANTANA DO MATOS	4	400	21/04/2013	R\$ 200.800,00
50	2010	739435	RN	UMARIZAL PREFEITURA	16	1600	22/04/2013	R\$ 726.019,98
51	2009	710832	BA	BREJOES PREFEITURA	2	200	25/04/2013	R\$ 118.442,00
52	2009	724192	BA	AMELIA RODRIGUES PREFEITURA	4	400	25/04/2013	R\$ 180.800,00
53	2009	725528	AM	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	208	20800	02/05/2013	R\$ 7.550.078,40
54	2010	741530	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DARCO	2	200	13/05/2013	R\$ 149.810,00
55	2010	740266	RN	MARCELINO VIEIRA PREFEITURA	12	1200	02/06/2013	R\$ 560.919,00
56	2009	725609	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	10	1000	10/06/2013	R\$ 407.150,00
57	2010	750957	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL	4	400	11/06/2013	R\$ 221.973,36
58	2009	718222	CE	MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE	50	5000	13/06/2013	R\$ 1.794.100,15
59	2010	740312	RN	ITAU PREFEITURA	10	1000	16/06/2013	R\$ 496.110,00
60	2011	760089	RS	ESTRELA PREFEITURA - NAVEGAR	1	100	27/06/2013	R\$ 110.648,48
61	2007	446	GO	GOIÂNIA PREFEITURA	51	51.200	28/06/2013	R\$ 3.325.745,00
62	2009	719989	MA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOES	4	400	28/06/2013	R\$ 189.263,40
63	2011	761288	RJ	MARICA PREFEITURA - NAVEGAR	1	100	28/06/2013	R\$ 109.100,94
64	2011	761556	PR	FOZ DO IGUACU PREFEITURA- NAVEGAR	1	100	28/06/2013	R\$ 93.142,00
65	2011	760353	SP	GUARUJÁ PREFEITURA- NAVEGAR	1	100	28/06/2013	R\$ 110.240,67
66	2011	781179	SP	ILHABELA PREFEITURA - NAVEGAR	1	100	29/06/2013	R\$ 90.761,31

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
67	2009	717891	CE	AQUIRAZ PREFEITURA	20	2000	01/07/2013	R\$ 778.210,00
68	2009	722557	MG	MUNICIPIO DE UNAI	8	800	01/07/2013	R\$ 333.480,00
69	2009	721164	MG	DIVINOPOLIS PREFEITURA	5	500	09/07/2013	R\$ 231.333,32
70	2009	723429	SP	SANTANA DE PARNAIBA PREFEITURA	5	500	10/07/2013	R\$ 228.540,00
71	2010	742849	GO	ANAPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	48	4800	16/07/2013	R\$ 2.383.759,10
72	2010	739426	SC	ITAJAI PREFEITURA	30	3000	17/07/2013	R\$ 1.510.735,04
73	2009	726117	CE	SOBRAL PREFEITURA	70	7000	28/07/2013	R\$ 3.435.455,18
74	2009	717921	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	31/07/2013	R\$ 174.780,50
75	2009	722300	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO	20	2000	01/08/2013	R\$ 781.050,00
76	2010	739519	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS	10	1000	01/08/2013	R\$ 501.993,60
77	2009	725507	MG	GOVERNADOR VALADARES PREFEITURA	16	1600	08/08/2013	R\$ 591.305,00
78	2011	761287	TO	SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES-NAVEGAR	1	100	14/08/2013	R\$ 101.142,74
79	2009	725342	BA	PREFEITURA DE MATINA	4	400	19/08/2013	R\$ 173.508,35
80	2011	760352	SP	CAPITOLIO PREFEITURA - NAVEGAR	1	100	27/08/2013	R\$ 108.152,55
81	2010	736407	CE	MUNICIPIO DE GENERAL SAMPAIO - PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	09/09/2013	R\$ 219.300,00
82	2010	741087	PR	FOZ DO IGUACU PREFEITURA	20	2000	20/09/2013	R\$ 997.662,40
83	2010	739432	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE RIBEIRAO PIRES	8	800	22/09/2013	R\$ 414.085,72
84	2009	722554	SP	BOTUCATU PREFEITURA	40	4000	29/09/2013	R\$ 1.465.675,00
85	2009	725700	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA LAPA	4	400	08/10/2013	R\$ 201.024,60
86	2010	739708	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA	10	1000	08/10/2013	R\$ 497.760,00
87	2007	217	PR	PARANÁ ESPORTE	208	20.800	17/10/2013	R\$ 7.502.610,00
88	2010	750976	BA	VITORIA DA CONQUISTA PREFEITURA	53	5300	17/10/2013	R\$ 2.331.710,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
89	2010	740495	MG	IBIAI PREFEITURA	2	200	31/10/2013	R\$ 144.687,20
90	2009	723432	AP	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	120	12000	01/11/2013	R\$ 4.743.844,80
91	2010	743597	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA	2	200	13/11/2013	R\$ 150.910,00
92	2011	761286	SC	PREFEIRURA MUNICIPAL DE IMARUI - NAVEGAR	1	100	23/11/2013	R\$ 139.538,70
93	2008	702768	MG	IBIA PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	05/12/2013	R\$ 281.592,60
94	2011	760466	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA - NAVEGAR	1	100	06/01/2014	R\$ 134.311,03
95	2011	757612	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM	20	2000	27/02/2014	R\$ 830.000,00
96	2011	757613	PE	PETROLINA PREFEITURA	37	3700	27/02/2014	R\$ 1.379.843,75
97	2011	757619	BA	JEQUIE PREFEITURA	24	2400	27/02/2014	R\$ 1.010.040,00
98	2011	757947	MG	BETIM PREFEITURA	50	5000	27/02/2014	R\$ 1.962.700,00
99	2011	757953	SP	CAPAO BONITO PREFEITURA MUNICIPAL	9	900	27/02/2014	R\$ 366.132,00
100	2011	757954	ES	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	150	15000	27/02/2014	R\$ 6.652.098,24
101	2011	758183	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS	5	500	27/02/2014	R\$ 231.320,00
102	2011	758184	MG	CAXAMBU PREFEITURA	2	200	27/02/2014	R\$ 137.600,00
103	2011	758186	PB	MUNICIPIO DE JOCA CLAUDINO	1	100	27/02/2014	R\$ 104.055,00
104	2011	758187	PR	FRANCISCO ALVES PREFEITURA	2	200	27/02/2014	R\$ 137.812,54
105	2011	758188	MT	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	10	1000	27/02/2014	R\$ 461.570,00
106	2011	758210	MG	URUCUIA PREFEITURA MUNICIPAL	2	200	27/02/2014	R\$ 136.600,00
107	2011	758643	PI	PIRACURUCA PREFEITURA	6	600	27/02/2014	R\$ 267.780,00
108	2011	758655	ES	SAO MATEUS PREFEITURA	9	900	27/02/2014	R\$ 366.850,00
109	2011	758661	MG	ARINOS PREFEITURA	4	400	27/02/2014	R\$ 200.600,00
110	2011	758664	CE	CEARA GOVERNO DO ESTADO	466	46600	27/02/2014	R\$ 17.363.000,00
111	2011	758669	MG	BOM JARDIM DE MINAS PREFEITURA	1	100	27/02/2014	R\$ 103.370,00
112	2011	759272	PE	GINASIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHAES	45	4500	27/02/2014	R\$ 1.720.686,40

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
113	2011	759274	PI	RIO GRANDE DO PIAUI PREFEITURA	1	100	27/02/2014	R\$ 105.314,00
114	2011	759275	MG	UBA PREFEITURA	15	1500	27/02/2014	R\$ 659.613,00
115	2011	759277	RJ	TRES RIOS PREFEITURA	12	1200	27/02/2014	R\$ 621.344,00
116	2011	759280	PI	MONSENHOR GIL PREFEITURA	2	200	27/02/2014	R\$ 138.220,00
117	2011	759281	PI	BOM JESUS PREFEITURA	5	500	27/02/2014	R\$ 234.850,00
118	2011	759282	MG	CHAPADA GAUCHA PREFEITURA MUNICIPAL	3	300	27/02/2014	R\$ 168.050,00
119	2011	759284	CE	BREJO SANTO PREFEITURA	9	900	27/02/2014	R\$ 369.279,00
120	2011	759286	MG	CONS LAFAIETE PREFEITURA	2	200	27/02/2014	R\$ 156.539,50
121	2011	759537	PI	OEIRAS PREFEITURA	7	700	27/02/2014	R\$ 300.710,00
122	2011	759550	MS	SIDROLANDIA PREFEITURA	8	800	27/02/2014	R\$ 328.349,00
123	2011	759779	MG	MARIA DA FE PREFEITURA	3	300	27/02/2014	R\$ 169.758,00
124	2011	759782	BA	GAVIAO PREFEITURA MUNICIPAL	1	100	27/02/2014	R\$ 105.250,00
125	2011	759789	MG	CAMPINA VERDE PREFEITURA	3	300	27/02/2014	R\$ 166.874,00
126	2011	759992	PI	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA/ PREFEITURA MUNICIPAL	3	300	27/02/2014	R\$ 168.990,00
127	2011	759994	BA	TANQUE NOVO PREFEITURA	1	100	27/02/2014	R\$ 108.850,00
128	2011	760000	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM	2	200	27/02/2014	R\$ 135.245,00
129	2011	760001	RS	CACHOEIRA DO SUL PREFEITURA	4	400	27/02/2014	R\$ 211.304,35
130	2011	760012	PR	MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL	1	100	27/02/2014	R\$ 104.752,00
131	2011	760025	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOLIS	4	400	27/02/2014	R\$ 208.069,40
132	2011	760033	PI	MUNICIPIO DE TERESINA	50	5000	27/02/2014	R\$ 1.921.425,40
133	2011	760046	SP	ANDRADINA PREFEITURA	3	300	27/02/2014	R\$ 260.479,05
134	2011	760059	PA	MUNICIPIO DE SANTAREM	8	800	27/02/2014	R\$ 385.036,60
135	2011	760067	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO	10	1000	27/02/2014	R\$ 461.600,40
136	2011	760086	CE	MUNICIPIO DE ITAITINGA - PREFEITURA MUNICIPAL	5	500	27/02/2014	R\$ 238.200,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
137	2011	760088	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA	1	100	27/02/2014	R\$ 105.250,00
138	2011	760474	PR	SAO JOAO DO CAIUA PREFEITURA	1	100	27/02/2014	R\$ 103.342,00
139	2011	757611	PE	CARUARU PREFEITURA	10	1000	28/02/2014	R\$ 481.640,00
140	2011	757614	MG	IPATINGA PREFEITURA	10	1000	28/02/2014	R\$ 608.843,40
141	2011	757615	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONCALVES	10	1000	28/02/2014	R\$ 481.708,70
142	2011	757617	RN	LUIZ GOMES PREFEITURA	6	600	28/02/2014	R\$ 264.195,00
143	2011	757618	RS	CACHOEIRINHA PREFEITURA MUNICIPAL	10	1000	28/02/2014	R\$ 482.604,41
144	2011	757620	PI	FUNDACAO DOS ESPORTES DO PIAUI	180	18000	28/02/2014	R\$ 6.894.000,00
145	2011	757949	SC	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES	20	2000	28/02/2014	R\$ 894.699,84
146	2011	757955	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	4	400	28/02/2014	R\$ 200.270,00
147	2011	758182	RJ	PETROPOLIS PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 149.230,43
148	2011	758189	BA	BRUMADO PREFEITURA MUNICIPAL	2	200	28/02/2014	R\$ 140.412,50
149	2011	758212	RS	XANGRI-LA PREFEITURA MUNICIPAL	2	200	28/02/2014	R\$ 136.273,47
150	2011	758215	MS	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUNESP	30	3000	28/02/2014	R\$ 1.503.258,00
151	2011	758652	SP	ONDA VERDE PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 104.589,80
152	2011	759278	MG	SARDOA PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 104.600,00
153	2011	759279	BA	PAULO AFONSO PREFEITURA	8	800	28/02/2014	R\$ 370.473,60
154	2011	759285	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA	1	100	28/02/2014	R\$ 122.390,00
155	2011	759471	MG	TEOFILO OTONI PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 153.720,00
156	2011	759535	PI	PORTO PREFEITURA	4	400	28/02/2014	R\$ 201.920,00
157	2011	759542	PI	MUNICIPIO DE VALENCA DO PIAUI	4	400	28/02/2014	R\$ 201.920,00
158	2011	759547	MG	LAGOA DOS PATOS PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 104.200,60
159	2011	759551	PE	JABOATAO PREFEITURA	70	700	28/02/2014	R\$ 3.465.427,66
160	2011	759689	MG	VARZELANDIA PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 136.273,47
161	2011	759781	RN	BENTO FERNANDES PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 105.730,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
162	2011	759783	PI	PREFEITURA MINICIPAL DE PIRIPIRI	10	1000	28/02/2014	R\$ 461.900,00
163	2011	759784	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE	2	200	28/02/2014	R\$ 136.100,00
164	2011	759785	MG	CORONEL FABRICIANO PREFEITURA	10	1000	28/02/2014	R\$ 481.712,00
165	2011	759786	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO	70	7000	28/02/2014	R\$ 2.687.275,90
166	2011	759788	CE	COREAU PREFEITURA	3	300	28/02/2014	R\$ 168.165,00
167	2011	759790	BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI	2	200	28/02/2014	R\$ 135.000,00
168	2011	759792	MG	SETE LAGOAS PREFEITURA	14	1400	28/02/2014	R\$ 611.947,20
169	2011	759985	BA	PINTADAS PREFEITURA MUNICIPAL	3	300	28/02/2014	R\$ 166.842,00
170	2011	760010	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA	2	200	28/02/2014	R\$ 137.600,00
171	2011	760014	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DE MINAS	1	100	28/02/2014	R\$ 103.828,40
172	2011	760019	PI	MUNICIPIO DE IPIRANGA DO PIAUI	2	200	28/02/2014	R\$ 138.220,00
173	2011	760021	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU	4	400	28/02/2014	R\$ 202.723,00
174	2011	760024	RN	SAO FRANCISCO DO OESTE PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 105.730,00
175	2011	760026	BA	MUNICIPIO DE ANGUERA	1	100	28/02/2014	R\$ 104.930,00
176	2011	760027	MG	CORONEL PACHECO PREFEITURA	1	100	28/02/2014	R\$ 105.250,00
177	2011	760036	RJ	SAO FIDELIS PREFEITURA	4	400	28/02/2014	R\$ 198.380,00
178	2011	760038	PI	BARRAS PREFEITURA	10	1000	28/02/2014	R\$ 461.900,00
179	2011	760074	BA	SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA SUDESB	100	10000	28/02/2014	R\$ 5.158.549,60
180	2011	760077	MG	PREFEITURA MUNICIPAL SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	1	100	28/02/2014	R\$ 103.370,00
181	2011	760078	SP	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - PREFEITURA MUNICIPAL	10	1000	28/02/2014	R\$ 481.630,43
182	2011	760081	BA	SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE	50	5000	28/02/2014	R\$ 2.596.493,00
183	2011	760082	GO	AGENCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER	63	6300	28/02/2014	R\$ 2.499.500,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
184	2011	760083	AL	BRANQUINHA PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 136.707,88
185	2011	760084	RS	MUNICIPIO DE CHAPADA	1	100	28/02/2014	R\$ 106.542,83
186	2011	760087	SP	MARACAI PREFEITURA MUNICIPAL	2	200	28/02/2014	R\$ 135.000,00
187	2011	760090	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE DO MURIAE	4	400	28/02/2014	R\$ 201.060,00
188	2011	760091	MS	FUNDACAO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL	80	8000	28/02/2014	R\$ 3.134.000,00
189	2011	760093	MG	LIMA DUARTE PREFEITURA	3	300	28/02/2014	R\$ 167.460,00
190	2011	760095	GO	TRINDADE PREFEITURA MUNICIPAL	10	1000	28/02/2014	R\$ 463.464,00
191	2011	760157	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE	7	700	28/02/2014	R\$ 299.531,25
192	2011	760201	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENERACAO	3	300	28/02/2014	R\$ 172.230,00
193	2011	760202	AL	PENEDO PREFEITURA	6	600	28/02/2014	R\$ 269.790,00
194	2011	760223	PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRAO DO PIAUI	1	100	28/02/2014	R\$ 105.314,00
195	2011	760256	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM	4	400	28/02/2014	R\$ 204.400,00
196	2011	760465	CE	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL	6	600	28/02/2014	R\$ 262.000,00
197	2011	760469	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEM PARAIBA	5	500	28/02/2014	R\$ 231.000,00
198	2011	760470	PR	DOURADINA PREFEITURA MUNICIPAL	1	100	28/02/2014	R\$ 103.850,00
199	2011	760472	MG	PASSOS PREFEITURA	16	1600	28/02/2014	R\$ 684.130,43
200	2011	760475	MG	MATIAS BARBOSA PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 135.099,60
201	2011	760476	AM	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, LAZER E JUVENTUDE - SEMDEJ	125	12500	28/02/2014	R\$ 4.899.206,36
202	2011	761180	PR	ALTO PIQUIRI PREFEITURA	2	200	28/02/2014	R\$ 135.100,00
203	2011	761186	MA	ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	150	15000	28/02/2014	R\$ 5.693.730,00
204	2011	759273	PI	JOSE DE FREITAS PREFEITURA	6	600	01/03/2014	R\$ 360.930,00
205	2011	759780	BA	PLANALTINO PREFEITURA	2	200	01/03/2014	R\$ 136.275,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
206	2011	759849	BA	SERRA DO RAMALHO PREFEITURA MUNICIPAL	4	400	01/03/2014	R\$ 198.376,00
207	2011	760020	CE	MUNICIPIO DE CAUCAIA - PREFEITURA MUNICIPAL	20	2000	01/03/2014	R\$ 830.000,00
208	2012	771417	SP	PREFEITURA DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA	5	500	01/08/2014	R\$ 75.750,00
209	2012	771731	BA	LAPAO PREFEITURA MUNICIPAL	7	700	19/08/2014	R\$ 124.050,00
210	2012	770937	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA	2	200	05/09/2014	R\$ 105.148,12
211	2012	770928	RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO	2	200	06/09/2014	R\$ 105.825,20
212	2012	770949	MG	PATOS DE MINAS PREFEITURA	8	800	06/09/2014	R\$ 298.125,00
213	2012	770954	RJ	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA/PREFEITURA MUNICIPAL	60	6000	06/09/2014	R\$ 1.780.640,00
214	2012	770959	CE	MUNICIPIO DE MARANGUAPE - PREFEITURA MUNICIPAL	14	1.400	06/09/2014	R\$ 528.062,00
215	2012	771255	RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ	14	1.400	06/09/2014	
216	2011	759270	RN	MAJOR SALES PREFEITURA	2	200	27/12/2014	R\$ 135.740,00
217	2011	760072	RN	RUY BARBOSA PREFEITURA	1	100	27/12/2014	R\$ 104.600,00
218	2012	771414	SP	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	20	2.000	28/01/2015	R\$ 298.200,00
219	2012	771432	SP	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	10	1000	28/01/2015	R\$ 160.500,00
220	2012	771729	SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA	3	300	28/01/2015	R\$ 51.450,00
221	2012	771732	TO	SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	7	700	28/01/2015	R\$ 124.050,00
222	2011	1	DF	Ministério da Defesa	120	12000	-	R\$ 4.278.000,00
223	2008	2	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - NAVEGAR	1	200	-	R\$ 138.425,00
224	2011	191	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora - PST padrão	50	5000	-	R\$ 1.802.700,00
225	2011	165	RR	Universidade Federal de Roraima - PST padrão	10	1000	-	R\$ 443.100,00
226	2011	176	PA	Universidade Federal do Pará - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
227	2011	151	RS	Universidade Federal de Santa Maria - UNIVERSITÁRIO	2	400	-	R\$ 189.900,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
				E PESSOA COM DEFICIÊNCIA				
228	2011	172	AL	Universidade Federal de Alagoas - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
229	2011	181	CE	Universidade Federal do Ceará - UNIVERSITÁRIO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
230	2011	171	DF	Universidade de Brasília - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
231	2011	183	ES	Universidade Federal do Espírito Santo - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
232	2011	166	GO	Universidade Federal de Goiás - UNIVERSITÁRIO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
233	2011	186	MG	Universidade Federal de São João Del Rei - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
234	2011	177	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora - UNIVERSITÁRIO E COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
235	2011	147	MG	Universidade Federal de Minas Gerais /Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
236	2011	159	MG	Universidade Federal de Viçosa - UNIVERSITÁRIO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
237	2011	148	MG	Universidade Federal de Alfenas - - UNIVERSITÁRIO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
238	2011	162	MT	Universidade Federal de Mato Grosso - PST UNIVERSITÁRIO PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 107.650,00
239	2011	158	PE	Universidade Federal de Pernambuco - UNIVERSITÁRIO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	400	-	R\$ 189.900,00
240	2011	174	PR	Universidade Federal do Paraná - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
241	2011	161	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Campus Curitiba	1	300	-	R\$ 189.900,00
242	2011	193	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
243	2011	152	RS	Universidade Federal de Pelotas - PST PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1	100	-	R\$ 107.650,00
244	2011	169	SP	Universidade Federal Do ABC - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
245	2011	173	MS	Universidade Federal Mato Grosso do Sul - UNIVERSITÁRIO	1	300	-	R\$ 82.250,00
246	2011	6	BA	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano	2	200	-	R\$ 39.800,00
247	2011	107	BA	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia	2	200	-	R\$ 39.800,00
248	2011	187	CE	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará	3	300	-	R\$ 59.700,00
249	2011	196	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	1	100	-	R\$ 19.900,00
250	2011	112	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	1	100	-	R\$ 19.900,00
251	2011	115	MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	2	200	-	R\$ 39.800,00
252	2011	114	PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - CAMPI PETROLINA COM OI	2	200	-	R\$ 39.800,00
253	2011	36	PI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	2	200	-	R\$ 39.800,00
254	2011	201	RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	1	100	-	R\$ 19.900,00
255	2012	10	SE	Universidade Federal de Sergipe	1	300	-	R\$ 82.250,00
256	2012	7	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2	400	-	R\$ 158.700,00
257	2012	770933	MG	MUNICIPIO DE IGARAPE	7	700		R\$ 368.745,22
258	2012	771736	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA	30	3000		R\$ 419.700,00
259	2012	772262	RS	ENCANTADO PREFEITURA	2	200		R\$ 51.450,00
TOTAL					5128	579600		R\$ 213.271.803,46

Nº	ANO	Nº	UF	ENTIDADE	NÚCLEOS	BENEFICIADOS	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL
				COM ORDEM DE INÍCIO - 93 CONVÊNIOS/PARCELIAS	03 CONVÊNIOS – FORA SICONV		221 - CONVÊNIOS SICONV	
				SEM ORDEM DE INICIO -166 CONVÊNIOS/PARCELIAS	35- TERMOS DE COOPERAÇÃO		TOTAL 259 CONVÊNIOS/PARCELIAS	

Anexo 13 – Decisões de Redução de Meta e Rescisões

Nº Convênio	Entidade	UF	Ordem de Início	Qtd de núcleos	Vigência		Observação	Data do Parecer
					Início	Fim		
Convênio com Redução de Meta								
725594/2009	PM de Monte Carmelo	MG	25/01/2011	5	30/12/2009	08/09/2012	-	29/02/2012
054/2008	PM de Lauro de Freitas	BA	24/04/2009	20	03/07/2008	17/12/2012	-	30/03/2012
725473/2009	PM de Taboão da Serra	SP	05/04/2011	30	31/03/2011	19/09/2012	-	12/04/2012
702200/2008	PM de Uberlândia	MG	05/04/2010	30	31/12/2008	31/12/2011	-	15/05/2012
738397/2010	PM de Nova Prata	RS	11/07/2011	8	29/06/2010	02/11/2012	-	31/05/2012
725609/2009	PM de Rio Claro	SP	28/02/2011	10	31/12/2009	03/04/2012	-	24/10/2012
261/2007	PM de Paranaguá	PR	17/05/2010	20	31/12/2007	02/01/2012	-	31/10/2012
740367/2010	PM de João Pessoa	PB	28/09/2011	68	30/06/2010	12/10/2012	Não acatado pela CONJUR.	21/12/2012
722279/2009	PM de Santa Luzia	MG	26/09/2011	50	29/12/2009	04/09/2012	Não acatado pela CONJUR.	27/12/2012
Convênios Rescindidos								
750956/2010	Associação Esporte Abraça Campinas	SP	28/09/2011	10	31/12/2010	30/09/2012	-	-
051/2008	Secretaria dos Esportes de Pernambuco	PE	24/02/2010	105	03/07/2008	02/01/2013	-	-
044/2008	Prefeitura Municipal de Campinas	SP	03/11/2009	50	02/07/2008	28/02/2012	-	-
217/2007	Paraná Esporte - PR	PR	16/11/2009	208	31/02/2007	01/09/2011	-	-
728971/2009	Prefeitura Municipal de Taquara	RS	08/02/2011	12	31/12/2009	16/04/2012	-	-
Convênios Rescindidos – Decreto nº 7.592 de outubro de 2011.								
750987/2010	Instituto Contato	SC	30/09/2011	250	31/12/2010	31/12/2012	-	-
719003/2009	Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geração da Hora	RJ	15/09/2011	25	28/12/2009	11/09/2011	-	-
726185/2009	Liga de Artes Marciais da Região dos Lagos	RJ	23/08/2010	36	31/12/2009	24/11/2012	-	-

Nº Convênio	Entidade	UF	Ordem de Início	Qtd de núcleos	Vigência		Observação	Data do Parecer
					Início	Fim		
737330/2010	Instituto de Desenvolvimento Econômico Social - INDES	CE	07/06/2011	10	30/06/2010	16/03/2012	-	-
726158/2009	Ethos Instituto de Educação	MG	10/08/2011	50	31/11/2010	11/03/2012	-	-
726102/2009	Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás	GO	14/02/2011	23	28/12/2009	02/08/2012	-	-
726173/2009	Centro de Educação e Cultura Popular	BA	23/05/2011	66	31/12/2009	01/06/2012	-	-

Anexo 14 – Avaliação e Ofícios Expedidos

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM JANEIRO DE 2012																
1	725463/2009	Prefeitura Municipal de Congonhas	MG	26/11/11	<u>Encerrado</u>	3	09/11/11	09/11/11	2	29/11/11	28/11/11	08/01/12	9/2012	06/01/12	58	
2	718382/2009	Prefeitura Municipal de Lapão	BA	18/11/11	<u>Encerrado</u>	3	09/11/11	10/11/11	5	30/11/11	06/12/11	09/01/12	14/2012	06/01/12	57	
3	720301/2009	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	SP	11/11/11	<u>Encerrado</u>	3	07/11/11	10/11/11	8	30/11/11	24/11/11	09/01/12	13/2012	06/01/12	57	
4	749953/2010	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas	MG	08/10/12	26/11/12	1	07/11/11	07/11/11	2	27/11/11	02/12/11	06/01/12	12/2012	06/01/12	60	
5	722561/2009	Prefeitura Municipal de Malacacheta	MG	21/10/12	31/12/2012 sem atividade	1	08/11/11	10/11/11	4	30/11/11	13/12/11	09/01/12	8/2012	06/01/12	57	
6	252/2007	Prefeitura Municipal de Correntina	BA	11/07/12	<u>Encerrado</u>	2	09/11/11	09/11/11	3	29/11/11	12/12/11	08/01/12	10/2012	06/01/12	58	
7	726173/2009	Centro de Educação e Cultura Popular - CECUP	BA	01/06/12	21/03/2012 Rescindido	2	07/11/11	09/11/11	14	29/11/11	12/12/11	08/01/12	25/2012	11/01/12	63	
8	736408/2010	Centro Social Angelina Barreto CESAB	RJ	07/11/12	<u>Encerrado</u>	2	07/11/11	10/11/11	10	30/11/11	28/11/11	09/01/12	27/2012	11/01/12	62	
9	726115/2009	Prefeitura	GO	08/05/12	<u>Encerrado</u>	2	04/11/11	11/11/11	5	01/12/11	25/11/11	10/01/12	24/2012	11/01/12	61	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
												Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Nº		Data
		Municipal de Planaltina de Goiás													
10	722576/2009	Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt - FUNCAB	RJ	10/12/11	<u>Encerrado</u>	3	09/11/11	11/11/11	12	01/12/11	16/12/11	10/01/12	20/2012	11/01/12	61
11	723942/2009	Prefeitura Municipal de Coribe	BA	21/09/12	03/12/12	1	11/11/11	11/11/11	5	01/12/11	07/12/11	10/01/12	22/2012	11/01/12	61
12	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	06/09/12	20/12/12	1	09/11/11	10/11/11	4	30/11/11	02/12/11	09/01/12	23/2012	11/01/12	62
13	726158/2009	Ethos Instituto de Educação	MG	23/08/12	Rescindido, data a publicar	1	07/11/11	11/11/11	10	01/12/11	12/12/11	10/01/12	26/2012	11/01/12	61
14	723422/2009	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	SP	11/05/12	<u>Encerrado</u>	2	26/10/11	11/11/11	5	01/12/11	30/11/11	10/01/12	21/2012	11/01/12	61
15	725473/2009	Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	SP	19/09/12	<u>Encerrado</u>	2	09/11/11	18/11/11	6	08/12/11	07/12/11	17/01/12	42/2012	13/01/12	56
16	726118/2009	Consórcio Público Intermunicipal de Alto Uruguai	RS	27/01/12	<u>Encerrado</u>	3	08/11/11	11/11/11	15	01/12/11	13/12/11	10/01/12	43/2012	13/01/2012	63
17	722589/2009	Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Poá	SP	04/12/11	<u>Encerrado</u>	3	17/11/11	17/11/11	5	07/12/11	07/12/11	16/01/12	45/2012	13/01/12	57
18	724191/2009	Prefeitura Municipal de Tramandaí	RS	28/11/11	<u>Encerrado</u>	3	17/11/11	18/11/11	5	08/12/11	20/12/11	17/01/12	46/2012	13/01/12	56

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
												Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Nº		Data
19	720311/2009	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	PR	10/11/12	<u>Encerrado</u>	1	26/10/11	16/11/11	8	06/12/11	22/12/11	15/01/12	41/2012	13/01/12	58
20	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	RN	12/07/12	24/03/13	1	09/11/11	16/11/11	4	06/12/11	08/12/11	15/01/12	40/2012	13/01/12	58
21	741103/2010	Prefeitura Municipal de Santana do Matos	RN	15/12/12	21/04/13	1	11/11/11	12/11/11	4	02/12/11	20/12/11	11/01/12	44/2012	13/01/12	62
22	728971/2009	Prefeitura Municipal de Taquara	RS	16/04/12	Rescindido em 30/03/2012	3	25/11/11	25/11/11	3	15/12/11	19/12/11	24/01/12	61/2012	24/01/12	60
23	702200/2008	Prefeitura Municipal de Uberlândia	MG	31/12/11 Fim das atividades	25/10/2012 Só para sanear irregularidades no SICONV	5	29/11/11	30/11/11	6	20/12/11	19/12/11	29/01/12	76/2012	24/01/12	55
24	717918/2009	Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	SP	06/02/12	<u>Encerrado</u>	3	29/11/11	29/11/11	4	19/12/11	19/12/11	28/01/12	59/2012	24/01/12	56
25	722566/2009	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé	BA	16/12/11	<u>Encerrado</u>	4	22/11/11	23/11/11	6	13/12/11	19/12/11	22/01/12	71/2012	24/01/12	62
26	720627/2009	Prefeitura Municipal de Pitangueiras	SP	31/12/11	<u>Encerrado</u>	3	25/11/11	25/11/11	3	15/12/11	16/12/11	24/01/12	58/2012	24/01/12	60
27	750955/2010	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	RN	21/09/12	28/12/12	1	28/11/11	30/11/11	5	20/12/11	22/12/11	29/01/12	77/2012	24/01/12	55
28	750910/2010	Prefeitura Municipal de Tanabi	SP	30/06/12	30/11/12	1	30/11/11	02/12/11	3	22/12/11	16/12/11	31/01/12	78/2012	24/01/12	53

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
29	725573/2009	Prefeitura Municipal de Juatubá	MG	25/08/12	<u>Encerrado</u>	2	05/12/11	07/12/11	4	27/12/11	23/12/11	05/02/12	90/2012	30/01/12	54	
30	724644/2009	Prefeitura Municipal de Cruz Alta	RS	07/07/12	<u>Encerrado</u>	3	07/12/11	07/12/11	3	27/12/11	22/12/11	05/02/12	101/2012	30/01/12	54	
31	720306/2009	Prefeitura Municipal de Três Corações	MG	13/06/12	<u>Encerrado</u>	2	30/11/11	01/12/11	4	21/12/11	21/12/11	30/01/12	93/2012	30/01/12	60	
32	724764/2009	Prefeitura Municipal de Bagé	RS	17/12/11	<u>Encerrado</u>	3	30/11/11	05/12/11	5	25/12/11	16/12/11	03/02/12	100/2012	30/01/12	56	
33	725598/2009	Prefeitura Municipal de Montes Claros	MG	15/12/11	<u>Encerrado</u>	3	06/12/11	07/12/11	4	27/12/11	21/12/11	05/02/12	99/2012	30/01/12	54	
34	717923/2009	Prefeitura Municipal de Araçatuba	SP	11/11/12	<u>Encerrado</u>	1	06/12/11	07/12/11	3	27/12/11	22/12/11	05/02/12	97/2012	30/01/12	54	
35	739435/2010	Prefeitura Municipal de Umarizal	RN	29/06/12	22/04/13	1	05/12/11	06/12/11	3	26/12/11	05/01/12	04/02/12	102/2012	30/01/12	55	
36	718175/2009	Prefeitura Municipal de Crateús	CE	17/10/12	31/12/12	1	05/12/11	07/12/11	3	27/12/11	20/12/11	05/02/12	95/2012	30/01/12	54	
37	724193/2009	Prefeitura Municipal de Madre de Deus	BA	23/10/12	31/12/12	2	05/12/11	07/12/11	4	27/12/11	15/12/11	05/02/12	103/2012	30/01/12	54	
38	719316/2009	Prefeitura Municipal de Heliópolis	BA	31/07/12	10/12/12	1	02/12/11	02/12/11	4	22/12/11	16/12/11	31/01/12	92/2012	30/01/12	59	
39	001/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	12/02/12	13/12/12	1	01/12/11	02/12/11	3	22/12/11	21/12/11	31/01/12	96/2012	30/01/12	59	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM FEVEREIRO DE 2012																
1	724187/2009	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	SP	22/04/12	<u>Encerrado</u>	3	12/12/11	14/12/11	4	03/01/12	23/12/11	12/02/12	152/2012	03/02/12	51	
2	717510/2009	Prefeitura Municipal de Juazeiro	BA	27/07/12	<u>Encerrado</u>	2	05/12/11	06/12/11	10	26/12/11	20/12/11	04/02/12	154/2012	03/02/12	59	
3	739424/2010	Prefeitura Municipal de Ceres	GO	29/11/12	28/01/13	1	21/11/11	07/12/11	5	27/12/11	05/01/12	05/02/12	155/2012	03/02/12	58	
4	722279/2009	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	MG	04/09/12	29/01/13	1	05/12/11	07/12/11	10	27/12/11	12/01/12	05/02/12	148/2012	03/02/12	58	
5	742896/2010	Prefeitura Municipal de Venha Ver	RN	17/07/12	02/01/13	1	12/12/11	14/12/11	4	03/01/12	05/01/12	12/02/12	153/2012	03/02/12	51	
6	723424/2009	Prefeitura Municipal de Bauru	SP	30/06/12	<u>Encerrado</u>	3	08/12/11	13/12/11	4	02/01/12	05/01/12	11/02/12	301/2012	08/02/12	57	
7	714425/2009	Prefeitura Municipal de Maranguape	CE	13/02/12	<u>Encerrado</u>	3	12/12/11	14/12/11	5	03/01/12	03/01/12	12/02/12	292/2012	08/02/12	56	
8	726109/2009	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	RJ	18/12/11	<u>Encerrado</u>	4	06/12/11	09/12/11	18	29/12/11	10/01/12	07/02/12	293/2012	08/02/12	61	
9	742312/2010	Associação Pestalozzi de Goiânia	GO	10/02/12	18/03/13	1	13/12/11	13/12/11	1	02/01/12	02/01/11	11/02/12	295/2012	08/02/12	57	
10	217/2007	Paraná Esporte	PR	01/09/11	17/10/13	2	01/12/11	09/12/11	16	29/12/11	23/12/11	07/02/12	294/2012	08/02/12	61	
11	723955/2009	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra	SP	30/08/12	<u>Encerrado</u>	2	06/12/11	09/12/11	4	29/12/11	21/12/11	07/02/12	321/2012	09/02/12	62	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
12	724638/2009	Prefeitura Municipal de Formiga	MG	22/07/12	<u>Encerrado</u>	2	08/12/11	14/12/11	5	03/01/12	03/01/12	12/02/12	324/2012	09/02/12	57	
13	726157/2009	Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	MG	15/06/12	<u>Encerrado</u>	2	13/12/11	14/12/11	4	03/01/12	04/01/12	12/02/12	323/2012	09/02/12	57	
14	740367/2010	Prefeitura Municipal de João Pessoa	PB	12/10/12	20/01/13	1	12/12/11	14/12/11	13	03/01/12	13/01/12	12/02/12	320/2012	09/02/12	57	
15	725605/2009	Prefeitura Municipal de Monte Alto	SP	04/11/12	<u>Encerrado</u>	1	07/12/11	14/12/11	4	03/01/12	03/01/12	12/02/12	322/2012	09/02/12	57	
16	740444/2010	Prefeitura Municipal de Carapicuíba	SP	30/06/12	22/02/13	1	13/12/11	14/12/11	8	03/01/12	11/01/12	12/02/12	319/2012	09/02/12	57	
17	051/2008	Secretaria Especial dos Esportes de Pernambuco	PE	30/06/12	<u>Encerrado</u>	5	01/12/11	17/12/11	22	06/01/12	09/01/12	15/02/12	Capre 09/2012	14/02/12	59	
18	724627/2009	Prefeitura Municipal de Tanguá	RJ	01/07/12	<u>Encerrado</u>	2	05/12/11	15/12/11	6	04/01/12	11/01/12	13/02/12	Capre 05/2012	14/02/12	61	
19	719006/2009	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	MG	03/02/12	<u>Encerrado</u>	3	12/12/11	15/12/11	8	04/01/12	05/01/12	13/02/12	Capre 03/2012	14/02/12	61	
20	702239/2008	Secretaria de Esporte do Estado de Tocantins	TO	19/12/11	<u>Encerrado</u>	5	12/12/11	16/12/11	5	05/01/12	05/01/12	14/02/12	Capre 07/2012	14/02/12	60	
21	719003/2009	Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geração da Hora	RJ	11/09/11	Rescindido	1	12/12/11	15/12/11	5	04/01/12	11/01/12	13/02/12	Capre 08/2012	14/02/12	61	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
22	722295/2009	Prefeitura Municipal Conceição das Alagoas	MG	04/10/12	<u>Encerrado</u>	1	15/12/11	16/12/11	3	05/01/12	03/01/12	14/02/12	Capre 04/2012	14/02/12	60	
23	739430/2010	Prefeitura Municipal de Lins	SP	20/07/12	16/01/13	1	12/12/11	16/12/11	5	05/01/12	13/01/12	14/02/12	Capre 06/2012	14/02/12	60	
24	739536/2010	Prefeitura Municipal de Coração de Jesus	MG	12/05/12	06/02/13	1	15/12/11	16/12/11	2	05/01/12	05/01/12	14/02/12	Capre 02/2012	14/02/12	60	
25	702290/2008	Prefeitura Municipal de Nilópolis	RJ	19/05/11	02/11/12	1	07/12/11	16/12/11	8	05/01/12	09/01/12	14/02/12	Capre 01/2012	14/02/12	60	
26	741082/2010	Prefeitura Municipal de Aragarças	GO	22/05/12	<u>Encerrado</u>	2	18/01/12	24/01/12	4	13/02/12	08/02/12	24/03/12	Capre 010/2012	17/02/12	24	
27	714423/2009	Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	SP	22/08/12	18/11/12	1	26/01/12	27/01/12	4	16/02/12	06/02/12	27/03/12	Capre 011/2012	17/02/12	21	
28	719004/2009	Prefeitura Municipal de Estrela	RS	06/03/12	<u>Encerrado</u>	3	16/01/12	18/01/12	4	07/02/12	03/02/12	18/03/12	Capre 012/2012	23/02/12	36	
29	719321/2009	Prefeitura Municipal de Igarapé	MG	03/06/12	<u>Encerrado</u>	3	23/01/12	25/01/12	5	14/02/12	09/10/12	25/03/12	Capre 020/2012	29/02/12	35	
30	717258/2009	Prefeitura Municipal de Florianópolis	PI	20/04/12	<u>Encerrado</u>	3	26/01/12	27/01/12	4	16/02/12	08/02/12	27/03/12	Capre 021/2012	29/02/12	33	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM MARÇO DE 2012																
1	740262/2010	Prefeitura Municipal de Barra do Garças	MT	17/09/12	<u>Encerrado</u>	2	18/01/12	24/01/12	6	13/02/12	14/02/12	24/03/12	Capre 023/2012	07/03/12	43	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
2	722306/2009	Conferência das Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora	DF	21/03/12	<u>Encerrado</u>	2	17/01/12	30/01/12	17	19/02/12	24/02/12	30/03/12	Capre 031/2012	13/03/12	43	
3	722344/2009	Prefeitura Municipal de Irecê	BA	19/08/12	<u>Encerrado</u>	2	30/01/12	31/01/12	4	20/02/12	27/02/12	31/03/12	Capre 030/2012	13/03/12	42	
4	722301/2009	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Grama	SP	07/08/2012 encerrado	20/10/2012 sem atividades	2	01/02/12	02/02/12	4	22/02/12	27/02/12	02/04/12	Capre 027/2012	13/03/12	40	
5	722298/2009	Prefeitura Municipal de Maricá	RJ	25/02/12	<u>Encerrado</u>	3	01/02/12	03/02/12	4	23/02/12	28/02/12	03/04/12	Capre 026/2012	13/03/12	39	
6	719993/2009	Prefeitura Municipal de Embu Guaçu	SP	30/03/12	<u>Encerrado</u>	3	13/02/12	13/02/12	4	04/03/12	24/02/12	13/04/12	Capre 029/2012	13/03/12	29	
7	725582/2009	Prefeitura Municipal de Encantado	RS	28/05/12	<u>Encerrado</u>	4	15/02/12	15/02/12	4	06/03/12	23/02/12	15/04/12	Capre 028/2012	13/03/12	27	
8	742897/2010	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias	RN	29/06/12	20/02/13	1	03/02/12	03/02/12	4	23/02/12	02/03/12	03/04/12	Capre 088/2012	16/03/12	42	
9	726119/2009	Prefeitura Municipal de Janaúba	MG	01/08/12	01/03/13	1	01/02/12	03/02/12	1	23/02/12	05/03/12	03/04/12	Capre 087/2012	16/03/12	42	
10	719002/2009	Prefeitura Municipal de Barra Mansa	RJ	03/07/12	<u>Encerrado</u>	2	06/02/12	10/02/12	5	01/03/12	29/02/12	10/04/12	Capre 086/2012	16/03/12	35	
11	717914/2009	Prefeitura Municipal de Patrocínio	MG	02/08/12	<u>Encerrado</u>	2	06/02/12	06/02/12	4	26/02/12	28/02/12	06/04/12	Capre 089/2012	21/03/12	44	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM ABRIL DE 2012																

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
1	001/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	02/03/12	03/12/12	1	15/12/11	15/12/11	2	04/01/12	20/03/12	13/02/12	Capre 122/2012	05/04/12	112	
2	725589/2009	Prefeitura Municipal de Mairi	BA	04/09/12	03/11/12	2	06/02/12	07/02/12	2	27/02/12	28/02/12	07/04/12	Capre 123/2012	05/04/12	58	
3	739431/2010	Prefeitura Municipal de Nova Ponte	MG	07/11/12	21/01/13	2	06/02/12	09/02/12	4	29/02/12	21/03/12	09/04/12	Capre 129/2012	05/04/12	56	
4	739426/2010	Prefeitura Municipal de Itajaí	SC	29/06/12	17/06/13	1	08/02/12	10/02/12	7	01/03/12	15/03/12	10/04/12	Capre 128/2012	05/04/12	55	
5	742858/2010	Prefeitura Municipal de Pains	MG	22/05/12	08/11/12	2	08/02/12	10/02/12	4	01/03/12	14/03/12	10/04/12	Capre 131/2012	05/04/12	55	
6	737654/2010	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	SP	12/09/12	16/12/12	2	06/02/12	10/02/12	10	01/03/12	29/02/12	10/04/12	Capre 130/2012	05/04/12	55	
7	344/2007	Prefeitura Municipal de Serra	ES	31/12/12		4	13/02/12	15/02/12	4	06/03/12	09/03/12	15/04/12	Capre 137/2012	13/04/12	58	
8	723922/2009	Prefeitura Municipal de Viçosa	MG	31/07/12	27/11/12	1	13/02/12	15/02/12	4	06/03/12	22/03/12	15/04/12	Capre 138/2012	13/04/12	58	
9	720624/2009	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu	RJ	06/08/12	<u>Encerrado</u>	2	13/02/12	15/02/12	4	06/03/12	06/03/12	15/04/12	Capre 135/2012	13/04/12	58	
10	726144/2009	Prefeitura Municipal de Sabará	MG	25/02/12	<u>Encerrado</u>	3	13/02/12	15/02/12	4	06/03/12	06/03/12	15/04/12	Capre 134/2012	13/04/12	58	
11	720308/2009	Prefeitura Municipal de Ilópolis	RS	31/10/12	<u>Encerrado</u>	2	16/02/12	16/02/12	3	07/03/12	28/02/12	16/04/12	Capre 136/2012	13/04/12	57	
12	750956/2010	Associação Esporte	SP	30/09/12	Rescindido em	2	13/02/12	17/02/12	6	08/03/12	12/03/12	17/04/12	Capre	13/04/12	56	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Abraça Campinas			23/10/2012								140/2012			
13	702768/2008	Prefeitura Municipal de Ibiá	MG	01/03/12	05/12/13	3	27/02/12	27/02/12	4	18/03/12	27/03/12	27/04/12	Capre 170/2012	26/04/12	59	
14	054/2008	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	BA	17/12/12		6	28/02/12	28/02/12	4	19/03/12	20/03/12	28/04/12	Capre 174/2012	26/04/12	58	
15	738397/2010	Prefeitura Municipal de Nova Prata	RS	02/11/12	<u>Encerrado</u>	2	27/02/12	29/02/12	4	20/03/12	09/03/12	29/04/12	Capre 172/2012	26/04/12	57	
16	723931/2009	Prefeitura Municipal de Belford Roxo	RJ	01/03/12	<u>Encerrado</u>	3	15/02/12	29/02/12	10	20/03/12	26/03/12	29/04/12	CGFISCO 169/2012	26/04/12	57	
17	725594/2009	Prefeitura Municipal de Monte Carmelo	MG	08/09/12	<u>Encerrado</u>	3	29/02/12	29/02/12	5	20/03/12	02/04/12	29/04/12	Capre 173/2012	26/04/12	57	
18	742862/2010	Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes	RN	09/10/12	15/04/13	1	28/02/12	29/02/12	4	20/03/12	12/03/12	29/04/12	Capre 171/2012	26/04/12	57	
19	717757/2009	Prefeitura Municipal de Machado	MG	30/07/12	02/12/12	3	27/02/12	01/03/12	4	21/03/12	20/03/12	30/04/12	Capre 178/2012	27/04/12	57	
20	717892/2009	Prefeitura Municipal de Nova Odessa	SP	28/10/12	<u>Encerrado</u>	2	27/02/12	02/03/12	5	22/03/12	05/04/12	01/05/12	Capre 179/2012	27/04/12	56	
21	739439/2010	Prefeitura Municipal de Porto Vitória	PR	13/11/12	13/02/13	2	02/03/12	02/03/12	2	22/03/12	14/03/12	01/05/12	Capre 177/2012	27/04/12	56	
22	737651/2010	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	SP	31/10/12	31/12/12	2	28/02/12	02/03/12	4	22/03/12	23/03/12	01/05/12	Capre 176/2012	27/04/12	56	
23	725609/2009	Prefeitura	SP	03/04/12	10/06/13	3	27/02/12	02/03/12	5	22/03/12	23/03/12	01/05/12	Capre	27/04/12	56	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Municipal de Rio Claro											180/2012			
24	722586/2009	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes	SP	24/08/11	02/08/12 Vai ter supressão de Vigência	2	27/02/12	02/03/12	5	22/03/12	16/03/12	01/05/12	Capre 181/2012	27/04/12	56	
25	720531/2009	Prefeitura Municipal de Valença	RJ	22/09/12	<u>Encerrado</u>	2	02/03/12	03/03/12	5	23/03/12	30/03/12	02/05/12	Capre 182/2012	30/04/12	58	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM MAIO DE 2012																
1	217/2007	Paraná Esporte	PR	01/09/11	17/10/13	3	02/02/12	06/03/12	42	<u>26/03/12</u>	<u>26/04/12</u>	05/05/12	Capre 189/2012	04/05/12	59	
2	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	RN	12/07/12	24/03/13	2	05/03/12	07/03/12	4	27/03/12	04/04/12	06/05/12	Capre 186/2012	04/05/12	58	
3	723942/2009	Prefeitura Municipal de Coribe	BA	21/09/12	03/12/12	2	07/03/12	07/03/12	5	27/03/12	29/03/12	06/05/12	Capre 185/2012	04/05/12	58	
4	252/2007	Prefeitura Municipal de Correntina	BA	11/07/12	<u>Encerrado</u>	3	08/03/12	08/03/12	4	28/03/12	03/04/12	07/05/12	Capre 187/2012	04/05/12	57	
5	741081/2010	Prefeitura Municipal de Santa Rosa	RS	28/07/12	14/12/12	3	07/03/12	09/03/12	5	29/03/12	02/04/12	08/05/12	Capre 188/2012	04/05/12	56	
6	715466/2009	Prefeitura Municipal de Diamantina	MG	02/10/12	31/12/12	2	12/03/12	14/03/12	5	03/04/12	11/04/12	13/05/12	Capre 206/2012	11/05/12	58	
7	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	06/09/12	20/12/12	2	14/03/12	15/03/12	4	04/04/12	02/04/12	14/05/12	Capre 207/2012	11/05/12	57	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
8	736408/2010	Centro Social Angelina Barreto CESAB	RJ	07/11/12	<u>Encerrado</u>	3	12/03/12	15/03/12	10	04/04/12	11/04/12	14/05/12	Capre 208/2012	11/05/12	57	
9	739428/2010	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	CE	29/06/12	16/04/13	1	12/03/12	15/03/12	4	04/04/12	10/04/12	14/05/12	Capre 209/2012	11/05/12	57	
10	749953/2010	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas	MG	08/10/12	26/11/12	2	16/03/12	16/03/12	2	05/04/12	04/04/12	15/05/12	Capre 211/2012	14/05/12	59	
11	741103/2010	Prefeitura Municipal de Santana do Matos	RN	15/12/12	21/04/13	2	12/03/12	16/03/12	4	05/04/12	17/04/12	15/05/12	Capre 212/2012	14/05/12	59	
12	261/2007	Prefeitura Municipal de Paranaguá	PR	02/01/12	18/11/12	4	12/03/12	16/03/12	4	05/04/12	12/04/12	15/05/12	Capre 210/2012	14/05/12	59	
13	723422/2009	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	SP	11/05/12	<u>Encerrado</u>	3	09/03/12	16/03/12	5	05/04/12	09/04/2012	15/05/12	Capre 213/2012	14/05/12	59	
14	722561/2009	Prefeitura Municipal de Malacacheta	MG	21/10/12	31/12/2012 sem atividade	2	15/03/12	16/03/12	4	05/04/12	03/04/12	15/05/12	Capre 214/2012	14/05/12	59	
15	726115/2009	Prefeitura Municipal de Planaltina de Goiás	GO	08/05/12	<u>Encerrado</u>	3	12/03/12	21/03/12	5	10/04/12	02/04/12	20/05/12	Capre 215/2012	18/05/12	58	
16	750953/2010	Prefeitura Municipal de Olinda	PE	30/06/12	12/03/13	1	15/03/12	22/03/12	5	11/04/12	19/04/12	21/05/12	Capre 216/2012	18/05/12	57	
17	738398/2010	Prefeitura Municipal de Francisco Morato	SP	15/07/12	16/04/13	1	20/03/12	23/03/12	4	12/04/12	10/04/12	22/05/12	Capre 217/2012	18/05/12	56	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
18	726117/2009	Prefeitura Municipal de Sobral	CE	01/06/12	28/07/13	4	23/02/12	23/03/12	14	12/04/12	17/04/12	22/05/12	Capre 219/2012	18/05/12	56	
19	725473/2009	Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	SP	19/09/12	<u>Encerrado</u>	3	19/03/12	23/03/12	7	12/04/12	11/04/12	22/05/12	Capre 218/2012	18/05/12	56	
20	720311/2009	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	PR	10/11/12	<u>Encerrado</u>	2	23/03/12	04/04/12	8	24/04/12	19/04/12	03/06/12	Capre 222/2012	31/05/12	57	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM JUNHO DE 2012																
1	724193/2009	Prefeitura Municipal de Madre de Deus	BA	23/10/12	31/12/12	3	09/04/12	09/04/12	4	29/04/12	27/04/12	08/06/12	Capre 227/2012	04/06/12	56	
2	724638/2009	Prefeitura Municipal de Formiga	MG	22/07/12	<u>Encerrado</u>	3	09/04/12	11/04/12	5	01/05/12	03/05/12	10/06/12	Capre 229/2012	08/06/12	58	
3	719312/2009	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste	SP	04/09/11	24/11/12	1	09/04/12	11/04/12	5	01/05/12	10/05/12	10/06/12	Capre 228/2012	08/06/12	58	
4	739424/2010	Prefeitura Municipal de Ceres	GO	29/11/12	28/01/13	2	11/04/12	12/04/12	5	02/05/12	25/04/12	11/06/12	Capre 231/2012	08/06/12	57	
5	724187/2009	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	SP	22/04/12	<u>Encerrado</u>	4	11/04/12	12/04/12	4	02/05/12	03/05/12	11/06/12	Capre 230/2012	08/06/12	57	
6	718175/2009	Prefeitura Municipal de Crateús	CE	17/10/12	31/12/12	2	09/04/12	12/04/12	3	02/05/12	30/04/12	11/06/12	Capre 232/2012	08/06/12	57	
7	750910/2010	Prefeitura Municipal de Tanabi	SP	30/06/12	30/11/12	2	11/04/12	13/04/12	3	03/05/12	14/05/12	12/06/12	Capre 241/2012	08/06/12	56	
8	750955/2010	Prefeitura	RN	21/09/12	28/12/12	2	09/04/12	13/04/12	5	03/05/12	10/05/12	12/06/12	Capre	08/06/12	56	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Municipal de Pau dos Ferros											237/2012			
9	717510/2009	Prefeitura Municipal de Juazeiro	BA	27/07/12	<u>Encerrado</u>	3	12/04/12	13/04/12	10	03/05/12	15/05/12	12/06/12	Capre 234/2012	08/06/12	56	
10	720306/2009	Prefeitura Municipal de Três Corações	MG	13/06/12	<u>Encerrado</u>	3	12/04/12	13/04/12	4	03/05/12	03/05/12	12/06/12	Capre 236/2012	08/06/12	56	
11	723955/2009	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra	SP	30/08/12	<u>Encerrado</u>	3	11/04/12	13/04/12	4	03/05/12	04/05/12	12/06/12	Capre 242/2012	08/06/12	56	
12	725573/2009	Prefeitura Municipal de Juatubá	MG	25/08/12	<u>Encerrado</u>	3	11/04/12	13/04/12	4	03/05/12	03/05/12	12/06/12	Capre 235/2012	08/06/12	56	
13	719316/2009	Prefeitura Municipal de Heliópolis	BA	31/07/12	10/12/12	2	13/04/12	13/04/12	4	03/05/12	04/05/12	12/06/12	Capre 239/2012	08/06/12	56	
14	001/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	12/02/12	13/12/12	2	11/04/12	13/04/12	3	03/05/12	30/04/12	12/06/12	Capre 233/2012	08/06/12	56	
15	722279/2009	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	MG	04/09/12	29/01/13	2	09/04/12	13/04/12	10	03/05/12	09/05/12	12/06/12	Capre 238/2012	08/06/12	56	
16	725605/2009	Prefeitura Municipal de Monte Alto	SP	04/11/12	<u>Encerrado</u>	2	13/04/12	13/04/12	4	03/05/12	03/05/12	12/06/12	Capre 240/2012	08/06/12	56	
17	724627/2009	Prefeitura Municipal de Tanguá	RJ	01/07/12	<u>Encerrado</u>	3	07/04/12	17/04/12	6	07/05/12	28/05/12	16/06/12	Capre 244/2012	15/06/12	59	
18	001/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	02/03/12	03/12/12	2	18/04/12	18/04/12	1	08/05/12	14/05/12	17/06/12	Capre 248/2012	15/06/12	58	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
19	742312/2010	Associação Pestalozzi de Goiânia	GO	10/02/12	18/03/13	2	18/04/12	18/04/12	1	08/05/12	08/05/12	17/06/12	Capre 245/2012	15/06/12	58	
20	739430/2010	Prefeitura Municipal de Lins	SP	20/07/12	16/01/13	2	16/04/12	18/04/12	4	08/05/12	14/05/12	17/06/12	Capre 246/2012	15/06/12	58	
21	741530/2010	Prefeitura Municipal de Pau D' Arco	PA	12/05/12	13/05/13	1	18/04/12	18/04/12	2	08/05/12	31/05/12	17/06/12	Capre 247/2012	15/06/12	58	
22	740444/2010	Prefeitura Municipal de Carapicuíba	SP	30/06/12	22/02/13	2	17/04/12	19/04/12	8	09/05/12	10/05/12	18/06/12	Capre 249/2012	15/06/12	57	
23	740367/2010	Prefeitura Municipal de João Pessoa	PB	12/10/12	20/01/13	2	16/04/12	20/04/12	14	10/05/12	30/05/12	19/06/12	Capre 252/2012	15/06/12	56	
24	740266/2010	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	RN	29/06/12	02/06/13	1	18/04/12	20/04/12	4	10/05/12	17/05/12	19/06/12	Capre 250/2012	15/06/12	56	
25	726157/2009	Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	MG	15/06/12	<u>Encerrado</u>	3	19/04/12	20/04/12	4	10/05/12	09/05/12	19/06/12	Capre 256/2012	15/06/12	56	
26	702290/2008	Prefeitura Municipal de Nilópolis	RJ	19/05/11	02/11/12	2	18/04/12	20/04/12	8	10/05/12	15/05/12	19/06/12	Capre 255/2012	15/06/12	56	
27	739536/2010	Prefeitura Municipal de Coração de Jesus	MG	12/05/12	06/02/13	2	19/04/12	20/04/12	2	10/05/12	07/05/12	19/06/12	Capre 253/2012	15/06/12	56	
28	722295/2009	Prefeitura Municipal Conceição das Alagoas	MG	04/10/12	<u>Encerrado</u>	2	19/04/12	20/04/12	3	10/05/12	10/05/12	19/06/12	Capre 254/2012	15/06/12	56	
29	717923/2009	Prefeitura Municipal de	SP	11/11/12	<u>Encerrado</u>	2	18/04/12	20/04/12	3	10/05/12	07/05/12	19/06/12	Capre 251/2012	15/06/12	56	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação
													Nº	Data	
		Araçatuba													
30	051/2008	Secretaria Especial dos Esportes de Pernambuco	PE	30/06/12	<u>Encerrado</u>	6	13/04/12	25/04/12	21	15/05/12	01/06/12	24/06/12	Capre 257/2012	22/06/12	58
31	739435/2010	Prefeitura Municipal de Umarizal	RN	29/06/12	22/04/13	2	23/04/12	25/04/12	4	15/05/12	14/05/12	24/06/12	Capre 258/2012	22/06/12	58
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM JULHO DE 2012															
1	723424/2009	Prefeitura Municipal de Bauru	SP	30/06/12	<u>Encerrado</u>	4	04/05/12	04/05/12	1	24/05/12	11/05/12	03/07/12	Capre 265/2012	02/07/12	59
2	742896/2010	Prefeitura Municipal de Venha Ver	RN	17/07/12	02/01/13	2	02/05/12	04/05/12	4	24/05/12	01/06/12	03/07/12	Capre 266/2012	02/07/12	59
3	722344/2009	Prefeitura Municipal de Irecê	BA	19/08/12	<u>Encerrado</u>	3	07/05/12	08/05/12	4	28/05/12	01/06/12	07/07/12	Capre 275/2012	06/07/12	59
4	724192/2009	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	BA	27/06/12	25/04/13	1	07/05/12	09/05/12	4	29/05/12	05/06/12	08/07/12	Capre 276/2012	06/07/12	58
5	741082/2010	Prefeitura Municipal de Aragarças	GO	22/05/12	<u>Encerrado</u>	3	14/05/12	16/05/12	4	05/06/12	29/05/12	15/07/12	Capre 279/2012	13/07/12	58
6	740262/2010	Prefeitura Municipal de Barra do Garças	MT	17/09/12	<u>Encerrado</u>	3	14/05/12	18/05/12	6	07/06/12	11/06/12	17/07/12	Capre 283/2012	16/07/12	59
7	740312/2010	Prefeitura Municipal de Itaú	RN	29/06/12	16/06/13	1	16/05/12	18/05/12	6	07/06/12	19/06/12	17/07/12	Capre 280/2012	16/07/12	59
8	742849/2010	Prefeitura Municipal de Anápolis	GO	29/06/12	16/07/13	1	14/05/12	18/05/12	10	07/06/12	06/06/12	17/07/12	Capre 282/2012	16/07/12	59
9	750957/2010	Prefeitura	RS	30/06/12	11/06/13	1	16/05/12	18/05/12	4	07/06/12	05/06/12	17/07/12	Capre	16/07/12	59

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação
													Nº	Data	
		Municipal de Trindade do Sul											281/2012		
10	751945/2010	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	MG	28/02/13		1	01/03/12	29/03/12	31	18/04/12	06/06/12	28/05/12	Capre 285/2012	18/07/12	42
11	726147/2009	Prefeitura Municipal de Maracanaú	CE	01/07/12	15/12/12	2	20/03/12	04/04/12	30	24/04/12	02/06/12	03/06/12	Capre 286/2012	18/07/12	46
12	714423/2009	Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	SP	22/08/12	18/11/12	2	16/05/12	21/05/12	4	10/06/12	31/05/12	20/07/12	Capre 287/2012	18/07/12	58
13	739426/2010	Prefeitura Municipal de Itajaí	SC	29/06/12	17/06/13	2	21/05/12	22/05/12	9	11/06/12	19/06/12	21/07/12	Capre 289/2012	20/07/12	59
14	719321/2009	Prefeitura Municipal de Igarapé	MG	03/06/12	<u>Encerrado</u>	4	21/05/12	22/05/12	5	11/06/12	11/06/12	21/07/12	Capre 290/2012	20/07/12	59
15	742897/2010	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias	RN	29/06/12	20/02/13	2	21/05/12	23/05/12	4	12/06/12	15/06/12	22/07/12	Capre 291/2012	20/07/12	58
16	717920/2009	Prefeitura Municipal de Prado	BA	01/08/12	01/04/13	1	22/05/12	23/05/12	4	12/06/12	14/06/12	22/07/12	Capre 292/2012	20/07/12	58
17	725589/2009	Prefeitura Municipal de Mairi	BA	04/09/12	03/11/12	3	28/05/12	28/05/12	2	17/06/12	13/06/12	27/07/12	Capre 297/2012	26/07/12	59
18	719002/2009	Prefeitura Municipal de Barra Mansa	RJ	03/07/12	<u>Encerrado</u>	3	22/05/12	28/05/12	5	17/06/12	22/06/12	27/07/12	Capre 298/2012	26/07/12	59
19	720624/2009	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu	RJ	06/08/12	<u>Encerrado</u>	3	30/05/12	30/05/12	4	19/06/12	15/06/12	29/07/12	Capre 299/2012	26/07/12	57
20	725528/2009	Secretaria de	AM	01/10/12	02/05/13	1	07/05/12	01/06/12	41	21/06/12	01/08/12	31/07/12	Capre	31/07/12	60

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação
													Nº	Data	
		Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL											300/2012		
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM AGOSTO DE 2012															
1	720308/2009	Prefeitura Municipal de Ilópolis	RS	31/10/12	<u>Encerrado</u>	3	04/06/12	04/06/12	2	24/06/12	04/07/12	03/08/12	Capre 302/2012	02/08/12	59
2	722301/2009	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Grama	SP	07/08/2012 encerrado	20/10/2012 sem atividades	3	04/06/12	05/06/12	4	25/06/12	26/06/12	04/08/12	Capre 303/2012	02/08/12	58
3	742862/2010	Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes	RN	09/10/12	15/04/13	2	05/06/12	06/06/12	4	26/06/12	22/06/12	05/08/12	Capre 305/2012	02/08/12	57
4	738397/2010	Prefeitura Municipal de Nova Prata	RS	02/11/12	<u>Encerrado</u>	3	04/06/12	06/06/12	4	26/06/12	22/06/12	05/08/12	Capre 304/2012	02/08/12	57
5	710832/2009	Prefeitura Municipal de Brejões	BA	22/08/12	25/04/13	1	15/06/12	15/06/12	2	05/07/12	04/07/12	14/08/12	Capre 308/2012	07/08/12	53
6	054/2008	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	BA	17/12/12		7	06/06/12	11/06/12	4	01/07/12	22/06/12	10/08/12	Capre 313/2012	09/08/12	59
7	722283/2009	Prefeitura Municipal de Alvorada	RS	30/09/12	09/04/13	1	11/06/12	12/06/12	3	02/07/12	23/07/12	11/08/12	Capre 314/2012	09/08/12	58
8	344/2007	Prefeitura Municipal de Serra	ES	31/12/12		5	15/06/12	15/06/12	4	05/07/12	10/07/12	14/08/12	Capre 316/2012	09/08/12	55
9	737654/2010	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	SP	12/09/12	16/12/12	3	11/06/12	15/06/12	10	05/07/12	12/07/12	14/08/12	Capre 315/2012	09/08/12	55

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
10	740451/2010	Prefeitura Municipal de General Carneiro	PR	29/12/11	14/02/13	1	18/06/12	19/06/12	3	09/07/12	04/07/12	18/08/12	317/2012	10/08/12	52	
11	723922/2009	Prefeitura Municipal de Viçosa	MG	31/07/12	27/11/12	2	26/06/12	28/06/12	4	18/07/12	23/07/12	27/08/12	Capre 320/2012	15/08/12	48	
12	739431/2010	Prefeitura Municipal de Nova Ponte	MG	07/11/12	21/01/13	3	19/06/12	21/06/12	4	11/07/12	03/07/12	20/08/12	Capre 322/2012	16/08/12	56	
13	750956/2010	Associação Esporte Abraça Campinas	SP	30/09/12	Rescindido em 23/10/2012	3	19/06/12	22/06/12	5	12/07/12	23/07/12	21/08/12	Capre 325/2012	20/08/12	59	
14	717892/2009	Prefeitura Municipal de Nova Odessa	SP	28/10/12	Encerrado	3	26/06/12	27/06/12	5	17/07/12	20/07/12	26/08/12	Capre 330/2012	23/08/12	57	
15	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	06/09/12	20/12/12	3	27/06/12	28/06/12	4	18/07/12	25/07/12	27/08/12	Capre 331/2012	24/08/12	57	
16	217/2007	Paraná Esporte	PR	01/09/11	17/10/13	4	11/06/12	29/06/12	42	19/07/12	22/08/12	28/08/12	Capre 332/2012	24/08/12	56	
17	720531/2009	Prefeitura Municipal de Valença	RJ	22/09/12	Encerrado	3	26/06/12	29/06/12	5	19/07/12	23/07/12	28/08/12	Capre 333/2012	24/08/12	56	
18	725594/2009	Prefeitura Municipal de Monte Carmelo	MG	08/09/12	Encerrado	4	02/07/12	02/07/12	2	22/07/12	25/07/12	01/09/12	Capre 343/2012	31/08/12	59	
19	739439/2010	Prefeitura Municipal de Porto Vitória	PR	13/11/12	13/02/13	3	03/07/12	03/07/12	2	23/07/12	09/07/12	01/09/12	Capre 344/2012	31/08/12	59	
20	750913/2010	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçú	PR	30/06/12	15/02/13	1	02/07/12	03/07/12	4	23/07/12	01/08/12	01/09/12	Capre 345/2012	31/08/12	59	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
21	737651/2010	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	SP	31/10/12	31/12/12	3	02/07/12	03/07/12	4	23/07/12	20/07/12	01/09/12	Capre 347/2012	31/08/12	59	
22	742858/2010	Prefeitura Municipal de Pains	MG	22/05/12	08/11/12	3	02/07/12	04/07/12	4	24/07/12	26/07/12	02/09/12	Capre 348/2012	31/08/12	58	
23	739519/2010	Prefeitura Municipal de Araras	SP	29/06/12	01/08/13	1	02/07/12	04/07/12	5	24/07/12	24/07/12	02/09/12	Capre 346/2012	31/08/12	58	
24	717757/2009	Prefeitura Municipal de Machado	MG	30/07/12	02/12/12	4	04/05/12	05/07/12	1	25/07/12	24/07/12	03/09/12	Capre 349/2012	31/08/12	57	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM SETEMBRO DE 2012																
1	726119/2009	Prefeitura Municipal de Janaúba	MG	01/08/12	01/03/13	2	04/07/12	06/07/12	4	26/07/12	23/07/12	04/09/12	Capre 352/2012	03/09/12	59	
2	715466/2009	Prefeitura Municipal de Diamantina	MG	02/10/12	31/12/12	3	02/07/12	06/07/12	5	26/07/12	27/07/12	04/09/12	Capre 351/2012	03/09/12	59	
3	717914/2009	Prefeitura Municipal de Patrocínio	MG	02/08/12	<u>Encerrado</u>	3	04/07/12	06/07/12	4	26/07/12	25/07/12	04/09/12	Capre 350/2012	03/09/12	59	
4	741081/2010	Prefeitura Municipal de Santa Rosa	RS	28/07/12	14/12/12	4	09/07/12	10/07/12	5	30/07/12	26/07/12	08/09/12	Capre 354/2012	06/09/12	58	
5	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	RN	12/07/12	24/03/13	3	10/07/12	11/07/12	4	31/07/12	07/08/12	09/09/12	Capre 355/2012	06/09/12	57	
6	749953/2010	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de	MG	08/10/12	26/11/12	3	16/07/12	16/07/12	2	05/08/12	27/07/12	14/09/12	Capre 358/2012	13/09/12	59	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação
													Nº	Data	
		Minas													
7	723942/2009	Prefeitura Municipal de Coribe	BA	21/09/12	03/12/12	3	25/07/12	27/07/12	5	16/08/12	07/08/12	25/09/12	Capre 363/2012	21/09/12	56
8	725473/2009	Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	SP	19/09/12	<u>Encerrado</u>	4	25/07/12	27/07/12	6	16/08/12	14/08/12	25/09/12	Capre 362/2012	21/09/12	56
9	720311/2009	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	PR	10/11/12	<u>Encerrado</u>	3	24/07/12	30/07/12	8	19/08/12	14/08/12	28/09/12	Capre 364/2012	21/09/12	53
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM OUTUBRO DE 2012															
1	725573/2009	Prefeitura Municipal de Juatubá	MG	25/08/12	<u>Encerrado</u>	4	06/08/12	10/08/12	4	30/08/12	30/08/12	09/10/12	Capre 370/2012	05/10/12	56
2	736408/2010	Centro Social Angelina Barreto CESAB	RJ	07/11/12	<u>Encerrado</u>	4	06/08/12	10/08/12	10	30/08/12	04/09/12	09/10/12	Capre 371/2012	05/10/12	56
3	725605/2009	Prefeitura Municipal de Monte Alto	SP	04/11/12	<u>Encerrado</u>	3	10/08/12	10/08/12	4	30/08/12	31/08/12	09/10/12	Capre 369/2012	05/10/12	56
4	740266/2010	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	RN	29/06/12	02/06/13	2	13/08/12	15/08/12	4	04/09/12	28/08/12	14/10/12	Capre 368/2012	05/10/12	51
5	750955/2010	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	RN	21/09/12	28/12/12	3	13/08/12	15/08/12	5	04/09/12	27/08/12	14/10/12	Capre 372/2012	09/10/12	55
6	741530/2010	Prefeitura Municipal de Pau D' Arco	PA	12/05/12	13/05/13	2	13/08/12	14/08/12	2	03/09/12	14/09/12	13/10/12	Capre 373/2012	10/10/12	57
7	739424/2010	Prefeitura Municipal de Ceres	GO	29/11/12	28/01/13	3	14/08/12	15/08/12	3	04/09/12	28/08/12	14/10/12	Capre 378/2012	11/10/12	57

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
8	718175/2009	Prefeitura Municipal de Crateús	CE	17/10/12	31/12/12	3	13/08/12	16/08/12	3	05/09/12	11/09/12	15/10/12	Capre 379/2012	11/10/12	56	
9	741087/2010	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	PR	29/06/12	20/09/13	1	13/08/12	16/08/12	4	05/09/12	10/09/12	15/10/12	Capre 377/2012	11/10/12	56	
10	750910/2010	Prefeitura Municipal de Tanabi	SP	30/06/12	30/11/12	3	15/08/12	17/08/12	3	06/09/12	13/09/12	16/10/12	Capre 381/2012	11/10/12	55	
11	718222/2009	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	CE	13/06/12	13/06/13	1	13/08/12	17/08/12	10	06/09/12	11/09/12	16/10/12	Capre 380/2012	11/10/12	55	
12	722295/2009	Prefeitura Municipal Conceição das Alagoas	MG	04/10/12	<u>Encerrado</u>	3	22/08/12	22/08/12	3	11/09/12	12/09/12	21/10/12	Capre 382/2012	15/10/12	54	
13	719316/2009	Prefeitura Municipal de Heliópolis	BA	31/07/12	10/12/12	3	20/08/12	20/08/12	4	09/09/12	11/09/12	19/10/12	Capre 384/2012	16/10/12	57	
14	001/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	12/02/12	13/12/12	3	13/08/12	22/08/12	3	11/09/12	05/09/12	21/10/12	Capre 383/2012	16/10/12	55	
15	738398/2010	Prefeitura Municipal de Francisco Morato	SP	15/07/12	16/04/13	2	16/08/12	22/08/12	4	11/09/12	10/09/12	21/10/12	Capre 386/2012	17/10/12	56	
16	724193/2009	Prefeitura Municipal de Madre de Deus	BA	23/10/12	31/12/12	4	22/08/12	22/08/12	2	11/09/12	14/09/2012	21/10/12	Capre 389/2012	18/10/12	57	
17	001/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	02/03/12	03/12/12	3	22/08/12	22/08/12	1	11/09/12	04/09/12	21/10/12	Capre 387/2012	18/10/12	57	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
18	740367/2010	Prefeitura Municipal de João Pessoa	PB	12/10/12	20/01/13	3	20/08/12	22/08/12	14	11/09/12	24/09/12	21/10/12	Capre 393/2012	18/10/12	57	
19	742312/2010	Associação Pestalozzi de Goiânia	GO	10/02/12	18/03/13	3	22/08/12	22/08/12	1	11/09/12	17/09/12	21/10/12	Capre 392/2012	18/10/12	57	
20	719312/2009	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste	SP	04/09/11	24/11/12	2	21/08/12	22/08/12	5	11/09/12	10/09/12	21/10/12	Capre 391/2012	18/10/12	57	
21	740444/2010	Prefeitura Municipal de Carapicuíba	SP	30/06/12	22/02/13	3	21/08/12	22/08/12	8	11/09/12	11/09/12	21/10/12	Capre 390/2012	18/10/12	57	
22	741468/2010	Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	SP	29/06/12	29/12/12	1	20/08/12	24/08/12	5	13/09/12	12/09/12	23/10/12	Capre 398/2012	19/10/12	56	
23	751945/2010	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	MG	28/02/13		2	06/08/12	24/08/12	31	<u>01/10/12</u>	<u>15/10/12</u>	23/10/12	Capre 394/2012	19/10/12	56	
24	739536/2010	Prefeitura Municipal de Coração de Jesus	MG	12/05/12	06/02/13	3	22/08/12	24/08/12	2	13/09/12	05/10/12	23/10/12	Capre 397/2012	19/10/12	56	
25	758215/2011	Fundação Municipal de Esporte - FUNESP	MS	28/02/14		1	20/08/12	24/08/12	6	13/09/12	14/09/12	23/10/12	Capre 395/2012	19/10/12	56	
26	717923/2009	Prefeitura Municipal de Araçatuba	SP	11/11/12	<u>Encerrado</u>	3	24/08/12	24/08/12	3	13/09/12	17/09/12	23/10/12	Capre 396/2012	19/10/12	56	
27	702290/2008	Prefeitura Municipal de Nilópolis	RJ	19/05/11	02/11/12	3	17/08/12	29/08/12	8	18/09/12	03/10/12	28/10/12	Capre 400/2012	19/10/12	51	
28	750953/2010	Prefeitura Municipal de	PE	30/06/12	12/03/13	2	28/08/12	30/08/12	5	19/09/12	01/10/12	29/10/12	Capre 399/2012	19/10/12	50	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação
													Nº	Data	
		Olinda													
29	739430/2010	Prefeitura Municipal de Lins	SP	20/07/12	16/01/13	3	29/08/12	31/08/12	4	20/09/12	24/09/12	30/10/12	Capre 402/2012	26/10/12	56
30	739428/2010	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	CE	29/06/12	16/04/13	2	27/08/12	31/08/12	4	20/09/12	20/09/12	30/10/12	Capre 403/2012	26/10/12	56
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM NOVEMBRO DE 2012															
1	742897/2010	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias	RN	29/06/12	20/02/13	3	03/09/12	05/09/12	4	25/09/12	16/10/12	04/11/12	Capre 409/2012	01/11/12	57
2	722300/2009	Prefeitura Municipal de Suzano	SP	13/11/12	01/08/13	1	03/09/12	05/09/12	4	25/09/12	19/09/12	04/11/12	Capre 405/2012	01/11/12	57
3	726209/2009	Prefeitura Municipal de Graça	CE	02/07/12	08/02/13	3	03/09/12	05/09/12	3	25/09/12	01/10/12	04/11/12	Capre 406/2012	01/11/12	57
4	751969/2010	Universidade Estadual de Londrina	PR	31/10/12	<u>Encerrado</u>	1	03/09/12	05/09/12	3	25/09/12	24/09/12	04/11/12	Capre 407/2012	01/11/12	57
5	742896/2010	Prefeitura Municipal de Venha Ver	RN	17/07/12	02/01/13	3	03/09/12	05/09/12	4	25/09/12	24/09/12	04/11/12	Capre 408/2012	01/11/12	57
6	726147/2009	Prefeitura Municipal de Maracanaú	CE	01/07/12	15/12/12	3	28/08/12	06/09/12	12	26/09/12	28/09/12	05/11/12	Capre 410/2012	01/11/12	56
7	724192/2009	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	BA	27/06/12	25/04/13	2	11/09/12	12/09/12	4	02/10/12	05/10/12	11/11/12	Capre 412/2012	08/11/12	57
8	722557/2009	Prefeitura Municipal de Unai	MG	31/12/12	01/07/13	1	10/09/12	12/09/12	4	02/10/12	05/10/12	11/11/12	Capre 413/2012	08/11/12	57
9	722279/2009	Prefeitura	MG	04/09/12	29/01/13	3	10/09/12	12/09/12	6	02/10/12	05/10/12	11/11/12	Capre	08/11/12	57

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Municipal de Santa Luzia											414/2012			
10	740262/2010	Prefeitura Municipal de Barra do Garças	MT	17/09/12	<u>Encerrado</u>	4	10/09/12	13/09/12	6	03/10/12	03/10/12	12/11/12	Capre 415/2012	08/11/12	56	
11	717920/2009	Prefeitura Municipal de Prado	BA	01/08/12	01/04/13	2	13/09/12	14/09/12	4	04/10/12	16/10/12	13/11/12	Capre 416/2012	09/11/12	56	
12	739708/2010	Prefeitura Municipal de Pirassununga	SP	29/06/12	08/10/13	1	10/09/12	14/09/12	5	04/10/12	28/09/12	13/11/12	Capre 417/2012	09/11/12	56	
13	740312/2010	Prefeitura Municipal de Itaú	RN	29/06/12	16/06/13	2	17/09/12	18/09/12	5	08/10/12	05/10/12	17/11/12	Capre 418/2012	09/11/12	52	
14	736407/2010	Prefeitura Municipal de General Sampaio	CE	07/09/12	09/09/13	1	17/09/12	19/09/12	4	09/10/12	08/10/12	18/11/12	Capre 419/2012	09/11/12	51	
15	742849/2010	Prefeitura Municipal de Anápolis	GO	29/06/12	16/07/13	2	17/09/12	20/09/12	10	10/10/12	15/10/12	19/11/12	Capre 420/2012	14/11/12	55	
16	739426/2010	Prefeitura Municipal de Itajaí	SC	29/06/12	17/06/13	3	20/09/12	21/09/12	6	11/10/12	05/10/12	20/11/12	Capre 422/2012	14/11/12	54	
17	723429/2009	Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	SP	24/11/11	24/11/12	1	19/09/12	22/09/12	5	12/10/12	11/10/12	21/11/12	Capre 421/2012	14/11/12	53	
18	725589/2009	Prefeitura Municipal de Mairi	BA	04/09/12	03/11/12	4	25/09/12	26/09/12	2	16/10/12	19/10/12	25/11/12	Capre 430/2012	22/11/12	57	
19	740495/2010	Prefeitura Municipal de Ibiaí	MG	29/06/12	31/10/13	1	25/09/12	26/09/12	2	16/10/12	15/10/12	25/11/12	Capre 429/2012	22/11/12	57	
20	739434/2010	Prefeitura Municipal de Lapa	PR	30/12/11	14/02/13	1	19/09/12	27/09/12	4	17/10/12	18/10/12	26/11/12	Capre 432/2012	22/11/12	56	
21	742862/2010	Prefeitura	RN	09/10/12	15/04/13	3	26/09/12	28/09/12	4	18/10/12	16/10/12	27/11/12	Capre	22/11/12	55	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Municipal de Rodolfo Fernandes											431/2012			
22	740365/2010	Prefeitura Municipal de Vitória	ES	30/12/11	14/02/13	1	28/09/12	28/09/12	4	18/10/12	19/10/12	27/11/12	Capre 433/2012	22/11/12	55	
23	719989/2009	Prefeitura Municipal de Matões	MA	08/09/12	28/06/13	1	01/10/12	01/10/12	4	21/10/12	29/10/12	30/11/12	Capre 434/2012	22/11/12	52	
24	714423/2009	Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	SP	22/08/12	18/11/12	3	03/10/12	04/10/12	4	24/10/12	19/10/12	03/12/12	Capre 444/2012	29/11/12	56	
25	261/2007	Prefeitura Municipal de Paranaguá	PR	02/01/12	18/11/12	5	24/09/12	04/10/12	5	24/10/12	17/10/12	03/12/12	Capre 441/2012	29/11/12	56	
26	721164/2009	Prefeitura Municipal de Divinópolis	MG	10/09/12	09/07/13	1	02/10/12	04/10/12	5	24/10/12	23/10/12	03/12/12	Capre 442/2012	29/11/12	56	
27	446/2007	Prefeitura Municipal de Goiânia	GO	03/07/12	28/06/13	1	26/09/12	04/10/12	12	24/10/12	07/11/12	03/12/12	Capre 443/2012	29/11/12	56	
28	740366/2010	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz	RN	29/12/11	30/01/13	1	02/10/12	04/10/12	3	24/10/12	26/10/12	03/12/12	Capre 445/2012	29/11/12	56	
OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO EMITIDOS EM DEZEMBRO DE 2012																
1	725528/2009	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	AM	01/10/12	02/05/13	2	17/09/12	09/10/12	41	29/10/12 07/11/12	23/11/12	08/12/12	Capre 448/2012	05/12/12	57	
2	722283/2009	Prefeitura Municipal de	RS	30/09/12	09/04/13	2	08/10/12	09/10/12	3	29/10/12	29/10/12	08/12/12	Capre 449/2012	05/12/12	57	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
												Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Nº		Data
		Alvorada													
3	757614/2011	Prefeitura Municipal de Ipatinga	MG	28/02/14		1	08/10/12	09/10/12	5	29/10/12		08/12/12	Capre 450/2012	05/12/12	57
4	740451/2010	Prefeitura Municipal de General Carneiro	PR	29/12/11	14/02/13	2	08/10/12	09/10/12	3	29/10/12	24/10/12	08/12/12	Capre 451/2012	05/12/12	57
5	750957/2010	Prefeitura Municipal de Trindade do Sul	RS	30/06/12	11/06/13	2	08/10/12	10/10/12	4	30/10/12	31/10/12	09/12/12	Capre 452/2012	05/12/12	56
6	759277/2011	Prefeitura Municipal de Três Rios	RJ	27/07/14		1	09/10/12	10/10/12	3	30/10/12	05/11/12	09/12/12	Capre 453/2012	05/12/12	56
7	720308/2009	Prefeitura Municipal de Ilópolis	RS	31/10/12	<u>Encerrado</u>	4	10/10/12	11/10/12	2	31/10/12	23/10/12	10/12/12	Capre 474/2012	07/12/12	57
8	722288/2009	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	SP	19/02/12	19/02/13	1	02/10/12	11/10/12	4	31/10/12	05/11/12	10/12/12	Capre 473/2012	07/12/12	57
9	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	06/09/12	20/12/12	4	16/10/12	17/10/12	4	06/11/12	14/11/12	16/12/12	482/2012	13/12/12	57
10	739431/2010	Prefeitura Municipal de Nova Ponte	MG	07/11/12	21/01/13	4	17/10/12	18/10/12	4	07/11/12	05/11/12	17/12/12	Capre 485/2012	14/12/2012	57
11	152/2011	Universidade Federal de Pelotas	RS	24/01/14		1	17/10/12	18/10/12	1	07/11/12	20/11/12	17/12/12	Capre 483/2012	19/12/12	62
12	759785/2011	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	MG	28/02/14		1	17/10/12	18/10/12	5	07/11/12	09/11/12	17/12/12	Capre 484/2012	19/12/2012	62
13	344/2007	Prefeitura	ES	31/12/12		6	19/10/12	19/10/12	4	08/11/12	19/11/12	18/12/12	Capre	14/12/2012	56

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação				
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
													Nº	Data		
		Municipal de Serra											486/2012			
14	717892/2009	Prefeitura Municipal de Nova Odessa	SP	28/10/12	<i>Encerrado</i>	4	16/10/12	19/10/12	5	08/11/12	14/11/12	18/12/12	Capre 487/2012	14/12/2012	56	
15	760093/2011	Prefeitura Municipal de Lima Duarte	MG	28/02/14		1	18/10/12	19/10/12	3	08/11/12	31/10/12	18/12/12	Capre 488/2012	14/12/2012	56	
16	760089/2011	Prefeitura Municipal de Estrela - NAVEGAR	RS	27/06/13		1	22/10/12	22/10/12	1	11/11/12	04/12/12	21/12/12	Capre 489/2012	19/12/12	58	
17	742858/2010	Prefeitura Municipal de Pains	MG	22/05/12	08/11/12	4	22/10/12	24/10/12	4	13/11/12	20/11/12	23/12/12	Capre 491/2012	18/12/12	55	
18	725609/2009	Prefeitura Municipal de Rio Claro	SP	03/04/12	10/06/13	4	22/10/12	24/10/12	4	13/11/12	19/11/12	23/12/12	Capre 492/2012	18/12/2012	55	
19	737654/2010	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	SP	12/09/12	16/12/12	4	22/10/12	26/10/12	10	15/11/12	20/11/12	25/12/12	Capre 493/2012	18/12/12	53	
20	151/2011	Universidade Federal de Santa Maria	RS	24/01/14		1	23/10/12	26/10/12	2	15/11/12	19/11/12	25/12/12	Capre 494/2012	18/12/12	53	
21	710832/2009	Prefeitura Municipal de Brejões	BA	22/08/12	25/04/13	2	29/10/12	29/10/12	2	18/11/12	27/11/12	28/12/12	Capre 497/2012	19/12/2012	51	
22	217/2007	Paraná Esporte	PR	01/09/11	17/10/13	5	16/10/12	31/10/12		20/11/12	04/01/2013	30/12/12	Capre 004/13	11/01/2013	72	
23	725507/2009	Prefeitura Municipal de Governador Valadares	MG	08/08/12	08/08/13	1	31/10/12	01/11/12	5	21/11/12	23/11/12	31/12/12	Capre 498/2012	24/12/12	53	

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência Fim	Prorrogação de Vigência	CGAPA – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo						CGAAV – Sub-coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação			
						Nº da Visita	Início da Visita	Término da Visita	Qtd. Núcleos Visitados	Previsão do Relatório (Máx. 20 Dias)	Data do Despacho CGAPA p/ CGAAV	Ofício de Recomendações VISITA		Tempo entre Visita e Recomendação	
												Prazo para Expedição do Ofício de Recomendação (60 dias do Término da Visita)	Nº		Data
24	739439/2010	Prefeitura Municipal de Porto Vitória	PR	13/11/12	13/02/13	4	05/11/12	05/11/12	2	25/11/12	14/11/12	04/01/13	Capre 503/2012	28/12/12	53
25	739519/2010	Prefeitura Municipal de Araras	SP	29/06/12	01/0813	2	30/10/12	06/11/12	5	26/11/12	21/11/12	05/01/13	Capre 504/2012	28/12/12	52
26	741081/2010	Prefeitura Municipal Santa Rosa	RS	28/07/12	14/02/12	5	05/11/12	06/11/12	5	26/11/12	21/11/12	05/01/13	Capre 505/2012	28/12/12	52

Anexo 15 – Diretrizes do PST na Escola



**DIRETRIZES
2012**

República Federativa do Brasil

Dilma Vana Rousseff

Presidenta

Ministério do Esporte

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministro

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Afonso Barbosa

Secretário

Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais

Gianna Lepre Perim

Diretora

Coordenação de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais

Claudia Bernardo

Coordenadora

Apresentação

Resguardando-se os princípios constitucionais da Administração Pública, este documento apresenta as diretrizes do Programa Segundo Tempo inserido no Programa Mais Educação do Ministério da Educação. Em 2009 foi realizada a parceria entre os Ministérios com o objetivo de democratizar o acesso ao esporte, inserindo a Política de Esporte Educacional na Escola.

Faz-se necessário esclarecer que o Programa Segundo Tempo, como programa específico do Ministério do Esporte, está previsto (para o ano de 2012) no âmbito da Ação 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, e de Lazer e Inclusão Social- previsto no Plano Plurianual 2012-2015, que tem como meta ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer. Já o Programa Segundo Tempo inserido no Programa Mais Educação do Ministério da Educação não está previsto nas ações constantes no Plano Plurianual do Ministério do Esporte, assim não há repasse de recursos através deste Ministério.

Este documento e seus anexos estão disponibilizados também no portal do Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao.

Lista de abreviaturas e siglas

EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
PROESP/BR	Projeto Esporte Brasil
PST	Programa Segundo Tempo
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – Ministério da Educação
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Definições

Para os efeitos deste documento, considera-se:

I – Adesão – período estabelecido pelo MEC para preenchimento dos dados no SIMEC, no qual as escolas da rede pública poderão aderir ao Programa Mais Educação. Os períodos e prazos para a adesão são definidos pelo MEC;

II – Educação Básica - designa o conjunto de atividades educativas, formais, não formais e informais, destinadas a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, em geral correspondentes aos primeiros estágios do processo de alfabetização. A educação básica compreende **a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio**, e tem duração ideal de dezoito anos. É durante este período de vida escolar que se toma posse dos conhecimentos mínimos necessários para uma cidadania completa. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – n. 9394/1996);

III – Esporte Educacional – aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Lei n. 9.615/98);

IV – Macrocampo – divisão de áreas abrangentes para atuação das escolas no Mais Educação.

V – Programa – Consiste num conjunto coerente de atividades e/ou projetos desenvolvidos para produzir um dado resultado, tendo em vista a concretização dos impactos pretendidos. Suas ações podem, ou não, ser agrupadas em eixos. Na esfera governamental, o programa visa assegurar o cumprimento dos objetivos definidos no programa do governo apresentado ao Congresso Nacional no início da legislatura (PPA); É definido pelos seguintes elementos: a) a sua designação; b) a identificação dos objetivos; c) a explicitação das metas que se pretende atingir, devidamente quantificadas e calendarizadas; e d) os indicadores que possibilitarão aferir o cumprimento dos objetivos e das respectivas metas.

VI – Proposta Pedagógica do PST – múltiplas vivências vinculadas ao Esporte Educacional com vistas ao desenvolvimento integral do indivíduo. Estímulo à vida ativa por meio do esporte com ações planejadas, inclusivas e lúdicas (SNELIS/ME, 2012);

VII- Vulnerabilidade Social – é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Abramovay, Miriam. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002)

I
O Programa Segundo Tempo

Política Nacional do Esporte

O esporte, conforme preconiza o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão. Constitui dever do Estado garantir seu acesso à sociedade, o que contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumento de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

A Política Nacional do Esporte considera que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano, frequentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda, a SNELIS/ME busca responder às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos constitucionais, com vistas a ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Programas: Segundo Tempo, Segundo Tempo no Mais Educação, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania).

O Programa - Padrão

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma iniciativa do Ministério do Esporte destinada a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social, e regularmente matriculadas na rede pública de ensino.

O PST tem como estratégia a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidade públicas e privadas sem fins lucrativos.

Os núcleos de esporte educacional visam ocupar o tempo ocioso dos beneficiados, e oferecem no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de profissionais e acadêmicos de educação física e/ou esporte.

O Programa no Mais Educação

Entendendo que o caminho para a democratização do esporte é a Escola, em 2009 o ME e o MEC integraram suas políticas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral.

Sendo assim, o PST inserido no Mais Educação, denominado como PST na Escola, tem o objetivo de garantir o acesso ao esporte por meio da oferta de múltiplas vivências e modalidades esportivas, na perspectiva do esporte educacional auxiliando no crescimento do indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento, respeitando o que preconiza o Artigo nº 71 do ECA que prevê a prática do esporte como prevenção às ameaças e violações de direitos das crianças e adolescentes.

A associação dos dois programas visa qualificar a ação pedagógica desenvolvida nas atividades esportivas das escolas que, no período da adesão, optaram pelo PST no Macrocampo Esporte e Lazer do Mais Educação, e propiciar o acesso ao esporte (como direito fundamental), inserindo a Política de Esporte Educacional nas escolas.

Cabe ressaltar que para uma execução eficiente é imprescindível compreender o Programa, suas diretrizes, objetivos e orientações, contidos neste documento.

Público-alvo

Crianças e adolescentes, matriculados no ensino fundamental das escolas públicas que aderiram ao Programa Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação.

Princípios

- Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão democrática;
- Da prática pedagógica que respeite o aluno como sujeito produtor do conhecimento;
- Da formação profissional do educador fundamentada nos conteúdos de cidadania democrática.

Objetivo

Oportunizar o acesso à prática esportiva educacional aos alunos das Escolas Públicas que aderirem ao PST no Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação.

Objetivos Específicos

- Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva;
- Oferecer aos alunos conhecimentos e vivências da prática esportiva nas dimensões lúdica e inclusiva;
- Ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola;
- Fortalecer hábitos e valores que incrementem a formação da cidadania dos alunos;
- Ampliar o conhecimento dos alunos sobre a prática esportiva e suas relações com a cultura, educação, saúde e vida ativa;
- Qualificar, por meio da parceria, a proposta de esporte oferecida às escolas participantes.

Linhas Estratégicas

- Qualificar e ampliar a abrangência do PST na Escola;
- Assegurar a oferta do esporte educacional voltado ao público da Educação Fundamental;
- Qualificar e aprimorar a gestão do programa;
- Qualificar o processo de capacitação de gestores, professores e monitores.

Resultados Esperados

Impactos Diretos

- Melhoria do convívio e da integração social da comunidade escolar;
- Melhoria da auto-estima dos alunos;
- Melhoria das capacidades e habilidades motoras dos alunos;
- Melhoria das condições de saúde dos alunos;
- Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais;
- Melhoria da qualificação do pessoal envolvido.

Impactos Indiretos

- Diminuição da exposição dos alunos a riscos sociais;

- Melhoria no rendimento escolar dos estudantes envolvidos;
- Diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas; e
- Melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do País e nas comunidades em geral; e
- Contribuição para a consolidação da política de Educação Integral no país.

II
Diretrizes do Programa Segundo Tempo no
Programa Mais Educação

Diretrizes

Princípios Metodológicos

O PST preserva uma visão de totalidade do esporte e da formação esportiva, entendendo que é dever do Estado oferecer a todas as crianças, adolescentes e jovens, condições de acesso às diversas modalidades esportivas para que aprendam, pratiquem e vivam o esporte, demonstrando a satisfação por meio da adesão e frequência espontâneas.

Essa vivência poderá, inclusive, despertar o interesse pela continuidade da formação esportiva em razão do conhecimento adquirido, entretanto, a essência da proposta está na universalização do acesso à prática esportiva.

Dessa forma, o PST na Escola segue a proposta original do programa que está baseada numa abordagem educativa, voltada à universalização da cultura esportiva, sendo orientada pelos seguintes princípios metodológicos:

1. A seleção do conteúdo de cada atividade deve emergir do conhecimento da cultura corporal universal;
2. Os conteúdos devem ser ligados de forma indissociável à sua significação humana e social;
3. Os conteúdos do esporte devem permitir a compreensão dos determinantes sócio-históricos do aluno, particularmente de sua condição de classe social;
4. O conhecimento da prática esportiva deve informar ao aluno sobre os acontecimentos nacionais e internacionais atualizados, bem como sobre o avanço da ciência e da técnica;
5. A prática esportiva deve propiciar a ampliação do acervo da cultura corporal das crianças e adolescentes e manter a ludicidade como traço essencial.

Ações estruturantes do Programa Segundo Tempo na Escola

Estrutura de Funcionamento

A Escola

O projeto é destinado para atender escolas da rede pública de ensino que participam do Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação e que tenham no mínimo 100 alunos, tendo como foco:

- Desenvolvimento das atividades esportivas em espaços físicos da escola ou comunitários (públicos ou privados);
- Oferta de múltiplas vivências esportivas a cada turma de 30 alunos;
- Oferta de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana com 1 hora de atividade diária por turma.

Espaços físicos

O papel das escolas parceiras é viabilizar espaços esportivos próprios ou de terceiros para a execução do programa. Se for de terceiros, o ideal é que estejam localizados próximos à escola. A escolha e a definição destes espaços devem ser adequadas às práticas esportivas que serão desenvolvidas.

Atividades esportivas

As atividades esportivas oferecidas deverão ser desenvolvidas de acordo com a proposta pedagógica do PST e deverão ter caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo.

O processo de ensino-aprendizagem deve estar voltado para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo possa reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social.

A definição das modalidades a serem desenvolvidas junto aos beneficiados deverá considerar o contexto como um todo: disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização.

Sugestões de atividades:

Coletivas	Individuais
Basquetebol, futebol, futsal, handebol e voleibol, entre outras.	Atletismo, capoeira, ginásticas (rítmica/artística/olímpica), natação, tênis de mesa, entre outras.

Pessoal

Para o adequado desenvolvimento das atividades e o regular funcionamento do projeto, é importante que seja assegurada a participação de profissionais, conforme estabelecido a seguir:

- Diretor
- Coordenador Estadual e Municipal
- Facilitador
- Professor/Monitor

Especificações

Diretor

Diretor da escola parceira, que desempenhará o papel de gestor do Programa Mais Educação na escola.

Atribuições:

- Cadastrar-se no sistema de cadastro do ME e manter atualizadas as informações;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades em todos os Macrocampos selecionados na adesão, inclusive o PST;
- Garantir a aplicação das diretrizes e pressupostos pedagógicos do PST;
- Zelar pelo bom funcionamento da estrutura física, na escola ou proximidades, a fim de promover o desenvolvimento das atividades esportivas e o atendimento compatível ao número de estudantes previstos.

Coordenador Estadual e Municipal

Profissional que já atua como Coordenador, designado pelo MEC para realizar a gestão do Mais Educação no território e vinculado às Secretarias Estadual/Municipal de Educação.

Processo de seleção: processo realizado via MEC.

Atribuições:

- Realizar a mediação entre o ME e as escolas que aderiram ao PST no Mais Educação;
- Participar dos encontros regionais promovidos pelo ME e posteriormente multiplicar para todos os gestores locais;
- Gerenciar a execução das atividades locais com vistas ao efetivo atendimento dos alunos;
- Cadastrar-se no sistema de cadastro do ME e manter as informações atualizadas.
- Cumprir as mesmas funções do Facilitador, caso também desempenhe este papel.

Facilitador

Interlocutor entre os Coordenadores e os demais atores, como Diretores e Monitores.

O Facilitador poderá ser o próprio Coordenador, ou alguém por ele designado, entretanto é imprescindível o cadastramento no Sistema do ME.

Não há a previsão deste profissional no Programa Mais Educação do MEC, mas com o intuito de otimizar os processos administrativos e os trâmites o ME optou pela criação desta função.

Processo de Seleção: O Facilitador será uma pessoa indicada pelo Coordenador Estadual/Municipal, preferencialmente, que integre a equipe responsável pelo Programa Mais Educação.

Atribuições:

- Participar das videoconferências sobre o PST no Mais Educação;
- Viabilizar local e/ou equipamento para a participação dos Diretores e monitores na videoconferência (se necessário);
- Informar ao ME se não houver a possibilidade de realização das videoconferências;
- Participar do curso de orientação e ambientação da Plataforma EaD;
- Orientar o Diretor e professores/monitores sobre o processo de capacitação;
- Orientar os professores/monitores na inscrição da capacitação e no acesso à plataforma;
- Cumprir as mesmas funções do Coordenador, caso desempenhe também este papel.

Professor/Monitor

Pessoa responsável pela realização das atividades esportivas do PST na Escola, preferencialmente, profissional da área de Educação Física ou que esteja em processo de formação.

Vislumbrando alcançar a potencialidade do esporte com vistas à formação integral dos alunos e favorecendo a integração junto aos demais temas do processo formativo do indivíduo, é adequado que o profissional (Professor/Monitor) seja da área de Educação Física.

Processo de seleção: o processo de seleção dos Professores/Monitores é realizado pela escola que aderiu ao Macrocampo Esporte e Lazer. O procedimento será o mesmo utilizado para a seleção dos Monitores dos demais Macrocampos.

Atribuições:

- Conhecer a proposta pedagógica do Esporte Educacional e ter o domínio dos conhecimentos da área e do processo de desenvolvimento humano;
- Ter disponibilidade suficiente para o atendimento aos procedimentos exigidos pelo PST na Escola – Capacitação, Eventos, Relatórios e outras ações que se fizerem necessárias;
- Ser capaz de trabalhar o esporte para além da concepção de performance;
- Ser capaz de integrar as ações do PST no Mais Educação à proposta pedagógica da Escola;
- Participar das capacitações oferecidas pela equipe do Programa Segundo Tempo.

Ressarcimento do Monitor

A forma de ressarcimento do Monitor do PST no Mais Educação é a mesma dos demais Macrocampos, conforme estabelecido pelo MEC.

Materiais e uniformes

Para as escolas que aderem e desenvolvem o programa, são distribuídos Kits de materiais esportivos e pedagógicos que contribuem para o desenvolvimento das atividades com os alunos.

Material esportivo

A qualidade de produção dos materiais esportivos tem melhorado significativamente nas últimas décadas. Com isso, a prática esportiva tem se tornado mais prazerosa e segura, pois tem aliado tecnologia e eficiência. Atento a essas mudanças e exigências, o Ministério do Esporte não tem medido esforços para disponibilizar aos alunos do Segundo Tempo no Mais Educação materiais de qualidade e que estimulem uma prática continuada e adequada.

Para além da qualidade, existe também a preocupação com a variabilidade dos materiais, disponibilizando aos professores uma gama enorme de opções e adaptações. Isso potencializa a chance de beneficiados mais satisfeitos e vinculados por mais tempo junto aos núcleos do programa.

Assim, para cada escola que aderiu ao PST no macrocampo esporte e lazer, o Ministério do Esporte fornecerá um kit específico de material esportivo, composto de:

Item	Un.	Qtde.
Bola de basquete adulto	Un.	6
Bola de basquete infantil	Un.	6
Bola de futebol de campo adulto	Un.	10
Bola de futebol de campo infantil	Un.	10
Bola de futebol de salão adulto	Un.	6

Bola de futebol de salão infantil	Un.	6
Bola de handebol adulto	Un.	6
Bola de handebol infantil	Un.	6
Bola de vôlei – oficial	Un.	6
Bola de vôlei – oficial infantil	Un.	6
Bola de borracha	Un.	10
Rede de basquete	Par	1
Rede de futebol de campo	Par	1
Rede de futebol de salão/handebol	Par	1
Rede de vôlei	Un.	1
Cone médio	Un.	10
Cone grande	Un.	10
Bomba de encher bola	Un.	2
Bico para bomba de encher bola	Un.	8
Apito para arbitragem de plástico com cordão	Un.	4
Arco (Bambolê)	Un.	15
Saco para transportar material esportivo	Un.	2
Corda de pular coletiva c/ manoplas	Un.	2
Corda de pular individual c/ manoplas	Un.	15
Jogos de dominó	Un.	15
Jogo de taco completo de madeira c/ bolinha de borracha	Un.	1
Jogos de frescobol	Un.	1
Peteca	Un.	10
Kit mini-traves de futebol	Un.	1
Colete de identificação c/ 12 unidades	JG	4
Caixa plástica com tampa para acondicionar o material	Un.	2

Os materiais relativos às atividades ofertadas deverão ser armazenados em locais fechados, livres de umidade e seguros, ficando sob a responsabilidade da escola, que também responderá pela conservação e manutenção.

Cumprido destacar que após a finalização do processo de adesão via SIMEC e após o recebimento do recurso referente ao Programa Mais Educação pela escola, serão iniciados os procedimentos de logística para a distribuição dos kits, sendo isto informado em documento oficial enviado às escolas, constando termo de recebimento do material.

Materiais Pedagógicos

Vislumbrando a excelência no desenvolvimento das atividades o ME produziu no ano de 2008 o Livro de Fundamentos do PST, e em parceria com o Conselho Britânico elaborou o Caderno de Apoio Pedagógico, o qual abrange uma estratégia elaborada para o programa do Legado Internacional dos Jogos de Londres 2011, retratada em um material didático atraente, de fácil manipulação e entendimento.

Por meio do envio dos kits de materiais pedagógicos para as escolas o ME se propõe a reforçar o planejamento das aulas com vistas a alcançar os objetivos propostos no plano pedagógico, tais como: atividades diferenciadas e apresentadas de maneira lúdica, adequada ao perfil do usuário, entre outras.

O kit de material pedagógico será composto dos seguintes materiais:

Item	Un.	Qtde.
Livro de Fundamentos do Programa Segundo Tempo	Un.	1
Caderno de Apoio Pedagógico (inclui as seguintes temáticas: Movimentações e habilidades; Aplicação em Jogos; Jogos de Invasão; Jogos de Rede e de Parede; Jogos de Bater e de Lançar e; Conhecimento e Compreensão de Aptidão Física e Saúde)	Un.	1

Formação Continuada

O PST possui uma rede composta por Equipes Colaboradoras que atendem aos convênios do PST padrão em todas as regiões nacionais. Essas equipes têm a função de capacitar, acompanhar e avaliar de forma contínua o desenvolvimento do programa nas escolas, por meio de orientação pedagógica, como também do acompanhamento *in loco* para verificação dos atendimentos e procedimentos utilizados no desenvolvimento das ações.

Dessa forma, em parceria com o Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Esporte, Universidades Públicas e outras instituições voltadas para este fim, as Equipes Colaboradoras, contribuem para a formação continuada dos atores do PST, assumindo a responsabilidade de também trabalhar a proposta do programa junto aos professores/monitores, que estarão vinculados ao PST na Escola.

Esse processo será desenvolvido, inicialmente, por meio do Ensino à Distância (EaD) e de Videoconferências.

Ensino a Distância (EaD)

Com o intuito de orientar, preparar os professores/monitores no desenvolvimentos das atividades e visando a otimização dos recursos públicos foi elaborada a capacitação via Ensino a Distância. Todos os professores/monitores do PST na Escola participam, bem como os facilitadores e/ou coordenadores Estaduais e Municipais que são responsáveis por multiplicar o conteúdo para orientar os demais atores.

As capacitações do PST na Escola são realizadas a cada ciclo de adesão ao Mais Educação, pelo sistema EaD, assim que confirmada a participação das escolas pelo MEC e todos os profissionais envolvidos devem participar do módulo.

Após a adesão da escola ao PST na Escola, a participação dos professores/monitores na capacitação EaD está condicionada ao processo de cadastramento da Escola, Diretor e Monitor no Sistema de Cadastro da plataforma do Programa Segundo Tempo (pst.uem.br) e a inscrição dos envolvidos no evento.

Videoconferências

A videoconferência é um recurso utilizado pelo ME em parceria com o MEC com o objetivo, dentre outros, de orientar às escolas, em especial, sobre os aspectos administrativos das ações do PST na Escola.

O ME e MEC são responsáveis por repassar previamente a informação da realização da videoconferência para as escolas, que aderiram ao programa, para que possam se organizar (verificar o sinal da banda larga; sala para transmissão; equipamentos; entre outros) e estarem aptas à videoconferência no dia e horário marcado.

Na ocasião da videoconferência, existirá um momento para que possíveis dúvidas sejam esclarecidas, de forma que todos os participantes tenham oportunidade de participação *on-line*.

Todos os vídeos originados destes encontros estão disponíveis no site do Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/videoconferencias.

Operacionalização do Programa Segundo Tempo no Mais Educação

Cronograma de execução do Programa Segundo Tempo no Mais Educação

Ficam estabelecidas as seguintes etapas de execução do Programa Segundo Tempo no Mais Educação, conforme demonstrado a seguir:

1. Período de Adesão

Ao realizar a adesão ao Mais Educação, a Escola opta pelo Programa Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer, no SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. A partir disso, a Escola receberá do ME as informações para cadastro do Diretor/Gestor, Facilitador, Coordenador Municipal/Estadual e Monitor na Plataforma do Programa Segundo Tempo (pst.uem.br). Durante esse período, a Escola deve promover todos os procedimentos para a implantação das ações do PST no Mais Educação:

1. Cadastramento do pessoal na plataforma;
2. Recebimento dos kits de Material Didático-pedagógico e Esportivo
3. Provimento do Planejamento Pedagógico das atividades esportivas em consonância com as Diretrizes do PST;
4. Disponibilização de infraestrutura para o funcionamento das atividades;
5. Seleção dos professores/monitores;

Obs1: O atendimento aos alunos somente poderá ter início após...

2. Período de Desenvolvimento Pedagógico

Após o cumprimento dos pré-requisitos inerentes à adesão, este período compreende os 10 (dez) meses de desenvolvimento efetivo das atividades didático-pedagógicas junto aos alunos, de acordo com o planejamento pedagógico, bem com o ciclo pedagógico (alinhado ao calendário escolar local). Deverá também, garantir a participação dos professores/monitores no processo de Capacitação oferecido pelo Ministério do Esporte.

3. *Período de Recesso*

Corresponde ao mesmo período adotado pela escola, conforme o Calendário Escolar.

4. *Período de encerramento do projeto*

Após a execução das atividades propostas, tendo em vista o período de vigência do programa (10 meses), a escola terá a possibilidade de participar de nova adesão para dar continuidade às atividades esportivas no ano seguinte.

Anexo 16 – Ofício Circular nº 2/2012-CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E
INCLUSÃO SOCIAL**

SEPN 511 – Ed. Bittar II – 2º andar – CEP. 70.758-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3217-9490/2026-1465 – E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 9 /2012 - CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME

Brasília, 26 de março de 2012.

Assunto: Programa Segundo Tempo no Mais Educação – Adesão 2012.

Senhor(a) Secretário(a),

1. Dirigimo-nos a Vossa Excelência para informar que desde o ano de 2009, o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação firmaram parceria para o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo em conjunto com o Programa Mais Educação. Essa iniciativa visa democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte na escola, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, em atenção ao que preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil.
2. Nesse contexto, no dia 27 de janeiro de 2012, o Ministério da Educação iniciou o período de adesão ao Programa Mais Educação, por intermédio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). A adesão ao Segundo Tempo diretamente pelas Escolas no referido sistema amplia as possibilidades de atendimento no Estado sem a necessidade de celebrarmos convênio entre as partes, o que facilita o processo e qualifica o atendimento aos beneficiados.
3. Sendo assim, reforçamos a importância da Secretaria Estadual orientar e incentivar a inscrição das instituições de ensino sob sua gerência, especialmente aquelas que já desenvolvem o Programa, para que possam dar continuidade ao trabalho, sugerindo que as mesmas optem pelo Segundo Tempo, conforme os esclarecimentos apresentados a seguir.
4. O Segundo Tempo inserido na perspectiva do Programa Mais Educação permite que a escola desenvolva diversas modalidades esportivas (futebol, voleibol, basquetebol, handebol, futsal, além de jogos e brincadeiras), de acordo com a proposta de Esporte Educacional deste Programa. Vale dizer, por oportuno, que a instituição de ensino receberá, também, um kit de material esportivo bastante diversificado, o material de apoio didático-pedagógico, que é oferecido para qualificar o atendimento aos alunos, e a capacitação dos monitores que atuarão no Programa.
5. Cumpre informar, ainda, que a escola que optar pelo Segundo Tempo poderá optar por mais uma modalidade específica, como por exemplo, yoga/meditação, taekwondo, ginástica rítmica, tênis de campo, tênis de mesa, xadrez tradicional, xadrez virtual, judô, kara-

tê, natação e corrida de orientação, acessando o macrocampo Esporte e Lazer, que se encontra inserido no SIMEC.

6. As escolas que desejarem ingressar ou continuar desenvolvendo o Programa Segundo Tempo no Mais Educação, devem realizar os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o SIMEC (simec.mec.gov.br);
- b) Acessar a aba atividades 2012;
- c) Optar pelo "Macrocampo Esporte e Lazer";
- d) Aderir ao Segundo Tempo no Mais Educação ao final da janela com o texto explicativo;
- e) Escolher mais uma atividade específica, facultativamente.

7. Certos de que a oferta de múltiplas vivências esportivas na Escola, por meio do Segundo Tempo, irá contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos da Educação Básica, reiteramos nosso compromisso em fortalecer as parcerias públicas para o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional, integrada ao sistema educacional brasileiro.

8. Agradecemos pela colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



AFONSO BARBOSA
Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Manual de Orientações

Segundo Tempo na Escola

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão
Social – Ministério do Esporte

SNELIS/ME



Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas
Intersetoriais - CGIPI

Setembro 2012

SUMÁRIO

Apresentação	03
1. A parceria entre o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação	06
a. O Programa Segundo Tempo (padrão)	06
b. O Programa Segundo Tempo na Escola	06
c. O Programa Segundo Tempo na Escola em Escolas que possuem o programa padrão	07
2. Os atores do processo e suas responsabilidades	08
3. Processo de adesão	09
4. Processo de cadastro das Escolas	09
a. Cadastro do Gestor	10
b. Cadastro da Escola	
c. Cadastro do Coordenador Municipal/Estadual do Mais Educação	10
5. A Seleção de Monitores e o desenvolvimento das atividades	10
6. Materiais Esportivos e Pedagógicos	11
a. Material Pedagógico	11
b. A distribuição do Material Esportivo e Pedagógico	12
c. Acesso aos Materiais Pedagógicos pela internet	12
7. Capacitação do pessoal	13
8. Videoconferência	13
9. Avaliação dos beneficiados – PROESP-BR	14
10. Procedimentos administrativos/MEC	14
11. Palavras finais	16
Contatos	17
Anexos	18
a. Descrição do Kit de Material Esportivo	18



Foto: Ministério do Esporte

A apresentação



Desde a criação do Programa Segundo Tempo (PST) em 2003, o Ministério do Esporte (ME) tem procurado integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas Escolas.

Nos últimos anos, em função da priorização que o Esporte tem dado às políticas esportivas educacionais e de inclusão social, o PST teve um crescimento exponencial, possibilitando o atendimento anual de mais de 1,2 milhão de beneficiados. No entanto, se considerarmos o potencial público-alvo do programa, que são crianças e jovens em idade escolar que não possuem acesso ao Esporte, percebe-se a grandiosidade do desafio, visto que hoje no país, temos cerca de 40 milhões de alunos

matriculados nas Escolas públicas da educação básica, segundo demonstra o Censo 2010, realizado pelo IBGE.

Entendendo que o caminho para a democratização do esporte é a Escola, em 2009, o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação (MEC) integraram suas políticas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do Esporte na Escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral. A proposta foi concretizada pela inserção do PST nas Escolas participantes do Programa Mais Educação. A integração do Programa Segundo Tempo e do Programa Mais Educação chamamos de **PST na Escola**.

O sucesso dessa incorporação pode ser observado a partir no quadro abaixo, o qual apresenta os dados da adesão 2012, quantidade de Escolas que aderiram ao PST na Escola e o número de alunos que foram beneficiados por esta parceria iniciada em 2010.

UF/Quantidade de Municípios que ofereciam o PST na Escola	Quantidade de Escolas que aderiram ao PST na Escola	Quantidade de Alunos que foram beneficiados com a parceria
		
PA/62	501	114830
TO/12	43	8704
RO/11	67	19070
RR/02	26	10573
AM/05	87	18420
AP/04	110	41039
AC/04	19	3312
AL/12	63	10393
BA/100	475	129933
MA/52	267	65602
PE/50	349	76411
CE/59	363	59898
PB/30	235	41453
RN/16	99	20408
PI/9	54	8424
SE/10	49	8583
MT/25	171	39945
GO/36	217	35407
MS/18	52	10872
DF/01	33	6915
RJ/55	794	156056
MG/79	286	41249
SP/39	158	42406
ES/08	74	11525
RS/69	390	68626
PR/67	141	16404
SC/13	49	7104
TOTAL		
848 Municípios	5.172 Escolas	1.073.562 Alunos

A combinação dos dois Programas amplia as possibilidades de práticas esportivas, à medida que não é obrigatório que a Escola disponha de infraestrutura esportiva, já que o Programa Mais Educação se vale também de espaços alternativos próximos à Escola, tais como ginásios e praças. Além disso, não é necessário que o PST ofereça o reforço alimentar, uma vez que os alunos já recebem a merenda escolar complementada pelo MEC, para permanecer na Escola em tempo integral.

Com isso, foi possível potencializar o número de beneficiados e garantir o acesso ao Esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do PST, articulada com o projeto pedagógico da Escola. Vale salientar ainda que, a parceria possibilita a execução do programa diretamente pela Escola, não havendo a necessidade de formalização de convênio como acontece com o PST padrão.

Veja as responsabilidades de cada Ministério:

MINISTÉRIO DO ESPORTE		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
A	✓ Distribuição de Kit Materiais Esportivos	A	✓ Recurso adicional para compra de materiais para modalidades específicas, como Natação, judô, Capoeira, etc.
B	✓ Produção Técnica e editoração do Material Pedagógico – Livro dos Fundamentos do Programa e Caderno de Apoio Pedagógico	B	✓ Impressão do material didático-pedagógico e distribuição dos materiais esportivos e didáticos pedagógicos
C	✓ Orientação aos Monitores, Gestores Estaduais/Municipais sobre o PST na Escola e Acompanhamento pedagógico do projeto	C	✓ Mecanismo de Transferência dos recursos para as Escolas, inclusive para o Monitor do Macrocampo Esporte e Lazer, que desenvolve o PST na Escola

7 A Parceria entre o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação

Essa parceria consiste na integração do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte e do Programa Mais Educação do Ministério da Educação e tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte na Escola, integrada ao projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral.

Foto: Ministério do Esporte



O Programa Segundo Tempo (padrão)

O Segundo Tempo é um programa estratégico do governo federal ligado ao ME e tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, a partir da oferta de múltiplas vivências esportivas pautadas na concepção de Esporte Educacional, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

O projeto padrão é baseado em um modelo de convênio. Neste modelo, os convenientes (órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, de qualquer esfera de governo,) devem descrever, em forma de projeto, um planejamento das atividades que serão realizadas em um determinado período, seguindo as diretrizes do PST. A partir disso, a instituição proponente deve entrar com uma contrapartida, sendo responsável pela gestão das ações, dos recursos repassados, bem como da prestação de contas.

No PST padrão o responsável pelas atividades é o profissional de Educação Física e/ou Esportes, auxiliado pelo Monitor, prioritariamente, da área de Educação Física e/ou Esporte.

Manual de Orientações - Programa Segundo Tempo na Escola

Programa Segundo Tempo na Escola

Trata-se de uma parceria entre o ME e o MEC que prevê o PST (ME) inserido como uma atividade no Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação (MEC), assim, as ações neste contexto preservam todos os fundamentos filosóficos e pedagógicos previstos para o PST padrão. A sua adesão se dá no momento em que a Escola, ao fazer sua inscrição para o Programa Mais Educação junto ao Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC, opta pelo PST na Escola no Macrocampo Esporte e Lazer.

No PST na Escola, o responsável pelo desenvolvimento das atividades é o Monitor, preferencialmente, da área de Educação Física e/ou Esportes, selecionado pela Escola para atuar nesse Macrocampo. A inserção do PST, como uma atividade nesse Macrocampo, qualifica a oferta do Esporte aos alunos, tendo em vista que o programa dispõe de uma proposta pedagógica baseada no esporte educacional, além de oferecer capacitação aos Monitores e realizar o acompanhamento das atividades por meio de uma Rede de Equipes Colaboradoras, formada por Profissionais de Educação Física de cerca de 50 instituições de ensino superior.

O quadro a seguir resume as características gerais de cada programa.

CARACTERÍSTICAS	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NA ESCOLA
Quadro de Pessoal (Responsáveis pela estruturação e atividades)	Profissional de Educação Física e/ou Esportes Coordenador Geral Coordenador Pedagógico, Setoriais e Monitores	Monitor (igual aos demais Macrocampos do Programa Mais Educação) *Orientação: preferencialmente, da área de Educação Física e/ou Esportes
Carga horária do responsável pelas atividades	20h/semana	10h/semana (5 turmas de aproximadamente 30 alunos)
Fonte dos Recursos	Recurso repassado pelo ME ao Convênio para pagamento dos Professores/Monitores	Recurso repassado pelo MEC à Escola (O mesmo valor para todos os Monitores dos Macrocampos do Mais Educação)
Atividades desenvolvidas	Múltiplas vivências de esporte educacional (incluindo modalidades esportivas coletivas e individuais) e atividades complementares, organizadas pelos projetos pedagógicos	Múltiplas vivências de esporte educacional Utilização dos Cadernos de Apoio Pedagógico, que apresentam atividades lúdicas de jogos
Material esportivo	Kit de material esportivo	Kit de material esportivo
Forma de Participação	Convênio	Adesão/SIMEC

O Programa Segundo Tempo na Escola em Escolas que possuem o PST padrão

A Escola que aderir ao Segundo Tempo na Escola e já possuir o PST padrão (convênio) poderá manter as duas ações, desde que as crianças beneficiadas não sejam as mesmas. Vale ressaltar que o PST padrão está aberto a toda comunidade, e o Segundo Tempo na Escola tem como público-alvo os alunos da Escola na qual está inserido. Caso haja dificuldades relativas à estrutura física disponível, o núcleo do PST Padrão (convênio) poderá ser transferido para outro local da comunidade (Escola ou outro espaço esportivo), minimizando os problemas de infraestrutura e ampliando o atendimento à comunidade.

2 Os Atores do Processo e suas Responsabilidades



Foto: Ministério do Esporte

As ações relativas à adesão ao PST na Escola e/ou à concretização das atividades pedagógicas dependem do papel desempenhado pela Escola, pelo Coordenador, pelo Facilitador e pelo Monitor.

Esses agentes são fundamentais para que as ações sejam efetivadas, e entender as atribuições de cada um deles é fundamental para os participantes do programa.

Dessa forma o quadro abaixo resume as funções de cada um, bem como suas características gerais.

	CARACTERÍSTICA	ATRIBUIÇÕES RELATIVAS A ADESAO	ATRIBUIÇÕES DURANTE E APÓS A ADESAO
ESCOLA/ GESTOR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Escola da rede pública/Diretor atual da Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar o cadastro do Diretor, Escolas e Monitor no sistema PST na Escola ✓ Realizar o processo seletivo do monitor ✓ Receber os materiais esportivos e pedagógicos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar o espaço físico para a realização das atividades ✓ Disponibilizar os materiais esportivos e pedagógicos para o monitor <ul style="list-style-type: none"> ✓ Supervisionar o desenvolvimento do PST na perspectiva do Mais Educação
COORDENADOR MUNICIPAL/ ESTADUAL DO MAIS EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pessoa responsável pelo Mais Educação na Secretaria Municipal ou Estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar o seu cadastro e do Facilitador no Sistema do PST na Escola ✓ Realizar a mediação entre o ME e as Escolas que aderiram ao PST na Escola 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar dos encontros regionais promovidos pelo ME e posteriormente multiplicar para todos os Gestores locais ✓ Gerenciar a execução das atividades locais com vistas ao efetivo atendimento dos alunos
FACILITADOR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Coordenador Municipal/ Estadual do Mais Educação e ou; ✓ Pessoa indicada pelo Coordenador Municipal/Estadual do Mais Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribuir na efetivação do cadastro dos Monitores de sua região: nome, CPF e email; ✓ Contribuir na seleção dos Monitores; ✓ Orientar à Escola sobre as ações do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhar as ações realizadas nas Escolas; ✓ Ser o interlocutor entre a Escola-Monitor e ME; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar das videoconferências sobre o PST no Mais Educação; ✓ Participar do curso de orientação e ambientação da Plataforma EaD; ✓ Viabilizar local e/ou equipamento para a realização das videoconferência (se necessário); ✓ Informar ao ME sobre a inviabilidade de realização das videoconferências; ✓ Orientar os Monitores no acesso à plataforma EaD;
MONITOR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preferencial Pessoa com ou em formação acadêmica na área de Educação Física e/ou Esportes, ou com ou sem formação acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar de processo seletivo; ✓ Contribuir com o processo de cadastramento no sistema do PST; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar as atividades pedagógicas cumprindo a carga horária prevista; ✓ Participar das capacitações ofertadas pelo ME; ✓ Realizar a avaliação dos beneficiados.

3 Processo de Adesão

O processo de adesão é feito pela Escola, através do site do Ministério da Educação e no prazo determinado por este órgão.

Em 2012 adesão ao Segundo Tempo na Escola foi realizada via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC. A Escola que escolheu o Macrocampo Esporte e Lazer teve a opção de aderir ao PST como uma atividade deste macrocampo.

4 Processo de Cadastro das Escolas

Um Sistema de Cadastro específico foi desenvolvido pelo Ministério do Esporte para as Escolas que aderiram ao PST na Escola. O cadastro é realizado no site www.pst.uem.br, no qual devem ser preenchidos os dados da Escola, do Diretor, do Coordenador Municipal/Estadual do Mais Educação, do Facilitador e do Monitor. A figura abaixo apresenta a página do site e o local onde a Escola deve fazer o acesso para cadastro. As informações sobre *login* e senha estão apresentadas no item a seguir.



Esse sistema foi estruturado com o intuito de atualizar esses dados e minimizar os problemas de comunicação e mobilização, visando o processo de entrega dos kits de materiais esportivos e pedagógicos nas Escolas e também o processo de capacitação dos Monitores do Macrocampo Esporte e Lazer. Toda Escola que aderir a esta parceria deverá acessar e preencher o Sistema de Cadastro.

Cadastro do Diretor (Gestor), da Escola e do Monitor

O login é o *CPF (Gestor)* e a senha *123456789*, que deve ser trocada no primeiro acesso. Vale ressaltar que o cadastro é realizado pelo atual Gestor da Escola, caso este não consiga fazer o *login* com seu CPF, deverá entrar em contato com a Equipe do PST na Escola para regularizar os dados. O Gestor deve realizar o seu cadastro, indicando seus dados pessoais. Os próximos passos serão: inserir os dados da Escola e inserir os dados do Monitor que desenvolverá as atividades do PST. Após inserir seus dados, os da Escola e os do Monitor, **o Gestor deverá clicar em salvar para finalizar o cadastro.**

Cadastro do Coordenador Municipal/Estadual do Mais Educação

O login é o *CPF (Coordenador)* e a senha é *123456789*, que deve ser trocada no primeiro acesso. Vale ressaltar que, o cadastro é realizado pelo atual Coordenador Municipal/Estadual do Mais Educação caso este não consiga fazer o *login* com seu CPF, deverá entrar em contato com a Equipe do PST na Escola para regularizar os dados. Após o preenchimento dos dados, o Coordenador deverá preencher seus dados como Facilitador, caso não seja Facilitador, ele deve cadastrar os dados da outra pessoa que desempenhará o papel de facilitador.

5 *A Seleção de Monitores e o desenvolvimento das atividades*

A seleção dos Monitores para atender o Programa Segundo Tempo na Escola é de responsabilidade da Escola e deverá seguir os mesmos procedimentos relativos à seleção dos Monitores dos demais Macrocampos.

Para o Macrocampo Esporte e Lazer sugere-se que o Monitor seja formado ou esteja cursando Educação Física e/ou Esportes, visto que poderá atender melhor às necessidades dos alunos no que tange a oferecer atividades esportivas e às necessidades motoras dos beneficiados, além de contribuir para o processo de formação do futuro professor/profissional.

Quanto ao desenvolvimento das atividades, o Monitor do Segundo Tempo na Escola, selecionado para atuar no Macrocampo Esporte e Lazer, seguirá as mesmas orientações dos demais Monitores de outros Macrocampos. Cada Monitor pode atender até 5 turmas de 30 alunos em cada Escola, podendo atuar em mais de uma Escola, desde que tenha disponibilidade de tempo.

6 Materiais Esportivos e Pedagógicos



Foto: Ministério do Esporte

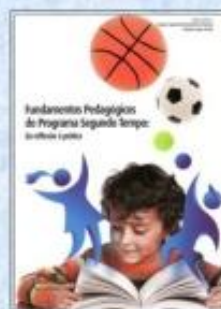
Para subsidiar o desenvolvimento das atividades, cada Escola participante receberá do Ministério do Esporte:

- ✓ Kit de Material Didático-Pedagógico, que inclui um Caderno de Apoio Pedagógico para a Escola, um Livro de Fundamentos Pedagógicos do PST e um DVD de Fundamentos do PST;
- ✓ Kit de Material Esportivo (descrição em anexo).

Material Pedagógico



Caderno de Apoio Pedagógico



Livro Fundamentos do PST



DVD Fundamentos do PST

Vale salientar que o Caderno de Apoio Pedagógico e o Livro e o DVD de Fundamentos do Programa Segundo Tempo são fundamentais para orientar as ações do PST na Escola. Todas as Escolas que aderiram ao PST no Macrocampo Esporte e Lazer irão receber esses materiais.

Manual de Orientações - Programa Segundo Tempo na Escola

O caderno de Apoio Pedagógico surgiu de uma parceria entre o Ministério do Esporte e o Conselho Britânico. Trata-se de uma estratégia elaborada para o programa do legado internacional dos Jogos de Londres 2011, retratada em um material didático atraente, de fácil manipulação e entendimento, que representa vários blocos de sugestões de execução de atividades esportivas, por meio de cartões, oferecendo suporte ao Monitor para o desenvolvimento de habilidades básicas dos alunos nas práticas esportivas.

O livro de Fundamentos do PST foi elaborado em 2008 para nortear as ações do PST padrão nos convênios e nos núcleos do programa, a partir de textos orientadores que esclarecem as diretrizes do PST e as concepções de Esporte Educacional, bem como conteúdos que orientam a prática educacional no dia a dia do núcleo. Para o PST na Escola, o livro será um instrumento importante para o entendimento da proposta do programa, bem como para a sua concretização, devendo ser estudado por Coordenadores gerais, Diretores e Monitores com o intuito de agregar a proposta do programa ao Projeto Político Pedagógico da Escola, vislumbrando a múltipla vivência de práticas esportivas educativas.

O DVD de Fundamentos do PST é uma ferramenta a mais para a escola, pois ele aborda as mesmas temáticas do livro, porém de forma mais dinâmica e ilustrativa, tornando o conteúdo mais atrativo.

A distribuição do Material Esportivo e Pedagógico

A distribuição do material esportivo, dividido em duas caixas, é realizada por empresa especializada. A Escola receberá um Ofício com o Termo de Recebimento dos materiais esportivos que de ser preenchido e encaminhado para a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), somente após o recebimento integral e conferência de todos os materiais recebidos. Quanto à distribuição do material pedagógico (livro e DVD), será realizada via Correio.

Acesso aos Materiais Pedagógicos pela internet

O Caderno de Apoio Pedagógico e o Livro de Fundamentos do Programa estão disponíveis no site do Ministério do Esporte e podem ser baixados no link:

<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/cadernoApoioPedagogico.jsp>.

7 Capacitação do Pessoal

A capacitação do pessoal envolvido no Programa Segundo Tempo na Escola é uma das vantagens da parceria entre Ministério do Esporte e o Ministério da Educação. A idéia é apresentar a proposta pedagógica do programa e orientar o responsável pelas atividades (o Monitor) sobre a utilização dos materiais didáticos distribuídos, em especial, o Caderno de Apoio Pedagógico. A capacitação também atinge os Facilitadores que são instrumentalizados para orientar os Monitores e a Escola.

Todos os Monitores do Segundo Tempo na Escola podem e devem participar da capacitação, desenvolvida atualmente no formato EAD. Quando disponível, as informações sobre o processo serão repassadas ao Gestor e aos Coordenadores, por isso é muito importante que todos os cadastros sejam realizados e atualizados.

Além das capacitações, o ME também participa de reuniões, encontros e seminários promovidos pelo MEC e pelos Comitês do Mais Educação. Nestes encontros, o ME oferece aos Gestores, orientações e esclarecimento sobre o PST na Escola.

8 Videoconferência

A videoconferência é um recurso utilizado pelo Ministério do Esporte em parceria com o Ministério de Educação para orientar as Escolas sobre o desenvolvimento das ações administrativas do Segundo Tempo na Escola.

As sete videoconferências realizadas estão disponíveis no site do Ministério do Esporte, e podem ser acessadas a qualquer momento por meio do link: <http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/videoconferencias.jsp>. Os objetivos das conferências realizadas foram:

- ✓ Apresentar temas conceituais sobre o PST/Mais Educação e esclarecer dúvidas administrativas;
- ✓ Abordar o enfoque pedagógico sobre o tema “Corpo, Gênero e sexualidade” direcionado à realidade do PST na Escola;
- ✓ Trabalhar questões operacionais, orientar o desenvolvimento das aulas com os Monitores e sanar dúvidas referentes ao programa;
- ✓ Trabalhar questões operacionais, orientar o desenvolvimento das aulas com os Monitores e sanar dúvidas referentes ao programa, tendo como tema: Questões de Deficiência e as Ações no Programa Segundo Tempo;

- ✓ Organizar junto aos Coordenadores Estaduais e Municipais do Mais Educação, a rede de Facilitadores para o desenvolvimento dos processos de formação continuada dos envolvidos nas ações do Segundo Tempo na Escola e esclarecer questões referentes ao programa;
- ✓ Esclarecer dúvidas sobre o Sistema de cadastro das Escolas, dos Coordenadores e Facilitadores;
- ✓ Orientar os Facilitadores para o processo de capacitação dos Monitores no Macrocampo Esporte e Lazer (Segundo Tempo) em formato EaD – Educação à Distância.

9 Avaliação dos Beneficiados – PROESP-BR

O Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) é um sistema de avaliação permanente, com critérios e normas de referência, amplamente adaptado e adequado para a realidade brasileira, de baixo custo e fácil aplicação.

Tem como objetivo auxiliar os professores de Educação Física ou Monitores, na avaliação de indicadores de crescimento corporal, estado nutricional e aptidão física. Os indicadores de crescimento e desenvolvimento corporal através da envergadura, estatura e massa corporal; aptidão física relacionada ao desenvolvimento motor: força explosiva, agilidade, velocidade e resistência geral; estado nutricional: índice de massa corporal (IMC); aptidão física relacionada à saúde: índice de massa corporal IMC, aptidão cardiorespiratória, flexibilidade e resistência muscular localizada (RML)

Desenvolverão o programa PROESP, as Escolas inicialmente selecionadas e contempladas no Programa Segundo Tempo na Escola, que receberam o ofício e o kit com o material necessário para a aplicação da bateria de testes, composto por: Balança Mecânica, Cronômetro Digital, Trena, Fita Crepe, Fita Métrica, Bola de *Medicineball* e Estojo para guardar o material. A bateria de testes deverá ser aplicada pelo Monitor ou professor de Educação Física que participou da capacitação oferecida na plataforma moodle, pelo Programa Segundo Tempo na Escola, ou que recebeu a Cartilha de Orientações, por e-mail, ficando totalmente preparado para o manuseio do material e a realização dos testes.

Os testes deverão ser aplicados trinta dias após o recebimento do kit PROESP e reaplicados seis meses depois. Os dados das avaliações deverão ser enviados no site do PROESP-BR (<http://www.proesp.ufrgs.br>), que formam um banco de dados capaz de orientar estudos, sugerir diagnósticos e propor normas e critérios de avaliação da população escolar brasileira no âmbito do crescimento corporal e da aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho motor. Para que se possa realizar o envio dos dados no site, é necessário realizar o cadastro da Escola e do responsável pela aplicação dos testes.

10 Procedimentos Administrativos/MEC

As dúvidas relativas à prestação de contas e repasse de recursos do Segundo Tempo na Escola ou somente do Mais Educação, como também questões administrativas e do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, deverão ser encaminhadas ao MEC, direcionadas à Secretaria de Educação Básica-SEB, pelos telefones: (61) 2022-9186/2022-9184/2022-9233/2022-9174/2022-9323.

11 Palavras Finais

As informações contidas neste Manual, além do auxílio na aplicação adequada da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, possibilitarão aos colaboradores do programa uma visão ampla sobre o funcionamento do PST na Escola inserido no Macrocampo Esporte e Lazer.

Sendo assim, daremos início a um diálogo permanente que, com certeza, fortalecerá os vínculos e otimizará os resultados esperados.

Muito obrigado a todos os colaboradores sem os quais nenhum processo de qualidade seria possível. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos pelos contatos abaixo. Mais informações sobre o Segundo Tempo na Escola no nosso site.



Foto: Ministério do Esporte

Contatos - PST na Escola

Telefones:

(0xx61) 3217-9490

(0xx61) 3217-9691

(0xx61) 2026-1964

(0xx61) 2026-1520

E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

Site do ME: <http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao>

Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersecretoriais

Manual de Orientações - Programa Segundo Tempo na Escola

Anexos

Anexo a - Descrição do Kit de Material Esportivo

KIT DE MATERIAIS ESPORTIVOS – PST (Fornecido por grupo de 100 beneficiados)		
QTDE.	UNID.	MATERIAL
6	Un.	Bola de Basquete Adulto
6	Un.	Bola de Basquete Infantil
10	Un.	Bola de Futebol de Campo Adulto
10	Un.	Bola de Futebol de Campo Infantil
6	Un.	Bola de Futebol de Salão Adulto
6	Un.	Bola de Futebol de Salão Infantil
6	Un.	Bola de Handebol Adulto
6	Un.	Bola de Handebol Infantil
6	Un.	Bola de Vôlei – Oficial
6	Un.	Bola de Vôlei – Oficial Infantil
10	Un.	Bola de borracha
1	Par	Rede de Basquete
1	Par	Rede de Futebol de Campo
1	Par	Rede de Futebol de Salão/Handebol
1	Un.	Rede de Vôlei
10	Un.	Cone Médio (25 cm)
10	Un.	Cone Grande (50 cm)
2	Un.	Bomba de encher bola
8	Un.	Bico para bomba de encher bola
4	Un.	Apito para arbitragem de plástico com cordão
15	Un.	Bambolê
2	Un.	Saco para transportar material esportivo
2	Un.	Corda de pular coletiva c/ manoplas
15	Un.	Corda de pular Individual c/ manoplas
15	Un.	Jogos de dominó
1	Un.	Jogo de taco completo de madeira c/ bolinha de borracha
1	Un.	Jogos de frescobol
10	Un.	Peteca
1	Un.	Kit mini-traves de futebol
4	JG	Colete de Identificação c/ 12 unidades
3	Un.	Caixa plástica com tampa para acondicionar o material

Anexo 18 – Ofício Circular nº 357/2012- CGIPI/DEDAF/SNELIS/ME



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E
PROGRAMAS INTERSETORIAIS

SEPN 511 – Ed. Bittar II – 1º andar – CEP. 70.758-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3217-9490/ 2026-1465 – E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

OFÍCIO Nº 357/2012 - CGIPI/DEDAF/SNELIS/ME

Brasília, 12 de setembro de 2012.

A Sua Senhoria a Senhora,

JAQUELINE MOLL

Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania

Ministério da Educação

Anexo 2, Sala 300 - Gabinete

CEP. 72.000-000 – Brasília/DF

Assunto: **Solicitação de esclarecimentos sobre a lista de escolas que aderiram ao Segundo Tempo**

Senhora Diretora,

1. Em referência à parceria Segundo Tempo no Mais Educação, recebemos via contato telefônico, a informação de alteração do quantitativo de escolas que optaram pelo Programa Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer no ano de 2012.
2. Cabe esclarecer que a partir da relação de escolas enviada no dia 07/08/2012 ao Ministério do Esporte a qual apresentava um total de 6.193 escolas, o Ministério do Esporte deu encaminhamento a algumas ações, a saber: preparação e divulgação do sistema de cadastro das escolas, diretores, coordenadores e monitores; participação em reuniões de preparação com gestores e diretores do Mais Educação (Serra Negra/SP e Nova Friburgo/RJ), e envio de kits de materiais esportivos e didáticos.
3. Nesse contexto, considerando que não temos a informação dos motivos e critérios estabelecidos pelo MEC para que o número de escolas reduzisse de 6.193, apresentadas na lista antiga, para 4.038 Unidades de Ensino na nova lista enviada, solicitamos com urgência um posicionamento sobre uma relação final de escolas participantes do PST, ou seja, se podemos dar prosseguimento nas ações, tomando como base a relação de 4.038 escolas enviada em 03/09/2012.
5. Salientamos que a partir do recebimento da primeira lista, solicitamos mais Kits para a empresa, no entanto não temos como armazená-los, o que gera um problema de armazenamento de material.
6. A partir do cruzamento dos dados das listas recebidas, notamos que as escolas excluídas apresentam o seguinte perfil:
 - a. Escolas que executaram o Segundo Tempo em 2010 e aderiram novamente em 2012;
 - b. Escolas novas no PST;

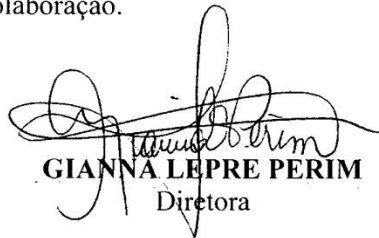
- c. Escolas que executaram o PST em 2010, 2011 e confirmaram a adesão em 2012;
- d. Escolas que não receberam recurso 2011 e aderiram em 2012;
- e. Escolas que executaram 2011 e aderiram em 2012.

7. Aproveitamos para ressaltar a importância de mantermos o que foi acordado, por comunicação telefônica, sobre o envio da lista das escolas pagas toda sexta-feira, para o prosseguimento das ações da parceria, em especial, a distribuição dos kits de material esportivo e didático. caso não seja confirmada a viabilidade de liberação de acesso ao sistema FNDE para o Ministério do Esporte, a fim de otimizar a consulta sobre os pagamentos realizados.

8. Também estamos aguardando o envio da relação das escolas com os dados completos (UF, município, Esfera, código INEP, endereço completo, nome, e-mail, telefone, atividades 2012 – SIMEC, alunado 2012, nome e CPF do diretor e CNPJ da escola), conforme solicitado no Ofício nº 1209/2012, essenciais para a continuidade das nossas ações.

9. Agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,



GIANNA LEPRE PERIM
Diretora

Anexo 19 – Ofício Circular nº 423/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
E PROGRAMAS INTERSETORIAIS

SEPN 511 – Ed. Bittar II – 1º andar – CEP. 70.758-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3217-9490/ 2026-1465 – E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

OFÍCIO Nº 423 /2012 - CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME

Brasília, 16 de novembro de 2012.

A Sua Senhoria a Senhora

JAQUELINE MOLL

Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania

Secretaria de Educação Básica

Ministério da Educação

Anexo 2, Sala 300 - Gabinete

CEP. 72.000-000 – Brasília/DF

Assunto: Parceria entre o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação.

Senhora Diretora,

1. Em referência à parceria entre o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação, o Ministério do Esporte por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, e conforme reunião realizada entre os Secretários no dia 08/11/2012, apresentamos breve histórico do processo de adesão 2012:

a) Considerando o encerramento do prazo de adesão das escolas ao Mais Educação, no dia 29/06/12, por meio do ofício CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME nº 1209/2012 foi solicitada a relação das escolas que aderiram ao Segundo Tempo no Mais Educação. Neste mesmo documento foi ressaltado que a lista final de escolas seria pré-requisito para as próximas ações relativas à parceria (distribuição de kits de materiais esportivos, didáticos e de avaliação PROESP; Cadastramento das escolas, Diretores, Coordenadores Municipais e Estaduais do Mais Educação, Facilitadores e Monitores no sistema do PST; Processo de Capacitação dos Facilitadores e Monitores e acompanhamento das ações) e que para isso na referida lista deveria constar: UF, Município, Esfera, Código INEP, endereço completo, e-mail, telefone, atividades 2012 SIMEC, nome e CPF do Diretor.

b) Considerando o não recebimento das informações solicitadas, no dia 19/07/12 por meio do ofício CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME nº 288/2012 foi solicitada a previsão para o envio da lista com a relação de escolas que aderiram ao Segundo Tempo no Mais Educação no ano de 2012, informando que os kits já estavam em estoque, portanto gerando um ônus não previsto, podendo exceder o valor estabelecido em contrato, descumprindo recomendações da CGU. No mesmo documento foi solicitado o envio periódico da relação de escolas adimplentes relacionadas pelo FNDE, até a relação ser concluída, o que permitiria o início efetivo da distribuição dos materiais. Foi informado ainda que as escolas já estavam entrando em contato para obter informações sobre o andamento do

Graciano

c) Em atendimento parcial ao solicitado (ausência de alguns dados das escolas, CPF e nome do Diretor e e-mail) foi enviado por meio digital pelo MEC, no dia 07/08/12, uma lista com 6.193 escolas que haviam aderido ao PST no Mais Educação, sendo que a partir deste recebimento a SNELIS começou a executar algumas ações referentes à parceria.

d) Entretanto, no dia 03/09/12, praticamente um mês depois, o MEC enviou uma nova relação de escolas, em correção à enviada anteriormente, sendo que nesta nova lista o número foi reduzido para 4.038. Desta forma, face à nova lista, seria necessário ajustar procedimentos internos para o atendimento às novas informações, de forma a evitar o envio indevido de materiais às escolas.

e) Nesse sentido, foi encaminhado o ofício CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME nº 357/2012, no dia 12/09/12, solicitando esclarecimentos acerca da redução de escolas que aderiram ao PST, considerando que já haviam sido tomadas algumas providências acerca da estruturação do Programa.

f) Não obstante às duas relações apresentadas, no dia 17/09/12, fomos informados, por ligação telefônica, de um novo quantitativo de escolas participantes - 5.177 escolas. A partir dessa informação solicitamos que a relação fosse encaminhada por e-mail, sendo que recebemos a nova lista composta de 5.146 escolas, apenas em 25/09/2012, causando diversos problemas na logística de distribuição dos kits.

g) No que tange à capacitação de monitores, o ME disponibilizou vagas para o atendimento a 8.000 monitores, os quais receberiam por meio da plataforma Moodle, orientações pedagógicas acerca dos fundamentos filosóficos e pedagógicos do Segundo Tempo, além de orientações para a aplicação de testes motores junto às crianças. No entanto, apenas 821 monitores foram capacitados, fato que aponta a inconsistência dos dados fornecidos, gerando dificuldade de acesso às escolas e aos monitores.

h) Ainda em relação à parceria ME e MEC, o MEC promoveu o IV Seminário Nacional de Educação Integral, o qual foi realizado em maio/2012 na cidade de Brasília. Neste evento, o Esporte e o Lazer não integraram, inicialmente, nenhum dos momentos de debates. Após entendimentos, o tema foi incluído no Grupo de Trabalho Educação Integral e Qualidade de Vida: Alimentação, Horta escolar, PNAE e PSE.

i) No dia 13/09/12 foi recebido um convite para participar da Reunião Técnica Nacional do Programa Escola Aberta, que seria realizada em Jaboatão dos Guararapes/PE no período de 20 a 22/09/12, para participar do Grupo de Trabalho “Intersetorialidade e Eixos Temáticos do Escola Aberta no cenário da política de Educação Integral”, a fim de colaborar com o debate sobre as atividades da área de esporte e lazer do Programa. Em anexo ao convite foram encaminhados dois documentos, quais sejam: PEA-2012 Versão Final e Mais Educação-2012 Versão Final. Constatou-se que no documento Mais Educação-2012 Versão Final não consta o PST como uma atividade do macrocampo Esporte e Lazer, e a única menção ao programa se dá em uma nota, na página 7 do documento, informando que as escolas participantes do Mais Educação em anos anteriores poderão aderir ao PST do “Ministério dos Esportes” no momento do cadastramento no SIMEC. Ademais, no que se refere aos materiais pedagógicos e esportivos de cada macrocampo, nada consta sobre as ações que são desenvolvidas pelo ME junto às escolas que aderiram ao PST (encaminhamento do material esportivo, material pedagógico).

Apud

2. Ciente das dificuldades operacionais diante da abrangência do Programa Mais Educação, que também enfrentamos em nossos sistemas, e visando aprimorar a parceria, tendo em vista o processo de adesão para 2013, conforme tratado na referida reunião, aguardamos sua manifestação apresentando justificativas e propostas para superação dos problemas citados, especialmente os relativos à base de dados e ao acesso aos monitores.
3. Esse pedido faz-se necessário tendo em vista a elaboração do Relatório de Gestão do ano de 2012 (TCA), no qual essa unidade gestora deverá apresentar justificativas a respeito dos problemas operacionais enfrentados na parceria com o MEC, bem como sinalizar quais as medidas para superação dos mesmos caso haja continuidade da política.
4. Aproveitamos para solicitar os resultados do Programa Mais Educação no ano de 2012, em especial Macrocampo Esporte e Lazer, bem como informações a respeito dos mecanismos de controle adotados pelo MEC para acompanhamento do Programa para subsidiar a elaboração dos nossos relatórios.
5. Considerando a necessidade premente de decisões conjuntas sobre o processo de adesão 2013, solicitamos ainda que seja agendada uma reunião entre as equipes técnicas, assim que esta Diretoria entender conveniente.
6. Sendo o que se apresenta no momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Gianna Lepre Perim
Diretora



Anexo 20 – Planejamento da Capacitação de Facilitadores

Espaço de acolhida e boas-vindas:

Nesse espaço os facilitadores foram acolhidos com uma mensagem de boas-vindas e puderam visualizar os objetivos pedagógicos que a capacitação se propôs a desenvolver. Além disso, disponibilizou-se três (03) principais canais de comunicação com a equipe de EAD: e-mails, telefone de apoio pedagógico e técnico e uma área geral para dúvidas, denominada de Fórum de dúvidas.

Para envio de mensagens gerais e para todos os alunos foi utilizado o Fórum de Notícias, que registra as mensagens enviadas e as encaminha também para os e-mails cadastrados no ambiente.

Programação



CAPACITAÇÃO PARA FACILITADORES

Prezados Facilitadores, sejam bem-vindos!

Almejamos com esta capacitação prepará-los para o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, sistema que servirá de apoio para o desenvolvimento da capacitação com os monitores do PST.

Desejamos um excelente trabalho a todos!
Equipe Programa Segundo Tempo

Caso haja dúvidas com relação as atividades desta capacitação ou referente às suas atribuições, faça contato com a Equipe Pedagógica através dos dados abaixo:

E-mail: psteadpedagogico@ufrgs.br
Telefone: [\(51\) 9380-3578](tel:(51)9380-3578)

Caso tenha dúvidas técnicas em relação ao uso do ambiente Moodle, lembre-se que você também pode contar com a equipe técnica de suporte.

E-mail: psteadtecnico@ufrgs.br
Telefone: [\(51\) 9380-3855](tel:(51)9380-3855)

 Fórum de notícias
 Fórum de Dúvidas

News!

 Cronograma do curso

Espaço de Acolhida e boas-vindas – Capacitação para Facilitadores

1º Tema: Atribuições dos Facilitadores

Esse tema foi disponibilizado no primeiro dia da capacitação para que pudessem compreender quais seriam as responsabilidades em relação a capacitação de monitores.

Atribuições dos Facilitadores

Período: 17/05/2012 a 19/05/2012

O papel dos facilitadores no processo de Capacitação dos Monitores do Programa Segundo Tempo será de suma importância.

Logo, relacionamos abaixo as atribuições do facilitador para o bom andamento das atividades.

Boa leitura!

Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de Apoio

 [Atribuições do facilitador](#)

1º tema

2º Tema: Funções básicas do Ambiente Moodle

Esse tema buscou tratar especificamente das funcionalidades de acesso ao ambiente, troca de senha e atualização do perfil. Logo, as principais atividades foram referentes ao entendimento sobre o acesso ao ambiente (endereço, login e senha), a importância da alteração da senha e da alteração do perfil, local onde o facilitador se identifica como uma breve descrição e com uma foto.

Funções básicas do Ambiente Moodle

Período: 17/05/2012 a 19/05/2012

Olá pessoal!

Nossa primeira atividade desta capacitação será conhecer algumas das funções do Ambiente Moodle.

Para isso, peço que estudem os materiais que disponibilizamos sobre os seguintes temas:

1. Acesso ao ambiente Moodle;
2. Alterar senha
3. Alterar perfil





Em seguida, acesse as atividades abaixo e tente realizá-las.

Bom trabalho a todos!



Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de Apoio

-  [Como acesso o curso, alterar a senha e o perfil](#)
-  [Acessando o Ambiente Virtual Moodle e seu curso](#)
-  [Alterando a sua senha](#)
-  [Alterando o perfil](#)

Atividades

-  [Altere a sua senha](#)
-  [Vamos editar o seu perfil?](#)

2º Tema – Capacitação de Facilitadores

3º Tema: Meios de Comunicação e Interação

Esse tema buscou abordar as principais ferramentas existentes no AVA Moodle que possibilitam a comunicação e a interação entre os facilitadores e equipe de EAD. As atividades referentes a esse tema teve ênfase no envio de mensagem individual, na visualização das mensagens enviadas pelo Fórum de Notícias, participação em fórum de discussão e no uso da ferramenta chat.

Meios de Comunicação e interação

Período: 19/05/2012 a 27/05/2012

Olá pessoal!

Agora, vamos conhecer os principais meios de comunicação e interação do Ambiente Moodle.

Basicamente, eles se resumem no:

- Envio de Mensagens Individuais
- Uso do Fórum de Notícias
- Uso dos Fóruns de discussão
- Chat (Bate-papo)

Estude os materiais de apoio abaixo sobre como é o funcionamento de cada um deles.





Logo após, realize as atividades correspondentes.

Qualquer dúvida estamos a disposição.





Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de Apoio

-  Enviando uma mensagem individual
-  Fórum de Notícias
-  Fórum de Discussão
-  Chat (bate-papo)

Atividades

-  Envie uma mensagem individual para um colega
-  Acesse o fórum de notícias
-  Fórum de apresentação
-  Chat (bate-papo)

3º Tema – Capacitação de Facilitadores

4º Tema: Materiais de apoio

Nesse período foram abordados os diferentes tipos de materiais de apoio que podem ser disponibilizados no AVA Moodle. O objetivo dessa etapa foi compreender como visualizar os materiais postados e os programas necessários para abri-los. Para isso, foi necessário a construção de tutoriais de apoio para auxiliar na instalação dos programas. As atividades desse tema envolveu o teste na abertura de alguns materiais, especialmente, arquivos em PDF, vídeos e links externos. Para o caso de dúvidas foi aberto um fórum de discussão para debater sobre as principais dificuldades.

Materiais de Apoio

Período: 28/05/2012 a 31/05/2012

Olá pessoal!

Os materiais de apoio darão suporte aos estudos que serão realizados pelos monitores. Por isso, é importante compreender como visualizá-los para poder auxiliar os monitores, caso necessário.

Na capacitação de monitores, teremos alguns formatos de arquivos, entre eles:

- Formato PDF
- Vídeos
- Acesso a links externos (sites de conteúdo complementar)

Contudo, para visualizar os arquivos citados acima, devemos verificar se os seguintes softwares (programas) estão instalados:

- Adobe Reader (leitor de PDF)
- K-lite Mega Codec Pack (plugins e programas de vídeo)
- Flash Player (Plugin para visualizar animações feitas em Flash)

Abaixo disponibilizamos arquivos que servem como modelo para testar a visualização dos formatos de arquivos que serão usados na capacitação.





- Exemplo de arquivo em formato PDF
- Exemplo de arquivo em formato de vídeo
- Exemplo de site com animações em flash
- Exemplo de acesso a link externo

Mesmo que tenha conseguido visualizar corretamente os arquivos acima, veja os tutoriais de como se instala os programas citados.

Bom trabalho!

Equipe Programa Segundo Tempo

Tutoriais de Instalação


-  [Como instalar um leitor de PDF](#)
-  [Como instalar um plugin de vídeo](#)
-  [Como instalar o Flash Player](#)
-  [Acessando um link externo](#)

Atividades

As atividades desse período consistem em testar o funcionamento dos materiais de apoio (disponibilizados como exemplo), assim como assistir aos tutoriais de como instalar os programas necessários para visualizar os formatos de arquivos que serão utilizados na capacitação de monitores.

Se necessário, publique no fórum abaixo suas dúvidas relacionadas a utilização e instalação dos softwares.

Bom trabalho!

 [Fórum: Utilização e Instalação de softwares](#)



Tema 4 – Capacitação de Facilitadores

5º Tema: Atividades e Notas

Nessa etapa os facilitadores tiveram a oportunidade de utilizar e testar três (03) tipos de atividades que o AVA Moodle disponibiliza: o questionário, a atividade off-line e atividade de escolha. Essas foram priorizadas, pois as mesmas foram integradas a capacitação de monitores. Além disso, foi indicado que os mesmos acessassem a área de notas, a fim de acompanhar os comentários e as avaliações realizadas nas atividades pela tutoria pedagógica.

Atividades e Notas

Período: 28/05/2012 a 31/05/2012

O Moodle possui diversos tipos de atividades que podem ser realizadas pelos alunos. Na capacitação de monitores estaremos trabalhando apenas com algumas. São elas:

- Questionário
- Atividade Off-line
- Enquete

Do mesmo modo, estará disponível outras atividades que já vimos no tópico "Meios de Comunicação e Interação".



Além das atividades é importante que o aluno (monitor) possa acompanhar seu desempenho durante o curso. Para isso, ele pode recorrer ao recurso de Notas, localizado à esquerda no curso.

Para saber mais sobre as atividades e sobre as notas, estude os materiais de apoio disponibilizados abaixo.




Bom trabalho!

Equipe Programa Segundo Tempo

Materiais de Apoio

-  Respondendo um questionário
-  Visualizando suas notas

Atividades

-  Questionário: o que você já aprendeu sobre o Moodle?
-  Atividade de Escolha
-  Atividade Offline



5º Tema – Capacitação de Facilitadores

Recuperação das atividades

Por fim, foi possibilitado aos facilitadores um período de recuperação das atividades, a fim de oportunizar a finalização das atividades, retomar atividades em atraso e, desse modo, concluir a capacitação. Nessa etapa, a equipe de tutoria pedagógica e suporte técnico continuou a disposição para atendimento.

Recuperação das atividades

Período: 01/06/2012 a 07/06/2012

Olá pessoal

Chegamos ao final de nossa capacitação!

Esperamos que você tenha aprendido um pouco sobre o Moodle.

Nosso intuito foi de apresentar as principais funcionalidades desse ambiente virtual, para que vocês possam nos auxiliar na capacitação dos monitores.

Tenho certeza que a partir de agora, estarão mais seguros em trabalhar com essa tecnologia.

Para facilitar a realização das atividades que podem estar atrasadas, estamos disponibilizando uma semana para que vocês as finalizem. Logo, o último dia para a realização das atividades será dia 31/05/2012.

Continuamos a disposição caso precisem de auxílio para finalizar as atividades, assim como para ajudá-los, se necessário, a sanar dúvidas ou dificuldades dos monitores.

Por fim, estamos muito felizes em concluir essa etapa e visualizar o quanto vocês se envolveram e se dedicaram nessa capacitação.

Desse modo, agradecemos imensamente a participação e a contribuição de todos!

Um grande abraço e até uma próxima!

Equipe Programa Segundo Tempo



Recuperação das atividades – Capacitação de Facilitadores

Anexo 21 – Planejamento da Capacitação de Monitores

Espaço de acolhida e boas-vindas:

Nesse espaço os monitores foram acolhidos com uma mensagem de boas-vindas e puderam visualizar os objetivos pedagógicos que a capacitação se propôs a desenvolver. Disponibilizou-se três (03) principais canais de comunicação com a equipe de EAD: e-mails, telefone de apoio pedagógico e técnico e uma área geral para dúvidas, denominada de Fórum de dúvidas.

Para envio de mensagens gerais para todos os alunos foi utilizado o Fórum de Notícias, que registra as mensagens enviadas e as encaminha também para os e-mails cadastrados no ambiente. Além disso, como material complementar, foram disponibilizados para download o Caderno de Apoio Pedagógico (CAP) e os livros Fundamentos do Programa Segundo Tempo (2008 e 2009).

Nesta área ainda, criou-se uma sala de chat, como um recurso opcional para promover a interação entre tutor virtual e monitor.



Segundo Tempo Ministério do Esporte

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO MAIS EDUCAÇÃO
CAPACITAÇÃO DE MONITORES

Prezados monitores, sejam bem-vindos!

O Programa Segundo Tempo é um Programa Estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria na qualidade de vida, e é desenvolvido prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Logo, essa capacitação buscará promover uma formação em nível inicial para todos os monitores do Programa Segundo Tempo no Mais Educação.

Dessa forma, desejamos a todos que essa capacitação seja uma oportunidade ímpar à todos os envolvidos nesse processo.

Att,
Equipe Programa Segundo Tempo

 Fórum de notícias
 Fórum de dúvidas
 Suporte Técnico
 Cronograma da Capacitação

Materiais de apoio:

-  Fundamentos Pedagógicos para o PST - 2008
-  Fundamentos Pedagógicos do PST: da reflexão à prática - 2009

Caderno de Apoio Pedagógico do PST:

-  Aplicações em jogos
-  Jogos de invasão
-  Movimentações e habilidades
-  Jogos de rede e de parede
-  Jogo de bater e de lançar
-  Conhecimento e compreensão de aptidão física e saúde

Acesso ao Chat Opcional:

 Chat com o seu tutor

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

 Termo de consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa



Instrumentalização no Ambiente Moodle:

A primeira etapa do curso referiu-se a aprendizagem das funcionalidades básicas do Ambiente Moodle. Foi disponibilizados diversos materiais de apoio a fim de orientar quanto ao uso das principais ferramentas que seriam utilizadas no curso. As atividades desse período foram referentes a alteração da senha inicial e do perfil, da participação em um fórum de discussão, do envio de uma mensagem individual para um colega, do acesso a área de notas e, por fim, da realização de um questionário sobre o Moodle.



Instrumentalização no Ambiente Moodle

Período: 21/05/2012 a 27/05/2012

Olá pessoal!

Iniciamos a nossa capacitação a partir da aprendizagem dos conhecimentos básicos do Ambiente Moodle, espaço virtual que dará apoio a todo o processo de capacitação.

Logo, nesta primeira semana de capacitação, o objetivo será compreender as principais funcionalidades do Ambiente Moodle.

Esta primeira fase permitirá que você desenvolva a contento as demais atividades previstas para essa capacitação.

Para isso, estude os materiais de apoio disponibilizados e realize as atividades. Você terá o período de uma semana para conduzi-las.

Lembre-se que, se houver dúvidas, faça contato com o seu tutor por meio do envio de mensagem individual ou publique-as no fórum de dúvidas, disponibilizado no início do ambiente do curso.

Bom trabalho!
Equipe Programa Segundo Tempo

Materiais de Apoio:

- Acessando o seu curso
- Alterando o seu perfil
- Alterando sua senha
- Usando o Fórum de Notícias
- Fórum de Discussão
- Participando de um chat
- Enviando uma mensagem individual
- Como responder um questionário
- Como visualizar minhas notas

Atividades:

- Alterando o perfil e senha
- Fórum de Apresentação
- Envie uma mensagem individual para um colega
- Acesse suas notas

Avaliação:

- Questionário: o que você já aprendeu sobre o Moodle?



Instrumentalização no Ambiente Moodle – Capacitação para Monitores

Para o desenvolvimento dos temas do Programa Segundo Tempo optou-se pela seguinte dinâmica:

- Disponibilização de vídeo relacionado ao tema
- Disponibilização de slides relacionado ao tema
- Atividade de reflexão ou fórum de discussão
- Questionário para avaliação do tema corrente
- Disponibilização de Materiais Complementares acerca dos temas abordados

As imagens abaixo representam a organização da Capacitação do Ambiente Moodle.

Tema 2: Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo

Período: 04/06/2012 a 10/06/2012

Olá pessoal!

O Programa Segundo Tempo tem muito a oferecer a crianças e jovens com diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade.

Por esta razão que convidamos a todos para realizar um estudo aprofundado sobre esse tema.

Para isso, assista o vídeo disponibilizado e participe do fórum de discussão.

Ao final, não esqueça de realizar a avaliação.

Qualquer dúvida seu tutor está a disposição para ajudá-lo.

Bons estudos à todos!

Equipe Programa Segundo Tempo



Material de apoio:

- Vídeo: Questões da Deficiência e as Ações no PST
- Slides: tema 2

Atividades:

- Fórum de discussão: questões para reflexão

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 2

→ Saiba Mais:

- Liga Brasileira de Epilepsia
- Distrofia Muscular
- Amputações
- Lesão Medular
- Síndrome de Rett
- Síndrome do X Frágil
- Síndrome de Turner
- Rede de Informações sobre Deficiências

Tema 3: Desenvolvimento e aprendizagem motora: aspectos relacionados à prática

Período: 11/06/2012 a 17/06/2012

O esporte, no Programa Segundo Tempo, é trabalhado em uma perspectiva educacional, no sentido de oportunizar que as crianças vivenciem-no estimulando a aprendizagem de habilidades motoras, bem como o desenvolvimento global dos participantes.

Sob esse aspecto, disponibilizamos um vídeo que trata sobre o tema "Desenvolvimento e Aprendizagem motora: aspectos relacionados a prática".

Logo, assistam ao vídeo e participe do fórum de discussão.

Ao final, não esqueçam de realizar a avaliação.

Bom trabalho!

Equipe Programa Segundo Tempo



Material de apoio:

- Vídeo: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora - Parte 1
- Vídeo: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora - Parte 2
- Vídeo: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora - Parte 3
- Slides: tema 3

Atividades:

- Fórum de discussão: questões para a reflexão

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 3

→ Saiba Mais:

- Efeito do número de demonstrações na aquisição de uma habilidade motora: um estudo exploratório
- Estudio de las variables de participación del alumnado durante el proceso de enseñanza-aprendizaje
- Educação física na educação infantil: influência de um programa de aprendizagem e desenvolvimento de conteúdos conceituais e procedimentais

Tema 4: Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural

Período: 11/06/2012 a 17/06/2012

Olá pessoal!

Nas últimas décadas, tem crescido consideravelmente a preocupação com as práticas de lazer da população. Cada vez mais o assunto tem se tornado motivação para a elaboração de políticas, programas e projetos.

Logo, para tratar desse assunto, disponibilizamos dois vídeos relacionados. Por isso, assistam aos vídeos e, se preferirem, estudem os slides.

Caso queiram saber mais sobre o assunto, consultem a bibliografia indicada abaixo do item "Saiba Mais".




Por fim, realizem a atividade de reflexão e a avaliação sobre esse tema.

Qualquer dúvida, façam contato com o seu tutor.

Bom trabalho!

Equipe Programa Segundo Tempo

Material de apoio:

-  Vídeo: PST - O debate sobre o lazer - Parte 1
-  Vídeo: PST - O debate sobre o lazer - Parte 2
-  Slides: tema 4

Atividades:

-  Reflita sobre o tema

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 4

→ Saiba Mais:

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond; MELO, Victor Andrade de; BRETAS, Angela (Org.). **Lazer e cidade**. Rio de Janeiro: Shape, 2008.
CAMARGO, Luiz Otávio Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
DUMAZÉDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.
MARCELLINO, Néelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas setoriais do lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.
MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Uma introdução aos estudos do lazer**. São Paulo: Manole, 2003.
MELO, Victor de Andrade de. **Animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papyrus, 2006.
WERNECK, Christiane; ISAYAMA, Hélder. **Lazer e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.



Tema 5: Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo

Período: 18/06/2012 a 24/06/2012

Olá pessoal!

Estamos dando início a mais tema em nossa capacitação.

Da mesma forma como nos demais temas trabalhados, disponibilizamos para vocês um vídeo sobre o assunto.

Além disso, nessa etapa consta duas atividades e uma avaliação para serem realizadas. A primeira atividade consiste na reflexão sobre uma pergunta norteadora e a segunda, trata-se de uma enquete sobre a sua formação acadêmica.

Por fim, não esqueçam de realizar a avaliação.

Um ótimo trabalho a todos!



Qualquer dúvida, faça contato com o seu tutor.

Equipe Programa Segundo Tempo

Material de apoio:

-  Vídeo: Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no PST - Parte 1
-  Vídeo: Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no PST - Parte 2
-  Vídeo: Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no PST - Parte 3
-  Slides: tema 5




Atividades:

-  Reflita sobre o tema
-  Qual é a sua formação?

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 5

→ Saiba Mais:

-  A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física
-  A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos
-  Diferentes modelos de ensino de jogos esportivos na educação física escolar



Tema 6: Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo

Período: 18/06/2012 a 24/06/2012

Olá pessoal!

O tema desse período de atividade envolve o estudo sobre o planejamento, em especial o que acontece no Programa Segundo Tempo. Para conhecer melhor o assunto, assista o vídeo relacionado que foi disponibilizado nessa seção. Para complementar os estudos sobre esse tema, participe do debate no discussão de discussão. Por fim, não esqueça de realizar a avaliação.

Bom trabalho a todos!
Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de apoio:

- Vídeo: Planejamento do PST: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo
- Slides: tema 6

Atividades:

- Fórum de discussão

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 6

→ Saiba Mais:

- Planejamento participativo e o ensino da educação física no 2º grau
- Construindo castelos de areia

Tema 7: Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo

Período: 25/06/2012 a 01/07/2012

Olá pessoal!

Nessa semana vamos discutir sobre as questões metodológicas que devem/podem ser adotadas no Programa Segundo Tempo.

Para isso, disponibilizamos os vídeos sobre o assunto e uma atividade de reflexão, que vem de encontro ao propósito de nossa discussão.

Além disso, há materiais complementares na seção "Saiba Mais" para aprofundamento do tema e uma avaliação em formato de questionário.

Qualquer dúvida, não esqueçam de consultar o seu tutor.

Um ótimo trabalho a todos!
Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de apoio:

- Vídeo: Procedimentos Metodológicos para o PST - Parte 1
- Vídeo: Procedimentos Metodológicos para o PST - Parte 2
- Vídeo: Procedimentos Metodológicos para o PST - Parte 3
- Slides: tema 7

Atividades:

- Reflita sobre o tema

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 7

→ Saiba Mais:

- Esporte na escola e esporte de rendimento
- A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas
- As percepções e os significados para os estagiários de Educação Física em relação à indisciplina na escola

Tema 8: Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade

Período: 25/06/2012 a 01/07/2012

Olá pessoal!

Ainda nesse mesmo período, vamos falar sobre Corpo, Gênero e Sexualidade, um tema de grande relevância para o Programa Segundo Tempo.

Do mesmo modo, assistam os vídeos disponibilizados e participe do fórum de discussão.

Por fim, não esqueçam de realizar a avaliação desta temática.

Um ótimo trabalho a todos!

Equipe Programa Segundo Tempo



Material de apoio:

- Vídeo: Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade - Parte 1
- Vídeo: Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade - Parte 2
- Slides: tema 8

Atividades:

- Fórum: discussões sobre o tema
- Diário: registre aqui sua caminhada

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 8

→ Saiba Mais:

- Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico
- Influências da cultura escolar no desenvolvimento de propostas co-educativas em aulas de educação física
- Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos

Tema 9: Projeto Esporte Brasil - PROESP

Período: 02/07/2012 a 08/07/2012

Olá pessoal!

Estamos iniciando a nossa última semana de atividades. Os temas 9 e 10 encerram os estudos previstos para essa capacitação.

Sobre o tema 9 (PROESP) disponibilizamos um vídeo e materiais complementares no item "Saiba Mais".

Solicitamos a todos que registrem na atividade de diário as suas aprendizagens ao longo dessa capacitação. Queremos saber qual foi a contribuição dessa capacitação para a sua vida profissional e no contexto das atividades do Programa Segundo Tempo.

Por fim, não esqueçam de realizar a avaliação.

Um ótimo trabalho a todos!

Equipe Programa Segundo Tempo



Material de apoio:

- Vídeo: PROESP
- Slides: tema 9

Atividades:

- Diário: registre aqui suas impressões

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 9

→ Saiba Mais:

- Site do PROESP
- Testes do PROESP
- Bateria de Testes

Tema 10: Caderno de Apoio Pedagógico (CAP)

Período: 02/07/2012 a 08/07/2012

Olá pessoal!

O tema 10 (Caderno de Apoio Pedagógico) é o último assunto que trabalharemos nessa capacitação. Trata-se de um tema bem importante que vai trazer muitas orientações quanto as atividades que podem ser desenvolvidas no Programa Segundo Tempo.

A atividade dessa semana consiste na avaliação dessa capacitação. Para isso, disponibilizamos um formulário para que vocês possam avaliar diversos aspectos, tanto organizacionais quanto pedagógicos. A contribuição de vocês é muito importante para que possamos avaliar essa primeira experiência em EAD e aprimorarmos as próximas edições desse curso.

Por fim, não esqueçam de realizar a avaliação.

Um ótimo trabalho a todos!
Equipe Programa Segundo Tempo



Materiais de apoio:

-  Vídeo: Caderno de Apoio Pedagógico (CAP) - Parte 1
-  Vídeo: Caderno de Apoio Pedagógico (CAP) - Parte 2
-  Slides: tema 10







Atividades:

-  Avaliação - Capacitação de Monitores

Avaliação:

- Avaliação dos estudos relacionados ao tema 10

→ Saiba Mais:

-  Aplicações em jogos
-  Jogos de invasão
-  Movimentações e habilidades
-  Jogos de rede e de parede
-  Jogo de bater e de lançar
-  Conhecimento e compreensão de aptidão física e saúde

Período de Recuperação das atividades

Após a finalização da capacitação foi disponibilizado ainda um período para a recuperação das atividades que não atingiram a média (6,0) ou para finalizar atividades pendentes. Por fim, também foi solicitada aos monitores a expressão de opinião no que se refere ao processo de capacitação como um todo. Para isso, eles foram convidados a preencherem um formulário online (em anexo).

Período de Recuperação das atividades

Período: 09/07/2012 a 22/07/2012

Olá pessoal!

Chegamos ao final da nossa capacitação.

Para nós, foi uma grande satisfação acolhê-los. Esperamos que tenham aproveitado essa oportunidade para aprimorar os seus conhecimentos no contexto do esporte educacional, mas principalmente para vislumbrar possibilidades de trabalho no Programa Segundo Tempo.

Para os que ainda não conseguiram concluir as atividades ou que gostariam de refazê-las é possível colocá-las em dia a partir de hoje (09/07/2012), data oficial que tem início o período de recuperação.

Lembramos que os tutores continuam a disposição, nesse período, caso tenham dúvidas, ok?

Aproveitamos para reforçar a importância da sua avaliação em relação a essa capacitação através do formulário correspondente disponibilizado no tema 10. Abaixo, encontra-se o link novamente para você participar, caso ainda não tenha feito.

Para os que concluem hoje essa capacitação, desejamos muito sucesso em seus trabalhos e agradecemos imensamente a participação de todos!

Um grande abraço e até a próxima oportunidade!
Equipe Programa Segundo Tempo



Atividades:

-  Avaliação - Capacitação de Monitores

Período de Recuperação das atividades – Capacitação de Monitores

Avaliação – Capacitação de Monitores

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

Prezados Monitores

Estamos concluindo as atividades nessa capacitação. Para nós, foi um prazer trabalhar com todos. Esperamos que essa capacitação venha contribuir muito com as suas atividades no Programa Segundo Tempo e em suas vidas profissionais.

Gostaríamos de contar com a sua avaliação sobre as atividades desenvolvidas. Por isso, disponibilizamos algumas questões para que você possa avaliar. Assim, poderemos aprimorar essa capacitação para as próximas edições. Contamos com a sua colaboração.

Um grande abraço a todos e até a próxima oportunidade!
Equipe Programa Segundo Tempo

* Required

Quanto ao conteúdo: para você, os temas apresentaram qual nível de complexidade? *

- Fácil
- Intermediário
- Difícil

Quanto ao conteúdo: o tempo foi suficiente para estudar todos os temas? *

- Sim
- Não

[Continue »](#)

Powered by [Google Docs](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

* Required

Quanto as atividades: para você, as atividades apresentaram qual nível de entendimento? *

- Fácil
- Intermediário
- Difícil

Quanto as atividades: para você, o tempo foi suficiente para o desenvolvimento das atividades e avaliações? *

- Sim
- Não

[« Back](#) [Continue »](#)

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

* Required

Quanto ao acompanhamento do tutor: como você avalia a interação entre tutor/monitor? *

- Foi fraca. Quase não interagi com o tutor
- Foi intermediária. Conversei pouco com o meu tutor
- Foi boa. Sempre houve interação.
- Foi excelente. Debates sobre os temas e dúvidas

Quanto ao acompanhamento do tutor: como você avalia o retorno em relação as suas dúvidas? *

- O retorno demorou e não houve clareza na mensagem
- O retorno demorou, porém a explicação foi suficiente para sanar a minha dúvida
- O retorno foi rápido, porém não houve clareza na mensagem
- O retorno foi rápido e a mensagem foi suficiente para sanar a minha dúvida

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

* Required

Quanto ao sistema Moodle: como você avalia o nível de complexidade com relação a utilização do sistema? *

- Fácil
- Intermediária
- Difícil

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

* Required

Quanto a sua aprendizagem: como você avalia a contribuição dessa capacitação para a sua vida profissional? *

- Irrelevante
- Razoável
- Ótima
- Excelente

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

* Required

Quanto ao suporte técnico: como você avalia o atendimento do suporte técnico? *

- Demorou para responder e não houve clareza na mensagem
- Demorou para responder, porém a explicação foi suficiente para resolver o meu problema
- O retorno foi rápido, porém não houve clareza na mensagem
- O retorno foi rápido e a mensagem foi esclarecedora para resolver o meu problema

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Avaliação - Capacitação de Monitores do PST

A equipe do Programa Segundo Tempo agradece a sua colaboração!

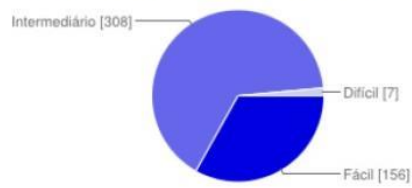
Clique no botão "Enviar" ou "Submit" para gravar as suas respostas!

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

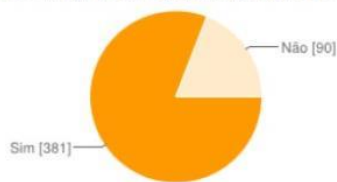
Resultados da Avaliação da Capacitação de Monitores

Quanto ao conteúdo: para você, os temas apresentaram qual nível de complexidade?



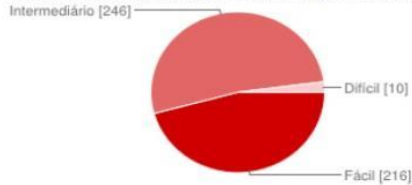
Fácil	156	33%
Intermediário	308	65%
Difícil	7	1%

Quanto ao conteúdo: o tempo foi suficiente para estudar todos os temas?



Sim	381	81%
Não	90	19%

Quanto as atividades: para você, as atividades apresentaram qual nível de entendimento?



Fácil	216	46%
Intermediário	246	52%
Difícil	10	2%

Quanto as atividades: para você, o tempo foi suficiente para o desenvolvimento das atividades e avaliações?



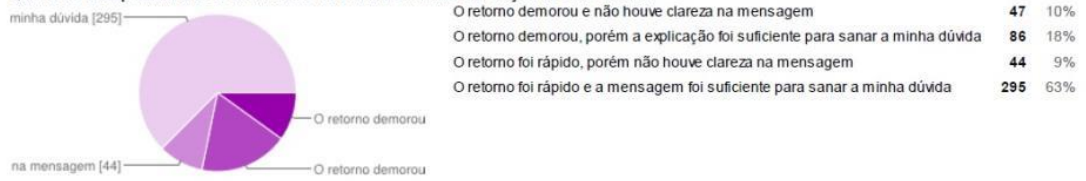
Sim	383	81%
Não	89	19%

Quanto ao acompanhamento do tutor: como você avalia a interação entre tutor/monitor?

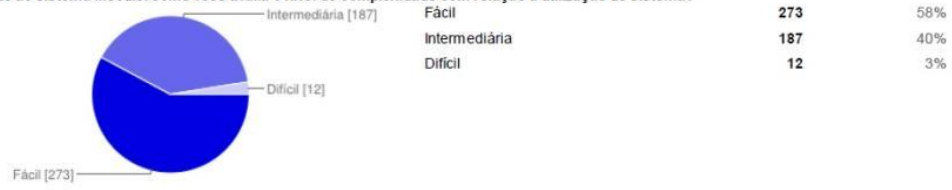


Foi fraca. Quase não interagi com o tutor	101	21%
Foi intermediária. Conversei pouco com o meu tutor	174	37%
Foi boa. Sempre houve interação.	135	29%
Foi excelente. Debates sobre os temas e dúvidas	62	13%

Quanto ao acompanhamento do tutor: como você avalia o retorno em relação as suas dúvidas?



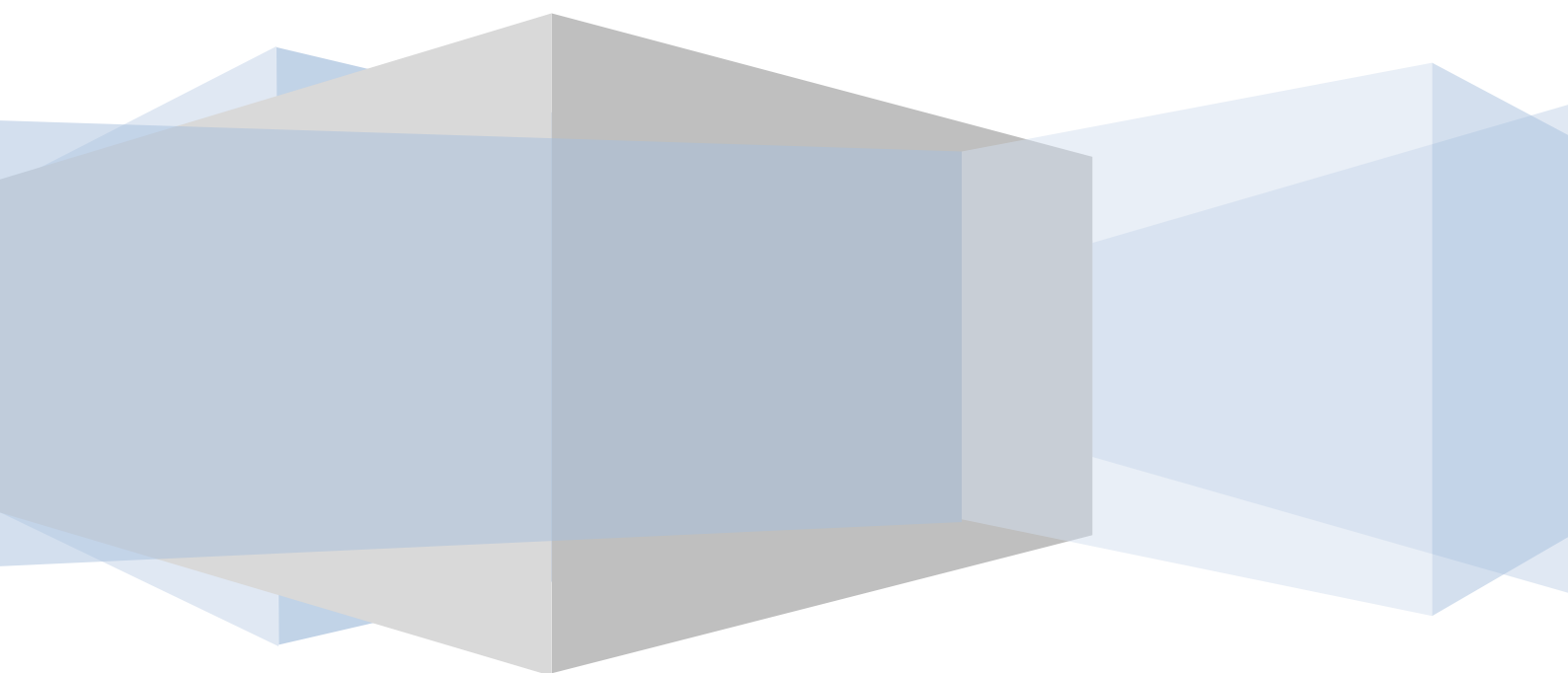
Quanto ao sistema Moodle: como você avalia o nível de complexidade com relação a utilização do sistema?



Anexo 22 – Relatório de Acompanhamento do PST na Escola – 2012

Ministério do Esporte
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

**Relatório de Acompanhamento do PST
na Escola - 2012**



INTRODUÇÃO

No ano de 2012, o Programa Segundo Tempo (PST), como uma atividade do Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação, esteve presente em 4.642 escolas municipais e estaduais adimplentes. Uma das responsabilidades do Ministério do Esporte, estabelecida na parceria com Ministério da Educação, foi o acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas por meio de visita *in loco* pelo PST, por meio das Equipes Colaboradoras (ECs).

Assim como acontece no PST padrão, a visita *in loco* do PST na Escola é realizada em 5% das escolas, dessa forma, considerando o número de adesão à atividade PST no Mais Educação em 2012 (5.137 confirmadas à época) o quantitativo a ser visitado deveria ser de 257 escolas. No entanto, em alguns casos não foi possível realizar a visita devido à falta de contato ou ao encerramento das atividades do PST, detectados por telefone antes da visita das ECs.

Sendo assim, em novembro de 2012 as ECs estiveram presentes em 186 escolas (4% das escolas adimplentes atendidas pelo PST no Mais Educação). A distribuição do quantitativo de escolas por EC foi a seguinte:

Equipe Colaboradora	Quantitativo
1	14 escolas
3	13 escolas
5	9 escolas
6	14 escolas
7	3 escolas
8	12 escolas
9	9 escolas
11	14 escolas
13	5 escolas
14	5 escolas
15	3 escolas
17	3 escolas
18	18 escolas
20	19 escolas
21	3 escolas
22	11 escolas
23	15 escolas
25	16 escolas
TOTAL	186 Escolas Visitadas

Quadro 1 – Quantitativo total de escolas visitadas e por Equipe Colaboradora.

Por meio da visita, as ECs detectaram que o PST está sendo desenvolvido em 163 escolas (88%), em 21 escolas (11%) não está em desenvolvimento (porém, em algumas foi possível coletar dados) e em 2 escolas não havia ninguém na escola no dia da visita para receber a equipe do PST.

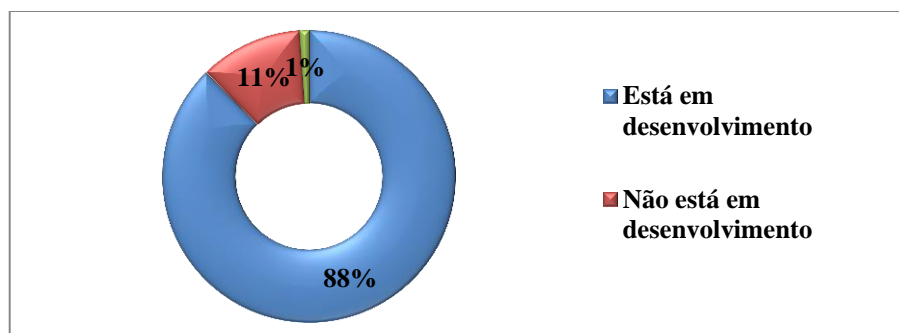


Figura 1 – Situação das escolas visitadas.

Das 186 escolas visitadas 8 delas não foram coletados dados pelos seguintes motivos: escola vazia no dia da visita; escola sem PST; escola que não havia pessoa apta para responder ao questionário. Assim, os resultados apresentados partem de um quantitativo de 178 escolas (número representa 3,4% das escolas que temo PST no Mais Educação) com dados coletados totalmente ou parcialmente, isto porque algumas haviam desenvolvido o PST em anos anteriores e outras não souberam responder todo o questionário por falta de conhecimento do programa.

Dentre as escolas que não estão em desenvolvimento as causas apresentadas foram: o Programa Mais Educação está parado na escola; receberam o material do PST, mas nunca realizaram as atividades; a coordenação orientou que por ser escola rural não precisaria seguir as orientações do PST; receberam material, mas não aderiram ao PST; as atividades do Mais Educação e do PST estão paradas por falta de merenda.

1. DADOS GERAIS

1.1 Esfera (Municipal ou Estadual)

Dentre as 186 escolas visitadas, 20 delas (11%) eram estaduais e 166 (89%) municipais. A figura abaixo ilustra essa proporção.

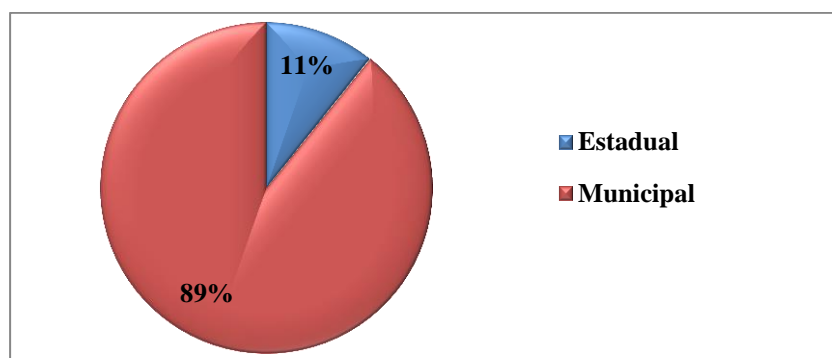


Figura 2 – Esfera das escolas visitadas.

1.2 Localização das escolas visitadas

Das 186 escolas visitadas, a maior parte das escolas estava localizada no Estado do Rio de Janeiro (16%), seguido dos Estados do Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo (10% cada Estado).

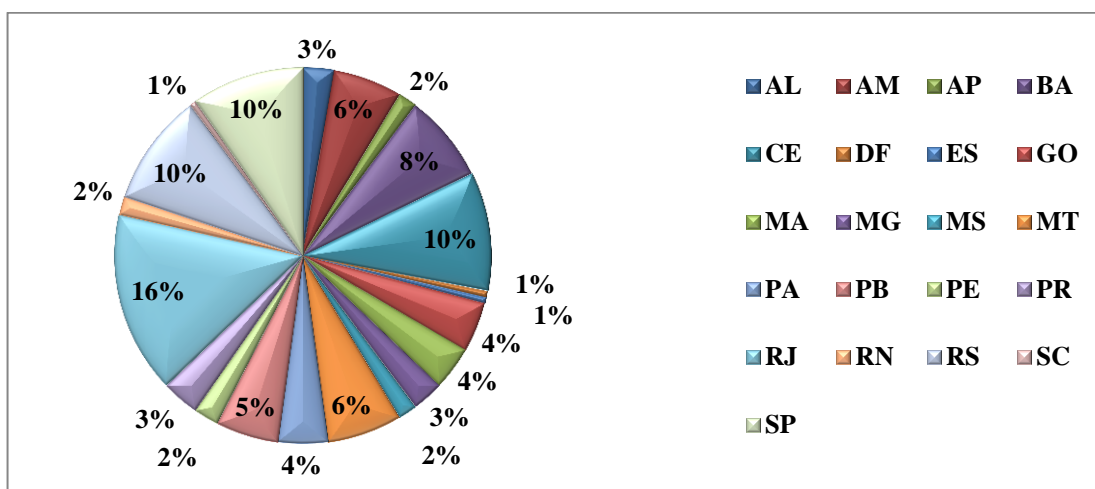


Figura 3 – Distribuição das escolas visitadas por Estado brasileiro.

1.3 Quantidade de alunos na escola, no Programa Mais Educação, no PST e quantidade de monitores

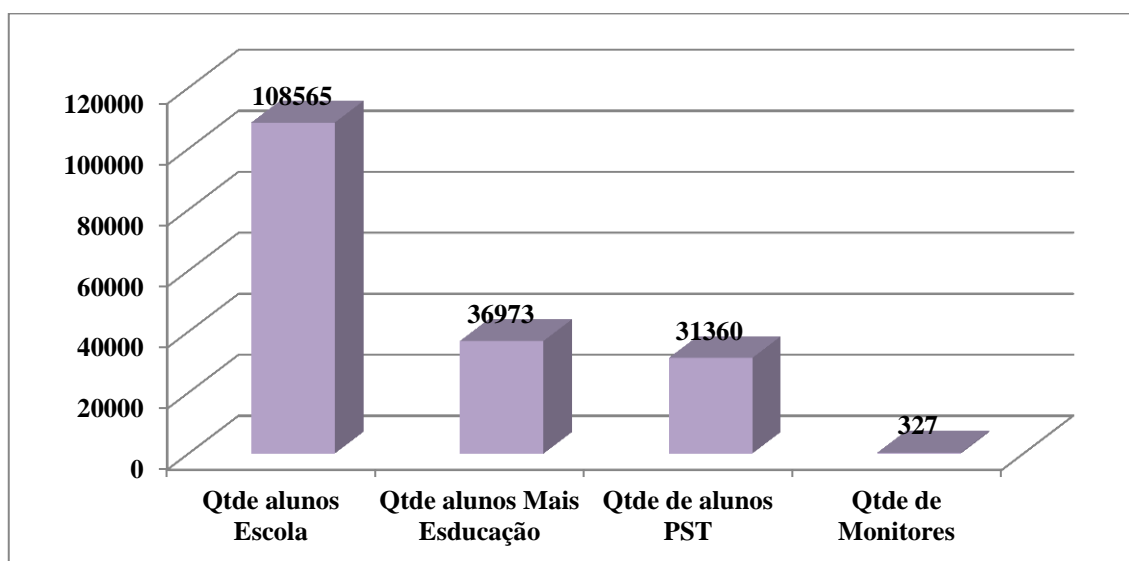


Figura 4 – Quantidade de alunos das escolas visitadas, quantidade de alunos do Mais Educação e do PST e quantidade de Monitores do PST.

Quanto ao quantitativo de alunos da escola e que participam do Mais Educação e do PST, foi verificado que o Mais Educação atende 34,1% (36.973) dos 108.565 alunos matriculados nas escolas e o PST atende 84,8% (31.360 alunos) dos 36.973 alunos que participam do Mais Educação.

Quanto aos monitores do PST há 327, sendo assim, há em média 2 monitores por escola, sendo que cada um atende em média 95 alunos. Vale salientar que dentre as escolas visitadas uma não soube informar a quantidade de alunos da escola, duas não souberam informar a quantidade de alunos do Mais Educação e três não souberam informar a quantidade de alunos do PST.

2. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

2.1 Anos de desenvolvimento do Programa Segundo Tempo nas escolas do Programa Mais Educação

Sobre a implantação do PST nas escolas o gráfico abaixo mostra os resultados para as escolas que estão em desenvolvimento e que também já fizeram parte do PST anteriormente, ou que estão paradas com os programas. Assim, partindo do quantitativo de 178 escolas, a implantação do PST no Mais Educação se apresentou da seguinte forma:

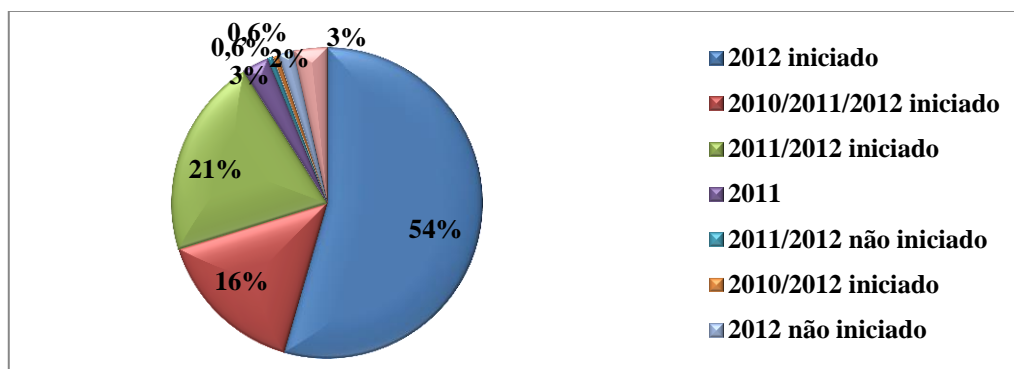


Figura 5 – Anos de desenvolvimento do PST nas escolas do Mais Educação.

A maioria das escolas aderiu ao PST no ano de 2012 e está com as atividades iniciadas (54,5%). Posteriormente, estão aquelas escolas que aderiram em 2011 e 2012 (20,8%) e as que estão no PST desde 2010 (15,7%).

2.2 A seleção dos alunos para participarem do PST no Mais Educação

A figura 6 abaixo apresenta a forma de seleção dos alunos para participarem do PST no Mais Educação. O quantitativo de respostas soma 225, pois algumas escolas responderam a este questionamento em combinação. Assim na maior parte (129 frequências) das escolas, os alunos selecionados para participarem do Mais Educação são os mesmos que participam de todos os macrocampos do programa. Outras formas também são utilizadas: adesão voluntária, por nível de habilidade esportiva por ano escolar e outros critérios.

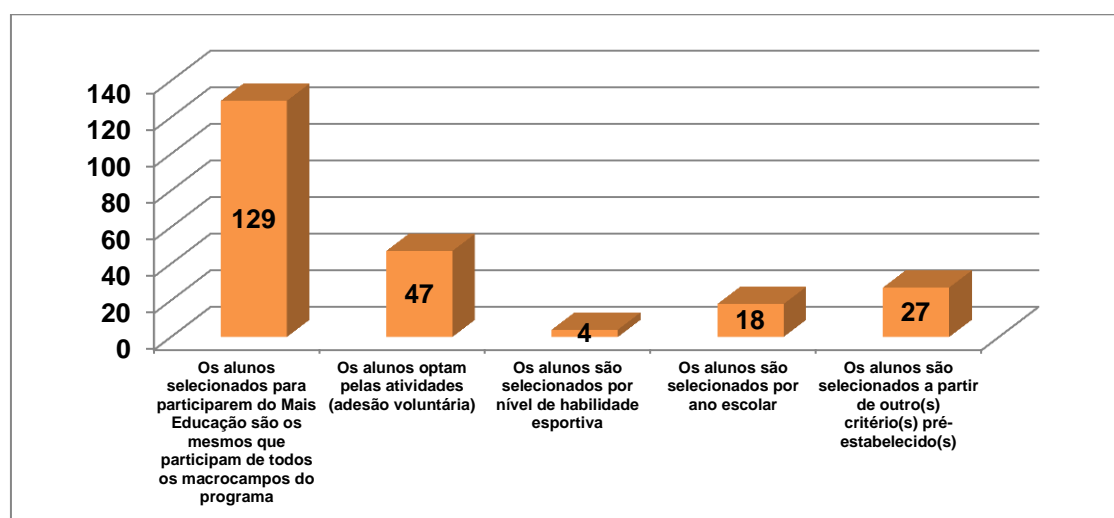


Figura 6 – Formas de seleção dos alunos para participarem do PST no Mais Educação.

Dentre os outros critérios pré-estabelecidos para a seleção dos alunos que foram apontados pela escola estão:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Selecionam alunos da escola com boas notas/resultados	2
2	Selecionam por idade, a partir de 8 a 10 anos	1
3	Selecionam por idade e mediante a autorização dos pais	1
4	Selecionam primeiro os alunos em risco de vulnerabilidade social, posteriormente os alunos que têm mais habilidade e que se interessam em participar das atividades	1
5	Como a escola é de zona rural, o transporte coletivo funciona apenas no período da manhã. Assim selecionam os alunos os quais os pais têm condições de buscar no período da tarde.	1
6	Selecionam alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem na escola	9
7	Não há atividade no contra turno. Os alunos que estão em horário vago ou quando há falta de professor participam das atividades. Não há turmas estruturadas	1
8	Selecionam todos os alunos do ensino fundamental	2
9	Solicitação da família e adesão própria	1
10	Selecionam alunos em situação de risco social	3
11	Selecionam os alunos do Programa Bolsa Família	3
12	Os professores de classe selecionam os alunos que, segundo critérios da escola, necessitam deste tipo de trabalho	

Quadro 2 – Formas de seleção dos alunos para participarem do PST no Mais Educação.

3. MATERIAIS ESPORTIVOS E PEDAGÓGICOS

3.1 Kits de materiais esportivos e didático-pedagógicos

Os kits de materiais esportivos e de materiais didático-pedagógicos (Livros e DVDs) foram encaminhados às escolas para dar subsídio teórico e de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades do PST. As respostas também foram dadas em combinação pelas escolas. A figura 7 mostra o quantitativo de escolas e os materiais que foram recebidos.

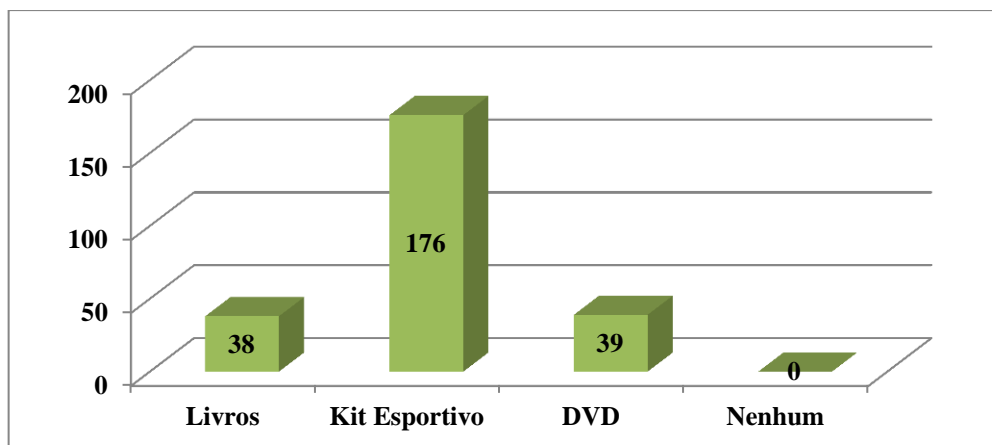


Figura 7 – Quantidade de escolas que receberam kit esportivo e didático-pedagógico.

Percebe-se que a maioria das escolas visitadas recebeu o kit de material esportivo. Contudo, os materiais didático-pedagógicos ainda não estão na escola. Vale destacar que estes materiais também se encontram disponíveis no formato digital e é de livre acesso.

4. OS MONITORES DO PST

4.1 Quantidade de monitores responsáveis pelas atividades do PST na escola e seu grau de instrução

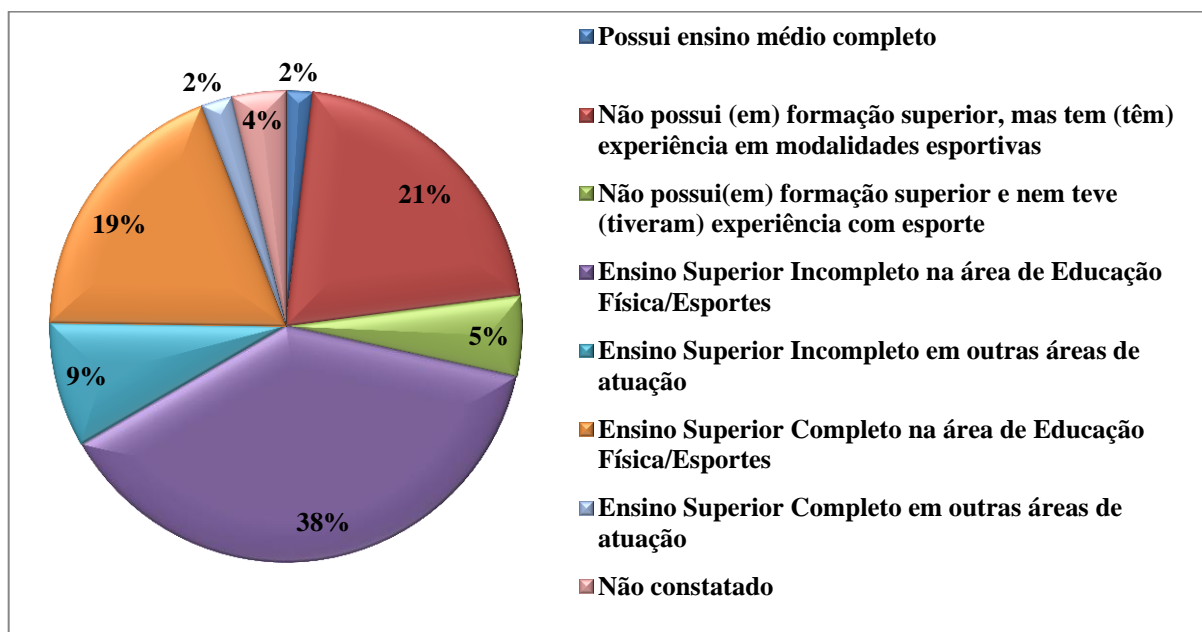


Figura 8 – Informe a quantidade de monitores responsáveis pelo PST na Escola, bem como seu grau de instrução

Como se pode notar no gráfico da figura 8, a maioria (56%; 191 monitores) dos monitores que atuam no PST na escola são acadêmicos ou profissionais formados na área de educação física. Além desses, 27% (89 monitores) não tem formação superior, e destes apenas 6% (20 monitores) não possuem experiência com esporte.

Os que estão em formação ou que já possuem formação somam 11% (38 monitores), 4% (6 monitores) possuem ensino médio e 4% (12 monitores) não foi possível constatar.

Dentre aquelas escolas que não tinham monitor da área de educação física/esportes, foi questionado quais eram os motivos. A figura 9 abaixo mostra as respostas que foram apresentadas por 85 escolas, as quais apresentaram os motivos em combinação de respostas, somando uma frequência de 134 respostas.

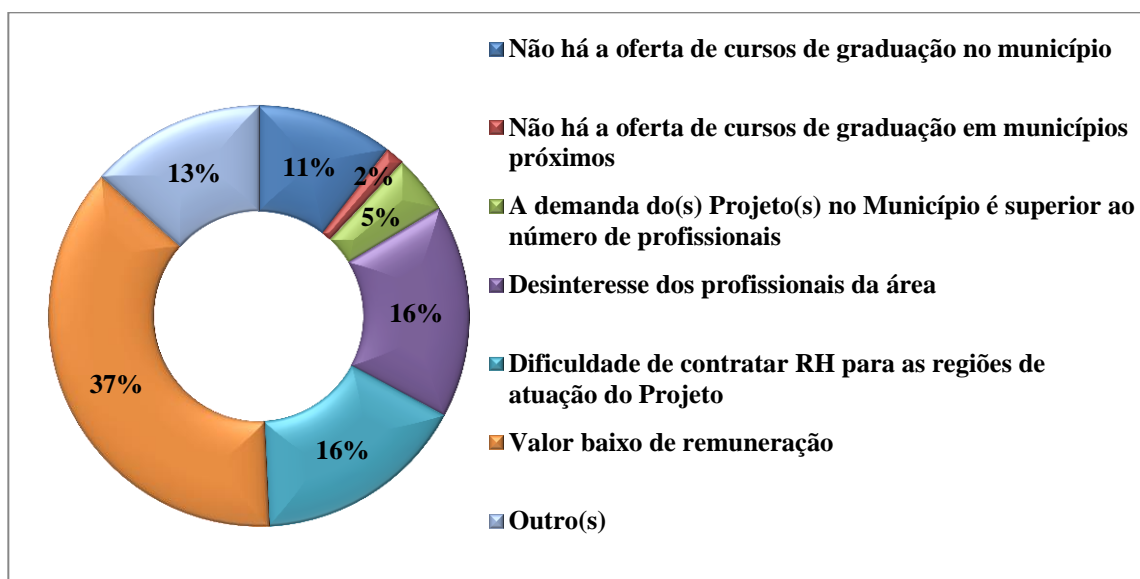


Figura 9 - Na hipótese dos monitores não possuírem a qualificação em educação física, qual o motivo?

Como observado no gráfico acima, o motivo principal apresentado pelas escolas é do de *Valor baixo de remuneração* na área da Educação Física (37%). Seguido do desinteresse dos profissionais da área e da dificuldade de contratar RH para as regiões de atuação do Projeto (16% para cada). 13% alegaram que não há oferta de cursos de graduação nos municípios onde acontecem as atividade e em municípios próximos, 5% aponta que a demanda do Projeto no município é superior ao número de profissionais e 13% afirmaram que os motivos são outros, dentre eles algumas escolas descreveram:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	A Indicação dos RH é feita pelo Gestor Público Municipal, e sempre segue o critério político	5
2	A cidade não apresenta muitos estudantes de educação física	2
3	Orientação da coordenação geral para a contratação de pessoas da própria comunidade	1
4	Interesse na escola pelo monitor contratado	1
5	A monitora é terceirizada e trabalha com serviços gerais na escola	1
6	Dificuldade de acesso ao complexo onde funciona a escola; falta de linhas regulares de ônibus	1
7	Houve troca de monitores no período da capacitação	1
8	Contrataram por opção para outras áreas	1
9	Os monitores têm pouca condição financeira para fazer uma faculdade	1

Quadro 3 – Outros motivos da não contratação de monitores da área da educação física

5. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Neste tópico, algumas escolas (do total de 178) não responderam a todas às questões, pois não tinham conhecimento sobre o desenvolvimento do programa e/ou não estavam em desenvolvimento no momento da visita, outras questões não foram possíveis de observar por falta de atividade no momento da visita, para essas questões estabelecemos como resposta “Não constatado”. Segue abaixo os questionamentos sobre o Planejamento e Desenvolvimento das atividades.

5.1 A frequência de atendimento dos alunos está de acordo com a proposta do Segundo Tempo na Escola?

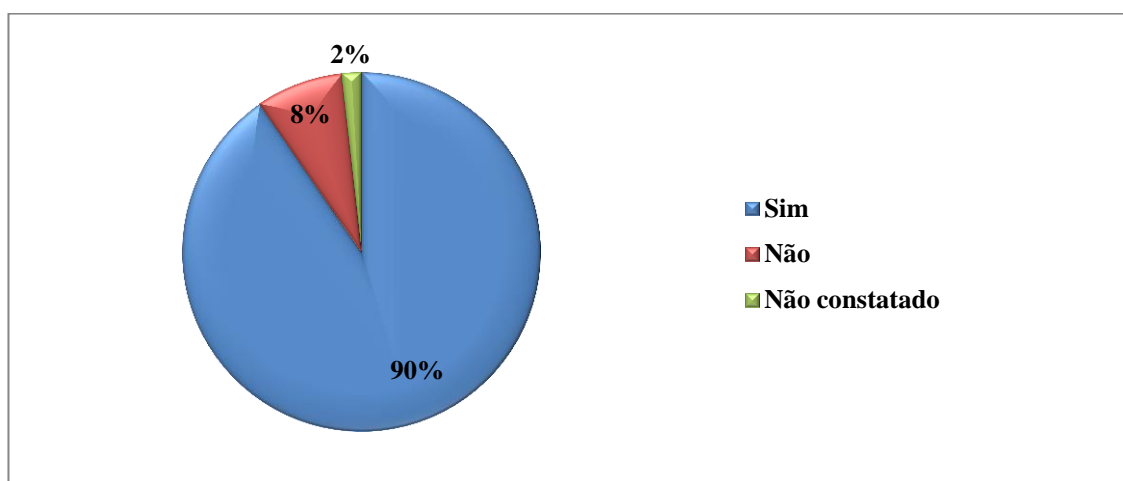


Figura 10 – Porcentagem de escolas que oferecem as atividades do PST de acordo com a proposta de frequência semanal.

Como podemos notar na figura 10, 90% das escolas (161 escolas) está oferecendo as atividades do PST por duas vezes na semana aos alunos e 8% (14 escolas) não têm respeitado essa frequência.

5.2 A carga horária está de acordo com a proposta do Segundo Tempo na Escola?

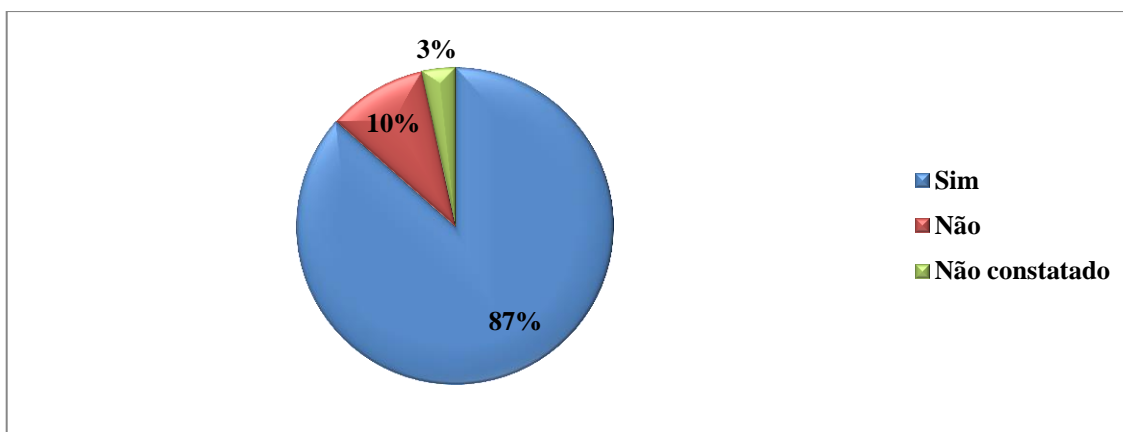


Figura 11 - Porcentagem de escolas que oferecem as atividades do PST de acordo com a proposta de carga horária semanal.

Como podemos notar no gráfico acima 87% das escolas (154 escolas) estão oferecendo as atividades do PST respeitando as duas horas semanais por turma e 10% (18 escolas) não têm seguido essa carga horária.

5.3 Presença de grade horária para as atividades do Mais Educação e para as atividades do Segundo Tempo na Escola

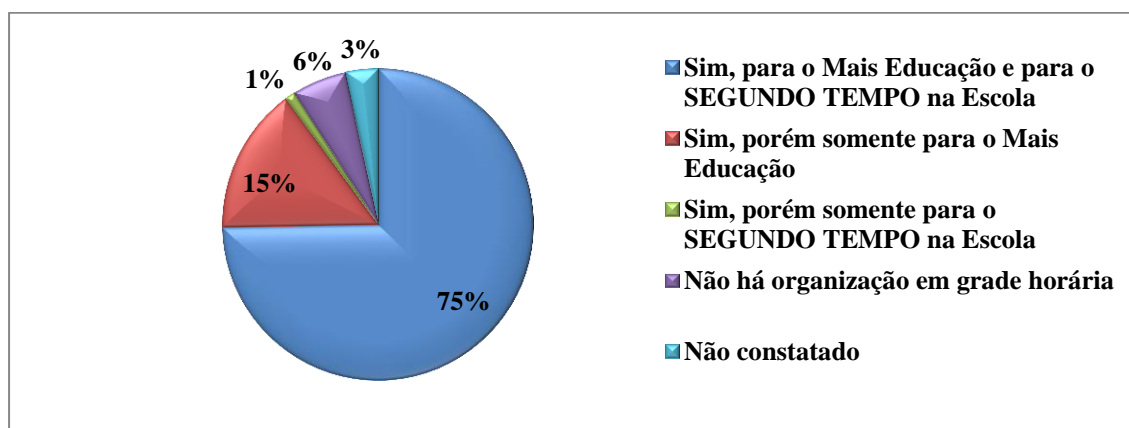


Figura 12 – A presença da grade horária para as atividades do PST e do Mais Educação

Como mostra a figura 12, 75% (133 escolas) organizaram as atividades do Mais Educação e do PST em grades horárias, 15% das escolas (27) somente para o Mais Educação, 1% (2) somente para o PST e 6% (10) não organizam as atividades em grades horárias.

5.4 Como estão sendo desenvolvidas as atividades do PST na escola

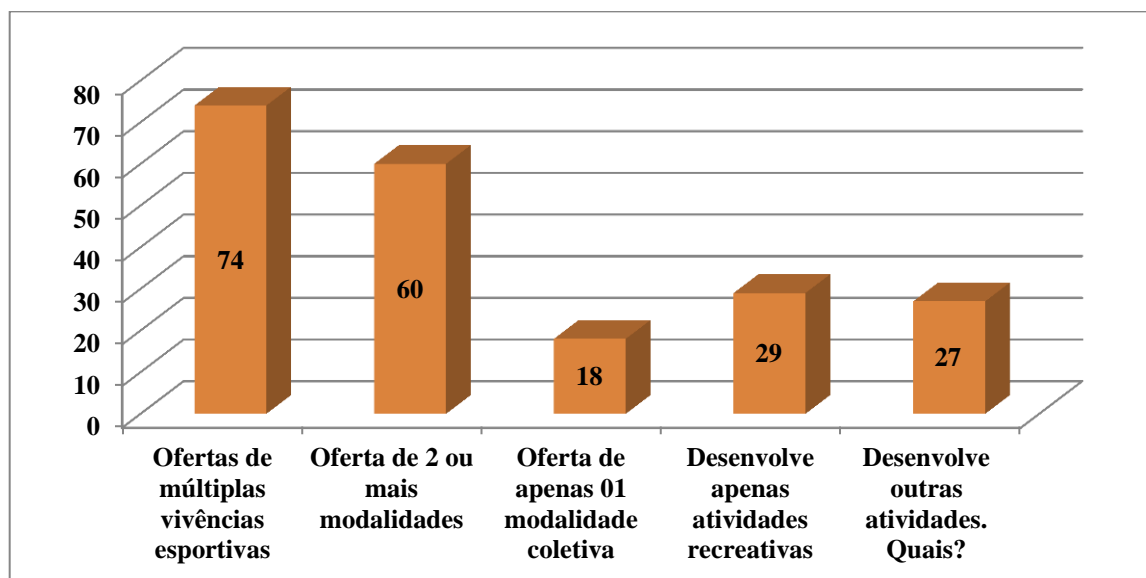


Figura 13 – Forma de desenvolvimento das atividades do PST na Escola.

Neste questionamento apenas 169 escolas responderam, as outras 9 escolas não souberam informar. Vale salientar que as respostas acima foram dadas em combinação por isso o número ultrapassa a quantidade de escolas. Como podemos notar a maioria das escolas oferecem as múltiplas vivências ou 2 ou mais modalidades esportivas.

5.5 Modalidades esportivas coletivas e individuais oferecidas pela escola

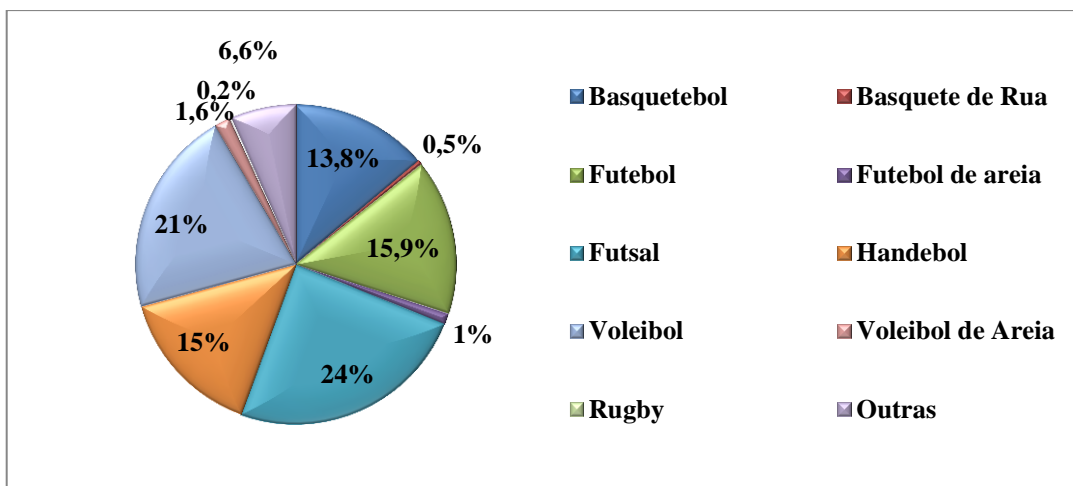


Figura 14 – Modalidades esportivas coletivas oferecidas

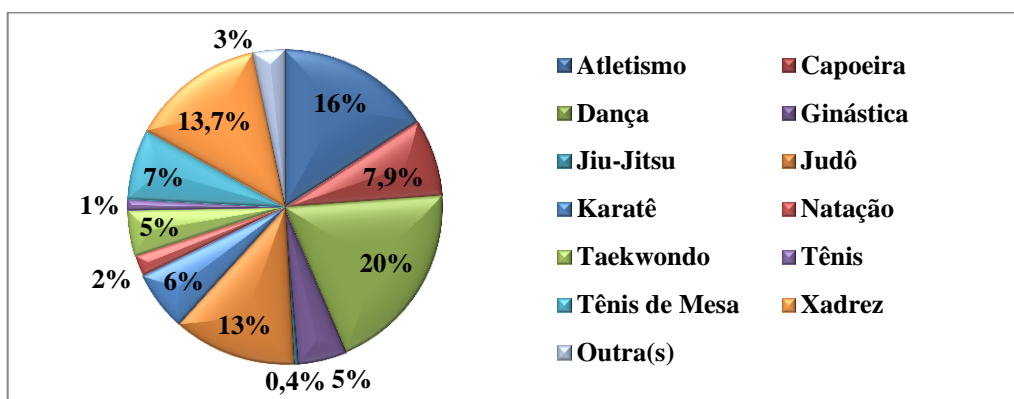


Figura 15 – Modalidades esportivas individuais oferecidas

Dentre as modalidades coletivas e individuais oferecidas as que mais se destacam é o Futsal (24,5%), o Voleibol (20,9%), Dança (19,9%) e o Atletismo (15,9%). Vale destacar que parte das escolas ainda não sabe distinguir entre as atividades do PST e as outras atividades esportivas oferecidas pela escola. A visão geral das modalidades ofertadas nos dá um panorama das atividades que são mais populares nessas escolas brasileiras, além de mostrar que algumas modalidades precisam ser mais incentivadas entre as crianças.

5.6 O Kit de material esportivo e o desenvolvimento das aulas do PST

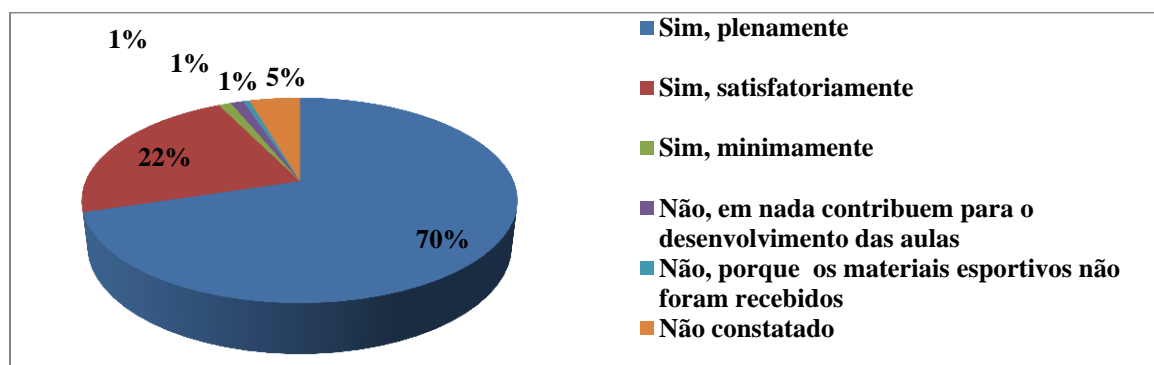


Figura 16 – O kit esportivo atende às necessidades das aulas do PST?

O kit esportivo, como se pode notar na Figura 16, é um material que atende às necessidades das aulas programadas pelo PST na escola. A maioria respondeu satisfatoriamente e plenamente (somando 92% das escolas de 165 respondentes). Aqueles que responderam que em nada contribuem ou que contribuem minimamente, possivelmente podem estar se referindo às modalidades coletivas específicas, tais como Judô ou Jiu Jitsu, as quais o kit esportivo não contempla.

5.7 Forma de desenvolvimento das modalidades apresenta caráter:

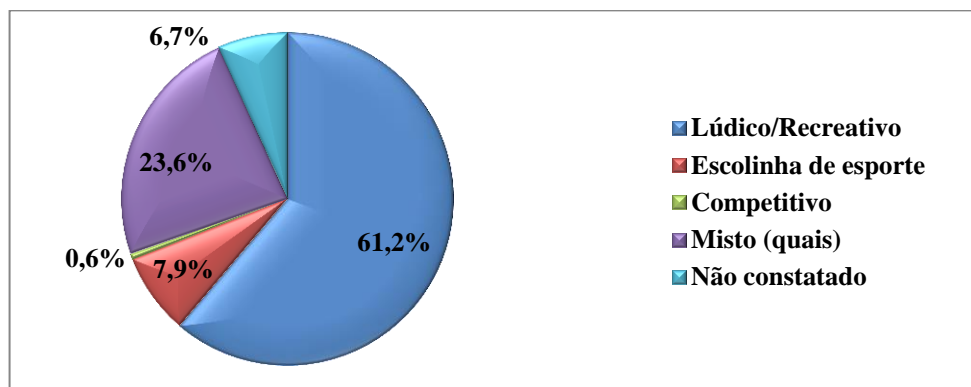


Figura 17 – Forma de desenvolvimento das modalidades

As modalidades, em sua maioria (61,2%; 109 escolas), são trabalhadas de forma lúdica e recreativa seguida de formas mista (23%; 42 escolas), escolinha de esporte (8%; 14 escolas) e competitiva (0,6%; 1 escola). Vale salientar que dentre as formas mistas algumas escolas destacaram que trabalham da seguinte forma:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Lúdico/Recreativo e Escolinha de Esporte	16
2	Lúdico/Recreativo e Competitivo	12
3	Lúdico/Recreativo, Escolinha de Esporte e Competitivo	2
4	Escolinha de Esporte e Competitivo	2
5	Lúdico/Recreativo e Iniciação Esportiva	2
6	Escolinha de esportes para meninos e recreação para meninas	1

Quadro 4 – Formas mistas de desenvolvimento das atividades esportivas na escola

5.8 O(s) monitor(es) tem (têm) acesso ao livro de fundamentos do segundo tempo (impresso ou digital) e o utiliza?

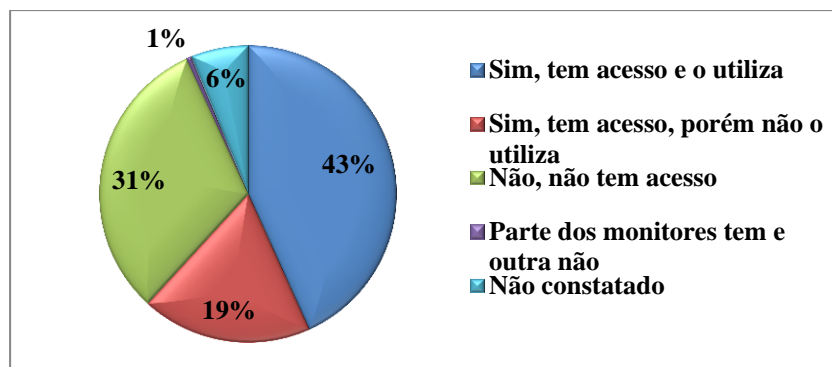


Figura 18 – Acesso ao livro de fundamentos do PST por parte dos monitores

De acordo com os dados apresentados na figura acima, 43% (77 monitores) dos monitores têm acesso ao livro de fundamentos do PST (digital ou impresso) e o utiliza. E a maioria (50%, 89 monitores) não utiliza o livro, seja por falta de acesso ou mesmo tendo acesso não fazem o uso nas atividades. Percebe-se também que há apenas um caso (1%) em que havendo mais de um monitor na escola, apenas parte deles utiliza o livro.

A partir da questão anterior, foi pedido que informassem quais os temas do livro que contribuem para a prática pedagógica. O gráfico 19 abaixo mostra as proporções. Em geral os temas estão bem distribuídos. Destaque para O tema *Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento Humano, da cultura e da educação* (17,9%) e o de menor destaque *Organização e desenvolvimento pedagógico do Esporte no Programa Segundo Tempo* (9,7%).

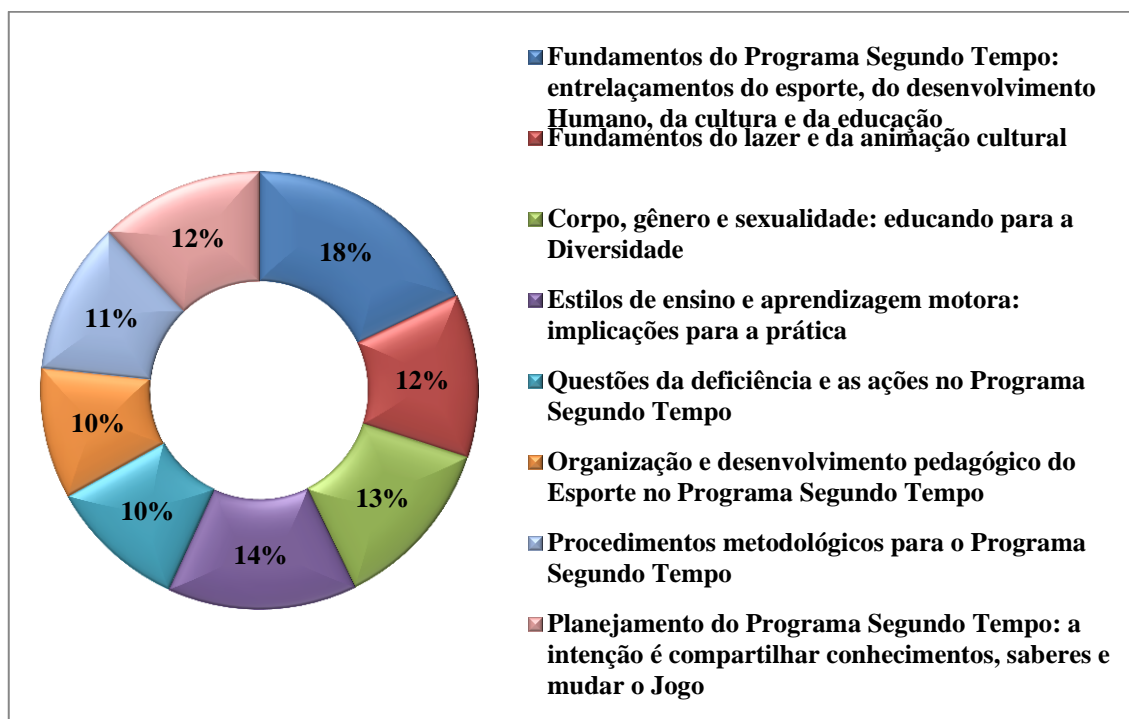


Figura 19 – Temas do Livro de fundamentos do PST que contribuem para o desenvolvimento das atividades esportivas na Escola.

5.9 O(s) monitor(es) tem (têm) acesso ao Caderno de Apoio Pedagógico/CAP (impresso ou digital) e o utiliza?

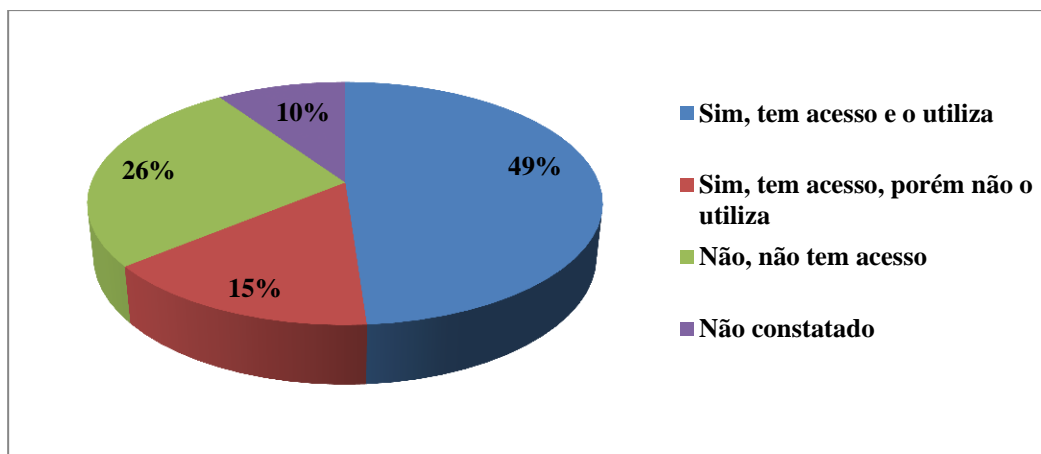


Figura 20 – Acesso ao Caderno de Apoio Pedagógico (CAP) por parte dos monitores

Como se pode notar na figura 20, a maioria 64% (114 monitores) têm acesso ao CAP (digital ou impresso). Contudo, apenas 49% deles utilizam o caderno no desenvolvimento das atividades, e 47 monitores (26%) não têm acesso.

Com base na pergunta anterior foi questionada qual a percepção dos monitores e dos alunos sobre o CAP. As Figuras 21 e 22, abaixo, mostram o resultado.

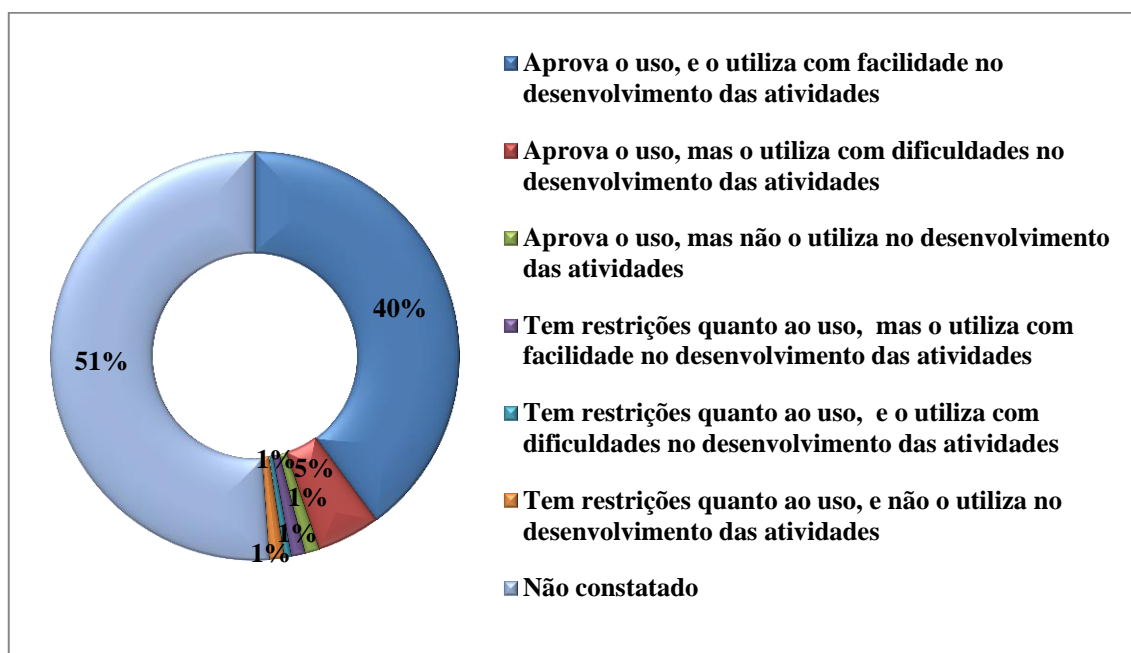


Figura 21 – Percepção dos monitores quanto ao uso do Caderno de Apoio Pedagógico (CAP)

Das escolas visitadas (178) 40% dos monitores aprovam o uso do e utilizam o caderno com facilidade nas atividades. Em 51% das escolas não foi possível constatar.

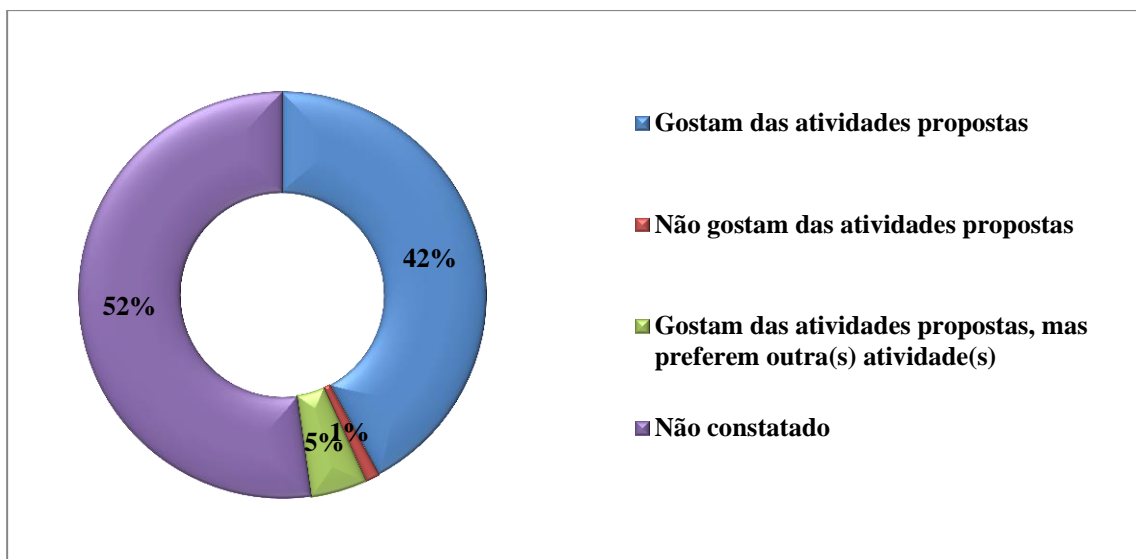


Figura 22 – Percepção dos alunos quanto ao uso do Caderno de Apoio Pedagógico (CAP).

Quanto aos alunos, em 42% das escolas (75 escolas) os alunos gostam das atividades do CAP. Em 52% das escolas não foi possível constatar.

5.10 Planejamento das atividades do PST

Foi questionado se a escola, junto com monitores e coordenadores realizam o planejamento das atividades do PST. A figura 22 abaixo mostra os resultados.

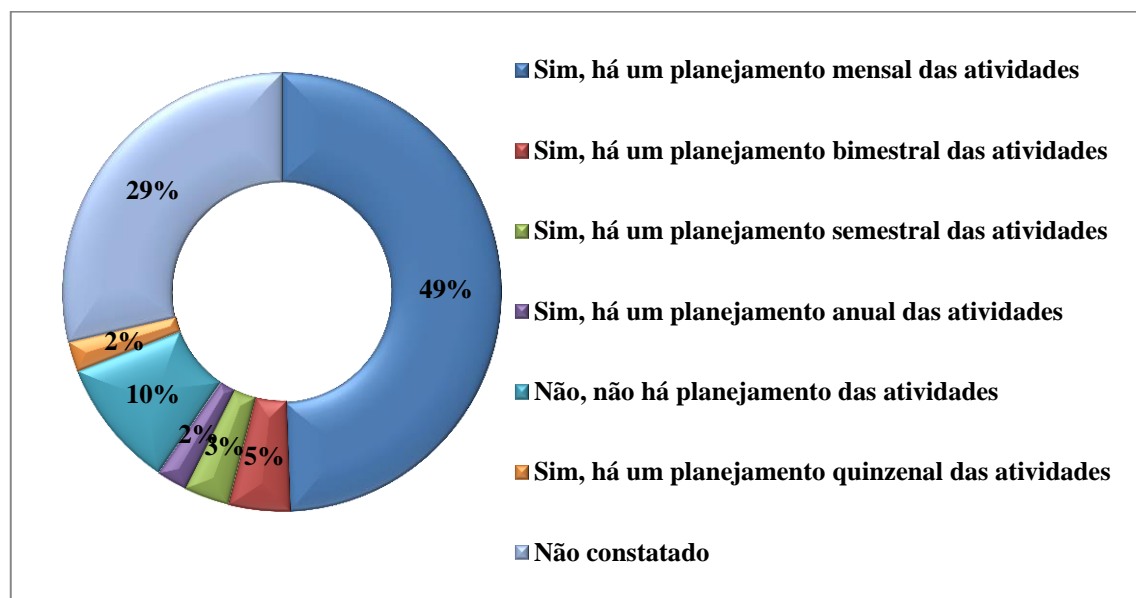


Figura 23 – Planejamento das atividades do PST na Escola

Pode-se notar que 49% (88 escolas) afirmaram que planejam as atividades do PST mensalmente. E apenas 10% (17 escolas) afirmaram que não planejam as atividades de forma alguma.

5.11 Organização das atividades em plano de aula

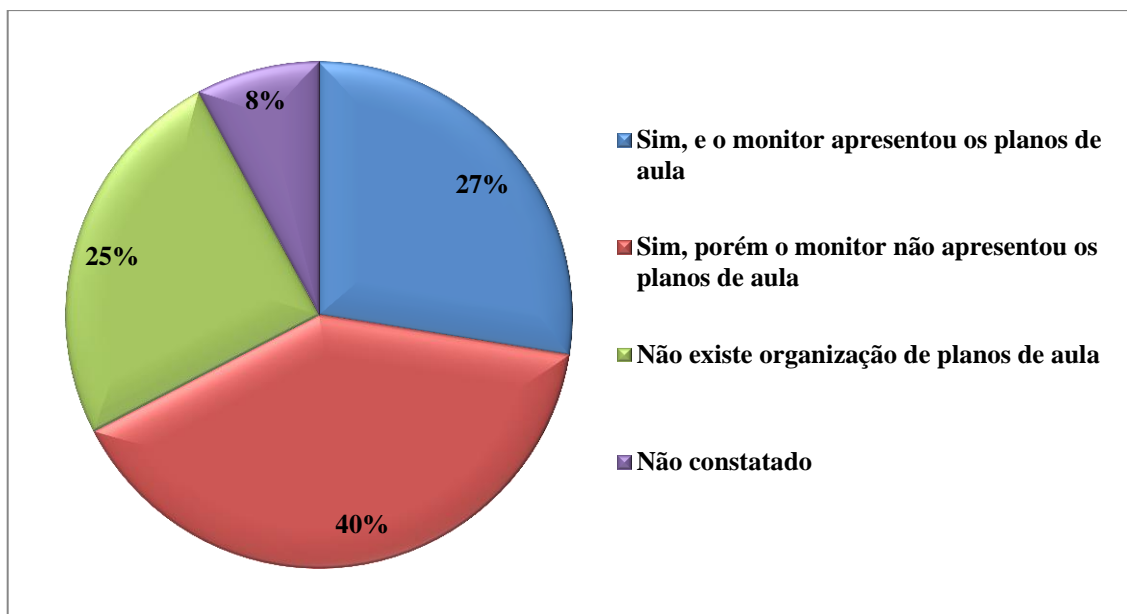


Figura 24 – Organização das atividades em planos de aula.

Observou-se que 67% (120 escolas) afirmaram que organizam as atividades do PST em planos de aulas. No entanto, apenas 27% (49 escolas) apresentaram o plano de aula. Um quarto das escolas afirmou não organizar as atividades em planos de aula.

5.12 Avaliação das atividades do PST

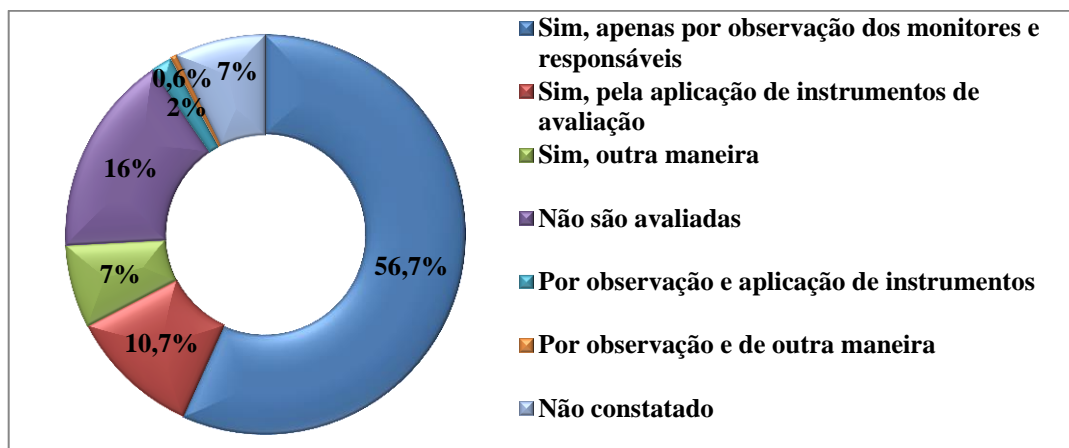


Figura 25 – Avaliação das atividades do PST.

Como informado pelas escolas a maioria (56,7%; 101 escolas) realiza avaliação das atividades do PST, contudo apenas por observação dos monitores. E 16,3% (29 escolas) alegaram não realizar nenhum tipo de avaliação com os alunos.

5.13 Reuniões pedagógicas entre os envolvidos com o PST na Escola e a equipe pedagógica da Escola

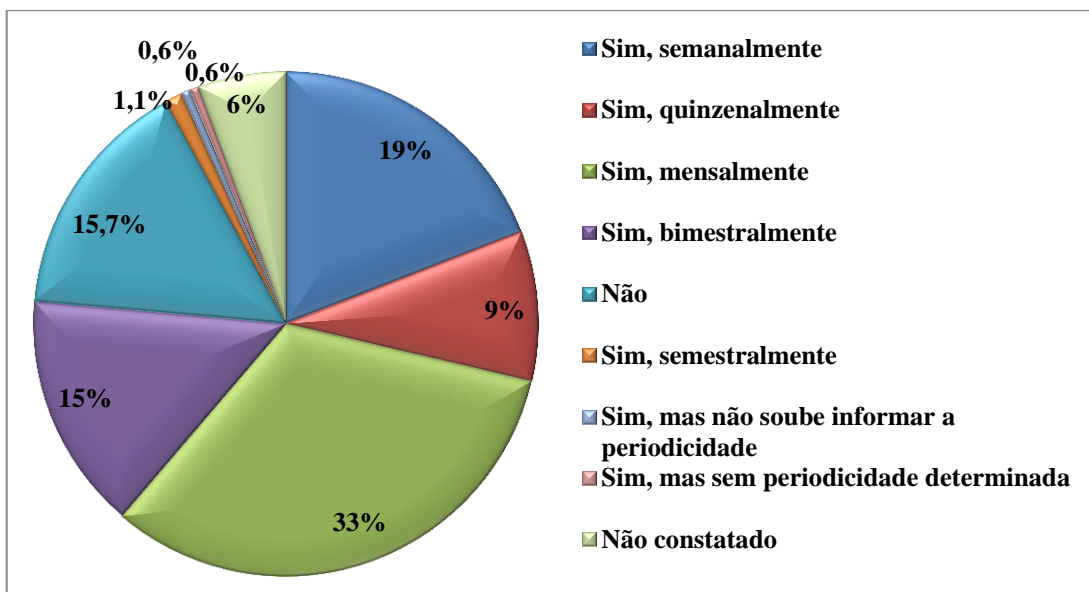


Figura 26 – Realização de reuniões pedagógicas entre os envolvidos com o PST na Escola e a equipe pedagógica da Escola.

Pelo apresentado acima, a maioria das escolas (78,7%; 140 escolas) realizam reuniões pedagógicas em periodicidade diferenciada. Apenas 15,7% (28 escolas) alegaram não realizar reuniões pedagógicas.

A partir da pergunta anterior foi questionado qual eram os objetivos das reuniões. Neste questionário 21,3% das escolas não responderam a essa questão, o que corresponde a 38 escolas. A figura 27 abaixo apresenta os objetivos das reuniões que foram mencionados na entrevista junto às escolas. Vale salientar que as respostas foram dadas em combinação, assim o gráfico foi organizado por objetivo, apresentando os mais e menos citados.

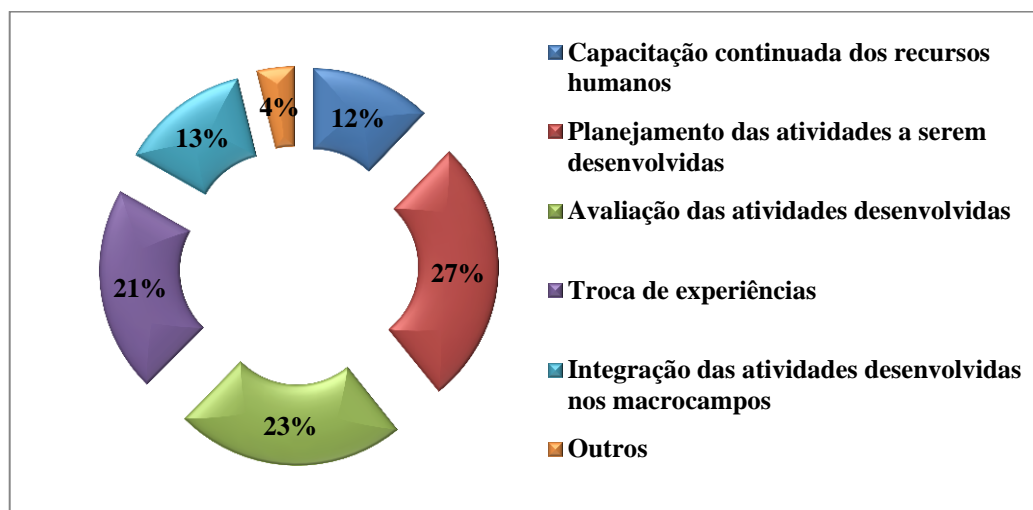


Figura 27 – Objetivos das reuniões pedagógicas.

5.14 A metodologia verificada no momento da visita estava de acordo com a proposta pedagógica do Segundo Tempo na Escola?

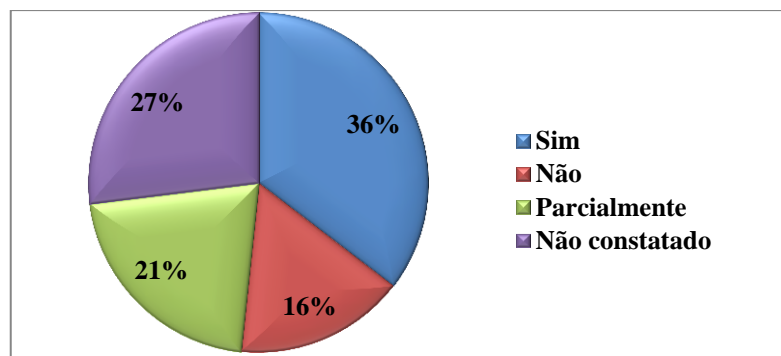


Figura 28 – A metodologia verificada no momento da visita estava de acordo com a proposta pedagógica do Segundo Tempo na Escola?

A partir da figura 28 pode-se notar que em 36% (63 escolas) a metodologia verificada no momento da visita estava de acordo com a proposta pedagógica do PST. A maioria e 37% (67 escolas) estavam entre parcial e não de acordo.

5.15 Como são organizadas as turmas do PST na Escola

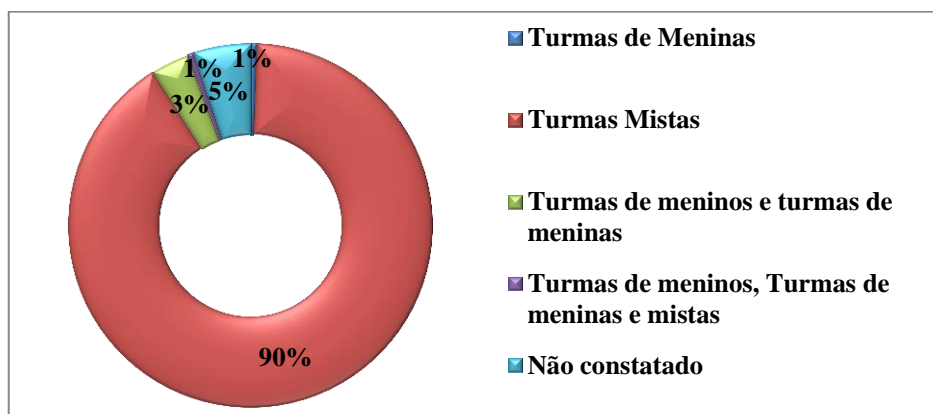


Figura 29 – A forma de organização das turmas do Segundo Tempo na Escola.

Podemos perceber que a maioria das escolas (90%; 161 escolas) organizam as turmas do PST de forma mista, meninos e meninas realizam as atividades juntos.

5.16 A divisão das turmas por faixa etária

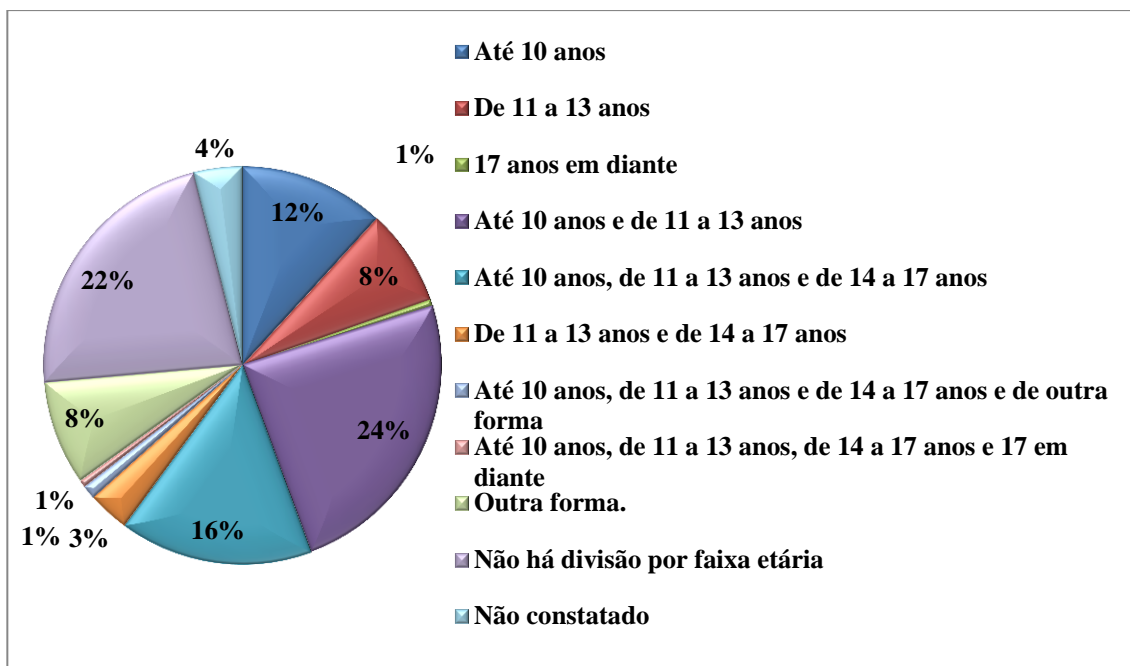


Figura 30 – A forma de divisão das turmas por faixa etária.

Como se pode notar, as turmas são divididas em sua maioria em alunos de até 10 anos e de 11 a 13 anos (24%; 43 escolas) e em 22% (40 escolas) não há divisão por faixa etária.

Nota-se ainda que parte dos alunos do PST que participam do Mais Educação possui idade superior a 17 anos, mesmo programa não sendo destinado a este público alvo. As possíveis causas podem ser a repetência escolar e também a escolha da escola em atender a todos os alunos.

5.17 As atividades são programadas de forma diferenciada, de acordo com a faixa etária?

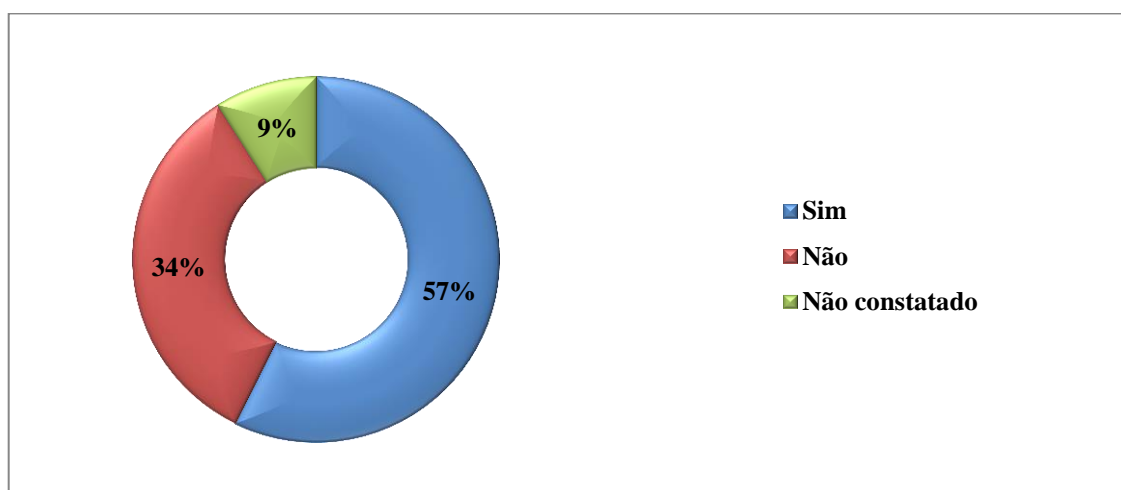


Figura 31 – São programadas atividades de acordo com a faixa etária?

A figura 31 mostra que 57% (102 escolas) afirmaram que programam suas atividades de acordo com a faixa etária e 34% (60 escolas) não programam suas atividades de acordo com a faixa etária. É interessante observar que na figura 29 apenas 40 escolas (22%) alegaram não organizar as crianças por faixa etária, isso significa que mesmo que as crianças estejam divididas em faixas etárias as atividades não são programadas de acordo com a sua faixa etária.

6. INFRAESTRUTURA DO PST NA ESCOLA

6.1 A utilização do espaço próprio da escola

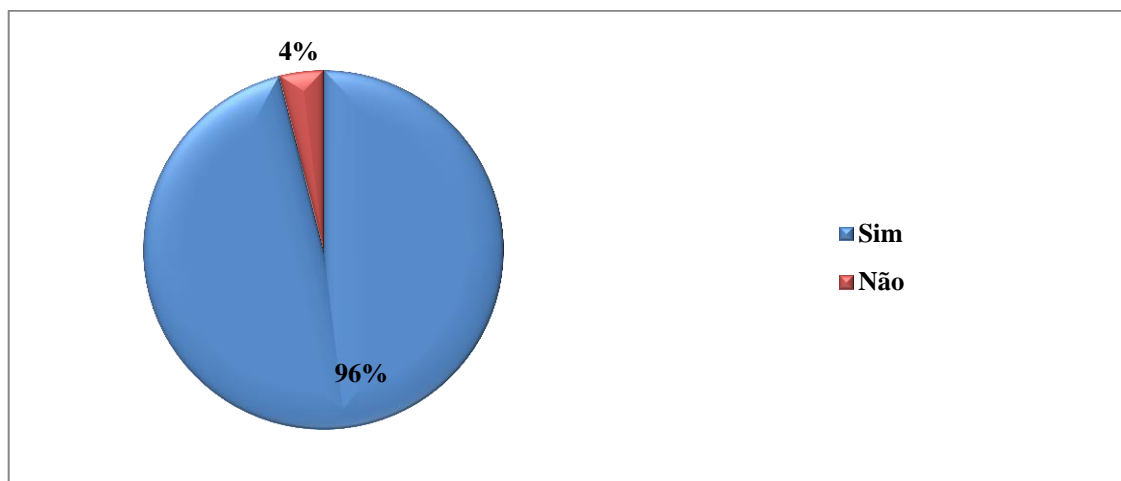


Figura 32 – Utilização do espaço da escola para o desenvolvimento das atividades.

Como apresentado na figura 32, 96% (171 escolas) utilizam o espaço próprio e apenas 4% (7 escolas) não utilizam. Assim, foram questionados quais espaços são utilizados na escola para o desenvolvimento das atividades. A figura 33 apresenta esses dados.

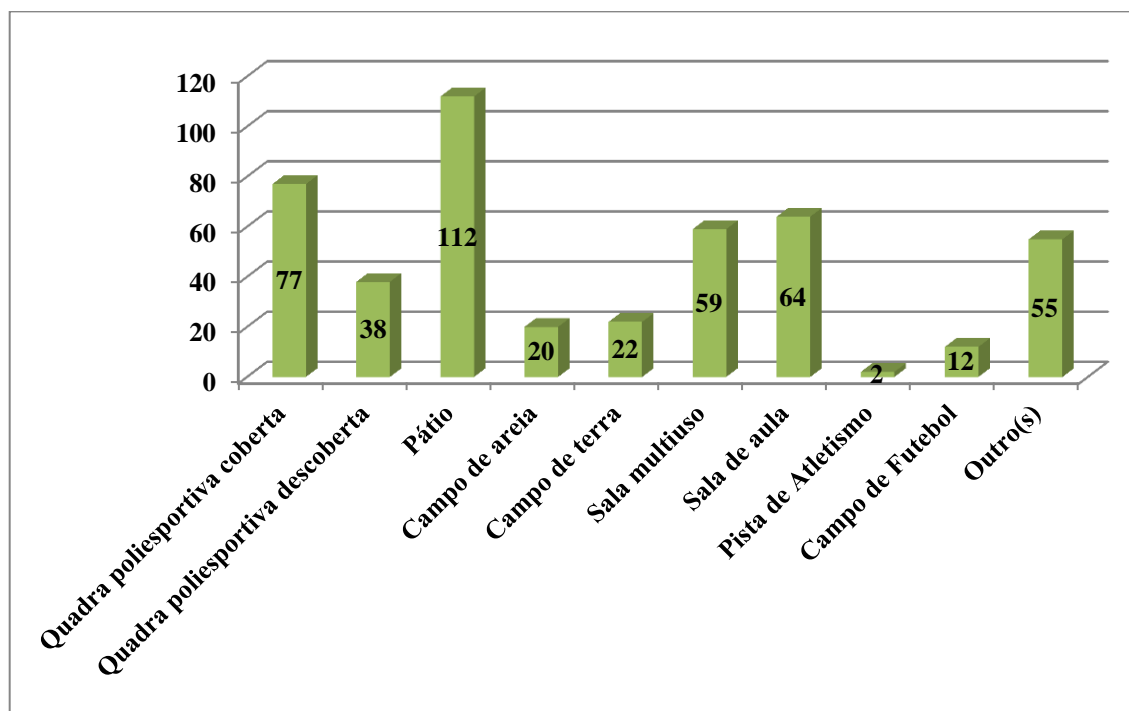


Figura 33 – Espaços da escola utilizados para o desenvolvimento das atividades.

A partir dos dados apresentados na figura 33, os cinco espaços mais utilizados pelas escolas são: o Pátio (112 escolas), a quadra poliesportiva coberta (77 escolas), a Sala de aula (64 escolas), a Sala multiuso (59 escolas) e outros espaços (55 escolas). Vale salientar que as respostas foram fornecidas em combinação, ou seja, algumas escolas utilizam mais de um espaço para o desenvolvimento das atividades. Dentre os outros espaços utilizados foram citados:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Área coberta	7
2	Parquinho	5
3	Biblioteca	4
4	Área descoberta	4
5	Pracinha da escola	4
6	Sala de Dança	3
7	Espaço gramado	3
8	Terreno dos fundos da escola, de terra batida	3
9	Salão/auditório	3
10	Sala de judô	2
11	Áreas reservadas com mesas de tênis de mesa	2
12	Sala de vídeo	2
13	Sala de informática	2
14	Salas diversas	1
15	Corredores e embaixo de árvores	1
16	Pequena quadra esportiva adaptada	1
17	Área arborizada/Bosque	1
18	Sala de Tecnologia Educacional	1
19	Sala de projetos	1
20	Corredor da escola que serve como refeitório bem como para jogos de salão	1
21	Espaço de areia	1
22	Campo gramado	1
23	Saguão	1
24	Sala de jogos	1
25	Sala de leitura	1
26	Refeitório	1

Quadro 5 – Outros espaços da escola que são utilizados para o desenvolvimento das atividades.

6.2 A utilização do espaço da comunidade

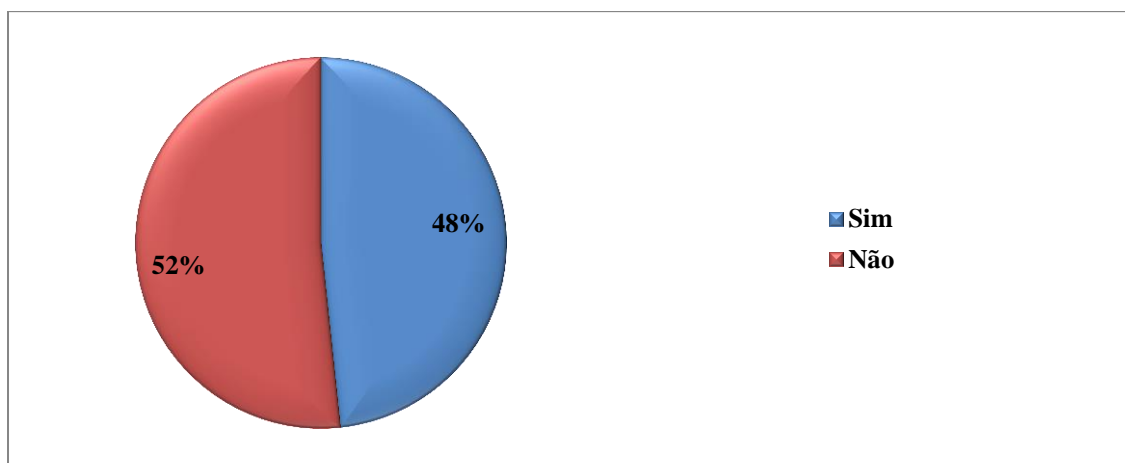


Figura 34 – Utilização do espaço da comunidade para o desenvolvimento das atividades.

Como apresentado na figura 34, 48% (86 escolas) utilizam o espaço da comunidade e 52% (92 escolas) não utilizam. Assim, foram questionados quais espaços da comunidade são utilizados para o desenvolvimento das atividades. A figura 35 apresenta esses dados.

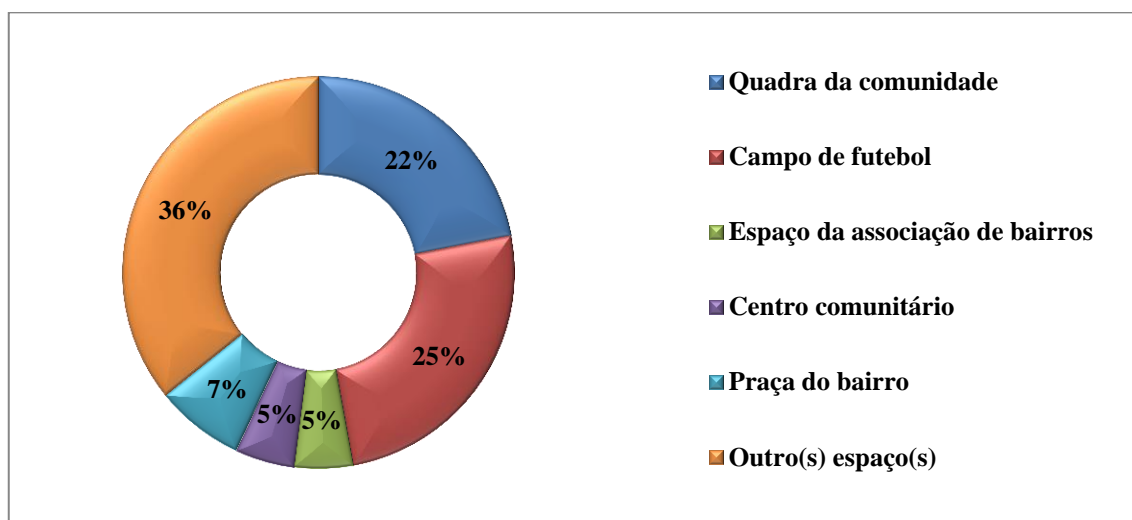


Figura 35 – Espaços da comunidade utilizados pelas escolas para o desenvolvimento das atividades.

Como se observa na figura 35 os três espaços da comunidade mais utilizados pelas escolas são Outros espaços (45 escolas), Campo de futebol (29 escolas) e Quadra da comunidade (26 escolas). Dentre os outros espaços estão:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Espaço de uma igreja/Quadras da Igreja	5
2	Centro de Tradições Gaúchas	3
3	Quadra poliesportiva coberta da escola vizinha	2
4	Praça	2
5	Pista de caminhada	2
6	Parque Ecológico Municipal com sala, quadra e áreas verdes	2
7	Clube	1
8	Área coberta com piso e palco	1
9	Associação de Pescadores	1
10	Praia	1
11	Espaço recuado de uma rua próximo a uma praça	1
12	Centro Social do Bairro	1
13	Campo de uma empresa	1
14	Quadra do Centro de Referência e Assistência do Município	1
15	Salão Multiuso	1
16	Campo da PM	1
17	Sala alugada fora da escola	1
18	Parque Infantil	1
19	Piscina do clube	1
20	Seminário	1

21	Escola de Educação Física de Jacarezinho	1
22	Academia ao ar livre	1
23	Pista de atletismo do quartel	1
24	Salão Paroquial	1
25	Espaço para o desenvolvimento de Break, Percussão e capoeira	1
26	Sítio Palmeirão: um espaço privado com uma quadra de areia de voleibol, uma área coberta, um pátio cimentado e uma parte de terra	1
27	Espaço privado locado pela Secretaria de Educação: um grande terreno e uma parte coberta	1
28	Sítio: piscina, campo de futebol e área aberta	1
29	Vila Olímpica de Mesquita	1
30	Lona Cultural	1

Quadro 6 - Outros espaços da comunidade que são utilizados para o desenvolvimento das atividades.

Para as 86 escolas que informaram que utilizam o espaço da comunidade foi questionado como os alunos são chegados até o local. A figura 36 abaixo apresenta esses dados.

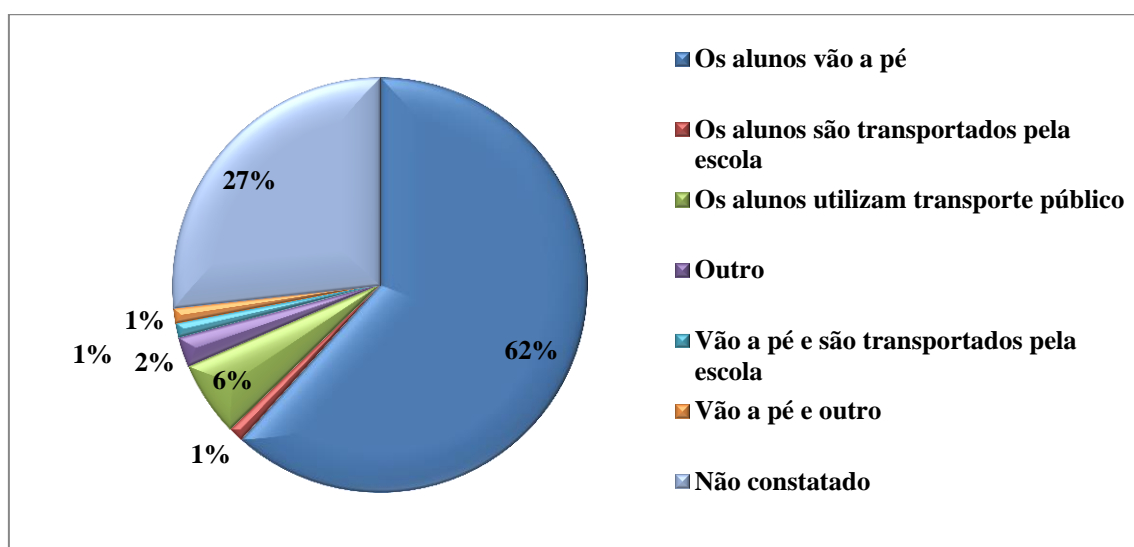


Figura 36 – Como os alunos são chegados aos espaços da comunidade.

Como observado acima, a maioria dos alunos (62%, 53 escolas) se deslocam a pé para os locais da comunidade. Frente a isso, foi questionado se a utilização de outros espaços e a necessidade de deslocamento dos alunos prejudica o desenvolvimento das atividades do PST.

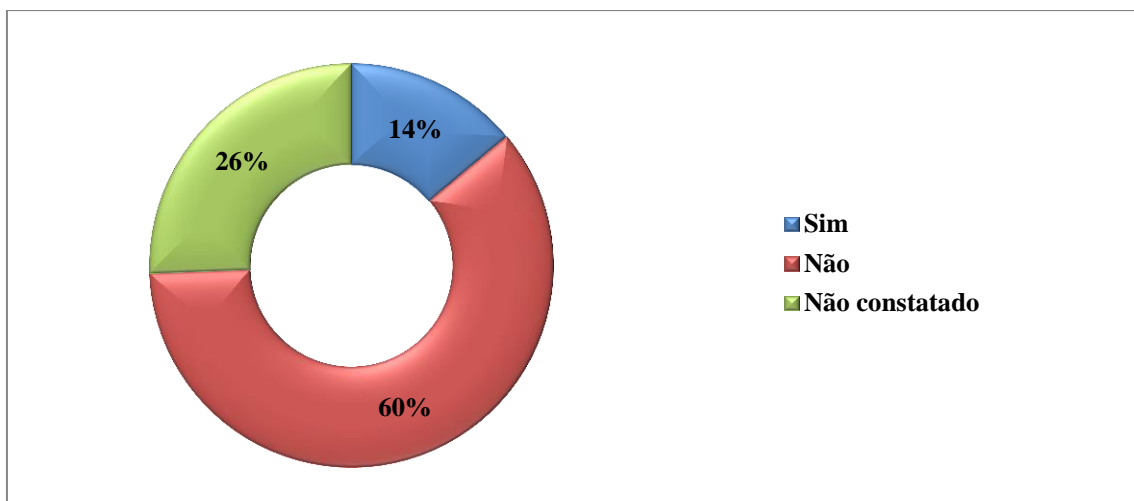


Figura 37 – O deslocamento dos alunos para os espaços da comunidade prejudica o desenvolvimento das atividades.

Como podemos observar, considerando as 56 escolas que utilizam o espaço da comunidade, 60% (52 escolas) afirmaram que o deslocamento não prejudica o desenvolvimento das atividades e 14 % (12 escolas) afirmaram que sim.

6.3 As estruturas físicas utilizadas e as modalidades esportivas ofertadas pelo PST na Escola

Foi questionado se as estruturas físicas, nas quais as atividades acontecem atendem às suas exigências.

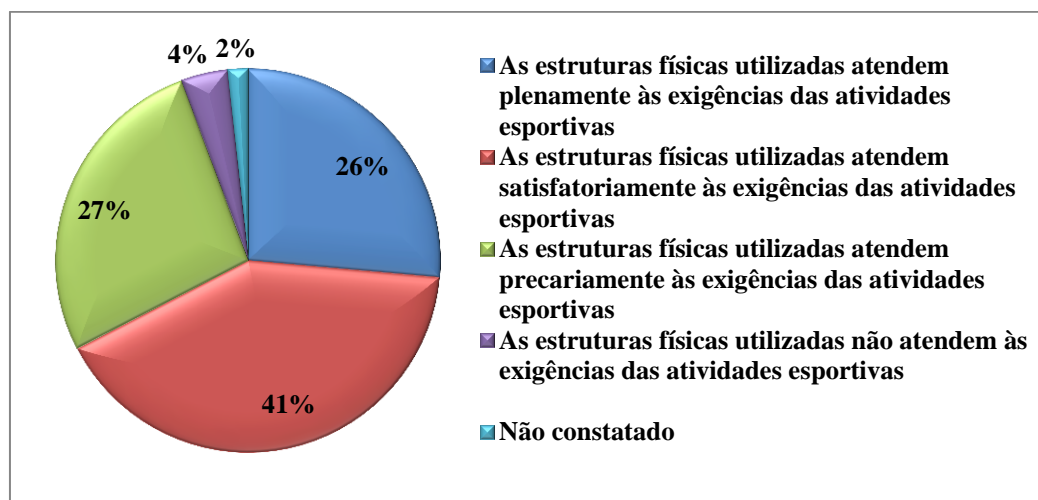


Figura 38 – A estrutura física e o atendimento às necessidades das atividades.

O gráfico acima mostra que as estruturas físicas utilizadas pelas escolas atendem às necessidades das atividades esportivas. A maioria 67% (120 escolas) afirmaram que as estruturas atendem plenamente e satisfatoriamente e somente 2% (7 escolas) alegaram que as estruturas não atendem. Além disso, 27% (48 escolas) afirmaram que as estruturas atendem precariamente.

6.4 Os espaços físicos utilizados e a meta de alunos prevista

A figura 38 abaixo mostra os resultados os espaços utilizados para as atividades e a meta de alunos. Pode-se perceber que a maioria (78%; 139 escolas) afirmaram que o espaço alcança a meta de alunos, apenas 6% (10 escolas) afirmaram que não e 14 % (25 escolas) afirmaram que os espaços atendem parcialmente.

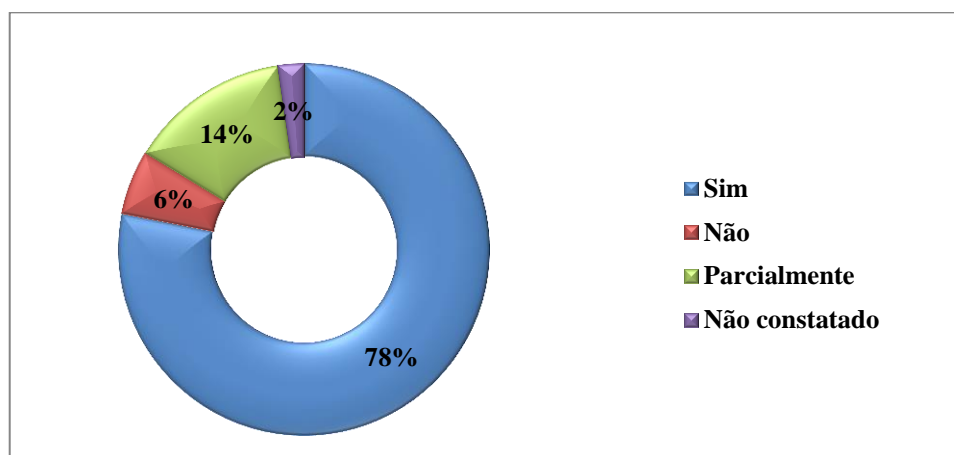


Figura 39 – Os espaços físicos utilizados comportam a meta de alunos prevista?

6.5 A disciplina de educação física e a grade curricular da escola

Questionou-se se a disciplina da Educação Física está presente na grade curricular da escola. A figura 39 apresenta esses resultados.

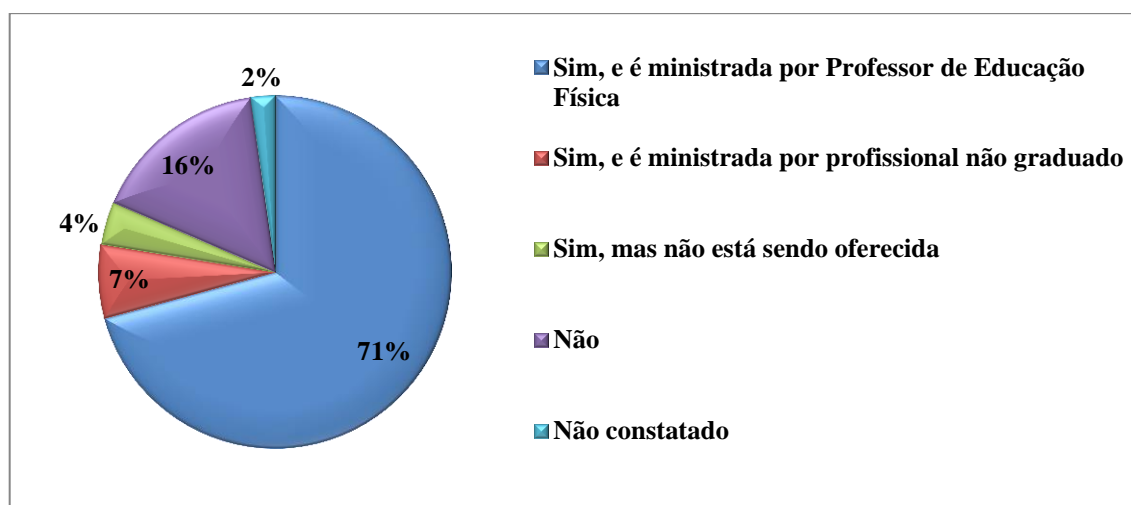


Figura 40 – A disciplina de Educação Física integra a grade curricular da escola?

Como se pode perceber, em 71% das escolas (126) a disciplina da Educação Física está presente, e em 16% (29 escolas) não há educação física na grade curricular.

6.6 Os espaços físicos, o desenvolvimento das atividades do PST e a disciplina de educação física escolar

Foi questionado se os espaços para o desenvolvimento das atividades do PST permitem seu desenvolvimento sem interferir na aula de educação física. As respostas, para esse pergunta, estão apresentadas na figura 40. Vale destacar que consideramos para este questionamento somente as escolas que afirmaram oferecer disciplina de Educação Física na escola (145 escolas).

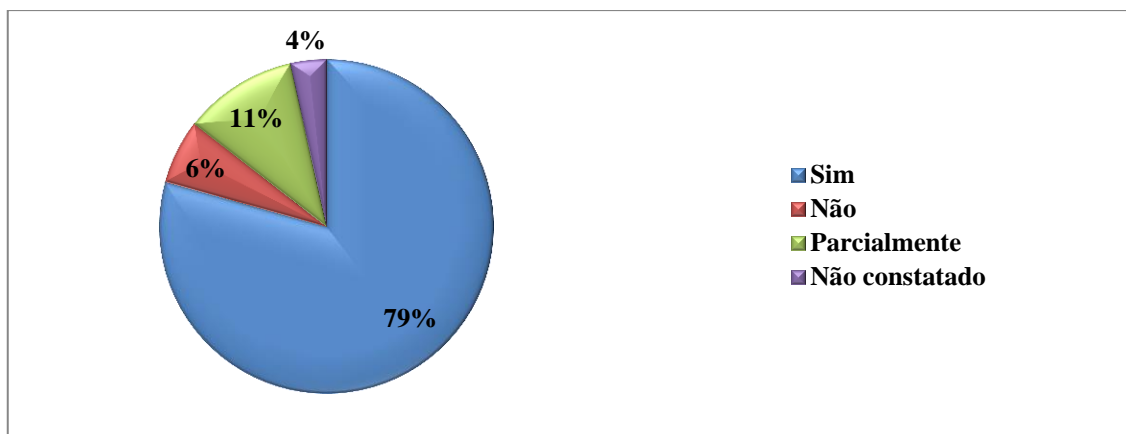


Figura 41 – Os espaços físicos permitem o desenvolvimento das atividades do PST sem interferir na disciplina de Educação Física escolar?

Pode-se notar que a maioria das escolas (79%; 115 escolas) não tem problema com o espaço para o desenvolvimento das atividades do PST e da Educação Física escolar. Aquelas que responderam “Não” ou “Parcialmente” apresentaram os seguintes problemas:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Ocorre conflito com horário das aulas de educação física	1
2	Os espaços são prioridade da EF escolar, e as atividades do Mais Educação dividem as áreas restantes	7
3	A quadra é dividida uma vez na semana	1
4	A quadra deve ser dividida entre o projeto e as aulas de EF	7
5	A direção necessita fazer adequação aos horários. Enquanto o professor de Educação Física está na quadra ou na rua o monitor do PST ou do Mais Educação trabalha com xadrez ou dama.	1
6	Em alguns momentos há coincidência de horário das aulas e atividades, com um número elevado de alunos em atividade ao mesmo tempo, o que compromete por vezes o uso dos diferentes espaços.	1

Quadro 7 – Motivos apontados pelas escolas sobre a dificuldade de desenvolvimento das atividades devido á disciplina de Educação Física da escola.

7. PÚBLICO ALVO

7.1 As turmas do PST e os alunos com necessidades especiais

Foi questionado se as escolas atendem alunos com necessidades especiais. O gráfico abaixo apresenta esses resultados.

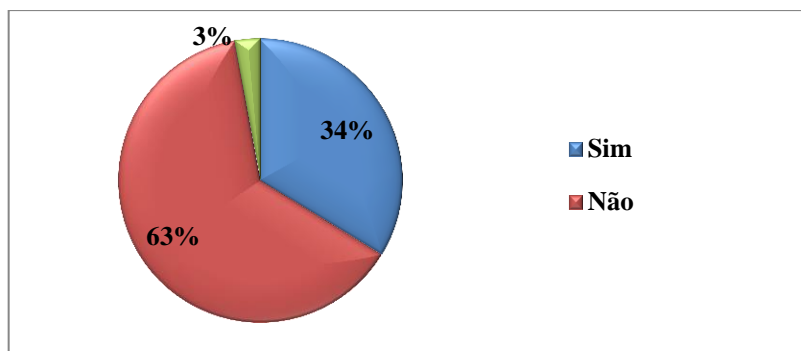


Figura 42 - As turmas do segundo tempo na escola atendem alunos com necessidades especiais?

De acordo com a figura 41 a maioria das escolas (63%; 113 escolas) não atendem crianças com necessidades especiais e 34% atendem (60 escolas), nestas últimas as necessidades apontadas pelas escolas foram:

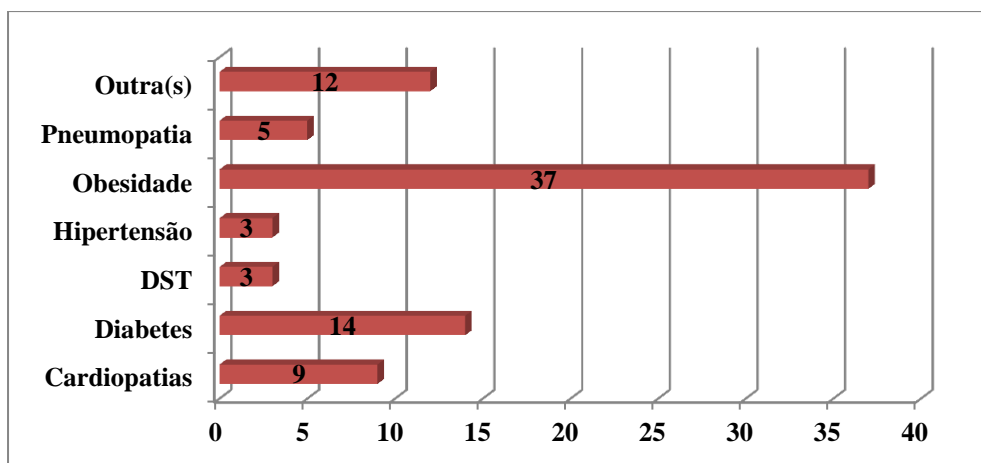


Figura 43 – Quais necessidades especiais as escolas têm atendido?

7.21 As turmas do PST e os alunos com deficiências

Foi questionado se as escolas atendem alunos com deficiências. O gráfico abaixo apresenta esses resultados.

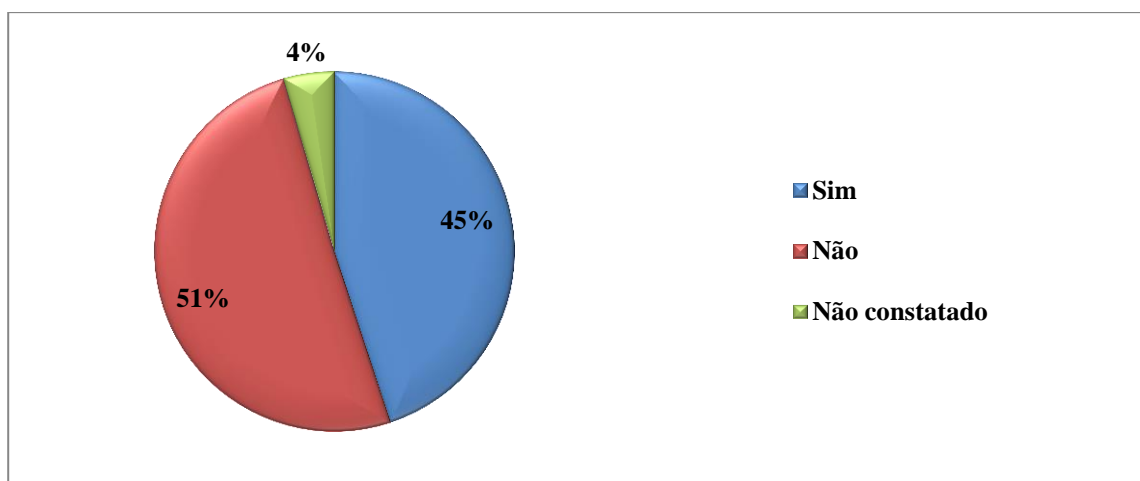


Figura 44 - As turmas do PST na escola atendem alunos com deficiências?

De acordo com a figura 43, a maioria das escolas (51%; 90 escolas) não atende crianças com necessidades especiais e 45% atendem (80 escolas), nestas últimas as deficiências apontadas pelas escolas foram:

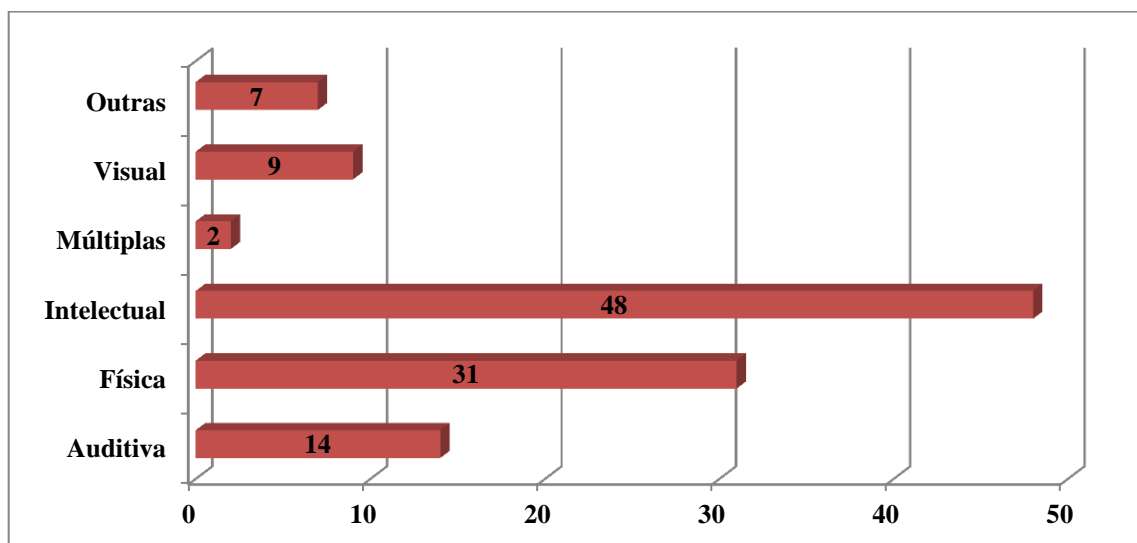


Figura 45 – Quais deficiências as escolas têm atendido?

A deficiência intelectual foi a mais citada, seguida da deficiência física, auditiva, visual, outras e múltiplas.

7.3 A escola e as ações voltadas para a diminuição de manifestações de discriminação

Foi questionado se as escolas possuem ações voltadas para a diminuição de discriminação. As respostas foram:

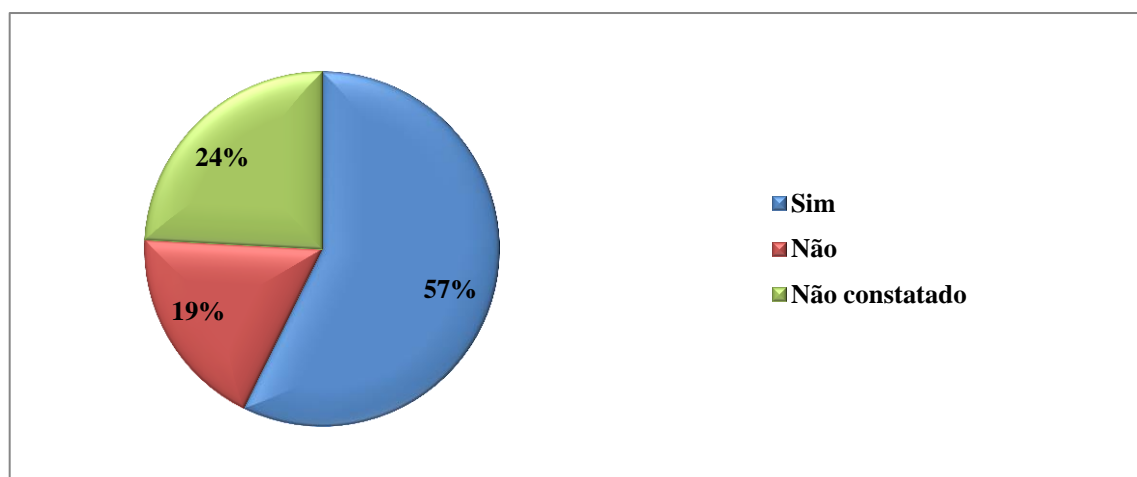


Figura 46 – A escola possui ações voltadas para a diminuição de manifestações de discriminação por condições físicas, sociais ou de outra natureza, tanto para professores e alunos, como entre alunos?

Dentre as escolas que alegaram desenvolver ações para diminuição da discriminação (57%; 102 escolas), foram identificadas as seguintes ações:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Palestras diversas (educação sexual violência na escola, bullying; uso de drogas; profissionais como psicólogos e nutricionistas são convidados;	50

	gravidez na adolescência; discriminação racial; segurança no trânsito	
2	Projetos diversos (“Sem Palavras”, “Bulling”, Gincanas; “Valores”; para atendimento de alunos com deficiência)	18
3	Reuniões com os alunos/turmas para explicar/discutir essas questões/rodas de conversas	14
4	Filmes e discussões durante as aulas/Vídeos	14
5	Trabalhos em sala de aula pelos professores a partir das suas disciplinas e das temáticas: bulling, liga pela paz, drogas, racismo, sexualidade	13
6	Pesquisas/trabalhos e redações o sobre o assunto.	10
7	Apresentações de peças teatrais	7
8	Ações internas de não discriminação – política da Secretaria de Educação	5
9	Confecção de cartazes sobre bulling, racismo, violência, drogas	4
10	Organiza apresentações de dança e outras manifestações realizadas pelos(as) alunos(as)	4
11	Seminários realizados pelos alunos	3
12	Acompanhamento e atendimento de alunos pela estagiária da prefeitura (sociologia) e pelo profissional no programa AEE – Atendimento Educacional Especializado	3
13	A escola insere em seu PPP projetos sócio-educativos voltados para a superação da violência e preconceito	3
14	É considerado tema transversal, fazendo parte de todas as atividades da escola	2
15	Pronunciamento da direção na hora cívica	2
16	A grade curricular da escola apresenta duas disciplinas que inserem em suas propostas questões relacionadas à violência e preconceito: Educação preventiva e Ensino religioso	2
17	As atividades são desenvolvidas para deficientes e não deficientes/ações inclusivas por parte da escola	2
18	Realização de oficinas planejadas conjuntamente por alunos e professores com os temas: raças, violência, drogas, família...; oficinas com alunos com deficiência	2
19	Caminhada com cartazes	1
20	Semana informativa (discriminação e bulling);	1
21	Conversas pontuais sobre temas dessa natureza	1
22	Eventos na sala de inclusão e planejamento para atender a todos os alunos	1
23	A escola participa dos programas PSE, de Saúde na Escola, e do PEE, de Educação Especial, com as Salas Multifuncionais com professores especialistas em Libras, distúrbios mental e de aprendizagem	1
24	Campanha da paz	1
25	Promove formação continuada para os(as) professores(as) com temas relacionados à violência	1
26	Atividades desenvolvidas com os alunos através do professor de Sociologia	1
27	Dinâmicas de convivências	1
28	A escola possui uma sala de atendimento especializada com recursos lúdicos	1

	(jogos de tabuleiro, quebra-cabeças, materiais em EVA, dentre outros materiais), alfabeto libras, dois computadores com acesso à internet e outros materiais para acesso de pessoas com deficiências	
29	Oficina do jornal da escola	1

Quadro 8 – Ações desenvolvidas pelas escolas, voltadas para a diminuição de manifestações de discriminação.

7.4 O controle de frequência dos alunos atendidos pelo PST

Às escolas foi questionado se utilizam controle de frequência para os alunos atendidos pelo PST. O gráfico abaixo mostra que 84% (149 escolas) utilizam controle de frequência, no entanto apenas 56% (100 escolas) o apresentaram. Apenas 18 escolas (10%) alegaram não utilizar controle de frequência.

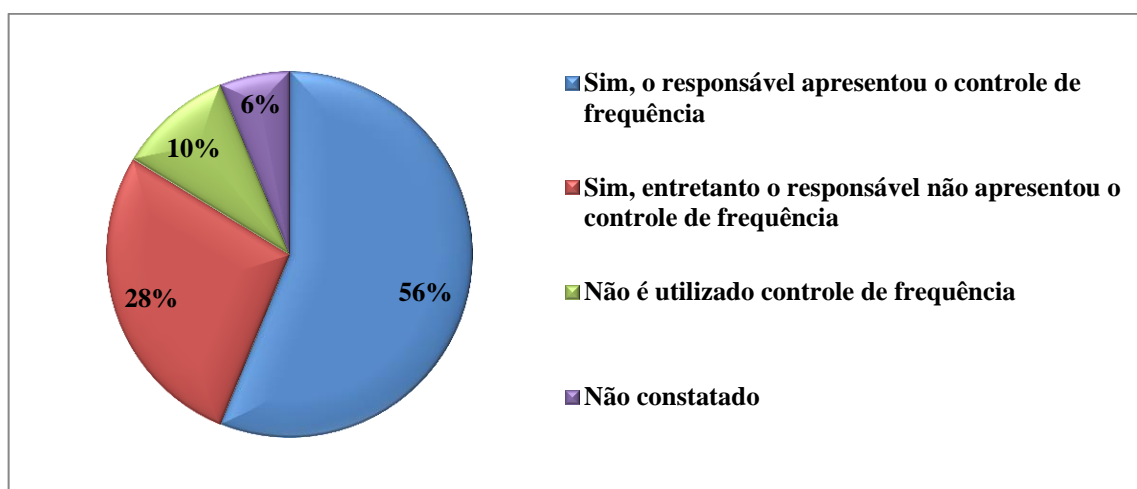


Figura 47 - É utilizado o controle de frequência com os alunos atendidos pelo PST?

7.5 Quantitativo de turmas do PST da escola, turmas visitadas e seus respectivos alunos

De todas as escolas visitadas com PST (178), 34 não souberam informar quantas turmas do PST havia na escola. Assim nas 144 escolas, foi verificada a presença de 862 turmas.

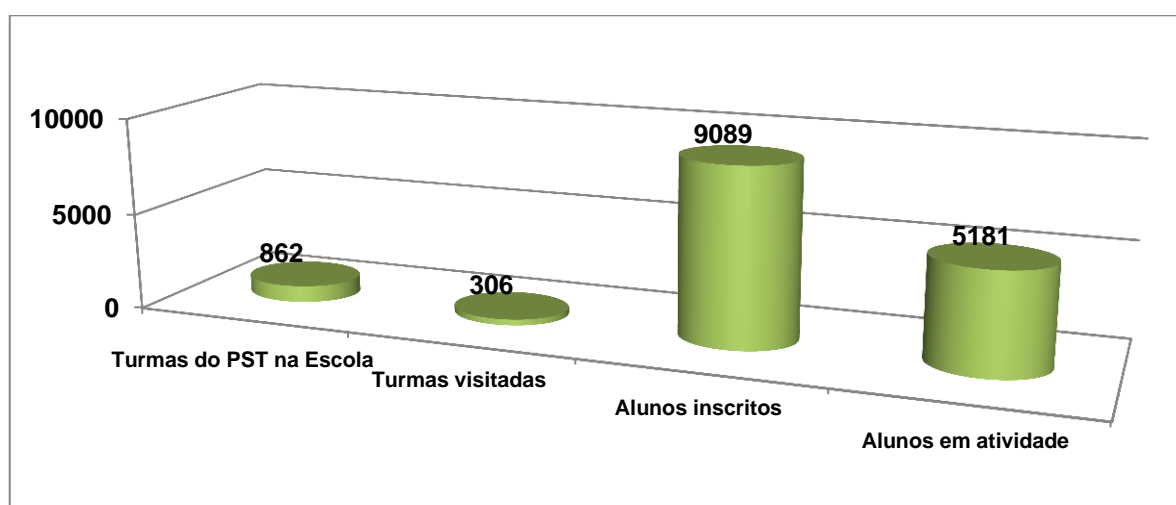


Figura 48 – Quantidade de turmas do PST, de turmas visitadas, de alunos inscritos nas turmas e de alunos em atividade efetivamente.

A equipe do PST conseguiu visitar 35% das turmas existentes. E verificaram que os alunos em atividade corresponderam a 57% dos alunos inscritos.

8. CAPACITAÇÃO EAD PARA MONITORES DO PST

8.1 Sobre a participação dos monitores responsáveis pelo PST na escola das atividades de orientação pedagógica oferecida pela SNELIS/ME (capacitação EaD)

O curso de capacitação para os monitores do PST foi realizado no período de 21 de maio a 22 de julho de 2012 por meio do sistema Moodle. A estimativa era que 8.000 monitores participassem do processo, no entanto apenas 1.289 monitores participaram do curso. A partir da visita *in loco* foi constatado que dos 336 monitores que atuam no PST no Mais Educação, apenas 151 participaram da capacitação, o que equivale a 46,2% dos monitores. Segue abaixo o gráfico com as informações sobre a participação dos monitores na capacitação.

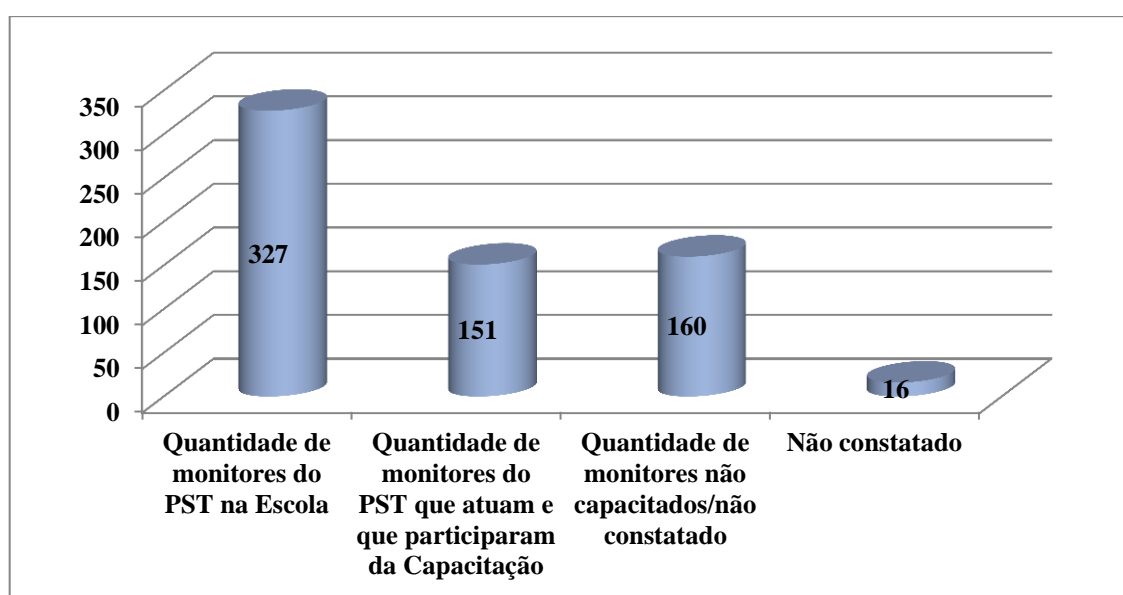


Figura 49 – Quantidade de monitores do PST na Escola e quantidade de monitores do PST capacitados e não capacitados.

A quantidade de monitores não capacitados é superior (53,8% dos monitores que atuam na escola) e em 16 casos (4,9%) não foi constatado qual era a situação dos monitores quanto à capacitação. Para as escolas que afirmaram não possuir monitores capacitados, foi solicitado que indicassem os motivos. Das 178 escolas visitadas, 89 escolas, responderam à questão abaixo (gráfico 48), em 31 escolas não foi constatado por falta de conhecimento dos responsáveis e em 58 a questão não se aplicava. As respostas somaram 114 frequências, pois as escolas respondam em combinação, assim o resultado dessa questão foi o seguinte:

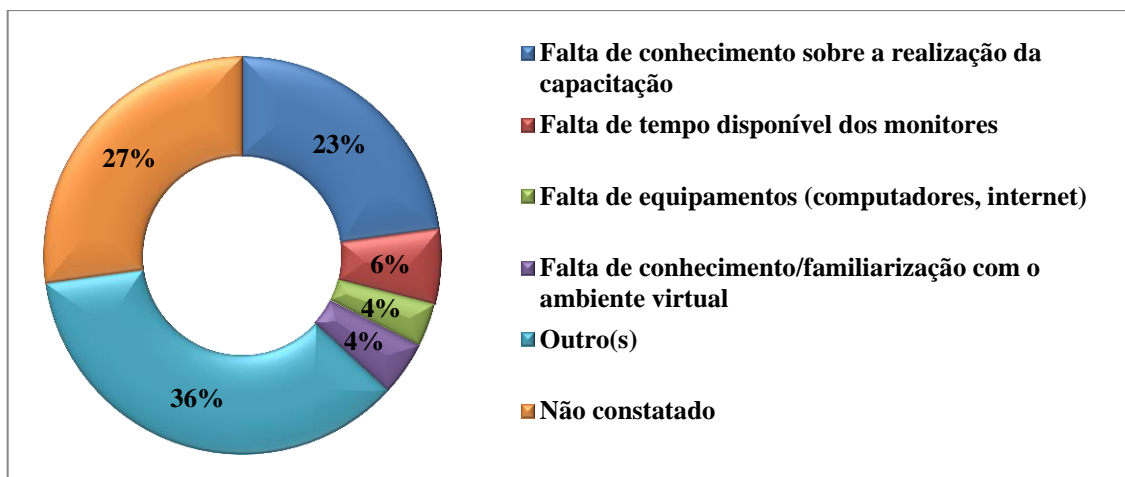


Figura 50 – Motivos da não capacitação dos monitores do PST.

Como observado no gráfico acima 23% das escolas respondentes afirmaram que não tiveram conhecimento sobre a realização da capacitação. 6% alegaram falta de tempo do monitor, e 4% para falta de equipamento e falta de conhecimento/familiarização com o ambiente virtual. Em 27% das escolas que responderam a essa pergunta não foi possível identificar e em 36% outros motivos, dentre eles foram descritos:

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	Monitor mais novo/não fazia parte do quadro de monitores na época da capacitação	24
2	Dificuldade de acessar a plataforma	3
3	Foi oferecido pela Secretaria de Educação 1 vaga para monitor de Educação Física/vaga limitada	2
4	Perderam o prazo da inscrição	1
5	Abriu a plataforma, mas não iniciou a capacitação	1
6	Os monitores começaram, mas não terminaram a capacitação em EAD, pois não conseguiram enviar as tarefas exigidas na capacitação	1
7	A escola recebeu orientações para inscrever apenas um monitor	1
8	O monitor que fez não atua mais no programa	1
9	O monitor não participou, pois foi informado à coordenadora do Mais Educação que ele deveria ser formado para ter acesso a capacitação	1
10	Não foi cadastrado no sistema, pois o projeto é desenvolvido com parceria de uma ONG	1
11	Os monitores participaram, porém foram remanejados para outras escolas da cidade	1

Quadro 9 – Outros motivos da não participação dos monitores no curso de capacitação em EaD oferecida pelo ME.

Também foi questionado quais foram os pontos positivos e negativos da capacitação. Os resultados dessas respostas encontram-se nos quadros abaixo (Quadro 10 e Quadro 11):

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	A oportunidade de conhecer atividades novas que auxiliaram no desenvolvimento das aulas com as crianças	26

2	As informações, atividades e conteúdos recebidos foram muito interessantes e ricos	25
3	A troca de experiências sobre o ensino com outros professores/monitores de outras localidades	23
4	O material didático-pedagógico disponibilizado	21
5	Conhecimentos dos fundamentos/diretrizes do PST	16
6	Os temas sobre deficiência e inclusão	15
7	O Vídeo de orientação, que foi muito bom	12
8	O enriquecimento do conhecimento a respeito do processo ensino/aprendizagem; sobre a prática pedagógica	12
9	O acesso a qualquer momento/facilidade de acesso ao conteúdo	10
10	O auxílio no desenvolvimento profissional e acadêmico	7
11	O retorno imediato do professor tutor, grande vínculo de comunicação	6
12	A diversidade de temas	5
13	A oportunidade de aprendizado	4
14	A possibilidade de identificar o erro e corrigir	7
15	A organização do planejamento	5
16	A Familiarização com o ambiente virtual/conhecer o sistema EaD	4
17	O fato de não precisar se deslocar	3
18	As questões elaboradas na capacitação	3
19	A forma como os conteúdos foram apresentados no ambiente	3
20	Os conhecimentos acerca da temática sobre gênero	3
21	A integração entre teoria e prática nas escolas	3
22	Gostou das atividades propostas	2
23	A metodologia apresentada foi interessante	2
24	As atividades lúdicas/recreativas	2
25	A forma de avaliação foi boa	2
26	A orientação de como trabalhar o esporte inserindo as demais modalidades	2
27	As recomendações sobre o a utilização dos temas a ser adotados em sala de aula	1
28	As informações apresentadas no ambiente	2
29	O incentivo à rejeição de qualquer discriminação	1
30	O conhecimento para trabalhar com os alunos em situação de risco	1
31	As estratégias de ensino para grupos diferentes	1
32	A importância para as pessoas que não conhecem a EF e que após o curso conseguem entender sua importância para o desenvolvimento da criança	1
33	A utilização do Kit PROESP-BR	1
34	A possibilidade de auto-organização de tempo de estudo	1
35	A explicação clara e de fácil entendimento	1
36	A discussão dos conteúdos	1
37	Adaptação às atividades (espaços e exercícios)	1
38	A soma para a experiência dentro da área dos esportes e as atividades motoras	1
39	O <i>feedback</i> positivo do tutor	1

40	A ordem e disposição dos conteúdos a serem ensinados no programa	1
41	A contribuição dos conteúdos apresentados para o processo de dinamismo e continuidade no núcleo	1
42	A variedade das atividades	1
43	As temáticas voltadas para avaliação física	1
44	A linguagem acessível	1
45	Os autores dos textos e vídeos estavam capacitados	1
46	A organização	1
47	Os temas relevantes para a formação dos alunos	1
48	A ênfase na responsabilidade	1
49	A ferramenta de fácil acesso	1
50	O melhor relacionamento entre professores/ alunos/ professores	1
51	A facilidade de acesso às propostas	1
52	As discussões pertinentes aos temas a serem trabalhados	1

Quadro 10 – Pontos positivos da capacitação EaD.

Como observado no quadro 10, muitos foram os pontos positivos da capacitação EaD apontados pelos entrevistados. Dentre eles: 1) *A oportunidade de conhecer atividades novas que auxiliaram no desenvolvimento das aulas com as crianças*; 2) *As informações, atividades e conteúdos recebidos foram muito interessantes e ricos*; e 3) *A troca de experiências sobre o ensino com outros professores/monitores de outras localidades*. Os pontos mais destacados são relevantes para cursos futuros, como a forma de encaminhamento das atividades e forma de organização das turmas para trocas de experiência entre os envolvidos. Outros pontos destacados também são relevantes para fornecer o *feedback* das ações desenvolvidas.

Nº	Categoria de resposta	Frequência
1	As dificuldades com o sistema (Moodle)	28
2	A ausência do tutor e a falta de comunicação e interação, ocasionando a demora no retorno das atividades	20
3	A falta de equipamentos (computadores, internet) para participar da capacitação; dificuldades técnicas em geral	15
4	O tempo da capacitação e para a realização das atividades foi curto	12
5	A demora na emissão do certificado	10
6	A falta de atividade presencial	8
7	A falta de conhecimento com a internet por parte do monitor	7
8	O fato de ser sido realizada à distância o que não favoreceu a completa interação entre monitores e tutor	7
9	Falta de tempo do tutor	6
10	Material imenso para a leitura e pouco tempo para a aprendizagem	6
11	A falta de interação entre os monitores	6
12	Aumentar o número de capacitação	5
13	Falta de orientações e informações gerais ao longo do curso	5
14	Falta de clareza no processo avaliativo	4
15	A falta de comunicação do PST/Mais Educação com os coordenadores e a	4

	Secretaria de Educação	
16	Necessidade de atividades mais práticas	4
17	Alguns vídeos eram muito resumidos e pouco explicativo	3
18	Muita teoria/conteúdos extensos/textos longos	3
19	A falta de um material impresso	3
20	Pouca interação entre os participantes	3
21	A divulgação ineficiente	2
22	Falta de capacitação para trabalhar com alunos deficientes	2
23	Falta de entendimento do objetivo do projeto apresentado	2
24	A falta de formação mais ampla, (primeiros socorros, libras)	2
25	O pouco aprofundamento de alguns módulos	2
26	Distanciamento entre conteúdo apresentado e realidade local vivenciada	2
27	Dificuldade de trabalhar e interpretar alguns temas	2
28	Nenhum tipo de benefício para sua prática	1
29	A linguagem adotada pela equipe que fez a capacitação	1
30	Não tem como entender muito bem, pois não tem contato com o professor presencialmente	1
31	Não ficar de posse do monitor o material pedagógico	1
32	O mediador não tinha conhecimento do que estava sendo apresentado	1
33	Preconização de conteúdos de caráter biológico	1
34	Faltou informações sobre o funcionamento do curso	1
35	Didática das questões	1
36	Demora na obtenção das respostas das atividades	1
37	Resposta do questionário	1
38	Deveria ter mais assuntos para estudar	1
39	A rigidez do Tutor, mudanças no percurso do treinamento	1
40	Pouca informação sobre a real função dos monitores do ST.	1
41	Não existe previsão de tempo para aplicação e digitação dos resultados do PROESP	1
42	Não existência de programa e/ou roteiro detalhado das atividades a serem desenvolvidas	1
43	Deveria ter 40 hs o curso – sem nenhum valor para concurso abaixo de 40 hs.	1
44	Momentos curtos	1
45	Falta de uniforme que os identifiquem como participante	1
46	Dificuldade na postagem e realização das atividades	1
47	que fossem passados mais conteúdos para os demais	1
48	Falha em alguns vídeos	1
49	Os monitores deveriam receber um material para trabalhar com os alunos	1

Quadro 11 – Pontos negativos da capacitação EaD.

Dentre os pontos negativos destacam-se: 1) *As dificuldades com o sistema (Moodle)*; 2) *A ausência do tutor e a falta de comunicação e interação, ocasionando a demora no retorno das atividades*; e 3) *A falta de equipamentos (computadores, internet) para participar da capacitação; dificuldades técnicas em geral*. Os pontos negativos apresentam uma avaliação relevante para que o processo possa ser bem sucedido em uma próxima edição. Os pontos destacados representam problemas sérios no encaminhamento das atividades, o ponto 1 e o ponto 2 estão ligados diretamente à equipe que promoveu a capacitação, pois como apontado, o sistema Moodle foi uma ferramenta criticada por alguns monitores e a ausência do tutor para dar apoio e suporte no encaminhamento das atividades. Ambos os pontos são essenciais para contribuir com a motivação dos participantes e fazem diferença no processo.

Quanto ao ponto 3, está ligado às diferentes realidades do país quanto ao acesso à internet e disponibilização de equipamentos. Isso já era previsto, especialmente para as regiões mais afastadas do eixo sul-sudeste.

9. PARECER FINAL

O parecer final foi organizado em seis pontos/questionamentos principais os quais foram respondidos pelos avaliadores com base na realidade das escolas visitadas:

- Este é o caminho para levar o esporte educacional para a escola?
- Qual a aceitação da escola para inserir o segundo tempo?
- Quais são as dificuldades?
- O que devemos fazer diferente?
- Como levar a proposta pedagógica até a escola?
- Outras considerações que julgar importantes

As respostas seguem abaixo nos quadros seguir.

ESTE É O CAMINHO PARA LEVAR O ESPORTE EDUCACIONAL PARA A ESCOLA?		FREQUÊNCIA
1	Consideram que este é o caminho. Ressaltando a importância de o trabalho ser bem estruturado e planejado na escola.	87
2	Percebe-se no parecer que este é o caminho, porém é necessária a capacitação dos profissionais.	18
3	O esporte educacional só poderá ser integrado à escola com projeto próprio, isto é alicerçado em estrutura específica e em objetivos bem fundamentados, não pode ser um apêndice de outro programa (no caso o Mais Educação).	9
4	Não é possível afirmar este é o caminho para o desenvolvimento do esporte educacional na escola, visto que não observamos o PST sendo desenvolvido no dia da visita	8
5	Não é possível definir, pois as atividades estão paradas	5
6	Entenderam parcialmente a proposta	5
7	Sim, mas a prática está distante da teoria apresentada no programa	4
8	É necessário maior interação entre direção escolar, coordenação do Mais Educação e do PST. Se há falta de sintonia, fica difícil inserir o esporte educacional na escola, atuando-se assim, o jogo pelo jogo.	3
9	Sim, em parte	2

10	A escola aceita e valoriza o trabalho realizado, considerando o PST como importante para auxiliar os alunos em situação de risco.	2
11	Avalio que esse é um primeiro passo para aproximar os monitores do PST no Mais Educação e talvez, os respectivos coordenadores do Mais Educação.	2
12	Não acham que este é o caminho	1
TOTAL		146

Quadro 12 – Respostas para a questão: *Este é o caminho para levar o esporte educacional para a escola?*

É importante destacar que para este questionamento 87 frequências foram detectadas para a seguinte categoria: *Consideram que este é o caminho. Ressaltando a importância de o trabalho ser bem estruturado e planejado na escola.* quanto à estruturação e planejamento o caminho ainda é longo, a equipe do PST tem buscado fortalecer essas ações de organização do programa dentro da escola e orientar os envolvidos para que as ações sejam articuladas com as outras atividades da escola e também da Educação Física.

QUAL A ACEITAÇÃO DA ESCOLA PARA INSERIR O PST?		FREQUÊNCIA
1	A escola aceita muito bem a proposta e reconhece a importância para as crianças.	72
2	Tem uma grande aceitação por parte dos envolvidos (pais e crianças)	23
3	A escola aceita bem a proposta especialmente no que tange ao atendimento das cidades e comunidades com muita vulnerabilidade social.	6
4	Não foi possível verificar	4
5	Boa aceitação, porém é necessária a capacitação.	2
6	Certa resistência por parte dos alunos em fazer atividades coletivas que não estão acostumados, como o handebol	1
7	Bem aceito quando possui todos os recursos necessários: kit esportivo, monitor capacitado e mais opções de modalidades	1
8	Aparentemente boa. Contudo, deslocar tais ações para outro lugar que não a própria escola denota a falta de condições para o desenvolvimento das ações.	1
9	Integração muito boa da diretora com a responsável pelo Mais educação.	1
TOTAL		111

Quadro 13 – Respostas para a questão: *Qual a aceitação da escola para inserir o PST?*

Nesta questão, percebe-se que a maioria tem aceitado a proposta do PST, além de reconhecer sua importância para as crianças envolvidas. Assim também, o programa tem sido acolhido pelos os pais e pelas próprias crianças que participam das atividades.

QUAIS SÃO AS DIFICULDADES?		FREQUÊNCIA
1	A infraestrutura inadequada.	82
2	As dificuldades pedagógicas dos monitores por não serem profissionais da EF, por não terem formação.	74
3	A não participação dos monitores na capacitação.	23
4	O não atendimento às exigências do PST para o desenvolvimento das atividades esportivas	16
5	A falta de compreensão sobre as diretrizes do programa e de sua proposta pedagógica.	14
6	A falta de informações e esclarecimentos sobre o PST.	7
7	A falta de integração e aproximação das atividades do Mais Educação com o planejamento das atividades da Escola.	6
8	A dificuldade em contratar professor por causa da baixa remuneração.	6
9	O deslocamento dos alunos	6

10	A falta de um acompanhamento pedagógico ao programa.	6
11	A interferência política nas indicações de RH.	6
12	A falta ainda um maior entendimento dos monitores e responsáveis da proposta do Mais Educação em relação à ocupação de espaços alternativos para a realização do projeto.	5
13	A falta de planejamento sistemático das atividades	5
14	A dificuldade em implementar o PST na Escola devido ao parâmetro de funcionamento do PST padrão.	4
15	A dificuldade em romper com os espaços e manifestações do esporte institucionalizado.	4
16	Nenhuma	4
17	A não utilização do material didático-pedagógico do PST.	4
18	O número reduzido de monitores.	3
19	A falta da planilha de chamada no local das atividades.	3
20	A não utilização de instrumentos de avaliação.	3
21	A dificuldade na capacitação e na forma de acesso à resolução dos conteúdos	4
22	Não enfrenta maiores dificuldades, pois tem apoio da prefeitura	2
23	A escolha monitores	2
24	A dificuldade pelas atividades serem no contra turno.	2
25	O não acesso, por parte dos monitores, ao material didático-pedagógico.	2
26	A não realização de reuniões periódicas entre a equipe pedagógica da Escola e os envolvidos no Segundo Tempo.	2
27	A rotatividade dos monitores	2
28	A falta de participação da família	2
29	A falta de experiência para o desenvolvimento das atividades por parte do monitor, o qual está iniciando a faculdade.	1
30	A pobreza extrema dos beneficiados.	1
31	A utilização dos espaços da comunidade (os quais ficam em área de risco) e há “invasão” da quadra pela comunidade durante as atividades esportivas.	1
32	A falta de merenda na escola muitas vezes obriga a suspender as atividades do PST.	1
33	A falta do Coordenador do Mais Educação.	1
34	A falta de pagamento dos monitores, gerando o abandono do projeto.	1
35	A falta de articulação entre a administração escolar e os recursos humanos do PST no Mais Educação	1
36	A falta do material esportivo, pois não houve reposição nos anos 2011 e 2012.	1
37	O fim da bolsa, gerando o fim do programa.	1
38	A distância do local das atividades	1
39	A falta de comunicação entre os os monitores para discussão do desenvolvimento das atividades que cada um ministra.	1
40	A falta de investimento na capacitação do PST dentro do Mais Educação	1
41	A oferta de poucas modalidades esportivas.	1
42	A não apresentação da grade horária	1
43	A falta de espaço para todas as atividades da escola.	1
44	O mal comportamento dos alunos	1
45	Os horários das aulas em períodos de sol quente, o que provoca a evasão dos alunos.	1
46	O desacordo da carga horária das aulas com as diretrizes do PST	1
47	A incompatibilidade entre os kits enviados pelo Ministério do Esporte e a prática esportiva adotada (taekwondo).	1

48	Ainda há dificuldades quanto aos recursos humanos e materiais.	1
TOTAL		319

Quadro 14 – Respostas para a questão: *Quais são as dificuldades?*

Quando às dificuldades, destaque para duas respostas mais citadas: 1) *A infraestrutura inadequada* e 2) *As dificuldades pedagógicas dos monitores por não serem profissionais da EF, por não terem formação*. Quanto à primeira dificuldade, embora a maioria das escolas 67% (120 escolas) afirmaram que as estruturas atendem plenamente e satisfatoriamente e somente 2% (7 escolas) alegaram que as estruturas não atendem e 27% (48 escolas) que atendem precariamente, os avaliadores reconhecem que a estrutura ainda não é adequada, o que precisa ser olhado com maior cuidado por órgãos superiores no que diz respeito às condições das escolas. Quanto à segunda dificuldade mais citada trata-se de outro grande problema no programa Mais Educação que é a presença de leigos como responsáveis pelo desenvolvimento das atividades esportivas. Essa situação já foi levantada pelo ME desde o início da parceria e tem tramitado no âmbito do CONFEF (Conselho Federal de Educação Física), o qual questiona o âmbito legal dessa atuação.

O QUE DEVEMOS FAZER DIFERENTE?		FREQUÊNCIA
1	Aumentar o valor da bolsa do monitor, para evitar a rotatividade dos mesmos	25
2	Ter um profissional formado	20
3	Melhorar a capacitação	18
4	Realizar uma capacitação presencial (coordenadores Mais Educação e monitores), para orientações sobre o funcionamento do PST no Mais Educação	17
5	Melhorar a divulgação das diretrizes do Programa	15
6	Promover a capacitação presencial dos monitores	15
7	Promover o envolvimento dos profissionais específicos da área, pois as ações e condutas que ficaram caracterizadas neste processo ainda não estão claras para os que estão conduzindo atualmente o macro campo PST no programa Mais Educação	12
8	Um contato mais estreito entre equipes de treinamento (Internet) deve ser estabelecido após o treinamento presencial	11
9	O PST deveria construir, reformar e manter os espaços, para melhor aproveitamento do Programa	9
10	Dedicar atenção aos recursos humanos envolvidos, proporcionando-os capacitação, remuneração compatível, trabalhar a motivação da equipe envolvida	6
11	Realizar reuniões com a comunidade para avaliar os benefícios do PST	6
12	Qualificar as ações do programa	5
13	Elaborar/Aprimorar o Planejamento das Atividades (planejamentos, plano de aula)	4
14	Estimular a formação dos profissionais de educação física	4
15	A proposta PST deveria ser de acordo com a necessidade da comunidade local	3
16	Nada	3
17	Realizar reuniões pedagógicas	2
18	Repensar a estruturação e solidificação dos fundamentos do PST no	2

	ambiente escolar	
19	Ampliar o acesso à capacitação e incrementar a qualificação dos profissionais que desenvolvem o programa na escola	2
20	Capacitar o monitor e o mesmo ser acompanhado por um profissional	1
21	Ter melhor integração na capacitação, por ter sido online, muitos monitores nem sequer acessaram o sistema	1
22	Oferecer graduação a distancia em EF sem ônus aos monitores do PST/Mais Educação	1
23	Viabilizar a adesão ao PST para a escola	1
24	Oferecer capacitação continuada mista: AVA Moodle e presencial	1
25	Promover a capacitação dos monitores para o próximo ano	1
26	Monitores melhor preparados para aplicar a metodologia específica do PST	1
27	Reativar a bolsa	1
28	Realizar a reposição do material esportivo	1
29	Viabilizar a contratação de profissional habilitados	1
30	Adequar o kit esportivo com as modalidades esportivas oferecidas	1
31	Iniciar o projeto após a capacitação dos monitores e após a visita <i>in loco</i> para que sejam observadas as reais condições da escola	1
32	Disponibilizar uma cópia do material pedagógico para monitor	1
TOTAL		191

Quadro 15 – Respostas para a questão: *O que devemos fazer diferente?*

Quanto a essa questão, dois pontos mais citados foram em relação ao valor da bolsa e novamente o tema referente ao professor formado. Outros pontos citados também indicam caminhos para o constante aprimoramento das ações junto às escolas do Mais Educação e para a promoção efetiva do esporte educacional.

COMO LEVAR A PROPOSTA PEDAGÓGICA ATÉ A ESCOLA?		FREQUÊNCIA
1	Por meio das capacitações	18
2	Por meio de capacitações presenciais	14
3	Por meio das ECs.	10
4	Por meio de reuniões com pais e professores, com os grêmios estudantis, com o apoio das Associação de Pais e Mestres das escolas.	10
5	Por meio de uma gestão integrada entre o projeto e as ações curriculares “comuns” da escola.	7
6	Por meio de maior contato por parte dos recursos humanos, com o livro e fundamentos e caderno de apoio pedagógico.	7
7	Por meio de estratégias presenciais junto às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, coordenadores do MAIS Educação das Secretarias e das Escolas, e por fim um acompanhamento das ECs mais sistematizado.	5
8	Por meio do professor de EF, com competência técnica e engajamento social, como sujeito que conduz o processo, fazendo-o como ministrante das aulas e articulador com o PPP da escola.	4
9	Por meio do entendimento por parte da coordenação escolar do Mais Educação sobre a real função do PST.	3
10	Por meio dos coordenadores	2
11	A partir da formação do monitor e das suas experiências escolares.	2
12	Por meio da disponibilização de vídeos, exemplos de atividades que atendem a	2

	proposta do esporte educacional, como todos os materiais que compõem o kit podem e devem ser utilizados.	
13	Por meio da delimitação de ambientes propícios à prática esportiva em perspectivas pedagógicas.	2
14	Por meio da mobilização e conscientização constante dos gestores das escolas, pois ainda conhecem pouco sobre a Proposta do PST.	1
15	Por meio das videoconferências, as quais têm sido bem avaliadas pelos coordenadores do Mais Educação.	1
16	Por meio da divulgação presencial da proposta, para poder capacitar os profissionais que atuarão com o programa.	1
17	Por meio das propostas de ensino das lutas e através da qualificação que o livro proporciona.	1
18	Por meio do conhecimento, por parte dos monitores, (através de sites, livros etc) das diretrizes do PST e da necessidade de planos de aula.	1
19	Por meio da aceitação dos alunos.	1
TOTAL		92

Quadro 16 – Respostas para a questão: *Como levar a proposta pedagógica até a escola?*

Neste quadro, vemos que as respostas estão diretamente voltadas para ações de responsabilidade do ME, que são as capacitações, e também a capacitação presencial. Embora tenham apontado isso, acredita-se que para levar a proposta pedagógica até a escola é necessário um engajamento em todos os sentidos, e uma capacitação (presencial ou não) ainda não garantiria totalmente essa ação. Dentre os 19 pontos apresentados, 7 (1, 2, 3, 7, 12, 15 e 16) são apontados como de responsabilidade da gestão dos programas Mais Educação e PST e 12 (4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 18 e 19) são de responsabilidade dos professores, coordenadores e alunos da escola.

	OUTRAS CONSIDERAÇÕES QUE JULGAR IMPORTANTES	FREQUÊNCIA
1	O material fornecido pelo ME foi elogiado, por ser de boa qualidade	10
2	Melhorar a orientação didático-pedagógica para monitores por não serem formados em EF.	8
3	A organização das escolas do município de Canoas é muito boa	6
4	Apesar dos monitores terem participado da capacitação (AVA Moodle), observou-se que as atividades aconteciam em formato de escolinhas de esporte, com pouca ou nenhuma atividade lúdico-desportiva.	5
5	Primar para a presença de graduados e/ou licenciados em Educação Física para garantir uma prática educativa, pedagógica e a consolidação dos fundamentos do PST.	4
6	Falta de informação esclarecimento sobre o funcionamento das modalidades do PST no Mais Educação.	4
7	Aumentou os valores sociais das crianças e o comportamento.	4
8	Aumento da democratização do esporte na escola	3
9	Os alunos gostam muito das atividades e participam efetivamente. Essa cidade é conhecida no RS pela sua forte presença em atividades esportivas, o que de certa forma ajuda no processo.	3
10	Sugestões pedagógicas foram feitas, entretanto, uma nova avaliação seria interessante.	3
11	Observa-se ainda que a escola expressa uma ótima aceitação pelo Segundo Tempo, no entanto, não sabe como executá-lo.	3
12	Apresentar aos monitores o material didático-pedagógico do PST.	2
13	A plataforma de AVA (Moodle) deveria ser mais dinâmicas, com	2

	informações atualizadas sobre as atividades que são desenvolvidas nas escolas.	
14	O trabalho pedagógico só será aprimorado com um acompanhamento pedagógico semelhante ao trabalho realizado com os convênios tradicionais do PST.	2
15	A sustentação do PST dentro do Mais Educação só será possível através do repensar do desenvolvimento dos seus propósitos/objetivos de acordo com seus princípios sócios educacionais.	2
16	A coordenação do Mais Educação incentiva o desenvolvimento de novas atividades no interior da escola.	1
17	A escola não possui EF na sua grade curricular, o que torna o PST uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades associadas à EF.	1
18	A escola não aderiu ao PST no Mais Educação, mas recebeu material esportivo, que está sendo usado nas aulas de EF.	2
19	O material esportivo não foi repostado há 2 anos, não existe mais e as atividades estão a base do improvisado e da ajuda com o material das aulas de EF.	1
20	O projeto funciona de acordo com o preconizado, e os beneficiados aproveitam as atividades plenamente, há também uma integração total entre todos os monitores do Mais Educação e a coordenação.	1
21	O PST deveria ter modalidades coletivas.	1
22	Realizar capacitação presencial de monitores.	1
23	Não recolher o kit de material esportivo das escolas que não aderiram, pois utilizam em outras atividades do macrocampo, o ideal seria a escola fazer a adesão.	1
24	A baixa frequência dos alunos se deve à outros projetos oferecidos no município, que além de beneficiar as crianças, beneficia as famílias das crianças que não faltam nas atividades.	1
25	Enfatizar a formação dos monitores, no sistema EaD, é fundamental e efetivar visitas in loco para dar este suporte.	1
26	É necessário melhorar a infraestrutura da escola.	1
27	A escola apresentou significativa evolução nos números do IDEB entre 2011 e 2012, passando de 2,4 em 2011 para 3,8 em 2012.	1
28	Observa-se que a metodologia proposta pelo PST não aparece na prática, pois os monitores não têm clareza das diretrizes e não passaram pela capacitação.	1
29	Para além do simplesmente oferecer o PST como atividade dentro do Mais Educação, devemos pensar na estruturação e solidificação dos seus fundamentos no ambiente escolar.	1
30	A cidade é limitada culturalmente e estruturalmente, assim a população não tem conhecimento sobre a proposta do PST, por isso uma divulgação e orientação podem entender e aderir ao programa e contribuir na formação dos beneficiados.	1
TOTAL		77

Quadro 17 – Respostas para: *Outras considerações que julgar importantes.*

A partir das respostas acima, vemos algumas sugestões e observações apontadas pelos avaliadores e que de forma geral refletem as respostas apresentadas nos dados. As mais citadas se referiam à qualidade do material fornecido pelo ME, fato que já havia sido constatado anteriormente, e à

preocupação da escola com a formação dos monitores, devido à falta de conhecimento no âmbito didático-pedagógico.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste relatório foram colhidos no período de novembro de 2012 pelas ECs do Programa Segundo Tempo em diferentes Estados de todas as regiões brasileiras. Muitas dificuldades foram encontradas nesse processo, dentre elas destacamos três:

- A dificuldade de contatar as escolas no momento de contato inicial;
- Falta de planejamento das atividades;
- A falta de conhecimento das escolas sobre o PST, e sobre o Mais Educação de forma geral.

O último ponto como o de maior preocupação. Neste sentido, vale registrar aqui a impressão de um dos avaliadores frente à realidade encontrada:

“Quando conversei com as coordenadoras do Mais Educação na Escola, notei certa desinformação sobre o funcionamento do Programa Segundo Tempo dentro do Mais Educação. Inclusive, uma das coordenadoras havia dito que não aderira ao PST, embora tivesse recebido o material do Programa. Este fato não foi unanimidade, porém, quando ocorreu, descrevi no relatório.

As informações desencontradas somadas aos relatos das coordenadoras do Mais Educação denotam uma ausência de um diálogo entre a gestão geral do Mais Educação com as secretarias e coordenações responsáveis pelo desenvolvimento do Programa. Em pelo menos três da quatro escolas, eu tive que explicar as diretrizes do PST e como o programa seria desenvolvido dentro do Mais Educação. Sendo que, para a minha surpresa, algumas coordenadoras não sabiam sequer um terço das informações que eu estava transmitindo naquele momento.

O que a Equipe Colaboradora descreveu nos relatórios foram as informações dadas nas visitas. As inconsistências apresentadas evidenciam a falta de informação das coordenadoras do Mais Educação nas Escolas. Não poderíamos indicar algo diferente daquilo relatado, mesmo que qualquer mudança servisse para manter a coerência entre o número de alunos e a relação de monitores do PST no Mais Educação, por exemplo.

Além disso, poderia supor que a necessidade de mostrar o funcionamento do núcleo associada à falta de informação fizeram com que algumas coordenadoras do Mais Educação indicassem toda a quantidade de monitores atuantes no macrocampo Esporte e Lazer, o que não necessariamente seria parte do PST. Elas não souberam separar quem era do PST daqueles que atuavam somente no Mais Educação. Com isso, os avaliadores da Equipe Colaboradora 25 não tinham dados para fazer essa triagem e mantiveram no relatório toda a informação dada pelas coordenadoras, diretores e monitores do Mais Educação”.

Hugo Rocha (Avaliador da EC 25, Estado do Rio de Janeiro).

Por outro lado, foram encontrados também dados positivos sobre o desenvolvimento do programa, como por exemplo: professores de Educação Física e graduandos da área atuando na escola; a carga horária e a frequência das atividades do PST sendo respeitadas de acordo com o estabelecido na proposta, a quantidade de escolas em desenvolvimento; a presença da grade horária no momento da visita, a organização das turmas de forma mista favorecendo a interação de meninos e meninas.

Assim, aquela realidade apontada pelo avaliador não reflete todo o programa, mas sinaliza para problemas que deverão ser pensados visando o bom andamento da parceria no futuro.

Anexo 23 – Ofício Circular nº 002/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E
INCLUSÃO SOCIAL

SEPN 511 – Ed. Bittar II – 1º andar – CEP. 70.758-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3217-9490/ 2026-1465 – E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 002 /2012 - CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME

Brasília, 02 de Maio de 2012.

Assunto: **Projeto Esporte Brasil (PROESP – BR)**

Senhor(a) Diretor(a),

1. O Ministério do Esporte em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URFGS) por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social pretende desenvolver o Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) nas escolas contempladas com o Segundo Tempo no Mais Educação.

2. O PROESP - BR é um programa de observação de indicadores de crescimento e desenvolvimento corporal, motor e do estado nutricional de crianças e jovens entre 7 e 17 anos. Esse projeto foi introduzido no Programa Segundo Tempo (PST) no Mais Educação para auxiliar no processo de avaliação do desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa. Esta ação propõe constituir-se como um instrumento de avaliação permanente do impacto do PST no Mais Educação, bem como da produção de informações sobre o perfil antropométrico, nutricional e de aptidão física da população de crianças e jovens brasileiros.

3. Para viabilizar a aplicação do teste, na capacitação para os monitores que atuam no PST no Mais Educação, prevista para maio de 2012, terá um módulo específico que orientará os monitores.

4. Implantar a aplicação dos testes do PROESP na escola é uma importante oportunidade de acompanhar periodicamente os avanços dos alunos na prática esportiva, os resultados alcançados, assim como os benefícios trazidos para suas vidas. Dessa forma, as escolas que foram contempladas com o Segundo Tempo no Mais Educação em 2011, e confirmaram a participação por meio do sistema de cadastro, terão a oportunidade de participar desse Projeto. Para tanto a escola receberá um kit que contém os seguintes itens:

- 1 Balança Mecânica
- 1 Cronômetro Digital
- 2 Trens de 20 metros
- 5 Fitas Crepes 5mmx50m
- 4 Fitas Métricas 1,5m
- 1 Bola Mediciniball de 2 Kg
- 1 Caixa plástica (estojo) para acondicionar o material

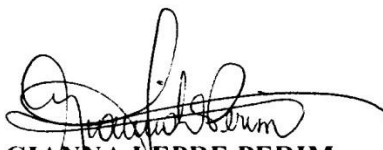
S. P. Almeida

5. A sua Escola já tem colaborado para o desenvolvimento do esporte no país com a integração do Segundo Tempo no Mais Educação e o Ministério do Esporte espera contar com a sua colaboração mais uma vez com a aplicação dos testes do PROESP na escola.

6. Para obter mais informações a respeito do PROESP acesse o site: www.proesp.ufrgs.br.

7. Agradecemos por sua colaboração e estamos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



GIANNA LEPRE PERIM

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Anexo 24 – Ofício Circular nº 04/2012 – CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E
INCLUSÃO SOCIAL

SEPN 511 – Ed. Bittar II – 1º andar – CEP. 70.758-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3217-9490/ 2026-1465 – E-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 04 /2012 - CGIPI/DEDAP/SNELIS/ME

Brasília, 29 de outubro de 2012.

Assunto: Projeto Esporte Brasil (PROESP – BR)

1. Este contato tem o objetivo de informá-los sobre o desenvolvimento do Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) em escolas que durante o processo de adesão ao Programa Mais Educação (do Ministério da Educação) optaram pelo Programa Segundo Tempo (PST) como uma atividade do Macrocampo Esporte e Lazer. Esta ação atingirá cerca de 2 mil escolas e só se tornou possível graças à parceria do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte Lazer e Inclusão Social (SNELIS), com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2. O PROESP-BR é um programa de avaliação de indicadores de crescimento, de estado nutricional e de desenvolvimento corporal e motor de crianças e jovens entre 7 e 17 anos. Constituiu-se de um instrumento de avaliação permanente de impacto, com método próprio, cujas medidas e testes podem ser realizados na maioria das escolas brasileiras.

3. A aplicação dos testes deverá ser feita pelo monitor de Atividades Esportivas (PST) ou pelo professor de Educação Física da escola em duas etapas: a primeira em até 30 dias após o recebimento do Kit e a segunda, 6 meses após a primeira realização. Sendo assim, reforçamos a necessidade da escola manter os dados dos monitores do Macrocampo Esporte e Lazer atualizados no nosso sistema de cadastro (www.pst.uem.br), para que ele receba as orientações necessárias à execução do projeto.

4. Para viabilizar a aplicação dos testes, encaminhamos em anexo uma cartilha de orientação, para o monitor/professor. Além disso, a escola receberá um kit com os seguintes itens:

- 1 Balança Mecânica
- 1 Cronômetro Digital
- 2 Trens de 20 metros
- 5 Fitas Crepes 5mmx50m
- 4 Fitas Métricas 1,5m
- 1 Bola Mediciniball de 2 Kg
- 1 Caixa plástica (estojo) para acondicionar o material

Gravado

5. A equipe PROESP-BR irá entrar em contato com a sua escola, orientando sobre o envio dos dados coletados na aplicação dos testes.
6. A aplicação dos testes do PROESP-BR na escola permite acompanhar periodicamente os avanços dos alunos na prática esportiva, os resultados alcançados, assim como os benefícios do esporte em seu desenvolvimento.
7. Para obter maiores informações a respeito do PROESP-BR, acesse o site www.proesp.ufrgs.br ou entre em contato com a nossa equipe técnica por e-mail: proesp@esef.ufrgs.br ou nos telefones (51) 3308-5819 / (51) 9380-4736.
8. Agradecemos por sua colaboração e estamos à disposição para esclarecimentos por telefone: (61) 2026-1521 ou através do e-mail: segundotempo_maisedu@esporte.gov.br.

Atenciosamente,



GIANNA LEPRE PERIM

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Anexo 25 – Cartilha de Orientação PROESP-BR



**PROJETO ESPORTE BRASIL
PROESP-BR**



**Segundo
Tempo**



**Ministério do
Esporte**



BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

<p style="text-align: center;">MEDIDAS DE CRESCIMENTO CORPORAL</p> <p style="text-align: center;">Massa corporal (peso) Estatura (altura) Envergadura</p> <p style="text-align: center;">TESTES DE APTIDÃO FÍSICA PARA SAÚDE</p> <p style="text-align: center;">Composição corporal Índice de Massa Corporal – IMC Aptidão cardiorrespiratória Teste de corrida/caminhada dos 6 minutos Flexibilidade Teste de sentar e alcançar Resistência muscular localizada Nº de abdominais em 1 minuto – Sit-up</p> <p style="text-align: center;">TESTES DE APTIDÃO FÍSICA PARA O DESEMPENHO ESPORTIVO</p> <p style="text-align: center;">Força explosiva de membros superiores Arremesso do medicineball (2 kg) Força explosiva de membros inferiores Salto horizontal (em distância) Agilidade Teste do quadrado (4 metros de lado) Velocidade Corrida de 20 metros Aptidão cardiorrespiratória Corrida de 6 minutos</p>	<p>MEDIDA DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC)</p> <p>IMC = peso / (altura)²</p> <p>Orientação: É determinado através do cálculo da razão (divisão) entre a medida de massa corporal total em quilogramas (peso) pela estatura (altura) em metros elevada ao quadrado.</p> <p>Anotação: A medida é registrada com uma casa após a vírgula.</p> 
<p>MEDIDA DA MASSA CORPORAL (PESO)</p> <p>Materiais: Uma balança portátil com precisão de até 500 gramas.</p> <p>Orientação: Trajes de educação física e descalços. Em pé com os cotovelos (braços) estendidos e juntos ao corpo. Recomenda-se verificar a calibragem a cada 8 a 10 medidas através de um peso padrão de referência.</p> <p>Anotação: A medida deve ser anotada em quilogramas com a utilização de uma casa após a vírgula.</p> 	<p>TESTE DE FLEXIBILIDADE (SENTAR-E-ALCANÇAR)</p> <p>Materiais: Fita métrica e fita adesiva.</p> <p>Orientação: Estenda uma fita métrica no solo. Na marca de 38 cm desta fita coloque um pedaço de fita adesiva de 30 cm em fitando a fita no solo. O sujeito a ser avaliado deve estar descalço. Os calcanhares devem tocar a fita adesiva na marca dos 38 centímetros e estarem separados 30 centímetros. Com os joelhos estendidos e as mãos sobrepostas, o avaliado inclina-se lentamente e estende as mãos para frente o mais distante possível e permanece 2 segundos na posição.</p> <p>Anotação: O resultado é medido em centímetros e registrado o melhor resultado (maior distância alcançada na escala com as pontas dos dedos do avaliado). Registram-se os resultados com uma casa após a vírgula.</p> 
<p>MEDIDA DA ESTATURA (ALTURA)</p> <p>Materiais: Estadiômetro, trena ou fita métrica.</p> <p>Orientação: Para a leitura da estatura deve ser utilizado um dispositivo em forma de esquadro (ver a figura ao lado). Neste modo um dos lados do esquadro é fixado à parede e o lado perpendicular inferior junto à cabeça do sujeito avaliado. (Este procedimento elimina erros decorrentes das possíveis inclinações dos materiais utilizados na avaliação).</p> <p>Anotação: A medida da estatura é anotada em centímetros com uma casa após a vírgula.</p> 	<p>TESTE DE APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA (CORRIDA/CAMINHADA DOS 6 MINUTOS)</p> <p>Materiais: Local plano com marcação do perímetro da pista. Trena métrica. Cronômetro e ficha de registro.</p> <p>Orientação: Informar aos alunos que devem correr o maior tempo possível (evitar piques de velocidade intercalados por longas caminhadas). Informar aos alunos as passagens de 2, 4 e 5 minutos ("Atenção: falta a minutos"). Ao final do teste realizar um sinal sonoro para o aluno interromper a corrida, permanecendo no lugar onde estavam (no momento do apito) até ser avisado ou sinalizado o término da prova.</p> <p>Anotação: Os resultados serão anotados em metros.</p> 
<p>MEDIDA DA ENVERGADURA</p> <p>Materiais: 1 ou 2 trenas métricas com precisão de 2cm.</p> <p>Orientação: Sobre uma parede é fixada uma trena métrica paralelamente ao solo a uma altura de 1,20 metros para os alunos menores e 1,50 m para os alunos maiores. O aluno em pé, de frente para a parede, com os braços elevados e cotovelos estendidos em 90 graus em relação ao tronco. As palmas das mãos voltadas para a parede. O dedo médio esquerdo no ponto zero da trena, sendo medida a distância até a extremidade do dedo médio direito.</p> <p>Anotação: A medida é registrada em centímetros com uma casa após a vírgula.</p> 	<p>TESTE DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS SUPERIORES (ARREMESSO DO MEDICINEBALL)</p> <p>Materiais: Uma trena e um medicineball de 2 kg (consulte manual PROESP para ver modelo alternativo).</p> <p>Orientação: Trena é fixada no solo perpendicularmente à parede com o ponto zero fixado junto à parede. O aluno senta-se com os joelhos estendidos, as pernas unidas e as costas completamente apoiadas à parede. Segura o medicineball junto ao peito com os cotovelos flexionados. O aluno deverá lançar a bola à maior distância possível, mantendo as costas apoiadas na parede. A distância é considerada do ponto zero até o local em que a bola tocou no solo pela primeira vez. Serão realizados dois arremessos, registrando-se para fins de avaliação o melhor resultado.</p> <p>Anotação: A medida será registrada em centímetros.</p> 
<p>TESTE DE RESISTÊNCIA ABDOMINAL (SIT UP)</p> <p>Materiais: Colchonete e cronômetro.</p> <p>Orientação: O avaliado se posiciona em decúbito dorsal com os joelhos flexionados a 45 graus e com os braços cruzados sobre o tórax. O avaliador segura os tornozelos do estudante fixando-os ao solo. Ao sinal o avaliado realiza flexão do tronco até tocar com os cotovelos nas coxas, retornando a posição inicial (não precisa tocar com a cabeça no colchonete na execução).</p> <p>Anotação: O resultado é expresso pelo número de movimentos em 1 minuto.</p> 	<p>TESTE DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES (SALTO HORIZONTAL)</p> <p>Materiais: Uma trena e uma linha traçada no solo.</p> <p>Orientação: Trena é fixada ao solo, perpendicularmente à linha de partida. A linha de partida pode ser sinalizada com uma das linhas que demarcam as quadras esportivas. Zero da trena junto à linha de partida. O avaliado coloca-se imediatamente atrás da linha. Ao sinal o aluno deverá saltar a maior distância possível intermitendo com os dois pés em simultâneo. Serão realizadas duas tentativas.</p> <p>Anotação: A distância do salto será registrada em centímetros a partir da linha traçada no solo até o calcanhar mais próximo desta.</p> 
<p>TESTE DE AGILIDADE (TESTE DO QUADRADO)</p> <p>Materiais: Um cronômetro, 4 garrafas de refrigerante de 2 litros do tipo PET cheias de areia (ou 4 cones).</p> <p>Orientação: Demarca-se no local de testes um quadrado de quatro metros de lado. Coloca-se uma garrafa PET em cada ângulo do quadrado. Uma fita crepe ou uma reta desenhada com giz indica a linha de partida. O aluno parte da posição de pé, com um pé avançado à frente imediatamente atrás da linha de partida. Ao sinal deverá deslocar-se em velocidade máxima e tocar com uma das mãos na garrafa situada no canto em diagonal do quadrado (atravessa o quadrado). Na sequência, corre para tocar à garrafa à sua esquerda e depois se desloca para tocar a garrafa em diagonal (atravessa o quadrado em diagonal). Finalmente, corre em direção à última garrafa, que corresponde ao ponto de partida. O cronômetro deverá ser acionado pelo avaliador no momento em que o avaliado tocar pela primeira vez com o pé o interior do quadrado e será travado quando tocar com uma das mãos no quarto cone. Serão realizadas duas tentativas, sendo registrado para fins de avaliação o menor tempo.</p> <p>Anotação: A medida será registrada em segundos e centésimos de segundo (duas casas após a vírgula).</p> 	<p>TESTE DE VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO (CORRIDA DE 20 METROS)</p> <p>Materiais: Um cronômetro e uma pista de 20m com 2 linhas: a 1ª (linha de partida); e a 2ª, distante 20m da primeira (linha de cronometragem) e a 3ª, marcada a 1m da segunda (linha de chegada). A 3ª linha serve como referência para o aluno evitar a desaceleração antes de passar a linha de cronometragem. Duas garrafas do tipo PET de 2 litros para a sinalização de primeira e terceira linhas (ou 2 cones).</p> <p>Orientação: O estudante parte da posição de pé, com um pé avançado à frente imediatamente atrás da primeira linha (linha de partida) e será informado que deverá cruzar a terceira linha (linha de chegada) o mais rápido possível. Ao sinal do avaliador, o aluno deverá deslocar-se, o mais rápido possível, em direção à linha de chegada. O avaliador deverá acionar o cronômetro no momento em que o avaliado ao dar o primeiro passo toque o solo pela primeira vez com um dos pés além da linha de partida. O cronômetro será travado quando o aluno ao cruzar a segunda linha (linha de cronometragem) tocar pela primeira vez ao solo.</p> <p>Anotação: O cronômetro registrará o tempo de percurso em segundos e centésimos de segundos (duas casas após a vírgula).</p> 



PROJETO ESPORTE BRASIL PROESP-BR



Ministério do
Esporte



Valores IMC para saúde			Valores corrida para saúde			Valores flexibilidade para saúde			Valores abdominais para saúde		
IDADE	RAPAZES	MOÇAS	IDADE	RAPAZES	MOÇAS	IDADE	RAPAZES	MOÇAS	IDADE	RAPAZES	MOÇAS
6	17,7	17,0	6	675	630	6	28,9	40,5	6	18	18
7	17,4	17,1	7	730	683	7	28,9	40,5	7	18	18
8	19,2	18,2	8	768	715	8	32,5	39,5	8	24	18
9	19,3	19,1	9	820	745	9	29,2	35,0	9	26	20
10	20,7	20,9	10	856	790	10	29,5	36,5	10	31	26
11	22,1	22,3	11	930	840	11	29,5	34,5	11	37	30
12	22,2	22,6	12	966	900	12	29,5	39,5	12	41	30
13	22,0	22,0	13	995	940	13	26,5	38,5	13	42	33
14	22,2	22,0	14	1060	985	14	30,5	38,5	14	43	34
15	23,0	22,4	15	1130	1005	15	31,0	38,5	15	45	34
16	24,0	24,0	16	1190	1070	16	34,5	39,5	16	46	34
17	25,4	24,0	17	1190	1110	17	34,0	39,5	17	47	34

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
MASCULINO	6	< 145	145 a 159	160 a 182	183 a 239	> 239
	7	< 164	164 a 179	180 a 201	202 a 249	> 249
	8	< 180	180 a 199	200 a 224	225 a 269	> 269
	9	< 200	200 a 219	220 a 249	250 a 299	> 299
	10	< 212	213 a 239	240 a 269	270 a 329	> 329
	11	< 238	238 a 260	261 a 293	294 a 361	> 361
	12	< 264	264 a 296	297 a 329	330 a 422	> 422
	13	< 300	300 a 339	340 a 389	390 a 499	> 499
	14	< 350	350 a 399	400 a 449	450 a 561	> 561
	15	< 400	400 a 439	440 a 499	500 a 608	> 608
	16	< 453	453 a 499	500 a 552	553 a 689	> 689
	17	< 480	480 a 521	520 a 589	590 a 699	> 699

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
FEMININO	6	< 140	140 a 149	150 a 163	164 a 207	> 207
	7	< 153	153 a 161	162 a 179	180 a 216	> 216
	8	< 167	167 a 184	185 a 199	200 a 246	> 246
	9	< 185	185 a 200	201 a 225	226 a 279	> 279
	10	< 200	200 a 219	220 a 244	245 a 301	> 301
	11	< 220	220 a 246	247 a 275	276 a 329	> 329
	12	< 241	241 a 269	270 a 299	300 a 369	> 369
	13	< 265	265 a 294	295 a 322	323 a 399	> 399
	14	< 280	280 a 309	310 a 343	344 a 417	> 417
	15	< 300	300 a 329	330 a 359	360 a 429	> 429
	16	< 310	310 a 339	340 a 369	370 a 449	> 449
	17	< 320	320 a 339	340 a 374	375 a 450	> 450

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
MASCULINO	6	< 105	109 a 134	135 a 177	178 a 151	> 151
	7	< 111	111 a 121	122 a 133	134 a 159	> 159
	8	< 118	118 a 127	128 a 139	140 a 165	> 165
	9	< 129	129 a 139	140 a 151	152 a 178	> 178
	10	< 135	135 a 146	147 a 157	158 a 187	> 187
	11	< 140	140 a 151	152 a 164	165 a 191	> 191
	12	< 149	149 a 159	160 a 173	174 a 203	> 203
	13	< 159	159 a 169	170 a 184	185 a 216	> 216
	14	< 170	170 a 183	184 a 199	200 a 230	> 230
	15	< 180	180 a 193	194 a 209	210 a 242	> 242
	16	< 186	186 a 199	200 a 214	215 a 248	> 248
	17	< 188	188 a 203	204 a 219	220 a 250	> 250

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
FEMININO	6	< 90	90 a 100	101 a 112	113 a 143	> 143
	7	< 94	94 a 105	106 a 115	116 a 146	> 146
	8	< 105	105 a 112	113 a 126	127 a 152	> 152
	9	< 116	116 a 126	127 a 139	140 a 165	> 165
	10	< 123	123 a 133	134 a 145	146 a 173	> 173
	11	< 127	127 a 137	138 a 149	150 a 179	> 179
	12	< 130	130 a 140	141 a 154	155 a 184	> 184
	13	< 133	133 a 144	145 a 159	160 a 189	> 189
	14	< 134	134 a 146	147 a 160	161 a 198	> 198
	15	< 135	135 a 147	148 a 162	163 a 199	> 199
	16	< 136	136 a 148	149 a 163	164 a 200	> 200
	17	< 137	137 a 150	151 a 164	165 a 201	> 201

Sexo	Idade	Excelência	M.Bom	Bom	Razoável	Fraco
MASCULINO	6	< 6,41	6,41 a 7,30	7,31 a 7,79	7,80 a 8,15	> 8,20
	7	< 6,08	6,08 a 7,00	7,01 a 7,43	7,44 a 7,76	> 7,76
	8	< 5,98	5,98 a 6,78	6,79 a 7,20	7,21 a 7,59	> 7,59
	9	< 5,82	5,82 a 6,50	6,51 a 6,89	6,90 a 7,19	> 7,19
	10	< 5,59	5,59 a 6,25	6,26 a 6,66	6,67 a 7,00	> 7,00
	11	< 5,40	5,40 a 6,10	6,11 a 6,50	6,51 a 6,87	> 6,87
	12	< 5,18	5,18 a 6,00	6,01 a 6,34	6,35 a 6,70	> 6,70
	13	< 5,01	5,01 a 5,88	5,87 a 6,18	6,17 a 6,55	> 6,55
	14	< 5,01	5,01 a 5,69	5,70 a 6,00	6,01 a 6,37	> 6,37
	15	< 4,91	4,91 a 5,59	5,60 a 5,99	6,00 a 6,26	> 6,26
	16	< 4,90	4,91 a 5,42	5,43 a 5,75	5,76 a 6,10	> 6,10
	17	< 4,85	4,85 a 5,40	5,41 a 5,73	5,74 a 6,03	> 6,03

Sexo	Idade	Excelência	M.Bom	Bom	Razoável	Fraco
FEMININO	6	< 6,59	6,59 a 7,66	7,67 a 8,26	8,27 a 8,68	> 8,69
	7	< 6,57	6,57 a 7,56	7,57 a 8,00	8,01 a 8,40	> 8,40
	8	< 6,41	6,41 a 7,22	7,23 a 7,59	7,60 a 7,97	> 7,97
	9	< 6,04	6,04 a 6,89	6,90 a 7,25	7,26 a 7,62	> 7,62
	10	< 5,89	5,89 a 6,60	6,61 a 7,00	7,01 a 7,34	> 7,34
	11	< 5,73	5,73 a 6,49	6,50 a 6,90	6,91 a 7,23	> 7,23
	12	< 5,64	5,64 a 6,36	6,37 a 6,80	6,81 a 7,16	> 7,16
	13	< 5,58	5,58 a 6,28	6,29 a 6,70	6,71 a 7,09	> 7,09
	14	< 5,50	5,50 a 6,22	6,23 a 6,68	6,69 a 7,02	> 7,02
	15	< 5,34	5,34 a 6,19	6,20 a 6,66	6,67 a 6,99	> 6,99
	16	< 5,42	5,42 a 6,15	6,16 a 6,55	6,56 a 6,91	> 6,91
	17	< 5,27	5,27 a 6,05	6,06 a 6,46	6,47 a 6,80	> 6,80

Sexo	Idade	Excelência	M.Bom	Bom	Razoável	Fraco
MASCULINO	6	< 3,73	3,73 a 4,20	4,21 a 4,53	4,54 a 4,80	> 4,80
	7	< 3,66	3,66 a 4,12	4,13 a 4,42	4,43 a 4,61	> 4,61
	8	< 3,51	3,51 a 4,00	4,01 a 4,21	4,22 a 4,46	> 4,46
	9	< 3,16	3,16 a 3,88	3,89 a 4,09	4,10 a 4,30	> 4,30
	10	< 3,08	3,08 a 3,74	3,75 a 3,98	3,99 a 4,14	> 4,14
	11	< 3,01	3,01 a 3,62	3,63 a 3,86	3,87 a 4,02	> 4,02
	12	< 3,00	3,00 a 3,50	3,51 a 3,74	3,75 a 3,95	> 3,95
	13	< 2,98	2,98 a 3,37	3,38 a 3,60	3,61 a 3,80	> 3,80
	14	< 2,91	2,91 a 3,23	3,24 a 3,46	3,47 a 3,68	> 3,68
	15	< 2,88	2,88 a 3,16	3,17 a 3,38	3,39 a 3,59	> 3,59
	16	< 2,82	2,82 a 3,12	3,13 a 3,33	3,34 a 3,50	> 3,50
	17	< 2,75	2,75 a 3,10	3,11 a 3,30	3,31 a 3,48	> 3,48

Sexo	Idade	Excelência	M.Bom	Bom	Razoável	Fraco
FEMININO	6	< 4,01	4,01 a 4,54	4,55 a 4,83	4,84 a 5,11	> 5,11
	7	< 3,91	3,91 a 4,47	4,48 a 4,77	4,78 a 5,06	> 5,06
	8	< 3,87	3,88 a 4,27	4,28 a 4,53	4,54 a 4,74	> 4,74
	9	< 3,55	3,56 a 4,00	4,01 a 4,28	4,29 a 4,53	> 4,53
	10	< 3,44	3,44 a 3,97	3,98 a 4,18	4,17 a 4,40	> 4,40
	11	< 3,30	3,30 a 3,87	3,88 a 4,09	4,10 a 4,34	> 4,34
	12	< 3,11	3,11 a 3,78	3,79 a 4,00	4,01 a 4,31	> 4,31
	13	< 3,09	3,09 a 3,74	3,75 a 3,98	3,99 a 4,27	> 4,27
	14	< 3,06	3,06 a 3,72	3,73 a 3,94	3,95 a 4,26	> 4,26
	15	< 3,04	3,04 a 3,69	3,70 a 3,93	3,94 a 4,25	> 4,25
	16	< 3,02	3,02 a 3,68	3,69 a 3,91	3,92 a 4,22	> 4,22
	17	< 3,01	3,01 a 3,67	3,68 a 3,91	3,92 a 4,20	> 4,20

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
MASCULINO	6	< 690	691 a 740	741 a 790	791 a 878	> 878
	7	< 735	735 a 785	786 a 824	825 a 923	> 923
	8	< 773	773 a 825	826 a 878	879 a 1009	> 1009
	9	< 845	845 a 899	900 a 965	966 a 1096	> 1096
	10	< 880	880 a 941	942 a 1009	1010 a 1157	> 1157
	11	< 915	915 a 977	978 a 1049	1050 a 1189	> 1189
	12	< 965	965 a 1029	1030 a 1109	1110 a 1254	> 1254
	13	< 983	983 a 1082	1083 a 1158	1159 a 1319	> 1319
	14	< 1068	1068 a 1134	1135 a 1208	1210 a 1371	> 1371
	15	< 1120	1120 a 1186	1187 a 1261	1262 a 1434	> 1434
	16	< 1150	1150 a 1219	1220 a 1288	1289 a 1504	> 1504
	17	< 1158	1158 a 1219	1220 a 1288	1289 a 1505	> 1505

Sexo	Idade	Fraco	Razoável	Bom	M.Bom	Excelência
FEMININO	6	< 612	612 a 640	641 a 680	681 a 831	> 831
	7	< 652	652 a 682	683 a 728	729 a 852	> 852
	8	< 700	700 a 734	735 a 777	778 a 875	> 875
	9	< 750	750 a 789	790 a 840	841 a 966	> 966
	10	< 783	783 a 831	832 a 883	884 a 1027	> 1027
	11	< 822	822 a 867	868 a 919	920 a 1043	> 1043
	12	< 855	855 a 900	901 a 957	958 a 1081	> 1081
	13	< 887	887 a 934	935 a 996	997 a 1129	> 1129
	14	< 920	920 a 966	967 a 1023	1024 a 1164	> 1164
	15	< 955	955 a 999	1000 a 1043	1044 a 1204	> 1204
	16	< 970	970 a 1009	1010 a 1054	1055 a 1205	> 1205
	17	< 982	982 a 1022	1023 a 1062	1063 a 1206	> 1206

Coordenação: Prof. Adroaldo Gaya Fone: +55 51 3308 5819 +55 51 9192 7545 Email: proesp@esef.ufg.br Site: <http://www.proesp.ufg.br/proesp/>

Anexo 26 – Materiais Doados Por Estados – Programas Pintando a Liberdade e Cidadania

UF	Bandeira Nacional	Bolas						Jogos de Xadrez	Jogos de Dama	Bonés	Camisetas			Redes				Pasta Executiva	Pasta Colegial	Bolsas Grandes	Bolsas Pequenas (Pasta Verde / Amarela)	Mochila	Agasalho Moleton	Agasalho Tactel	Kits PST	Total por Estado
		Futebol de Campo	Futsal	Futsal com Guizo	Vôlei	Handebol	Basquete				Brasil	PELC	PST	Vôlei	Futebol de Campo	Futsal / Handebol	Basquete									
ENVIADO PELO PINTANDO DE 01/01/2012 A 30/05/2012																										
AL									3	9																12
BA		5			5			10																		20
CE																										0
DF		65	66		65	65	65	195	195		2			13	13	13										757
ES		1	1		1		1				3															7
GO		1	1		1	1	1																			5
PE	148	780	775		740	740	740	750	750		74				1											5498
PI	159	795	795		795	795	795	795	795					159	159	159	159									6360
RS								115																		115
TOTAL	307	1647	1638	0	1607	1601	1602	1855	1750	3	88	0	0	172	173	172	159									12774
ENVIADO PELO PINTANDO DE 31/05/2012 A 31/12/2012 – APÓS A PORTARIA																										
AL	5	25	25		25	25	25	75	75																	280
BA	26	130	130		130	130	105	390	390																	1431
CE	3	7545	1545		5	3045	3000	55	55	800				2	2	2	2									16061
DF	870	4186	2671	304	1729	693	142	8184	1713	1638	1579	1200	3835	597	159	53	39	212	138	44			1		29987	
GO	34	220	200		180	180		480	480			900			4	8										2686
MA												200														200
MG	226	1229	1171	50	1169	1169	949	3604	3604	1700		1700		5	5	5	5									16591
MS		20	20			20		100	100	800				2	2	2	2									1068

UF	Bandeira Nacional	Bolas						Jogos de Xadrez	Jogos de Dama	Bonés	Camisetas			Redes				Pasta Executiva	Pasta Colegial	Bolsas Grandes	Bolsas Pequenas (Pasta Verde / Amarela)	Mochila	Agasalho Moleton	Agasalho Tactel	Kits PST	Total por Estado	
		Futebol de Campo	Futsal	Futsal com Guizo	Vôlei	Handebol	Basquete				Brasil	PELC	PST	Vôlei	Futebol de Campo	Futsal / Handebol	Basquete										
MG	226	1229	1171	50	1169	1169	949	3604	3604	1700	0	1700	0	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16591
MS	0	20	20	0	0	20	0	100	100	800	0	0	0	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1068
MT	7	75	55	0	35	55	0	365	365	400	0	0	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1363	
PB	70	350	350	0	350	350	205	1050	1050	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3775	
PE	160	910	905	0	775	775	740	855	855	1000	1074	0	0	0	39	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8118	
PI	159	795	795	0	795	795	795	795	795	0	0	0	0	159	159	159	159	0	0	0	0	0	0	0	0	6360	
PR	16	80	80	0	80	80	0	240	240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	816	
RN	1	20	20	0	20	0	20	150	153	400	0	400	0	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1192	
RO	0	40	40	0	0	40	0	30	30	800	0	0	0	3	4	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	997	
RJ	11	55	55	0	55	55	0	255	255	1800	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2541	
RR	2	10	10	0	10	10	0	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	102	
RS	43	420	360	130	220	360	0	1025	910	2000	0	0	1200	20	19	19	18	0	0	0	0	0	0	0	0	6744	
SP	0	0	0	0	0	0	0	300	300	800	0	0	220	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1620	
SC	21	105	105	0	105	105	0	315	315	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1071	
SE	9	45	45	0	45	45	45	135	135	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	504	
TO	4	20	20	0	20	20	0	60	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	204	
TOTAL	1667	16352	8670	484	5820	8018	6093	18688	12115	12141	2667	4400	5255	805	410	301	231	212	138	44	0	0	1	0	0	104512	

Anexo 27 – Minuta de Edital de Chamada Pública

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº /2012

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME), torna público o presente chamamento em conformidade com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à ampliação da política de competições e eventos de esporte e lazer, nos termos da Ação Orçamentária 208U do Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos, na Subfunção 812 - Desporto Comunitário, com recursos previstos no Orçamento Geral da União de 2012.

1. OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar propostas que visem implantação e manutenção de projetos esportivos comunitários de inclusão social, que favoreça o desenvolvimento de pesquisa, conforme o item XX do presente Edital, por meio de propostas apresentadas por Universidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidades Privadas sem fins lucrativos e Organizações do Terceiro Setor, cujo estatuto explicita a prática ou administração do Desporto.

2. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para os efeitos deste Edital, aplicam-se os conceitos constantes do art. 1º, § 2º, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGUnº 507, de 24 de novembro de 2011.

3. DAS CONDIÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Serão analisadas, no âmbito deste Chamamento Público, as propostas a serem enviadas pelas entidades citadas no item 1.1 sediado em todos os Estados do Brasil.

3.2. A análise das propostas estará condicionada ao cumprimento, pelas entidades proponentes, das exigências legais pertinentes trazidas no Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 507/2011.

3.3. Todas as propostas devem ser enviadas pelo SICONV, sendo necessária a realização dos procedimentos de credenciamento e cadastramento, de acordo com os artigos 18 e 22 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, destacando que será exigida a atuação da entidade na função "Desporto Comunitário".

Parágrafo único. Considerando que o cadastro no SICONV tem validade de um ano e que o mesmo deve ser atualizado, junto à unidade cadastradora SICONV utilizada pelo proponente, até que sejam exauridas todas as obrigações necessárias para a constituição do convênio, até o momento da celebração todas as exigências constantes do art. 22 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 devem estar integralmente atualizadas.

3.4. Somente serão consideradas as propostas que atenderem às temáticas constantes do presente Edital, à escolha, à necessidade e ao enquadramento do proponente, considerando as estratégias de intervenção e de pesquisa.

4. DOS PRAZOS

4.1. O prazo para apresentação das propostas corresponde ao período de XX/XX/2012 a XX/XX/2012.

4.2. Os prazos para seleção de propostas, assim como os resultados, serão divulgados no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos programas SICONV disponibilizados em decorrência do presente edital, conforme atividades, datas e períodos abaixo relacionados.

ATO/ ATIVIDADE DATA/ PERÍODOS

Publicação do Edital XX de XXXXXX de 2012

Recebimento dos Projetos XX de XXXXX até XXX de XXXXX de 2012

Habilitação, Classificação e Seleção XX a XX de junho 2012

Publicação do Resultado Parcial XX de XXXX de 2012

Prazo para Interposição de Recurso XX a XX de XXXXX 2012

Análise dos Recursos Interpostos XX a XX de XXXXXX de 2012

Resultado Final da Seleção e do Banco de Projetos XX de XXXXX de 2012

Celebração dos convênios XX de XXXXX até 31 de dezembro de 2012

4.3. Os projetos apresentados terão de 24 meses de vigência.

4.4. A data de início da vigência do instrumento ocorrerá com a assinatura do convênio pelos partícipes.

4.5. O prazo para interposição de recurso visando contestar o resultado será de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data da publicação do resultado parcial, e deverão ser encaminhados para o email formalizacao.snelis@esporte.gov.br, em documento digitalizado, assinado pelo dirigente máximo, ou representante legal devidamente constituído, contendo os itens contestados e as respectivas justificativas e argumentações necessárias.

4.6. O presente chamamento público terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

5. DO REPASSE FINANCEIRO

5.1. Os recursos para este Chamamento Público, no exercício de 2012, serão disponibilizados a partir da dotação orçamentária da Ação 208U – Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência, que se insere no Programa PPA 2035 - Esporte e Grandes Eventos.

5.2. DOS ITENS FINANCIÁVEIS

5.2.1. Poderão ser financiadas despesas com aquisição de material, transporte, alimentação, saúde, higiene, material de escritório e limpeza, eventos, oficinas, palestras, recursos humanos, encargos trabalhista patronais, capacitação de profissionais, máquinas e equipamentos esportivos, reformas, melhoria, construção e etc.

Parágrafo Primeiro - Para todos os bens a serem adquiridos ou serviço a ser contratado, devem ser apresentados os respectivos

Termos de Referência, contendo pesquisa de preço com três cotações, contendo o nome, CNPJ e contato do fornecedor, conforme modelos a serem disponibilizados no sítio eletrônico do ME e no programa SICONV.

Parágrafo Segundo. As despesas a serem previstas nos projetos deverão estar compatíveis com o Manual Técnico de Orçamento

- MTO/2012, constante no sítio www.portalsof.planejamento.gov.br.

5.2.2. Ao teor de disposição expressa do Art. 52, Parágrafo único, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, poderá ser permitido, a critério do ME, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do objeto, que os recursos do convênio custeiem as despesas administrativas das entidades privadas sem fins lucrativos, desde que, expressamente relacionadas ao objeto, autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho. Posteriormente terão de ser comprovadas na execução e na prestação de contas.

5.3. DOS ITENS NÃO-FINANCIÁVEIS

XXXXXXXXXXXXX

6. DA CONTRAPARTIDA

6.1. A contrapartida, a ser aportada pelo proponente, será calculada de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012) e seguindo-se a Portaria/ME nº 80, de 05 de agosto de 2004 (Manual de Convênios/ME), item 5: "II - avaliar os valores de contrapartida propostos que, em se tratando: b) de entidades privadas, sem fins lucrativos, será calculada tomando-se por base o percentual correspondente ao Município em que estejam localizados...".

6.2. Será exigida contrapartida do proponente, de acordo com os percentuais estipulados no Art. 36 da LDO 2012, calculada sobre o valor total do objeto, tendo como diretrizes:

a) A contrapartida, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu IDH, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

c) 8% (oito por cento) e 20% (vinte por cento) para os demais.

6.3. O proponente deverá comprovar que os recursos referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados, em atendimento a letra "f", do item 4.2, do Capítulo 4 deste edital.

6.4. A contrapartida deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio logo após a assinatura do mesmo.

7. DO ENQUADRAMENTO E DA ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS

7.1. Para a presente chamada o esporte é compreendido como pratica corporais que englobam jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, atividades físicas de aventuras, capoeira, AFA, além de outros.

7.2. O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar projetos que se enquadre nas seguintes temáticas:

Serão aceitos projetos que contribuam com as ações de promoção da inclusão social de crianças e adolescentes por meio das práticas esportivas, voltadas à construção da cidadania, nos seguintes temas: Etnia; Gênero e Sexualidade; Condições Socioeconômicas; Deficiências/Necessidades Educacionais Especiais; Adictos e Ex-Adictos; Jovens em Cumprimentos de Medidas Socioeducativas.

8. DA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO

8.1 Da estrutura do projeto de intervenção:

8.1.1. Objetivos;

8.1.2. Descrição das atividades (aulas, visitas, festivais, encontros, oficinas, palestras) que serão realizadas com as crianças e adolescentes;

8.1.3. Procedimentos metodológicos;

8.1.4. Diagnóstico da situação atual;

8.1.4. Descrição do processo de acompanhamento e de avaliação;

8.2 Da estrutura da pesquisa do projeto:

8.2.1. Introdução;

8.2.2. Objetivos;

8.2.3. Referencial teórico;

8.2.4. Procedimentos Metodológicos;

8.2.4. Resultados Esperados;

8.3 Da estrutura geral do projeto:

8.3.1. Orçamento;

8.3.2. Cronograma e Grade Horária;

8.3.3. Plano de aplicação detalhando os bens e serviços a serem adquiridos com os recursos recebidos;

9. CRITÉRIOS JULGAMENTO

CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO

	Critério	Pontuação
A	Relevância da proposta	0-5
B	Potencial de Impacto Social na realidade local/ regional	0-5
C	Coerência entre o objetivo da intervenção e a infraestrutura existente e a solicitada	0-5
D	Experiência do coordenador e da equipe em atividades esportivas na perspectiva de inclusão.	0-5
E	Coerência entre os objetivos e os procedimentos metodológicos	0-5
F	Coerência entre a proposta de intervenção de pesquisa	0-5

9. DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO

9.1. O presente Chamamento Público será processado em três fases: (1) Publicação de edital e recebimento das propostas; (2) Habilitação, classificação e seleção; e (2) Banco de Projetos.

9.1.1. DA PUBLICAÇÃO DE EDITAL E RECEBIMENTO DOS PROJETOS

9.1.1.1. O presente Chamamento Público de Projetos, em conformidade como art. 8º da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, será realizado no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), assim como será dada publicidade no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, bem como no Diário Oficial da União.

9.1.1.2. O recebimento de projetos será exclusivamente realizado pelo SICONV, no Programa nº XXXXXXXXXX (Apoio a Projetos esportivos Sociais para Infância e Adolescência - Edital XX/2012/XXXX. Quando da inclusão do projeto, o proponente deverá selecionar em objeto de Programa, a temática de seu interesse, conforme item XX, na modalidade convênio, e deverão seguir, obrigatoriamente, as seguintes orientações:

- a) Preenchimento integral da Proposta e do Plano de Trabalho/SICONV, nas abas de "dados", "cronograma físico", "cronograma de desembolso" e "plano de aplicação detalhado" constantes do SICONV;
- b) Inclusão da Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV, na aba "dados", campo "capacidade técnica e gerencial", ou sua transcrição, conforme espaço disponível;
- c) Inclusão dos termos de referência, na aba "projeto básico/termo de referência", contendo, no mínimo 3 (três) orçamentos, conforme orientação e modelos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos Programas/SICONV;
- d) Inclusão da documentação obrigatória, item 8.1.1.3, na aba "Anexos", conforme orientação e modelos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Esporte e nos Programas/SICONV
- e) Ao final do cadastramento do projeto no SICONV, a entidade proponente deverá, obrigatoriamente, enviá-la para "Análise", gerando o status de "Proposta/Plano de Trabalho enviado em Análise";
- f) Após o envio da Proposta/SICONV para "Análise", a entidade proponente, não poderá alterar a Proposta/SICONV encaminhada; e
- g) Somente serão analisados os projetos que: (1) forem cadastrados no Programa/SICONV especificado; (2) enquadrarem-se na condição/status de "Proposta/Plano de Trabalho enviado em Análise"; (3) forem cadastrados dentro do prazo estabelecido no item XXX.

9.1.1.3. Será obrigatória a seguinte documentação:

- a) Documento técnico de projeto, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV;
- b) Conjunto de Declarações e Termos específicos para conveniamento, acerca do projeto e do ente proponente, conforme modelos disponíveis no sítio eletrônico do ME e no Programa/SICONV;
- c) 3(três) últimos balanços patrimoniais/fiscais anuais;
- d) Documentação digitalizada do dirigente signatário, contendo documento de registro, CPF, comprovante de residência e Ata de Nomeação e Posse; e
- e) Os demais documentos exigidos pelo Art. 22 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e recebidos pela unidade cadastradora, serão conferidos na área de cadastramento do SICONV, estando cadastrado o proponente.

9.1.1.4. A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social serão responsáveis pela análise dos projetos, indicando técnicos das coordenações-gerais e departamentos responsáveis, que constituirão Comissão Técnica de Análise do Chamamento Público, sendo o resultado final homologado pelo Secretário Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

9.1.1.5. Os principais atos e os resultados finais referentes ao presente chamamento público serão publicitados no sítio eletrônico do ME, no programa SICONV e no Diário Oficial da União.

9.1.1.6. Sem prejuízo ao item 8.1.1.5, os comunicados, informações e notificações referentes ao resultado da análise da participação das propostas, serão realizados e processados por meio do SICONV, mediante funcionalidade de "pareceres".

9.1.2. DA HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO

9.1.2.1. Para a habilitação, as propostas deverão atender a todos as disposições constantes dos itens
XXXXXXX

Anexo 28 – Previsão Evolução PPA

Quadro de Evolução da Meta

Meta: Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação

Regionalização da Meta	Previsão Beneficiados em 2015			Apurado Beneficiados 2012			Memória de Cálculo PPA 2012 - 2015		
	PST Padrão	PST + Edu	Total (1)	PST Padrão	PST + Edu	Total (2)	Ano	Beneficiados	Comentários
Nacional			241.000	11.100	276.029	287.129	2010	1.468.239	Fonte: Relatório de Gestão 2010
Região Norte	50.000	837.638	887.638	2.200	116.760	118.960	2011	-	(período de elaboração PPA)
Região Nordeste	191.000	1.842.595	2.033.595	6.520	310.404	316.924	2012	2.202.358	50% sobre 2010
Região Centro-Oeste	43.000	462.017	505.017	0	57.664	57.664	2013	3.303.537	50% sobre 2012
Região Sul	178.000	626.049	804.049	1.800	76.328	78.128	2014	4.955.306	50% sobre 2013
Região Sudeste	593.000	2.368.661	2.961.661	18.300	216.689	234.989	2015	7.432.959	50% sobre 2014
	1.055.000	6.136.960	7.432.960	39.920	1.053.874	1.093.794			

Apuração Final 2012			
Previsto	Apurado	Diferença	
2.202.358	1.093.794	-1.108.564	49,7%

Anexo 29 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	1	323/2007	05.530.764/0001-02	2.854.575	570.675,00	-	2.854.575	31/12/2007	24/04/2012	1
2	1	261/2007	76.017.458/0001-15	1.145.959	231.200	-	1.145.959	31/12/2007	23/12/2012	2
3	1	344/2007	27.174.093/0001-27	424.370	101.600	-	424.370	28/12/2007	31/12/2012	1
4	1	446/2007	01.612.092/0001-23	3.325.745	534.600	-	3.325.745	31/12/2007	28/06/2013	1
5	1	217/2007	00.470.127/0001-74	7.502.610	1.633.600	-	7.502.610	31/12/2007	25/01/2013	1
6	1	152/2007	14.105.183/0001-14	372.490	89.200	-	372.490	21/12/2007	15/06/2012	2
7	1	281/2007	08.631.821/0001-38	12.430.600	4.335.200	-	12.430.600	31/12/2007	12/01/2013	1
8	1	252/2007	14.221.741/0001-07	173.224	44.720	-	173.224	19/12/2007	09/09/2012	2
9	1	702290/2008	29.138.286/0001-58	2.111.740	79.140	1.016.300	2.032.600	20/01/2009	16/05/2013	2
10	1	702768/2008	18.584.961/0001-56	281.593	43.200	-	238.393	20/01/2009	05/12/2013	2
11	1	702200/2008	18.431.312/0001-15	2.653.100	865.600	-	1.787.500	20/01/2009	25/10/2012	1
12	1	054/2008	13.927.819.0001-40	2.340.644	512.500	-	2.340.644	03/07/2008	17/12/2012	1
13	1	051/2008	08.686.050/0001-86	9.605.000	1.700.000	-	9.605.000	03/07/2008	08/10/2012	6
14	1	044/2008	51.885.242/0001-40	5.085.014	1.642.613	-	5.085.014	2/8/2010	01/12/2013	6
15	3	002/2008	92.969.856/0001-98	225.025	-	-	225.025	29/08/2008	30/06/2013	8
16	1	722306/2009	46.600.170/001-26	2.770.312	228.069	-	2.542.243	20/12/2009	21/03/2012	1
17	1	717508/2009	12.243.697/0001-00	124.408	24.910	-	-	04/01/2010	09/03/2012	6
18	1	723432/2009	00.394.577/0001-25	4.743.845	812.045	-	1.965.900	20/01/2010	01/11/2013	2
19	1	725597/2009	05.995.766/0001-77	919.114	90.826	-	414.144	07/01/2010	18/07/2012	6
20	1	725528/2009	05.569.484/0001-08	7.550.078	757.326	-	3.396.376	20/01/2010	02/05/2013	1
21	1	717921/2009	13.897.111/0001-94	174.781	11.977	-	81.402	13/01/2010	31/07/2013	2
22	1	725342/2009	16.417.800/0001-42	173.508	10.704	-	81.402	15/01/2010	19/08/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
23	1	726173/2009	13.069.323/0001-83	2.548.907	292.007	-	1.128.450	28/01/2010	21/03/2012	6
24	1	717891/2009	07.911.696/0001-57	778.210	91.810	343.200	343.200	18/01/2010	01/07/2013	2
25	1	726115/2009	01.740.422/0001-66	988.955	143.805	-	422.575	15/01/2010	08/05/2012	1
26	1	726102/2009	05.007.008/0001-01	1.002.277	58.000	-	472.138	11/01/2010	20/03/2012	6
27	1	725507/2009	20.622.890/0001-80	319.305	47.305	-	272.000	19/01/2010	08/08/2013	2
28	1	725700/2009	42.774.281/0001-80	201.025	38.025	-	81.500	20/01/2010	08/10/2013	1
29	1	722279/2009	18.715.409/0001-50	1.801.985	147.695	-	827.145	11/01/2010	30/04/2013	2
30	1	724753/2009	18.715.425/0001-42	771.302	84.976	-	343.163	13/01/2010	01/08/2012	2
31	1	726158/2009	07.254.235/0001-59	1.872.550	173.250	-	849.650	13/01/2010	19/03/2012	6
32	1	726145/2009	02.917.823/3000-16	413.024	59.534	-	176.745	20/01/2010	26/07/2012	1
33	1	719003/2009	07.344.191/0001-58	1.022.775	177.625	-	422.575	13/01/2010	09/03/2012	6
34	1	719005/2009	46.634.440/0001-00	345.720	55.720	-	145.000	14/01/2010	16/02/2012	1
35	1	723955/2009	59.058.131/0001-72	198.967	34.668	82.150	82.150	13/01/2010	30/08/2012	2
36	1	724192/2009	13.607.213/0001-28	180.800	21.800	79.500	159.000	20/01/2010	25/04/2013	2
37	1	710832/2009	14.197.768/0001-01	118.442	18.960	49.741	99.482	24/12/2009	25/04/2013	2
38	1	723942/2009	13.912.084/0001-81	226.365	34.095	96.135	192.270	06/01/2010	03/12/2012	1
39	1	719316/2009	13.393.178/0001-91	182.204	19.400	81.402	162.804	13/01/2010	10/12/2012	2
40	1	722344/2009	13.715.891/0001-04	567.285	23.343	-	543.942	11/01/2010	19/08/2012	1
41	1	717510/2009	13.915.632/0001-27	1.822.212	203.950	-	1.618.262	23/12/2009	29/07/2012	2
42	1	724193/2009	33.919.960/0001-09	194.796	31.820	81.488	162.976	20/01/2010	31/12/2012	2
43	1	725589/2009	14.212.872/0001-28	190.615	90.615	50.000	100.000	20/01/2010	03/11/2012	1
44	1	717920/2009	13.761.713/0001-10	152.980	25.980	63.500	127.000	13/01/2010	01/04/2013	2
45	1	726209/2009	23.467.889/0001-17	162.026	30.776	65.625	131.250	20/01/2010	08/02/2013	2
46	1	718222/2009	07.974.082/0001-14	1.794.100	175.800	1.618.300	1.618.300	21/12/2009	13/06/2013	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
47	1	714425/2009	07.963.051/0001-68	768.186	81.900	-	686.286	23/12/2009	13/02/2012	1
48	1	726117/2009	07.598.634/0001-37	3.435.455	459.155	-	2.976.300	20/01/2010	28/07/2013	2
49	1	719989/2009	06.114.631/0001-18	189.263	27.073	81.095	162.190	24/12/2009	28/06/2013	1
50	1	726157/2009	21.498.274/0001-22	194.136	32.300	-	161.836	20/01/2010	16/06/2012	6
51	1	722295/2009	18.428.854/0001-39	187.650	56.565	65.543	131.085	14/01/2010	04/10/2012	1
52	1	715466/2009	17.754.136/0001-90	210.540	15.840	97.350	194.700	31/12/2009	31/12/2012	2
53	1	721164/2009	18.291.351/0001-64	231.333	36.583	97.375	194.750	18/01/2010	09/07/2013	2
54	1	726119/2009	18.017.392/0001-67	184.844	20.044	82.400	164.800	11/01/2010	01/03/2013	2
55	1	725573/2009	64.487.614/0001-22	204.443	41.482	81.480	162.960	15/01/2010	25/08/2012	2
56	1	722561/2009	18.404.871/0001-36	176.522	13.522	81.500	163.000	20/01/2010	31/12/2012	2
57	1	725594/2009	18.593.103/0001-78	229.952	35.406	-	194.546	11/01/2010	08/09/2012	1
58	1	719321/2009	18.715.474/0001-85	374.176	20.820	-	353.356	22/12/2009	03/06/2012	1
59	1	719006/2009	18.338.178/0001-02	1.480.164	147.330	-	1.332.834	31/12/2009	03/02/2012	1
60	1	722557/2009	18.125.161/0001-77	333.480	43.480	145.000	290.000	06/01/2010	01/07/2013	1
61	1	728975/2009	18.602.011/0001-07	593.433	49.434	-	543.999	20/01/2010	19/03/2012	1
62	1	724638/2009	16.784.720/0001-25	404.270	51.100	-	353.170	20/01/2010	22/07/2012	1
63	1	717757/2009	18.242.784/0001-20	192.563	29.615	-	162.948	31/12/2009	02/12/2012	2
64	1	717914/2009	18.468.033/0001-26	194.740	31.740	-	163.000	21/12/2009	02/08/2012	1
65	1	726144/2009	18.715.441/0001-35	771.118	85.200	-	685.918	06/01/2010	25/02/2012	1
66	1	720306/2009	17.955.535/0001-19	182.080	19.080	-	163.000	31/12/2009	13/06/2012	1
67	1	723922/2009	18.132.449/0001-79	188.144	25.175	81.485	162.969	18/01/2010	27/11/2012	1
68	1	720311/2009	76.105.543/0001-35	1.348.580	135.122	606.729	1.213.458	07/01/2010	10/11/2012	1
69	1	717258/2009	06.554.067/0001-54	768.890	82.500	-	686.390	24/12/2009	20/04/2012	2
70	1	720624/2009	29.128.766/0001-38	748.746	62.380	-	686.366	21/12/2009	06/08/2012	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
71	1	720531/2009	29.076.130/0001-90	389.075	35.600	-	353.475	20/01/2010	22/09/2012	2
72	1	719002/2009	28.695.658/0001-84	430.900	79.700	-	351.200	14/01/2010	03/07/2012	1
73	1	723931/2009	39.485.438/0001-42	1.804.043	149.793	-	1.654.250	07/01/2010	11/03/2012	2
74	1	720519/2009	29.079.480/0001-00	184.199	21.200	-	162.999	29/12/2009	23/06/2012	2
75	1	722298/2009	29.131.075/0001-93	788.248	101.860	-	686.388	20/01/2010	25/02/2012	1
76	1	724627/2009	01.612.089/0001-00	240.750	14.250	-	226.500	15/01/2010	01/07/2012	2
77	1	726185/2009	01.380.004/0001-05	1.307.758	113.358	-	895.800	07/01/2010	15/03/2012	6
78	1	726118/2009	01.107.489/8000-16	2.370.050	619.550	-	1.750.500	29/01/2010	27/01/2012	1
79	1	725582/2009	88.349.238/0001-78	238.948	42.148	-	196.800	15/01/2010	28/05/2012	2
80	1	719004/2009	87.246.120/0001-51	193.208	30.215	-	162.993	13/01/2010	06/03/2012	1
81	1	722283/2009	88.000.906/0001-57	472.102	55.300	208.401	416.802	07/01/2010	09/04/2013	1
82	1	720308/2009	08.818.642/4000-13	194.125	31.197	-	162.928	29/12/2009	31/10/2012	1
83	1	728971/2009	97.761.407/0001-73	496.488	79.500	-	416.988	06/01/2010	16/04/2012	2
84	1	717923/2009	45.511.847/0001-79	458.340	41.340	208.500	417.000	31/12/2009	11/11/2012	1
85	1	723424/2009	46.137.410/0001-80	787.692	116.725	-	670.967	07/01/2010	30/06/2012	1
86	1	714423/2009	46.523.288/0001-80	197.637	34.644	81.497	162.993	23/12/2009	18/11/2012	1
87	1	722554/2009	46.634.101/0001-15	1.465.675	128.875	668.400	1.336.800	11/01/2010	29/09/2013	1
88	1	719993/2009	46.523.148/0001-01	186.825	23.835	-	162.990	22/12/2009	20/02/2012	1
89	1	717918/2009	46.523.270/0001-88	811.059	124.690	-	686.369	14/01/2010	06/02/2012	1
90	1	722301/2009	45.741.527/0001-05	241.490	33.000	104.245	208.490	18/01/2010	31/12/2012	1
91	1	723422/2009	45.339.363/0001-94	400.050	56.750	-	343.300	20/01/2010	04/05/2012	1
92	1	722586/2009	46.523.114/0001-17	407.330	53.850	-	353.480	18/01/2010	02/08/2012	1
93	1	725605/2009	51.816.247/0001-11	196.052	33.108	81.472	162.944	14/01/2010	04/11/2012	1
94	1	717892/2009	45.781.184/0001-02	224.293	29.588	-	194.705	13/01/2010	28/10/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
95	1	725609/2009	45.774.064/0001-88	407.150	53.650	-	353.500	14/01/2010	10/06/2013	2
96	1	719312/2009	46.422.408/0001-52	422.250	68.750	176.750	353.500	31/12/2009	13/02/2013	1
97	1	722288/2009	45.371.820/0001-28	333.080	43.080	145.000	290.000	14/01/2010	19/02/2013	1
98	1	722300/2009	46.523.056/0001-21	781.050	111.250	334.900	669.800	07/01/2010	01/08/2013	2
99	1	724187/2009	56.024.581/0001-56	777.225	90.825	-	686.400	06/01/2010	22/04/2012	1
100	1	723429/2009	46.522.983/0001-27	228.540	33.790	97.375	194.750	18/01/2010	10/07/2013	1
101	1	725473/2009	46.523.122/0001-63	1.134.924	131.025	-	1.003.899	20/01/2010	19/09/2012	1
102	1	724748/2009	46.634.564/0001-87	251.364	56.614	-	194.750	11/01/2010	04/01/2012	1
103	1	718175/2009	07.982.036/0001-67	263.168	75.318	93.925	281.775	18/01/2010	31/12/2012	1
104	1	726147/2009	07.605.850/0001-62	930.972	360.972	-	916.500	07/01/2010	28/02/2013	1
105	1	724644/2009	88.775.390/0001-12	214.000	25.500	-	225.100	15/01/2010	07/07/2012	1
106	3	001/2009	92.969.856/0001-98	174.220	-	41.079	174.220	22/12/2009	03/12/2012	
107	1	739518/2010	18.398.974/0001-30	185.484	24.090	-	-	02/07/2010	19/06/2012	9
108	1	737618/2010	42.498.733/0001-48	21.000.389	6.762.341	-	-	02/07/2010	26/02/2012	2
109	1	742847/2010	12.200.135/0001-80	2.351.205	300.605	-	1.025.300	21/07/2010	24/05/2014	1
110	1	741469/2010	13.825.476/0001-03	151.276	29.320	-	60.978	02/07/2010	12/05/2012	2
111	1	750914/2010	14.109.763/0001-80	705.370	86.170	-	309.600	11/01/2011	15/03/2013	2
112	1	750976/2010	14.239.578/0001-00	2.331.710	215.910	1.057.900	1.057.900	14/01/2011	17/10/2013	1
113	1	751946/2010	07.954.605/0001-60	2.508.573	545.373	-	981.600	24/01/2011	22/02/2013	2
114	1	737330/2010	07.258.970/0001-30	501.500	64.300	-	218.600	02/07/2010	09/03/2012	6
115	1	740365/2010	27.142.058/0001-26	890.320	228.985	-	661.335	21/07/2010	14/02/2013	2
116	1	741082/2010	02.125.227/0001-99	239.096	38.400	-	100.348	02/07/2010	22/05/2012	6
117	1	742865/2010	06.082.820/0001-56	307.349	29.404	-	138.973	02/07/2010	30/06/2013	1
118	1	738550/2010	03.155.926/0001-44	736.749	106.367	-	315.191	02/07/2010	13/08/2013	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
119	1	739535/2010	18.279.067/0001-72	237.982	37.640	-	100.171	02/07/2010	15/07/2013	2
120	1	743811/2010	06.222.709/0001-18	14.814.300	2.970.600	-	5.921.850	21/07/2010	12/01/2013	1
121	1	739700/2010	28.916.716/0001-52	504.800	67.600	-	218.600	18/01/2011	29/05/2012	6
122	1	739534/2010	31.844.889/0001-17	256.230	55.430	-	100.400	02/07/2010	22/05/2012	1
123	1	739435/2010	08.348.963/0001-92	726.020	52.420	-	336.800	02/07/2010	22/04/2013	2
124	1	741471/2010	88.587.183/0001-34	229.031	28.240	-	100.396	02/07/2010	23/05/2012	1
125	1	739441/2010	88.372.883/0001-01	745.519	72.000	-	336.760	02/07/2010	05/03/2013	2
126	1	739437/2010	83.102.459/0001-23	2.394.935	352.029	-	1.021.453	21/07/2010	05/08/2013	2
127	1	737657/2010	82.916.818/0001-13	1.827.592	170.992	-	828.300	15/07/2010	15/02/2013	2
128	1	750987/2010	85.170.652/0001-27	8.713.800	2.470.125	-	3.121.838	17/01/2011	26/11/2012	6
129	1	741096/2010	46.523.155/0001-03	268.461	67.661	-	100.400	02/07/2010	30/03/2013	2
130	1	740447/2010	46.189.718/0001-79	539.700	102.560	-	218.570	02/07/2010	02/04/2012	6
131	1	739432/2010	46.522.967/0001-34	414.086	55.686	-	179.200	02/07/2010	22/09/2013	1
132	1	741468/2010	45.226.214/0001-19	494.578	57.478	-	218.550	02/07/2010	21/09/2013	1
133	1	739708/2010	45.731.650/0001-45	497.760	62.300	-	217.730	02/07/2010	08/10/2013	2
134	1	739427/2010	58.200.015/0001-83	2.026.780	782.880	-	621.950	02/07/2010	30/12/2012	1
135	1	743597/2010	71.989.685/0001-99	150.910	28.920	-	60.995	19/07/2010	13/11/2013	1
136	1	750956/2010	07.675.908/0001-44	450.384	23.184	-	213.600	12/01/2011	23/10/2012	6
137	1	750903/2010	13.128.780/0037-02	1.207.753	70.653	-	568.550	14/01/2011	15/02/2013	2
138	1	736407/2010	07.438.591/0001-22	219.300	18.500	100.400	200.800	07/07/2010	09/09/2013	2
139	1	739428/2010	07.891.674/0001-72	959.540	110.600	424.470	848.940	02/07/2010	16/04/2013	2
140	1	742849/2010	01.067.479/0001-46	2.383.759	412.280	985.740	1.971.479	07/07/2010	16/07/2013	1
141	1	739424/2010	01.131.713/0001-57	303.700	24.400	139.650	279.300	02/07/2010	28/01/2013	1
142	1	742312/2010	01.287.416/0001-03	122.080	22.080	50.000	100.000	13/07/2010	18/05/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
143	1	740262/2010	03.439.239/0001-50	1.253.048	87.948	582.550	1.165.100	02/07/2010	17/09/2012	2
144	1	739536/2010	22.680.672/0001-28	126.840	4.850	60.995	121.990	02/07/2010	03/03/2013	2
145	1	749953/2010	18.431.155/0001-48	147.428	25.440	60.994	121.988	13/12/2010	26/11/2012	1
146	1	751945/2010	18.715.383/0001-40	5.884.272	736.972	2.573.650	5.147.300	17/01/2011	25/05/2013	1
147	1	740495/2010	16.899.700/0001-08	144.687	22.800	60.944	121.887	02/07/2010	31/10/2013	2
148	1	739431/2010	18.159.905/0001-74	239.276	38.496	100.390	200.780	02/07/2010	21/01/2013	1
149	1	742858/2010	20.920.575/0001-30	227.360	26.560	100.400	200.800	02/07/2010	08/11/2012	1
150	1	741530/2010	34.671.016/0001-48	149.810	27.810	61.000	122.000	02/07/2010	13/05/2013	2
151	1	740367/2010	08.778.326/0001-56	2.933.402	155.652	1.388.875	2.777.750	02/07/2010	20/01/2013	2
152	1	751969/2010	78.640.489/0001-53	123.601	25.684	48.958	97.916	20/01/2011	31/12/2012	1
153	1	741087/2010	76.206.606/0001-40	997.662	147.820	424.921	849.842	02/07/2010	20/09/2013	2
154	1	739434/2010	76.020.452/0001-05	978.442	128.722	424.860	849.720	02/07/2010	23/10/2013	2
155	1	740451/2010	75.687.681/0001-07	198.552	37.158	80.697	161.394	01/07/2010	08/07/2013	2
156	1	739439/2010	75.688.366/0001-02	160.053	38.053	61.000	122.000	02/07/2010	13/02/2013	2
157	1	750913/2010	76.206.499/0001-50	236.236	39.436	98.400	196.800	12/01/2011	15/02/2013	1
158	1	750953/2010	10.404.184/0001-09	429.560	40.760	194.400	388.800	20/01/2011	12/03/2013	2
159	1	745182/2010	32.415.283/0001-29	302.200	22.600	-	189.400	05/01/2011	22/06/2012	1
160	1	736408/2010	03.623.963/0001-30	2.342.550	51.950	1.145.300	2.290.600	02/07/2010	07/11/2012	1
161	1	740266/2010	08.357.618/0001-15	560.919	44.920	258.000	515.999	02/07/2010	02/06/2013	2
162	1	740312/2010	08.148.553/0001-06	496.110	58.910	218.600	437.200	02/07/2010	16/06/2013	1
163	1	750955/2010	08.148.421/0001-76	258.660	23.460	117.600	235.200	11/01/2011	28/12/2012	2
164	1	740366/2010	08.153.454/0001-04	323.710	44.110	139.800	279.600	21/07/2010	01/11/2013	1
165	1	742862/2010	08.153.819/0001-09	237.510	36.710	100.400	200.800	07/07/2010	15/04/2013	2
166	1	741103/2010	08.110.439/0001-89	230.310	29.510	100.400	200.800	02/07/2010	21/04/2013	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
167	1	741836/2010	08.079.402/0001-35	409.910	51.510	179.200	358.400	07/07/2010	24/03/2013	2
168	1	742897/2010	08.357.667/0001-58	237.510	36.710	100.400	200.800	15/07/2010	20/02/2013	1
169	1	742896/2010	01.612.380/0001-88	237.510	36.710	100.400	200.800	20/07/2010	02/01/2013	1
170	1	738397/2010	91.618.439/0001-38	430.351	72.000	179.176	358.351	02/07/2010	02/11/2012	2
171	1	741081/2010	88.546.890/0001-82	450.400	23.200	-	427.200	02/07/2010	14/12/2012	2
172	1	750957/2010	92.399.211/0001-67	221.973	25.173	98.400	196.800	12/01/2011	11/06/2013	2
173	1	739426/2010	83.102.277/0001-52	1.510.735	266.835	621.950	1.243.900	02/07/2010	17/07/2013	1
174	1	738398/2010	46.523.072/0001-14	475.729	117.329	179.200	358.400	02/07/2010	16/04/2013	2
175	1	737654/2010	46.588.950/0001-80	2.680.244	629.944	1.025.150	2.050.300	02/07/2010	16/12/2012	1
176	1	739519/2010	44.215.846/0001-14	501.994	64.794	218.600	437.200	02/07/2010	01/08/2013	2
177	1	740444/2010	44.892.693/0001-40	2.050.878	394.278	828.300	1.656.600	13/01/2011	22/02/2013	1
178	1	738834/2010	44.959.021/0001-04	1.030.721	181.492	424.614	849.229	16/07/2010	17/08/2013	2
179	1	739430/2010	44.531.788/0001-38	867.830	104.640	381.595	763.190	07/07/2010	30/06/2013	1
180	1	737651/2010	45.302.130/0001-17	231.428	30.628	100.400	200.800	02/07/2010	31/12/2012	1
181	1	750910/2010	45.157.104/0001-42	317.700	44.100	136.800	273.600	27/01/2011	30/11/2012	1
182	3	001/2010	17.217.085/0001-04	838.249	-	236.240	838.249	12/08/2010	13/12/2012	8
183	1	760083/2011	12.332.995/0001-77	136.708	4.408	-	-	30/12/2011	28/02/2014	1
184	1	760202/2011	12.243.697/0001-00	269.790	13.290	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
185	1	757619/2011	13.894.878/0001-60	1.010.040	89.040	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
186	1	759849/2011	16.417.784/0001-98	198.376	3.976	-	-	06/01/2012	01/03/2014	2
187	1	759994/2011	13.225.131/0001-19	108.850	7.600	-	-	28/12/2011	27/02/2014	2
188	1	760095/2011	01.217.538/0001-15	463.464	20.364	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
189	1	758184/2011	18.008.870/0001-72	137.600	5.300	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
190	1	760027/2011	18.338.152/0001-64	105.250	4.000	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
191	1	759779/2011	18.025.957/0001-58	169.758	6.408	-	-	29/12/2011	27/02/2014	1
192	1	760475/2011	18.338.194/0001-03	135.100	2.800	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
193	1	760472/2011	18.241.745/0001-08	684.130	54.730	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
194	1	759471/2011	18.404.780/0001-09	153.720	21.420	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
195	1	760352/2011	16.726.028/0001-40	150.903	42.750	-	-	29/12/2011	27/06/2013	2
196	1	759278/2011	18.307.496/0001-06	104.600	3.350	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
197	1	761181/2011	00.470.127/0001-74	327.866	66.156	-	-	30/12/2011	28/06/2013	1
198	1	758187/2011	77.356.665/0001-67	137.813	5.513	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
199	1	760474/2011	76.238.435/0001-30	103.342	2.092	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
200	1	759281/2011	06.554.356/0001-53	234.850	9.400	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
201	1	760038/2011	06.554.406/0001-00	461.900	18.800	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
202	1	760019/2011	06.553.747/0001-53	138.220	5.920	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
203	1	758643/2011	06.553.887/0001-21	267.780	11.280	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
204	1	759535/2011	06.554.414/0001-49	201.920	7.520	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
205	1	759274/2011	06.554.166/0001-36	105.314	4.064	-	-	27/12/2011	27/02/2014	2
206	1	759537/2011	06.553.937/0001-70	300.710	13.160	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
207	1	759783/2011	06.553.861/0001-83	461.900	18.800	-	-	29/12/2011	28/02/2014	2
208	1	760223/2011	01.612.566/0001-37	105.314	4.064	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
209	1	758182/2011	29.138.344/0001-43	149.230	16.930	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
210	1	760256/2011	28.741.098/0001-57	204.400	10.000	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
211	1	757617/2011	08.357.600/0001-13	264.195	7.695	-	-	11/01/2012	28/02/2014	2
212	1	759270/2011	01.612.383/0001-11	135.740	3.440	-	-	27/12/2011	27/12/2014	2
213	1	760072/2011	08.078.958/0001-07	104.600	3.350	-	-	30/12/2011	27/12/2014	2
214	1	760024/2011	08.154.015/0001-16	105.730	4.480	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
215	1	757615/2011	87.849.923/0001-09	481.709	38.609	-	-	30/12/2011	28/02/2014	1
216	1	758212/2011	94.436.474/0001-24	136.273	3.973	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
217	1	757949/2011	79.887.261/0001-25	894.700	97.900	-	-	20/01/2012	28/02/2014	2
218	1	760000/2011	65.042.855/0001-20	135.245	2.945	-	-	29/12/2011	27/02/2014	2
219	1	760010/2011	46.694.121/0001-81	137.600	5.300	-	-	30/12/2011	28/02/2014	2
220	1	760476/2011	07.798.886/0001-00	4.899.206	594.956	2.152.125	2.152.125	30/12/2011	28/02/2014	1
221	1	760081/2011	13.937.123/0001-03	2.596.493	793.793	901.350	901.350	30/12/2011	28/02/2014	1
222	1	760074/2011	13.323.001/0001-19	5.158.550	1.673.750	1.742.400	1.742.400	30/12/2011	28/02/2014	1
223	1	760026/2011	13.607.346/0001-02	104.930	3.680	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	1
224	1	758189/2011	14.105.704/0001-33	140.413	8.113	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	2
225	1	759782/2011	13.233.036/0001-67	105.250	4.000	50.625	50.625	28/12/2011	27/02/2014	1
226	1	759279/2011	14.217.327/0001-24	370.474	51.874	159.300	159.300	30/12/2011	28/02/2014	2
227	1	759985/2011	13.896.725/0001-51	166.842	3.492	81.675	81.675	30/12/2011	28/02/2014	2
228	1	759780/2011	13.769.021/0001-18	136.275	3.975	66.150	66.150	09/01/2012	01/03/2014	2
229	1	759784/2011	16.416.521/0001-64	136.100	3.800	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	1
230	1	757612/2011	13.988.308/0001-39	830.000	33.200	398.400	398.400	29/12/2011	27/02/2014	2
231	1	759790/2011	13.982.632/0001-40	135.000	2.700	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	2
232	1	758664/2011	07.954.480/0001-79	17.363.000	1.736.300	7.813.350	7.813.350	29/12/2011	27/02/2014	2
233	1	759284/2011	07.620.701/0001-72	369.279	19.629	174.825	174.825	29/12/2011	27/02/2014	1
234	1	760020/2011	07.616.162/0001-06	830.000	33.200	398.400	398.400	02/01/2012	01/03/2014	2
235	1	759788/2011	07.598.618/0001-44	168.165	4.815	81.675	81.675	30/12/2011	28/02/2014	2
236	1	760086/2011	41.563.628/0001-82	238.200	12.750	112.725	112.725	29/12/2011	27/02/2014	2
237	1	760465/2011	07.726.540/0001-04	262.000	5.500	128.250	128.250	30/12/2011	28/02/2014	2
238	1	757954/2011	07.412.119/0001-10	6.652.098	1.528.398	2.561.850	2.561.850	29/12/2011	27/02/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
239	1	758655/2011	27.167.477/0001-12	366.850	17.200	174.825	174.825	29/12/2011	27/02/2014	2
240	1	760082/2011	05.470.294/0001-39	2.499.500	249.950	1.124.775	1.124.775	30/12/2011	28/02/2014	1
241	1	761164/2011	05.470.294/0001-39	374.650	37.670	168.490	168.490	30/12/2011	28/06/2013	1
242	1	761186/2011	05.506.465/0001-32	5.693.730	570.030	2.561.850	2.561.850	30/12/2011	28/02/2014	1
243	1	758188/2011	03.347.101/0001-21	461.570	18.470	221.550	221.550	29/12/2011	27/02/2014	2
244	1	760091/2011	26.857.516/0001-40	3.134.000	313.400	1.410.300	1.410.300	30/12/2011	28/02/2014	1
245	1	758215/2011	07.158.647/0001-95	1.503.258	395.958	553.650	553.650	30/12/2011	28/02/2014	1
246	1	759550/2011	03.501.574/0001-31	328.349	9.749	159.300	159.300	29/12/2011	27/02/2014	2
247	1	758661/2011	18.125.120/0001-80	200.600	6.200	97.200	97.200	30/12/2011	27/02/2014	1
248	1	757947/2011	18.715.391/0001-96	1.962.700	160.000	901.350	901.350	29/12/2011	27/02/2014	2
249	1	758669/2011	18.684.217/0001-23	103.370	2.120	50.625	50.625	29/12/2011	27/02/2014	2
250	1	758183/2011	18.125.146/0001-29	231.320	5.870	112.725	112.725	29/12/2011	27/02/2014	1
251	1	759789/2011	18.457.291/0001-07	166.874	3.524	81.675	81.675	29/12/2011	27/02/2014	1
252	1	759282/2011	01.612.489/0001-15	168.050	4.700	81.675	81.675	30/12/2011	27/02/2014	1
253	1	759286/2011	19.718.360/0001-51	156.540	24.240	66.150	66.150	29/12/2011	27/02/2014	2
254	1	759785/2011	19.875.046/0001-82	481.712	38.612	221.550	221.550	30/12/2011	28/02/2014	1
255	1	757614/2011	19.876.424/0001-42	608.843	165.743	221.550	221.550	30/12/2011	28/02/2014	2
256	1	759547/2011	16.901.381/0001-10	104.201	2.951	50.625	50.625	28/12/2011	28/02/2014	2
257	1	760093/2011	18.338.186/0001-59	167.460	4.110	81.675	81.675	30/12/2011	28/02/2014	1
258	1	759285/2011	18.133.439/0001-58	122.390	21.140	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	2
259	1	760469/2011	17.709.197/0001-35	231.000	5.550	112.725	112.725	30/12/2011	28/02/2014	2
260	1	760088/2011	01.611.137/0001-45	105.250	4.000	50.625	50.625	29/12/2011	27/02/2014	2
261	1	760014/2011	01.613.121/0001-71	103.828	2.578	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	2
262	1	760077/2011	01.611.138/0001-90	103.370	2.120	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
263	1	759792/2011	24.996.969/0001-22	611.947	44.647	283.650	283.650	28/12/2011	28/02/2014	1
264	1	759275/2011	18.128.207/0001-01	659.613	61.263	299.172	299.172	29/12/2011	27/02/2014	2
265	1	758210/2011	25.223.850/0001-80	136.600	4.300	66.150	66.150	29/12/2011	27/02/2014	2
266	1	759689/2011	18.017.467/0001-00	136.273	3.973	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	1
267	1	760059/2011	05.182.233/0001-76	385.037	66.437	159.300	159.300	29/12/2011	27/02/2014	2
268	1	760466/2011	05.058.441/0001-68	134.311	25.500	54.406	54.406	30/12/2011	27/06/2013	1
269	1	760021/2011	05.105.135/0001-35	202.723	8.323	97.200	97.200	30/12/2011	28/02/2014	2
270	1	758186/2011	01.613.283/0001-00	104.055	2.805	50.625	50.625	29/12/2011	27/02/2014	1
271	1	761180/2011	76.247.352/0001-08	135.100	2.800	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	2
272	1	760470/2011	78.200.110/0001-94	103.850	2.600	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	2
273	1	761556/2011	76.206.606/0001-40	138.242	45.100	46.571	46.571	30/12/2011	28/06/2013	2
274	1	760012/2011	95.640.652/0001-05	104.752	3.502	50.625	50.625	29/12/2011	27/02/2014	2
275	1	760015/2011	76.245.059/0001-01	104.151	2.901	50.625	50.625	02/01/2012	15/10/2012	6
276	1	760073/2011	75.793.786/0001-40	135.026	2.726	66.150	66.150	30/12/2011	15/10/2012	6
277	1	757611/2011	10.091.536/0001-13	481.640	38.540	221.550	221.550	06/01/2012	28/02/2014	2
278	1	759551/2011	10.377.679/0001-96	3.465.428	998.528	1.233.450	1.233.450	30/12/2011	28/02/2014	1
279	1	757613/2011	10.358.190/0001-77	1.379.844	55.194	662.325	662.325	29/12/2011	27/02/2014	1
280	1	757620/2011	05.793.590/0001-70	6.894.000	752.400	3.070.800	3.070.800	30/12/2011	28/02/2014	1
281	1	759280/2011	06.554.877/0001-00	138.220	5.920	66.150	66.150	29/12/2011	27/02/2014	1
282	1	759992/2011	06.554.760/0001-27	168.990	5.640	81.675	81.675	29/12/2011	27/02/2014	2
283	1	759273/2011	06.554.786/0001-75	360.930	11.280	174.825	174.825	02/01/2012	01/03/2014	2
284	1	760033/2011	06.554.869/0001-64	1.921.425	118.725	901.350	901.350	29/12/2011	27/02/2014	1
285	1	759542/2011	06.554.737/0001-32	201.920	7.520	97.200	97.200	30/12/2011	28/02/2014	2
286	1	760201/2011	06.554.943/0001-42	172.230	8.880	81.675	81.675	30/12/2011	28/02/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
287	1	760090/2011	28.919.637/0001-03	201.060	6.660	97.200	97.200	30/12/2011	28/02/2014	2
288	1	761288/2011	29.131.075/0001-93	172.191	44.647	54.550	54.550	30/12/2011	28/06/2013	1
289	1	759786/2011	28.636.579/0001-00	2.687.276	220.376	1.233.450	1.233.450	30/12/2011	28/02/2014	2
290	1	760036/2011	29.111.093/0001-03	198.380	3.980	97.200	97.200	30/12/2011	28/02/2014	1
291	1	759277/2011	29.138.377/0001-93	621.344	116.144	252.600	252.600	30/12/2011	27/02/2014	2
292	1	759781/2011	08.110.884/0001-49	105.730	4.480	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	2
293	1	760001/2011	87.530.978/0001-43	211.304	16.904	97.200	97.200	29/12/2011	27/02/2014	2
294	1	757618/2011	87.990.800/0001-85	482.604	39.504	221.550	221.550	02/01/2012	28/02/2014	1
295	1	760089/2011	87.246.120/0001-51	145.277	34.629	55.324	55.324	29/12/2011	27/06/2013	1
296	1	760084/2011	87.613.220/0001-79	106.543	5.293	50.625	50.625	30/12/2011	28/02/2014	2
297	1	760157/2011	88.566.872/0001-62	299.531	11.981	143.775	143.775	02/01/2012	28/02/2014	2
298	1	761286/2011	82.538.851/0001-57	139.539	32.005	53.767	53.767	30/12/2011	28/06/2013	1
299	1	757953/2011	46.634.259/0001-95	366.132	16.482	174.825	174.825	29/12/2011	27/02/2014	1
300	1	761179/2011	46.482.865/0001-32	114.981	24.219	45.381	45.381	11/01/2012	29/06/2013	1
301	1	760087/2011	44.494.136/0001-70	135.000	2.700	66.150	66.150	30/12/2011	28/02/2014	1
302	1	760046/2011	44.428.506/0001-71	260.479	97.129	81.675	81.675	09/01/2012	27/02/2014	2
303	1	760067/2011	45.685.872/0001-79	461.600	18.500	221.550	221.550	29/12/2011	27/02/2014	1
304	1	760078/2011	45.358.249/0001-01	481.630	38.530	221.550	221.550	30/12/2011	28/02/2014	1
305	1	758652/2011	45.148.699/0001-70	104.590	3.340	50.625	50.625	20/01/2012	28/02/2014	2
306	1	757955/2011	48.664.304/0001-80	200.270	5.870	97.200	97.200	30/12/2011	28/02/2014	1
307	1	760353/2011	44.959.021/0001-04	183.477	73.236	55.120	55.120	30/12/2011	28/06/2013	2
308	1	760025/2011	49.979.255/0001-37	208.069	13.669	97.200	97.200	30/12/2011	27/02/2014	1
309	1	761287/2011	03.063.416/0001-47	101.143	11.000	45.071	45.071	30/12/2011	28/06/2013	1
310	1	759272/2011	11.030.772/0001-92	1.720.686	73.236	823.725	823.725	30/12/2011	27/02/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
311	3	108/2011	10.724.903/0001-79	39.800	-	10.804	28.996	22/09/2011	sem previsão	8
312	3	112/2011	73.895.666/0001-29	19.900	-	2.679	19.743	22/09/2011	sem previsão	8
313	3	114/2011	10.830.301/0003-68	39.800	-	19.903	19.897	22/09/2011	sem previsão	8
314	3	115/2011	10.648.539/0001-05	39.800	-	1.861	39.789	22/09/2011	sem previsão	8
315	3	107/2011	10.764.307/0001-12	39.800	-	-	19.900	22/09/2011	sem previsão	8
316	3	123/2011	10.806.496/0001-49	39.800	-	25.300	39.741	11/10/2011	sem previsão	8
317	3	187/2011	10.744.098/0001-45	59.700	-	1.040	59.700	30/11/2011	sem previsão	8
318	3	196/2011	10.626.896/0001-72	19.900	-	8.612	19.896	06/12/2011	sem previsão	8
319	3	201/2011	10.662.072/0001-58	19.900	-	-	19.858	08/12/2011	sem previsão	8
320	3	191/2011	21.195.755/0001-69	1.802.700	-	503.300	1.802.700	05/12/2011	sem previsão	8
321	3	177/2011	21.195.755/0001-69	189.900	-	-	189.900	24/11/2011	sem previsão	8
322	3	186/2011	21.186.804/0001-05	108.650	-	26.400	108.650	30/11/2011	sem previsão	8
323	3	152/2011	92.242.080/0001-00	107.650	-	107.650	107.650	24/11/2011	sem previsão	8
324	3	183/2011	32.479.123/0001-43	108.650	-	26.400	108.650	30/11/2011	sem previsão	8
325	3	169/2011	07.722.779/0001-06	183.033	-	100.783	183.033	24/11/2011	sem previsão	8
326	3	173/2011	15.461.510/0001-33	172.416	-	90.166	172.416	24/11/2011	sem previsão	8
327	3	158/2011	24.134.488/0001-08	216.301	-	26.400	216.301	22/11/2011	sem previsão	8
328	3	148/2011	17.879.859/0001-15	216.300	-	26.400	216.300	22/11/2011	sem previsão	8
329	3	176/2011	34.621.748/0001-23	108.650	-	26.400	108.650	24/11/2011	sem previsão	8
330	3	162/2011	15.461.510/0001-33	107.650	-	107.650	107.650	22/11/2011	sem previsão	8
331	3	172/2011	24.464.109/0001-48	159.850	-	77.600	159.850	24/11/2011	sem previsão	8
332	3	171/2011	00.038.174/0001-43	108.650	-	26.400	108.650	29/11/2011	sem previsão	8
333	3	181/2011	07.272.636/0001-31	189.900	-	189.900	189.900	30/11/2011	sem previsão	8
334	3	193/2011	33.663.683/0001-16	120.742	-	12.092	120.742	05/12/2011	sem previsão	8

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
335	3	174/2011	75.095.679/0001-49	108.650	-	26.400	108.650	24/11/2011	sem previsão	8
336	3	161/2011	75.101.873/0001-90	226.580	-	36.680	226.580	22/11/2011	sem previsão	8
337	3	151/2011	95.591.764/0001-05	216.300	-	26.400	216.300	24/11/2011	sem previsão	8
338	3	159/2011	25.944.455/0001-96	216.632	-	26.732	216.632	22/11/2011	sem previsão	8
339	3	147/2011	17.217.985/0012-67	108.650	-	26.400	108.650	22/11/2011	sem previsão	8
340	3	166/2011	01.567.601/0001-43	240.300	-	24.000	240.300	22/11/2011	sem previsão	8
341	3	165/2011	34.792.077/0001-63	443.100	-	221.600	443.100	22/11/2011	sem previsão	8
342	3	033/2011	03.277.610/0001-25	4.278.000	-	2.097.951	4.278.000	29/03/2011	sem previsão	8
343	3	007/2012	29.427.465/0001-05	158.700	-	158.700	158.700	07/12/2012	sem previsão	8
344	3	010/2012	13.031.547/0001-04	82.250	-	82.250	82.250	07/12/2012	sem previsão	8
345	1	771731/2012	13.891.528/0001-40	255.000	6.900	-	-	21/01/2013	02/03/2015	1
346	1	770933/2012	18.715.474/0001-85	368.745	120.645	-	-	25/07/2012	06/09/2014	1
347	1	771736/2012	18.428.839/0001-90	1.347.449	508.049	-	-	21/01/2013	28/02/2015	1
348	1	772262/2012	88.349.238/0001-78	118.287	15.387	-	-	14/01/2013	25/02/2015	2
349	1	771417/2012	55.021.455/0001-85	170.855	19.355	-	-	14/01/2013	24/02/2015	1
350	1	771414/2012	46.523.239/0001-47	648.265	51.865	-	-	21/01/2013	28/02/2015	1
351	1	771432/2012	56.024.581/0001-56	350.000	29.000	-	-	16/01/2013	28/02/2015	1
352	1	771732/2012	03.063.416/0001-47	279.600	31.500	-	-	04/02/2013	28/02/2015	1
353	1	770959/2012	07.963.051/0001-68	528.062	109.862	209.100	209.100	25/07/2012	05/09/2014	1
354	1	770949/2012	18.602.011/0001-07	298.125	25.725	-	136.200	25/07/2012	06/09/2014	1
355	1	770954/2012	32.512.501/0001-43	1.780.640	147.440	-	816.600	25/07/2012	06/09/2014	1
356	1	771265/2012	29.131.075/0001-93	522.091	103.891	209.100	209.100	25/07/2012	06/09/2014	1
357	1	770937/2012	87.246.120/0001-51	105.148	26.548	39.300	39.300	25/07/2012	05/09/2014	1
358	1	770928/2012	01.613.360/0001-21	105.825	27.225	39.300	39.300	25/07/2012	06/09/2014	2

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
359	1	771729/2012	45.307.980/0001-08	133.876	30.976	-	51.450	17/12/2012	28/01/2015	1
360	1	700507/2008	46.523.122/0001-63	142.858	2.858	-	140.000	31/12/2008	11/04/2012	4
361	1	722982/2009	83.026.773/0001-74	167.530	19.590	-	147.940	31/12/2009	28/02/2012	4
362	1	723010/2009	88.254.875/0001-60	337.740	37.740	-	300.000	31/12/2009	22/05/2012	4
363	1	723966/2009	88.414.552/0001-97	114.400	14.400	-	100.000	31/12/2009	07/07/2012	4
364	1	724185/2009	45.780.087/0001-03	463.632	183.632	-	280.000	31/12/2009	27/06/2012	4
365	1	724462/2009	13.915.632/0001-27	111.000	6.000	-	105.000	31/12/2009	05/03/2012	4
366	1	726203/2009	42.498.733/0001-48	2.000.000	40.000	-	1.960.000	31/12/2009	06/05/2012	6
367	1	734214/2010	88.601.943/0001-10	110.000	10.000	-	100.000	30/06/2010	06/06/2012	4
368	1	735472/2010	88.702.089/0001-89	183.677	86.524	-	97.152	30/06/2010	13/02/2012	4
369	1	736099/2010	05.169.788/0001-88	250.452	51.059	-	199.393	05/10/2010	30/01/2012	4
370	1	736102/2010	91.103.127/0001-91	105.435	5.720	-	99.715	30/06/2010	30/04/2012	4
371	1	736497/2010	07.158.647/0001-95	407.528	107.528	-	300.000	29/06/2010	31/05/2012	4
372	1	737301/2010	01.763.606/0001-41	172.213	72.220	-	99.993	30/12/2010	11/04/2012	4
373	1	737358/2010	88.488.366/0001-00	157.904	58.230	-	99.674	01/07/2010	27/05/2012	4
374	1	737372/2010	01.613.283/0001-00	104.500	4.500	-	100.000	01/07/2010	02/03/2012	4
375	1	737469/2010	01.165.729/0001-80	169.961	65.305	-	104.656	30/06/2010	01/06/2012	4
376	1	737470/2010	88.489.786/0001-01	165.115	45.690	23.885	119.425	01/07/2010	28/03/2013	1
377	1	737519/2010	87.455.531/0001-57	500.000	100.000	-	400.000	01/07/2010	20/08/2012	4
378	1	737547/2010	82.925.652/0001-00	106.720	6.720	-	100.000	01/07/2010	24/04/2012	4
379	1	737650/2010	76.020.452/0001-05	125.077	25.077	-	100.000	01/07/2010	30/06/2013	1
380	1	738416/2010	07.756.646/0001-42	114.646	4.326	10.320	110.320	30/06/2010	05/01/2013	1
381	1	738417/2010	18.338.848/0001-90	110.182	10.182	-	100.000	01/07/2010	14/01/2012	4
382	1	738419/2010	07.589.369/0001-20	194.044	16.080	-	177.964	30/06/2010	01/03/2012	4

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
383	1	738420/2010	07.589.369/0001-20	126.416	5.476	20.160	120.940	30/06/2010	01/03/2013	1
384	1	738430/2010	42.498.733/0001-48	1.146.474	46.474	-	1.100.000	30/06/2010	15/07/2012	4
385	1	738573/2010	73.573.297/0001-58	406.444	68.983	61.920	337.461	30/12/2010	06/03/2013	1
386	1	738575/2010	44.229.813/0001-23	175.250	75.250	-	100.000	31/12/2010	01/08/2012	4
387	1	738585/2010	05.569.484/0001-08	930.072	322.538	-	607.534	30/06/2010	14/01/2013	1
388	1	739522/2010	88.756.879/0001-47	151.355	51.355	-	100.000	30/06/2010	18/04/2012	4
389	1	739524/2010	08.654.457/0001-21	222.492	29.252	-	193.240	09/07/2010	10/06/2012	4
390	1	740313/2010	11.030.772/0001-92	808.584	43.584	-	765.000	01/07/2010	04/06/2012	4
391	1	740520/2010	04.460.932/0001-78	333.350	133.350	-	200.000	07/12/2010	07/06/2012	4
392	1	740531/2010	36.862.621/0001-21	632.190	17.550	-	614.640	01/07/2010	31/12/2012	4
393	1	740630/2010	10.377.679/0001-96	599.423	89.423	-	510.000	01/07/2010	19/09/2012	4
394	1	741507/2010	27.142.058/0001-26	241.147	81.784	-	159.363	02/07/2010	03/07/2012	4
395	1	741720/2010	27.142.058/0001-26	646.897	350.555	-	296.342	01/07/2010	05/10/2012	4
396	1	741721/2010	01.612.505/0001-70	221.845	100.442	-	121.403	01/07/2010	02/03/2012	4
397	1	741722/2010	04.474.819/0001-41	792.556	110.382	-	682.174	30/06/2010	16/02/2012	4
398	1	741725/2010	82.928.706/0001-82	182.768	71.921	-	110.847	30/06/2010	29/02/2012	4
399	1	741726/2010	04.366.207/0001-35	262.159	29.108	-	233.051	01/07/2010	02/05/2012	4
400	1	741729/2010	46.523.239/0001-47	701.984	87.518	-	614.466	01/07/2010	13/07/2012	4
401	1	741733/2010	18.715.441/0001-35	131.576	20.648	-	110.928	28/12/2010	07/02/2013	1
402	1	741734/2010	87.530.978/0001-43	117.947	26.760	-	91.187	29/06/2010	23/02/2012	4
403	1	741773/2010	01.612.383/0001-11	117.230	17.230	-	100.000	01/07/2010	29/02/2012	4
404	1	741789/2010	87.893.111/0001-52	103.000	3.000	-	100.000	30/12/2010	23/02/2013	1
405	1	741809/2010	24.380.651/0001-12	154.835	54.860	-	99.975	30/06/2010	15/07/2012	4
406	1	741861/2010	07.726.540/0001-04	107.025	4.000	-	103.025	30/06/2010	29/02/2012	4

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
407	1	741890/2010	69.568.228/0001-89	223.178	3.200	-	219.978	01/08/2010	22/01/2012	4
408	1	741939/2010	10.408.839/0001-17	322.699	16.800	-	305.899	01/07/2010	20/03/2012	4
409	1	742394/2010	56.024.581/0001-56	676.970	210.921	-	466.049	01/07/2010	03/11/2012	4
410	1	742411/2010	04.034.583/0001-22	705.549	58.070	-	647.479	01/07/2010	31/12/2012	4
411	1	742418/2010	10.377.679/0001-96	220.000	20.000	-	200.000	01/07/2010	31/08/2012	4
412	1	742446/2010	08.357.600/0001-13	117.230	17.230	-	100.000	01/07/2010	24/10/2012	4
413	1	742517/2010	32.512.501/0001-43	165.546	59.460	-	106.086	01/07/2010	09/03/2013	1
414	1	742521/2010	29.131.075/0001-93	295.423	44.891	50.106	250.532	30/12/2010	28/03/2013	1
415	1	742524/2010	29.178.233/0001-60	112.034	23.911	-	88.123	31/12/2010	16/07/2012	4
416	1	742530/2010	88.594.999/0001-95	121.469	21.400	-	100.069	01/07/2010	31/05/2012	4
417	1	742664/2010	88.073.291/0001-99	883.269	148.914	-	734.355	02/07/2010	05/07/2012	4
418	1	742700/2010	46.137.410/0001-80	408.416	243.944	-	164.472	01/07/2010	24/11/2012	4
419	1	748065/2010	05.138.035/0001-05	2.187.500	87.500	-	2.100.000	12/08/2010	29/02/2012	6
420	1	748261/2010	08.116.671/0001-24	263.000	23.000	-	240.000	13/08/2010	07/01/2012	4
421	1	748264/2010	03.906.292/0001-14	371.838	79.116	-	257.441	30/12/2010	15/03/2013	1
422	1	748265/2010	07.494.715/0001-97	134.373	41.157	-	93.216	30/12/2010	01/09/2012	4
423	1	748266/2010	05.115.471/0001-69	205.831	33.060	-	172.771	30/12/2010	23/02/2013	1
424	1	748267/2010	03.922.221/0001-05	466.106	97.426	-	368.680	27/12/2010	07/07/2012	6
425	1	748268/2010	05.784.211/0001-86	123.990	23.990	-	100.000	30/12/2010	04/10/2012	4
426	1	748932/2010	02.597.035/0001-85	181.600	21.600	-	160.000	01/12/2010	09/05/2012	6
427	1	748935/2010	04.811.673/0001-82	2.713.800	217.800	-	2.496.000	01/10/2010	17/01/2012	4
428	1	749954/2010	06.027.537/0001-21	142.500	42.500	-	100.000	30/12/2010	10/11/2012	4
429	1	749955/2010	01.400.420/0001-28	128.900	29.020	-	99.880	30/12/2010	07/07/2012	4
430	1	750092/2010	07.045.204/0001-98	102.507	7.825	-	94.682	30/12/2010	05/06/2012	6

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
431	1	750093/2010	39.259.098/0001-31	548.900	48.900	-	500.000	15/12/2010	09/06/2012	4
432	1	750099/2010	00.097.790/0003-37	66.008	11.008	-	55.000	29/12/2010	09/06/2012	4
433	1	750190/2010	06.271.751/0001-29	417.000	37.000	-	380.000	30/12/2010	13/06/2012	4
434	1	750192/2010	07.543.941/0001-10	634.943	130.160	-	504.783	30/12/2010	30/11/2012	4
435	1	750247/2010	05.780.545/0001-81	242.000	22.000	-	220.000	31/12/2010	07/07/2012	4
436	1	750630/2010	05.814.565/0001-26	61.510	6.510	-	55.000	30/12/2010	27/07/2012	4
437	1	750664/2010	18.431.155/0001-48	248.390	18.390	-	230.000	30/12/2010	23/02/2013	1
438	1	750824/2010	08.294.662/0001-23	118.870	18.870	-	100.000	30/12/2010	25/02/2013	1
439	1	750832/2010	00.113.248/0001-69	440.000	40.000	-	400.000	15/12/2010	09/05/2012	4
440	1	750870/2010	05.055.009/0001-13	473.775	73.776	-	399.999	31/12/2010	29/08/2012	4
441	1	750896/2010	88.150.495/0001-86	233.842	39.980	-	193.862	29/12/2010	07/11/2012	4
442	1	750924/2010	23.098.510/0001-49	134.359	34.359	-	100.000	31/12/2010	25/02/2013	1
443	1	750927/2010	88.577.416/0001-18	715.000	15.000	-	700.000	29/12/2010	15/01/2013	1
444	1	751007/2010	04.092.714/0001-28	177.500	7.500	-	170.000	21/12/2010	15/06/2013	1
445	1	751008/2010	02.922.309/0001-64	115.000	15.000	-	100.000	29/12/2010	10/09/2012	4
446	1	751420/2010	44.555.688/0001-41	217.625	17.625	-	200.000	28/12/2010	08/07/2012	4
447	1	751693/2010	88.254.875/0001-60	205.500	5.500	-	200.000	28/12/2010	31/12/2012	4
448	1	751856/2010	47.492.806/0001-08	433.015	133.016	-	299.999	29/12/2010	30/01/2013	1
449	1	752187/2010	04.850.938/0001-51	110.000	10.000	-	100.000	30/12/2010	08/08/2012	4
450	1	752242/2010	10.321.256/0001-54	117.495	17.500	-	99.995	30/12/2010	01/08/2012	4
451	1	752296/2010	04.048.235/0001-04	121.825	21.880	-	99.945	29/12/2010	12/06/2012	4
452	1	755978/2011	07.158.647/0001-95	118.168	18.168	-	100.000	28/10/2011	21/01/2013	1
453	1	756143/2011	83.026.773/0001-74	108.887	21.635	87.252	87.252	30/12/2011	16/07/2013	1
454	1	756144/2011	07.598.634/0001-37	176.879	20.536	-	156.343	10/11/2011	07/05/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
455	1	756145/2011	37.464.997/0001-40	107.154	37.154	70.000	70.000	30/12/2011	01/03/2013	1
456	1	764589/2011	03.155.926/0001-44	230.360	30.360	200.000	200.000	30/12/2011	15/04/2013	1
457	1	764591/2011	13.128.780/0095-81	208.333	8.333	200.000	200.000	30/12/2011	24/07/2013	1
458	1	764595/2011	39.485.412/0001-02	326.155	40.000	286.155	286.155	30/12/2011	05/09/2013	1
459	1	764596/2011	92.963.560/0001-60	480.000	80.000	400.000	400.000	30/12/2011	15/04/2013	1
460	1	764601/2011	11.030.772/0001-92	1.108.148	208.148	900.000	900.000	30/12/2011	19/07/2013	1
461	1	767916/2011	18.715.383/0001-40	1.388.190	388.190	1.000.000	1.000.000	30/12/2011	10/09/2013	1
462	1	767922/2011	18.401.059/0001-57	271.400	21.712	249.688	249.688	30/12/2011	04/09/2013	1
463	1	775076/2012	23.478.597/0001-80	183.115	7.315	-	-	28/12/2012	28/06/2014	1
464	1	774169/2012	01.165.729/0001-80	279.842	22.950	-	-	20/12/2012	20/06/2014	1
465	1	774126/2012	06.114.631/0001-18	141.125	5.645	-	-	28/12/2012	30/06/2014	1
466	1	776062/2012	18.715.474/0001-85	186.989	15.228	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
467	1	774127/2012	03.501.574/0001-31	138.278	5.516	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
468	1	775073/2012	01.613.283/0001-00	176.635	3.925	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
469	1	774110/2012	08.874.935/0001-09	179.390	3.590	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
470	1	774111/2012	06.553.739/0001-07	141.125	5.645	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
471	1	774089/2012	06.554.877/0001-00	141.125	5.645	-	-	31/12/2012	01/09/2014	1
472	1	775075/2012	06.554.968/0001-46	141.125	5.645	-	-	28/12/2012	28/06/2014	1
473	1	775070/2012	06.554.737/0001-32	141.125	5.645	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
474	1	774119/2012	41.522.228/0001-29	141.115	5.645	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
475	1	775068/2012	41.522.111/0001-45	141.125	5.645	-	-	28/12/2012	28/06/2014	1
476	1	774114/2012	12.066.973/0001-02	141.125	5.645	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
477	1	775060/2012	95.583.571/0001-02	161.702	3.290	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
478	1	774117/2012	76.208.867/0001-07	181.008	15.288	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
479	1	774091/2012	01.619.104/0001-41	171.276	5.790	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
480	1	774060/2012	08.357.642/0001-54	179.500	3.700	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
481	1	774120/2012	87.246.120/0001-51	167.188	39.092	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
482	1	774101/2012	87.613.519/0001-23	179.292	3.654	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
483	1	774058/2012	82.915.026/0001-24	181.564	5.764	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
484	1	774093/2012	46.634.135/0001-00	170.481	7.469	-	-	31/12/2012	30/07/2014	1
485	1	774167/2012	65.711.988/0001-42	133.587	4.200	-	-	20/12/2012	20/06/2014	1
486	3	Destaque	21.195.755/0001-69	520.413	2.020	518.393	518.393	15/10/2012	15/04/2014	1
487	3	Destaque	24.134.488/0001-08	370.440		370.440	370.440	09/10/2012	09/04/2014	1
488	3	Destaque	95591764000105	338.542	5.934	332.608	332.608	05/10/2012	05/04/2014	1
489	3	Destaque	06.279.103/0001-19	352.080		352.080	352.080	08/11/2012	08/05/2014	1
490	3	Destaque	24.464.109/0001-48	456.803		456.803	456.803	10/10/2012	10/04/2014	1
491	3	Destaque	10.744.098/0001-45	523.915		523.915	523.915	20/11/2012	20/05/2014	1
492	3	Destaque	33.064.540/0001-00	256.270	1.350	254.920	254.920	05/11/2012	05/05/2014	1
493	3	Destaque	10.767.239/0009-00	117.328	17.328	-	100.000	23/11/2011	23/11/2012	4
494	3	Destaque	10.877.412/0001-68	600.000	-	-	600.000	22/12/2011	27/02/2013	1
495	3	Destaque	28.523.215/0001-06	299.403	1.450	-	299.403	06/09/2011	06/09/2012	4
496	3	Destaque	95.591.764/0001-05	306.600	15.000	-	291.600	22/12/2011	01/06/2013	1
497	1	722959/2009	14.045.546/0001-73	100.880	65.880	-	35.000	31/12/2009	12/05/2012	4
498	1	737978/2010	54.409.461/0001-41	32.260	12.262	-	19.998	23/12/2010	03/11/2012	4
499	1	743618/2010	83.661.074/0001-04	108.700	8.700	-	100.000	14/12/2010	28/01/2012	4
500	1	750383/2010	12.671.814/0001-37	106.577	46.577	-	60.000	30/12/2010	02/01/2014	1
501	1	750384/2010	79.151.312/0001-56	100.000	27.000	-	73.000	29/12/2010	09/04/2012	4
502	1	750579/2010	88.577.416/0001-18	165.000	15.000	-	150.000	29/12/2010	03/08/2012	4

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
503	1	750834/2010	63.025.530/0001-04	101.701	26.921	-	74.780	31/12/2010	11/04/2013	1
504	1	755453/2011	48.031.918/0001-24	100.000	70.000	-	30.000	25/05/2011	07/01/2012	4
505	1	756188/2011	06.047.127/0001-42	108.696	8.696	-	100.000	16/09/2011	16/02/2012	4
506	1	756538/2011	22.678.874/0001-35	105.000	5.000	-	100.000	11/10/2011	11/01/2012	4
507	1	757423/2011	00.145.206/0001-00	1.344.955	52.000	-	1.292.955	28/10/2011	31/01/2012	4
508	1	764853/2011	08.686.050/0001-86	219.381	22.381	197.000	197.000	30/12/2011	30/03/2013	1
509	1	764938/2011	83.395.921/0001-28	51.000	16.000	35.000	35.000	30/12/2011	22/05/2013	1
510	1	764952/2011	08.686.050/0001-86	219.381	22.381	197.000	197.000	30/12/2011	30/03/2013	1
511	3	DESTAQUE	17.217.985/0012-67	334.366	-	-	334.366	10/07/2011	30/12/2013	1
512	3	DESTAQUE	33.004.540/0001-00	40.823	-	-	40.823	30/12/2009	20/05/2012	4
513	3	DESTAQUE	17.217.985/0001-04	34.300	-	34.300	34.300	12/06/2012	12/10/2012	4
514	3	DESTAQUE	17.217.985/0001-04	59.800	-	-	59.800	07/04/2010	05/01/2013	1
515	3	DESTAQUE	92.969.856/0001-98	108.000	-	-	108.000	30/04/2010	22/10/2013	1
516	3	DESTAQUE	24.134.488/0001-08	46.700	-	11.700	46.700	30/12/2011	30/11/2013	1
517	3	DESTAQUE	83.899.526/0001-82	46.400	-	26.600	46.400	10/07/2011	30/12/2013	1
518	3	DESTAQUE	83.899.526/0001-82	50.050	-	50.050	50.050	16/05/2012	15/08/2012	4
519	3	DESTAQUE	33.663.683/0001-16	59.400	-	59.400	59.400	07/12/2012	07/12/2013	1
520	3	DESTAQUE	15.180.714/0001-04	35.000	-	-	35.000	03/12/2010	07/01/2013	1
521	3	DESTAQUE	83.899.526/0001-82	18.884	-	18.884	18.884	10/12/2012	10/12/2013	1
-	-	-	--	3.697.253	398.797	629.934	3.298.456	-	-	-
522	1	737152/2010	09.061.476/0001-07	1.780.097	95.040	-	1.685.057	01/07/2010	12/05/2013	1
523	1	744728/2010	09.061.476/0001-07	1.195.060	11.951	-	1.183.109	30/12/2010	11/05/2013	1
524	1	755725/2011	13.227.020/0001-41	1.448.996	-	-	1.448.996	14/07/2011	14/05/2012	4
525	1	755726/2011	13.227.020/0001-41	1.663.552	-	-	1.663.552	14/07/2011	14/05/2012	4

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social										
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as Transferências (em R\$1,00)										
Nº Item	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário CNPJ	Valores Pactuados R\$		Valores Repassados R\$		Vigência		Situação
				Global R\$	Contrapartida R\$	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
526	1	751359/2010	16.439.002/0001-11	1.859.374	192.000	-	1.667.374	30/12/2010	17/04/2012	4
527	1	740415/2010	36.388.023/0001-62	1.489.484	297.897	-	1.191.587	02/07/2010	24/05/2013	1
528	1	742501/2010	05.470.294/0001-39	1.320.272	132.027	-	1.188.245	02/07/2010	03/04/2013	1
529	1	752120/2010	09.490.144/0001-48	903.341	91.500	-	811.841	30/12/2010	29/06/2013	1
530	1	732104/2010	05.659.197/0001-99	2.463.402	53.880	-	2.409.522	30/11/2010	23/03/2012	4
531	1	755916/2011	40.245.920/0001-94	1.975.000	395.000	1.580.000	1.580.000	30/12/2011	21/11/2013	1
532	1	700394/2008	05.482.345/0001-42	946.498	18.930	-	927.568	30/12/2008	02/03/2013	1
533	1	738912/2010	07.172.665/0001-21	1.444.202	144.420	-	1.299.781	01/07/2010	10/03/2013	1
534	1	704515/2009	97.334.999/0001-47	2.896.735	443.347	-	2.453.388	02/09/2009	02/02/2012	4
535	1	751001/2010	97.334.999/0001-47	1.649.375	151.200	-	1.498.175	15/12/2010	03/04/2012	4
536	1	702257/2008	47.173.729/0001-23	1.796.022	35.920	-	1.760.102	29/12/2008	29/12/2013	1
537	1	700991/2008	03.063.416/0001-47	1.115.443	111.544	-	1.003.899	31/12/2008	23/04/2013	1
538	1	124/2006	07.954.530/0001-70	849.622	77.238	-	772.383	29/06/2006	28/06/2013	1
539	1	154/2006	05.793.590/0001-70	290.526	29.053	-	261.473	29/06/2006	31/07/2013	1
540	1	160/2007	40.799.652/0001-52	526.731	52.673	-	474.058	31/12/2007	31/12/2013	1
541	1	117/2007	73.360.505/0001-30	1.999.491	799.796	-	1.199.694	31/12/2007	31/03/2013	1
				415.985.677	64.482.902	74.596.067	263.123.470			

LEGENDA

Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 8 - Não se Aplica 9 - Cancelado
--	---

Fontes: SICONV e SIAFI

Anexo 30 – Declaração de Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Previsão da Receita e Execução da Despesa; b) O Imobilizado não condiz com a realidade uma vez que não foram adotados critérios de depreciação, amortização e exaustão até a presente data, bem como há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Patrimônio utilizado no órgão. c) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Almoxarifado utilizado no órgão. <p>Os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	6/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
 Técnico de Contabilidade
 Chefe de Divisão